

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História

Elvis de Almeida Diana

**CARLOS MARÍA RAMÍREZ E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI: entre a “nação ideal” e a “nação real” (1868-1898)**

Belo Horizonte
2022

Elvis de Almeida Diana

**CARLOS MARÍA RAMÍREZ E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI: entre a “nação ideal” e a “nação real” (1868-1898)**

Versão Final

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História.
Área de Concentração: História, Tradição e Modernidade.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas.

Orientadora: Prof. Dra. Adriane Aparecida Vidal Costa

Belo Horizonte
2022

989.5	Diana, Elvis de Almeida.
D538c	Carlos Maria Ramírez e a construção de uma nova
2022	República Oriental do Uruguai [manuscrito] : entre a nação ideal e a nação real (1868-1898) / Elvis de Almeida Diana. - 2022.
	430 f.
	Orientadora: Adriane Aparecida Vidal Costa.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1.História – Teses. 2. Construção de nação – Uruguai – História. 3.Intelectuais - Teses. 4. Uruguai – História - Teses. 5.Ramírez, Carlos Maria, 1848-1898. I. Costa, Adriane Aparecida Vidal. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

"Carlos Maria Ramírez e a construção de uma nova República Oriental do Uruguai: entre a nação ideal e a nação real (1868-1898)"

Elvis de Almeida Diana

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Adriane Aparecida Vidal Costa - Orientadora
UFMG

Profa. Dra. Maria Elisa Noronha de Sá
PUC-Rio

Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta
USP

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto
UNICAMP

Prof. Dr. Gerardo Caetano Hargain
Universidad de la Republica - UDELAR

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Elisa Noronha de Sá, Usuária Externa**, em 27/08/2022, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriane Aparecida Vidal Costa, Professora do Magistério Superior**, em 01/09/2022, às 08:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Garrido Pimenta, Usuário Externo**, em 14/09/2022, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Alves de Freitas Neto, Usuário Externo**, em 04/10/2022, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luis Pereira Miatello, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 07/10/2022, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1651552** e o código CRC **84A2942B**.

*Dedico este trabalho a minha companheira de
vida, Andréa,
e aos meus pais, Darci e Valdenice.
Com todo o meu amor e carinho*

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a minha orientadora, a professora Adriane Vidal Costa, pela oportunidade e confiança proporcionadas antes e durante todo o doutorado, pela paciência, pelo comprometimento na orientação, pelas leituras sempre atentas, pelos conselhos e por todas as atividades acadêmicas oferecidas e das quais pude participar nesse período.

Também agradeço aos professores Gerardo Caetano (UDELAR-Uruguai), Maria Elisa Noronha de Sá (PUC-Rio), José Alves de Freitas Neto (UNICAMP) e João Paulo Garrido Pimenta (USP) que, gentilmente, aceitaram participar da banca de minha defesa, pela leitura atenta e pelas valiosas considerações feitas.

Também deixo meus agradecimentos aos professores Marcos Sorrilha Pinheiro (UNESP-Franca) e Marcos Alves de Souza (UNESP-Franca), por todas as conversas, auxílio com materiais e dicas sobre possibilidades de pesquisa sobre a História uruguaia desde a época da graduação. Agradeço, igualmente, às professoras Natally Vieira Dias (UEM) e Mariana de Moraes Silveira (UFMG), pelas indicações de leitura feitas e por toda a solicitude concedida.

À CAPES, pelo financiamento por quase todo o período do doutorado (de agosto de 2018 a fevereiro de 2022), sem o qual essa pesquisa não teria sido possível. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (Conforme Portaria nº 206, de 4 de setembro de 2018).

Aos vários colegas e professores que fazem parte do grupo de pesquisa “História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias” (UFMG/CNPq), pelos debates e contribuições valiosos que colaboraram muito para a minha pesquisa. Agradeço, também, aos funcionários da Biblioteca da FAFICH e da Secretaria de Pós-Graduação em História da UFMG, por toda a presteza, solicitude e atenção concedidos ao longo do curso.

Agradeço aos meus pais, Darci e Valdenice, por todo o apoio sempre concedido, principalmente no início do doutorado, quando as coisas foram um pouco mais difíceis e, também, por compreenderem algumas ausências físicas minhas que se fizeram necessárias em certos momentos nesses últimos anos. Agradeço, também, aos demais membros das famílias Almeida e Diana.

Também agradeço a minha companheira de vida, Andréa, pelo amor, pelo companheirismo sempre essencial, pela compreensão, pelas experiências, pelo carinho, por tudo. Tudo. Também agradeço ao Vito e ao Bento, por um dos tipos de amor mais honesto, sincero e desinteressado que há nesta vida.

Aos amigos de longa data: Guilherme, Bruna, Thales, Marcos Antônio, João Victor, Francisco Sabadini, Marcus Oliveira, Carlos Reis, Henrique Garcia, Helena Papa, Fabrício Trevisan, Carlos Bortolo, Tathy Bortolo, Daliana e Robson Della Torre.

Aos amigos e colegas que fiz nesse período de doutorado (do PPGH de História ou não): Dmitri Bichara, Ana Paula Cecon Calegari, Rute, Hélia, Edi, Danilo Vomlel, Laurindo Mekie, Francisco Rocha, Gustavo Mota e tantas outras e outros que tive a oportunidade de conhecer e com os quais pude conviver nessa jornada.

RESUMO

Objetivamos, à luz da História dos Intelectuais, da História Intelectual e da História Conceitual, analisar a atuação político-intelectual de Carlos María Ramírez (1848-1898) e seu projeto de construção nacional para o Uruguai ainda em vias de consolidação enquanto país, durante a segunda metade do século XIX. Ramírez foi professor universitário, publicista e político, e teve uma diversificada atuação para além do espaço estritamente acadêmico. Por meio das suas sociabilidades, criou algumas associações e periódicos, e, dentro desses espaços, elaborou suas propostas juntamente com outros professores e escritores do período, tendo-as publicado. O seu projeto nacional foi constituído principalmente pelos seguintes pontos: o constitucionalismo; o laicismo; a educação pública; o racionalismo; a defesa da imprensa, da soberania, da união/unidade e da estabilidade políticas para o país; a reescrita da história nacional uruguaia, todos eles ligados à “orientalidade” e à ampliação de uma esfera pública. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que, por meio das mediações político-intelectuais e culturais realizadas mediante as associações e periódicos, criados por ele ou não, Ramírez elaborou e exerceu, de forma coletiva, sua concepção de nação republicana. Tal ideia de nação foi expressa por meio de ressignificações do passado, linguagens, conceitos, valores e práticas relacionados aos diversos republicanismos e liberalismos (internos e estrangeiros, contemporâneos a ele ou não), elementos esses que foram materializados em seus escritos e tornados públicos, de modo a divulgar o que projetava a nível nacional. Para isso, utilizamos, como fontes históricas, artigos na imprensa, discursos, escritos autorreferenciais e ensaios produzidos por Ramírez, além de manifestos e atas de reuniões assinadas por esse e outros escritores contemporâneos a ele. Tais materiais foram produzidos e publicados de modo vinculado à cada uma das associações e dos periódicos que criou e/ou com os quais colaborou ao longo de toda a sua atuação político-intelectual.

Palavras-chave: Nação. Intelectuais. História Política do Uruguai. Carlos María Ramírez.

ABSTRACT

We aim, in the light of the History of Intellectuals, Intellectual History and Conceptual History, to analyze the political-intellectual performance of Carlos María Ramírez (1848-1898) and his project of national construction for Uruguay, still in the process of consolidation as a country, during the second half of the 19th century. Ramírez was a university professor, publicist and politician, and had a diversified role beyond the strictly academic space. Through his sociability, he created some associations and periodicals, and, within these spaces, he elaborated his proposals together with other professors and writers of the period, having them published. His national project was constituted mainly by the following points: constitutionalism; secularism; public education; rationalism; the defense of the press, sovereignty, union/unity and political stability for the country; the rewriting of Uruguayan national history, all of them linked to “orientality” and the expansion of a public sphere. In this sense, we start from the assumption that, through political-intellectual and cultural mediations carried out through associations and periodicals, created by him or not, Ramírez collectively elaborated and exercised his conception of a republican nation. This idea of nation was expressed through resignifications of the past, languages, concepts, values and practices related to various republicanism and liberalism (internal and foreign, contemporary to it or not), elements that were materialized in his writings and made public, in order to publicize what he projected at the national level. For this, we use, as historical sources, articles in the press, speeches, self-referential writings and essays produced by Ramírez, in addition to manifestos and minutes of meetings signed by this and other contemporary writers. Such materials were produced and published in a way linked to each of the associations and periodicals he created and/or with which he collaborated throughout his political-intellectual activity.

Keywords: Nation. Intellectuals. Political History of Uruguay. Carlos María Ramirez.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1. A FORMAÇÃO POLÍTICO-INTELLECTUAL DE CARLOS MARÍA RAMÍREZ E A BUSCA PELA UNIDADE NACIONAL.....	39
1.1. Nação e identidade nacional como elementos para a análise de um itinerário político intelectual.....	41
1.2. Entre a violência e a “cultura da unidade” nacional oriental	51
1.3. O sarmientino: educação pública, imprensa e “civilização” contra a “barbárie”	78
1.4. Outros referenciais intelectuais para combater a “barbárie” política	93
1.4.1. O micheletiano: direito, republicanismo e laicidade	93
1.4.2. O racionalista bilbaíno e o <i>principista</i>	101
CAPÍTULO 2. RAMÍREZ NA ESFERA PÚBLICA: O ASSOCIATIVISTA, O PUBLICISTA E O MEDIADOR.....	111
2.1. Esfera pública, imprensa e associativismo políticos na construção da nação republicana.....	113
2.2. Do privado ao público: os usos da linguagem cristã e das metáforas da família para a construção da nação republicana	120
2.3. O espírito universitário, a ideia educacional e a nação: o <i>Club Universitario</i> e a <i>Sociedad de Amigos de La Educación Popular</i> (SAEP) (1868)	123
2.4. Ensaísmo, mediação e unidade nacional em <i>La Guerra Civil y los Partidos de la República Oriental del Uruguay</i> (1871).....	132
2.5. A ideia “radical” e seus espaços de sociabilidade	145
2.5.1. Os “herdeiros” do <i>fusionismo</i> : o <i>principismo</i> da década de 1870	145
2.5.2. O órgão público dos “radicais”: <i>La Bandera Radical</i> e mediações político-intelectuais	149
2.5.2.1. A Imprensa como garantidora do “interesse comum”: a educação do povo e o papel do publicista.....	154

2.5.2.2. A recepção do folheto <i>La Guerra Civil y los Partidos de la República Oriental del Uruguay</i> pelas páginas de <i>La Bandera Radical</i>	162
2.5.2.3. A <i>Sociedad de Amigos del País</i> (1852) como referência histórica para o <i>Club Radical</i>	164
2.5.2.4. Por uma nova temporalidade política: soberania do povo, a Convenção Nacional e o Governo permanente.....	175
2.5.2.5. Comunhão de ideias e mediações em prol da nação oriental na esfera pública	183
2.6. A ideia “racional”, a defesa da cultura e seus espaços de sociabilidade	200
2.6.1. Liberdade religiosa e a expressão pública da ideia racional: o <i>Club Racionalista</i> (1872-73) e a <i>Profesion de Fe Racionalista</i> (1872).....	200
2.6.2. Defesa da cultura e da sociabilidade político-intelectual: o <i>Ateneo del Uruguay</i> (1883)	206

CAPÍTULO 3. RAMÍREZ, O “JURISTA”: O PROJETO DE UM NOVO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL E REPUBLICANO NACIONAL.....211

3.1. Os significados do Direito e das ideias Constitucionais na América Latina e no Uruguai pós-independências.....	215
3.2. Tornar público o Direito: retomar/reformar (os bons “princípios”) (d)a Constituição de 1830.....	228
3.2.1. Uma nova “ordem” nacional para a República “Oriental”: as <i>Conferencias de Derecho Constitucional</i> (1871).....	228
3.2.2. Um “estado da ciência”, interdisciplinaridade e o Federalismo que faltava.....	231
3.2.3. A sociabilidade do indivíduo e os princípios da “simpatia” e “associação”	243
3.2.4. Liberdade civil, o conceito de Estado e o “bom governo”	248
3.2.5. O Direito Constitucional, o poder e a questão da soberania.....	252
3.2.6. A Constituição Oriental e os Direitos Individuais.....	259
3.2.7. A separação era necessária: a liberdade religiosa/de consciência e o Estado	262
3.2.8. O Direito Constitucional e as liberdades de pensamento e de imprensa	284
3.3. A persistência do constitucionalismo no tempo: outras manifestações dos princípios político-constitucionais na imprensa e na UDELAR (décadas de 1880-1890)	291

3.3.1. O <i>Partido Constitucional</i> e o seu espaço difusor: o periódico <i>El Plata</i>	291

3.3.2. O constitucionalismo dos periódicos para a Universidade novamente: a segunda edição das <i>Conferencias de Derecho Constitucional</i> (1897).....	298

CAPÍTULO 4. RAMÍREZ E A REESCRITA DA HISTÓRIA NACIONAL URUGUAIA.....303

4.1. Em busca do “libertador” Artigas: a (re)construção de um imaginário nacional “oriental” (1875-1900)	308

4.1.1. Os combates à “calúnia histórica”: Artigas, de “bandido” e “desordeiro” a <i>Jefe Republicano de los Orientales</i>	308

4.2. Ramírez e seu <i>Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental Del Uruguay</i> (1881/1882)	320

4.2.1. Entre Michelet e Kant: unidade, continuidade, totalidade e sociabilidade na concepção de História de Ramírez	320

4.2.2. Artigas unido aos Trinta e Três Orientais: o conceito de “barbárie” ressignificado, e a unidade histórica e nacional uruguaia.....	340

4.3. Entre um lado e outro do Prata: batalhas escritas entre <i>La Razón</i> (Montevideu) e o <i>El Sud-América</i> (Buenos Aires)	364

4.4. Tornar público o passado: mediação cultural e o “lugar” de Ramírez na reescrita da história nacional oriental.....	386

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 391

REFERÊNCIAS.....404

INTRODUÇÃO

Objetivamos, por meio desta tese, analisar o *itinerário* político-intelectual¹ de Carlos María Ramírez² durante a segunda metade do século XIX, como forma de compreender o projeto de construção nacional pensado por ele para o Uruguai. Ramírez foi professor de Direito Constitucional da Universidade de Montevideu, publicista³ e político. Como veremos mais adiante, teve uma consistente e diversificada atuação político-intelectual pautada por diversas temáticas, o que pode ser verificado por meio da publicação de vários ensaios e artigos na imprensa de então. Além disso, criou periódicos e associações, além de ter participado ativamente de outros espaços não necessariamente criados por ele, nos e por meio dos quais elaborou e tornou público o seu projeto de nação. Assim, as balizas temporais de nosso trabalho se iniciam em 1868, quando se dá o início da atuação político-intelectual de Ramírez por meio de sua contribuição para a criação da *Sociedad de Amigos de La Educación Popular* (SAEP), até o ano de sua morte em 1898.

Nesse sentido, privilegiamos a análise de sua atuação política e de sua multifacetada produção intelectual, divulgada por meio da imprensa e das *sociabilidades*⁴ que construiu e manteve ao longo de sua trajetória. A análise do “itinerário” nos permite compreender como Ramírez tornou público o seu projeto de “nação ideal” que privilegiava a unidade político-social, a ampliação da esfera pública, a “civilização” e a estabilização e consolidação das instituições políticas assentadas em valores e práticas republicanos. Como mostramos ao longo da tese, isso foi feito em uma reação de tensão com a “nação real”, marcada por guerras civis, autoritarismo e por conflitos político-sociais.⁵ Acreditamos que esse esforço nos possibilitou

¹A partir das indicações de Jean-François Sirinelli. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-262.

²Ramírez nasceu no dia 6 abril de 1848, na então província brasileira do Rio Grande do Sul. Esse local serviu de refúgio para a família de Ramírez durante a *Guerra Grande*, ocorrida simultaneamente nos territórios uruguaio e argentino. Ramírez nasceu em uma família de pessoas com letramento elevado em comparação à população uruguaia daquele momento. MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978. Trataremos melhor sobre tais eventos e processos no capítulo 1.

³Pelo fato de ter tido uma intensa atuação político-intelectual por meio da imprensa, tendo consistido, em nosso entendimento, em um publicista político, de acordo com o conceito elaborado por Jorge Myers para denominar uma das formas de intelectualidade no século XIX latino-americano. Cf. MYERS, Jorge. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta inicio del siglo XX. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 29-50. Trataremos melhor sobre esse conceito mais adiante.

⁴Como veremos posteriormente, dialogaremos com as propostas teórico-metodológicas de vários autores para articularmos o conceito de “sociabilidades” com o nosso objeto de estudo.

⁵Ao utilizarmos as expressões “nação ideal” e “nação real”, as quais fazem parte do título de nossa tese, estamos dialogando diretamente com os autores que trataram sobre o contexto que pesquisamos e que concordam com a existência de uma oposição entre o “país legal” e, por extensão, “ideal”, pensado pelos setores intelectuais daquele período, e o “país real”, caracterizado pelas relações e disputas político-partidárias complexas e, em muitos casos, com a violência resultante delas. Especificamente sobre as expressões “país legal” e “país real”,

apreender como se deram os vários meios que Ramírez encontrou de projetar e reafirmar uma identidade nacional de caráter político para si mesmo, enquanto cidadão “oriental.”⁶ Além disso, essa identidade, evidentemente, também possuía um caráter coletivo, pois ele visava a construção daquele país platino ainda em vias de consolidação.⁷

Nesse sentido, a difusão de suas propostas foi empreendida por meio de periódicos e associações diversos, os quais tiveram a preocupação, a nosso ver, de reiterar o caráter republicano que a “pátria”⁸ “oriental”/uruguaia deveria ter. Mais especificamente, tal projeto foi constituído tendo como mote a pacificação do país em meio às guerras civis históricas⁹

ver: CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital).

⁶ Os termos “oriental” e “uruguaio”, embora presentes no nome oficial do país – *República Oriental del Uruguay* – desde 1830 até hoje, nem sempre significaram a mesma coisa ao longo da história uruguaia, tendo sido objetos de disputa na construção da identidade política do país desde o processo de independência. Cf. FREGA, Ana. Uruguayos y orientales: itinerario de una síntesis compleja. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS GARCIA, Aimer. *Crear la Nación*. Los nombres de los países de América Latina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008, p. 95-112. Também dialogaremos com João Paulo Pimenta a respeito dessa temática. PIMENTA, João Paulo G. Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma História da identidade Oriental (1808-1828). In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 27-55. De qualquer modo, acreditamos que Ramírez concebia os dois termos como algo único, embora utilizasse recorrentemente o adjetivo “oriental” e não tanto o termo “uruguaio”. No capítulo 1, realizamos uma discussão mais aprofundada sobre a identidade nacional e a “orientalidade” no Uruguai.

⁷ Em relação à independência uruguaia, acreditamos ser válido estabelecer um breve panorama sobre esse processo histórico. Após a crise imperial ocorrida no início do século XIX na América Hispânica, teve início a Revolução rio-pratense iniciada em Buenos Aires, em maio de 1810, conhecida como *Revolución de Mayo*. O processo de independência uruguaia – ou *Revolución Oriental* – foi resultado desse processo inicial, que se dividiu em dois períodos distintos. O primeiro deles diz respeito ao chamado “ciclo artiguista” (1811-1820), que leva o nome do prócer da independência em relação à Espanha, José Gervásio Artigas (1754-1850). Nesse primeiro momento, houve a emancipação política da ainda chamada “Banda Oriental” em relação ao domínio do vice-reino monárquico espanhol em Buenos Aires (1811) e o experimento de um governo republicano (1811-1815), o qual, devido à sua veia radical e popular, gerou a reação de setores conservadores de Montevideu, de Buenos Aires e da Coroa Portuguesa então estabelecida no Rio de Janeiro, levando, assim, à queda do governo artiguista. Mesmo após tentativas de se restabelecer essa experiência republicana, Artigas e seus seguidores foram obrigados a deixar a Banda Oriental. O segundo momento diz respeito ao que ficou conhecido como a “Cruzada Libertadora” (1825-1828), no qual, já sob a dominação brasileira após esse país ter se tornado independente de Portugal, houve uma expedição exitosa na emancipação da então “Província Cisplatina” frente ao Império do Brasil, embora os líderes daquela – os chamados *Treita y Tres Orientales* – tenham buscado se distanciar do “artiguismo” e estabelecer uma orientação política mais “moderada” para a região. Para mais informações sobre esse processo histórico, ver: CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Historia contemporânea del Uruguay: de la Colonia al Mercosur*. Montevideo: Fin de Siglo, 1994; CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital).

⁸ Estamos cientes das diferenças que envolvem os termos “nação” e “pátria” ao longo da história. No entanto, em Ramírez, entendemos que um engloba o outro, significando, assim, a mesma coisa. Ao invés de possuírem sentidos puramente étnicos, aqueles termos, a nosso ver, foram dotados de um caráter mais sociopolítico e jurídico em Ramírez, pensados e mobilizados enquanto um “Estado”, uma comunidade democrática de cidadãos livres, soberanos e “civilizados”, que deveriam viver sob as mesmas leis de uma Constituição republicana e abertos aos elementos “de fora”. Discutiremos, em diálogo com nossas fontes documentais e com a bibliografia pertinente, essas referidas questões ao longo de nossa tese.

⁹ Conforme aponta Washington Lockhart, houve mais de 40 conflitos armados no Uruguai independente. Alguns extrapolaram o âmbito nacional que ainda estava em construção, como, por exemplo, a Guerra Grande (1839-1851). Outros vários conflitos ocorreram dentro dos limites fronteiriços uruguaios e consistiram em levantes contra o governo central, empreendidos pelos partidos tradicionais, os *blancos* e os *colorados*, ao longo de praticamente todo o século XIX. LOCKHART, Washington. Las guerras civiles. *Enciclopedia Uruguaya*.

empreendidas pelos chamados partidos tradicionais, os *blancos* e os *colorados*.¹⁰ Além disso, Ramírez defendeu um novo ordenamento constitucional, a educação pública e cívica para a população, a secularização do Estado e da sociedade pautada pelo racionalismo e a defesa dos princípios democráticos para que a República Oriental do Uruguai já em vigência pudesse se sustentar enquanto tal.

Ramírez também reescreveu a história nacional em um contexto marcado pelas polêmicas político-intelectuais relativas à figura do “prócer” da independência, José Gervásio Artigas. Em meio a essas “batalhas” escritas e publicadas, Ramírez estabeleceu um intenso debate com outros publicistas, uruguaios e argentinos, a respeito da ressignificação da imagem histórica de Artigas. Na década de 1880, procurou tornar pública essa renovação da concepção sobre o atual “herói” da independência do país de forma a contribuir para a reescrita da história nacional, e o fez a partir de livros e ensaios que produziu relativos a essa temática, sempre polemizando com outros escritores daquele período.

Nesse sentido, acreditamos que todos esses elementos constituíram, tanto no plano teórico, quanto na prática, um modo de se construir institucional e legalmente a nação, dando-a forma, pacificando-a e ampliando a esfera pública¹¹ e a cidadania que deveriam haver dentro dela.¹² Tais processos, ocorridos no supracitado contexto histórico, contribuíram para a

Montevideo: Editorial Arca, 1968. No capítulo 1, trataremos de forma mais detida sobre os conflitos que mais permearam a formação e atuação político-intelectual de Ramírez.

¹⁰De modo geral, os dois partidos tradicionais têm suas origens marcadas pelo fim do processo de independência uruguaia e começaram a se definir, na base de muitos conflitos entre si, após 1830, conforme aponta Gerardo Caetano e José Rilla. CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *História Contemporânea del Uruguay*. De la colonia al Mercosur. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1994. Trataremos sobre as principais características desses dois partidos no capítulo 1.

¹¹A partir da concepção de autores como o filósofo Jürgen Habermas, a qual vem sendo mobilizada e/ou reformulada por historiadores europeus e latino-americanos a exemplo de François-Xavier Guerra, Annick Lempérière, Hilda Sabato, entre outros pesquisadores, como forma de se analisar as especificidades do processo de formação de uma esfera pública nos países da região desde o início do século XIX. De forma geral, dialogamos com esses autores objetivando compreender como Ramírez teria contribuído para a formação de uma “esfera pública” nacional, enquanto tentativas de se construir ambientes de exercício da cidadania e de discussão política e do bem comum para além dos espaços estritamente estatais e da Igreja. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003; GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick. Introducción. In: GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick. *Los espacios públicos en Iberoamérica*. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. Nueva Edición [en línea]. México: Fondo de Cultura Económica/Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2008 (generado el 09 noviembre 2013). Disponível em: <http://books.openedition.org/cemca/1446>; SABATO, Hilda. Nuevos espacios de formación y actuación intelectual: prensa, asociaciones, esfera pública (1850-1900). In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 387-411. DEMARCO, Cecília. Tipógrafos y esfera pública en Montevideo. 1885-1902. *Revista Encuentros Latinoamericanos*, segunda época. Vol. III, Nº 2, julio/diciembre 2019, p. 303-329. Realizamos uma discussão mais profunda sobre as relações entre esse conceito de “esfera pública” e sua vinculação com as associações políticas e a imprensa no capítulo 2 de nossa tese.

¹²Aqui, fazemos referência ao que já havia proposto Ángel Rama sobre a necessidade histórica que os escritores e intelectuais latino-americanos viam de “ordenar”, por meio do seu pensamento e escritos, as coletividades latino-

intervenção pública de vários intelectuais e a formação de grupos intelectuais e políticos que buscaram solucionar os problemas existentes no Uruguai e pensar a nação. Um desses grupos foi o que ficou conhecido como *principistas*¹³, do qual Ramírez fez parte do final da década de 1860 em diante. É exatamente em meio a esses processos e por meio de vários espaços de sociabilidade que a formação intelectual e a atuação política de Carlos María Ramírez se fizeram notáveis.

Atuou em associações e periódicos diversos entre o final dos anos 1860 até 1898, ano de sua morte, tais como: o jornal *El Siglo*; o *Club Universitario*; a *Sociedad de Amigos de La Educación Popular* (a SAEP, tendo-a fundado juntamente com seu amigo José Pedro Varela¹⁴); o *Club Radical* e a revista *La Bandera Radical*; o *Club Racionalista*; o *Ateneo del Uruguay*; os diários *La Razón* e *El Plata*. Dentro dessas associações e periódicos, Ramírez produziu variados escritos, os quais foram divulgadas, em sua maioria, também por meio deles. Tais fontes históricas consistiram em ensaios, artigos, manifestos, atas de reuniões, discursos, escritos autorreferenciais, etc., e trataram sobre os mais variados temas de interesse público e relativos à construção da nação uruguaia, quais sejam: a educação; os princípios constitucionais; o associativismo; a imprensa; a secularização do Estado; a liberdade religiosa; a soberania, a

americanas e, a partir de certo momento, questionar essa “ordem”, reelaborando-a e ampliando o espaço público dentro delas. RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Montevideo: Arca, 1998.

¹³Grupo intelectual e político que atuou a partir do final da década de 1860, o qual a historiografia considera como o movimento “herdeiro” e ressignificador do chamado *fusionismo* de meados do século XIX no Uruguai. Grosso modo, ambos os movimentos tiveram, como objetivo, a unidade da nação a partir da “fusão” e/ou coexistência pacífica dos partidos ditos tradicionais, considerados, pelos setores intelectuais daquele momento, os causadores de toda a violência e “fragmentação” do novo país platino. Os *principistas* eram de origem urbana e defendiam uma forma pacífica de se fazer política, que levava em consideração os *princípios* (daí o seu nome) liberais, democráticos, de moral cívica, de respeito às leis constitucionais e a defesa da “civilização”, em contraposição à “barbárie”, associada, muitas vezes de forma negativa, inclusive, à área rural. Esse grupo teve uma atuação político-intelectual mais intensa durante a primeira metade da década de 1870. ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta*. Una experiencia liberal en el Uruguay. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956; MARIANI, Alba. *Principistas y doctores*. *Enciclopedia Uruguaya*. Montevideo: Editorial Arca, 1968. Tratamos sobre o *fusionismo* no capítulo 1 e acerca das formações *principistas* no capítulo 2 de nosso trabalho.

¹⁴José Pedro Varela (1845-1879) foi um polêmico intelectual uruguaio que visava à construção de uma educação pública e gratuita no país. Atuou juntamente com Ramírez e outros vários intelectuais orientais e estrangeiros em favor dessa causa, e foi Inspetor Nacional de Educação no governo militar de Lorenzo Latorre (1876-1880), quando conseguiu implementar o Decreto-Lei de Educação Comum, de 1877, e conduzir, com apoio estatal, uma intensa reforma educacional no país que levou seu sobrenome – “Reforma Vareliana” –, a qual é reconhecida até hoje no país. Apesar do caráter republicano e democrático que atribuía ao seu projeto educacional, foi duramente criticado por outros intelectuais do período pelo fato de ter exercido esse cargo dentro de um governo autoritário. Até hoje, no Uruguai, sua figura e medidas são alvo de elogios e duras críticas. Estudamos esse tema e objeto em nossa dissertação de mestrado, da qual o seguinte livro foi resultado: DIANA, Elvis de Almeida. *Educação pública e política em José Pedro Varela no Uruguai do século XIX*. 1ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018. Foi justamente analisando o ideário de Varela e suas relações político-intelectuais que nos deparamos e passamos a conhecer, aos poucos, a existência de seu amigo e companheiro de atuação, Carlos María Ramírez, e sua considerável produção e ação político-intelectual. Após finalizado nosso mestrado, passamos a estudar a trajetória de Ramírez.

unidade e a estabilização política nacionais; e a reescrita da história uruguaia e a ressignificação dos símbolos, eventos e personagens do passado oriental.

Nesse sentido, as principais fontes que mobilizamos e analisamos ao longo desta tese são as seguintes: *Sobre el “Facundo”* (1873); *El destino nacional y la Universidad* (1876); *La Independencia Nacional* (1879); *En el Banquete a Sarmiento* (1882); *Carlos María Ramírez “extranjero”!* (1887), escritos esses de caráter mais breve e/ou autorreferencial; os poemas *La Guerra* (1878) e *Voto Nupcial* (1878); alguns discursos realizados na *Sociedad de Amigos de La Educación Popular* (SAEP), de 1868 em diante; o programa do *Club Radical*, o respectivo periódico dessa associação, o *La Bandera Radical* e os artigos publicados nesse periódico, no início da década de 1870; o ensaio *La Guerra Civil y los Partidos Políticos de La República Oriental del Uruguay* (1871), o qual circulou não somente no Uruguai, mas também na Argentina e no sul do Brasil; o manifesto intitulado *Profesión de Fe Racionalista* (1872), o qual marcou a fundação do *Club Racionalista*; discursos feitos por Ramírez no *Ateneo del Uruguay*, na década de 1880, e publicados em formato de anais dessa associação.

Também analisaremos: as suas *Conferencias de Derecho Constitucional*, as quais foram, inicialmente, aulas ministradas por Ramírez na UDELAR e, posteriormente, publicadas em vários números do periódico *La Bandera Radical*, no ano de 1871; a compilação e reedição dessas *Conferencias*, em forma de livro e publicada pela prensa do diário *La Razón* mais de vinte anos após a sua publicação inicial em *La Bandera Radical*, a pedido de vários alunos da UDELAR em 1897, um ano antes de sua morte; o *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay* (1882); as polêmicas político-intelectuais que Ramírez travou, por meio das páginas de *La Razón*, com os publicistas argentinos do periódico *El Sud-América*, de Buenos Aires, em 1884, e reeditada em formato livresco, em 1897.

Dessa forma, ao longo de nossa tese, tratamos sobre cada um desses espaços de sociabilidade político-intelectual e analisamos cada uma dessas fontes, as quais, reiteramos, consistiram em publicações que, em sua grande maioria, foram a(o) público por meio de periódicos oriundos das mencionadas associações das quais fez parte.

Além de todas essas atividades, Ramírez também foi diplomata, tendo exercido missões no Brasil (entre 1873 e 1875, e 1887). Participou ativamente da *Revolución del Quebracho* (1886), contribuiu para a criação do *Ministerio de Conciliación*¹⁵, que ocorreu logo após aquele levante e que teria sido uma das principais medidas para a transição ao período civil e

¹⁵MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María Ramírez. *Páginas de História*. Montevideo: Ministério de Educación y Cultura, 1978.

democrático no país.¹⁶ Ramírez também foi Ministro de Fazenda no governo de Julio Herrera y Obes, além de deputado e senador na década de 1890. Faleceu em setembro de 1898, aos 50 anos de idade.¹⁷

Mas por que focarmos nossa análise na trajetória e obra Ramírez e não em outro intelectual daquele período? Acreditamos que a justificativa de nosso interesse por tal tema e objeto seja, principalmente, pelo fato de entendermos que Ramírez foi um intelectual que contribuiu sobremaneira para a construção do Estado-Nacional, da cidadania e da ampliação da esfera pública uruguaios durante a segunda metade do século XIX. Além disso, a nossa escolha também se justifica pela escassez de trabalhos sobre a produção intelectual e atuação política de Ramírez não somente no Brasil, mas também no Uruguai, o que chamou a nossa atenção. Raúl Montero Bustamante¹⁸ e José M. Fernandez Saldaña¹⁹ são os únicos autores dos quais temos conhecimento que trataram sobre a “vida” daquele escritor uruaio. Bustamante escreveu um prólogo estritamente biográfico a uma compilação de produzidos por Ramírez, intitulada *Páginas de História*.²⁰

Esse prólogo possui, em nossa ótica, um caráter hagiográfico sobre a vida de Ramírez. Já a biografia desse intelectual, escrita por Fernandez Saldaña, é muito mais breve e objetiva que a produzida por Bustamante, tem as características de um “verbete” de dicionário e faz parte de uma coletânea de biografias de várias personalidades históricas uruguaias.²¹ No entanto, possui informações da trajetória de Ramírez ausentes no prólogo escrito por Bustamante. Embora tenham suas limitações, tais produções são muito importantes para nosso trabalho.

Outros estudos mais recentes deram certa atenção à parte da produção intelectual de Ramírez, mas não se centraram, especificamente, na análise de sua atuação político-intelectual. É o caso do trabalho de Javier Gallardo, autor que realiza uma investigação pelo viés da Ciência Política e da História das Ideias privilegiando o pensamento republicano no Uruguai de modo

¹⁶CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Historia contemporánea del Uruguay: de la Colonia al Mercosur*. Montevideo: Fin de Siglo, 1994.

¹⁷MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María Ramírez. *Páginas de Historia*. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

¹⁸Ibid.

¹⁹FERNANDEZ SALDAÑA, José M. RAMÍREZ, Carlos María. In: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías (1810-1940)*. Montevideo: Editorial Ameríndia, 1945, p. 1040-1045.

²⁰MONTERO BUSTAMANTE, Op. cit. O prólogo biográfico de Bustamante à obra de Ramírez nos é muito útil na reconstrução da trajetória político-intelectual desse publicista. Alguns pontos da referida obra do intelectual uruaio oitocentista também serão analisados nesta pesquisa, como fonte histórica.

²¹FERNANDEZ SALDAÑA, Op. cit.

geral.²² Outro exemplo é o de Luis Delio Machado, que, na mesma linha que Gallardo, enfoca especificamente a relação entre o *Partido Constitucional* e a *Facultad de Derecho de la Universidad de Montevideo*²³, espaços nos quais Ramírez atuou. No entanto, não faz parte dos objetivos centrais de nenhum desses dois autores dar atenção exclusiva ao *itinerário* político-intelectual propriamente dito e das sociabilidades daquele intelectual uruguaio, muito menos se ater aos significados de construção da nação oriental presentes neles.

Além das pesquisas anteriores, também podemos citar os trabalhos do historiador brasileiro Juarez José Rodrigues Fuão. Esse autor também dá certa atenção a Ramírez em sua tese de doutorado, mas o faz a partir de outro objetivo: analisar alguns escritos específicos de Ramírez, dentro de um rol de outros vários intelectuais uruguaio, acerca da recuperação da figura histórica de José Artigas, considerado o herói da independência uruguaia. O foco principal de Fuão é comparar tais escritos e publicações dos intelectuais uruguaio, “reformuladores” da figura de Artigas, com os dos intelectuais brasileiros que recuperaram a imagem de Bento Gonçalves na então província brasileira do Rio Grande do Sul. Fuão faz isso buscando entender as disputas travadas pelos intelectuais a respeito da memória dos “heróis” nacionais em cada país e as posteriores materializações desses “próceres”, por meio de monumentos construídos em cada um dos vizinhos da região do Cone Sul.²⁴

Em outro trabalho, Fuão²⁵ se centra especificamente na polêmica travada entre Ramírez e Francisco Antonio Berra sobre a recuperação de Artigas, mas não o faz a partir da História dos Intelectuais, da História Intelectual ou da História Conceitual, conforme nos dedicamos em nossa pesquisa.²⁶ Da mesma forma que Fuão, Tomás Sansón Corbo trata, em seus trabalhos, sobre a ideia de “nação” inscrita nesses debates específicos entre Ramírez e Berra.²⁷ No entanto, assim como Fuão, não se preocupa com a análise específica do “itinerário” político-intelectual,

²²GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígenes de la democracia uruguaya. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, vol. 5, n. 9, p. 3-44, 2003.

²³MACHADO, Luis M. Delio. El Partido Constitucional y la Facultad de Derecho. *Revista de la Facultad de Derecho*, n. 24, p. 99-124, 2005.

²⁴FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. 2009. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

²⁵FUÃO, Juarez José Rodrigues. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudos Ibero-Americanos/PUCRS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez., 2009.

²⁶Tratamos melhor sobre tais vertentes mais a frente, na discussão teórico-metodológica que realizamos para embasar nossa tese.

²⁷SANSÓN, Tomás. Historiografía y nación: una polémica entre Francisco Berra y Carlos María Ramírez. *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, año 6, p. 177-199, 2006; SANSÓN, Tomás. Un debate rioplatense sobre José Artigas (1884). *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, n. 4, p. 187-216, 2004.

das sociabilidades de Ramírez, os recursos e as linguagens políticas utilizadas²⁸ por ele, e a contribuição desse intelectual para a construção de uma esfera pública no Uruguai.

Além disso, alguns autores como José Pedro Barran²⁹, Juan José Arteaga³⁰ e Alberto Zum Felde³¹ não reconhecem que a atuação de Ramírez – enquanto membro dos *principistas* e um dos maiores expoentes desse grupo, em nossa visão – tenha tido um caráter político concreto. Desse modo, tais historiadores atribuem tanto a Ramírez quanto aos *principistas*, em geral, um papel menor dentro dos processos políticos uruguaios da segunda metade do século XIX, restringindo sua análise ao âmbito estritamente político-partidário. Embora reconheçamos que sejam autores consagrados dentro da historiografia uruguaia e que os seus trabalhos sejam fundamentais para a compreensão dos principais processos da História do país, eles desconsideram toda amplitude do âmbito político.³² Assim, por meio desta tese, buscamos realizar o oposto do que entenderam aqueles historiadores uruguaios. Um dos nossos argumentos é o de que a atuação político-intelectual de Ramírez foi multifacetada e muito mais ampla do que a atividade estritamente político-partidária – a qual também exerceu.

Desse modo, considerando esses pontos já colocados por nós, acreditamos que a nossa tese seja pertinente e possua originalidade em relação a todos os outros trabalhos que trataram, de alguma forma, sobre a atuação de Ramírez. Em outros termos, pelo fato de nos propormos a analisar a trajetória político-intelectual desse escritor e os significados de “nação” presentes em sua produção intelectual, ação política e sociabilidades. Em nossa visão, esses elementos foram expressos por recursos linguísticos diversos, formulados e materializados nos e por meio dos periódicos e associações nos quais atuou como forma de construção de uma esfera pública nacional.

Nesse sentido, a partir das fontes sobre a trajetória político-intelectual de Ramírez no período que delimitamos para a nossa pesquisa, propomos as seguintes indagações: o que Ramírez concebia por “nação”/“pátria” oriental? De que forma a atuação multifacetada de Ramírez teria contribuído para a projeção e prática de suas ideias sobre a construção da nação republicana uruguaia/oriental? De que modo a defesa e prática de suas sociabilidades, da

²⁸Conforme veremos mais adiante a partir das indicações teórico-metodológicas de John Pocock e, principalmente, Elías Palti.

²⁹BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo. Banda Oriental, 1990.

³⁰ARTEAGA, Juan José. *Uruguay: breve historia contemporánea*. México (Ciudad): Fondo de Cultura Económica, 2000.

³¹ZUM FELDE, Alberto. *Proceso histórico del Uruguay*. Montevideo: Arca, 1967.

³²Conforme as diversas novas abordagens desenvolvidas a partir da renovação dos pressupostos da História Política, que vão muito além das atividades puramente político-partidárias ou institucionais. Ver: REMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003; ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

associação política e da imprensa estariam vinculadas ao seu projeto de nação republicana e ampliação da cidadania e de uma esfera pública nacional? Como Ramírez teria mediado suas propostas de unidade nacional, estabilidade política e construção da nação entre a sociedade e o Estado uruguaios por meio das diversas associações e periódicos em que atuou? Quais foram as *linguagens políticas*³³, utilizadas naquele período por Ramírez, para divulgar certas ideias, valores, símbolos políticos e sociais como forma de intervenção naquela conjuntura e construir a nação republicana? Será que Ramírez e seus companheiros de causa pensaram a nação a partir de referenciais estritamente internos ou o faziam, também, a partir de elementos político-intelectuais estrangeiros?

Para conseguirmos responder a essas e a outras questões que surgiram ao longo da pesquisa, recorreremos aos pressupostos teórico-metodológicos da História Intelectual, da História Conceitual³⁴ e da História dos Intelectuais. Inicialmente, trataremos sobre essa última vertente. Embora reconheçamos que as informações biográficas do indivíduo sejam importantes para a reconstrução de uma trajetória político-intelectual, não procuraremos realizar um estudo estritamente biográfico de Ramírez, pois nossa intenção é ir muito além disso.³⁵ Nesse sentido, acreditamos que Jean-François Sirinelli tenha toda a razão quando afirma que a História dos Intelectuais possa ser definida como “[...] um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”.³⁶

³³Ver: POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003; PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

³⁴Para um debate teórico-metodológico sobre as possibilidades de complementaridade entre as proposições da História Intelectual (em especial, as encabeçadas por Skinner e Pocock) e a História Conceitual de Koselleck, ver: JASMIN, Marcelo; GANTUS, Marcelo; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, Marcelo; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, p. 9-38.; DOSSE, François. *La marcha de las ideas: Historia de los intelectuales, historia intelectual*. PUV/Universitat de València, 2007.; RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Gechichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, Marcelo; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, p. 39-53.; PALTI, Elías J. La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. *História Unisinos*, v. 11, n. 3, p. 297-305, set./dez. 2007b.

³⁵Embora não seja nosso foco realizar um estudo estritamente biográfico de Ramírez, tais aspectos serão muito importantes para a nossa análise sobre o seu “itinerário” político-intelectual, pois acreditamos que contribuirão para compreendermos melhor como se deu a sua formação e posterior ação política de forma intensificada dentro do recorte temporal que estabelecemos em nossa pesquisa. Além disso, também nos utilizamos de fragmentos autorreferenciais escritos por Ramírez de modo disperso em diferentes textos seus, buscando alcançar tais objetivos. De qualquer forma, buscamos nos distanciar de um olhar acrítico, puramente descritivo e linear e, para isso, acreditamos que as considerações de Ângela de Castro Gomes, Pierre Bourdieu e Adriana Rodríguez Persico serão muito valiosas para alcançarmos tal objetivo. Trabalhamos melhor com tais reflexões no capítulo 1 de nosso trabalho.

³⁶SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 232.

Reconhecemos, assim como alerta Carlos Altamirano, que o termo “intelectual” não possui um único significado, sendo esse “[...] multívoco, polêmico e de limites imprecisos como o conjunto social que se busca identificar com a denominação de intelectuais”.³⁷ Não retomaremos, nesta tese, todo o debate sobre a historicização e as diversas conceitualizações do termo, pois há trabalhos recentes e de qualidade que já se dedicaram a essa discussão e balanço.³⁸ Por outro lado, também temos ciência da necessidade de definirmos minimamente o que entendemos por “intelectual” quando assim adjetivamos Ramírez. Nesse sentido, acreditamos ser necessário ter conhecimento sobre a atuação intelectual no oitocentos latino-americano. Ao denominarmos Ramírez como um “intelectual”, estamos considerando o que Jorge Myers apontou a respeito dessa questão. Segundo o autor, a partir das novas Constituições criadas após as independências dos países latino-americanos, as figuras do jurista e do publicista político crítico passaram a ser exemplos de ação intelectual naquele período. Cada um a seu modo, estiveram envolvidos com a construção dos novos Estados nacionais, pensando os novos ordenamentos políticos e buscando concretizá-los.³⁹

Ramírez possuiu as duas faces mencionadas, as quais, a nosso ver, complementaram-se totalmente. No entanto, embora ambas sejam relevantes para compreendermos a atuação dele, a que sobressaiu, em nossa perspectiva, foi a do publicista político. De fato, essa função contribuiu para a formação de uma esfera pública nos novos países latino-americanos, proporcionando, inclusive, o surgimento de algumas bases próprias desse processo, não necessariamente vinculadas aos domínios da Igreja ou dos Estados ainda em construção. Alguns desses componentes foram os seguintes: o desenvolvimento de uma imprensa periódica relativamente livre da censura imposta; a consolidação de um público leitor, mesmo que incipiente e nem sempre constituído por uma elite dirigente; e a criação, manutenção e transformação de espaços de sociabilidade compostos, na maioria dos casos, por associações literárias, educacionais e científicas.⁴⁰

³⁷ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 17. Optamos por realizar a tradução livre de todas as citações diretas em língua estrangeira presentes neste trabalho, sejam elas provenientes de referências bibliográficas ou das fontes documentais, exceto em relação a casos pontuais, mais especificamente no que tange a alguns poemas escritos por Ramírez – os quais analisamos no capítulo 1 – de modo a não comprometer sua forma e sentido originais.

³⁸Ver, por exemplo: WASSERMAN, Claudia. História Intelectual: origem e abordagens. *Tempos Históricos*, v. 19, 1º semestre de 2015, p. 63-79. Ver, também, a introdução e os capítulos da seguinte obra, organizada por Maria Elisa Noronha de Sá: NORONHA DE SÁ, Maria Elisa (Org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

³⁹MYERS, Jorge. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta inicio del siglo XX. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 29-50.

⁴⁰*Ibid.*, p. 38.

Como professor de Direito Constitucional e publicista político que foi, além de opositor aos diversos regimes políticos vigentes ao longo da segunda metade do século XIX uruguaio, Ramírez tornou público o seu projeto de uma nação republicana baseada na unidade e estabilidade políticas. Contra a “barbárie” das guerras civis e o autoritarismo vigentes ao longo do oitocentos, no Uruguai, criou e manteve os periódicos e as associações políticas já mencionados, além de ter colaborado ativamente em outros não necessariamente inaugurados por ele. Por meio desses espaços, discutiu e tornou públicos os principais elementos de seu projeto político nacional, visando à resolução dos problemas do país próprios daquele período.

Ainda, para além do que já indicamos, consideramos especificamente as práticas de mediação político-intelectuais estabelecidas por Ramírez.⁴¹ Tais práticas se deram tanto entre si e os demais escritores dentro de seus espaços de sociabilidade, quanto em relação a sua intenção de divulgar, por meio da imprensa, o projeto de “nação” republicana “ideal”⁴² que tinha em mente visando, a nosso ver, à constituição de uma esfera pública nacional. Isso ocorreu por meio dos periódicos e das associações que criou e com as quais colaborou, buscando tornar público seu projeto de nação republicana oriental.

Assim, além de mediar as relações com seus próprios pares, acreditamos que Ramírez também agiu enquanto um mediador ao ter tornado públicas as suas aulas universitárias de Direito Constitucional e a reelaboração e divulgação de uma nova história nacional. Também contribuiu para repensar a educação pública, participou da construção de escolas e bibliotecas populares pelo país, de modo a ultrapassar os espaços frequentados somente pelos setores “doutorais”, alcançar e abranger a população do interior do país e, assim, formar um público leitor maior e possuidor de uma consciência crítica. Tudo isso levado a cabo por meio das associações e periódicos aos quais esteve vinculado.

Nesse sentido, dialogando com Ángel Rama e conforme percebemos em Ramírez, a “nação ideal” deveria ser “ordenada”, pacificada, “moderna”, “letrada” e “civilizada”, além de abranger a “cidade”, ou melhor, a “nação real”.⁴³ Enquanto um membro da “cidade escriturária”⁴⁴ que era, essa caracterizada por seu restrito alcance, acreditamos que Ramírez

⁴¹Aqui, dialogamos com Sirinelli, defensor do argumento de que os “mediadores culturais” consistiriam naqueles atores político-sociais que realizam uma atividade mais abrangente, tais como os jornalistas, os professores e os escritores de modo geral. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 242. Como temos apresentado e ainda mostraremos ao longo desta tese, Ramírez possuiu as três características mencionadas.

⁴²RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Montevideo: Arca, 1998.

⁴³Ibid.

⁴⁴Ibid.

buscou ampliá-la de modo a concretizar a transição para uma cidade “modernizada”⁴⁵ e todas as ações de mediação já mencionadas estavam relacionadas com essa transformação.

Nesse sentido, consideramos Ramírez um “intelectual mediador” e, para embasar ainda mais a nossa visão, partimos das indicações de Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen. Conforme as autoras, a referida conceituação nos permitiria romper com a dicotomia rígida entre o “criador” da obra “original” e o seu “divulgador”, esse enquanto simples “reprodutor” de um conhecimento ou obra já elaborados por outros intelectuais. Ainda conforme Gomes e Hansen, tal dicotomia seria responsável por uma hierarquização que separaria as diversas atividades político-culturais, empobrecendo, assim, o debate sobre o tema. Além disso, ainda em consonância com as autoras, ao evitarmos reproduzir tal dualidade, aumentamos as possibilidades de análise a serem realizadas sobre a temática e não incorremos no erro de desvalorizarmos o referido objeto.⁴⁶

Assim, concordamos com Gomes e Hansen em relação à necessidade de se superar tal dicotomia, pois, em nosso entendimento, Ramírez não foi somente um “criador” ou estritamente um “divulgador” das ideias de outros intelectuais contemporâneos seus e/ou anteriores a ele. Acreditamos que a atuação político-intelectual de Ramírez tenha sido, na verdade, marcada por uma complementaridade entre essas duas características. De forma complementar, esse publicista elaborou seus textos e teve um forte apreço pela organização da prática associativa, pelos periódicos que criou e dos quais fez parte – muitos deles oriundos dessas próprias associações – ao longo do recorte temporal delimitado em nossa pesquisa. Sempre visando a uma circulação das ideias, por meio de sua ação político-intelectual e suas sociabilidades.

Nesse sentido, concebemos Ramírez como um “intelectual mediador” que teria mediado tanto os interesses e ideias “patriotas” que compartilhava com seus companheiros letrados, como na extrapolação dos limites da Universidade na qual dava suas aulas de Direito Constitucional, buscando difundir e democratizar o conteúdo de seu projeto de nação republicana. Tais práticas, em nossa perspectiva, seriam oriundas de sua capacidade de “ressonância” política e intelectual⁴⁷, “ressignificando” e difundindo novas ideias ao longo de sua trajetória.⁴⁸ Enquanto membro de uma “elite cultural” e política, acreditamos ser possível,

⁴⁵RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Montevideo: Arca, 1998.

⁴⁶GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia. Apresentação. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

⁴⁷Conforme a expressão de Sirinelli. SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-279.

⁴⁸Ainda dialogando especificamente com o que propõem Gomes e Hansen. GOMES; HANSEN, Op. cit., p. 18.

também, conceber Ramírez enquanto um intelectual possuidor de uma “ressonância” e “amplificação” intelectual e política, conforme os conceitos colocados por Jean-François Sirinelli.⁴⁹

Esse seria outro motivo de nos debruçarmos sobre a atuação de Ramírez em meio a tantos outros escritores daquele contexto, pois, em nossa ótica, foi um intelectual que, por ser possuidor dessa “ressonância” política e social⁵⁰, transitou entre vários espaços de sociabilidade. Assim, poderíamos considerá-lo um mediador entre vários publicistas, professores, literatos e políticos atuantes em diversos grupos daquele contexto, pois, em nossa perspectiva, ele tinha a capacidade de uni-los, por meio dos periódicos e associações, em prol de um mesmo ideal: a construção da nação republicana uruguaia, dando a ela forma definida.

Em outras palavras, Ramírez possuía uma considerável capacidade de aglutinação entre os demais agentes de seu contexto político, social e intelectual, conduta essa que já consistiria em uma forma de se pensar e praticar, por meio das suas sociabilidades, uma “unidade” para a nação que buscava projetar. Além disso, tinha a preocupação de “encontrar o povo”⁵¹ por meio de sua atuação político-intelectual. Ter tornado públicas suas aulas de Direito Constitucional, divulgando-as para além do espaço restrito da Universidade, conforme já indicamos, foi, a nosso ver, um exemplo dessa prática. Ainda, a elaboração e publicação de edições “populares”⁵² dos seus escritos e o direcionamento dos valores referentes às vendas de suas publicações para a causa da educação pública mantida por ele e os demais intelectuais⁵³ também podem ser concebidos como outros exemplos dessas mediações e de contribuição para a ampliação de uma esfera pública. Somado a tudo isso havia, a nosso ver, o caráter pedagógico das publicações, principalmente quando Ramírez contribuiu para a ressignificação da imagem histórica de Artigas, buscando fazer “justiça” ao prócer e tornando pública uma versão republicana e de

⁴⁹SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-279.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*: profesión de fé que dedica a la juventud de su patria. Montevideo: El Siglo, 1871, p. 28.

⁵² Como, por exemplo, a segunda edição do seu livro *Artigas*, a qual Ramírez publicou um ano antes de morrer, em 1897. A primeira edição “[...] se esgotou rapidamente” após ser publicada, em 1884. Na segunda edição, Ramírez desejou que ela estivesse ao “[...] alcance de todos”. Não teve “[...] ânimo de lucro”, e decidiu assim porque, a partir da sugestão de “muitas pessoas”, buscou atribuí-la um caráter de “edição popular”. RAMÍREZ, Carlos. Advertencia. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. 2a ed. Montevideo: Imprenta y litografía “La Razón”, 1897, s/p.

⁵³ Como está explícito na “Advertencia” do folheto *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*. RAMÍREZ, Carlos María. Advertencia. In: RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*: profesión de fé que dedica a la juventud de su patria. Montevideo: El Siglo, 1871. Para além das atas de reunião da *Sociedad de Amigos de la Educación Popular*, também é possível verificarmos informações sobre a construção das escolas e bibliotecas públicas por meio da seção “Suelos diversos”, de alguns números do periódico *La Bandera Radical*.

“precursor da nacionalidade oriental”⁵⁴ do referido “libertador”. Enfim, foi um intelectual que, por meio das associações e da imprensa, buscou, a nosso ver, mediar as reivindicações da sociedade em meio à construção e consolidação do Estado nacional, visando, assim, à ampliação de uma esfera pública no Uruguai do século XIX.⁵⁵

Daí que as noções de “itinerário” político-intelectual e “redes de sociabilidade”, também elaborados por Sirinelli, auxiliam-nos nessa empreitada. No que tange à ideia de “itinerário”, Sirinelli argumenta que o “mapeamento” do percurso intelectual e político de um indivíduo e/ou o cruzamento desse com as trajetórias de outros intelectuais ao longo do tempo consiste em um recurso frutífero para a compreensão dos processos políticos existentes. Tais contatos, ocorridos ao longo da trajetória do intelectual estudado, permitem que compreendamos melhor como se deram as “inspirações” e “escolhas” de caráter intelectual e político, adotadas pelo indivíduo, em consonância com outros agentes que cruzaram o seu caminho.⁵⁶

Esses itinerários cruzados proporcionam a formação das “redes de sociabilidade”, as quais consistiriam nos modos de se estabelecer uma ligação entre os intelectuais, ou melhor, seriam uma forma de os itinerários político-intelectuais se unirem em prol de uma determinada causa, segundo Sirinelli. E para que esse “entrelaçamento” possa ocorrer com maior concretude, os ambientes editoriais das revistas, os documentos de caráter público – tais como manifestos e abaixo-assinados – e outros espaços de sociabilidade têm papel muito importante na identificação de tais “redes” político-intelectuais, ainda conforme o historiador francês. Além disso, também acreditamos ser muito importante considerar o aspecto não somente físico de tais espaços, mas, também, o âmbito afetivo dessas “redes”. Sirinelli argumenta que, a partir dessa concepção, seria possível compreendermos a inter-relação entre o “afetivo” e o “ideológico”, sendo que o estudo das “redes” de sociabilidade permite que apreendamos, ao mesmo tempo, os “movimentos das ideias” e das sensibilidades envolvidas nessas relações.⁵⁷

⁵⁴RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 11.

⁵⁵Considerando, grosso modo, a reunião de pessoas privadas que, por meio de uma esfera pública literária – clubes, imprensa, associações – e da “racionalidade pública”, visam à construção de uma esfera pública política, responsável por intermediar sociedade civil e Estado, conforme nos indica Jürgen Habermas. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. Assim como já colocamos antes, tratamos, de modo mais aprofundado, a respeito do debate sobre a ideia de esfera pública no capítulo 2, não somente a partir da visão de Habermas, mas também das considerações de outros autores que vêm operacionalizando-a para pensar a formação da esfera pública nos países latino-americanos ao longo do século XIX.

⁵⁶SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

⁵⁷*Ibid.*, p. 249.

Acreditamos que considerar a existência dos sentimentos envolvidos em tais espaços – principalmente os que conotam “união”, “amizade”, “fraternidade” e “solidariedade”, como é o caso de Ramírez – nos ajudaria a compreender a formação de uma “geração” da qual esse publicista participou ativamente com a finalidade de intervir em sua realidade. Entendemos, ainda seguindo as indicações de Sirinelli, que, para além dos parâmetros etários, as sensibilidades afloradas a partir de determinados acontecimentos políticos “inauguradores” podem marcar uma *geração* de intelectuais, pois, concebemos essa enquanto um “produto cultural” e não somente “produto da natureza”.⁵⁸ No caso de Ramírez e os demais intelectuais uruguaios, acreditamos que as várias guerras civis, a *Revolución de Las Lanzas* e os governos militares poderiam consistir nesses acontecimentos, responsáveis por reforçar laços afetivos e políticos entre aqueles publicistas, professores e escritores de diversas faixas etárias.

Nesse sentido, a “geração” de Ramírez esteve envolvida e comprometida com uma causa pública de construção da nação republicana em meio aos descompassos de sua época, a partir da criação, organização e manutenção das redes de sociabilidade, materializadas pelos periódicos e pelas associações, e visando à ampliação de uma esfera pública nacional. A análise sobre essas duas formas de sociabilidade – imprensa e associações – permeará todo o nosso trabalho, pois os textos que Ramírez publicou e assinou, juntamente com os demais escritores e publicistas, foram divulgados por meio de sua atuação pública a partir desses espaços. Nesse sentido, para compreendermos melhor a criação e funcionamento de tais lugares, recorreremos ao que a historiadora argentina Hilda Sabato nos indica. Para Sabato, a partir, principalmente, da segunda metade do século XIX, as

[...] associações e a imprensa não atuavam somente no campo limitado da representação, da defesa ou da proteção dos interesses e das opiniões específicas de suas próprias bases, mas também *constituíam tramas conectivas que atravessavam e articulavam vertical e horizontalmente a sociedade*. Criavam, ademais, espaços de interlocução com o Estado e as autoridades, *constituindo instâncias decisivas na formação de esferas públicas*, próprias das repúblicas liberais em formação.⁵⁹

Nesse sentido, acreditamos, a partir dessas colocações de Sabato, que tais espaços, formados e geridos pelos intelectuais, serviam como “tramas” que “conectavam” a “nação”, dando forma a ela e, conseqüentemente, contribuía para a ampliação de uma esfera pública.

⁵⁸SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira; AMADO, Janaína (Coords.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 131-132.

⁵⁹SABATO, Hilda. Nuevos espacios de formación y actuación intelectual: prensa, asociaciones, esfera pública (1850-1900). In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 387, grifos nossos.

Tanto os periódicos criados na segunda metade do século XIX, quanto as associações voluntárias desse mesmo período tinham o propósito de consistirem em espaços de autogestão, visando a uma coletividade e um espírito de solidariedade entre seus membros em prol de uma causa pública que se propunha, ao mesmo tempo, “republicana” e “nacional”.⁶⁰ Esses elementos, muitas vezes, até se confundiam, como acreditamos ser o exemplo de Ramírez no caso uruguaio, assim como veremos ao longo dos capítulos de nossa tese.

Conforme ainda sugere Sabato, durante a consolidação dos novos ordenamentos políticos e sociais dos países latino-americanos, podemos conceber a imprensa e as associações enquanto espaços físicos e simbólicos de exercício da cidadania e nos quais estavam presentes os sentimentos de pertencimento a um grupo, concordando, indiretamente, com Sirinelli em relação a esse ponto. Nesse sentido, vários escritores “encontraram um campo de ação nesses âmbitos, os quais, por sua vez, converteram-se em lugar de treinamento, formação e desempenho de novos ‘intelectuais’”.⁶¹ Também estamos atentos ao que Adriane Vidal Costa e Claudio Maíz propõem para o estudo das redes de sociabilidades nacionais e transnacionais dos intelectuais latino-americanos. Consideramos as indicações dos autores tanto no que diz respeito às mudanças e resistências que as ideias podem sofrer devido a sua circulação e inserção aos diversos espaços, quanto no que tange à necessidade de se ponderar sobre a sua imaterialidade, contingência e mediações possíveis.⁶²

Acreditamos que essas indicações de Sirinelli, Sabato, Costa e Maíz nos sejam muito importantes, pois a atuação de Ramírez não se deu de forma individual, mas sim de modo multifacetado e por meio de suas sociabilidades – periódicos e associações –, que inaugurou, dirigiu e ajudou a manter juntamente com seus companheiros, conforme já indicamos acima.

Além disso, partimos do pressuposto de que, ao se associarem e publicarem seus escritos político-intelectuais por meio tais espaços, Ramírez e os demais escritores, professores e

⁶⁰SABATO, Hilda. Nuevos espacios de formación y actuación intelectual: prensa, asociaciones, esfera pública (1850-1900). In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 389.

⁶¹Ibid., p. 387, aspas da autora.

⁶²COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio. Introdução. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio. (Orgs.). *Nas tramas da “cidade letrada”: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais*. 1ª ed. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2018, p. 10-11. Também acreditamos ser muito válido citar outros trabalhos que versam sobre a formação das sociabilidades intelectuais e políticas, o compartilhamento de ideias em comum e sua relação com a intelectualidade ao longo do século XIX, com os quais também dialogamos diretamente, em maior ou menor grau, ao longo da tese, tais como: MOLINA, Eugenia. Sociabilidad y redes político-intelectuales: algunos casos entre 1800 y 1852. *CILHA*, 12 n. 14, 2011, p. 19-54; MAÍZ, Claudio. Las re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales. Redes de difusión en el romanticismo y el modernismo. In: COSTA; MAÍZ, Op. cit., p. 131-151; GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. Pedagogía societaria y aprendizaje de la nación en el Río de La Plata. In: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Orgs.). *Inventando la nación*. Iberoamerica, Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 565-589.

publicistas visualizaram uma forma de, ao mesmo tempo, praticar a cidadania, a “civildade”/“civilização” e a coesão comunitária que a sociabilidade política proporcionaria, segundo ele. Acreditamos que todos esses elementos estavam ligados a termos, valores e sentimentos adjacentes, como “república”, “democracia”, “união”, “inteligência”, “fraternidade”, “ordem”, “paz”, etc., e seriam os pilares de uma unidade de âmbito nacional que buscavam tornar pública, divulgando-a o máximo possível. Assim, Ramírez, a nosso ver, teria contribuído diretamente para projetar, mediar e divulgar essas propostas de unidade e de estabilidade política nacionais, tanto teoricamente, quanto no plano da construção de uma coletividade que estava sendo pensada e exercida por meio da prática político-sociológica.

Em outras palavras, a partir de cada uma das associações e dos ambientes editoriais dos periódicos nos quais atuou, Ramírez buscou construir uma nação republicana e “civilizada” em “miniatura”, tomando aqui emprestada uma expressão da historiadora Heloísa Starling⁶³ e adaptando-a para o contexto uruguaio do século XIX. Em nossa perspectiva, essas ideias, valores e práticas representaram, em escala menor, o que Ramírez e os demais intelectuais de fato buscavam a nível mais amplo: construir e dar “liga” à nação arrasada pelas guerras civis de décadas e o autoritarismo dos governos militares, e, assim, “tecer seus fios” soltos, conforme a expressão de Antônio Carlos Amador Gil.⁶⁴

Em completa interação com os postulados anteriores estão, em nossa perspectiva, as indicações de Renato Moscatelli, quando argumenta sobre a importância de dedicarmos nossa atenção não somente aos escritos em si mesmos, à biografia do autor e à sua contextualização, mas também considerarmos a intertextualidade contida nessas relações.⁶⁵ A nosso ver, essa indicação é, de acordo com Helenice Rodrigues da Silva, uma maneira de analisar determinado contexto histórico/intelectual no qual as ideias estão, de fato, inseridas.⁶⁶ Além disso, esse

⁶³Starling, ao relembrar a expressão “*ward-republics*”, de Thomas Jefferson, foca no processo de independência das Treze Colônias e a constituição da matriz republicana estadunidense, ainda no final do Século XVIII. Segundo a autora, “o mecanismo que transforma uma estrutura associativa em repúblicas em miniatura – ou, como definiu Thomas Jefferson, em *ward-republics* – é a extraordinária disposição para debater sobre todos os assuntos concernentes aos negócios públicos, discutir e trocar opiniões. Não menos importante para a formação desse mecanismo, elas também operam com uma mesma disposição de compartilhar entre seus membros a determinação para agir, a convicção de poder mudar as coisas no mundo público pelos seus próprios esforços.” STARLING, Heloísa Maria Murgel. A matriz norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 248, grifos da autora.

⁶⁴Originalmente, Antonio Carlos Amador Gil pensou este termo ao trabalhar com o caso da formação da nação argentina, mais especificamente no começo do século XIX. Assim, tomamos emprestado, desse autor, a referida ideia para tratar do caso uruguaio a partir da atuação político-intelectual de Ramirez. GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação: soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2001.

⁶⁵MOSCATELLI, Renato. História Intelectual: a problemática da interpretação de textos. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto: 2003, p. 48-59.

⁶⁶SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragments da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.

esforço também contribui para que apreendamos as linguagens políticas de determinado contexto histórico⁶⁷, as quais não são neutras, nem gratuitas, e que possuem a capacidade de interferir em um determinado contexto intelectual e político.⁶⁸

Essas últimas indicações, feitas por Renato Moscatelli e Helenice Rodrigues da Silva, são próprias da História Intelectual, da qual também nos utilizamos para alcançarmos nossos objetivos e responder às questões colocadas anteriormente. A História Intelectual, ao mesmo tempo em que se diferencia da antiga História das Ideias e da História dos Intelectuais, não possui uma problemática comum entre os pesquisadores que a operacionalizam⁶⁹, tem suas “[...] fronteiras frouxas, permeáveis, incertas [...]”.⁷⁰ Ainda, consiste mais em um “campo de estudos” do que uma disciplina propriamente dita, mas que está preocupada com a mutabilidade das ideias ao longo do tempo, como afirmou Carlos Altamirano.⁷¹ Além disso, está sujeita às várias denominações, a depender dos vínculos acadêmico-institucionais dos pesquisadores que a mobilizam.⁷²

Justamente por isso, como forma de se estabelecer um caminho minimamente balizado a seguir em nossa pesquisa, consideramos, como possibilidade teórico-metodológica indicada por François Dosse, o entrelaçamento entre “internalismo”, caracterizado pelo próprio conteúdo das obras, e o “externalismo”, o qual consiste na contextualização das formas de produção das ideias.⁷³ Recorremos, também, à formulação feita por Jorge Myers, a qual, acreditamos, auxilia-nos consideravelmente no estabelecimento de um norte para a compreensão dessa vertente:

Uma formulação muito sucinta poderia ser a seguinte: a história intelectual consiste em uma exploração da produção doutra realizada pelas elites letradas do passado, enfocada a partir de uma perspectiva que considera a própria condição de inteligibilidade histórica dessa produção como derivada de sua reinserção (por parte do pesquisador) em um contexto social e cultural – simbólico e material – historicamente específico [...]. O termo “douto” refere-

⁶⁷POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

⁶⁸LOPES, Marcos Antonio. *Para ler os clássicos da história intelectual: um guia historiográfico*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

⁶⁹DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁷⁰MYERS, Jorge. Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem. In: NORONHA DE SÁ, Maria Elisa (Org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p. 23. Ainda sobre os debates acerca do campo da História Intelectual na América Latina, ver também a introdução à obra que citamos nesta nota, escrita por Maria Elisa Noronha de Sá, e os demais capítulos do mencionado livro.

⁷¹ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, p. 10-11.

⁷²Cf. CHARTIER, Roger. *A História cultural*. Entre práticas e representações. 2ª ed. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Portugal: Difel, 2002; WASSERMAN, Claudia. História Intelectual: origem e abordagens. *Tempos Históricos*, v. 19, 1º Semestre de 2015, p. 63-79.

⁷³DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Tradução: Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 298.

se à necessidade de uma linguagem elaborada, complexa, que remeta a uma tradição [...].⁷⁴

E em total consonância com o que propõe Myers, está a nosso ver, o que, mais uma vez, indica Altamirano sobre a História Intelectual, quando sustenta que o objetivo dessa não é “[...] restabelecer a marcha das ideias imperturbáveis através do tempo [...]”, mas sim “[...] segui-las e analisá-las nos conflitos e os debates, nas perturbações e nas mudanças de sentido que lhes faz sofrer seu passar pela história”.⁷⁵ Nesse sentido, Elías Palti argumenta que a História Intelectual a ser realizada especificamente sobre o século XIX está para além de se pautar nos sentidos que as palavras têm ou tiveram nos dicionários, mas sim “reconstruir linguagens políticas”.⁷⁶ Ainda conforme Palti, “somente tomadas em seu conjunto, no jogo de suas inter-relações e defasagens recíprocos, revelar-se-ão, enfim, a natureza e o sentido das profundas mutações conceituais ocorridas ao longo do século [XIX] analisado”.⁷⁷

Segundo Palti, essa seria uma das maiores características responsáveis pelo distanciamento entre a História Intelectual e a tradicional História das Ideias, pois, conforme o autor, “uma linguagem política não é um conjunto de ideias ou conceitos, mas sim um modo característico de produzi-los”, entendendo, assim a “[...] lógica que as articula [...]”⁷⁸ e, também, evitar os “modelos ideais” e os “sistemas de pensamento”.⁷⁹ Além disso, esse caminho também evita a concepção errônea de que as ideias e os conceitos estão “fora de lugar”⁸⁰, entendendo, na verdade, que eles circulam e são ressignificados conforme os diversos interesses político-culturais e sociais dos variados períodos e contextos históricos.⁸¹

⁷⁴MYERS, Jorge. Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem. In: NORONHA DE SÁ, Maria Elisa (Org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p. 24, aspas do autor.

⁷⁵ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, p. 11.

⁷⁶PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007. p. 17.

⁷⁷Ibid., inserção nossa.

⁷⁸Ibid.

⁷⁹Ibid., p. 55.

⁸⁰Elías Palti nos informa de que o crítico literário Roberto Schwarz, ainda nos anos 1970, publicou um artigo no qual argumentava que as ideias estavam “fora de lugar” no Brasil. Tal publicação gerou a resposta da filósofa e socióloga Maria Sylvia de Carvalho Franco, em 1976, na qual a autora afirmava que as ideias estavam, sim, “no lugar”, asseverando que as ideias liberais não eram “estranhas” ao Brasil e que, se elas circularam publicamente nesse país, é porque encontraram condições para tal. Além desse debate, realizado no e sobre o Brasil, também houve discussões acerca do mesmo tema no e sobre o meio acadêmico e intelectual latino-americano. Alguns dos autores latino-americanos que se envolveram nessa discussão no mesmo período foram o argentino Arturo Andrés Roig, o mexicano Leopoldo Zea, o uruguaio Arturo Ardao e outros vários intelectuais. Sobre esse assunto, ver: PALTI, Op. cit.

⁸¹Alinhamo-nos às considerações teórico-metodológicas de Elías Palti e Adriane Vidal Costa sobre esse ponto, com a finalidade de superarmos os pressupostos da História das Ideias de cunho tradicional na América Latina, essa marcada pela defesa da importação de “modelos” ideológicos europeus que, em tese, não seriam próprios das características culturais e intelectuais dos países latino-americanos e, por isso, foram consideradas meras

Dessa forma, também é uma das nossas hipóteses a premissa de que Ramírez teria se utilizado de elementos político-intelectuais tanto próprios dos “republicanismos”, quanto dos “liberalismos” para pensar e construir a nação uruguaia durante a segunda metade do século XIX. Assim, acreditamos que considerar a circulação das ideias e dos conceitos se mostra muito relevante para isso. Nesse sentido, argumentamos que o intelectual uruguaio se valeu de linguagens e conceitos políticos ligados tanto à tradição republicana, quanto à liberal, enunciados ao longo do tempo por escritores uruguaio ou estrangeiros de diversos períodos históricos. Algumas dessas referências foram: Montesquieu, John Stuart Mill, Jules Michelet, Jules Simon, Benjamin Constant, Jean-Jacques Rousseau, Alexis de Tocqueville, Francisco Bilbao, Carlos de Castro, Domingo Faustino Sarmiento, entre outros. Nesse sentido, entendemos que a sua ideia de nação esteve permeada por uma densa complementaridade entre ambas as tradições de pensamento mencionadas.⁸²

Nesse sentido, acreditamos ser muito frutífera a complementaridade entre os postulados da História Intelectual e os da História dos Intelectuais para a análise do itinerário político-intelectual de Ramírez. Em nossa perspectiva, essa interconexão contribuirá muito para a “reconstituição” do contexto político-intelectual no qual aquele escritor atuou, dos “empréstimos” linguísticos e conceituais realizados e as suas formas de enunciação.⁸³ Além

cópias carregadas de “erros” ou “desvios” em sua inserção em tais locais. Dessa forma, no lugar da referida abordagem tradicional, preferimos seguir os pressupostos teórico-metodológicos que prezam pelos usos das linguagens e conceitos políticos, e suas formas de enunciação, ou seja, os modos de se intervir e de se mobilizar as ideias publicamente e em variados contextos históricos, o que nos permite compreender a circulação das ideias e conceitos, tais como os de “nação”, “liberalismo” e “republicanismo” em quaisquer espaços e temporalidades. Sobre esse debate, ver: PALTÍ, Elías J.; COSTA, Adriane Vidal (Orgs.). Prefácio - Os lugares das ideias na América Latina. In: PALTÍ, Elías J.; COSTA, Adriane Vidal (Orgs.). *História intelectual e circulação de ideias na América Latina nos séculos XIX e XX*. 1ª ed. - Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2021, p. 5-11; PALTÍ, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

⁸²Sobre esse ponto específico, dialogamos principalmente com os trabalhos de Elías Paltí, Gerardo Caetano, Natalio Botana e Javier Gallardo, principalmente a partir do capítulo 2, para tratar sobre os usos das linguagens e conceitos políticos relacionados às tensões entre os republicanismos e os liberalismos seja na América Latina, de modo mais geral, ou no Uruguai propriamente dito. Ver: PALTÍ; COSTA, Op. cit., p. 5-11; PALTÍ, Op. cit.; PALTÍ, Elías. Las polemicas en el liberalismo argentino. Sobre virtud, republicanismo y lenguaje. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS, Rafael. *El Republicanismo en hispanoamerica: Ensayos de historia intelectual y política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 167-209.; BOTANA, Natalio. *La tradición republicana*. Alberdía, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. 1ª ed. Buenos Aires: Edhasa, 2013; CAETANO, Gerardo. Genealogías de la política uruguaya moderna: el liberalismo como “concepto fundamental” y su primacía sobre el republicanismo en el siglo XIX. *Claves*. Revista de História, n. 2, jan-jun. 2016, p. 111-143; GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígenes de la democracia uruguaya. *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, vol. 5, n. 9, p. 3-44, 2003.

⁸³Acreditamos que as contribuições da chamada Escola de Cambridge, encabeçada por Quentin Skinner e John Pocock, assim como a História dos Conceitos alemã, liderada por Reinhart Koselleck, nos serão muito válidas para realizar essa análise, sem, no entanto, nos prendermos e/ou esgotarmos todos os seus postulados teórico-metodológicos. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; SKINNER, Quentin. *Visões da Política: Sobre os métodos históricos*. Lisboa: Alges/DIFEL, 2005; POCK, John. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006; KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a*

disso, permitirá que compreendamos como houve a circulação das ideias e conceitos, por meio dos itinerários cruzados, dos contatos e mediações estabelecidos entre Ramírez e os outros escritores dentro das suas “redes” intelectuais e das práticas políticas realizadas em determinado contexto histórico. Acreditamos que esse caminho seja válido, pois nos indica uma forma de concebermos que a formulação de novos projetos intelectuais esteve e está atrelada à busca pela compreensão de novas realidades políticas e sociais que estavam se constituindo, ainda mais no contexto latino-americano oitocentista em que tudo ainda estava “por fazer-se” no que diz respeito às novas nações em construção.⁸⁴

Além disso, consideramos pertinente, também, recorrermos ao “programa” que Carlos Altamirano nos propõe, o qual, em nossa perspectiva, interconectaria as vertentes sobre as quais discutimos anteriormente. Ainda, indicaria as formas de abordarmos nosso objeto não somente de forma teórica, mas também enquanto possibilidade metodológica, especialmente em relação aos tipos de escritos e textos que estamos utilizando como *corpus* documental em nossa tese. Concordando com Altamirano, explicitamos que o nosso objetivo consiste em também “[...] esboçar um programa possível de trabalho que comunique a história política, a história das elites culturais e a análise histórica da ‘literatura de ideias’”.⁸⁵

semântica e a pragmática da linguagem política e social. Tradução: Markus Hediger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. Sobre as possibilidades de complementaridade entre tais vertentes teórico-metodológicas, conferir as referências que indicamos na nota número 34. Isso nos permitirá dar mais espaço a autores latino-americanos que também adotam essa linha, mas estão totalmente atentos especificamente ao contexto político-intelectual oitocentista próprio daquela região. Ver: PALTÍ, 2007, Op. cit.; GRANADOS GARCÍA, Aimer; MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX*. México, D.F.: El Colegio de México/Centro de Estudios Históricos, 2009; CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS GARCIA, Aimer (Orgs.). *Crear la Nación*. Los nombres de los países de América Latina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008; EZCURRA, Mara Polgovsky. La historia intelectual latinoamericana en la era del “giro lingüístico”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Cuestiones del tiempo presente, 2010; ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Orgs.). *Inventando la nación*. Iberoamerica, Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003. PALTÍ, Elías J. La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. *História Unisinos*, v. 11, n. 3, p. 297-305, set./dez. 2007b.

⁸⁴PALTÍ, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007, p. 13. Sobre o papel das linguagens políticas na compreensão e classificação das novas realidades, mais especificamente na América Hispânica e Portuguesa e nos países latino-americanos recém-independentes, François-Xavier Guerra e Anick Lempérière afirmam que “a linguagem não é uma realidade separável das realidades sociais, um elenco de instrumentos neutros e atemporais do qual se pode dispor à vontade, mas sim uma parte essencial da realidade humana e, como ela, oscilante”. GUERRA, F. X; LEMPÉRIÈRE, Anick. Introducción. In: GUERRA, François-Xavier; LAMPÉRIÈRE, Annick (coords.). *Los espacios públicos en Iberoamerica*. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México: Centro de Estudios mexicanos y centroamericanos, 2008. Disponível em: <https://books.openedition.org/cemca/1450>. Acesso em 10/02/20.

⁸⁵ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, p. 14, aspas do autor. Altamirano, explicando mais profundamente sobre o que consistiria esse “programa” que propõe, afirma: “No caso do programa que trato de dimensionar, os textos são já eles mesmos objetos de fronteira, ou seja, textos que estão no limite de vários interesses e de várias disciplinas: a história política, a história das ideias, a história das elites e a história da literatura. O contorno geral desse domínio no âmbito do discurso intelectual hispano-americano foi traçado muitas vezes, e basta citar alguns de seus títulos clássicos para identificá-lo rapidamente: o *Facundo*, de Sarmiento; ‘Nuestra América’, de Martí; o *Ariel*, de Rodó; a *Evolución política del pueblo mexicano*, de Justo Sierra; os *Siete ensayos de interpretación de la*

Considerando que as nossas fontes são constituídas por impressos de tipos diferentes (artigos, atas de reuniões, ensaios, declarações, manifestos, escritos autorreferenciais, discursos etc.), acreditamos que essa proposição de Altamirano se faz pertinente para analisarmos os diferentes textos que Ramírez produziu e tornou públicos. Assim, esse “programa” “[...] não une somente conceitos e raciocínios, mas também elementos da imaginação e da sensibilidade” distribuídos entre eles.⁸⁶ Nesse sentido, também concordamos com Eliana de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier quando argumentam que os impressos políticos foram essenciais, em meio ao advento da modernidade, para: a formação da opinião pública; a publicização das ideias políticas; a consolidação das identidades, dos sentimentos de pertença coletiva e de construção nacionais.⁸⁷

Acreditamos que tais indicações teórico-metodológicas, em conjunto, mostram-se muito pertinentes e frutíferas para compreendermos as relações entre as ideias de “nação”, “civilização”, “barbárie”, “república”, “liberdade” e “ordem” – além de outros termos relacionados a esses – elaboradas e difundidas por aquele intelectual, por meio de suas sociabilidades, no Uruguai da segunda metade do século XIX em um contexto de construção nacional.

E, pelo fato de que iremos tratar, também, sobre a ideia de “nação” em nosso trabalho a partir do itinerário de Ramírez, pensamos ser necessário nos debruçarmos sobre os debates em relação a esse termo. Não reconhecemos a “nação” e seus termos correlatos enquanto algo já dado ou estabelecido previamente, mas sim como uma construção intelectual e política que se deu ao longo do tempo. Também já adiantamos que a discussão que fazemos sobre esse conceito se dá, de forma diluída, ao longo dos capítulos de nossa tese, conforme as problemáticas e fontes históricas o exigem, mas sempre relacionando-o com a trajetória político-intelectual de Ramírez e sua contribuição para a ampliação de uma esfera pública nacional.

Embora estejamos atentos aos debates da historiografia europeia sobre a ideia de “nação”, os quais se preocupam mais com os processos históricos dos países europeus, de fato⁸⁸,

realidad peruana, de Mariátegui; *Radiografía de la pampa*, de Martínez Estrada; *El Laberinto de la soledad*, de Octavio Paz”. ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, p. 15-16, grifos e aspas do autor.

⁸⁶ALTAMIRANO, Op. cit., p. 19.

⁸⁷DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. Introdução. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 9.

⁸⁸Tais como: HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Cecília Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208; NOIRIEL, Gérard. Repensar o Estado-Nação. Elementos para uma análise sócio-histórica. *Revista Ler História*, n. 41, 2001, Lisboa, Portugal, p. 39-54; HERMET, Guy. *História*

procuramos nos nortear a partir das considerações de uma linha historiográfica mais recente e dedicada aos processos específicos da América Latina. Assim, dialogamos mais com os autores latino-americanos que buscaram pensar a formação das nações naquela região, por uma chave de análise focada tanto na construção das identidades nacionais, como Maria Lígia Prado⁸⁹, quanto a partir da História Intelectual e Conceitual, tais como Hilda Sabato⁹⁰, Elías Palti⁹¹, José Carlos Chiaramonte⁹², Gerardo Caetano⁹³, Guillermo Palacios⁹⁴ e Pilar González Bernaldo.⁹⁵ Assim, o diálogo com esses autores permitirá analisarmos os “significados” contextuais de “nação” a partir da produção intelectual, ação política, das sociabilidades e da atuação de Ramírez *no e para* o âmbito público.

Nesse sentido, para conseguirmos alcançar os objetivos propostos anteriormente, e pensando em uma forma de organização desse trabalho de modo que a tese tenha uma inteligibilidade razoável de acordo com o que propomos, decidimos dividi-lo em 4 capítulos.

No primeiro capítulo, tratamos sobre a formação e algumas das inspirações político-intelectuais de Ramírez em meio às guerras civis e às tentativas de estabilidade política e nacional no Uruguai do século XIX. Em 1871, ao voltar da *Revolución de Las Lanzas* (1870-

das nações e do nacionalismo na Europa. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1996; ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; THIESSE, Anne-Marie. Ficcões criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, 2001/2002.

⁸⁹PRADO, Maria Lígia Coelho. Uma introdução ao conceito de identidade. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia da Costa (Orgs.). *Cadernos de Seminário Cultura e Política nas Américas*, v. 1, Assis: FCL-Assis/Unesp Publicações, 2009, p. 66-71.

⁹⁰SABATO, Hilda. Soberanía popular, ciudadanía y nación en Hispanoamérica: la experiencia republicana del siglo XIX. *Almanack Braziliense*, n. 9, p. 23-40, maio 2009; SABATO, Hilda. *Povo & política*. A construção de uma república. Tradução: Daniel da Silva Becker. Série História, 59. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

⁹¹PALTI, Elías. *La nación como problema*. Los historiadores y la cuestión nacional. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002; PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

⁹²CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Anos 90*, v. 1, n. 1, p. 49-83, 1993; CHIARAMONTE, José Carlos. Formas de identidad política en el Río de la Plata luego 1810. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”*, tercera serie, n. 1, p. 71-92, 1º Sem. 1989.; CHIARAMONTE, José Carlos. El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana. *Cuadernos del Instituto Ravignani*, n. 2, p. 5-39, Buenos Aires, octubre de 1991.

⁹³CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013; CAETANO, Gerardo. Identidad nacional y imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario. In: ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo. *Identidad uruguaya: ¿mito, crisis o afirmación?* 3ª. ed. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993, p. 75-96.

⁹⁴PALACIOS, Guillermo. El “otro” en el centro de lo “propio”: visiones de la alteridad en los nacionalismos iberoamericanos tempranos. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (Orgs.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. Assis: FCL-Assis/UNESP Publicações; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH/USP, 2010, p. 419-440.

⁹⁵GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. Pedagogía societaria y aprendizaje de la nación en el Río de La Plata. In: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Org.). *Inventando la nación*. Iberoamerica, Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 565-589; GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. La “identidad nacional” en el Río de la Plata post-colonial. Continuidades y rupturas con el Antiguo Régimen. *Anuario del IEHS “Prof. Juan C. Grosso”*, 12, TandH, UNCPBA, p. 109-122, 1997.

1872), uma das guerras civis de que participou, Ramírez rompeu os seus vínculos com o *Partido Colorado*, do qual era filiado até a deflagração desse conflito, e passou a criticar a forma violenta de se fazer política no país, pondo-se a defender a unidade nacional. A partir de então, não necessariamente de forma linear e sistematizada, passou a escrever alguns textos autorreferenciais e, neles, mencionou eventos e personalidades nacionais, regionais e internacionais históricos, os quais, ao longo de sua trajetória, teriam contribuído para a construção de sua identidade nacional e de sua formação político-intelectual. Os eventos pretéritos mencionados por ele foram: o desembarque dos “Trinta e Três Orientais” durante a “Cruzada Libertadora” – acontecimento e símbolos emblemáticos da independência em relação ao Império do Brasil, ocorrido mais de 20 anos antes de seu nascimento; e o exílio de sua família no Brasil em meio ao chamado Sítio de Montevideu (1843-1852), empreendido por Juan Manuel Rosas e Manuel Oribe durante a Guerra Grande (1838-1852). Também fez menção ao general e publicista oriental Melchor Pacheco y Obes (1809-1855), atuante na Defesa da capital, Montevideu, sitiada por Rosas e Oribe.

Outras personalidades e processos citados foram, em maior ou menor grau: o escritor, publicista e político argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888); o filósofo chileno Francisco Bilbao (1823-1865); e o historiador francês Jules Michelet (1798-1874). Além disso, também mencionou as mudanças ocorridas na Universidade de La República (UDELAR) a partir da inauguração da cátedra de Economia Política, realizada por Carlos de Castro (1835-1911), e como elas também contribuíram para a sua formação liberal e *principista*. Assim, as fontes históricas analisadas neste capítulo são os seguintes: *Sobre el “Facundo”* (1873); *La Universidad y el destino nacional* (1876); *La Independencia Nacional* (1879); *En el Banquete a Sarmiento* (1882); *Carlos Maria Ramírez “extranjero”!* (1887); e os poemas *La Guerra* (1878) e *Voto Nupcial* (1878). Além de tais textos, trabalhamos com as informações biográficas desse escritor fornecidas a nós por Raúl Montero Bustamente e José Maria Fernandez Medina, as quais são essenciais para compreendermos os principais pontos de sua formação e trajetória.

No segundo capítulo, analisamos as intervenções públicas e as práticas associativas de Ramírez em meio ao surgimento do *principismo*, a partir do final da década de 1860. Ramírez contribuiu ativamente para a criação e atuação desse grupo, o qual é considerado “herdeiro” do *fusionismo*⁹⁶ vigente nas décadas de 1850 e 1860. Ramírez buscou, a partir dos diversos espaços de sociabilidade intelectuais criados, dirigidos por ele mesmo e/ou com os quais colaborou,

⁹⁶De acordo com o que considera Juan Antonio Oddone: ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta. Una experiencia liberal en el Uruguay*. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956.

divulgar as ideias *principistas* de unidade nacional em detrimento das guerras civis ainda em curso.

Para isso, analisamos a sua atuação em diversos periódicos e associações político-intelectuais, tais como a *Sociedad de Amigos de La Educación Popular* (SAEP), de 1868 em diante, e os discursos e publicações feitas nesse e por meio desse espaço; do *Club Radical*, do *Partido Radical* e o respectivo periódico dessas associações, o *La Bandera Radical*, entre 1870 e 1871, e suas publicações; o ensaio *La Guerra Civil y los Partidos Políticos de La República Oriental del Uruguay* (1871), o qual circulou não somente no Uruguai, mas também na Argentina e no sul do Brasil; do *Club Racionalista* e o manifesto que marcou a fundação dessa associação, a *Profesión de Fe Racionalista* (1872); e o *Ateneo del Uruguay*, na década de 1880.

No terceiro capítulo, analisamos as ideias e linguagens político-jurídicas de Ramírez, buscando compreender os significados do Direito e, especificamente, o de “Constituição” naquele contexto de formação da nação “oriental”, esses enquanto instrumentos de construção nacional, ampliação da esfera pública e estabilidade política. Faremos isso por meio da análise das suas *Conferencias de Derecho Constitucional*, publicadas em vários números do periódico *La Bandera Radical*, no ano de 1871. Nessas *Conferencias*, inicialmente ministradas por ele em suas aulas de Direito Constitucional na UDELAR, Ramírez propôs as bases de um novo tratado constitucional, o qual, em sua visão, continha os elementos necessários para reformar a Constituição de 1830 e construir uma nova “nação”. Tais *Conferencias* possuíram uma reedição mais de vinte anos depois de sua publicação em *La Bandera Radical*, as quais foram compiladas e publicadas em forma de livro, pela prensa do diário *La Razón*, a pedido de vários alunos da UDELAR em 1897, um ano antes de sua morte, a qual também será objeto de nossa análise neste capítulo.

No quarto e último capítulo, analisamos como Ramírez participou do debate político-intelectual travado sobre a reescrita da história nacional, e as fontes a serem utilizadas serão as seguintes: o *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay* (1882), ensaio escrito e publicado por Ramírez em resposta à obra intitulada *Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay*, de autoria de Francisco Antonio Berra, um dos escritores que ainda reproduziam o antiartiguismo; e as polêmicas político-intelectuais que Ramírez travou, por meio das páginas do diário *La Razón*, com os publicistas argentinos do periódico *El Sud-América*, de Buenos Aires, em 1884, e reeditada em formato livresco, em 1897. Nosso foco, neste capítulo, será compreender como esse intelectual se dedicou a “fazer justiça” à imagem histórica do prócer de modo a reelaborar e, principalmente, a tornar público o passado do país ainda em disputa, durante o fim da década de 1870 e os anos 1880.

Assim, dialogando a todo momento com a bibliografia específica sobre esse contexto, nosso objetivo principal, neste último capítulo, será analisar o “lugar” de Ramírez dentro desse “revisionismo” e compreender quais foram os elementos que aquele intelectual mobilizou para ressignificar e tornar pública a reelaboração da imagem histórica de Artigas. Ramírez, diferentemente dos reprodutores do antiartiguismo, atribuiu a Artigas um significado republicano e institucional, visando tanto à construção e coesão nacionais, quanto à formação dos novos cidadãos orientais, contribuindo, assim, para a construção da já referida reelaboração da história nacional uruguaia.

CAPÍTULO 1. A FORMAÇÃO POLÍTICO-INTELLECTUAL DE CARLOS MARÍA RAMÍREZ E A BUSCA PELA UNIDADE NACIONAL

Neste primeiro capítulo, analisamos a formação político-intelectual de Ramírez ao longo do século XIX. Esta reconstituição foi marcada por alguns desafios relacionados à já mencionada escassez de trabalhos sobre a vida desse escritor. Devido a isso, realizamos essa empreitada do seguinte modo: tanto a partir das informações presentes nos trabalhos de cunho estritamente biográfico escritos por Raúl Montero Bustamante⁹⁷ e José M. Fernandez Saldaña⁹⁸, quanto por meio de alguns escritos autorreferenciais produzidos pelo próprio Ramírez. Tais fontes históricas são: *Sobre el “Facundo”* (1873); *El destino nacional y la Universidad* (1876); *La Independencia Nacional* (1879); *En el Banquete a Sarmiento* (1881); e *Carlos María Ramírez “extranjero”!* (1887). Além desses textos, também utilizaremos dois poemas publicados por Ramírez no ano de 1878, intitulados *La Guerra* e *Voto Nupcial*. Ou seja, todos eles foram elaborados na segunda metade do século XIX, mas também tratam, em maior ou menor grau, sobre processos político-intelectuais vivenciados por Ramírez em sua trajetória.

Os escritos autorreferenciais produzidos por Ramírez são dispersos e fragmentados, e estão presentes em vários textos diferentes desse escritor. Além disso, foram produzidos não necessariamente com a finalidade específica de consistirem em um gênero propriamente autobiográfico. Justamente por isso, não é de nosso interesse, nesse primeiro capítulo, realizar uma análise centrada em uma escrita de si propriamente dita. Embora tais fontes não possuam uma característica autobiográfica em sua totalidade, acreditamos que, para analisar a sua formação político-intelectual, não podemos desconsiderá-las, pois elas permitirão que tenhamos acesso às informações que o próprio Ramírez nos fornece sobre sua trajetória. Assim, diante da já mencionada escassez de informações sobre esse publicista, acreditamos que esse caminho seja necessário. Por meio de seus escritos, percebemos que ele tratou, em alguns momentos, sobre pontos de sua formação político-intelectual e, em outros momentos, buscou construir e reforçar sua própria identidade nacional e política. Procurou, também, legitimar-se enquanto oriental e projetar uma “ordem” institucional e nacional republicana em meio às várias guerras civis do século XIX no Uruguai.

⁹⁷ MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

⁹⁸ FERNANDEZ SALDAÑA, José M. RAMÍREZ, Carlos María. In: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías (1810-1940)*. Montevideo: Editorial Amerindia, 1945, p. 1040-1045.

Nesse sentido, Ramírez “selecionou” alguns eventos políticos e relatou experiências pessoais tais como o exílio que ele e sua família vivenciaram no Brasil em meio ao chamado Sítio de Montevideu (1843-1852) durante a Guerra Grande (1838-1852), e o desembarque dos “Trinta e Três Orientais” durante a Cruzada Libertadora. Esse último evento, emblemático na história do país, ocorreu ainda em meio à independência em relação ao Império do Brasil, ou seja, mais de 20 anos antes do seu nascimento. De qualquer modo, Ramírez argumentou sobre como todos esses acontecimentos foram importantes para a formação de sua identidade nacional e político-intelectual. Também relatou o que teria sido, a nosso ver, sua própria experiência em uma das guerras civis ao ter participado diretamente de um dos conflitos uruguaios da segunda metade do século XIX, a *Revolución de Las Lanzas* (1870-1872). Esse último acontecimento, conforme Montero Bustamante apontou, teria contribuído substancialmente para os rumos de sua trajetória dali em diante.⁹⁹

Concordamos com Bustamante em relação a esse ponto e percebemos que foi a partir desse momento que Ramírez passou a reiterar a sua identidade nacional e defender uma unidade e um novo ordenamento nacionais para o Uruguai em sua atuação político-intelectual. Além disso, fez menção a personalidades político-intelectuais históricas, tais como: o general e publicista “oriental” Melchor Pacheco y Obes; o escritor e publicista argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888); o historiador francês Jules Michelet (1798-1874) e seus ideais de laicismo e “nação”; o filósofo chileno Francisco Bilbao (1823-1865), ao racionalismo e ao republicanismo; e às mudanças ocorridas na Universidade de Montevideu, como a inauguração da Cátedra de Economia Política pelo professor Carlos de Castro (1835-1911), por exemplo.

Ao dialogarmos com os seus biógrafos e nos atentarmos para as menções que o próprio Ramírez realizou sobre tais eventos, personalidades, experiências e processos político-intelectuais – vivenciados por ele ou não –, acreditamos ser possível analisar e compreender os principais pontos de sua formação e trajetória. Além disso, podemos apreender as “justificativas” que elaborou para reiterar a sua própria identidade nacional oriental, “elegendo” os principais referenciais intelectuais e de homem público que almejou seguir como forma de pacificar e projetar um novo país. Também concebemos que esse esforço nos permitirá compreender os significados de “nação” presentes em Ramírez, como ele construiu suas sociabilidades e como se deu a circulação das ideias que contribuíram para a sua formação político-intelectual em meio àquele contexto de consolidação nacional.

⁹⁹MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

1.1. Nação e identidade nacional como elementos para a análise de um itinerário político-intelectual

Ao analisarmos a formação político-intelectual de um indivíduo, acreditamos ser necessário considerar algumas questões pontuais, tais como as mudanças ocorridas em sua trajetória. Bourdieu alerta para uma possível “ilusão biográfica” presente nessa análise, pois conduziria à concepção de que tais histórias não seriam mais que um “percurso linear”, um “caminho orientado” e de “finalidade prevista”, já estabelecida de antemão. Isso se daria a partir de alguns eventos ocorridos ao longo da vida do indivíduo e “escolhidos” por ele ou por seus biógrafos como forma de se dar e/ou reafirmar uma identidade própria para si mesmo. Assim, para o sociólogo francês, a construção dessa “trajetória coerente” seria uma “ilusão” pelo simples fato de o indivíduo nunca ser estático, pois, de uma forma ou de outra, desloca-se entre vários grupos, tendo contato com diversos indivíduos, “ocupando” diferentes “posições” ao longo de sua “trajetória”, dando margem, assim, à possíveis transformações.¹⁰⁰

Estamos de acordo com Bourdieu, pois, como veremos, Ramírez não teve uma trajetória totalmente coerente ou estática, conforme ele defende em alguns momentos, principalmente após a sua participação na guerra civil, no início da década de 1870, conforme já apontamos. Assim, esse momento teria contribuído para que reiterasse seus ideais de “nação”/“pátria”, união nacional e reforçasse seus principais referenciais político-intelectuais.

Nesse sentido, a questão da “unidade” da nação e da identidade nacional é um assunto que também perpassará por toda a nossa análise, pois consiste em uma temática que norteia, em maior ou menor grau, todo o itinerário político-intelectual de Ramírez. Em termos gerais, não é de nosso interesse retomar e/ou esgotar todo o debate sobre essa questão em nossa tese, nem mesmo temos a ambição de definir, *a priori*, o que seria uma “nação”.¹⁰¹ Assim como já alertaram alguns autores, essa tarefa é impossível¹⁰², sendo algo que só pode ser analisado a partir de uma chave de leitura que considere o processo histórico.¹⁰³ Ao invés disso, um dos

¹⁰⁰BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Coords). *Usos e abusos da História Oral*. Editora FGV, 2006, p. 183-189.

¹⁰¹Até porque, conforme afirma Eric Hobsbawm, existe uma grande dificuldade em se estabelecer critérios tanto “objetivos” quanto puramente “subjetivos” para designar uma nação, sendo que, até mesmo os mais utilizados ao longo da história como língua comum, religião e traços culturais comuns, território etc., mostraram-se ambíguos e mutáveis ao longo do tempo. HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 14-15.

¹⁰²ANDERSON, Benedict In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 7 apud SCHEIDT, Eduardo. Debates historiográficos acerca de representações de nação na Região Platina. *Revista eletrônica da ANPHLAC*, n. 5, 2006, p. 2; HOBBSAWM, Op. cit.

¹⁰³Como a lista é imensa, citamos somente alguns trabalhos. Em relação à Europa, mencionamos: HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Cecília Paoli; Anna

nossos objetivos não somente neste capítulo, mas em toda a nossa tese, é o de, a partir de algumas visões sobre o tema, matizar essa problemática sempre em consonância com o nosso objeto, sem, porém, retomar desnecessariamente tudo o que já foi produzido sobre a temática. Também procuramos nos distanciar dos postulados elaborados pela historiografia dita “tradicional-nacionalista”, a qual concebe a existência de “nações” e “nacionalismos” muito bem definidos desde o final da época colonial naqueles que viriam a se tornar os novos países latino-americanos, e defende que as independências consistiram em resultados “causais” e “fatais” desses elementos em cada um desses países.¹⁰⁴

Nesse sentido, ao invés de “inventada”¹⁰⁵, entendemos a “nação” como algo histórico e intelectualmente construído, assim como já deixamos claro na introdução de nosso trabalho. Concordamos com Eric Hobsbawm quando o autor afirma entender a “nação” como algo construído historicamente. No entanto, matizamos o argumento desse autor a respeito de que seriam somente o Estado e o nacionalismo os que criam as nações.¹⁰⁶ Assim, consideramos, também, que os intelectuais têm papel fundamental nesse processo, sejam eles literatos,

Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208; THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, 2001/2002. Já em relação à América Latina, mais especificamente à região do Rio da Prata: CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Anos 90*, v. 1, n. 1, p. 49-83, 1993; CHIARAMONTE, José Carlos. Formas de identidad política en el Río de la Plata luego 1810. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”*, tercera serie, n. 1, p. 71-92, 1º Sem. 1989; CHIARAMONTE, José Carlos. El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana. *Cuadernos del Instituto Ravignani*, n. 2, p. 5-39, Buenos Aires, octubre de 1991.

¹⁰⁴Essa visão foi elaborada, justamente, pelos próprios escritores rio-pratenses do século XIX latino-americano, já no período pós-independências, com o objetivo de se forjar uma narrativa de “nação” própria, definida e “soberana” em meio às guerras civis e das ainda imprecisas fronteiras territoriais. Dentre esses “primeiros historiadores”, podemos citar os argentinos da chamada “Geração de 37” Domingo Faustino Sarmiento, Vicente Fidel López e Bartolomé Mitre, por exemplo. Sobre essa discussão, ver os trabalhos de Fabio Wasserman: WASSERMAN, Fabio. *Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*. Universidad de Buenos Aires (UBA), Facultad de Filosofía y Letras. Tesis Doctoral (História), Buenos Aires, 2004; WASSERMAN, Fabio. *Formas de identidad política y representaciones de la nación en el discurso de la Generación de 1837*. Universidad de Buenos Aires (UBA), Facultad de Filosofía y Letras. Tesis de Licenciatura (História), Buenos Aires, 1996. Ver também: FREITAS NETO, José Alves. Mitre e a edificação de um patrimônio historiográfico argentino. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 7, p. 74-89, nov./dez. 2011. Já em relação ao Uruguai, os escritores que ficaram conhecidos pela construção da “orientalidade” e “História Nacional” uruguaia foram, além do próprio Ramírez, Francisco Bauzá e Juan Zorrilla de San Martín durante a segunda metade do século XIX, entre outros autores contemporâneos a eles. Essa história ficou conhecida como a “tradicional” ou “nacionalista” sobre o país e começou a ser escrita a partir da segunda metade da década de 1870. BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *História rural del Uruguay Moderno (1886-1894)*. Tomo II. La crisis económica. Montevideo: EBO, 1968. Ver também: CAETANO, Gerardo; RILLA, José. Prólogo. In: REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. 2ª ed. Montevideo: Arca/Nuevo Mundo, 1991, p. 5-11. Tratamos sobre os significados dessa (re)escrita da história uruguaia de forma mais aprofundada no capítulo 4 de nossa tese.

¹⁰⁵HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 19.

¹⁰⁶Ibid.

jornalistas, juristas, historiadores, etc., atuando de dentro do Estado ou não, como bem observou José Carlos Chiaramonte ao tratar sobre o caso latino-americano, mais especificamente em relação aos países da Região do Rio da Prata.¹⁰⁷ Além disso, Hobsbawm, juntamente com Ernest Gellner, utiliza, além do termo “invenção”, alguns outros como “artefato” e “engenharia social”¹⁰⁸ para se referir ao processo de construção das nações, com os quais não concordamos para a nossa abordagem. Nesse sentido, estamos em consonância com o que coloca Benedict Anderson, quando esse autor argumenta que o termo “nação” não é uma “invenção”, dotada de “falsidade”. Para Anderson, a “nação” seria uma “comunidade política imaginada” e “soberana”, pois, ao mesmo tempo, seus membros se sentem igualmente pertencentes à essa coletividade construída mentalmente, embora não se conheçam e nem se conhecerão.¹⁰⁹

Também acreditamos ser necessário termos em mente a relação entre as ideias de “nação” e de “pátria” ao longo do tempo. “Nação” era inicialmente mais abstrato, ligado ao simples “ato de nascer” ou lugar no qual se nasceu¹¹⁰, ao passo que o termo “pátria” e seus correlatos – “patriota” e “patriotismo” – são bem mais antigos, tendo sua utilização datada desde os romanos e sido mobilizado, com conotação política, ao longo de outros períodos da história.¹¹¹ Nesse sentido, “pátria” obtinha uma grande carga afetiva e foi vinculado aos anseios em relação a um “Estado livre”, possuidor de leis que garantiriam a felicidade e a liberdade, e o “patriota” seria o indivíduo que se dedicaria para que tudo isso fosse mantido. Tais características ajudariam a explicar, por exemplo, os usos desse termo no processo de independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, como forma de expressão da fidelidade à “pátria”.¹¹²

Especificamente sobre os processos político-intelectuais da Região do Rio da Prata, Adriana Rodríguez Persico afirma que o discurso autorreferencial ajudaria a construir e exaltaria a figura do “patriota” a um posto maior até que a do “legislador” e/ou a do “político”, sendo que, quando se alcança esse “título”, “[...] não é necessária nenhuma outra instância

¹⁰⁷CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Anos 90*, v. 1, n. 1, p. 49-83, 1993.

¹⁰⁸HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Cecília Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 19.

¹⁰⁹ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32-33.

¹¹⁰GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação: soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2001, p. 38.

¹¹¹Ibid.

¹¹²PÉRONNET, Michel. A Revolução Francesa em 50 palavras-chaves. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 236-237 apud GIL, Op. cit., p. 39.

legitimadora”.¹¹³ Como veremos, Ramírez utilizou muito o adjetivo “patriota” para se autorreferenciar em alguns de seus escritos.

É sempre necessário, também, lembrarmos que o ato de escrever durante o século XIX significou “ordenar” a nação, na tentativa de se alcançar a “racionalidade” e a “civilização”, como bem colocou Julio Ramos: “escrever, nesse mundo, era dar forma ao sonho modernizador; era civilizar, ordenar o sem sentido da barbárie americana”.¹¹⁴ A partir das palavras de Rodríguez Persico e de Ramos, podemos afirmar que Ramírez, em seu “itinerário”, reconhecia, nessa prática, um modo de “ordenar” o “caos” da “barbárie” das guerras civis de seu contexto, reafirmando-se como “oriental” e homem público construtor da nação.

Assim, diferentemente do sentido que tinha o termo “nação” durante o Antigo Regime, quando a soberania radicava totalmente no rei, essa passou a emanar dos cidadãos, do “povo”, e possuir elementos republicanos após a independência estadunidense¹¹⁵ e a revolução francesa¹¹⁶, cada uma delas, claro, com os seus processos intelectuais e políticos específicos.¹¹⁷ O surgimento do “novo” significado” de “nação” esteve atrelado a esse último processo histórico. Nesse sentido, a partir do que escreveu Siéyes, o termo passou a expressar “[...] uma pessoa moral, uma entidade jurídica, dotada de consciência e de uma vontade autônoma”¹¹⁸, estando no cerne do novo direito público que nascia e sem que necessariamente fosse passível de definição.¹¹⁹ A partir disso, o “nacional” estava ligado às questões internas, como a vontade geral, a representação, etc., e as funções externas, como a defesa contra o inimigo estrangeiro e a defesa da soberania da “nação”, situavam-se no âmbito da “pátria”.¹²⁰ No entanto, com o passar do tempo, os significados desses dois termos, “nação” e “pátria”, foram praticamente se

¹¹³RODRÍGUEZ PERSICO, Adriana. *Un huracán llamado progreso: utopía y autobiografía en Sarmiento y Alberdi*. Washington: Colección INTERAMER/Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos/OEA, 1993, p. 13.

¹¹⁴RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Tradução: Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 27.

¹¹⁵Ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel. A matriz norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 231-314.

¹¹⁶NICOLET, Claude. *L'Idée Républicaine en France (1789-1924)*. Essai d'Histoire Critique. Paris, Gallimard, 1982 apud SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e História: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. *Revista de História* (USP), 144, p. 151-180, 2001. Ver também: BIGNOTTO, Newton. A matriz francesa. In.: BIGNOTTO, Op. cit., p. 175- 230.

¹¹⁷Para mais informações sobre o processo histórico de independência dos EUA, ver: JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação (1776-1900)*. 2ª ed. rev. e ampl.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. Para mais informações acerca das motivações que levaram à Revolução Francesa e suas várias fases, ver: VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

¹¹⁸CELLARD, Jacques. *Ah! Ça ira çaira... Cismots que nous devons à la Revolution*. Paris: Balland, 1989 apud SANTOS, Op. cit., p. 160.

¹¹⁹Ibid.

¹²⁰Ibid.

confundindo, conforme aponta Antonio Carlos Amador Gil.¹²¹ A nosso ver, em Ramírez, é possível identificar esses dois significados juntos, conforme já apontamos antes.

De qualquer modo, acreditamos ser necessário termos sempre em mente que, na América espanhola, tais processos e mudanças de significados do termo “nação” estiveram inscritos na transição para a modernidade política na região, conforme argumenta François-Xavier Guerra.¹²² Concordamos com Guerra quando o autor argumenta que a nação moderna não consiste em “[...] um ser atemporal, [...] mas um novo modelo de comunidade política”.¹²³ Conforme o autor, esse novo modelo de nação se divide em dois tipos que se retroalimentam. Um deles seria o da “ordem ideal”, enquanto referência para as formas de pensar e agir coletivamente e buscar a concretização dos projetos. O outro seria um conjunto de ideias, valores, imaginários e comportamentos em relação à concepção de coletividade, ou seja, sobre a “[...] sua estrutura íntima, o laço social, o fundamento da obrigação política, sua relação com a história, seus direitos”.¹²⁴

Em consonância com essa pontuação de Guerra está o que coloca Fabio Wasserman em relação ao sentido político de nação. Para Wasserman, quando “nação” é vinculado à comunidade de indivíduos que estão sujeitos às mesmas leis de um governo soberano e autônomo não quer dizer necessariamente que aqueles deveriam ter mais alguma característica em comum. Nesse sentido, isso explicaria os motivos de, no século XIX, os significados políticos e étnicos de “nação” não estarem necessariamente associados em muitas ocasiões e, ainda, até a segunda metade do século XIX latino-americano, esse caráter político, “pactual” e “constitucional” de “nação” foi o que teria prevalecido.¹²⁵

Nesse processo de formação das diversas identidades políticas, balizado entre o processo das independências e, principalmente, no contexto de consolidação das nações, conforme aponta José Carlos Chiaramonte¹²⁶, o papel diversificado dos intelectuais latino-

¹²¹GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação: soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2001.

¹²²GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens. Tradução: Marco Morel. *Revista Maracanã*, v. 1, n. 1, 1999.

¹²³Ibid., p. 12.

¹²⁴Ibid.

¹²⁵WASSERMAN, Fabio. El concepto de nación y las transformaciones del orden político en Iberoamérica (1750-1850). In: SEBASTIAN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 851-869.

¹²⁶CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Años 90*, v. 1, n. 1, p. 49-83, 1993.; CHIARAMONTE, José Carlos. Formas de identidad política en el Río de la Plata luego 1810. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”*, tercera serie, n. 1, p. 71-92, 1º Sem. 1989.; CHIARAMONTE, José Carlos. El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana. *Cuadernos del Instituto Ravignani*, n. 2, p. 5-39, Buenos Aires, octubre de 1991.

americanos oitocentistas – sendo esses juristas, literatos, professores, publicistas, etc. – foi notável para a construção do “civismo”.¹²⁷ Nesse sentido, os escritos impressos produzidos por eles, em suas trajetórias, podem ser vistos como “literaturas de ideias”, assim como propõe Carlos Altamirano e como já indicamos antes. Na esteira do que coloca esse último autor, tais documentos possuíam tanto o caráter racional quanto o viés sentimental, pois eles estavam relacionados à política e à vida pública, de busca por um ordenamento político que fosse “duradouro” e que visasse à identidade nacional.¹²⁸

Dentro desse contexto de (re)construção da identidade e construção nacionais do século XIX, abundaram os intelectuais que Jorge Myers denominou “letrados patriotas”, os quais teriam exercido o papel de “[...] artífices [...] das novas identidades regionais que começavam a surgir das ruínas do império caído [...] um ‘intelectual’ cuja tarefa se definia como ‘porta-voz’ [...] dos interesses de sua pátria [...]”.¹²⁹ Ainda conforme Myers, esse tipo de intelectual teria contribuído para a representação que, de si mesmos, fizeram os escritores atuantes ao longo do século XIX na América Latina.¹³⁰

Assim, ao longo da sua “literatura de ideias”, acreditamos que Ramírez, enquanto um “letrado”/“intelectual patriota” que parecia buscar ser, construiu e reforçou, discursivamente, sua identidade enquanto “oriental” ao longo de sua formação político-intelectual. Essa característica, para ele, não teria se perdido no tempo, tendo sido algo “duradouro” e “inexplicável”, conforme veremos posteriormente ainda neste capítulo. Nesse sentido, as considerações anteriores são condizentes com a forma de Ramírez ter concebido a nação/pátria uruguaia/oriental e de ter se sentido pertencente a essa coletividade política nacional, em meio aos debates intelectuais e os processos históricos de construção do Uruguai recém-independente.

Também sobre esse significado moderno e político do termo “nação” está, a nosso ver, o que argumenta Hilda Sabato, especificamente em relação ao vínculo existente entre “nação”, “cidadania” e republicanismo especificamente no século XIX latino-americano. Concordamos com Sabato quando a autora afirma que, ao longo do século XIX, “[...] nação foi sinônimo de República, ainda que os significados de uma e de outra fossem múltiplos e matéria de

¹²⁷ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 9-27.

¹²⁸ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, p. 20.

¹²⁹MYERS, Jorge. El letrado patriota. Los hombres de letras hispanoamericanos en la encrucijada del colapso del imperio español en América. In: ALTAMIRANO (dir.), Op. cit., 2008, p. 121-122, aspas do autor.

¹³⁰Ibid.

profundas, às vezes sangrentas, disputas que atravessaram boa parte de todo o século”.¹³¹ Segundo Sabato, as tentativas de se criar/construir a nação moderna, nesse contexto pós-independências, era necessariamente “[...] desenhar, e pôr em marcha e sustentar *instituições políticas*.”.¹³²

Seguindo a mesma linha de Sabato, mais especificamente no que diz respeito à nação enquanto comunidade “fundamentalmente política” em toda a América Latina no período pós-independências, está o que Pilar González Bernaldo argumenta.¹³³ Embora reconhecendo não ser possível conceber a existência de nações já estabelecidas durante o processo das independências e na primeira metade do século XIX, González Bernaldo entende que a nação e a identificação relacionada a ela estavam ligadas às tentativas de construção institucional dos novos Estados. No entanto, não se restringia a eles, pois a sociedade também contribuiu para a construção da unidade do corpo social.¹³⁴

Partindo do caso argentino, a autora estabelece a ideia de “nação identitária” para o estudo sobre os projetos de nação elaborados no século XIX não somente naquele país, mas também nos outros países latino-americanos, mas reconhecendo as diferenças existentes entre eles. A referida ideia de “nação identitária” estaria baseada nos princípios de “civilidade”/“civilização” e de sociabilidade como elementos de pertença à comunidade, os quais contribuiriam para a conformação dos projetos e identidades nacionais individuais e coletivos. Nesse sentido, segundo a autora, tal abordagem faz com que estejamos atentos a duas questões importantes. Uma delas é não reproduzir os postulados de uma história dita “nacionalista” – iniciada no século XIX, inclusive, conforme já indicamos antes. A outra diz respeito a não seguirmos totalmente os postulados das visões mais recentes sobre o tema, tais como as encabeçadas por Chiaramonte e que a autora chama de “comunitário-autonomista”, a qual pressupõe a existência de identidades “a-nacionais” que se sobrepõem à identidade nacional.¹³⁵

Acreditamos que todas as considerações anteriores sejam importantes para compreendermos a concepção de nação/pátria que Ramírez possuía a partir de sua trajetória político-intelectual. Embora já tenhamos alertado que não definiremos rigidamente *a priori* o

¹³¹SABATO, Hilda. Soberanía popular, ciudadanía y nación en Hispanoamérica: la experiencia republicana del siglo XIX. *Almanack Braziliense*, n. 9, 2009, p. 24.

¹³²Ibid., p. 26, grifos nossos.

¹³³GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. La "identidad nacional" en el Río de la Plata post-colonial. Continuidades y rupturas con el Antiguo Régimen. *Anuario dei/EHS "Prof. Juan C. Grosso"*, 12, TandH, UNCPBA, 1997, p. 109-122.

¹³⁴Ibid.

¹³⁵Ibid., p. 117.

que foram esses termos para Ramírez, acreditamos ser importante apontar algumas características sobre essa concepção. Conforme já apontamos na introdução desta tese, acreditamos que, em Ramírez, os termos “nação” e “pátria” se confundem, englobando-se um ao outro e tendo o mesmo significado. Nesse sentido, aqueles termos, a nosso ver, são dotados de um caráter mais sociopolítico e jurídico em Ramírez, pensados e mobilizados enquanto um “Estado”, uma comunidade de cidadãos livres, soberanos e “civilizados”, que deveriam viver sob as mesmas leis de uma Constituição republicana e abertos aos elementos “de fora”. Além disso, seriam membros de uma comunidade política democrática que deveria compartilhar os mesmos símbolos e valores próprios de uma sociabilidade harmônica e coesa.

Em meio às instabilidades políticas daquele momento, percebemos nitidamente que Ramírez entendia ser necessário sempre reforçar os laços de “solidariedade” nacional ou a identificação com a cidadania¹³⁶ “oriental” que sempre afirmou ter. Tudo isso devido à sua constante insatisfação com a realidade violenta que atentava contra uma nação republicana, a ser construída “racional” e institucionalmente, conforme concebido por ele. Além disso, a questão da igualdade jurídica é outro ponto digno de nota.¹³⁷ Como veremos mais profundamente no terceiro capítulo, Ramírez também se debruçou sobre a elaboração de um tratado constitucional para a nação uruguaia, intitulado *Conferencias de Derecho Constitucional*, resultado de suas aulas na Universidade e que foi publicado no periódico *La Bandera Radical*.

Ainda, para compreendermos a identidade política e nacional que Ramírez construiu para si, destacamos dois dos três tipos de identidade que o sociólogo jamaicano Stuart Hall elenca¹³⁸: a do “sujeito iluminista”, centrado em um “núcleo interior”, autônomo, dotado de razão e consciente da necessidade de ação; e a do “sujeito sociológico”, que pressupunha a insuficiência individualista e de autonomia intrínsecas ao sujeito iluminista, sendo que a formação do indivíduo se daria em contato com ““outras pessoas importantes para ele”” quando de sua interação com essas.¹³⁹ Nesse sentido, o núcleo interior – o “eu real” – ainda permaneceria no sujeito, mas esse é constituído a partir das interações entre os mundos “pessoal” e “público” e, assim, a identidade “costura” o sujeito ao contexto no qual vive.¹⁴⁰

¹³⁶De acordo com a discussão realizada por Gerard Noiriel acerca dos elementos jurídicos e sócio-históricos da “nação”, tais como a cidadania e a solidariedade. NOIRIEL, Gérard. Repensar o Estado-Nação. Elementos para uma análise sócio-histórica. *Revista Ler História*, n. 41, 2001, Lisboa, Portugal, p. 39-54.

¹³⁷Ibid.

¹³⁸São elas: as identidades do “sujeito do iluminismo”; do “sujeito sociológico”; e do “sujeito pós-moderno”, responsável pelo total “descentramento” do sujeito iluminista. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

¹³⁹Ibid., p. 11.

¹⁴⁰Ibid.

Tais considerações são válidas, pois, em nossa perspectiva, ao construir a sua própria identidade nacional, Ramírez também o faz a partir das interações que exerceu com o contexto político e intelectual no qual viveu, relatando os fatos e personalidades políticas e intelectuais que se destacaram em sua trajetória e na história do Uruguai.

Ainda no mesmo caminho, Maria Lígia Coelho Prado argumenta que a identidade nacional não é uma “essência” pré-estabelecida e imune às mudanças de sentido históricos, sendo elaboradas por meio dos projetos de “nação” a ser construída e possuírem a capacidade de fazer florescer os sentimentos de pertença coletiva a uma “comunidade”.¹⁴¹ Nesse sentido, o processo de construção de identidades pressuporia, entre outras coisas, a supressão dos conflitos e hierarquias, caminho esse que proporcionaria uma “[...] adesão homogênea, harmoniosa e coletiva em oposição a um ‘outro’ imaginado”.¹⁴² Além disso, Prado, concordando com Pierre Ansart, chama a atenção para o fato de as identidades não serem concebidas somente por meio do âmbito cultural, pois tal questão também estaria vinculada tanto à razão quanto aos sentimentos, “[...] ligando-se umbilicalmente às paixões políticas, às emoções coletivas, que supõem amor ou ódio a uma determinada causa”.¹⁴³ Assim, a autora argumenta que as identidades estão sempre sujeitas a mudanças e às “[...] readaptações e ressignificações, passando por um processo incessante de construção/reconstrução”.¹⁴⁴

Nesse sentido, as ideias de “oriental” e de “orientalidade” expressadas por Ramírez ao longo de seu “itinerário”, como designativo de “patriotismo” e de uma identidade nacional própria, são fundamentais para a discussão neste trabalho. Como bem alertou Gerardo Caetano, o “Uruguai nasceu antes que os uruguaios, o Estado precedeu à nação”.¹⁴⁵ Nesse sentido, assim como em vários outros países latino-americanos, foi necessário ir construindo-a aos poucos. Antes de adotar o nome oficial de República Oriental do Uruguai, o país platino passou por vários processos de formação nacional e obteve outros nomes, tais como “Província Oriental”, “Estado Oriental”, “Província Cisplatina”, por exemplo. No entanto, de modo geral, a “Banda Oriental” do Rio da Prata – denominação da posição geográfica considerada em relação à Buenos Aires –, foi o que designou, de fato, uma identificação política em detrimento daquilo

¹⁴¹PRADO, Maria Lígia Coelho. Uma introdução ao conceito de identidade. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia da Costa (Orgs.). *Cadernos de Seminário Cultura e Política nas Américas*, Volume 1, 2009, p. 67.

¹⁴²Ibid., p. 66.

¹⁴³ANSART, Pierre. *La gestion des passion politiques*. Lausanne, L'Âge d'Homme, 1983 apud PRADO, Op. cit., p. 67.

¹⁴⁴PRADO, Op. cit., p. 68.

¹⁴⁵CAETANO, Gerardo. Identidad nacional y imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario. In: ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo. *Identidad uruguaya: mito, crisis o afirmación?* 3ª. ed. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993, p. 81.

que, ao menos, tinha-se a certeza de não ser: portugueses, brasileiros ou portenhos. Desse modo, a localização geográfica passou a ter um caráter político de identificação nacional desde o processo de independência política tanto em relação à Portugal/Império do Brasil, quanto aos argentinos/portenhos.¹⁴⁶

Assim, os termos “oriental” e “uruguaio” sempre foram dotados de caráter político e objetos históricos de disputa na construção de uma identidade nacional naquele país. Embora não seja nosso objetivo, aqui, esgotar todos esses significados mobilizados ao longo da história uruguaia, acreditamos ser válido, para nossa discussão, ter em mente algumas questões. Ao longo do recorte temporal que estabelecemos, o termo “oriental” era mais mobilizado por aqueles “[...] que privilegiavam o papel da tradição e o passado histórico na configuração dos referentes identitários [...]”.¹⁴⁷ Por outro lado, a designação “uruguaio” era utilizada por “[...] aqueles que postulavam certos princípios de validade ‘universal’ associados à realização de um determinado projeto de país [...]”.¹⁴⁸ Ainda conforme Frega, “uruguaio” estava mais ligado a uma concepção urbana, da capital, e “oriental” seria um termo mais ligado ao interior do país.¹⁴⁹

No entanto, acreditamos ser necessário matizar esta questão. Concebemos que o sentido de oriental, inscrito nos textos de Ramírez, também se entrelaça com o adjetivo de uruguaio, ou seja, para nós, ambos os termos não possuíam sentidos diferentes em seus escritos. Embora ele utilizasse muito mais o termo oriental ou República Oriental do que uruguaio ou simplesmente Uruguai, a todo momento, invertia os significados contidos nos dois termos apontados por Frega. Assim, como veremos ao longo de nossa pesquisa, Ramírez fundiu os sentidos daqueles designativos como se buscasse, de fato, unir, no plano discursivo, a nação/pátria. Nesse sentido, o termo oriental obtinha, para Ramírez, tanto parte do passado histórico, ligado a determinados símbolos nacionais e político-intelectuais elencados por ele, quanto o caráter urbano, com sua caracterização mais universal, cosmopolita e aberta ao “de fora”, aspirante à modernidade.

Isso fica evidente quando, ao ter reforçado sua própria condição de “patriota” e “natural” de “oriental”, evocou eventos e personalidades políticos e intelectuais pretéritos, mas, ao mesmo tempo, representativos do âmbito urbano e cosmopolita. De uma forma geral,

¹⁴⁶FREGA, Ana. Uruguayos y orientales: itinerario de una síntesis compleja. In: CHIARAMONTE, Jose Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS GARCIA, Aimer. *Crear la Nación*. Los nombres de los países de América Latina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008, p. 96. Também dialogamos com João Paulo Pimenta a respeito dessa temática. PIMENTA, João Paulo G. Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma História da identidade Oriental (1808-1828). In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 27-55.

¹⁴⁷FREGA, Op. cit., p. 96.

¹⁴⁸Ibid., aspas da autora.

¹⁴⁹Ibid.

acreditamos que, para Ramírez, a “orientalidade”, enquanto projeto nacional, era embasada por elementos como a ordem institucional, a cidadania, a sociabilidade política harmônica e a “civilidade”/“civilização”, elementos esses que dariam a sustentação necessária para a nação republicana.

De qualquer modo, o retorno a esse período de formação e trajetória político-intelectual de Ramírez nos permite compreender como se construiu o *itinerário* desse professor e publicista uruguaio em meio aos anseios e projetos carregados de “interesses nacionais” existentes no processo de consolidação da nação. Conforme afirma Guillermo Palacios, o estudo sobre tais “interesses nacionais” e suas formas de enunciação na América Latina do século XIX é cada vez mais necessário, “[...] pois eles são determinantes de um conjunto crucial de outros elementos do cimento da ideia de ‘nação’ e de seus correlatos nacionalismos e nacionalidades”.¹⁵⁰

Esses “interesses” de âmbito nacional dos quais trata Palacios, existentes nos países latino-americanos do século XIX, pressupunham algo maior do que interesses localizados e, no Uruguai daquele período, estavam relacionados à unidade/união da nação ou, conforme coloca Gerardo Caetano, eram expressões de uma “cultura da unidade” nacional.¹⁵¹ Dessa forma, a temática da nação e da identidade nacional contribuem para compreendermos a formação e o “itinerário” político-intelectual de Ramírez, e os significados de “nação”, “pátria”, “república” e “civilização” em meio à “cultura da unidade” nacional e aos “interesses nacionais” no Uruguai do século XIX.

1.2. Entre a violência e a “cultura da unidade” nacional¹⁵² oriental

O historiador argentino Elías Palti tem toda razão quando afirma que o século XIX latino-americano representou “[...] um momento de refundação e incerteza, no qual tudo estava por fazer-se e nada era certo e estável”.¹⁵³ Em meio aos anseios de se constituir países novos, com costumes novos, próprios, buscava-se a “ordem” diante do “caos”. Era preciso ter um

¹⁵⁰PALACIOS, Guillermo. El “otro” en el centro de lo “propio”: visiones de la alteridad en los nacionalismos iberoamericanos tempranos. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (Orgs.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. Assis: FCL-Assis-UNESP, p. 422, grifos nossos, aspas do autor.

¹⁵¹CAETANO, Gerardo. La cuestión del origen de los partidos: el pleito entre distintas maneras de concebir la asociación política. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 197-213.

¹⁵²De acordo com o termo elaborado por Caetano. CAETANO, Op. cit.

¹⁵³PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007, p. 13.

destaque próprio em relação às outras novas nações, ao mesmo tempo em que o peso do passado ainda se fazia presente naquele momento: “Rompidas as ideias e instituições tradicionais, abria-se um horizonte vasto e incerto. Qual era o sentido desses novos valores e práticas a seguir era algo que somente poderia estabelecer-se em um terreno estritamente político. [...] Esse será, enfim, *o tempo da política*”.¹⁵⁴ Esse “tempo da política” também foi o momento em que se deu a construção das identidades e Estados nacionais recém-independentes em meio aos conflitos internos e externos em que esses novos países estavam envolvidos. Conflitos esses que, em muitos casos, ainda eram resultado das especificidades e problemas políticos e sociais históricos de cada nova sociedade latino-americana.¹⁵⁵

Conforme argumenta Gerardo Caetano mais especificamente em relação ao século XIX uruguaio, em um período no qual havia a “indefinição das fronteiras” não somente no sentido territorial, mas em variados âmbitos – jurídicos, políticos, culturais e econômicos –, também não havia ideais claros e definidos de “nação” ou imaginários de caráter nacionalista bem consolidados. Nesse sentido, desde às “origens do Estado”, na primeira metade do oitocentos, até o início do último terço do século XIX, período no qual já estava em vigência a internacionalização dos mercados, havia a necessidade de, ao mesmo tempo, valorizar a “orientalidade” e reiterar a autoridade do país diante de seus “gigantes” vizinhos – Brasil e Argentina. Além disso, havia uma articulação de caráter dialético entre o “interno” e o “externo”, devido às ondas imigratórias que chegaram ao Uruguai mais intensamente a partir da década de 1860¹⁵⁶, proporcionando um processo de “integração” daquela por meio do “prospecto” proporcionado pelos projetos modernizadores.¹⁵⁷

No plano externo, já estava em curso a Guerra do Paraguai, que envolveu, além, evidentemente, desse último país, o Uruguai a Argentina e o Brasil. No plano interno, no mesmo

¹⁵⁴PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007, p. 13-14, grifos do autor.

¹⁵⁵Cf. PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. 3ª ed. São Paulo: Atual, Campinas, SP/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.

¹⁵⁶De meados do século XIX em diante, o Uruguai recebeu grandes ondas imigratórias, em sua maioria providas da Europa, que foram resultado do aumento das atividades portuárias e da navegação de cabotagem, por exemplo. Além disso, a criação e exploração do gado de lã, na área rural, também demandou maior mão de obra, suprida em boa parte pelos imigrantes. Não à toa, a partir da década de 1860, o país também sofreu um crescimento demográfico considerável e os imigrantes dos mais diversos países europeus constituíram algo em torno de 60% da capital uruguaia. BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Banda Oriental, 1990a. Dentre os imigrantes europeus, estavam ingleses, franceses, espanhóis, italianos, alemães, suíços e austríacos. Cf.: ZUBILLAGA, Carlos. Breve panorama da imigração maciça no Uruguai (1870-1931). In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 420-460.

¹⁵⁷CAETANO, Gerardo. Identidad nacional y imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario. In: ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo. *Identidad uruguaya: mito, crisis o afirmación?* 3ª. ed. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993, p. 80-82.

contexto, teve início a *Revolución de Las Lanzas* (1870-1872), um levante iniciado pelos *blancos* liderados por Timoteo Aparicio, um dos caudilhos desse partido. Esse conflito foi mais um fator que veio a pôr em xeque a estabilidade política, já tão vilipendiada há décadas, desse país do Cone Sul durante o governo *colorado* de Lorenzo Batlle (1868-1872).¹⁵⁸

Em meio a tudo isso, as origens familiares, as amizades, a formação escolar, universitária, intelectual e política de caráter liberal de Ramírez, além das desarticulações políticas e da violência em meio às quais viveu desde sua infância, contribuíram, inicialmente, para que esse escritor se filiasse ao *Partido Colorado* em sua juventude.¹⁵⁹ Conforme Raúl Montero Bustamante, aquela agrupação política consistia em uma “[...] espécie de escola ideológica e idealista em que militavam todos os seus [de Ramírez] companheiros da Universidade.”¹⁶⁰

Mesmo *colorado*, Ramírez foi um crítico ferrenho do governo do seu companheiro de partido, Lorenzo Batlle (1868-1872). Em 1869, os irmãos Carlos María e José Pedro Ramírez

¹⁵⁸ Lorenzo Batlle foi pai de José Batlle y Ordóñez, esse que também foi presidente do Uruguai por duas ocasiões: a primeira entre 1903 e 1907, e a segunda de 1911 a 1915. Inclusive, há um consenso na historiografia uruguaia de que foi durante os governos de Batlle y Ordóñez que se moldou o Uruguai “moderno”, a partir de um reformismo de caráter republicano intenso ocorrido em vários âmbitos e implementado por Batlle e os *batllistas*. Embora a bibliografia sobre esse tema seja vastíssima, indicamos algumas obras sobre o “batllismo” e os respectivos processos políticos no Uruguai do início do século XX: SOUZA, Marcos Alves de. *A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003; BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. El batllismo uruguayo y su reforma “moral”. In: *Desarrollo Económico*, Argentina, v. 23, n. 89, abr.-jun. 1983, p. 121-135. Acreditamos ser válido, também, mencionar que Batlle y Ordóñez, em sua juventude, compartilhou alguns dos mesmos espaços de sociabilidade que Ramírez a partir da década de 1880, como, por exemplo, o ambiente editorial do diário *La Razón*, conforme nos indica Ardao. ARDAO, Arturo. *Racionalismo y Liberalismo en el Uruguay*. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1962.

¹⁵⁹ O *Partido Colorado* – assim como o *Partido Blanco* – era um dos dois agrupamentos políticos uruguaios que a historiografia convencionou denominar de “partidos tradicionais”. Os *colorados*, de caráter mais urbano e liberal, simpatizavam-se mais com a institucionalização do poder, o cosmopolitismo e a modernização. Os *blancos*, por sua vez, mais ligados à área rural, tinham certa resistência ao poder institucionalizado, eram defensores de uma forma mais conservadora de modernização, de caráter mais local. Ver: CAETANO, Gerardo. RILLA, José. El sistema de partidos: raíces y permanencias. *Cuadernos del CLAEH*. Montevideo: 1984, n. 31, p. 81-98; BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. t. 4. Montevideo: Banda Oriental, 1990a. No entanto, Ana Ribeiro sustenta que ambos os partidos tiveram uma “matriz e linguagem liberal comum”, sendo que as suas diferenças estavam mais centradas em seus referenciais: enquanto os *colorados* eram mais “eurocêtricos”, os *blancos* exaltavam mais o seu “americanismo”, de caráter mais regional. RIBEIRO, Ana. De las independencias a los estados republicanos (1810-1850): Uruguay. In: FRASQUET, Ivana; SLEMIAN, Andréa (Orgs.). *De las independencias iberoamericanas a los estados nacionales (1810-1850): 200 años de historia*. Estudios AHILA de historia latinoamericana, n. 6. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main; Vervuert, 2009, p. 84. Esses partidos teriam se formado a partir de dois âmbitos principais: 1) em termos legislativos: não reconhecimento desses pela Constituição de 1830 e por essa não ser algo inquestionável para eles; e 2) sociológicos: o personalismo do caudilho como centro para a sua formação. Ver: BRUSCHERA, Oscar H. Los partidos políticos tradicionales en el Uruguay: análisis de su estructura. In: REAL DE AZÚA, Real (Org.). *El Uruguay visto por los uruguayos (antología)*. Tomo II. Montevideo: Centro Editor de América Latina, 1968, p. 54-60. Também teriam consistido em um canal muito importante para a “nacionalização” dos imigrantes, ao invés de esses terem “desnacionalizado” o país. Sobre esta discussão, ver: ARES PONS, Roberto. Blancos y colorados. In: REAL DE AZÚA, Real (Org.). Op. cit., p. 45-53.

¹⁶⁰ MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978, p. XXI, inserção nossa.

eram os redatores do jornal *El Siglo* e, por meio desse periódico, atacaram frontalmente o governo de Batlle, tendo sido presos por isso. No dia seguinte à prisão, o mesmo jornal publicou, em sua página principal, que os dois irmãos foram exilados em Buenos Aires e a sua redação passaria a ser de responsabilidade de José Pedro Varela. Seu primeiro editorial como redator foi publicado em 28 de outubro de 1869, no qual Varela afirmou o seguinte: “a bandeira de honradez e justiça que tremulou nas colunas do *El Siglo*, sustentada pelo talento e pela energia dos Ramírez, não ficará parada por falta de braços que a tremulem. Hoje somos nós os desterrados”.¹⁶¹

Nesse mesmo contexto, o de maior “regionalização” do caudilhismo no Uruguai, conforme a expressão de Juan E. Pivel Devoto e Ranieri Pivel Devoto¹⁶², Lorenzo Batlle empreendeu uma política de “exclusivismo” colorado que consistiu em limitar ao máximo a participação parlamentar dos *blancos* e que privilegiasse, politicamente, somente os membros de seu partido. O resultado foi a chamada *Revolución de Las Lanzas* (1870-1872), conflito civil que teve início com a sublevação contra o governo central *colorado* de Batlle e que foi liderada por Timoteo Aparicio. O conflito teve esse nome devido à forma ainda rudimentar em que a referida guerra civil foi travada, assim como algumas das anteriores ocorridas no país, por meio de lanças e objetos mais rústicos.¹⁶³

Apesar de sua prisão e exílio, e de volta ao Uruguai, Ramírez, foi para a guerra como soldado e secretário do general Gregório Suárez e lutou contra as tropas *blancas* de Aparicio. Depois de ter servido por quatro meses nos campos de batalha do interior, Ramírez voltou para Montevideu, desfilou-se do *Partido Colorado* devido aos horrores que testemunhou em plena guerra civil¹⁶⁴ e passou a defender a pacificação nacional por meio de sua atuação político-intelectual nos periódicos e associações que criou e participou a partir do final da década de 1860. Trataremos de forma mais detida sobre essa fase de sua trajetória nos próximos capítulos.

¹⁶¹EL SIGLO, 28 de outubro de 1869 apud MANACORDA, Telmo. *Jose Pedro Varela*. Montevideo: Impressora Uruguaya, 1948, p. 114.

¹⁶²PIVEL DEVOTO, Juan E; PIVEL DEVOTO, Ranieri de. *Historia de la República O. del Uruguay*, s/d apud BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. *Historia rural del Uruguay moderno: 1851-1885*. Montevideo: Banda Oriental, 1967-1978. Essa “regionalização do caudilhismo” (1869-1875), conforme conceito de Juan e Ranieri Pivel Devoto lembrado por Barran e Nahum, teria provocado uma “regionalização da República”, segundo esses últimos dois autores: a dissolução do poder do Estado centralizado foi materializada pela multiplicação dos locais de autoridade distribuídos por todo o país, o que favoreceu a ação dos diversos caudilhos locais e o aumento das relações de dependência pessoal. Para mais informações sobre esse processo, ver: BARRAN; NAHUM, Op. cit.

¹⁶³Para mais informações sobre a *Revolución de Las Lanzas*, ver: BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Banda Oriental, 1990; LOCKHART, Washington. *Las guerras civiles*. *Enciclopedia Uruguaya*. Montevideo: Editorial Arca, 1968.

¹⁶⁴MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

Assim, alguns anos depois desses acontecimentos, Ramírez escreveu duas poesias tratando sobre as mortes causadas pelas guerras civis. Tais poesias de Ramírez e de outros escritores foram compiladas e publicadas por Alejandro Magariños Cervantes, com a finalidade de se angariar fundos para a construção de um monumento em prol da Independência nacional, no ano de 1878, em local não especificado por Cervantes. Acreditamos ser digno de nota o fato de que Cervantes foi professor de Ramírez na Universidade.¹⁶⁵ Além disso, atuaram juntos política e intelectualmente em *La Bandera Radical*, no *Club Universitario*, na *Sociedad de Amigos de la Educación Popular* (SAEP), no *Ateneo del Uruguay*, no diário *El Plata*, e em outros espaços compartilhados, conforme tratamos de modo mais aprofundado no capítulo 2. Em uma dessas já referidas poesias, intitulada *Voto Nupcial*, Ramírez expressou o seguinte:

Ha mucho tiempo, mucho, que, en mi lira ignota,
 Enmudeció aquel canto, que en entusiasta nota
 Alzó mi débil voz;
 Siguiéron dudas, lágrimas, al dulce devaneo,
 Y huyó la poesía como infantil recreo,
 Dela niñez en pos!¹⁶⁶

O que depreendemos desse fragmento é que, há décadas, aquilo que ocultava a sua poesia, sua voz e seu entusiasmo era a violência constante das guerras ocorridas no país, as quais geravam dúvidas e lágrimas que ofuscavam o seu “doce devaneio” em relação à pacificação e união nacionais. Em outra poesia, intitulada *La Guerra* e, também, publicada nesse livro organizado por Cervantes, Ramírez tratou mais claramente sobre tais acontecimentos, mas também de modo breve. Nela, destacou a função “purificadora” da nuvem que viria lavar o sangue derramado dos irmãos orientais nos campos de batalha do interior do Uruguai:

Oh! Nube que recorres el *desierto*
 Qué ves en la cuchilla, en la llanura?
 Allí del prócer el cadáver yerto,
 Allí el vivac con su mesnada impura!
 Oh! Tierra *inculta* del fecundo llano,
 Cual es tu surco y tu abundante riego?
 La tibia sangre del caído hermano
 Y del vivac el dilatado fuego!

¹⁶⁵MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

¹⁶⁶Excepcionalmente, mantivemos os versos destacados dos referidos poemas no idioma original, de modo a preservar a forma deles. Uma tradução para este trecho seria a seguinte: “Há muito tempo, muito, que já em minha lira ignota, Emudeceu aquele canto, que em entusiasta nota, Alçou minha débil voz, Seguiram dúvidas, lágrimas, ao doce devaneio, E fugiu a poesia como infantil recreio, Desde a infância!” RAMÍREZ, Carlos María. *Voto Nupcial*. In: MAGARIÑOS CERVANTES, Alejandro. *Álbum de poesias*. Montevideo: Imprenta a vapor de La Tribuna, 1878, p. 488-489.

*Fulmina horrible nube, el rayo ardiente,
Y tú la lava, profanada tierra,
Para abatir la abominable frente
Del sanguinario gênio de la guerra!*¹⁶⁷

Em meio ao “deserto”, que, ao invés de ser “povoado e governado”, aos moldes de como havia proposto Juan Bautista Alberdi para a Argentina décadas antes¹⁶⁸, ainda havia os bivaques que acomodavam as “mesnadas” – ou tropas mercenárias e irregulares –, as quais, por meio de seus cutelos, faziam derramar o sangue do “irmão” já caído no solo da terra da “pátria”. Era preciso que a nuvem “purificadora” viesse lavar todo o sangue derramado e neutralizar o “sanguinário” gênio da guerra que impedia a convivência nacional pacífica, fraternal e harmônica.

Acreditamos que Ramírez esteja se referindo à sua própria experiência na guerra civil, mais especificamente em *La Revolución de Las Lanzas* ocorrida há quase uma década antes, embora não tenha explicitado isso em seus versos. Mas tais manifestações também poderiam igualmente se referir, de modo mais genérico e abrangente, aos outros vários conflitos civis históricos do século XIX uruguaio pós-independência, remetendo, inclusive, a eventos anteriores à sua participação direta no conflito anteriormente citado. É como se a sua experiência pessoal na guerra se confundisse com os demais eventos violentos da história do país, colocados por ele de modo atemporal, como se ainda fosse algo incompleto, passível de resolução, em aberto. E isso se mostra compreensível quando consideramos que, no Uruguai, em seu período já independente e constitucional – mais especificamente entre 1830 até o final do século XIX –, ocorreram mais de 40 conflitos armados.¹⁶⁹

Para o nosso estudo, acreditamos ser necessário, também, retornar à primeira metade do século XIX, como já dissemos, pois a própria *Revolución de Las Lanzas*, conflito no qual

¹⁶⁷“Oh! Nuvem que recorre o deserto, que vês no cutelo, na planície, ali do prócer o cadáver rígido, lá o bivaque com sua mesnada impura! Oh! Terra inculca da fecunda planície, Qual é teu sulco e o teu abundante regar? O sangue túbio do caído irmão e do bivaque o dilatado fogo! Fulmina horrível nuvem, o raio ardente, e tu a lava, profanada terra, Para abater a abominável frente, do sanguinário gênio da guerra!”. RAMÍREZ, Carlos María. La Guerra. In: MAGARIÑOS CERVANTES, Alejandro. Álbum de poesías. Montevideo: Imprenta a vapor de La Tribuna, 1878, p. 17, grifos nossos.

¹⁶⁸Ramírez pôde, neste trecho, provavelmente ter realizado um paralelo com a máxima “povoar é governar”, criada por Alberdi, quando esse propunha não somente preencher o “vazio” do “deserto” do interior como uma das formas de construir o Estado argentino no oitocentos, mas também incutir, nos seus ocupantes, os valores e comportamentos “civilizatórios”. Ver: ALBERDI, Juan Baustista. *Bases y puntos de partida para la organización de la República argentina*. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2017. Para uma visão mais ampliada sobre as ideias de “vazio” e “deserto” nas obras dos intelectuais argentinos oitocentistas, ver o seguinte trabalho de José Alves de Freitas Neto: FREITAS NETO, José Alves. A formação da nação e o vazio na narrativa argentina: ficção e civilização no século XIX. *Esboços*, v. 15, p. 189-204, 2008.

¹⁶⁹Washington Lockhart nos informa que, para além da chamada *Guerra Grande*, o país foi palco de vários outros conflitos que ele denomina de “movimentos subversivos”. Ao todo, segundo Lockhart, foram 43 movimentos, os quais o autor especifica da seguinte forma: 18 revoluções, 9 motins e 16 levantes de pouco alcance. LOCKHART, Washington. *Las guerras civiles. Enciclopedia Uruguaya*. Montevideo: Editorial Arca, 1968.

Ramírez lutou, teve, de certo modo, algumas raízes nos processos históricos daquele período. Entre o final da década de 1830 e início dos anos 1850, o país esteve imerso na chamada Guerra Grande, evento que foi considerado por Gerardo Caetano e José Rilla uma “[...] verdadeira encruzilhada constituinte das identidades políticas [...]” no Uruguai.¹⁷⁰ Esse conflito teve dimensões não somente nacionais, mas regionais e internacionais. Foi protagonizado tanto pelos partidos políticos uruguaios, os *blancos* e os *colorados*, quanto por argentinos, os *unitários* e os *federalistas*, além da participação da França, da Inglaterra e do Brasil.¹⁷¹

Os *colorados* estabeleceram uma união com os *unitários*, enquanto os *blancos* se ligaram aos *federalistas*. Inicialmente, a Guerra ficou circunscrita ao território argentino, mas depois chegou às terras “orientais” a partir do evento que ficou conhecido historicamente como o Sítio de Montevideú, iniciado em 1843. Tal cerco foi empreendido por Manuel Oribe, presidente uruguaio de então – após esse ter liderado um dos levantes que destituíram Fructuoso Rivera da presidência da República –, a mando do presidente argentino Juan Manuel de Rosas e que durou até 1852, ou seja, praticamente até o final da guerra.¹⁷² Além disso, após iniciado o cerco de Oribe e Rosas, houve a “territorialização” dos partidos, conforme pontuou Ana Ribeiro, processo marcado pela formação de dois governos na capital uruguaia, Montevideú, um *blanco* e outro *colorado*, com suas sedes localizadas nos bairros de *Cerrito* e *La Defensa*, respectivamente.¹⁷³

¹⁷⁰CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *História Contemporânea del Uruguay*. De la colônia al Mercosur. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1994, p. 53.

¹⁷¹José Pedro Barran aponta algumas causas que teriam levado à Guerra Grande. Segundo o autor, o então presidente argentino Juan Manuel de Rosas possuía interesses expansionistas na região do Rio da Prata para levar adiante seus antigos anseios pela restauração monárquica na região, o que teria causado as intervenções europeias, caracterizadas especificamente por dois motivos principais, sendo eles políticos e econômicos. Em relação ao primeiro motivo, as revoluções liberais que estavam ocorrendo naquele contexto animaram, por um lado, tais interferências na Região do Prata. Economicamente falando, havia a busca por novos mercados consumidores naquele momento. A intervenção do Brasil se deu devido à aliança contextual desse país com os *colorados*, em oposição aos *blancos*, partido de Manuel Oribe. Oribe, após ter destituído Fructuoso Rivera da presidência, era o então presidente do Uruguai no período e exercia um papel de “lugar-tenente” de Rosas no Uruguai, o que também contribuiu para o desenvolvimento do conflito. Para mais informações, ver: BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

¹⁷²Ibid.

¹⁷³RIBEIRO, Ana. De las independencias a los estados republicanos (1810-1850): Uruguay. In: FRASQUET, Ivana; SLEMIAN, Andréa (Orgs.). *De las independencias iberoamericanas a los estados nacionales (1810-1850): 200 años de historia*. Estudios AHILA de historia latinoamericana, n. 6, Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main; Vervuert, 2009, p. 70. Apesar dessa divisão espacial apontada por Ribeiro, acreditamos ser válido termos em mente que, dentro dessa matriz liberal comum dos partidos também apontada pela autora, havia, segundo Juan Pivel Devoto, em Montevideú, setores mais reacionários do *Partido Colorado*, da mesma forma que existiam alas mais liberais dentro de *Cerrito* e na área rural, espaços esses mais associados aos *blancos*. PIVEL DEVOTO, Juan E. apud CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital), p. 59.

Foi como uma das vítimas desse conflito que Ramírez já iniciava sua vida, essa entrelaçada aos impasses próprios de sua época e à violência vigente.¹⁷⁴ Após o cerco de Montevideu, as tropas de Oribe dominaram toda a área rural no Uruguai. Como o pai de Carlos Ramírez, Juan Ramírez, era um proprietário rural e, também, um *unitário*¹⁷⁵, esse foi muito hostilizado e toda a sua família foi obrigada a emigrar para o Brasil. Em meio ao refúgio em território brasileiro, Ramírez nasceu em São Gonçalo, na então província brasileira do Rio Grande do Sul, em 1847.¹⁷⁶ Assim como o próprio Ramírez atestou:

Quando no ano de 1843 dom Manuel Oribe invadiu a *República Oriental do Uruguai*¹⁷⁷, meus pais emigraram para o Brasil, estabelecendo sua residência na província do Rio Grande do Sul, sobre seu limite fronteiriço com o território *oriental*.¹⁷⁸ Ali nasci, em dezembro de 1847. Meu pai era natural de Montevideu e minha mãe era natural de Buenos Aires.¹⁷⁹

De qualquer modo, como visto, seu nascimento foi marcado pelos eventos da Guerra Grande, conflito esse que se deflagrou mesmo após já criada a primeira Constituição

¹⁷⁴Em relação à violência política vigente durante o século XIX, buscamos não reproduzir visões simplistas e reducionistas que trataram esse tema como mero resultado dos “irracionalis ódios” políticos entre “bandos” ou partidos existentes e supostamente motivados pelo poder em si mesmo. Desse modo, optamos pelo diálogo recorrente com renovadas visões historiográficas a respeito da formação da cidadania, da violência e da institucionalização do Estado-nação no XIX latino-americano. Essa linha historiográfica tem, entre seus principais expoentes, Noemi Goldman, Ricardo Salvatore, Pablo Buchbinder, Ana Frega, Jorge Myers, Federica Morelli, Monica Quijada, Hilda Sabato, entre outros vários autores que discutem as relações complexas existentes entre o caudilhismo, os partidos políticos e a busca pela cidadania em meio aos processos de construção e consolidação das recém-independentes nações latino-americanas no século XIX. Para um debate sobre essa renovação historiográfica condizente aos estudos dessa temática na América Latina em geral, ver: MORELLI, Federica. Entre el antiguo y el nuevo régimen. La historia política hispanoamericana del siglo XIX. *Historia Crítica*, n. 33, ene.-jun., p. 122-155, 2007. A respeito das renovações que tratam mais especificamente sobre as relações entre caudilhismo, cidadania e a formação dos Estados nacionais na Região do Rio da Prata, ver: SALVATORE, Ricardo; GOLDMAN, Noemi. *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005. Para uma discussão sobre outras formas de cidadania para além do sufrágio no contexto da consolidação das nações latino-americanas pós-independências, ver: SABATO, Hilda. Soberanía popular, ciudadanía y nación en Hispanoamérica: la experiencia republicana del siglo XIX. *Almanack Braziliense*, n. 9, p. 23-40, maio 2009; SABATO, Hilda. *Povo & política. A construção de uma república*. Tradução: Daniel da Silva Becker. Série História, 59. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

¹⁷⁵FERNANDEZ SALDAÑA, José M. RAMÍREZ, Carlos María. In: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías (1810-1940)*. Montevideo: Editorial Amerindia, 1945, p. 1040-1045.

¹⁷⁶Raúl Montero Bustamante nos informa que Ramírez nasceu em 1848. MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978. No entanto, essa data, informada por Montero Bustamante, não condiz com a que o publicista do século XIX se atribui. Em seu texto, Ramírez afirma que nasceu um ano antes, em dezembro de 1847. RAMÍREZ, Carlos María. Carlos María Ramírez “extranjero” (1887). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 52.

¹⁷⁷Era frequente a associação, realizada por Ramírez, entre o nome oficial do país (República Oriental do Uruguai) com os valores nacionais que expressava, como se “República” e “nação” necessariamente se correspondessem mutuamente. Tratamos melhor sobre essa e outras questões nos próximos capítulos.

¹⁷⁸Da mesma forma que parecia haver a correlação entre os termos “nação” e “República”, também havia sempre a menção ao designativo “oriental” e “uruguaio” quando Ramírez se referia ao Uruguai enquanto país de origem e/ou como termos que remetiam à qualidade de identidade nacional, conforme já indicamos antes.

¹⁷⁹RAMÍREZ, Op. cit., p. 52, grifos nossos.

republicana pós-independência, em 1830, pensada e elaborada para que houvesse a união e a estabilidade nacionais tão desejadas do novo Estado independente. Embora o Uruguai tenha criado sua primeira Constituição republicana em 1830, muitos foram os percalços enfrentados em busca de uma organização nacional estável por quase todo o restante do século XIX. E, em meio a esse contexto caótico de busca pela “harmonia política” e “unidade da nação”, as discussões e os projetos intelectuais então vigentes estavam relacionados a conceitos e práticas políticas referentes às ideias de “independência”, “partidos”, “soberania”, “pátria”, “democracia”, “liberdade”, “civilização”, “Estado” entre outros termos e valores políticos, mais ou menos mutáveis ao longo do tempo. Nesse sentido, acreditamos, juntamente com outros autores que estudaram esse período, que o contexto em questão é digno de atenção, pois consiste em um terreno fértil e propício para os debates político-intelectuais a respeito dos já citados termos e concepções, os quais estariam, de uma forma ou outra, relacionados à ideia e construção da “nação”, da “república”, da “ordem” e da “civilização”.¹⁸⁰

Desse modo, as concepções político-intelectuais acerca desses termos foram constituindo-se aos poucos, com a finalidade de se estabelecer a consolidação da comunidade nacional. Em nossa perspectiva, esses processos são de fundamental importância para compreendermos como se deu a formação político-intelectual e das sociabilidades de Ramírez em meio aos eventos e referenciais políticos e intelectuais “selecionados” e destacados por ele mesmo em sua escrita autorreferencial.

Caetano, ao tratar sobre a “cultura da unidade” nacional, refere-se aos debates intelectuais, valores e práticas políticas em torno da formação da nação pós-independência e em processo de consolidação em meio às várias guerras civis iniciadas na primeira metade do século XIX e que se estenderam por quase toda essa centúria.¹⁸¹ Tais elementos estariam baseados, grosso modo, na busca por uma “harmonia política” a partir do receio de uma possível fragmentação da nação recém-independente, “divisões” essas que se materializavam, conforme argumentavam seus simpatizantes, na existência dos recém-criados partidos políticos (*blancos e colorados*). Em outras palavras, consistia, segundo o autor, em uma forma de se conceber e

¹⁸⁰ Afirmamos isso a partir dos trabalhos de vários historiadores uruguaios tais como Ana Frega, Wilson González Demuro, Ariadna Islas, Gerardo Caetano, Ana Ribeiro e Inés Cuadro Cawen. Neste capítulo, dialogamos diretamente com esses e outros autores com a finalidade de (re)construir o contexto político-intelectual no qual Ramírez se formou e o qual teria condicionado sua posterior ação político-intelectual. Para mais informações sobre os trabalhos dos autores citados anteriormente, ver: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013.

¹⁸¹ CAETANO, Gerardo. La cuestión del origen de los partidos: el pleito entre distintas maneras de concebir la asociación política. In: CAETANO, Gerardo (Org). Op. cit., p. 197-213.

fazer política principalmente a partir da defesa da unidade nacional baseada no “anti-partidarismo”, pois os partidos eram vistos como um fator “desagregador” da nação.¹⁸²

Em relação a esse “anti-partidarismo”, uma das principais características da primeira Carta Magna do país platino recém-independente, promulgada em 1830, foi a proibição dos partidos políticos, pois, naquele contexto, concebia-se que tais agrupamentos consistiam em “intermediários” entre o indivíduo e o Estado, o que não deveria ocorrer segundo os constituintes.¹⁸³ Conforme aponta Caetano, a Constituição de 1830 não explicitava a possibilidade legal em relação ao direito de reunião ou de associação política de modo geral, contribuindo, assim, para o questionamento da legitimidade dos partidos políticos. Além disso, o texto constitucional não considerava, como cidadãos, os analfabetos, e era baseada em elementos consideravelmente censitários.¹⁸⁴ Assim, em meio a esses impasses da concepção de cidadania dentro do novo país platino, o “país legal” dos “doutores” foi enfrentado pelo “país real” dos caudilhos e do caudilhismo.¹⁸⁵ Tais questões, conforme a historiografia pertinente, teriam contribuído para a conformação de grande parte das concepções, valores, comportamentos, conflitos e reordenamentos políticos e intelectuais dali em diante, os quais teriam permanecido, em maior ou menor grau, até o final do século XIX.¹⁸⁶

No Uruguai, o nascimento dos primeiros partidos políticos – *blancos e colorados* – se deu anteriormente à fundação oficial do Estado, conforme argumenta Caetano. Fructuoso Rivera, considerado o fundador do partido *Colorado* e primeiro presidente constitucional pós-

¹⁸²De acordo com Caetano, ainda quando o Uruguai estava sob a dominação espanhola, já existia uma concepção de “patriotismo colonial” que condicionava o adjetivo de “patriota” somente àqueles que não fossem membros de um “partido” ou de uma “facção”. Pelas próprias palavras do historiador uruguaio: “A noção de uma convivência pacífica e harmônica, sem divisões, sustentava essa perspectiva de férrea unidade que parecia cimentar a uniformidade de interesses e opiniões como sustento da sociabilidade política possível – e desejável – em um regime afirmado na lealdade a Deus, à Monarquia e a seus clérigos. [...] a sinalização da ruptura em relação a esta autêntica ‘cultura política da unidade’ implicava a denúncia de uma atitude ‘faccional’ e foi utilizado frequentemente como instrumento de condenação”. CAETANO, Gerardo. La cuestión del origen de los partidos: el pleito entre distintas maneras de concebir la asociación política. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 198, grifos nossos, aspas do autor.

¹⁸³Conforme nos informa Héctor Gross Espiell, essa rejeição aos partidos políticos foi inspirada no pensamento iluminista do século XVIII, ideais que teriam servido de referência para a elaboração e implementação de vários textos constitucionais. Assim, tais pressupostos preconizavam que o partido “interferia” nessa relação que, por sua vez, não deveria ser mediada. GROS ESPIELL, Héctor. *Las constituciones del Uruguay*. Madrid: Centro Iberoamericano de Cooperación, 1978.

¹⁸⁴CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital).

¹⁸⁵Ibid., p. 47.

¹⁸⁶Cf.: BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Banda Oriental, 1990; ARTEAGA, Juan José. *Uruguay: breve historia contemporánea*. México (Ciudad): Fondo de Cultura Económica, 2000; CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Historia Contemporánea del Uruguay*. De la colonia al Mercosur. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1994; CAETANO, Gerardo. RILLA, José. El sistema de partidos: raíces y permanencias. *Cuadernos del CLAEH*. Montevideo: n. 31, p. 81-98, 1984.

independência, enfrentou os primeiros levantes da história do país em sua vida republicana, esses empreendidos por Juan Antonio Lavalleja – como já dito, um dos líderes da Cruzada Libertadora de 1825 – ainda na década de 1830. Manuel Oribe, mais alinhado a Lavalleja, seguiu a mesma “política das armas” contra Rivera, tomando o poder desse no ano de 1836 e contribuindo para o início de uma polarização violenta e “formalizada” entre os *blancos* e os *colorados* que perduraria por todo o oitocentos. Para além dos processos puramente político-partidários, esse evento histórico intensificou os debates político-intelectuais em relação à legitimidade dos partidos uruguaios ainda em formação, proporcionando discussões baseadas em argumentos “contraditórios”.¹⁸⁷

Como um exemplo do teor que tais debates possuíam, podemos citar a intenção de Oribe e Lavalleja em criarem um “partido da nação” em um momento em que cada vez mais se consolidavam como “caudilhos da fração”, apelando à utilização e reiteração dos símbolos que remetiam ao partido *blanco* como um fator de “unidade”. Tais adereços – geralmente da cor branca, assim como o próprio nome do partido sugere –, continham escritos o termo “Defensores das Leis”, conotando, desse modo, significados de caráter “nacional” ou “não-partidário”.¹⁸⁸

Mas essa atitude não se restringia somente aos *blancos*. O recurso à retórica da “unidade nacional” também partia de correligionários do Partido *Colorado*, materializando-se na forma de associações que tinham como mote a construção do “orientalismo” e do “patriotismo” em detrimento de um “espírito de partido”, sendo, na verdade, tais discursos e práticas empreendidos pelos dois grupos políticos.¹⁸⁹ No entanto, conforme argumenta Caetano, quando tais partidos mobilizavam a ideia de “unidade”, a preocupação desses era afirmar sua própria legitimidade e de suprimir o espaço político um do outro. De qualquer modo, dois exemplos de associações políticas criadas naquele contexto são notáveis: a *Sociedad Nacional*, por volta de 1846, inaugurada pelos membros do governo *colorado* de *La Defensa*, da capital uruguaia, e opositores de Rivera; e a *Sociedad Patriótica*, criada pelo também *colorado* e general Melchor Pacheco y Obes. Ambas as associações foram inauguradas já em meio ao Sítio iniciado por Oribe e Rosas.¹⁹⁰

¹⁸⁷CAETANO, Gerardo. La cuestión del origen de los partidos: el pleito entre distintas maneras de concebir la asociación política. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 206.

¹⁸⁸Ibid.

¹⁸⁹Ibid.

¹⁹⁰Ibid.

Aqui, nos interessa, mais especificamente, a figura de Melchor Pacheco y Obes (1809-1855), o qual consistiu em uma das maiores referências políticas e “cívicas” de Ramírez. Ao que tudo indica, esse intelectual o concebia como uma referência de cidadão “oriental”/uruguaio a ser seguida, mesmo aquele também não tendo nascido no Uruguai, conforme o próprio Ramírez explicitou no trecho abaixo:

Longe estão os tempos *épicos* em que o General Pacheco y Obes, nascido em Buenos Aires, dizia [...]: “Se existisse a velha Roma em todo o seu esplendor, não mudaria meu título de *ciudadão oriental* pela de cidadão romano; mas enquanto esse título existir, sentirei orgulho em usá-lo e não me resignaria em ter nenhum outro”.¹⁹¹

Utilizando-se das palavras do general Melchor Pacheco y Obes, Ramírez buscava reiterar que não era um “estrangeiro” e reforçar sua identidade política em um texto publicado no ano de 1887, o qual possui o teor de uma brevíssima autobiografia e que tinha a finalidade de, ao mesmo tempo, legitimar e reivindicar sua cidadania uruguaia/ “oriental”. Esse trecho diz respeito a uma polêmica na qual Ramírez se envolveu naquele contexto – algo comum em sua trajetória. Esse imbróglio se baseou nas “acusações” de que Ramírez não se enquadrava como “cidadão” uruguaio, tendo, inclusive, que reivindicar oficialmente sua condição de “oriental” para poder assumir cargos de natureza pública. Tais “acusações” foram feitas por uma publicação, de autoria não especificada por Ramírez¹⁹², que o teria “tachado” de “estrangeiro” por ter nascido no Brasil e não o adjetivava como “oriental”¹⁹³, de fato.

Naquele momento, Ramírez pleiteava a candidatura de deputado¹⁹⁴ e se viu obrigado a escrever a referida carta. No entanto, a solicitação também se dava por uma “provocação” em especial. Francisco Antonio Berra, um dos autores com os quais Ramírez polemizou sobre a

¹⁹¹RAMÍREZ, Carlos María. Carlos María Ramírez “extranjero” (1887). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 55, grifos nossos, aspas do autor.

¹⁹²No entanto, temos a informação de que tais “acusações” foram feitas no ano de 1882, pelos diários mantidos por simpatizantes do governo ditatorial de Máximo Santos, ao qual Ramírez exercia uma ferrenha oposição. Diante de tal ultraje à sua cidadania e nacionalidade “orientais”, Ramírez respondeu reivindicando tais direitos, os quais sempre considerou como direitos naturais seus. Ver: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. RAMÍREZ, Carlos María. In: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías (1810-1940)*. Montevideo: Editorial Ameríndia, 1945, p. 1040-1045.

¹⁹³RAMÍREZ, Op. cit., p. 55.

¹⁹⁴De acordo com a informação que encontramos no prólogo escrito por Luis Bonavita à segunda edição da obra *Artigas* (1897), de Ramírez. BONAVIDA, Luis. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Montevideo: Biblioteca Artigas, [1897], 1953. Após esses impasses, Ramírez exerceu uma considerável carreira política. Foi eleito deputado para dois mandatos: um como representante do departamento de Treinta y Tres, em 1888, e outro pelo de Montevideu, em 1891. Antes de seu segundo mandato como deputado ter fim, assumiu o cargo de Ministro da Fazenda a convite do então presidente *colorado* e seu amigo de juventude, Julio Herrera y Obes, o que não agradou muito aos seus companheiros de causa *principista*/constitucionalista. Ramírez também foi senador pelo departamento de Tacuarembó, em 1893. FERNANDEZ SALDAÑA, Op. cit.

imagem histórica de Artigas e que, naquele momento, ainda reproduzia o antiartiguismo, teria acusado Ramírez de ser “compatriota” de D. Pedro II, o “imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil”.¹⁹⁵ Para os devidos fins burocráticos, e, também, acreditamos, como forma de reiterar o caráter republicano e liberal¹⁹⁶ que, para ele, estava intrinsecamente relacionado com sua identidade nacional de “oriental”, Ramírez solicitou a carta de cidadania. Esse ato despertou “[...] a humilhação de pedir o que eu tenho consciência de que é meu e que ninguém pode conceder-me, nem tirar-me”.¹⁹⁷

O que chama a atenção é que essa “petição” de cidadania “oriental” foi feita por Ramírez em um contexto que ficou conhecido como o da construção do “primeiro imaginário nacional”, no qual vários escritores passaram a debater a história do país a partir das diversas figuras históricas recuperadas por eles, mais especificamente a partir do final da década de 1870.¹⁹⁸ Nesse sentido, quando Ramírez evocou tais personalidades e eventos para a constituição de si e de sua vida, o fez em meio a um período em que a própria história nacional também estava sendo reescrita, quase que entrelaçando os dois âmbitos.

¹⁹⁵GONZÁLEZ, Ariosto de. *Las primeras fórmulas constitucionales en los países del Plata (1810-1813)*. Montevideo, 1941, p. 116, nota 34 apud GROS ESPIELL, Héctor. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Conferencias de Derecho Constitucional* (1871). Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966, p. XXXIII, nota nº. 7.

¹⁹⁶Reconhecemos que o termo “liberalismo” foi um “conceito fundamental” dentro do debate político a respeito da formação da nação no Uruguai do século XIX, tendo sido elaborado de forma polissêmica ao longo do tempo e colocado o termo “republicanismo” em segundo plano naquele contexto, embora esse também estivesse presente, mesmo que de forma difusa no referido período, conforme argumenta Gerardo Caetano. No entanto, acreditamos ser possível conceber Ramírez como um liberal republicano. Afirmamos isso a partir das indicações feitas por Javier Gallardo, mais especificamente em relação ao fato de que já havia, na segunda metade do século XIX, uma incipiente combinação de elementos republicanos, democráticos e liberais presente nas polêmicas e discursos político-intelectuais travados no Uruguai. Também consideramos as advertências feitas por Caetano em relação a algumas concepções de Gallardo sobre a questão, mais no que tange a uma questionável ampla incorporação dos princípios republicanos por parte de todos os *principistas*, grupo do qual Ramírez fez parte, o que poderia consistir em um anacronismo. De qualquer modo, o diálogo com Caetano e Gallardo é fundamental para nossa tese. Para mais informações sobre esse debate, ver: CAETANO, Gerardo. Genealogías de la política uruguaya moderna: el liberalismo como “concepto fundamental” y su primacía sobre el republicanismo en el siglo XIX. *Claves*. Revista de Historia, n. 2, p. 111-143, jan-jun. 2016; GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígenes de la democracia uruguaya. *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, vol. 5, n. 9, p. 3-44, 2003. Ver também: CAETANO, Gerardo; RIBEIRO, Ana. El pleito conceptual entre libertad y república en los tiempos artiguistas. *Ariadna histórica. Lenguajes, conceptos, metáforas*, 7 (2018), p. 13-35. Como veremos mais adiante neste capítulo e nos próximos, Ramírez foi um defensor das instituições e hábitos republicanos como bases de seu projeto de nação, como ele mesmo explicitou em seus escritos e práticas.

¹⁹⁷RAMÍREZ, Carlos María. Carlos María Ramírez “extranjero” (1887). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 55.

¹⁹⁸DEMASI, Carlos. La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana. ISLAS, Ariadna. *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la UDELAR, 2001, p. 340-351. Tratamos, de modo mais detido, sobre o “lugar” de Ramírez na reescrita dessa história e da formação desse “primeiro imaginário nacional” no capítulo 4 de nosso trabalho.

Pacheco y Obes, assim como Ramírez, também havia nascido no exterior, mas em Buenos Aires, ainda durante o processo de independência uruguaio, ou seja, no início do século XIX. No entanto, assim como Ramírez, também esteve envolvido em polêmicas a respeito de sua nacionalidade. Para além disso, acreditamos que há outros motivos que fizeram Ramírez mencioná-lo em sua “petição” cívica/cidadã. É digno de nota que Pacheco y Obes participou diretamente do movimento liderado pelos chamados “Trinta e Três Orientais”, liderados por Manuel Oribe, Juan Antonio Lavalleja e Fructuoso Rivera, e que desembarcaram em Florida¹⁹⁹, em 19 de abril de 1825, iniciando, assim, a chamada “Cruzada Libertadora”. Esse evento resultou na Guerra da Cisplatina (1825-1828) e, conseqüentemente, na libertação da então “Banda Oriental” em relação ao domínio brasileiro, por meio da Declaração de Florida.²⁰⁰ E, sobre esses “Trinta e Três Orientais” “heróis” – aos quais Pacheco y Obes esteve subordinado –, Ramírez, em seu discurso intitulado “*La independencia nacional*” feito durante a inauguração de um monumento da Independência da República no departamento de Florida, em 1879, no contexto da ditadura militar de Lorenzo Latorre (1876-1880), afirmou o seguinte:

Guardo no meu coração, dos purísimos lábios da infância, as últimas notas desse hino, cujas estrofes valentes e severas ressoam como golpes de um escudo guerreiro em meus ouvidos já habituados à enervação e à suavidade, e evocam involuntariamente em meu espírito as gloriosas lembranças desse sítio, um dia não distante convertido em altar sangrento de sacrifício heroico e sublime.²⁰¹

Já em relação especificamente ao trecho destacado acima, Ramírez mencionou o desembarque dos “Trinta e Três Orientais”. Um ponto digno de nota é que, entre esses “heróis”, estavam aqueles que, mais tarde, seriam membros dos dois “partidos tradicionais” – os *blancos* e *colorados* –, os quais, como já vimos, protagonizaram sangrentos conflitos civis ao longo do século XIX. Também acreditamos ser válido lembrarmos que os líderes desse desembarque

¹⁹⁹No entanto, conforme as informações de Fernández Saldaña, Melchor Pacheco y Obes lutou nas batalhas pela libertação da “Banda Oriental” somente 6 meses depois do desembarque dos “Trinta e Três Orientais”, sob as ordens de Lavalleja e de Laguna, na vila de Mercedes. FERNANDEZ SALDAÑA, José M. PACHECO Y OBES, Melchor José. In: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías (1810-1940)*. Montevideo: Editorial Ameríndia, 1945, p. 953-954.

²⁰⁰CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital).

²⁰¹RAMÍREZ, Carlos María. *La Independencia Nacional*. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 57, grifos nossos. Em relação a esse discurso e sobre a efeméride da inauguração deste monumento de independência, acreditamos ser válido refletir sobre um fato importante. Embora Alejandro Magariños Cervantes não tenha deixado isso claro, tudo nos leva a crer que as vendas dos exemplares da obra de poesias compiladas por ele – obra que contou com as poesias escritas por Ramírez, conforme já mencionamos – teriam sido revertidas justamente para a inauguração desse monumento, como forma de contribuição para a sua construção.

– Oribe, Lavalleja e Rivera – foram, na época do processo de independência em relação à Espanha, oficiais subordinados ao general Artigas, o prócer da emancipação em relação à antiga metrópole. Após ocorrida a Cruzada Libertadora de 1825 e estabelecida a primeira Constituição republicana, eles passaram a estar em lados opostos em relação às investidas pelo poder político no Uruguai e lideraram as primeiras guerras civis ocorridas no período pós-independência no país.²⁰²

Além disso, um elemento nos chama a atenção no discurso anteriormente citado. Quando Ramírez relembrou os símbolos nacionais que descreveu, como o hino, por exemplo, diz recordar dos sentimentos que teve quando o ouvia, em sua infância. Mas vai além disso: afirma, também, recordar daquilo que não viveu, ou seja, as “gloriosas lembranças” do desembarque dos “Cruzados Orientais”, no dia em que esses se “sacrificaram heroicamente” pela independência da República Oriental. E continuou descrevendo-o como se, de fato, tivesse testemunhado tal fato histórico:

Paira o *sol* de 19 de abril de 1825. Acabam os heróis de pisar as úmidas areias que beijam o Uruguai; flutuam na costa os débeis barcos que cruzaram o Prata levando os destinos e a liberdade de um povo. Ali estão. Palpita neles a alma da pátria que se expande ao respirar suas auras. Um fogo heroico anima seus olhares; uma força estranha parece contrair todos os seus músculos; e ali, reunidos em indefinível grupo, juram sobre suas espadas imortais redimir a pátria ou sucumbir gloriosamente na demanda. Oh! *Quem poderia deter o curso inexorável dos tempos e fechar o livro fatal da memória, para contemplá-los sempre assim, jovens galhardos paladinos da pátria, antes de que a guerra civil estendesse entre eles a nuvem vermelha dos ódios e rompesse a santa unidade moral de nossa terra, quando todos eram puros e parecia uma blasfêmia horrível pensar que a vida daqueles homens não seria para sempre sagrada e inviolável para nosso solo.*²⁰³

Uma descrição “fiel” construída por alguém que não tinha como estar presente no desembarque histórico dos Trinta e Três Orientais, pois, lembremos, Ramírez nasceu somente em 1847, ou seja, mais de 20 anos após aquele evento. Nesse sentido, essas “gloriosas lembranças” que Ramírez atesta ter tido não se constituíram somente enquanto uma “memória histórica”, transmitida socialmente ao longo do tempo²⁰⁴, mas sim algo que ele buscou afirmar

²⁰²CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital).

²⁰³RAMÍREZ, Carlos María. La Independencia Nacional. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 59, grifos nossos.

²⁰⁴Conforme coloca Maurice Halbwachs. HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

que viveu, de fato, o que se aproximaria de uma “ilusão biográfica”²⁰⁵ criada por ele mesmo. Também é válido termos em mente que os “heróis” de 1825 não necessariamente se referiram aos “orientais” enquanto uma nacionalidade “pronta” e “acabada”, conforme concebido por Ramírez. Lavalleja, ao iniciar a “Cruzada”, dirigiu-se aos “argentinos orientais”, o que, naquele contexto, equivaleria aos “rio-pratenses deste lado do rio”, assim como alerta Caetano.²⁰⁶ De qualquer modo, é nítida a tentativa, por parte de Ramírez, de conectar o seu passado e presente próprios com os eventos de formação da “pátria”, tornando-os quase a mesma coisa e atribuindo a “orientalidade” a eles.

Além disso, buscava reforçar, a todo momento, a sua identidade nacional e reiterar a permanência da “nuvem”, dessa vez “vermelha”, que ofuscava o “sol” – um dos símbolos da bandeira do país adotado desde 1830²⁰⁷ – da independência nacional. A referida nuvem muito provavelmente era vermelha pelo fato de estar manchada com o sangue derramado nas guerras civis históricas ainda em vigência em seu momento de escrita, as quais consistiam, para ele, em um fator de clara “inviabilidade” da nação “oriental” que ainda precisava ser solucionado por meio da “ordem” e da “harmonia” política.

Ramírez atribui um tom épico à sua narrativa, o que, inevitavelmente, remete-nos a alguns dos textos escritos por Artigas, ainda no contexto da revolução de independência em relação à Espanha, ou seja, mais de 60 anos antes dos escritos de Ramírez. Para termos uma noção, citaremos o trecho abaixo, escrito por Artigas, como forma de comparação:

[...] o fogo patriótico eletrizava os corações e nada era bastante a deter seu rápido curso [...]. Um punhado de *orientais*, já cansados de humilhações, haviam decretado sua liberdade na vila de Mercedes [...]; talvez até então não era oferecido ao templo do patriotismo um voto nem mais puro, nem mais glorioso, nem mais arriscado [...]. Os que se convertem repentinamente em soldados [...] (eram) os que surdos à voz da natureza, ouviam somente a da pátria. Eu chegarei muito em breve a meu destino com este *povo de heróis* e a frente de seis mil deles que trabalhando como *soldados da pátria*, saberão *conservar suas glórias* em qualquer parte.²⁰⁸

Sobre esse trecho, Gerardo Caetano afirma que, para além de um tom épico e da “fidelidade à pátria”, há também a presença de um caráter “moral” e até religioso nesse

²⁰⁵Conforme os termos elaborados por Pierre Bourdieu, assim como discutimos logo no início deste primeiro capítulo. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Coords). *Usos e abusos da História Oral*. Editora FGV, 2006, p. 183-191.

²⁰⁶CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital), p. 45.

²⁰⁷RELA, Walter. *Uruguay*. Cronologia histórica documentada. Tomo 3. s/d.

²⁰⁸A.A., Tomo VI, p. 73-82 apud CAETANO, Gerardo. La Pátria resignificada tras los “lenguajes del Patriotismo”. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 219, grifos nossos, inserções do autor.

“patriotismo artiguista”, que embasava a “religião patriótica”. Caetano também faz um alerta para o fato de que Artigas não tinha em mente uma “independência nacional” propriamente dita, pois o seu projeto se baseava na construção de uma confederação que abarcasse todas as então Províncias Unidas do Rio da Prata e não se restringia à formação de um “Estado Oriental”, de fato.²⁰⁹ E Ramírez realmente considerou que Artigas não foi o “fundador” da nacionalidade “oriental”, mas sim o seu “precursor” ou, ao menos, aquele que a “tornou possível”.²¹⁰

Embora Artigas tenha dado esse teor religioso para legitimar e inflamar a ação revolucionária ainda na época da independência em relação à Espanha, tais indícios nos levam a acreditar que o “patriotismo” de Ramírez, de seis décadas depois, aproximava-se dos significados que Artigas atribuía em seus escritos. Ainda mais quando levamos em conta o que Ana Frega argumenta sobre o “projeto artiguista”, sendo esse baseado na República tanto como sistema de governo, quanto sustentada pela “virtude” e pela igualdade dos cidadãos.²¹¹ Esse “patriotismo artiguista” de Ramírez também estava mesclado, a nosso ver, com o que Caetano denomina “patriotismo liberal” – formado por vários “liberalismos” –, iniciado entre o final da década de 1860 e início da de 1870, do qual Ramírez foi um dos maiores adeptos ao buscar a harmonia política dos setores intelectuais e políticos dos dois partidos.²¹²

A partir de tais referenciais históricos, Ramírez tentou legitimar o caráter sagrado e a atemporalidade que buscava atribuir à identidade nacional e cidadania “orientais”, dando a ele um sentido propriamente “nacional”. Além disso, há a semelhança em relação à construção

²⁰⁹CAETANO, Gerardo. La Pátria resignificada tras los “lenguajes del Patriotismo”. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 219. A partir das informações de Ana Ribeiro, na década de 1810, Artigas liderou essa confederação, intitulada *Liga Federal*, a qual contava, para além da Banda Oriental, com as províncias que, posteriormente, formariam parte da Argentina, sendo elas as de Santa Fe, Entre Ríos, Misiones, Corrientes e Córdoba. RIBEIRO, Ana. De las independencias a los estados republicanos (1810-1850): Uruguay. In: FRASQUET, Ivana; SLEMIAN, Andréa (Orgs.). *De las independencias iberoamericanas a los estados nacionales (1810-1850): 200 años de historia*. Estudios AHILA de historia latinoamericana, n. 6, Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main; Vervuert, 2009, p. 61-87.

²¹⁰RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “El Sud-América” de Buenos Aires e “La Razón” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 11.

²¹¹FREGA, Ana. La virtud y el poder. La soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rioplatenses*. Nuevas miradas a un viejo problema, 2005. Ainda sobre esses significados de “República” no oitocentos rioplatense, Gabriel Di Meglio argumenta que houve dois sentidos, totalmente complementares entre si, para esse termo durante a primeira metade do século XIX naquela região: o de república como sistema de governo e, também, como anseio de “virtude cívica”. DI MEGLIO, Gabriel. República. Argentina - Río de la Plata. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 1272. Acreditamos que essa complementaridade persistiu no tempo e esses significados estiveram muito presentes especificamente na produção intelectual e ação política de Ramírez na segunda metade do século XIX no Uruguai. Para um debate sobre as concepções de “República” e “republicanismo”, e a mobilização de suas linguagens políticas na América Latina no século XIX, ver: RIVERA; José Antonio Aguilar; ROJAS, Rafael (Orgs.). *El Republicanismo en hispanoamérica*: Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

²¹²CAETANO, Op. cit., p. 228.

narrativa referente aos “Trinta e Três Orientais” e os próprios escritos de Artigas no que tange aos sentimentos que tomaram conta dos corpos dos “heróis” das independências e que os mobilizaram, de forma determinante, para o êxito da libertação “nacional” nos dois momentos. Embora fossem eventos distintos, ocorridos com um intervalo de quase 20 anos entre um e outro, Ramírez pareceu “fundi-los” temporalmente em um só, por meio da idealização de um consenso nacional que a união de todos esses líderes históricos resultaria:

A ideia se fez verbo: o verbo se fez lei. Ide a cumpri-la!, disseram os próceres da Florida, e logo *Rivera* a faz imperar com sua astúcia nos campos de Rincón e *Lavalleja* resplandecer com sua espada nas margens de [do rio] Sarandí. O rumor deste combate glorioso se dilata até [...]o povo de 1810. Estava encadeada a vitória! E ela seguirá arrastando a nossa carruagem e a dos irmãos que em nosso auxílio acodem até o último confim de nossos mares e até o próprio solo dos conquistadores.²¹³

Em sua narrativa, há o desejo de construir a imagem de si enquanto uma testemunha que teria vivenciado Rivera e Lavalleja sempre unidos, lutando lado a lado, mas pela paz, e cooperando bravamente para a liberdade e união eterna da pátria “oriental”. Além disso, para Ramírez, esse evento se estendeu no tempo, o que teria permitido conectar três momentos: o da revolução de independência liderada por Artigas, em 1810 – período no qual pode ter se dado o início da conversão de uma população de súditos em cidadãos “orientais”, em “povo”; o da “Cruzada Libertadora” dos “Trinta e Três Orientais”, em 1825; e o seu próprio momento de escrita, na segunda metade do século XIX. Mas todos eles evocados na “esperança” de mudar o futuro da nação oriental.²¹⁴ E prosseguiu:

Todas essas *recordações gloriosas* parecem rodear-se de uma ação magnética, sob a evocação do monumento que a *gratidão nacional* levantou em Florida. Parece que se descobriu o luminoso panorama da *vida a um enfermo por muito tempo privado de luz e de ar livre*. O coração redobra suas batidas como um tambor de guerra. Despertam-se as fibras do *patriotismo amortecido* e vibram as molas mofadas da *cívica virtude*. Respira-se no ambiente da *esperança*. E eu pergunto: contradições tão belas e tão nobres para fundar uma *nacionalidade gloriosa*, por que não vivemos, enfim, *todos unidos, na liberdade e na justiça, sem deixar-nos prender pelas sacrílegas lutas do passado* e sem curvar o pescoço à ignominiosa servidão, *igualmente inimigos da anarquia e do despotismo: da anarquia que tudo corrompe, e do despotismo que não funda senão denominações efêmeras e sangrentas?*²¹⁵

²¹³RAMÍREZ, Carlos María. La Independencia Nacional. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 60-61, inserção e grifos nossos.

²¹⁴Tratamos, de modo mais aprofundado, sobre essa tentativa de Ramírez em unir temporalmente os atos heroicos de Artigas com os dos Trinta e Três Orientais, dando uma “unidade” histórica a eles, no capítulo 4 de nossa tese.

²¹⁵RAMÍREZ, Op. cit., p. 61-62, grifos nossos.

A partir das “recordações gloriosas” que menciona, Ramírez afirmou que o monumento de independência viria “revigorar”, em forma material, a identidade nacional não somente dele, mas de todos os “orientais”, os quais estavam “enfermos” por muito tempo, e fazer com que a “orientalidade” de todos pudesse ter contato com a “luz” do “sol” e da “pátria” novamente. Tais “enfermidades” da nacionalidade, para ele, eram resultado da violência das guerras civis históricas. Assim, por meio da “virtude cívica” e da “esperança” renovadas, poderia ser possível visualizar a “justiça” e a união nacional “oriental” em detrimento da violência causada pela “anarquia” e “barbárie” políticas.

De qualquer modo, não somente os “Trinta e Três Orientais” foram os heróis protagonistas dos atos de independência, mas sim todos os cidadãos orientais: “naqueles grandes dias, o *cidadão* não foi menos heroico que o soldado. Quase todos os orientais tinham então temperamento de metal, e ao lado do guerreiro se alçava o estadista como firme coluna da pátria”.²¹⁶ A partir da narrativa que Ramírez construiu, tanto ele próprio – mesmo que ainda nem tivesse nascido –, quanto Pacheco y Obes e qualquer outro cidadão “oriental” poderiam ter participado ativamente daqueles feitos históricos nacionais.

Assim, reforçava não somente a sua própria identidade nacional de “oriental”, mas, também, a comunidade/sociabilidade de cidadãos orientais, da qual se sentia pertencente. Reconhecia que a “herança” dos antepassados “não era pequena” e se todos soubessem “amá-la” e “cultivá-la”, seria possível construir “[...] um organismo sério e fecundo na *civilização* da América”.²¹⁷ E, como “cidadãos orientais” que poderiam levar tal empreitada adiante, Ramírez não concebia somente os que já estavam “dentro” da República Oriental, mas, também, todos aqueles indivíduos de outros países, visando a construir uma “[...] *nacionalidade generosa e expansiva, [...] a aliança e a fusão de todas as atividades dos homens*”.²¹⁸ Além disso, a obra dos antepassados permitiria, ainda, receber

[...] todas as religiões, todas as ideias, todos os sistemas a *viver tranquilos*, sob o amparo da *liberdade do pensamento*, depurando-se pela *contradição pacífica, trabalhando e modelando os espíritos, preparando assim as soluções definitivas e harmônicas* que serão para o indivíduo a *religião do dever, e para o cidadão, a religião da lei*.²¹⁹

²¹⁶RAMÍREZ, Carlos Maria. La Independencia Nacional. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 60, grifo nosso.

²¹⁷Ibid., p. 62, grifos nossos.

²¹⁸Ibid., grifos nossos.

²¹⁹Ibid., grifos nossos.

Nesse sentido, podemos perceber que a ideia de “nação” que Ramírez tinha em mente conciliava não somente os elementos internos, mas também esses com os externos, na construção de uma comunidade/sociabilidade que, em um exercício de mão dupla, pacificasse os elementos internos e, também, abrangesse o “de fora”. Assim, isso faria com que todos os cidadãos, com os seus “espíritos” e “costumes modelados” ou “morigerados”²²⁰ vivessem sob a “harmonia” dos preceitos das normas legais que a “civilização” proporcionaria ou, como o próprio Ramírez colocou, da “religião” de caráter civil e institucional. No entanto, para que isso fosse concretizado, ainda havia muito a se fazer, conforme ele mesmo explicitou: “Mas quão longe estamos e quão indignos somos dessa grande *obra civilizadora* com que unicamente poderíamos corresponder à grande obra emancipadora de nossos antepassados!”.²²¹

Retornemos a Melchor Pacheco y Obes, um dos colaboradores dos Trinta e Três Orientais descritos acima por Ramírez. Esse publicista e militar também é historicamente conhecido no país como uma referência política e intelectual de caráter “legalista” e que prezava pela manutenção da ordem constitucional recém-instaurada pós-1830. Um exemplo disso foi a recusa, já como militar, em participar dos primeiros levantes contra o incipiente governo nacional republicano na década de 1830, mesmo quando os insurgentes eram os próprios *colorados* assim como ele. Além disso tudo, Pacheco y Obes, ocupando o cargo de Ministro de Guerra e Marinha, também foi um dos líderes de *La Defensa* de Montevideu durante o cerco de Oribe e Rosas, a partir de 1843, tendo sua imagem praticamente se “confundido” com esse evento específico.²²²

A figura de Pacheco y Obes foi tão emblemática na história uruguaia que despertou a atenção de outros intelectuais rio-pratenses e, também, europeus. Julio Herrera y Obes²²³, um

²²⁰Conforme a expressão de Ariadna Islas Buscasso. BUCASSO, Ariadna Islas. Morigerar las costumbres para formar la nación. El concepto *civilización* en el discurso político desde la formación de la sociedad colonial hasta la constitución de la república (1750-1870). In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 93-112.

²²¹RAMÍREZ, Carlos María. La Independencia Nacional. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 63, grifos nossos.

²²²Conforme José M. Fernandez Saldaña afirma, “Desde esse momento, a vida de Melchor Pacheco y Obes se identifica com a história da Defesa de Montevideu e sai por essa mesma razão dos limites de uma simples ficha biográfica e pessoal”. FERNANDEZ SALDAÑA, José M. PACHECO Y OBES, MELCHOR José. In: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías (1810-1940)*. Montevideo: Editorial Amerindias, 1945, p. 955.

²²³Julio Herrera y Obes foi um publicista político e presidente da República durante a década de 1890, na transição da ditadura militar para o “civilismo” no Uruguai. FERNANDEZ SALDAÑA, José M. HERRERA Y OBES, JÚLIO Julián Basilio. In: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. Op. Cit., p. 632-637. Foi amigo de Ramírez desde a infância. MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978. Também dividiu com Ramírez os espaços de alguns periódicos e associações a partir do final da década de 1860, assim como veremos a partir do capítulo 2.

contemporâneo e amigo de Ramírez, em carta enviada ao amigo de Pacheco y Obes, Andres Lamas,²²⁴ afirmou o seguinte: “[...] Melchor organizou um clube, com o nome de *Sociedade Patriótica*, com o objetivo ostensivo de fundir todos os partidos em um interesse comum por meio da união.”²²⁵ No entanto, Caetano chama a atenção para um ponto importante. Segundo o autor, nem essa proposta de Pacheco y Obes, nem outras da primeira metade do século XIX uruguaio podem ser entendidas como um “antecedente genuíno” dos anseios *fusionistas* de caráter estritamente anti-partidário, os quais somente se estabeleceriam, de fato – embora não de forma exitosa – após a Guerra Grande, ou seja, a partir de 1851.²²⁶

O conhecido escritor francês Alexandre Dumas, em contato direto com Pacheco y Obes quando esse esteve na França, no final da década de 1840, também teceu comentários sobre a “bravura” do militar e publicista uruguaio a respeito da defesa de Montevideu liderada por ele contra as investidas estrangeiras de Rosas, ainda durante a Guerra Grande. Em seu livro intitulado *Montevideo: La Nueva Troya*, no qual ficou explícita a oposição de Dumas a Rosas, o escritor francês afirmou que a organização militar “patriótica” das linhas de defesa da capital uruguaia, empreendidas pelo político e general “oriental”, eram dignas de valor “histórico” e “imortal”.²²⁷ De fato, tudo indica que Pacheco y Obes foi “imortalizado”, por Ramírez, na história da República Oriental.

Desse modo, Ramírez construiu a narrativa a respeito do significado de “oriental” como algo que, historicamente, sempre teria sido “próprio” do território pátrio uruguaio, ao mesmo tempo em que considerava muito os valores “civilizatórios” e cosmopolitas inerentes à Montevideu. E esse significado, para ele, remontaria até mesmo para antes do Sítio da capital uruguaia e da Guerra Grande, conforme o próprio Ramírez expressou:

Eu via, em meu país, exercerem os mais altos postos públicos pessoas que não haviam nascido em seu território e que tampouco se viram obrigadas a solicitar carta de cidadania [...]. *Meu nascimento acidental no exterior, na época de horrível conflagração para a pátria de meus pais, me dava uma superioridade*

²²⁴ Andres Lamas (1817-1891) foi um político, diplomata e publicista uruguaio. Criou e dirigiu, juntamente com o argentino Miguel Cané, o periódico *El Iniciador*. Da mesma forma que outros intelectuais uriguaos, como Alejandro Magariños Cervantes – que foi professor e companheiro de atuação política e intelectual de Ramírez durante a segunda metade do século XIX –, também teve contato direto com os intelectuais argentinos da chamada Geração de 37, tais como Vicente Fidel López, Juan Bautista Alberdi, Juan Maria Gutiérrez, Domingo Faustino Sarmiento, Esteban Echeverría, entre outros. FERRETJANS, Daniel Álvarez. *História de la prensa en el Uruguay*. Desde la Estrella del Sur a Internet. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

²²⁵ PIVEL DEVOTO, Juan E. *Historia de los partidos políticos en el Uruguay*. Tomo 1. Montevideo: Tipografía Atlántida, 1943, p. 201 apud CAETANO, Gerardo. La cuestión del origen de los partidos: el pleito entre distintas maneras de concibir la asociación política. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 206, grifo nosso.

²²⁶ CAETANO, Op. cit., p. 207.

²²⁷ DUMAS, Alexandre. Montevideo: La Nueva Troya, 1850, p. 91 apud SORDI, Gabriel. O historiador Alexandre Dumas, Defensor do Uruguai. In: *Anais do IX Encontro Internacional da ANPHLAC*, UFG, 2010, p. 11.

*de posição em relação às pessoas nomeadas, aumentava a exaltação de meus sentimentos patrióticos quando via que a República Argentina declarava cidadãos naturais a todos os filhos de argentinos nascidos em terra estranha durante as emigrações políticas de 1830 a 1852.*²²⁸

Ao tomar o exemplo das expatriações de intelectuais e homens públicos realizadas por Juan Manuel Rosas durante a primeira metade do século XIX, Ramírez muito provavelmente se referiu aos *unitários* e membros da Geração de 1837.²²⁹ Ao fazê-lo, Ramírez se identificava com a referida situação para reiterar sua identidade de “oriental”, assim como aqueles argentinos que, mesmo tendo nascido fora desse país, também foram reconhecidos enquanto tais. Desse modo, o seu nascimento, ocorrido de forma “acidental” no Brasil e que deveria, na verdade, ter se dado dentro das terras “orientais”, era um mínimo detalhe, fruto do “desvio” da “normalidade” causado pela Guerra Grande, ou seja, a “horrível deflagração” instaurada na “pátria de seus pais”.

De qualquer modo, sobre aquele período de restrições políticas recorrentes, Ramírez, mais uma vez escrevendo sobre o seu passado, declarou que:

Numerosos emigrados *orientais* e argentinos viviam então agrupados nas hospitaleiras fronteiras brasileiras, esperando ansiosos o momento de voltar à terra natal, jamais ausentes do espírito dos refugiados políticos. Os que nasciam nessas agrupações de emigrados, *nasciam verdadeiramente sob as bandeiras da pátria de seus progenitores e se habituavam a amar essa pátria com tanto mais fervor quanto a vislumbravam misteriosamente*, cheia de sublimes prestígios, através das graves preocupações que ela inspirava ao pai e as profundas emoções que por ela palpitavam no coração da mãe.²³⁰

²²⁸RAMÍREZ, Carlos María. Carlos María Ramírez “extranjero” (1887). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 54.

²²⁹A chamada Geração de 1837 foi formada por diversos escritores e homens públicos argentinos, os quais buscaram pensar a identidade e a unidade nacional daquele país. Tinha como principais nomes os de Esteban Echeverría (1805-1851), Juan Bautista Alberdi (1810-1884), Juan María Gutiérrez (1809-1878), Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), Vicente Fidel López (1815-1904), Bartolomé Mitre (1821-1906) e Miguel Cané (1812-1859). Também mantinha ligações com intelectuais de fora da Argentina, tais como os orientais Andrés Bello, Alejandro Magariños Cervantes e José Victorino Lastarria, o chileno Francisco Bilbao, entre outros escritores. Estes intelectuais se aglutinaram em torno de alguns espaços que ficaram muito conhecidos na história latino-americana, tais como o *Salón Literario*, criado em 1837, a *Asociación de la Joven Argentina*, a *Asociación de Mayo*. Além desses locais, Jorge Myers destaca, como elementos constituintes dos “laços” dessa “geração”, as redações conjuntas dos periódicos criados por aqueles intelectuais, os quais “[...] definiram um ‘partido’ literário e intelectual, que se imaginaria com capacidade de substituir os autênticos partidos que então disputavam o poder.” MYERS, Jorge. La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas. In: GOLDMAN, Noemi (Org.). *Revolución, república, confederación: 1806-1852*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005, p. 384. Também sugerimos a leitura do trabalho de José Alves de Freitas Neto, autor que trata especificamente sobre um dos espaços de sociabilidade ocupados por esses intelectuais, o periódico *La Moda*. Ver: FREITAS NETO, José Alves de. *Un siglo todo de señales: o trabalho intelectual em Buenos Aires e as demandas expostas em La Moda (1837-1838)*. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 6, n. 2, jul.-dez., 2013.

²³⁰RAMÍREZ, Op. cit., p. 52, grifos nossos.

O trecho anterior nos traz outras questões importantes relacionadas ao sentimento de pertencimento coletivo e nacional expressado por Ramírez. O fato de ter nascido em terras brasileiras parece não ter comprometido em nada a percepção de cidadão “oriental”/ “uruguaio” que construiu sobre si mesmo e reiterou em seus escritos. Pelo contrário, além de nada comprometer sua concepção de cidadão “oriental” que sempre teria sido, afirmou que todos aqueles que nasciam sob a condição de refugiados políticos ou exilados necessariamente já vinham ao mundo com a nacionalidade de seus pais, que era a “oriental”/ “uruguaia”. Nesse sentido, era necessário, para ele, reforçar essa identidade de modo que essa se tornasse algo totalmente “natural”, o que concebia como algo fundamental em seu contexto de escrita, ou seja, na segunda metade do século XIX. Assim, os mais “novos uruguaio”, na condição de exilados, passavam “naturalmente” a amar a sua pátria, algo que, para eles, parecia não ter explicação racional, e que causava um “vislumbre misterioso”.

Para Ramírez, apesar dos problemas existentes, o Uruguai sempre teria sido um lugar digno de um sentimento de pertença, que lhe fazia sentir-se cidadão “oriental”, embora não tenha nascido em tais terras. Para além da violência vigente, que muitos intelectuais das décadas de 1840 associavam necessariamente à existência e atuação dos partidos políticos – ou “bandos” e/ou “facções” –, Ramírez parece ter tido em mente que sempre fora cidadão da “pátria oriental”. De qualquer forma, as “graves preocupações” que afligiam os pais de Ramírez tinham claramente a ver com as “horríveis deflagrações” causadas pelas guerras civis e, conseqüentemente, com a busca pela “ordem” institucional e estabilidade política – não autoritária – que se visava alcançar. Essa “ordem” deveria estar ligada à “civildade”/“civilização”, a serem estabelecidas em detrimento da “desordem”, do “caos” e da “irracionalidade” provocados pelas guerras civis, conflitos esses causados pelas “facções”, conforme muito se entendia naquele contexto. Pelo tom utilizado por Ramírez, a busca pela “ordem” estava ligada mais a um sentido de “unidade da nação”, a qual parecia se sobrepor a questões “menores” e “localizadas”, tais como a prática do caudilhismo.

Nesse sentido, em relação às mobilizações do termo “ordem” durante o século XIX uruguaio, Ana Ribeiro argumenta que, após a independência do país platino, mais especificamente a partir de 1830, tal ideia estava relacionada não somente à busca pela “normalidade”, mas, também, à própria sustentação e autonomia do país recém-independente. Conforme a autora:

A partir de 1830 os usos do conceito *ordem*, assim como o de outros relacionados a ele, aludem fundamentalmente a essa necessidade de manter a normalidade; entretanto, uma hermenêutica atenta ao contexto revela

significados mais profundos, que apontam a viabilidade ou inviabilidade do novo país. A *ordem* deveria endossar a existência de um *dever ser* nacional; a desordem, portanto, podia pôr em risco a recente independência.²³¹

Desse modo, “o conceito de independência se articulou então com *ordem*, também com o significado de bem coletivo adquirido no trajeto histórico que os converteu em nação.”²³² Como podemos ver, existia uma relação direta entre os anseios pela “ordem”, a sustentação do novo Estado-nação e o “dever ser nacional”, assim como colocado por Ribeiro. A própria ideia de “Estado”, após a criação da Constituição republicana, de acordo com Ariadna Islas Buscasso, era mobilizada como algo ligado à “República” e/ou “Estado Oriental”, e esse último termo era identificado “[...] com um determinado sistema político, com uma determinada *forma de pacto*”.²³³ Ainda segundo a historiadora uruguaia, quando se buscava tratar sobre o “Estado Oriental” ou a Estados estrangeiros, utilizou-se tal ideia ligada ao de “estado-nação” como uma concepção que se entrelaçaria, necessariamente, às de “república”, “nação” e “país”.²³⁴ Como percebemos a partir da análise que fazemos de nossas fontes nos próximos capítulos, esse entrelaçamento entre “república”, “nação” e “país” também será uma característica muito presente na obra e atuação político-intelectual de Ramírez a partir do final da década de 1860.

Desde a primeira metade do século XIX, o termo “ordem” era mobilizado pelos membros dos dois partidos políticos como forma de desqualificação mútua em meio ao debate público. Os *blancos* tachavam os *colorados* como causadores da “anarquia” e da “rebelião” e se autodenominavam os representantes máximos da “legalidade”, da Constituição vigente e “causa da ordem [...]” desde então.²³⁵ Por outro lado, para uma parcela dos *colorados*, a legalidade se derivou da própria condição de confinamento em que esses se encontravam, em *La Defensa*, pois vários franceses e ingleses habitaram a capital sitiada e ajudaram a combater os exércitos de Rosas. Essa presença estrangeira teria contribuído para um processo de “europeização” do pensamento no país platino, transformação de caráter modernizador que ocorria a partir da capital uruguaia.²³⁶

Apesar dos clamores a respeito da “questão nacional”, cultural e intelectualmente, Montevideu se aproximava muito da Europa, mais especificamente com a França e a

²³¹RIBEIRO, Ana. *Orden y desorden: salud y enfermedad social em tempos de heroísmos fundacionales*. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 123-124, grifos da autora.

²³²Ibid., p. 124, grifo da autora.

²³³BUSCASSO, Ariadna Islas. Entre pactos. Notas sobre el concepto de Estado entre la nación española y la república oriental (1750-1870). In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 87, grifos nossos.

²³⁴Ibid., p. 74.

²³⁵RIBEIRO, Op. cit., p. 124.

²³⁶Ibid.

Inglaterra.²³⁷ Não somente a imprensa, mas também a música, a literatura e outras atividades intelectuais e artísticas de inspiração e/ou de origem francesa e inglesa predominavam na cidade, a partir de uma circulação intelectual proporcionada pelo trânsito das frotas navais desses países europeus ocorrida durante a *Guerra Grande*. Dentre os maiores nomes da literatura que figuravam nos círculos intelectuais uruguaios daquele momento estavam – além do de Dumas, assim como já apontamos – o de outro escritor francês, Victor Hugo, por exemplo. A intensificação do movimento intelectual contribuiu para a criação da Universidade e foi exatamente nesse período em que foi criada a Faculdade de Direito, a primeira do país, no ano de 1849.²³⁸ Foi frequentando as salas de aula desse espaço que Ramírez se tornaria, mais tarde, bacharel em Direito e, em seguida, professor da mesma Universidade, assim como veremos posteriormente.

Soma-se a esse processo a interação intelectual de caráter regional, dada entre os argentinos membros do grupo *unitário* – que estavam exilados naquele momento em Montevideu devido a sua oposição ao governo de Rosas – e os *colorados* de *La Defensa*. Tais *unitários* eram inspirados intelectualmente por alguns dos integrantes da Geração de 37, tais como Esteban Echeverría²³⁹, Bartolomé Mitre, Vicente Fidel López²⁴⁰, Domingo Faustino Sarmiento, Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutiérrez, dentre outros autores argentinos. E vários desses intelectuais também interagiram diretamente com os escritores uruguaios da primeira metade do século XIX, por meio de alguns espaços de sociabilidade intelectual.²⁴¹

²³⁷Inspirações cosmopolitas essas que até arrancaram manifestações de Domingo Faustino Sarmiento naquele contexto, quando esse intelectual estava de passagem por Montevideu: na capital da República Oriental do Uruguai era possível, segundo aquele escritor argentino, perceber a presença de “[...] todas as línguas do mundo e parece uma Babel”. BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Banda Oriental, 1990, p. 29.

²³⁸Ibid.

²³⁹Após inaugurada a Universidade de Montevideu, em 1849, Echeverría também foi um dos integrantes do primeiro Conselho Universitário dessa instituição, juntamente com Luis José de la Peña e Allejo Villegas. Ver: ARDAO, Arturo. *La Universidad de Montevideo: su evolución histórica*. Montevideo: UDELAR, 1950. Mais especificamente sobre a atuação político-literária de Echeverría contra o governo de Rosas ainda na primeira metade do século XIX, por meio de sua conhecida obra *El Matadero*, ver: FREITAS NETO, José Alves. A formação da nação e o vazio na narrativa argentina: ficção e civilização no século XIX. *Esboços*, v. 15, p. 189-204, 2008.

²⁴⁰Vicente Fidel López foi professor da Universidade de Montevideu e, assim como Echeverría, fez parte do Conselho Universitário dessa instituição. ODDONE, Juan; ODDONE, Blanca París. *Historia de la Universidad de la República*. T. 1. La Universidad Vieja, 1849-1885. Montevideo: Ediciones Universitarias, 1969 [2010].

²⁴¹Sobre quem exatamente foram todos os intelectuais argentinos exilados no Uruguai e os espaços com os quais contribuíram, ver: MAÍZ, Claudio. Las re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales. Redes de difusión en el romanticismo y el modernismo. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio (Orgs.). *Nas tramas da “cidade letrada”: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais*. 1ª ed. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2018, p. 131-151.

Alguns desses letrados argentinos colaboravam com o periódico *El Iniciador*²⁴², de Montevideu, e, em nome da *Asociación Joven Argentina*, publicaram o manifesto intitulado *Código, o Declaración de los Principios que Constituyen la Creencia Social de La República Argentina*, em 1838, texto que foi subscrito por Echeverría, Gutiérrez e Alberdí.²⁴³ Ou seja, o manifesto foi escrito e publicado em meio aos conflitos civis do período pós-independência e que estavam ocorrendo nos dois lados do Rio da Prata, mas anteriores ao início da *Guerra Grande*.

Acreditamos ser digno de destaque o fato de o periódico *El Iniciador* ter sido fundado pelo escritor oriental Andrés Lamas e o argentino e também membro da Geração de 1837, Miguel Cané, tendo consistido em um espaço de considerável interação entre os intelectuais desses dois países naquele momento, conforme nos informa Daniel Álvarez Ferretjans.²⁴⁴ Além de Lamas, *El Iniciador* contou com a participação de outros escritores uruguaios, tais como Alejandro Magariños Cervantes, por exemplo, um dos intelectuais que compartilhou muitas das ideias e experiências com os intelectuais da Geração de 37. Além disso, Cervantes também dividiu vários espaços de sociabilidade com Ramírez na segunda metade do século XIX, conforme já apontamos. No primeiro número desse periódico, de 1 de abril de 1838, Lamas, assinando pela redação de todos os seus membros, defendia que a “unidade” e o estabelecimento de uma nação “independente”, “civilizada” e “inteligente” dependia totalmente do trabalho constante dos republicanos “ativos”.²⁴⁵

Ademais, o próprio Echeverría publicou a segunda edição de sua *Creencia*, mas com o título *Dogma Socialista* – uma de suas mais conhecidas obras, em 1846 – durante o período em que ficou exilado na capital uruguaia devido ao regime autoritário de Rosas, na Argentina. Somente nessa segunda edição, a qual circulou em Montevideu naquele contexto, é que, de fato, tal publicação passou a ser assinada somente por Echeverría.²⁴⁶ Em seu *Dogma*, Echeverría também expressou os anseios pela “unidade nacional” em detrimento das divisões que, segundo sua concepção, inviabilizavam a existência e consolidação da nação argentina. Conforme o próprio Echeverría, era necessário um “[...] *partido novo* [...]”, capaz de obter “[...] o que há de legítimo em um e outro partido [...]”, de caráter “pacífico” e “[...] como chave para uma grande

²⁴²O periódico *El Iniciador* teve seu primeiro número publicado em abril de 1838 e o último em janeiro de 1839. FERRETJANS, Daniel Álvarez. *Historia de la prensa en el Uruguay*. Desde la Estrella del Sur a Internet. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

²⁴³PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

²⁴⁴FERRETJANS, Op. cit.

²⁴⁵EL INICIADOR. “*Introducción*”, 1 de abril de 1838, p. 1-2, grifos do autor.

²⁴⁶PRADO, Op. cit.

síntese, *mais nacional* e mais completa que a sua, que satisfazendo todas as necessidades legítimas, abrace-as e as *funda em sua unidade*. ”²⁴⁷

A defesa de um “partido novo” e da “unidade”, por parte de Echeverría, ao que tudo indica, foram linguagens políticas endossadas e compartilhadas pelos escritores uruguaios como Lamas e Magariños Cervantes por meio das publicações de *El Iniciador* conjuntamente com aqueles escritores argentinos exilados em Montevideu. Nesse sentido, esses termos e temas, conforme percebemos, consistiram em algo que foi reproduzido pelos grupos intelectuais uruguaios entre as décadas de 1850 e 1860, por meio dos debates a respeito da política do *fusionismo*, e da década de 1870 em diante, com o *principismo*. Essas tendências, com suas características específicas em cada contexto, visavam à união nacional e à pacificação do país por meio da “unidade” da nação e da “civildade”/“civilização”.²⁴⁸

Considerando que Cervantes também dividiu os mesmos espaços de sociabilidade com Ramírez a partir do final de 1860, acreditamos não ser exagerado afirmar que esse intelectual tenha dado continuidade a tais linguagens, ideias e práticas a partir do referido contato estabelecido com aquele. Desse modo, acreditamos ser possível considerar a contribuição desses “ecos” para o nascimento e consolidação de um pensamento e de práticas políticas no Uruguai oitocentista a respeito da “cultura da unidade” nacional.²⁴⁹ Inclusive, essa linguagem política estava presente nas obras que Ramírez publicou na segunda metade do século XIX, mais especificamente em seu ensaio *La Guerra Civil y los Partidos de la República Oriental del Uruguay*, publicado em 1871. Conforme o próprio Ramírez deixou explícito no seguinte trecho, sem necessariamente citar o nome de Echeverría, nem de outros intelectuais orientais ou da Geração de 1837: “No presente ou no futuro, a bandeira do *PARTIDO NOVO* (sic) é a única que pode dar à República – organização, liberdade e progresso”.²⁵⁰

²⁴⁷ECHEVERRÍA, Esteban. Dogma Socialista. In: CASAVALLE, Carlos. *Obras completas de D. Esteban Echeverría*. Escritores Argentinos. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1873, p. 75, grifos do autor.

²⁴⁸Afirmamos isso, também, a partir do diálogo constante que vimos estabelecendo, e estabelecemos ao longo de toda a nossa tese, com Juan Antonio Oddone a respeito das bases do *fusionismo* e do *principismo*. ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta*. Una experiencia liberal en el Uruguay. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956.

²⁴⁹Retomando, aqui, o termo cunhado por Gerardo Caetano. CAETANO, Gerardo. La cuestión del origen de los partidos: el pleito entre distintas maneras de concebir la asociación política. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 197-213.

²⁵⁰RAMÍREZ, Carlos María. *Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*. Imprenta de El Siglo: Montevideo, 1871, p. 48, maiúsculas no original, grifos do autor. Aprofundamos nossa análise especificamente sobre essa e outras fontes históricas no capítulo 2.

1.3. O sarmientino: educação pública, imprensa e “civilização” contra a “barbárie”

Nas décadas de 1850 e 1860, a guerra civil continuava sendo considerada o maior entrave para a ordem e a civilização. Justamente por isso, na tentativa de se construir projetos que privilegiassem a prática da cidadania e o trabalho, que modernizassem a área rural e que integrassem, também, os imigrantes dos mais diversos países, a questão de se “abrandar os costumes”²⁵¹ era uma discussão recorrente. Tais características contextuais estavam muito alinhadas ao tema da dicotomia “civilização” e “barbárie”, elaborada pelo escritor argentino Domingo Faustino Sarmiento²⁵² na primeira metade do século XIX. Essa temática também já se desenrolava há algumas décadas no Uruguai, com a polêmica travada entre Manuel Herrera y Obes e Bernardo Berro – ocorrida ainda no final da década de 1840, na qual esses polemistas debateram sobre os malefícios do caudilhismo para a “civilização” e o “progresso”.²⁵³

E Ramírez, em seu texto intitulado *Sobre el “Facundo”*, de 1873 – sobre o qual temos a impressão de ser uma nota pessoal não publicada em seu próprio contexto de atuação²⁵⁴ – tratou sobre parte de sua formação político-intelectual, mais especificamente sobre o referido exemplar da obra *Facundo: o civilización y barbárie* (1845)²⁵⁵, de autoria de Sarmiento. Ramírez escreveu esse texto um ano após finalizada a *Revolución de las Lanzas*²⁵⁶ e no mesmo

²⁵¹BUCASSO, Ariadna Islas. Morigerar las costumbres para formar la nación. El concepto civilización en el discurso político desde la formación de la sociedad colonial hasta la constitución de la república (1750-1870). In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental* (1750-1870). Montevideo: EBO, 2013, p. 93-112.

²⁵²Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) foi um escritor e publicista argentino da primeira metade do século XIX. Além de *Facundo*, também escreveu as obras *Recuerdos de Provincia* (1850), *Viajes* (1848), *Argirópolis* (1850), *La Educación Popular* (1849), entre outras. Também foi presidente da República argentina entre 1868-1874, tendo ocupado outros cargos de governo ao longo de sua vida. Ver: TEDESCO, Juan Carlos; ZACARÍAS, Ivana. Presentación. In: SARMIENTO, Faustino Domingo. *Educación Popular*. 1ª. ed. La Plata: UNIPE: Editorial Universitaria, 2011.

²⁵³HERRERA Y OBES, Manuel; BERRO, Bernardo Prudencio. *El caudillismo y la revolución americana*. Polemica. Montevideo: Ministério de Instrucción Pública y Previsión Social/Biblioteca Artigas, [1847] 1966.

²⁵⁴O que nos leva a ter essa impressão é o fato de não estar indicado, na forma em que esse pequeno texto foi compilado na obra *Apuntes y discursos* – a qual utilizamos como fonte histórica – o local de sua publicação, somente o ano em que foi escrito, ou seja, em 1873.

²⁵⁵Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino Soares nos informam que essa obra, antes de se tornar livro, foi publicada, inicialmente, com o formato de folhetim em vários números do diário chileno *El Progreso*, no período em que Sarmiento esteve exilado naquele país devido às medidas autoritárias de Rosas, rival político daquele intelectual argentino e de seus correligionários *unitários*. Para mais informações, ver: PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. Construindo identidades: de Domingo Faustino Sarmiento a José Martí. In: PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. 1ª Ed. 3ª. reimp. São Paulo: Contexto, 2018; PRADO, Maria Lígia Coelho. Para ler o *Facundo* de Sarmiento. In: PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

²⁵⁶A *Revolución de las Lanzas* teve fim em 1872, após a chamada Paz de Abril ou Convênio de Abril. Após esse conflito, houve o esforço de se estabelecer uma política de “coparticipação” dos partidos no que dizia respeito ao tratamento dos assuntos públicos e ao poder. Diferentemente das políticas *fusionistas* da década de 1850 e início da de 1860, os setores intelectuais dos quais Ramírez fez parte passaram não mais a defender a extinção dos partidos políticos, mas sim construir um espaço democrático em que ambos os agrupamentos tradicionais pudessem participar ativamente da política a partir de então. CAETANO, Gerardo. *Historia mínima de Uruguay*.

ano em que ocupou o cargo de Fiscal de Governo, sob o breve mandato presidencial de José Ellauri, o qual foi apoiado por ele e pelos *principistas*. Breve, pois, após uma série de conturbações políticas ocorridas no período, Ellauri foi destituído do cargo pelos militares, os quais se mantiveram no poder até meados da década de 1880.²⁵⁷

Sarmiento foi um escritor, político e publicista que se tornou um expoente “clássico” na historiografia latino-americana especializada nesse contexto, o de consolidação dos Estados Nacionais pós-independências na região. Além disso, ao que tudo indica, Sarmiento também teria inspirado consideravelmente o debate sobre a unidade da nação, travado no outro lado do Rio da Prata. Acreditamos ser válido destacar também que, nesse mesmo contexto em que Ramírez escreveu sobre Sarmiento e sobre uma de suas obras mais famosas, o intelectual argentino ocupava o cargo de presidente de seu país, tendo exercido essa função entre 1868 e 1874. Durante seu mandato, houve um considerável impulsionamento da educação, período no qual triplicou a quantidade de escolas públicas no país.²⁵⁸

Ramírez, conforme ele mesmo apontou, foi presenteado com o referido exemplar de *Facundo* por Lúcio Vicente López, filho de Vicente Fidel López, que foi um dos amigos que Sarmiento teve em sua juventude.²⁵⁹ Ramírez ganhou o “presente” de Lúcio López ainda criança²⁶⁰, mas não nos forneceu maiores detalhes das condições em que isso ocorreu. Então, cabe a nós refletir sobre como tenha se dado essa circulação. Acreditamos que o contato que resultou nesse “presente” tenha ocorrido pelo fato de Vicente Fidel López, pai de Lúcio López, ter, também, feito parte da Geração de 1837 juntamente com Sarmiento, ainda na primeira metade do século XIX. Além disso, Vicente Fidel López foi um dos professores e membro do Conselho Universitário da Universidade de Montevideu a partir dos anos 1860, período em que esteve exilado no Uruguai por também ter feito parte e compartilhado dos ideais da “Geração

1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital). Tratamos, de modo mais aprofundado, sobre a atuação político-intelectual de Ramírez nesse contexto específico a partir do capítulo 2.

²⁵⁷O governo *principista* de Ellauri teve fim após o chamado “motim de 1875”, no qual as eleições para alcalde ordinário de Montevideu – cargo equivalente ao de prefeito para nós atualmente – foram fraudadas, o que gerou tumultos e mortes na capital do país. Esses acontecimentos levaram à intervenção dos militares, liderados pelo coronel Lorenzo Latorre, os quais investiram Pedro Varela – não é o mesmo José Pedro Varela, amigo de Ramírez – como presidente provisório e, em seguida, ocuparam o cargo mais alto do país, iniciando o período que ficou conhecido pela historiografia uruguaia como “militarismo” (1876-1886). Para mais informações, ver: CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital); BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Banda Oriental, 1990a.

²⁵⁸TEDESCO, Juan Carlos; ZACARÍAS, Ivana. Presentación. In: SARMIENTO, Faustino Domingo. *Educación Popular*. 1ª. ed. La Plata: UNIPE: Editorial Universitaria, 2011.

²⁵⁹RAMÍREZ, Carlos María. En el Banquete a Sarmiento (1881). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 49-50.

²⁶⁰Ibid.

de 37”.²⁶¹ Esse refúgio pôde muito bem ter propiciado esse contato direto entre a família López e Ramírez.

Ao que tudo indica, a partir das “confissões” de Ramírez, a figura de Sarmiento consistiu em uma grande inspiração não somente intelectual para o escritor uruguaio, mas também uma referência e “caminho” a ser seguido na elaboração e construção de uma comunidade nacional republicana. No trecho abaixo, podemos observar tais manifestações expressadas na ocasião em que Ramírez e seus companheiros do Ateneu do Uruguai, da *Sociedad de Amigos de La Educación Popular* (SAEP) e vários publicistas homenagearam o escritor argentino durante um banquete realizado no ano de 1881, em local não especificado por ele.²⁶² Ramírez deixou claro que esse banquete ocorreu respeitando uma “cláusula não escrita, mas sim sentida de nossas almas, do testamento de José Pedro Varela”²⁶³, que havia morrido dois anos antes. Embora tenha sido um discurso público para seus companheiros, não deixa de ser uma forma de expressar sua admiração particular a respeito da referência de “educador” e homem público que tinha em Sarmiento:

Celebramos em Sarmiento ao educador e ao literato. Talvez a voz do educador não teria bastado para despertar, no espírito inquieto de nosso malogrado amigo, o amor à causa pouco ruidosa, pouco deslumbrante, da educação do povo. Devia unir-se, também, à exortação e o conselho, *essa poderosa inspiração dos grandes escritores*, que sabe dar à palavra a força de um cinzel *que esculpe ideias, sentimentos, tendências, hábitos na alma dos indivíduos e na sociabilidade dos povos*.²⁶⁴

Nesse trecho, fica explícito como, ao mesmo tempo, Sarmiento era, para Ramírez, uma referência não somente de intelectual e homem público idealizador da nação republicana argentina, mas também o idealizador das “sociabilidades dos povos”, ou seja, do escritor que elabora as ideias e pratica os valores e princípios necessários para construção e exercício da comunidade de “caráter nacional”. Em outras palavras, Sarmiento parece ter sido um “espelho” que, por meio de seus reflexos, Ramírez se autoprojetou. Aqui, referimo-nos à metáfora do “espelho” colocada por Gerardo Caetano. Conforme o historiador uruguaio, a questão nacional

²⁶¹Vicente Fidel López foi professor da Universidade de Montevidéu até meados da década de 1860. Sobre isso, ver: ODDONE, Juan; ODDONE, Blanca París. *Historia de la Universidad de la República*. T. 1. La Universidad Vieja, 1849-1885. Montevideo: Ediciones Universitárias, 1969 [2010].

²⁶²No formato da compilação de discursos e notas escritos por Ramírez, a qual utilizamos como fonte histórica em nossa tese, não está indicado o local onde foi realizado o referido banquete em homenagem a Sarmiento. No entanto, acreditamos que a festividade tenha ocorrido nas dependências do *Club Universitario/Ateneo*, local em que Ramírez e seus companheiros de fato frequentavam.

²⁶³RAMÍREZ, Carlos María. En el Banquete a Sarmiento (1881). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 45.

²⁶⁴Ibid., p. 45-46, grifos nossos.

nesse país tem, como um de seus elementos históricos, a necessidade do “espelho exterior”, ou seja, a autoidentificação de caráter nacional também estaria baseada nos aspectos estrangeiros e no acolhimento das identidades de outros países.²⁶⁵ E esse “espelho exterior” também contribuiu para que a sociedade uruguaia constituísse as “imagens” de uma construção política e social que visasse à estabilidade, muito relacionada aos referenciais liberais e europeus de “civilização”.²⁶⁶

Além disso, Ramírez considerava Sarmiento um “[...] publicista que doutrina e o publicista que batalha”, um “[...] batalhador formidável”²⁶⁷, um “atleta da imprensa”.²⁶⁸ Acreditamos ser válido pôr em relevo essa declaração de Ramírez, pois, de fato, Sarmiento teve uma considerável atuação na imprensa argentina e chilena, quando esteve exilado nesse último país, ao contribuir para a conformação e construção da nação argentina e do republicanismo e da esfera pública em ambos os países.²⁶⁹ Nesse sentido, conforme as manifestações de Ramírez, o Sarmiento escritor e publicista lhe serviu de parâmetro político-intelectual e “moral”, referência essa que buscou seguir ao praticá-las por meio dos periódicos e associações que criou e manteve. Nesses espaços, Ramírez desempenhou uma notável atuação em prol da construção de uma esfera pública²⁷⁰ nacional a partir da segunda metade do século XIX.

Acreditamos ser válido ressaltarmos que Ramírez, assim como Sarmiento, ficou reconhecido como um grande publicista não somente em seu próprio contexto, mas também por alguns autores que escreveram sobre ele posteriormente e que fazem parte da bibliografia com a qual dialogamos em nosso trabalho.²⁷¹ Assim, Sarmiento, enquanto um “publicista por

²⁶⁵CAETANO, Gerardo. Identidad nacional y imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario. In: ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo. *Identidad uruguaya: ¿mito, crisis o afirmación?* 3ª. ed. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993.

²⁶⁶PANIZZA, Francisco. El liberalismo y sus “otros”: la construcción del imaginario liberal en el Uruguay (1850-1930). *Cuadernos del CLAEH*. Montevideo: 1989, v. 14, n. 50, p. 31-44.

²⁶⁷RAMÍREZ, Carlos María. En el Banquete a Sarmiento (1881). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 50.

²⁶⁸Ibid., p. 51.

²⁶⁹Sobre a atuação de Sarmiento na imprensa argentina e chilena, e a contribuição desse intelectual para a construção de um discurso republicano e da esfera pública nesses dois países, ver: BOTANA, Natalio. *La tradición republicana*. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. 1ª ed. Buenos Aires: Edhasa, 2013; PEREIRA, Affonso Celso Thomaz. *A terceira margem do Prata: Alberdi, Sarmiento e a conformação do discurso republicano na imprensa chilena, 1841-1852*. São Paulo, 2015. 397 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História.

²⁷⁰Como já apontamos ainda na introdução de nossa pesquisa, realizamos uma discussão mais aprofundada sobre a ideia de “esfera pública” no capítulo 2 de nossa tese. Para isso, dialogamos com autores como Jürgen Habermas, Hilda Sabato, Pilar González Bernaldo, entre outros.

²⁷¹Alguns exemplos desses são José M. Fernandez Saldaña, Raúl Montero Bustamante e Daniel Ferretjans, por exemplo. Ver: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. RAMÍREZ, Carlos María. In: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías (1810-1940)*. Montevideo: Editorial Ameríndia, 1945, p. 1040-1045; MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978;

autonomía”²⁷², foi, para Ramírez, um referencial a ser seguido, como exemplo capaz de construir a nação republicana oriental por meio do âmbito público. Os elogios de nosso escritor vão além. Discursando em nome de todos os presentes no já referido banquete, e deixando claro a identificação e inspiração individual e coletiva – própria do grupo ao qual pertencia – a respeito da figura de Sarmiento, Ramírez explicitou que:

[...] há um ponto em que nos colocamos todos em completo acordo. O reconhecemos e admiramos como um dos maiores escritores da América, e quem diz de América, diz também do mundo. O estilo é um organismo em vossa pluma e em vossos lábios. Vossa frase tem todas as palpitações e todos os movimentos da vida. Vossos bons escritos nos sacodem como uma descarga elétrica. [...] *É o pensamento intenso e a imagem imponente; o romance e a história; a elegia e o hino; o idílio e a invectiva e a ironia e o pranto, e a travessura do panfletista com a observação penetrante do filósofo: tudo misturado e confuso, como as árvores e as trepadeiras da selva virgem.*²⁷³

Em seu texto *Sobre el “Facundo”* (1873), Ramírez afirmou que, em um certo momento de sua trajetória, mais especificamente no início da década de 1860, *Facundo* consistia em um “livro singular [...]”, o qual havia proporcionado “[...] impressões e pensamentos para toda a [sua] vida!”.²⁷⁴ Essa obra consiste em uma biografia de Facundo Quiroga, um dos caudilhos do interior argentino com os quais Rosas havia fechado acordos para estabelecer seu governo durante as décadas de 1830 e 1840.²⁷⁵ No referido texto em que “confessa” uma de suas maiores inspirações literárias e político-intelectuais, Ramírez afirmou o seguinte sobre o livro que ganhou de seu amigo Lúcio López:

Doze ou treze anos faz, entrava em minha *saudosa* moradia de estudante, a passos apressados, com rosto alegre e um pequeno volume sob o braço. Era o “Facundo ou civilização e barbárie”, edição então esgotada, que buscava há meses [...] com interesse, e que um amigo me havia facilitado naquele dia. Aberto o livro não foi possível que o fechasse antes de ter devorado e saboreado suas páginas, com indescritível emoção. A hora da comida, a das aulas universitárias, a do sono, todas transcorreram sem interromper aquela leitura “feroz”. Lia uma página e desejava voltar a lê-la, e desejava mais

FERRETJANS, Daniel Álvarez. *Historia de la prensa en el Uruguay*. Desde la Estrella del Sur a Internet. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

²⁷²MYERS, Jorge. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta inicio del siglo XX. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 36.

²⁷³RAMÍREZ, Carlos María. En el Banquete a Sarmiento (1881). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 49, grifos nossos.

²⁷⁴RAMÍREZ, Carlos María. Sobre el “Facundo”. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY, Op. cit., p. 18, inserção nossa.

²⁷⁵PRADO, María Lúcia Coelho. Para ler o Facundo de Sarmiento. In: PRADO, Maria Lúcia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

conhecer a página seguinte. E assim, incitado meu espírito por esse duplo estímulo, não cheguei ao final da obra senão para voltar a começar com idêntica avidez. Desde então, sempre que empreendo uma viagem, esse livro me acompanha.²⁷⁶

Para Ramírez, esse livro de Sarmiento era “[...] uma obra imortal”²⁷⁷, com suas “[...] belíssimas intuições de artista ao lado de observações de pensador profundo [...]”.²⁷⁸ Ao relembra uma de suas maiores inspirações intelectuais, Ramírez estava se referindo ao início da década de 1860, como já dissemos. Era um contexto no qual a Guerra Grande já havia tido fim e estava em vigência o *fusionismo*, ou seja, uma tendência que privilegiava a pacificação do país por meio de acordos políticos e a partir da “fusão” dos partidos, vistos como os causadores da “desordem” e da violência. Nesse sentido, a questão da existência e “legitimidade” dos partidos era uma tônica que balizou os debates político-intelectuais mais intensamente a partir do final da Guerra Grande. O tratado de paz, que selou o fim desse conflito e que foi mediado por Andres Lamas, havia declarado que “entre as diferentes opiniões nas quais estavam divididos os orientais, não houve vencidos nem vencedores; [...] todos devem reunir-se sob o Estandarte Nacional, para o bem da pátria e a defesa de suas Leis e de sua Independência”.²⁷⁹ De modo geral, era um contexto no qual havia a reivindicação social pela paz política, o que fomentou as alianças político-intelectuais dos “doutores”²⁸⁰ de ambos os partidos em busca da pacificação nacional em detrimento dos caudilhos, os quais ficaram mais isolados.²⁸¹

Essa tendência fez parte da “cultura da unidade” nacional e visava à “harmonia” e à “ordem” políticas, conforme colocado por Caetano.²⁸² Tais medidas se tornaram mais ou menos recorrentes durante as décadas de 1850 e 1860 por meio de debates estabelecidos pela imprensa,

²⁷⁶RAMÍREZ, Carlos María. Sobre el “Facundo”. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 17, grifo e aspas do autor.

²⁷⁷Ibid.

²⁷⁸Ibid.

²⁷⁹Tratado de Alianza (1851). Artigo 12 apud RIBEIRO, Ana. El largo camino de un concepto migratorio: soberanía. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 146, grifos nossos.

²⁸⁰Os “doutores” eram, durante o século XIX uruguaio, todos aqueles letrados e reconhecidos socialmente como pensadores ou diplomados, frequentadores dos círculos político-intelectuais da cidade de Montevideu. Tais “doutores” que, para nós, foram os intelectuais daquele contexto, rivalizavam constantemente com os caudilhos rurais e os líderes dos partidos tradicionais. Para mais informações sobre os “doutores”, ver: MARIANI, Alba. *Principistas y doctores. Enciclopedia Uruguaya*. Montevideo: Arca, 1968.

²⁸¹CAETANO, Gerardo. Genealogías de la política uruguaya moderna: el liberalismo como “concepto fundamental” y su primacía sobre el republicanismo en el siglo XIX. *Claves*. Revista de Historia, n. 2, p. 111-143, jan-jun. 2016.

²⁸²CAETANO, Gerardo. La cuestión del origen de los *partidos*: el pleito entre distintas maneras de concebir la asociación política. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 197-213.

manifestos, associações “doutorais”, além de medidas oficiais implementadas por alguns governos de caráter *fusionista*, como os de Juan Francisco Giró (1852-1853), Gabriel Antonio Pereira (1856-1860) e de Bernardo Berro (1861-1864).²⁸³ Algumas das associações e periódicos *fusionistas* criados foram a *Sociedad de Amigos del País*, em 1852²⁸⁴, e seu respectivo periódico, o *La Constitución*.²⁸⁵ Também havia o periódico *La Fusión*.²⁸⁶ Esse periódico sustentava que era preciso “[...] afirmar ‘o patriotismo dos orientais’ e o ‘orientalismo puro’ como via efetiva ‘em oposição a qualquer partido’”.²⁸⁷ Além disso, tinha, como “questão principal”, a “[...] *fusão dos orientais* ”²⁸⁸, além de ter tido o lema “não haverá vencidos, nem vencedores” – o qual era parte oficial do tratado de paz pós-Guerra Grande – no centro de sua primeira página.²⁸⁹

Em 1855, Andrés Lamas, um dos criadores do periódico *El Iniciador* e um dos mediadores do tratado de paz do já referido conflito regional, inspirado pelos anseios de se criar um “partido da Nação”²⁹⁰, fundou a *Unión Liberal* e publicou seu manifesto “*Andrés Lamas a sus compatriotas*”, escrito no Brasil, quando estava em missão diplomática nesse país. O manifesto possuía forte caráter anti-caudilhistas e tinha o objetivo de se fundar um “partido de ideias”.²⁹¹

²⁸³CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital); BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Banda Oriental, 1990.

²⁸⁴Ramírez fez referência direta a essa associação por meio das páginas da revista *La Bandera Radical*, no início da década de 1870, apontando as contribuições históricas dela para a construção da unidade nacional. Tratamos mais profundamente sobre esse ponto no capítulo 2.

²⁸⁵CAETANO, Gerardo. La cuestión del origen de los *partidos*: el pleito entre distintas maneras de concebir la asociación política. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 197-213.

²⁸⁶O periódico *La Fusión* teve sua primeira publicação em 21 de janeiro de 1852, quase um ano após o fim da Guerra Grande. Teve, como redator, Avelino Lerena e foi um periódico de pequeno porte e com curta duração (4 meses somente) em comparação com outros do mesmo período, como o *La Constitución* e *El Orden*, por exemplo. Para mais informações, ver: FERNÁNDEZ Y MEDINA, Benjamín. *La imprenta y la prensa en el Uruguay*. Desde 1807 a 1900. Montevideo: Imprenta de Dornaleche y Reyes, 1900.

²⁸⁷*LA FUSION*, 1852 apud CAETANO, Op. cit., p. 208.

²⁸⁸*LA FUSION*. Periódico Político. 21 de Janeiro de 1852, p. 1.

²⁸⁹*Ibid.*

²⁹⁰CAETANO, Op. Cit., p. 208.

²⁹¹CAETANO, Gerardo. Genealogías de la política uruguaya moderna: el liberalismo como “concepto fundamental” y su primacía sobre el republicanismo en el siglo XIX. *Claves*. Revista de Historia, n. 2, jan-jun. 2016, p. 127. Os chamados “partidos de ideias”, ao longo da história política uruguiaia, foram aqueles que surgiram como “alternativa” – ou “terceira via” – aos dois partidos tidos como “tradicionais”. O primeiro momento em que eles apareceram foi nesse contexto de meados do século XIX, em meio ao *fusionismo* e às tentativas de pacificação nacional. O segundo momento foi no início do século XX, durante o período reformista do *batllismo*, no qual já estava em curso uma “profissionalização” dos políticos e de um sistema partidário “moderno”, estável e consolidado. Conforme apontam Gerardo Caetano e José Rilla, ao contrário dos “partidos de ideias” de meados do século XIX, os quais visavam questionar o sistema partidário ainda em consolidação, os das primeiras décadas do XX vieram a fortalecê-lo. CAETANO, Gerardo; RILLA, José. El sistema de partidos: raíces y permanencias, número 31, *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo: 1984, n. 31, p. 81-98. É nesse segundo contexto em que surgiu o Partido Socialista, o Partido Comunista e a União Cívica no país, por exemplo, tidos como “partidos de ideias” daquele momento. Sobre essa temática, ver: LANZARO, Jorge Luis; ARMAS, Gustavo de. Clases medias y procesos electorales en una democracia de partidos. Instituto de Ciencia Política.

Embora o *fusionismo* tenha sido uma iniciativa dos setores político-intelectuais dos partidos, os caudilhos, inicialmente resistentes a esse movimento e mais simpáticos aos acordos políticos que visassem à manutenção daqueles agrupamentos, viram a necessidade de se adotar minimamente esse pensamento e práticas. Como exemplo disso, surgiu o *Pacto de la Unión*, de caráter caudilhista e liderado por Manuel Oribe e Venâncio Flores como resposta ao já referido documento de Lamas e a associação da *Unión Liberal* criada por esse último.²⁹²

No referido contexto *fusionista* mencionado por Ramírez, o do início da década de 1860, ele e sua família já haviam retornado do Brasil ao Uruguai há algum tempo após finalizada a Guerra Grande. Ramírez foi educado, primeiramente, no ambiente familiar e, em seguida, frequentou alguns colégios de Montevideu. Os pais de Ramírez eram letrados e dotados de princípios mais liberais e democráticos. Consuelo Álvarez, sua mãe, era descendente de professores universitários cordobeses. Já seu pai, Juan Ramírez, foi estancieiro, como já apontamos, e atuou política e institucionalmente no início da vida republicana pós-independência do país “oriental”, provavelmente como deputado ou ocupante de outro cargo público.²⁹³ Conforme nos informa Montero Bustamante, o *unitário* Juan Ramírez, embora simpático aos *colorados* “orientais”, teria aderido ao *fusionismo* e se dedicado a estabelecer a paz pública, buscando mediar as relações entre os principais líderes dos dois partidos uruguaios após aquele conflito regional.²⁹⁴

Buscando, aos poucos, retomar a vida em terras “orientais”, a família Ramírez retornou para um país no qual o lema que passou a estar em vigência pressupunha uma união e coesão nacionais em detrimento dos conflitos armados, e o pai de Carlos Ramírez também parecia prezar por tais valores e princípios. E, ao que tudo indica, buscava praticá-los mediando as relações entre os membros dos partidos políticos “orientais” historicamente rivais. A partir do

Universidad de la República, Documento On-Line n. 4, 2012. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Uruguay/icp-unr/20170112023239/pdf_475.pdf. Acesso em: 14/04/20. Também acreditamos ser necessário termos em mente que a conceituação de “partidos de ideias” pode conduzir à impressão de que somente esses obtiveram um “programa” ideológico definido e os “partidos tradicionais” não. Nesse sentido, vale o alerta feito por André Lopes Ferreira acerca dessa questão. O autor chama a atenção, de forma totalmente pertinente, para a superação necessária da dicotomia “partidos tradicionais” e “partidos de ideias”, e propõe a denominação “partidos majoritários” e “partidos minoritários”, em termos de capacidade eleitoral. Ver: FERREIRA, André Lopes. Partidos tradicionais e partidos de ideias no Uruguai: uma crítica conceitual. *Anais do 9º Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2010, p. 1-7.

²⁹²CAETANO, Gerardo. La cuestión del origen de los *partidos*: el pleito entre distintas maneras de concebir la asociación política. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 197-213.

²⁹³Montero Bustamante não especifica essa informação. O biógrafo de Ramírez, sempre com uma visão hagiográfica e, muitas vezes, evasiva, afirma o seguinte: “Seu pai, Juan A. Ramírez, opulento estancieiro, homem de luzes e de progresso que prestou excelentes serviços ao país”. MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clasicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministério de Educación y Cultura, 1978, p. XVII.

²⁹⁴Ibid., p. XVIII.

que nos informou Montero Bustamante anteriormente, a “paz pública” da República, para Juan Ramírez, estava acima de quaisquer divergências políticas e a sua preocupação e dedicação para com essa causa também poderia ser entendida como uma forma de zelar pela unidade e “civilização” nacionais ainda em construção. E Carlos Ramírez buscou se construir política e intelectualmente tanto a partir da inspiração que Sarmiento lhe imprimia, quanto, ao que tudo indica, por causa da postura política do pai, e praticou tudo isso em sua fase adulta por meio de seus escritos e publicações, elaborados em meio ao exercício de suas sociabilidades.

Nesse sentido, já que o autor argentino se mostra como um dos maiores referenciais de Ramírez, acreditamos ser pertinente tratar um pouco mais sobre o pensamento de Sarmiento, especialmente em *Facundo*, até para compreendermos melhor os motivos de tais “confissões” intelectuais. No entanto, não temos o intuito de ater-nos e/ou aprofundar-nos totalmente no estudo do pensamento do intelectual argentino, por meio de suas obras e atuação política, pois, além de não ser o nosso foco principal nesta tese, também existem inúmeros trabalhos de qualidade que já realizaram esse esforço.²⁹⁵

Aqui, nos interessa a questão mais geral sobre como essa obra passou a ser reconhecida como um dos primeiros escritos que buscaram construir a identidade nacional e da construção da nação argentina. Doris Sommer, ao tratar sobre os diversos conteúdos existentes em *Facundo*, afirma que Sarmiento é autor de um “[...] texto exorbitante, parte ficção, parte biografia, parte história política, parte manifesto, um livro genericamente imoderado, cuja soma final obviamente acaba sendo bem mais que apenas um”.²⁹⁶ A obra foi escrita em um momento no qual a Argentina era palco das divergências entre os *unitários* – dos quais Sarmiento era partidário – e os *federalistas* – ligados a Rosas²⁹⁷, conforme já mencionamos anteriormente.

Assim como o título da obra de Sarmiento já indica, o autor argentino buscou ir para além da biografia do caudilho Facundo Quiroga: “o subtítulo do livro, *Civilização e Barbárie*,

²⁹⁵Pelo fato de os trabalhos sobre Sarmiento serem inúmeros – inclusive, comparando esse intelectual com outros escritores argentinos e latino-americanos –, citamos apenas alguns deles: MITRE, Antonio. A parábola do espelho. Identidade e modernidade no Facundo de Sarmiento. In: MITRE, Antonio. *O dilema do centauro*. Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 39-70; BOTANA, Natalio. *La tradición republicana*. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. 1ª ed. Buenos Aires: Edhasa, 2013; PEREIRA, Affonso Celso Thomaz. *A terceira margem do Prata*: Alberdi, Sarmiento e a conformação do discurso republicano na imprensa chilena, 1841-1852. São Paulo, 2015. 397 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. MOLINA, Diego A. Sarmiento e o romantismo no Rio da Prata. *Estudos Avançados*, 27 (77), p. 333-348, 2013; ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. *Ensayos argentinos*. De Sarmiento a la vanguardia. Buenos Aires: Compañía Editora Espasa Calpe Argentina S.A./Ariel, 1997.

²⁹⁶SOMMER, Doris. *Ficções de fundação*: os romances nacionais da América Latina. Tradução: Glaucia Gonçalves e Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 85.

²⁹⁷PRADO, Maria Lígia Coelho. Para ler o Facundo de Sarmiento. In: PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX*: Tramas, telas e textos. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

indicava suas pretensões de ultrapassar os limites individuais da personagem e construir uma interpretação mais abrangente e generalizadora que alcançasse toda a sociedade argentina”.²⁹⁸ Sarmiento construiu uma dicotomia pautada pelos elementos constantes no título de sua obra e que foi muito mobilizada, naquele contexto, nos dois lados do Rio da Prata, oposição essa que fixava rigidamente os “lugares” da “barbárie”, do caudilhismo, da “fração” e da tradição oral – no caso, a área rural – e o da “civilização”, da cultura letrada e da “unidade” – mais relacionado à cidade.²⁹⁹

No entanto, Ramírez, ao que tudo indica, não seguiu todas as “lições” que Sarmiento lhe passou por meio de seu *Facundo*. Além dos caudilhos, aquele escritor argentino classificou como “bárbaros” os indígenas, os negros e os *gauchos*³⁰⁰, colocando-os todos como parte de uma população inculta, violenta e que precisava ser abrangida pela “civilização”. Ramírez, por sua parte, parecia concordar totalmente com Sarmiento em relação ao fato de que o personalismo dos caudilhos partidários estava necessariamente associado às guerras civis, sendo isso o verdadeiro empecilho para a nação prosperar. Porém, não concebemos que o escritor “oriental” tenha seguido o mesmo pensamento de Sarmiento em relação aos outros grupos humanos anteriormente citados, não sendo a classificação negativa desses algo presente em seus escritos.³⁰¹

Apesar dessas nuances, as concordâncias eram muitas. Ramírez, pensando a construção do Uruguai, muito provavelmente se inspirou em Sarmiento no que diz respeito aos seguintes elementos presentes no ideário daquele intelectual argentino, contidos em seu *Facundo*: realizar a “integração” dos “caminhos” da “República”; apoio e recebimento dos imigrantes europeus; o empreendimento da educação pública como forma de “civilizar” a nação; exaltação do “benefício da imprensa” e publicações diversas que visassem à difusão da “inteligência” – um dos principais pontos da atuação de Sarmiento que mais inspiraram Ramírez, a nosso ver;

²⁹⁸PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2014, p. 161.

²⁹⁹Embora alguns autores discordem da ideia de que essa dicotomia era tão rígida assim. É o caso de Antonio Mitre, que entende haver uma retroalimentação entre “civilização” e “barbárie” proporcionada pelo advento da modernidade e em meio à formação de uma identidade nacional. Para essa discussão, ver: MITRE, Antonio. A parábola do espelho. Identidade e modernidade no *Facundo* de Sarmiento. In: MITRE, Antonio. *O dilema do centauro*. Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003, p. 39-70.

³⁰⁰Os *gauchos* são membros de comunidades localizadas no interior dos países do Cone Sul da América Latina, mais especificamente da Argentina, do Uruguai e da região sul do Brasil, ligadas à área rural e à produção agrícola e agropecuária em tais regiões. São resultado da miscigenação entre as etnias indígenas dos *charruas* e guaranis (provenientes dos Pampas setentrionais), negra e ibérica. Ver: TERRA, Mano. *A influência do gaúcho na cultura de três países*. S/d. Disponível em: <https://inrcbge.files.wordpress.com/2011/09/terra-v-vai.pdf>. Acesso em: 14/04/20.

³⁰¹O que não impede de analisarmos criticamente os “silêncios”, na obra de Ramírez, em relação a esses grupos étnicos.

valorizar os “homens ilustrados” como condutores dos “destinos públicos”; restabelecimento dos direitos, da vida e da propriedade dos cidadãos, por meio da “Justiça” e das leis³⁰²; construir um ambiente democrático que respeitasse as opiniões divergentes; estabelecimento da ordem interna e da boa relação com os países vizinhos, por meio da “conciliação e ordem”.³⁰³ Tais temáticas foram, de fato, muito presentes nos escritos e ação política de Ramírez.

Ou seja, a nação deveria ser dotada de uma “unidade” que proporcionasse não somente integração territorial, mas também estabilidade institucional e política, permitindo, inclusive, a consolidação de uma sociabilidade de caráter nacional. Especificamente em relação a essa ideia de “sociabilidade nacional” em *Facundo*, Pilar González Bernaldo pondera que a análise feita por Sarmiento, em sua obra, relaciona as formas de sociabilidade e os códigos e valores responsáveis pela constituição de uma comunidade coletiva.³⁰⁴ Em seu *Facundo*, ainda para González Bernaldo, Sarmiento defendeu que, pelo fato de a “civilidade” estar mais ligada aos setores letrados da cidade e ausentes no interior argentino, as *pulperías*³⁰⁵ seriam ambientes ligados necessariamente ao rosismo e ao caudilhismo de modo geral. Além disso, esses espaços teriam contribuído para a formação e consolidação do caudilhismo e das *montoneras*, ou seja, a formação de grupos políticos e militares locais e não regulares.³⁰⁶

Sarmiento qualificou as *pulperías* como “associações artificiais”, “[...] pois a recreação não está aqui ligada com a utilização pública da razão individual para um interesse social, mas sim com a simples vadiagem.”³⁰⁷ Nesse sentido, ainda conforme a análise de González Bernaldo, para aquele intelectual argentino oitocentista, as *pulperías*, enquanto espaços que “moldavam” os “protagonistas” responsáveis pela “fragmentação” nacional:

[...] não podem obviamente engendrar aos cidadãos nem definir a pertença à coletividade; a organização da nação republicana não pode fundar-se senão sobre os hábitos relacionais das pessoas decentes da cidade. E é justamente

³⁰²SARMIENTO, Domingo F. *Facundo: civilización y barbarie*. 1ª ed. 2ª reimp. Buenos Aires: R.P. Centro Editor de Cultura, [1845], 2012, p. 264.

³⁰³Ibid., p. 265.

³⁰⁴GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. Pedagogía societaria y aprendizaje de la nación en el Río de La Plata. In: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Org.). *Inventando la nación*. Iberoamerica, Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 565-589.

³⁰⁵As *pulperías* eram pequenos estabelecimentos comerciais, algo como os armazéns, localizados nas áreas rurais da região do Rio da Prata, os quais propiciavam a sociabilidade em meio à campanha. De modo geral, eram ambientes que proporcionavam o entretenimento aos caudilhos estancieros e camponeses (ou *gauchos*) em meio ao “deserto” dos pampas entre finais do século XVIII e ao longo do XIX. Para mais informações sobre as *pulperías*, seus donos (os *pulperos*) e seu considerável papel para a formação da sociedade rural argentina entre fins do período colonial e início da vida nacional independente daquele país, ver: CARRERA, Julián. *Pulperos y pulperías rurales bonaerenses: Su influencia en la campaña y los pueblos, 1780-1820*. Tese de doutorado. Universidad Nacional de la Plata, 2010.

³⁰⁶RODRÍGUEZ, Júlio C. Las montoneras y sus caudillos. *Enciclopedia Uruguaya*. Montevideo: Editorial Arca, 1968.

³⁰⁷GONZÁLEZ BERNALDO, Op. cit., p. 584.

nessas relações nas quais Sarmiento encontra o gérmen de uma sociedade civil sobre a qual deveria fundar-se a nação como comunidade política de pertença.³⁰⁸

Nesse sentido, a identificação com formas de sociabilidade “civilizadas” projetadas não consistiriam somente em um mecanismo de identidade coletiva, mas também como via de construção/organização de uma unidade e poder nacionais. Isso, pois, privilegiaria a manutenção da “ordem” em detrimento dos conflitos localizados, muitas vezes protagonizados pelos frequentadores das *pulperías*, ou seja, os caudilhos e seus seguidores. Tudo isso ajudaria a fomentar uma “aprendizagem da nação”, conforme defende González Bernaldo. Assim, esse processo “pedagógico” pressuporia “[...] a interiorização de códigos de conduta que ‘civilizassem’ a sociedade, aspecto que, já em 1845, Sarmiento havia destacado como indispensável à erradicação do poder dos caudilhos, e a esses como principais responsáveis pela debilidade do poder nacional”:³⁰⁹

Ao expandir os vínculos secundários e contratuais, as associações modernas contribuem para a construção da nova representação da coletividade. Mas a isso se agrega o fato de que com a difusão desses novos vínculos se interioriza uma série de normas e códigos de conduta que definimos como relacionais de civilidade e que explicam a função específica que cumpre a *pedagogia societária na construção da nova nação, tanto mediante a pacificação da sociedade como com a afirmação da civilização ocidental como expressão de identidade nacional*.³¹⁰

Em consonância com os dizeres de González Bernaldo estão, a nosso ver, as ponderações da historiadora uruguaia Ariadna Islas Buscasso sobre os significados de “civilização” nesse país, alterações de sentido essas que são mais apreensíveis a partir de meados do século XIX, ou seja, durante as tentativas de consolidação da nação uruguaia. Conforme afirma a autora, os usos do termo “civilização” estariam intrinsecamente relacionados às intenções de se estabelecer uma nova ordenação institucional republicana e nacional próprias, com o “progresso” e com a “regeneração social” defendidos em detrimento dos antigos valores monárquicos.³¹¹

³⁰⁸GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. Pedagogía societaria y aprendizaje de la nación en el Rio de La Plata. In: ANNINO, Antonio; XAVIER GUERRA, François (Org.). *Inventando la nación*. Iberoamerica, Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 584-585.

³⁰⁹Ibid., p. 587, grifos nossos, aspas da autora.

³¹⁰Ibid., p. 589, grifos nossos.

³¹¹BUSCASSO, Ariadna Islas. Morigerar las costumbres para formar la nación: El concepto civilización en el discurso político desde la formación de la sociedad colonial hasta la construcción de la república. In: CAETANO, Gerardo (org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013. p. 94.

O conceito também esteve relacionado aos processos históricos e políticos internos, tais como as “guerras civis” entre os “bandos” tradicionais, e foi usado tanto para exaltar os aliados ou depreciar os adversários políticos – utilizando seu termo antônimo “barbárie” ou “bárbaros” para esse último fim –, em meio às lutas partidárias. Conforme a autora, os conceitos de “civilização” e “civilizar” “[...] conotavam a ação dos setores letrados ou das políticas do Estado na expansão da educação comum para a instrução do povo e a morigeração de seus costumes, premissa que se entendia como a base das novas instituições, em particular da formação do cidadão.”³¹² Ainda, em total consonância com o que argumenta González Bernaldo sobre a relação entre a “sociabilidade nacional” e a “civilização” existente na região do Rio da Prata durante o século XIX, está o que Buscasso pondera sobre a mobilização daquele conceito com a construção de uma coletividade nacional, entendendo, assim,

[...] [o] uso do termo *civilização* como uma forma de sociabilidade própria e gerada por um processo histórico peculiar em um lugar determinado, em uma região ou, eventualmente, em um país. Ao adquirir um patronímico, o conceito *civilização* aplicado a uma nação determinada, mesmo ao manter o caráter universal e moral que lhe é próprio, transformou-se em um caso peculiar, em uma *civilização* regional ou nacional [...].³¹³

Além de conotar uma sociabilidade de caráter nacional e um lugar específico – no caso, um país determinado –, o termo “civilização”, assim como González Bernaldo pondera, também estava relacionado ao que seria próprio da cidade, à “urbanidade”. Nesse sentido, estava vinculado “[...] aos seus *costumes, modos e linguagem*, às suas *normas jurídicas*, ao *exercício dos direitos e obrigações* no sentido relativo às ações particulares entre os indivíduos. Implica, pois, *as relações entre os homens de paz e de comum acordo*”.³¹⁴

Dentro desse contexto intelectual e político, Ramírez, ao mencionar Sarmiento, seu *Facundo* e os elementos “civilizatórios” representados pelo autor e obra, ia, cada vez mais, construindo suas sociabilidades intelectuais e políticas, as quais, em grande parte, perduraram no tempo. Além disso, proporcionaram uma comunhão da maioria dos princípios e valores já expressados por Sarmiento, Echeverría, Berro, Lamas, e Pacheco y Obes, e manifestados entre o final da década de 1830 e 1860. Um exemplo da construção dessas sociabilidades consistia no fato de que, para além dos seus amigos da família Herrera y Obes, como já indicamos, os

³¹²BUSCASSO, Ariadna Islas. Morigerar las costumbres para formar la nación: El concepto civilización en el discurso político desde la formación de la sociedad colonial hasta la construcción de la república. In: CAETANO, Gerardo (org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013. p. 94.

³¹³Ibid., inserção nossa, grifos da autora.

³¹⁴Ibid., p. 95, grifos nossos.

membros das famílias dos Varela, dos Muñoz, os Ellauri, dentre outras, frequentavam a casa dos Ramírez.³¹⁵

Os frequentadores da residência dos Ramírez eram de famílias dos já citados “doutores”, os quais protagonizaram muitos desses debates intelectuais sobre a “unidade nacional” e o *fusionismo* entre a primeira metade e meados do oitocentos. Muitos de seus membros possuíam algum grau de parentesco e/ou ligação com aqueles “doutores” *fusionistas* e constituíram a *geração*³¹⁶ da qual Ramírez fez parte. Assim, esse compartilhou os mesmos anseios político-intelectuais com aqueles outros jovens a partir do final da década de 1860, período em que o *fusionismo* estava sendo derrotado pela volta do caudilhismo e das guerras civis.³¹⁷

Ao que tudo indica, Ramírez era reconhecido como um dos “líderes” dessa geração. Bernabé Herrera y Obes, irmão de Julio e Miguel Herrera y Obes, e filho de Manuel Herrera y Obes, também foi amigo de infância de Ramírez. Bernabé relatou que, em sua juventude, ele, seu irmão Miguel e os três irmãos Ramírez – Carlos, Gonzalo e Octavio – formaram um “clube” e se reuniam na casa de sua avó todos os sábados para discutir sobre vários assuntos, desde literatura até a política nacional. Bernabé Herrera y Obes também relatou que, nos referidos encontros de seu “clube formal”, Ramírez era reconhecido como “orador” e o que possuía “maior poder intelectual”³¹⁸, o qual tratava, preferencialmente, sobre os eventos da Revolução Francesa.³¹⁹ Acreditamos que essas informações, relativas ao reconhecimento político e social desenvolvido a respeito de Ramírez, reforçam a nossa concepção sobre a capacidade de “ressonância” político-intelectual³²⁰ que ele possuía em meio à construção e consolidação das suas sociabilidades ao longo do seu “itinerário”, conforme já indicamos.

Fazendo jus ao apreço que sempre reiterou ter tido pelo princípio da sociabilidade associativa, Ramírez se mostrava ser um simpático à formação dos “clubes” e teve participação efetiva neles, de fato. Um exemplo disso, para além do testemunho supracitado de Bernabé

³¹⁵ MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

³¹⁶ Retomando, aqui, o termo de Sirinelli. SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira; AMADO, Janaína (Coords.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 131-137.

³¹⁷ Fazemos essas relações também a partir das informações de Juan Antonio Oddone sobre os principais expoentes do *fusionismo* das décadas de 1850 e 1860 no Uruguai. ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta. Una experiencia liberal en el Uruguay*. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956.

³¹⁸ HERRERA Y OBES, Bernabé apud MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978, p. XXVII.

³¹⁹ Ibid.

³²⁰ Conforme os termos de Sirinelli, assim como já discutimos na introdução de nosso trabalho. Ver: SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-279.

Herrera y Obes, foi o fato de ter sido um dos criadores do *Club Radical* posteriormente, esse que serviu de base para o *Partido Radical*, também liderado por ele no início da década de 1870 e que foi composto por outros vários companheiros seus daquele contexto. Diferentemente do caráter radical que a Revolução Francesa teve, com o seu “período do Terror” e liderado por Maximilien Robespierre³²¹, o significado dado por Ramírez, posteriormente, a essa expressão foi outro. O “radicalismo”, como “herdeiro” do *fusionismo* e corolário do *principismo* que surgia a partir do final da década de 1860, passaria a estar inscrito na coexistência dos partidos políticos para promover a união/unidade e “civilização” nacionais, e extinguir a violência no país.³²² Também inaugurou o *Club Racionalista*, responsável por uma campanha secularizadora a partir da década de 1870. Analisamos mais profundamente essas questões e temáticas no capítulo 2.

Acreditamos ser válido destacar que, no contexto em que mais uma vez fez referência a Sarmiento e o homenageou publicamente – na ocasião do banquete que compartilhou com seus companheiros, em 1881, e no qual brindou ao escritor e publicista argentino –, a ditadura militar já estava em vigência há alguns anos no Uruguai. O clima foi marcado pela repressão à liberdade de imprensa e pela proscrição de vários publicistas – muitos deles *principistas*, inclusive – levadas a cabo pelos militares. Na política, houve o surgimento do que se passou a chamar de *posibilismo*. Essa “escola política”, conforme adjetiva Montero Bustamante, consistiu na tentativa de se conciliar o autoritarismo vigente com princípios éticos e sociais, criticando duramente quem fosse contrário à ditadura e defendendo, assim, a possibilidade de que civis pudessem integrar o governo militar e sua vigência.³²³ Um de seus maiores líderes foi Jacinto Albistur que, devido às proscrições de vários *principistas*, muitos deles antes ligados ao jornal *El Siglo*, teve o caminho livre para assumir a redação do periódico e defender o governo militar a partir de então, tendo o apoio de parcela da sociedade para isso.³²⁴

Nesse contexto, como forma de fazer oposição à ditadura e ao *posibilismo*, Ramírez se envolveu com a criação e vigência de outras duas associações e periódicos. Em 1880, inaugurou

³²¹VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

³²²Discutimos melhor sobre as bases de formação, o surgimento dos espaços de sociabilidade *principistas*, sua atuação e os significados de suas propostas e práticas no capítulo 2 de nossa tese, a partir de um diálogo direto com Juan Antonio Oddone e Gerardo Caetano. ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta*. Una experiencia liberal en el Uruguay. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956; CAETANO, Gerardo. La cuestión del origen de los partidos: el pleito entre distintas maneras de concebir la asociación política. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 197-213.

³²³MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978, p. XXXIV.

³²⁴Ibid.

o *Partido Constitucional* e seu porta-voz, o periódico *El Plata*, juntamente com Alejandro Magariños Cervantes, Pablo de Maria, Miguel Herrera y Obes, entre outros escritores e publicistas³²⁵, com os quais compartilhou outros espaços de sociabilidade político-intelectual. Devido à defesa dos princípios constitucionais que realizou e das duras críticas feitas ao regime por meio de *El Plata*, foi obrigado, mais uma vez, a sair do país e refugiar-se novamente no Brasil na companhia de sua esposa³²⁶, repetindo o que sua família havia feito antes de seu nascimento, ainda na década de 1840, no contexto da Guerra Grande, conforme já vimos.

Assim, percebemos que os escritos em que Ramírez fez referência a Sarmiento foram produzidos em um intervalo de 8 anos entre um e outro, sendo que o primeiro é de 1873 e o segundo, de 1881, ou seja, em pontos diferentes de sua trajetória e em momentos distintos da história uruguaia, conforme apontamos. Apesar disso, os motivos dessas menções e inspiração político-intelectual se mostraram os mesmos em seus escritos, sendo eles, principalmente, o apreço aos valores ligados à “civilização”/“civildade”, à educação pública, à ideia de unidade nacional e à imagem do homem público presentes em Sarmiento. Desse modo, percebemos que o escritor uruguaio compartilhou muito desses elementos já apontados, próprios de uma “pedagogia societária” e como forma de se exercitar a “sociabilidade nacional”³²⁷ em seus escritos e práticas político-intelectuais ao longo de sua formação e trajetória. Assim, a nosso ver, mostra-se nítida a identificação de Ramírez com muitos aspectos do pensamento e atuação de Sarmiento já apontados por ele próprio e com essa forma de praticar a “aprendizagem nacional”³²⁸ radicada no pensamento daquele intelectual argentino. Além de difundi-los por meio dos espaços de sociabilidade política e intelectual dos quais fez parte na segunda metade do século XIX uruguaio, assim como tratamos melhor no capítulo 2.

1.4. Outros referenciais político-intelectuais para combater a “barbárie” política

1.4.1. O micheletiano: direito, republicanismo e laicidade

Para além de Sarmiento, Ramírez manifestou sua admiração e inspirações intelectuais por outros escritores nacionais e estrangeiros do século XIX. Naquele contexto, somente o

³²⁵Conforme nos informa Daniel Álvarez Ferretjans. FERRETJANS, Daniel Álvarez. *Historia de la prensa en el Uruguay*. Desde la Estrella del Sur a Internet. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

³²⁶MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978; FERRETJANS, Op. cit.

³²⁷Retomando os termos de Pilar González Bernaldo. GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. Pedagogía societaria y aprendizaje de la nación en el Río de La Plata. In: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Org.). *Inventando la nación*. Iberoamérica, Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 565-589.

³²⁸Ibid.

intelectual francês Jules Michelet (1798-1874) estava “à altura” de Sarmiento, fazendo-o até ficar até “embriagado”.³²⁹ Para ele, as “sínteses gigantescas alternadas com generalizações vastíssimas” de Sarmiento só eram comparáveis com as “ressurreições históricas que a literatura moderna deve a Michelet”.³³⁰ Acreditamos ser válido destacar que Michelet também foi um grande referencial intelectual para o próprio Sarmiento, assim como nos informa Maria Lígia Coelho Prado.³³¹ Com a menção a esse intelectual francês também do século XIX, Ramírez buscava comparar Sarmiento ao autor de a *Introdução à História da França* (1831), *O Povo* (1846), *História da Revolução Francesa* (1847), entre outras obras.³³²

Conforme argumenta Afonso Carlos Marques dos Santos, Michelet era um dos autores oitocentistas mais reconhecidos no que tange ao engajamento pela construção do ideal de “nação” francesa e de sua busca pelo “povo” desse país.³³³ Nesse sentido, acreditamos não ser forçoso afirmar que tais comparações, realizadas por Ramírez, provavelmente se deram justamente por causa desses elementos, mas como forma de pensar a realidade “oriental”. Tais temáticas e termos também estiveram muito presentes em seus artigos na imprensa, e em ensaios e manifestos publicados pelos periódicos que criou e nos quais atuou. Vale ressaltar que, em seu ensaio-manifesto *La Guerra Civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*, de 1871, Ramírez deixou bem claro que era “[...] preciso encontrar o povo”, elemento esse que, em meio aos conflitos civis, consistia na “[...] grande *unidade moral*” e no “[...] fundamento ao exercício das instituições democráticas”.³³⁴ Era “preciso encontrar o povo” e chegar até ele de algum modo, como forma de se estabelecer uma nação republicana, composta por cidadãos autônomos e virtuosos em detrimento da “barbárie” das guerras civis históricas.

Michelet também buscou colocar o “povo” no centro do protagonismo histórico, especificamente na época da Revolução Francesa. Além de sua incessante “busca pelo povo”

³²⁹Ao falar sobre a leitura “voraz” que fez do *Facundo*, Ramírez afirmou: “Li a primeira página; segui lendo, e devorei aquele livro sem levantar a cabeça, sentindo ao fim uma *embriaguez* como não espero recorrê-la das libações do banquete dado em vossa honra. *Michelet e Sarmiento* são os únicos escritores que produzem em mim essa impressão estranha: talvez interprete nela a de todos os meus colegas.” RAMÍREZ, Carlos María. En el Banquete a Sarmiento (1881). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 50, grifos nossos.

³³⁰RAMÍREZ, Carlos María. Sobre el “Facundo”. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY, Op. cit., p. 18.

³³¹PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

³³²Para mais informações sobre a ideia de “nação” e de “História” em Jules Michelet, ver: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e História: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. *Revista de História*, n. 144, p. 151-180, 2001.

³³³Ibid., p. 175.

³³⁴RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay: profesion de fé que dedica a la juventud de su patria*. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 28, grifos nossos.

francês, defendia o seguinte: “Uma coisa é preciso dizer e é muito fácil de demonstrar: a época humana e benevolente de nossa Revolução tem por ator o *próprio povo*, o *povo inteiro*, *todo mundo*”.³³⁵ Sem querermos afirmar que Michelet era o único autor do século XIX a inflamar os sentimentos de “heroísmo patriótico”, podemos entender que Ramírez teria se apropriado dessa ideia de todo o “povo”, enquanto cidadãos no sentido moderno do termo, ser o protagonista de um momento “heroico”, de libertação da “nação”. Basta lembramos o momento em que o escritor uruguaio buscou argumentar sobre todos os “cidadãos orientais” terem efetivamente participado da Cruzada Libertadora de 1825, diante do Império do Brasil, o que resultou na independência frente à dominação desse último país.

Como vimos defendendo, um dos pilares do pensamento e ação de Ramírez em relação à construção da nação estava relacionado à ampliação de uma esfera pública e, conseqüentemente, à secularização do Estado “Oriental”. Nesse sentido, acreditamos ser válido termos em mente o caráter laico, de defesa do Direito e das leis jurídicas presentes nas obras de Michelet, os quais Ramírez tomou como referência.³³⁶ Ramírez não explicitou, em seus escritos, as obras específicas daquele historiador francês com as quais teria tido contato – diferentemente do que fez em relação ao *Facundo*, de Sarmiento. No entanto, acreditamos que somente essa menção ao nome de Michelet já seja um considerável indício sobre algumas das fontes do “laicismo” tão presente nas obras e atuação político-intelectual de Ramírez.

Michelet, em seu *História da Revolução Francesa*, fez várias críticas à Monarquia e à Igreja Católica, as quais caracterizou como fontes de injustiça, de modo geral. Logo no início da sua já referida obra, Michelet, ao tratar sobre o que teria sido a Revolução Francesa, definiu-a como “[...] o advento da *Lei*, a ressurreição do *Direito*, a reação da *Justiça*”.³³⁷ Sobre esses termos mobilizados por Michelet, recorreremos às ponderações de Alcileide Cabral do Nascimento, quando a autora afirma que, para aquele escritor francês, “[...] a Revolução inaugura um mundo novo, que não se fundamenta na vontade real, e sim na lei e justiça dos homens [...]”.³³⁸ Assim, somado a essa crença na “lei” e no “Direito”, há esse desejo de ruptura

³³⁵ MICHELET, Jules. Prefácio de 1847. In: MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. Da queda da Bastilha à festa da Federação. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 22, grifos nossos.

³³⁶ Michelet não foi o único pensador no qual Ramírez se inspirou em relação à tal temática, tendo, inclusive, recorrido a outros intelectuais anteriores e contemporâneos a ele para embasar tais ideais. Tratamos melhor sobre isso nos próximos capítulos, a partir da menção a outros autores feita por Ramírez em suas obras. No entanto, o destaque que atribuímos a Michelet, neste primeiro capítulo, se dá devido ao fato de o próprio Ramírez deixar claro que, assim como Sarmiento, o intelectual francês também teria exercido grande contribuição para a sua formação intelectual ao longo de sua vida.

³³⁷ MICHELET, Jules. Introdução. In: MICHELET, Op. cit., p. 39, grifos nossos.

³³⁸ NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Na trama da Revolução Francesa com Jules Michelet. *Saeculum Revista de História*, n.8/9. Jan.-Dez. 2002-2003, p. 144.

com o passado, mas tensionado por uma ressignificação do mesmo, a partir de um retorno a ele. Para Nascimento, os termos “advento”, “ressurreição” e “reação”, utilizados por Michelet, indicam esse retorno ao passado, que, por sua vez, passa a ser “[...] reinventado, mitificado, guardião das origens, de uma liberdade e de uma justiça já vivida e solapadas pelo Cristianismo. [...] *O passado é reinventado e nele se planta a semente de uma sociedade que era fraterna e justa em suas origens.*”³³⁹

Nesse mesmo contexto ao qual Ramírez se referia ao tratar sobre as inspirações intelectuais que as obras de Michelet também lhe despertavam, iniciava-se o processo de secularização do Estado uruguaio. Gerardo Caetano e Roger Geymonat trataram sobre esse processo, argumentando que, naquele momento – o da segunda metade do século XIX em diante –, iniciava-se, no Uruguai, um fenômeno composto tanto pela “privatização do religioso”, quanto pela formação de uma “religião civil”. Tais elementos passariam, dali em diante, a compor um “[...] perfil fundamental da mais vasta identidade cultural dos uruguaios”.³⁴⁰ O referido processo teria se iniciado a partir da secularização dos cemitérios³⁴¹ e se desenvolvido por meio de outros eventos que foram, aos poucos, consolidando uma total separação entre Estado e Igreja no Uruguai.³⁴²

³³⁹NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Na trama da Revolução Francesa com Jules Michelet. *Saeculum Revista de História*, n.8/9. Jan.-Dez. 2002-2003, p. 145, grifos nossos.

³⁴⁰CAETANO, Gerardo; GEYMONAT, Roger. Visiones y revisiones sobre la secularización uruguaya. In: CAETANO, Gerardo; GEYMONAT, Roger. *La secularización uruguaya (1859-1919)*. Montevideo: Ediciones Santillana/Taurus, 1997, p. 38.

³⁴¹O governo do *blanco*, “republicano” e *fusionista* Bernardo Berro (1860-1864) protagonizou um dos maiores embates com a Igreja Católica ocorridos em toda a história do país platino. O bispo Jacinto Vera, um dos maiores líderes religiosos do Uruguai naquele contexto, buscou frear o poder estatal. Com o falecimento do católico e maçom Enrique Jacobson, em 1861, em San José, o padre da cidade, Manuel Madruga, negou a realização do enterro no cemitério local devido à filiação maçônica de Jacobson. Apesar de ter obtido a permissão do padre da Matriz, Juan José Brid, o qual era simpatizante dos maçons, o bispo Vera proibiu que o corpo fosse enterrado. Dessa forma, o governo interveio a favor do enterro de Jacobson, que ocorreu no cemitério de Montevideu. Ainda segundo Caetano e Geymonat, esse fato revelou algo maior sobre o conflito entre o Estado e a Igreja no Uruguai. Jacinto Vera reprovou a interferência do governo central e pediu a exumação do cadáver de Jacobson, declarando a interdição do cemitério enquanto isso não fosse realizado. Em resposta, o presidente Berro decretou a “secularização dos cemitérios”, por meio da qual se estabelecia que a condução dos cadáveres deveria ser feita diretamente para o cemitério, sem passar pela Igreja. Além disso, Vera foi exilado em Buenos Aires pelo governo uruguaio por ter desrespeitado a decisão tomada pelo padre Brid de enterrar Jacobson em San José e a “secularização dos cemitérios” foi considerada a primeira providência em relação à separação entre a Igreja e o Estado no Uruguai. CAETANO; GEYMONAT, Op. cit.; Arturo Ardao elenca outros momentos desse processo secularizador, ocorridos na segunda metade do século XIX: a Lei de Educação Comum (Reforma varelana) (em 1877), o Registro Civil (1879) e, no mesmo ano de 1885, três medidas, sendo elas o Matrimônio Civil Obrigatório, a Lei dos Conventos, e a Lei de Educação Secundária e Superior. ARDAO, Arturo. *Racionalismo y liberalismo en el Uruguay*. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1962.

³⁴²Conforme Caetano e Geymonat, o processo de secularização uruguaia contou com três momentos. O primeiro, entre 1859 e 1885, caracterizado pela “institucionalização do conflito”; o segundo, datado entre 1885 e 1906, marcado por uma reformulação da relação entre Igreja e Estado; e o terceiro e último, entre os anos de 1906 e 1919, no qual houve a consolidação da separação completa estabelecida pela Constituição de 1919. CAETANO; GEYMONAT, Op. cit.

De modo geral, Caetano e Geymonat argumentam que, com essa “marginalização institucional do religioso” houve uma “fratura” entre o público e o privado e, conseqüentemente, uma “*transferência de sacralidade do religioso ao político*”, o que resultou em uma “religião civil” de “moral laica”, características essas identificatórias da chegada da modernidade ao país.³⁴³

Além disso, acreditamos ser essencial destacar o encadeamento contextual dos processos históricos de então, como forma de compreendermos melhor as possíveis intenções de Ramírez em mencionar tais inspirações intelectuais de seu passado tidas por ele como “imortais”, - algo para a “vida toda”. Concomitantemente a esse incipiente laicismo estatal, também estava em curso o evento que ficou conhecido como a “Cruzada Libertadora”³⁴⁴, empreendida por Venâncio Flores contra o governo de Bernardo Berro, o “último” *fusionista*, ocorrida em 1863. Flores, um caudilho *colorado*, destituiu Berro da presidência da República com o apoio da Igreja Católica, ao se aproveitar do descontentamento dessa instituição com o processo de secularização já iniciado dois anos antes, e implantando uma ditadura no país. Essa “Cruzada” é considerada um dos golpes mortais contra o cambaleante *fusionismo* iniciado ainda na década de 1850.³⁴⁵

Berro, 5 anos depois, liderou uma fracassada ofensiva contra o governo de Flores, que resultou no chamado “Drama de 1868”, um dos mais trágicos da história uruguaia. Após iniciado o levante de Berro e a conseqüente ocorrência de uma série de atos violentos pelas ruas de Montevideu, o então presidente e ex-presidente foram assassinados no mesmo dia.³⁴⁶ Depois

³⁴³CAETANO, Gerardo; GEYMONAT, Roger. Visiones y revisiones sobre la secularización uruguaya. In: CAETANO, Gerardo; GEYMONAT, Roger. *La secularización uruguaya (1859-1919)*. Montevideo: Ediciones Santillana/Taurus, 1997, p. 38, grifos dos autores.

³⁴⁴Apesar de também ter o nome de “Cruzada”, esse evento ocorreu bem depois dos eventos referentes à independência em relação ao Brasil. A “Cruzada” de Flores, ocorrida nos anos 1860, teve essa denominação devido às bandeiras utilizadas pelas tropas daquele caudilho, as quais continham cruces vermelhas como forma de associar a cor de seu partido – o *Colorado* – à uma “reabilitação da Igreja”. BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Banda Oriental, 1990, p. 91.

³⁴⁵Para mais informações sobre esses eventos históricos, ver: BARRAN, Op. cit.; CAETANO, Gerardo. *Historia mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital).

³⁴⁶Em 1868, sob o comando de Berro, mais de 20 partidários seus atacaram a casa de Governo – o Forte –, tomando-a. Assim que soube dos ataques, Flores saiu com sua carruagem pelas ruas de Montevideu para iniciar a resistência, mas foi abordado no meio do caminho por oito homens, que alvejaram a carruagem, matando um cavalo e o cocheiro. Flores tentou resistir e se alojou embaixo da carruagem armado com um revólver, mas em vão. Foi apunhalado várias vezes e morreu no local. Não se sabe ao certo quem foram seus assassinos, embora esses estivessem com trajes típicos da área rural. Enquanto isso, ao ficarem sabendo da derrota do levante, os partidários de Berro se dispersaram. De acordo com alguns testemunhos, Berro abandonou o Forte, de onde resistia, foi capturado, arrastado pela rua até que lhe mostraram o cadáver de Flores. Depois de ter sofrido muita humilhação, também foi assassinado e seu corpo foi carregado pelas ruas de Montevideu, como um “troféu”. BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Banda Oriental, 1990, p. 103-104.

do assassinato do então e ex-presidentes, houve vários fuzilamentos por todo o país, o que culminou na morte de mais 500 pessoas naqueles dias.³⁴⁷

Em meio a esses fatos e processos, Ramírez ainda era um estudante e teria tido contato direto com esse último evento. Em vias de finalização do curso de Direito e ainda filiado ao *Partido Colorado*, ele foi testemunha³⁴⁸ do “Drama de 1868”. Tal fato, mais uma vez, foi resultado da violência política histórica que ainda se mostrava como uma barreira para a unidade e pacificação nacionais, conforme Ramírez e seus companheiros entendiam. Quando finalmente obteve seu diploma de bacharel, passaria a ser, inclusive, “[...] ator e, em alguns momentos, protagonista do drama”³⁴⁹, como, de fato, foi ao presenciar tal assassinato e participar de um destes conflitos, assim como já colocamos.

Nesse sentido, a partir do que expressou Michelet em sua obra e das considerações de Nascimento sobre as ideias daquele autor europeu, é inevitável pensarmos que Ramírez, por meio de seu discurso sobre a inauguração do monumento à independência nacional uruguaia, em 1879, fazia algo parecido com o que realizava o historiador francês. Porém, evidentemente, fazia isso de forma adaptada às permanências históricas percebidas por ele em sua realidade e aos anseios daquele contexto intelectual e político uruguaio. Em outras palavras, Ramírez, ao reforçar sua identidade nacional de oriental, retornou ao seu passado e ao passado da nação para ressignificá-los, fundindo-os em algo único. Esse retorno consistiu em uma forma de atribuir a esse passado a lógica de um “revigoramento” – ou a “ressurreição” – do patriotismo, da união e da harmonia política nacionais, os e nos quais gostaria de viver. E o fez dotando-os de significados relacionados à “fraternidade” e ao “advento” da “justiça” e da “moral laica”, nascentes, conforme sua concepção, intrinsecamente à independência nacional e pela ação dos “heróis cidadãos” de 1810 e de 1825. Conforme ansiava, tais atos “fundacionais” deveriam ter garantido a “civildade”/ “civilização” e a “sociabilidade nacional” harmônica³⁵⁰, sustentadas pela “religião da lei”, elementos esses que sempre deveriam ter existido no país. No entanto, foram interrompidos pela realidade das guerras civis históricas e pela ainda forte presença da Igreja Católica na República Oriental do Uruguai.

³⁴⁷LOCKHART, Washington. Las guerras civiles. *Enciclopedia Uruguaya*. Montevideo: Editorial Arca, 1968.

³⁴⁸MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978. Tal informação consta na biografia que Montero Bustamante fez de Ramírez. No entanto, não encontramos essa informação em outras fontes documentais e bibliografia pertinentes com as quais tivemos contato ao longo desta tese.

³⁴⁹Ibid., p. XXI.

³⁵⁰Retomando, mais uma vez, os termos de Pilar González Bernaldo. GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. Pedagogía societaria y aprendizaje de la nación en el Río de La Plata. In: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Orgs.). *Inventando la nación*. Iberoamérica, Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 565-589.

No que tangencia especificamente à Igreja Católica naquele país platino, Ramírez nunca teria sido simpático a ela. Seu avô materno, Julián Álvarez, teve um imbróglgio com a referida instituição e isso teria impedido que Ramírez tivesse estabelecido um contato maior com essa religião durante sua infância. Aproximou-se mais do “espiritualismo integral”, a partir das aulas de filosofia ministradas por Plácido Ellauri.³⁵¹ Acreditamos ser válido destacar que Ellauri também participou de outros espaços criados por Ramírez, tais como a *Sociedad de Amigos de la Educación Popular* (SAEP), frequentando essa associação a partir de 1868 e pensando, juntamente com os seus fundadores, Ramírez e José Pedro Varela, a educação pública como uma das formas de pacificar a nação uruguaia.³⁵²

Em sua juventude, Ramírez se aproximou de um “protestantismo vago, que se orientava para as seitas puritanas e se distanciava cada vez mais do dogma católico”.³⁵³ O intelectual uruguaio rejeitou a religião “positiva” do positivismo – outro ponto de distanciamento em relação a Sarmiento – e abraçou o racionalismo e o espiritualismo, orientações que não consistiram somente em um substrato filosófico de suas inspirações intelectuais e políticas, mas também foram bases de sua espiritualidade no plano religioso. Ramírez se vinculou ao chamado “romantismo filosófico”, surgido ainda no século XVIII na Alemanha e na França, com seu auge na primeira metade da década de 1830 nesses países. Especificamente em relação à França, houve duas correntes consideradas principais do chamado “romantismo filosófico”, quais sejam o “sansimonismo” e o “espiritualismo eclético” ou “ecletismo”. E Ramírez reiterou essa postura filosófico-política “espiritualista” do seguinte modo em carta enviada ao seu antigo professor, Angel Floro Costa³⁵⁴, em meados da década de 1870: “Eu me conservo fiel às doutrinas do espiritualismo”.³⁵⁵ Essa última corrente, que tinha o francês Victor Cousin como seu maior expoente, consistiu na maior expressão do chamado “deísmo filosófico racionalista” durante o oitocentos. Tanto o “sansimonismo”, quanto o “espiritualismo eclético”, foram fontes de

³⁵¹ MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

³⁵² Além dos nomes de Ramírez e Varela, é possível constatar, na ata de fundação da SAEP, a assinatura de Plácido e José Ellauri (presidente da República entre 1873-1875), Alejandro Magariños Cervantes, Carlos de Castro, que foram professores universitários de Ramírez durante a década de 1860, entre outros vários intelectuais uruguaios e estrangeiros daquele período. FUNDACIÓN DE LA SOCIEDAD DE AMIGOS DE LA EDUCACIÓN POPULAR. *Acta de instalación*. In: CAMARA DE REPRESENTANTES REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo: 1990b, p. 387. Tratamos, de modo mais atento, sobre o protagonismo de Ramírez na criação dessa e de outras associações a partir do capítulo 2.

³⁵³ MONTERO BUSTAMANTE, Op. cit., p. XXIV.

³⁵⁴ Floro Costa havia sido um dos professores de Ramírez e considerava esse um membro de uma “família intelectual”. FLORO COSTA, Angel apud MONTERO BUSTAMANTE, Op. cit., p. XXVI.

³⁵⁵ Carta de Ramírez a Ángel Floro Costa publicada pelo jornal *El Siglo*, 27 e 28 de julho de 1874. In: RAMÍREZ, Carlos María; VARELA, José Pedro. *El destino nacional y la universidad*. Polémica. Tomo II. Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública e Previsión Social/Biblioteca Artigas, 1965, p. 142.

inspiração intelectual nos países latino-americanos e, de modo mais específico, na região do Rio da Prata ao longo do século XIX.³⁵⁶

Tratemos mais especificamente sobre o “espiritualismo eclético”, corrente essa que Ramírez veio a adotar em sua produção intelectual e ação política da segunda metade do oitocentos, assim como ele mesmo fez questão de explicitar. Essa tendência tinha, na França da primeira metade do século XIX, forte ligação com a Universidade, opunha-se à Igreja Católica e defendia a secularização da educação estatal. Ainda dentro do “romantismo filosófico” francês, os nomes de três pensadores podem ser destacados: o próprio Michelet – assim como já destacamos anteriormente –, Felicité Lamennais e Edgar Quinet.³⁵⁷

Tanto Jules Michelet, quanto Edgar Quinet eram historiadores, literatos e filósofos. Foram autores que estiveram unidos não somente pelas ideias nacionalistas, anticlericais, racionalistas e republicanas que defendiam e expressavam por meio de suas obras individuais, levadas a público no contexto das Revoluções de 1830 e 1848 na França, mas também pelos seus escritos elaborados a quatro mãos. Um deles foi o livro *Os Jesuítas*, por exemplo, publicado em 1843. As obras desses dois autores extrapolaram seu contexto histórico e as fronteiras francesas e europeias. Nas décadas de 1860 e 1870 – período em que Ramírez, respectivamente, era estudante e professor do Curso de Direito na UDELAR –, os trabalhos daqueles intelectuais franceses inspiraram vários estudantes dessa instituição. Como exemplos de tais publicações em coautoria que circularam em terras uruguaias, podemos citar, além da já mencionada *Os Jesuítas*, as seguintes obras: *O Gênio das Religiões*, de 1841; *O Ultramontanismo*, de 1844; *O Cristianismo e a Revolução Francesa*, de 1845; *O Espírito Novo*, de 1874, entre outras.³⁵⁸

Como vimos antes, a formação político-intelectual de Ramírez também foi marcada pelos escritos de Michelet e, ao que tudo indica, muito provavelmente pelos de Quinet também, embora Ramírez não tenha mencionado esse último em seus escritos. No entanto, o contato de Ramírez com as obras de Quinet muito provavelmente também pode ter ocorrido, pois, conforme já havia nos indicado Ardao, a circulação e a leitura das obras desses dois pensadores, dentro da Universidade de Montevideú, ocorreram, de forma intensificada, no mesmo contexto em que Ramírez era aluno e, posteriormente, professor da Faculdade de Direito. Além disso, é digno de nota, também, que a assinatura de Edgar Quinet consta na ata da reunião de

³⁵⁶ARDAO, Arturo. *Racionalismo y liberalismo en el Uruguay*. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1962.

³⁵⁷Ibid., p. 70-71.

³⁵⁸Ibid.

inauguração da *Sociedad de Amigos de la Educación Popular* (SAEP), realizada em 18 de setembro de 1868 nas dependências do *Club Universitario*.³⁵⁹ Embora ainda não tenhamos maiores informações sobre as condições em que esse apoio manifestado à SAEP pelo intelectual francês tenha se dado, acreditamos que essa relação constitui consideráveis indícios da mencionada circulação de ideias por meio dessa “rede” de sociabilidade intelectual³⁶⁰, encabeçada por Ramírez e outros intelectuais uruguaios.

1.4.2. O racionalista bilbaíno e o *principista*

Sobre o racionalismo e as ideias liberais imperantes em tal contexto, Ramírez teceu alguns comentários a respeito do quanto essas referências foram caras a ele e, também, sobre os principais responsáveis por terem o “apresentado” a elas. Ramírez, na mesma carta que escreveu à Angel Floro Costa, citada por nós anteriormente, recordou seu tempo de estudante de mais de uma década antes e tratou sobre tais ideias, a partir dos seus referências intelectuais nacionais e estrangeiros:

[...] Esse estudo, novo para nós, com todo o prestígio do desconhecido e todos os atrativos que deram os descobrimentos e progressos desses últimos anos, não deixaria de atrair-nos com aquele mesmo ardor generoso e espontâneo que levávamos ao estudo da economia política quando Carlos de Castro inaugurava a primeira cátedra em 1860 ou ao exame das questões religiosas quando em 1863 Bilbao *agitava aos nossos olhos a tocha do racionalismo*.³⁶¹

Nessa passagem sobre mais uma “confissão” intelectual, Ramírez elencou duas personalidades latino-americanas que, segundo ele, também contribuíram para seu “itinerário”

³⁵⁹FUNDACIÓN DE LA SOCIEDAD DE AMIGOS DE LA EDUCACIÓN POPULAR. Acta de instalación. In: CAMARA DE REPRESENTANTES REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo, 1990b, p. 387.

³⁶⁰Retomando os termos elaborados e discutidos por Jean-François Sirinelli, Adriane Vidal Costa e Claudio Maiz, conforme já tratamos na introdução de nosso trabalho. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-262; COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio. Introdução. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio. (Orgs.). *Nas tramas da “cidade letrada”: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais*. 1ª ed. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2018, p. 7-18.

³⁶¹Carta de Ramírez a Angel Floro Costa publicada pelo jornal *El Siglo*, 27 e 28 de julho de 1874. In: RAMÍREZ, Carlos María; VARELA, José Pedro. *El destino nacional y la universidad*. Polemica. Tomo II. Montevideo: Ministério de Instrucción Pública e Previsión Social/Biblioteca Artigas, 1965, p. 141, grifos nossos.

intelectual: o uruguaio Carlos de Castro³⁶² e o escritor chileno Francisco Bilbao.³⁶³ Tratem-se primeiramente sobre o escritor chileno. Foi um intelectual que inspirou vários escritores latino-americanos do século XIX, um dos maiores expoentes do racionalismo e republicanismo na América Latina e no Uruguai. Não à toa, Arturo Ardao considera Bilbao como o “representante por excelência do racionalismo propriamente dito” e como “[...] a figura de maior influência no racionalismo uruguaio da época”.³⁶⁴ A publicação de sua obra *La sociabilidad chilena* (1844) causou a reação dos conservadores nesse país, que o enviaram para o exílio na França. Em terras francesas, Bilbao teve contato direto com aqueles três intelectuais que mencionamos anteriormente: Michelet, Quinet e Lamennais, e participou ativamente dos movimentos revolucionários de 1848 no país europeu.³⁶⁵

Bilbao também foi autor da obra *La America en Peligro* (1862), dedicando-a aos seus “mentores” Michelet e Quinet³⁶⁶, e por meio da qual defendeu uma dicotomia rígida entre Catolicismo e República. Para aquele intelectual, ou era a “força” ou a “razão”, sendo essa última a responsável pela formação das nações republicanas: “Ou a razão, ou a força. – *A razão produz repúblicas, a força, teocracias*. Mas a mentira pode introduzir-se e pretender conciliar os dois extremos que se negam”.³⁶⁷ Acreditamos que, muito provavelmente, Ramírez também deve ter dado muita atenção ao que Quinet havia fortemente recomendado à Bilbao: “Se a pátria

³⁶²Carlos de Castro (1835-1911) foi escritor, professor das cátedras de Direito Administrativo e Constitucional da Universidade de Montevideu na década de 1860 e ocupou alguns cargos públicos, tais como Juiz Civil e Ministro das Relações Exteriores e deputado. FERNANDEZ SALDAÑA, José M. CASTRO, CARLOS Benito Tomás de. In: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías* (1810-1940). Montevideo: Editorial Amerindia, 1945, p. 312-314.

³⁶³Francisco Bilbao foi autor de obras como *La sociabilidad chilena* (1844), *La América en peligro* (1862) e *El Evangelio Americano* (1864), nas quais são explícitos os seus ideais republicanos e racionalistas. Também publicou a obra *La iniciativa de América*, na qual defendeu uma espécie de “latino-americanismo” oitocentista. Durante seu exílio em Buenos Aires, quando sua família foi perseguida pelos conservadores chilenos, foi um dos membros da *Revista del Nuevo Mundo*. Faleceu de infecções no pulmão no ano de 1865. Para mais informações, ver: SCHEIDT, Eduardo. Representações da Revolução Americana no ideário de Francisco Bilbao. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 36, n. 1, p. 48-66, jan./jun. 2010; MENESES, Martha V. Santos. As ideias políticas de Francisco Bilbao: entre a influência intelectual francesa e as especificidades hispano-americanas. *Temporalidades*, Ed. 07, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, jan./jul. 2012, p. 113-136.

³⁶⁴ARDAO, Arturo. *Racionalismo y liberalismo en el Uruguay*. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1962, p. 88.

³⁶⁵Ibid. É possível identificar essa considerável ligação entre Bilbao e os três intelectuais franceses, mais especificamente com Quinet e Michelet, por meio da “dedicatória” explícita que o escritor chileno fez àqueles, contida no início de seu *La América en Peligro*: “Aos senhores Edgar Quinet e Jules Michelet. Ex-professores do Colégio de França”. BILBAO, Francisco. *La America en Peligro*. Buenos Aires: Imprenta y Litografía a vapor, de Bernheim y Boneo, 1862, p. III.

³⁶⁶Bilbao foi aluno desses dois intelectuais franceses quando estudou, por um tempo, no *Colège de France*, no contexto das revoluções francesas de 1848, passando a ter um forte vínculo político-intelectual e afetivo com esses escritores. Conforme coloca Ardao, Michelet o resume como “[...] um jovem que eu e M. Quinet olhamos como se fosse nosso filho, o senhor Francisco Bilbao, de Chile. Queira o céu que tenhamos um filho como ele”. MICHELET, Jules apud ARDAO, Op. cit., p. 89.

³⁶⁷BILBAO, Op. cit., p. 7, grifos nossos.

morre, seja tu mesmo o ideal da *nova pátria*”³⁶⁸; e aos valores que Michelet lhe imprimia contra a “injustiça”: “O *direito* é o meu pai e a *justiça* é minha mãe”.³⁶⁹ Para aquele intelectual chileno, ao tratar da América do Sul, argumentou que os dois eram inconciliáveis em um mesmo lugar, em um mesmo país. Conforme o próprio Bilbao explicitou:

O catolicismo nega o *princípio fundamental da República que é a soberania do povo, que é a soberania da razão em todo o homem*. O republicanismo nega o dogma que lhe impõe a obediência cega e não pode reconhecer a autoridade que lhe imponha. Este é o dualismo da América do Sul e que nos levará à morte se não fizermos triunfar uma das duas proposições. O catolicismo triunfa, e a monarquia e a teocracia se assenhoram da América. O *republicanismo triunfa, assenhorando-se na consciência de todo homem, a razão livre e a religião da lei*.³⁷⁰

Conforme podemos perceber a partir das próprias palavras de Francisco Bilbao, a autonomia e o livre pensamento que a soberania do povo proporcionaria dentro do republicanismo eram insustentáveis no catolicismo. Como modo de se obter a autoconsciência e a “razão”, era preciso exercitar a “religião da lei”, a “religião civil” do republicanismo. Conforme ainda aponta Bilbao: “O *dogma* católico constrói seu mundo político: a monarquia. Ou o *princípio* republicano se eleva e afirma seu dogma: o racionalismo”.³⁷¹ Ou seja, racionalismo e republicanismo foram princípios inseparáveis para Bilbao, e, também foi assim para Ramírez. Ainda segundo Bilbao: “[...] todo aquele que crê que sob as palavras *Pátria, Independência, razão, fraternidade* há algo de verdadeiro e, por conseguinte, de divino, esse não aceitará que tudo isso se chame de egoísmo e hipocrisia.”³⁷²

Assim, Ramírez seguiu nitidamente os postulados de Bilbao, quando concordou que, para a República Oriental ser “viável”, era preciso adotar o racionalismo e a “religião civil, da lei” do republicanismo em detrimento do catolicismo. Também acreditamos ser válido destacar que a ideia de “razão”, especificamente no contexto político-intelectual uruguaio do século XIX, estava totalmente relacionada com outras, tais como “civilização”, “democracia” e

³⁶⁸BILBAO, Francisco. *La America en Peligro*. Buenos Aires: Imprenta y Litografía a vapor, de Bernheim y Boneo, 1862, p. IV, grifos nossos.

³⁶⁹Ibid.

³⁷⁰Ibid., p. 7-8, grifos nossos.

³⁷¹Ibid., p. 8, grifos do autor.

³⁷²Ibid. Um ponto que acreditamos ser digno de se matizar é o seguinte: Bilbao, em alguns de seus escritos, não focou somente na “questão nacional”, mas sim no “americanismo” – ou em uma integração latino-americana – como frente ao assédio imperialista estrangeiro, seja por parte dos países da Europa ou dos EUA. Sobre essa discussão, ver: PRADO, Maria Lígia Coelho. Leituras políticas e circulação de ideias entre a França e as Américas: Francisco Bilbao e a *Revue des Deux Mondes*. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (Orgs.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. Assis: FCL-Assis-UNESP/LEHA- USP, 2010, p. 193-205.

“leis”/“instituições” como forma de se combater as “paixões e a “irracionalidade” da “barbárie” das guerras civis, quase sempre conduzidas pelos partidos políticos e seus caudilhos.³⁷³

De volta à América do Sul, Bilbao viveu em Buenos Aires por um tempo e foi na capital argentina que teria se dado o contato direto entre ele e alguns intelectuais uruguaios, quando esses também moravam lá, ainda no início da década de 1860, e a circulação dos ideais “bilbaínos” em terras orientais teria se dado por meio desses escritores uruguaios.³⁷⁴ Alguns desses orientais foram Heráclio Fajardo e Angel Floro Costa – esse que também foi professor de Ramírez, conforme já destacamos –, os quais, juntamente com outros intelectuais uruguaios do período, chegaram a escrever uma “Profissão de Fé Racionalista” em homenagem ao próprio Bilbao.³⁷⁵ Ramírez, anos depois, entendeu a necessidade de escrever uma “profissão de fé”, expressando a corrente do racionalismo em prol da “nação” republicana e seguido essa postura, quando, em 1873, colaborou para a inauguração do *Club Racionalista*.³⁷⁶ Após a criação dessa associação, Ramírez também escreveu, juntamente com outros vários escritores, um manifesto parecido ao que haviam publicado Floro Costa e Fajardo em homenagem a Bilbao anos antes.³⁷⁷

Em 1880, Ramírez passou a colaborar com o periódico *La Razón*³⁷⁸, criado dois anos antes por Anacleto Dufort y Álvarez, Daniel Muñoz, Manuel Otero e Prudencio Vázquez y Vega, os quais também foram membros do Ateneu do Uruguai, assim como Ramírez.³⁷⁹ Nesse periódico, deu continuidade às suas duras críticas à ditadura militar em vigência desde 1876 e

³⁷³PANIZZA, Francisco. El liberalismo y sus “otros”: la construcción del imaginario liberal en el Uruguay (1850-1930). *Cuadernos del CLAEH*. Montevideo: 1989, v. 14, n. 50, p. 34-35.

³⁷⁴Além disso, Francisco Bilbao também dividiu o mesmo espaço da *Revista Española de Ambos Mundos*, fundada pelo oriental, amigo e antigo professor de Ramírez na universidade, Alejandro Magariños Cervantes, na Espanha, quando esse último estava exilado nesse país devido a sua oposição ao *oribismo* e ao *rosismo*, ainda na primeira metade do século XIX. Ver: GAMBETTA, Eugenia Ortiz. Intertextualidad y modelización en tres novelas de gauchos del Río de la Plata (1850-1870). *Humanidades*. Revista De la Universidad de Montevideo, XI, 2011, p. 109-125.

³⁷⁵Bilbao chegou, inclusive, a comentar e elogiar a “profissão de fé” publicada em sua homenagem. Essa manifestação do intelectual chileno pode ser lida na íntegra em: ARDAO, Arturo. *Racionalismo y liberalismo en el Uruguay*. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1962, p. 205-206.

³⁷⁶Arturo Ardao nos informa que, após a criação da Universidade de Montevideu, não demorou muito para que essa instituição passasse a rejeitar os preceitos da Igreja Católica e adotar um laicismo de caráter permanente. No entanto, no plano oficial e institucional, a Universidade não poderia expressar essa posição oficialmente, o que fez com que houvesse uma extensão de tal postura a partir de outros espaços, exteriores à instituição, mas intelectual e afetivamente ligados a ela. Tais espaços foram o *Club Universitario*, a *Sociedad Universitaria* e o *Ateneo del Uruguay*. Do *Club Universitario*, ramificou-se o *Club Racionalista*, fundado por Ramírez, associação que, conforme Ardao, deu início a um combate direto com a Igreja Católica a partir de seu manifesto *Profesión de Fe Racionalista*. ARDAO, Arturo. *La Universidad de Montevideo: su evolución histórica*. Montevideo: UDELAR, 1950; ARDAO, Arturo. *Espiritualismo y positivismo en el Uruguay*. 2 ed. Montevideo: Universidad de la República, 1968.

³⁷⁷Trata-se do manifesto intitulado *Profesión de Fe Racionalista*, publicado em 1872. Analisamos esse documento mais profundamente no capítulo 2.

³⁷⁸MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

³⁷⁹FERRETJANS, Daniel Álvarez. *Historia de la prensa en el Uruguay*. Desde la Estrella del Sur a Internet. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

ao *posibilismo* que a sustentava politicamente na sociedade, ao mesmo tempo em que também tratou sobre um dos principais temas que motivaram a criação de *La Razón*, o racionalismo e a liberdade religiosa. A partir de 1884, assumiu a direção desse periódico. Somado às questões anteriores, realizou uma das maiores polêmicas com um publicista anônimo do periódico *El Sud América*, de Buenos Aires, em torno da ressignificação da imagem histórica de Artigas. Essa polêmica contribuiu para a reescrita da história nacional, iniciada nesse mesmo contexto³⁸⁰, conforme analisamos de modo mais aprofundado no capítulo 4.

Já o uruguaio Carlos de Castro, a outra personalidade mencionada por Ramírez anteriormente, foi seu professor de Direito Administrativo na UDELAR, na segunda metade da década de 1860.³⁸¹ Castro também inaugurou a cátedra de Economia Política naquela instituição, no ano de 1860, momento esse que é considerado, por alguns autores, o início do movimento político e intelectual do *principismo*, divulgado pelas aulas de Castro e de outros professores e que, ao longo daquela década, foi, aos poucos, incorporada pelos seus alunos.³⁸² Esse *principismo* político era sustentado tanto pelo “espiritualismo eclético” quanto por um “civilismo”, e tomou corpo efetivamente no final da década de 1860, tendo, além de Castro, o próprio Ramírez e outros intelectuais à sua frente.³⁸³

Em suas aulas, Castro exercia o livre debate e, também, tratava sobre as “generalizações históricas” próprias de Michelet e Quinet.³⁸⁴ A cátedra de Economia Política, inaugurada por Castro na Universidade de Montevideu, também foi ocupada por outros professores, como Pedro Bustamante, por exemplo. Tal disciplina, na época, ainda estava em vias de formação e, para além de ser composta por doutrinas puramente econômicas, tangenciava outros âmbitos do conhecimento, tais como a sociologia, o direito, a política, a moral e a filosofia, sendo que, muitas vezes, até se confundia com todas elas.³⁸⁵ Além disso, foi a que iniciou uma sistematização em relação aos estudos sobre a ordenação e organização institucional do Estado e do Direito Público no país.³⁸⁶ Nesse sentido, Pedro Bustamante havia incorporado, em sua cátedra, doutrinas próprias da área do Direito, unindo essas disciplinas e preocupando-se com

³⁸⁰FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías* (1810-1940). Montevideo: Editorial Amerindia, 1945.

³⁸¹MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

³⁸²MARIANI, Alba. Principistas y doctores. *Enciclopédia Uruguaya*. Montevideo: Editorial Arca, 1968.

³⁸³Ibid.

³⁸⁴MONTERO BUSTAMANTE, Op. cit., p. XXIII.

³⁸⁵Ibid.

³⁸⁶GROS ESPIELL, Héctor. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Conferencias de Derecho Constitucional* (1871). Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966; ODDONE, Juan; ODDONE, Blanca París. *Historia de la Universidad de la República*. T. 1. La Universidad Vieja, 1849-1885. Montevideo: Ediciones Universitarias, 1969 [2010].

os âmbitos político e social presentes na complementaridade entre elas. Assim, Bustamante “[...] fez de sua cátedra uma espécie de escola de filosofia e moral política, que exerceu profunda influência sobre a geração a que pertenceu o doutor Ramírez.”³⁸⁷

Como podemos notar, os professores Carlos de Castro e Pedro Bustamante também exerceram um papel considerável para a formação intelectual e política da geração de Ramírez. Inculcaram, naqueles jovens, ideias, valores e princípios que esses adotaram, difundiram e praticaram um pouco mais tarde em suas atuações públicas por meio da imprensa e das associações que criaram e com as quais colaboraram ao defender a construção nacional uruguaia por meio de suas plumas. Em um trecho de outro discurso pronunciado no *Club Universitario* e, posteriormente, publicado no jornal *El Siglo*³⁸⁸, Ramírez continuou relembando a importância que a inauguração da referida disciplina de Economia Política, na Universidade, teve para sua formação política e intelectual. Conforme a concepção de Ramírez, as orientações político-intelectuais e “morais” eram muito limitadas até o início da década de 1860, e se restringiam necessariamente entre ser “liberal” ou ser “retrógrado”.³⁸⁹ Assim, aquele que possuía o mínimo de “consciência”, “[...] seria provavelmente o primeiro [liberal], por que essa é a forma mais comum no desenvolvimento das inteligências que não foram comprimidas por erros de educação [...]”³⁹⁰, muito provavelmente referindo-se à presença majoritária e

³⁸⁷ MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978, p. XXII-XXIII.

³⁸⁸ Acreditamos ser válido destacar o que indica Juan Antonio Oddone a respeito de o jornal *El Siglo* ter sido, de fato, um dos espaços em que o *principismo* ainda em formação se manifestou por meio de seus membros e colaboradores. Entre eles, Oddone destaca a participação do irmão de Carlos Ramírez, José Pedro Ramírez, além de Júlio Herrera y Obes, Carlos de Castro, José Pedro Varela, José Ellauri, entre outros. Todos esses escritores e publicistas, ainda conforme Oddone, frequentavam tanto o *El Siglo* quanto o *Club Universitario*, e tinham como referenciais intelectuais autores como Constant, Tocqueville, Bilbao e outros filósofos e escritores, os quais, como já apontamos e ainda iremos ver mais adiante, também contribuíram para a formação político-intelectual de Ramírez. ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta*. Una experiencia liberal en el Uruguay. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956.

³⁸⁹ Artigo publicado no jornal *El Siglo*, em 13 de outubro de 1876. In: RAMÍREZ, Carlos María; VARELA, José Pedro. *El destino nacional y la universidad*. Polémica. Tomo II. Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública e Previsión Social/Biblioteca Artigas, [1876], 1965, p. 27-28. Esse documento faz parte de um discurso feito por Ramírez no *Club Universitario*, no qual criticou as ideias sobre a Universidade contidas na obra *Legislación Escolar*, de autoria de José Pedro Varela (1845-1879), no ano de 1876. Varela insistia na ideia de que a Universidade ainda seguia as ideias “caducas” da Antiguidade Clássica, sendo que Ramírez rebatia, afirmando que a “moderna” disciplina da Economia Política já tinha ocupado esse espaço e revigorado as diretrizes intelectuais da Universidade. O referido discurso de Ramírez foi publicado dias depois pelo jornal *El Siglo*. Essa polêmica é considerada um dos maiores debates intelectuais já realizados a respeito dos caminhos da Universidade uruguaia, em um momento em que se discutia a adoção do paradigma positivista em detrimento do “espiritualista eclético”. Sobre esses embates, ver: ARDAO, Arturo. *La Universidad de Montevideo: su evolución histórica*. Montevideo: UDELAR, 1950.

³⁹⁰ Artigo publicado no jornal *El Siglo*, em 13 de outubro de 1876. In: RAMÍREZ, Carlos María; VARELA, José Pedro. *El destino nacional y la universidad*. Polemica. Tomo II. Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública e Previsión Social/Biblioteca Artigas, [1876], 1965, p. 28, inserção nossa.

histórica da Igreja Católica no âmbito educacional uruguaio.³⁹¹ Porém, ainda conforme as impressões pessoais de Ramírez, foi a partir do ano de 1860 que teria se iniciado a vigência de um novo marco intelectual e de ensino na Universidade uruguaia:

[...] aconteceu em 1860 um fato que transformou a fisionomia da Universidade e que *exerceu extraordinária influência sobre as ideias predominantes* [...] nas classes ilustradas do país. Esse fato [...] foi a criação da aula de economia política, cujo estudo foi declarado obrigatório juntamente com os estudos de jurisprudência.³⁹²

Ao tratar explicitamente sobre a cátedra de Economia Política – e todos os princípios liberais vinculados a ela como aporte aos estudos jurídicos, políticos e morais –, Ramírez centrou sua atenção nas mudanças que, segundo ele, essa nova disciplina veio proporcionar a respeito do trabalho. Para ele, as ideias trazidas pelas discussões nas aulas da já referida disciplina tratavam sobre como o caráter igualitário e a “dignidade” do trabalho contribuíam para a construção da sociedade e da nação republicana modernas e, conseqüentemente, como essas se diferenciavam das repúblicas antigas. Aqui, é notável o diálogo implícito de Ramírez com o escritor francês Benjamin Constant, mais especificamente a partir de seu discurso/ensaio *De la liberté des anciens comparé à celle des modernes* (“Da Liberdade dos antigos comparada à liberdade dos modernos”, de 1819).³⁹³ Nesse ensaio, Constant não necessariamente tratou sobre a disciplina da Economia Política, mas elaborou as diferenças entre as “liberdades” existentes nas repúblicas dos dois períodos históricos³⁹⁴, e Ramírez fez o mesmo em seu relato autorreferencial de mais de 50 anos depois para exaltar a já referida disciplina que tanto teria contribuído para a sua formação político-intelectual.

Partindo desse diálogo implícito com o escritor francês, Ramírez argumentou que, nas repúblicas antigas, o trabalho manual era considerado “objeto de desprezo”.³⁹⁵ Assim, para Ramírez, a nova disciplina de Economia Política teria um papel de combate a esse “desprezo” para com o trabalho, o que contribuiria tanto para os “avanços” intelectuais, políticos, morais e

³⁹¹Especificamente sobre a atuação histórica da Igreja Católica no plano educacional uruguaio, ver: VILLEGAS, Juan S. J. La actividad educativa de la iglesia em el Uruguay hasta José Pedro Varela. *Punto 21*, Montevideo, v. 3, n. 2, ago. 1977. p. 49-59.

³⁹²Artigo publicado no jornal *El Siglo*, em 13 de outubro de 1876. In: RAMÍREZ, Carlos María; VARELA, José Pedro. *El destino nacional y la universidad*. Polemica. Tomo II. Montevideo: Ministério de Instrucción Pública e Previsión Social/Biblioteca Artigas, [1876], 1965, p. 28, grifos nossos.

³⁹³CONSTANT, Benjamin. *De la liberté des anciens comparée à celle des modernes*. Discours prononcé à l’Athénée royal de Paris, 1819. Disponível em: <https://www.institutcoppet.org/wp-content/uploads/2015/01/7.-CONSTANT-Benjamin-De-la-liberte-des-Anciens-comparee-a-celle-des-Modernes.pdf>. Acesso em: 16/04/20.

³⁹⁴Ibid.

³⁹⁵Artigo publicado no jornal *El Siglo*, em 13 de julho de 1876. In: RAMÍREZ; VARELA, Op. cit., p. 29.

“civilizatórios” nacionais.³⁹⁶ Nesse sentido, o legislador teria poderes “humanos”, e o seu papel deveria interpretar as “leis naturais” da sociedade e fazê-las avançar progressivamente, e não ser um “Deus”, que as cria e as destrói ao seu bel-prazer, arbitrariamente. Essas características, segundo Ramírez, eram próprias da Economia Política e jurídica liberais que, para ele, contribuíram claramente para a diferenciação da liberdade “moderna” em relação à “antiga”.³⁹⁷

Outro professor notável com o qual Ramírez teve aulas na Universidade foi o intelectual argentino Vicente Fidel López, que também foi membro da Geração de 37, assim como Sarmiento, outra de suas grandes inspirações intelectuais, e pai de Lúcio Vicente López – quem havia “presentado” Ramírez com um exemplar do *Facundo*, de Sarmiento. Vicente López foi professor de Direito Positivo e de Gentes³⁹⁸ – além de ter sido membro do Conselho Universitário dessa instituição – ensinando, em sua cátedra, uma doutrina de base eclética para fundamentar essas duas disciplinas.³⁹⁹ Também assinou a ata de fundação da *Sociedad de Amigos de la Educación Popular* (SAEP), criada por Ramírez e Varela, em 1868.⁴⁰⁰

Somando-se aos outros professores, não poderíamos deixar de mencionar, mais uma vez, a contribuição de Alejandro Magariños Cervantes. Vale lembrar que Cervantes foi um dos maiores colaboradores do periódico *El Iniciador*, ainda no final da década de 1830, reunindo, ao redor de si, intelectuais das duas margens do Rio da Prata, assim como já vimos anteriormente. Montero Bustamante nos informa de que, por meio das aulas de Direito Natural e Político ministradas por ele à turma de Ramírez, durante a segunda metade da década de 1860, Cervantes tratou sobre o pensamento de Benjamin Constant e das ideias do movimento republicano francês de 1830 e 1848, dos quais fizeram parte Michelet e Quinet.⁴⁰¹

Além da interação com essas referências nas aulas de Cervantes, Ramírez também foi um leitor de Montesquieu, Alexis de Tocqueville e Jean Jacques Rousseau, conforme aponta,

³⁹⁶Artigo publicado no jornal *El Siglo*, em 13 de julho de 1876. In: RAMÍREZ, Carlos María; VARELA, José Pedro. *El destino nacional y la universidad*. Polemica. Tomo II. Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública e Previsión Social/Biblioteca Artigas, [1876], 1965, p. 30.

³⁹⁷Ibid., p. 31.

³⁹⁸Na época, o Direito de Gentes – ou *ius gentium* – seria algo parecido com o direito internacional atual e estaria relacionado historicamente com o direito de imigração. No entanto, assim como vários outros, também foi um conceito que sofreu mutações semânticas e acadêmicas ao longo do tempo, desde a antiguidade até a contemporaneidade. Sobre essa discussão, ver: VIOLA, Francesco. Derecho de gentes antiguo y contemporáneo. Tradução de Isabel Trujillo. *Persona y Derecho*, n. 51, p. 165-189, 2004; MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 1ª ed. 12ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

³⁹⁹MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

⁴⁰⁰Conforme podemos verificar na ata de fundação dessa associação. FUNDACIÓN DE LA SOCIEDAD DE AMIGOS DE LA EDUCACIÓN POPULAR. Acta de instalación. In: CAMARA DE REPRESENTANTES REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo: 1990b, p. 387.

⁴⁰¹MONTERO BUSTAMANTE, Op. cit.

mais uma vez, Montero Bustamante. Esse autor nos informa, ainda, que Ramírez possuía o exemplar de uma das obras de Montesquieu em sua biblioteca particular.⁴⁰² No entanto, não explicita as obras específicas dos referidos escritores europeus com as quais Ramírez teve contato. De qualquer modo, acreditamos que a obra de Montesquieu lida por Ramírez seja *O Espírito das Leis* (1748), e da parte de Rousseau, *O Contrato Social* (1762). Já a de autoria de Tocqueville, consideramos que muito provavelmente tenha sido *A democracia na América* (1835). Vários pontos dessas obras foram muito discutidos por Ramírez em seus escritos, principalmente em suas *Conferencias de Derecho Constitucional*, de 1871. Tais *Conferencias* foram, inicialmente, elaboradas por Ramírez para serem ministradas em suas aulas na Universidade e, posteriormente, foram publicadas em vários números do periódico *La Bandera Radical*, criado por ele mesmo, conforme já indicamos.

Retornemos ao contexto no qual Ramírez escreveu seus relatos autorreferencias. Como já apontamos, era um período ainda marcado pela ocorrência das guerras civis no país, as quais o *fusionismo*, estabelecido pós-Guerra Grande, não foi capaz de conter. Toda a violência histórica só foi relativamente suprimida com o início dos governos militares, o que, proporcionou uma certa “modernização capitalista” a partir do recrudescimento do autoritarismo. De qualquer modo, apesar das tentativas históricas do *fusionismo* em “fundir” os partidos políticos, o “país legal” dos “doutores” parecia ser incompatível com o “país real” caudilhistas e sucumbiu a esse último.⁴⁰³

Nesse sentido, tais inspirações *principistas* – enquanto uma expressão propriamente uruguaia de se pensar a nação no século XIX – se estabeleceram a partir de alguns elementos principais ao longo da formação político-intelectual de Ramírez. De modo complementar, foram tributárias do *fusionismo*, adquiridas por meio do contato com as aulas dos já mencionados professores universitários ao longo da década de 1860 e aprimoradas cotidianamente a partir da relação com seus amigos de infância, juventude e da Universidade.⁴⁰⁴ Isso tudo somado aos demais referenciais nacionais e estrangeiros que já apontamos antes, como Melchor Pacheco y Obes, Sarmiento, Bilbao e Michelet, e aos eventos e processos

⁴⁰²MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

⁴⁰³CAETANO, Gerardo. *Historia mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital), p. 71.

⁴⁰⁴No capítulo 2, tratamos, de modo mais aprofundado, sobre as principais bases intelectuais – a maioria delas estrangeiras, inclusive – de formação dessa tendência política, os principais espaços criados, os modos de atuação de Ramírez e dos demais “doutores” que aderiram a ela e seu impacto no âmbito público e político daquele contexto. Em diálogo direto com Juan Antonio Oddone, analisamos todos esses pontos no capítulo seguinte. ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta*. Una experiencia liberal en el Uruguay. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956.

históricos mencionados pelo próprio Ramírez. Todos esses elementos, em maior ou menor grau, contribuíram, a nosso ver, para a construção dos parâmetros de atuação político-intelectual na cena pública que Ramírez seguiu em sua trajetória.

Nesse sentido, após voltar da guerra civil, em 1871, ainda em meio à prevalência do caudilhismo e das guerras civis, Ramírez deu continuidade ao associativismo e à atuação na imprensa já iniciados por ele em 1868, por meio de sua colaboração no jornal *El Siglo* e de sua participação na criação da *Sociedad de Amigos de la Educación Popular*. No entanto, passou a exercer tais atividades de modo mais intenso como forma de ampliar uma esfera pública e o fez a partir do rompimento com os laços partidários que teve após participar do conflito, assim como já apontamos. Dessa forma, dedicou-se a divulgar o seu projeto de construção nacional baseados na defesa do sentimento de “orientalidade”, na unidade, na pacificação do país e na crítica aos partidos políticos tradicionais. Além disso, buscou ampliar uma esfera pública nacional por meio das associações e da imprensa, essas baseadas nos valores e práticas da civilidade, sociabilidade e fraternidade políticas. Desse modo, Ramírez, em sua trajetória não tão coerente quanto ele buscava reiterar e em meio a esses processos políticos conturbados, não perdeu as esperanças a respeito de uma comunidade nacional que ainda deveria ser pacificada e construída:

O coração, no entanto, não perde a batida,
Nem permanece inerte ao sentimento ferido
Por vívida emoção;
Assim, meu ardente voto, meu religioso anseio
Irmãos! Que sempre a benção do céu
*Proteja a vossa união!*⁴⁰⁵

E fazendo seu “voto de núpcias” – com o mesmo “efeito de verdade”⁴⁰⁶ que buscou deixar registrado por meio das experiências vividas em sua trajetória e relatadas por ele –, Ramírez visou, cada vez mais, à união e à conciliação harmônica de seus “irmãos” “orientais”, a partir de suas sociabilidades e publicações na imprensa. Tratamos sobre tudo isso no (e a partir do) capítulo seguinte.

⁴⁰⁵RAMÍREZ, Carlos María. Voto nupcial. In: MAGARIÑOS CERVANTES, Alejandro. *Álbum de poesías*. Montevideo: Imprenta a vapor de La Tribuna, 1878, p. 489, grifos nossos.

⁴⁰⁶Retomando a expressão de Ângela de Castro Gomes: GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 14.

CAPÍTULO 2. RAMÍREZ NA ESFERA PÚBLICA: O ASSOCIATIVISTA, O PUBLICISTA E O MEDIADOR ⁴⁰⁷

Neste segundo capítulo, analisamos a ação publicística e associativa de Ramírez, ou seja, a sua atuação na criação de associações, periódicos e demais espaços de sociabilidade político-intelectuais, em meio ao surgimento do *principismo*⁴⁰⁸, a partir do final da década de 1860. Ramírez contribuiu ativamente para a criação e atuação desse grupo, o qual é considerado o “herdeiro” do *fusionismo*⁴⁰⁹ vigente nas décadas 1850 e 1860. Desse modo, buscou, a partir dos diversos espaços de sociabilidade intelectuais criados e dirigidos por ele mesmo e com os quais colaborou, divulgar as ideias *principistas* de unidade nacional em detrimento das guerras civis ainda em curso.

Nesse sentido, a análise, neste capítulo 2, sobre como Ramírez concebeu as ideias de publicidade, associação, sociabilidade e acerca de sua valorização do âmbito público será imprescindível para compreendermos sua atuação na criação de associações, periódicos e dos seus textos publicados por meio de tais espaços. Dessa forma, foi possível apreendermos como ele entendeu a organização e existência desses ambientes enquanto eles próprios consistindo em uma “miniatura”⁴¹⁰ da nação republicana e autônoma oriental que tanto almejava. Porém, nossa atenção à atuação pública de Ramírez não se limita ao presente capítulo e se estende, também, aos demais, pelo fato de suas intervenções terem tratado sobre temas diversos e em periódicos variados, muitos deles oriundos, inclusive, das associações que criou e das quais participou até a sua morte, em 1898.

⁴⁰⁷Na linha das contribuições teórico-metodológicas acerca das ideias de “mediação cultural”, proposta por Jean-François Sirinelli, e de “intelectual mediador”, elaboradas e indicadas por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen. Ver: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-262; GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia. Apresentação. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37. De modo a defender a hipótese de que a atuação de Ramírez esteve marcada por mediações culturais e político-intelectuais, realizamos uma discussão articulando tais propostas teórico-metodológicas na introdução de nossa tese, com as quais buscamos dialogar ao longo de todo o nosso trabalho e em consonância com as proposições de outros autores, tais como Julio Ramos e Mabel Morãna, por exemplo, conforme veremos adiante.

⁴⁰⁸Realizamos uma explicação inicial sobre o *principismo* na introdução e no capítulo 1 de nossa tese. De qualquer modo, tratamos, de forma mais aprofundada, sobre a formação de Ramírez no interior de tal agrupamento político-intelectual uruguaio neste capítulo 2.

⁴⁰⁹Tratamos sobre o que consistiu o *fusionismo* das décadas de 1850 e 1850 no capítulo 1.

⁴¹⁰Aqui, dialogamos, mais uma vez, com Heloísa Starling quando a autora recorre à ideia de “ward-republics”, proposta por Thomas Jefferson no contexto da independência das Treze Colônias e no processo de construção nacional e republicana estadunidense ainda no século XVIII. Nesse sentido, a “estrutura associativa” é convertida em “repúblicas em miniatura” por meio da capacidade de seus membros de se debater publicamente os interesses coletivos da nação. Ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel. A matriz norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 248. Tratamos sobre essa contribuição teórica de Starling na nota número 63, da página 29 da introdução de nossa tese.

Ao estabelecermos um diálogo constante com a bibliografia pertinente, entendemos que a prática associativa, a partir das sociabilidades que a sustentam, consistiram em uma forma de se projetar e/ou criar espaços comunitários e de autogestão republicana, fraterna e “civilizada” em uma escala menor. Assim, esses próprios espaços foram um “esboço” da nação propriamente dita a ser construída, em um plano mais amplo, e Ramírez e os demais intelectuais próximos a ele utilizaram tais locais e ambientes físicos para discutir e divulgar suas propostas por meio de seus periódicos e ação política provindos de tais associações. Nesse sentido, as associações e a imprensa podem ser entendidos como meios de construção da cidadania para além do voto e dos partidos políticos, consistindo em formas de mediação entre a sociedade civil, o Estado e a Igreja Católica, por meio da ampliação de uma esfera pública baseada na “opinião”.⁴¹¹ Todos esses elementos foram expressos e praticados, por Ramírez, não somente a partir de uma matriz ou tradição intelectual específica, mas por meio de diversos “liberalismos” e “republicanismos”, entrelaçados e sintetizados contextualmente entre si e mediante a mobilização de linguagens políticas variadas.⁴¹²

Para isso, analisamos a sua atuação em diversos periódicos e associações político-intelectuais, tais como: a *Sociedad de Amigos de La Educación Popular* (SAEP), de 1868 em diante, e os discursos e publicações feitas nesse e por meio desse espaço; o ensaio *La Guerra Civil y los Partidos Políticos de La República Oriental del Uruguay* (1871), o qual circulou não somente no Uruguai, mas também na Argentina e no sul do Brasil; o *Club Radical*, o *Partido*

⁴¹¹Para citar apenas algumas referências com as quais dialogamos para tratar sobre todas essas temáticas neste segundo capítulo: GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. *Civilidad y política en los Orígenes de la nación argentina*. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008; SABATO, Hilda. *Povo & política*. A construção de uma república. Tradução: Daniel da Silva Becker. Série História, 59. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011; SABATO, Hilda. Soberanía popular, ciudadanía y nación en Hispanoamérica: la experiencia republicana del siglo XIX. *Almanack Braziliense*, n. 9, p. 23-40, maio 2009; SABATO, Hilda. Nuevos espacios de formación y actuación intelectual: prensa, asociaciones, esfera pública (1850-1900). In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

⁴¹²Mais especificamente em relação aos “liberalismos” e aos “republicanismos”, dialogamos diretamente com os seguintes autores: PALTÍ, Elías J. *El tiempo de La política*: el siglo XIX reconsiderado. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007; STARLING, Heloísa Maria Murgel. A matriz norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 231-314; CAETANO, Gerardo. Genealogías de la política uruguaya moderna: el liberalismo como “concepto fundamental” y su primacía sobre el republicanismo en el siglo XIX. *Claves*. Revista de Historia, n. 2, p. 111-143, jan-jun. 2016; GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígenes de la democracia uruguaya. *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, vol. 5, n. 9, p. 3-44, 2003. Para um panorama mais amplo sobre a história, origens, desenvolvimento e declínio do conceito de “liberalismo”, e seus usos na América Latina entre os séculos XIX e XX, ver: CASTRO, Flaviola Rivera. El liberalismo en América Latina. In: COSTA, Adriane Vidal; PALTÍ, Elías J. *História intelectual e circulação de ideias na América Latina nos séculos XIX e XX*. 1. ed. - Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2021, p. 114-136.

Radical e o porta-voz dessas associações, o *La Bandera Radical*⁴¹³, entre 1870 e 1871; o *Club Racionalista* e o manifesto que marcou a fundação dessa associação, a *Profesion de Fe Racionalista* (1872); e, em menor grau, o *Ateneo*, e os artigos de Ramírez publicados em seus anais.

2.1. Esfera pública, imprensa e associativismo políticos na construção da nação republicana

*Peça a um historiador que imagine um mundo sem dimensão temporal e descobrirei, em seu rosto, sinais de contrariedade e angústia comparáveis às reações que poderia provocar em um intelectual do século XIX o fato de supor uma sociedade sem nação.*⁴¹⁴

A epígrafe que inicia este capítulo não poderia ser mais propícia para a nossa pesquisa, pois Ramírez, como vimos analisando, atuou política e intelectualmente em prol da construção da nação oriental *na e pela* esfera pública. A partir do final da década de 1860, é possível percebermos uma intensificação, em sua trajetória intelectual, de sua prática associativa além de ter se empenhado em divulgar suas propostas por canais próprios no âmbito público, criados e mantidos mediante suas sociabilidades intelectuais.

No entanto, os conceitos de esfera pública, sociabilidades e associativismo praticamente não foram utilizados, pela historiografia, para se pensar a construção da nação no Uruguai do século XIX, em termos de aporte teórico-metodológico, com algumas gratas exceções.⁴¹⁵ Nesse

⁴¹³Como será possível notar mais adiante, a maior parte deste capítulo será dedicada a esse periódico, pois foi por meio dele, em nossa visão, que Ramírez atuou de forma mais perceptível política e intelectualmente em prol da consolidação da nação republicana, por meio da defesa da afirmação de uma esfera pública no Uruguai do século XIX. Nesse sentido, neste capítulo 2, analisamos vários artigos de Ramírez publicados no referido periódico. Já no capítulo 3, no qual nos debruçamos sobre o Ramírez “jurista”, analisamos as suas *Conferencias de Derecho Constitucional*, as quais foram resultado das aulas que ministrou na Universidade e publicadas por ele também por meio de *La Bandera Radical*.

⁴¹⁴GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. *Civilidad y política en los Orígenes de la nación argentina. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, p. 27.

⁴¹⁵A exemplo dos trabalhos de Wilson González Demuro e Murilo Dias Winter, autores que se dedicaram mais aos processos de mudança da esfera pública e da opinião pública do início do século XIX uruguaio, ainda no contexto da independência da então Província Cisplatina. Ver: DEMURO, Wilson González. “Un Juez severo a quien temen aun los Gobiernos más despóticos”. El concepto de opinión pública en la prensa oriental durante la revolución (1810-1820). *Humanidades*: revista da Universidad de Montevideo, n. XII, p. 97-124, 2013; WINTER, Murilo Días. Debates nas esferas públicas: transformações da opinião na imprensa periódica da Província Cisplatina (1821-1828). *Revista Latino-Americana de História/PPGH-Unisinos*, vol. 3, n. 10, p. 24-43, ago. 2014. Ver, também, o estudo de João Paulo Pimenta sobre a construção da identidade oriental por meio dos debates estabelecidos na imprensa, também no contexto do processo de independência desse país: PIMENTA, João Paulo G. *Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma História da identidade Oriental (1808-1828)*. In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 27-55.

sentido, ao nos centrarmos na atuação político-intelectual de Ramírez e sua intensa atividade pública e associativa, ocorrida na segunda metade do oitocentos, também mobilizamos o conceito de “sociabilidades”⁴¹⁶ vinculado ao estudo das associações e da imprensa periódica. Todos esses pontos são essenciais, a nosso ver, para analisarmos a constituição da esfera pública enquanto elemento de construção da nação republicana e da unidade nacional uruguaias.

Dito isso, acreditamos ser necessária uma breve discussão teórico-metodológica sobre tais conceitos e suas inter-relações. Concebemos que isso seja pertinente para indicarmos o caminho que seguiremos ao analisar a atuação político-intelectual de Ramírez e sua relação com os espaços de sociabilidade político-intelectuais utilizados por ele para realizar as mediações entre Estado, Igreja e outras associações e setores da sociedade civil, e a difusão de seu projeto político-intelectual de nação.

Primeiramente, em relação à ideia de esfera pública, parece ser consenso que o filósofo político alemão, Jürgen Habermas, tenha sido o pioneiro em relação à sua utilização, acrescentando à expressão o termo “burguesa”.⁴¹⁷ Para Habermas,

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante [...]. O meio desta discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública.⁴¹⁸

Essa esfera pública, segundo Habermas, teria surgido ainda no século XVIII. Foi sustentada por esse “raciocínio público”⁴¹⁹, movida por indivíduos privados passando a ter,

⁴¹⁶Em nossa tese, dialogamos mais direta e especificamente com os trabalhos de Pilar González Bernaldo e Hilda Sabato para tratar sobre a ideia de “sociabilidade” vinculada à de “associação”, conforme veremos a seguir. No entanto, também estamos cientes de outras contribuições relevantes mais gerais a respeito desses conceitos e objetos, próprias da historiografia francesa, tais como: AGULHON, Maurice. *Política, imágenes, sociabilidades: de 1789 a 1989*. Ed. e intro.: Jordi Canal. Tradução: Francisco Javier Ramón Solans. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2016; RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: REMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 99-139.

⁴¹⁷Sobre as análises sobre o conceito de “esfera pública” criado por Habermas e as críticas a ele, ver: GUERRA, François-Xavier. *Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Nueva edición [en línea]. México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2008 (generado el 03 mai. 2019). Disponível em: <https://books.openedition.org/cemca/1446>; PICCATO, Pablo. A esfera pública na América Latina: um mapa da historiografia. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n. 1, p. 6-42, jan.-jun., 2014.

⁴¹⁸HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 42.

⁴¹⁹Ibid., p. 44.

como lugar, a cidade. Nesse sentido, “[...] a esfera pública política provém da literária; ela *intermedia*, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade.”⁴²⁰

Nesse sentido, embora Habermas utilize, em alguns momentos, o termo “sociabilidade” para tratar a respeito da constituição da esfera pública política, o filósofo alemão não se debruça de forma mais aprofundada sobre o que entende a respeito do conceito. Em nossa visão, outros autores contribuem para pensarmos uma relação profícua que a complementaridade entre “esfera pública”, “opinião pública”, “sociabilidades” e “associativismo” podem proporcionar para a análise da construção da nação republicana na América Latina, na região do Rio da Prata e, no Uruguai, como é o nosso caso. Estamos nos referindo, de modo mais específico, à uma parte da historiografia argentina recente que trata sobre a articulação entre todos esses conceitos anteriormente mencionados e que tem, como principais expoentes, a nosso ver, os trabalhos de Pilar González Bernaldo⁴²¹ e Hilda Sabato.⁴²²

Pilar González Bernaldo concilia o conceito de “sociabilidades” com a ideia de “associatividade”, a partir das formulações pioneiras de Maurice Agulhon e as proposições teóricas de Habermas a respeito da história da “esfera pública”, o que nos proporciona elementos consideráveis para lidar com esse tema. A autora considera a ideia de nação “fortemente polissêmica”, que essa só pode ser compreendida a partir das “combinatórias semânticas”⁴²³, engendradas pelas disputas políticas históricas empreendidas pelas elites culturais. Esses significados se dariam, assim, a partir de suas tentativas de monopolização do espaço público e das instituições representativas “[...] a partir das quais se formula um discurso sobre a nação que serve para legitimar a construção do Estado que empreendem essas mesmas elites.”⁴²⁴

⁴²⁰HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 46, grifo nosso.

⁴²¹GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. *Civilidad y política en los Orígenes de la nación argentina*. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008; GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. Sociabilidad y opinión pública en Buenos Aires (1821-1852). *Historia Contemporánea*, n. 27, p. 663-694, 2003.

⁴²²SABATO, Hilda. *Povo & política*. A construção de uma república. Tradução: Daniel da Silva Becker. Série História, 59. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011; SABATO, Hilda. Soberanía popular, ciudadanía y nación en Hispanoamérica: la experiencia republicana del siglo XIX. *Almanack Braziliense*, n. 9, p. 23-40, maio 2009; SABATO, Hilda. Nuevos espacios de formación y actuación intelectual: prensa, asociaciones, esfera pública (1850-1900). In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 387-411.

⁴²³GONZÁLEZ BERNALDO, 2008, Op. cit., p. 31.

⁴²⁴Ibid.

Embora concordemos com as proposições da historiadora argentina, acreditamos ser necessário ressaltarmos, em diálogo com Wilson Gomes⁴²⁵, que ainda preferimos utilizar o termo “esfera pública” ao de “espaço público” para nos remetermos à sua correspondente iluminista, a qual ainda estaria inscrita em Ramírez, a nosso ver. Ramírez e os demais escritores e publicistas uruguaios praticaram a sociabilidade político-intelectual se reunindo em espaços físicos, como o *Club Universitario*, a Universidade e os ambientes editoriais dos periódicos, de modo a debater e publicar suas propostas a respeito da criação de outros espaços públicos materiais. Um deles foi a construção de escolas, por exemplo. Mas, a nosso ver, o faziam por meio de um *locus* imaterial, no qual o debate político sobre o âmbito público se desenvolvia.⁴²⁶ Além disso, expressou-se tanto por meios e termos oficiais quanto informais (“expressão pública”, “opinião pública”, o debate público, no sentido da “contraposição” argumentativa).⁴²⁷

De qualquer modo, ainda a partir das indicações de Agulhon, González Bernaldo defende “a noção de sociabilidade como ‘princípio das relações entre as pessoas’ ou a aptidão dos homens para viver em sociedade’ [...]”.⁴²⁸ Desse modo, pressuporia todo tipo de relações humanas, desde aquelas baseadas na “afabilidade” ou até mesmo pela violência.⁴²⁹ Embora a autora se centre no caso argentino, seus trabalhos nos auxiliam totalmente para analisarmos como Ramírez atuou no Uruguai na segunda metade do século XIX.

Acreditamos que tratar sobre a ideia de “sociabilidade” enquanto a “aptidão” ou “disposição” dos homens em se reunirem para a constituição de associações seja pertinente, pois, como já destacamos e trataremos adiante, esses termos são recorrentes nos textos e práticas de Ramírez, como forma de esse intelectual projetar e construir a nação “ideal”. De modo mais específico, o publicista sempre procurou reiterar a defesa das ideias de “sociabilidade”, “associação”, “civil”/“civildade” (aqui entendido enquanto “cortesia” e “civismo”) e “civilização” quando propunha seu projeto de nação republicana. Além disso, atribuía o mesmo significado semântico a todos eles, relacionando-os ao âmbito público, coletivo.⁴³⁰

⁴²⁵GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 55.

⁴²⁶Ainda dialogando com as proposições de Wilson Gomes. GOMES, Op. cit., p. 55.

⁴²⁷Ibid., p. 56-58.

⁴²⁸GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. *Civilidad y política en los Orígenes de la nación argentina*. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, p. 35, aspas da autora.

⁴²⁹Ibid.

⁴³⁰González Bernaldo observou a mesma coisa em seus trabalhos, os quais contribuíram e têm contribuído totalmente para que percebamos questões parecidas ao analisarmos e identificarmos os significados presentes na trajetória e obra de Ramírez no Uruguai.

Desse modo, Ramírez reuniu todos esses termos e valores, materializando-os nas associações e periódicos dos quais participou em sua atuação político-intelectual e até como um meio de exercitar uma “pedagogia cívica”, um “aprendizado da nação”⁴³¹, conforme já propomos brevemente no capítulo 1. Dialogando com González Bernaldo, concordamos com a autora quando argumenta que as associações, por meio de suas formas de sociabilidade, consistiram em meios de representar e difundir novas expressões da “sociedade nacional”, essa formada por indivíduos que praticam e defendem o “aprendizado da coisa pública”.⁴³² Assim, “Essas práticas se inclinam a uma nação que tende a definir-se como ‘sociedade civil’ no duplo sentido: de sociedade de direito a sociedade civilizada.”⁴³³

Nesse sentido, Hilda Sabato estabelece uma análise a respeito desses elementos de forma convergente ao entendimento de González Bernaldo, em nossa concepção. Ao pensar a construção da nação, da cidadania e do republicanismo no século XIX, a autora trata sobre como os debates e polêmicas político-intelectuais do período se relacionaram com as disputas acerca das formas organizativas dos Estados nacionais independentes e suas instituições:

Os debates e as lutas em torno do centralismo/confederacionismo/federalismo; da divisão ou não de poderes; da legitimidade dos poderes extraordinários e até da ditadura; do presidencialismo e o parlamentarismo; e, também, dos alcances e limites da cidadania estavam *no centro da problemática da nação*. Ao longo do século XIX se ensaiaram variantes muito diversas, mas quase todas elas, reitero, *dentro de marcos que se consideravam republicanos*.⁴³⁴

Apesar das divergências a respeito de quem realizava a função de supervisionar o governo, e a forma como essa era exercida, esses espaços, de forma geral, podem ser concebidos como canais de relação e de mediação entre o povo e a política, conforme também defende Hilda Sabato. Nesse sentido, como expressão da coletividade dos cidadãos em prol de um bem comum, baseados na igualdade e na racionalidade, consistia em um antagonismo às formas de sociabilidade tradicionais, de caráter hierárquico das monarquias e das ordens religiosas,

⁴³¹Mais uma vez em diálogo com González Bernaldo. GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. Pedagogía societaria y aprendizaje de la nación en el Río de La Plata. In: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Org.). *Inventando la nación*. Iberoamérica, Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 565-589.

⁴³²GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. *Civilidad y política en los Orígenes de la nación argentina*. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, p. 36.

⁴³³Ibid., p. 37, aspas da autora.

⁴³⁴SABATO, Hilda. Soberanía popular, ciudadanía y nación en Hispanoamérica: la experiencia republicana del siglo XIX. *Almanack Braziliense*, n. 9, p. 23-40, maio 2009, p. 26, grifos nossos.

demarcando, assim, sua capacidade de difundir o livre pensamento e opinião na esfera pública.⁴³⁵

A partir de meados do século XIX, com a formação de uma sociedade civil relativamente autônoma, após a queda de Rosas, a atividade associativa foi se tornando cada vez mais expressiva enquanto um canal de ação coletiva no contexto de consolidação das nações rio-pratenses e relativamente independentes dos órgãos estatais. Nesse sentido, tanto as associações quanto a imprensa despontaram como meios de aproximação entre vários setores sociais, consistiram em espaços “[...] de práticas igualitárias e fraternas, assim como de desenvolvimento e expressão da cortejada *opinião pública*.”⁴³⁶

Nesse sentido, atuavam como um “tecido conectivo”, visando a “construir laços de pertencimento e solidariedade [...]”⁴³⁷, enfim, a expressão de “[...] uma sociedade livre, moderna, democrática e solidária; concepção que se inspirava em diversas fontes ideológicas, mas que coincidiam em celebrar a fraternidade humana encarnada no associativismo voluntário.”⁴³⁸ Sobre o caso argentino, Sabato destaca que

Para além de sua composição e de seus fins específicos, as instituições e suas lideranças foram definindo espaços comuns de atuação e interconexão; dialogavam entre si e desenvolviam um *intercâmbio e uma circulação muito intensos entre as associações*, que transcendiam os limites de cada localidade para adquirir, em muitos casos, *dimensões nacionais*. Utilizavam o *espaço da imprensa* periódica para convocar e informar seus sócios e, também, o restante da população. *Constituíam-se, desse modo, na voz concreta desse público que buscavam representar.*⁴³⁹

Desse modo, a fraternidade exercida em tais espaços pressupunha a solidariedade comum em prol da nação, uma “camaradagem horizontal”, que conotaria a “comunidade” nacional a ser construída, nos termos de Benedict Anderson.⁴⁴⁰ Nessa comunicação entre várias associações e espaços político-intelectuais diversos, Sabato destaca a imprensa. Com um papel tão relevante quanto o das associações, a imprensa foi concebida como “[...] necessidade para quem quisesse possuir presença política, defender sua opinião, pressionar por seus

⁴³⁵SABATO, Hilda. *Povo & política*. A construção de uma república. Tradução: Daniel da Silva Becker. Série História, 59. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2011, p. 69-71.

⁴³⁶Ibid., p. 77, grifos da autora.

⁴³⁷Ibid., p. 78

⁴³⁸Ibid.

⁴³⁹Ibid., p. 79, grifos nossos.

⁴⁴⁰ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 34.

interesses”.⁴⁴¹ A imprensa teve funções para além da mera informação, possuiu um carácter político em meio à construção da nação republicana, de uma sociedade racional e ilustrada⁴⁴²:

Em suma, jornais e associações não apenas atuaram no campo das representações, proteção e defesa dos interesses e opiniões de suas bases, mas também constituíram uma densa trama de relações e intercâmbios. [...] A imprensa e o movimento associativo se consideravam, além disso, *pilares do mundo moderno e do progresso* e, portanto, viam a si mesmos como partícipes da mesma *empresa civilizatória*. Estavam convencidos de seu papel como *formadores e, ao mesmo tempo, representantes da opinião pública* e, a partir desta posição, promoveram e contribuíram para criar um conjunto de práticas de mobilização que foram características deste período [...].⁴⁴³

Nesse sentido, também percebemos, ao longo deste capítulo 2 – e não somente – que Ramírez, mesmo afirmando recorrentemente ser um “liberal”, fazia uso de diversas vertentes do republicanismo, tanto as mais contemporâneas a ele ou não. Isso, a nosso ver, tem relação com toda a discussão que fizemos até este momento, pois está ligada à sua atuação político-intelectual em prol da construção nacional, estabelecida por meio das associações e da imprensa. Desse modo, para compreendermos como se deram, de modo mais específico, tais usos, também recorreremos ao que propõe Elías Palti em relação às possibilidades de ter havido uma “presença subterrânea de um universo de ideias republicanas”⁴⁴⁴, na segunda metade do século XIX, as quais teriam coexistido com as de tradição liberal. Assim, a coexistência de tais tradições teria resultado em “aporias”, sendo que ambas estiveram inscritas em contingências próprias das ordens institucionais “pós-tradicionais”.⁴⁴⁵

Desse modo, as inter-relações entre a imprensa e as associações, no século XIX, mostram-se caras para compreendermos melhor como Ramírez prezou por tais espaços, de

⁴⁴¹SABATO, Hilda. *Povo & política. A construção de uma república*. Tradução: Daniel da Silva Becker. Série História, 59. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2011, p. 81.

⁴⁴²Ibid.

⁴⁴³Ibid., p. 83, grifos nossos.

⁴⁴⁴PALTI, Elías. Las polémicas en el liberalismo argentino. Sobre virtud, republicanismo y lenguaje. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS, Rafael. *El Republicanismo en hispanoamerica: Ensayos de historia intelectual y política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 172. Também dialogamos diretamente com Gerardo Cateano e Javier Gallardo sobre o caso uruguaio ao longo de nossa pesquisa. CAETANO, Gerardo. Genealogías de la política uruguaya moderna: el liberalismo como “concepto fundamental” y su primacía sobre el republicanismo en el siglo XIX. *Claves*. Revista de Historia, n. 2, p. 111-143, jan-jun. 2016; GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígenes de la democracia uruguaya. *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, vol. 5, n. 9, p. 3-44, 2003. Conforme veremos, Ramírez se utilizou de postulados elaborados por diversos autores pertencentes a cada uma dessas duas tradições, tendo sido, em maior ou menor grau, os de Montesquieu, os da tradição grega e da italiana, como representantes do republicanismo, e John Stuart Mill e Adam Smith, do liberalismo, embora não tenha citado todos eles diretamente em seus escritos. Como um “meio-termo” entre eles, mobilizou, a nosso ver, algumas linguagens da teoria de Tocqueville, como a do “interesse bem compreendido”, de modo a, assim como o autor francês, tentar unir a abnegação da virtude cívica com a ideia utilitarista do interesse. Realizamos esse entendimento com base em nosso diálogo com o historiador argentino Natalio Botana, ao longo deste segundo capítulo.

⁴⁴⁵PALTI, Op. cit., p. 209.

modo a concebê-los como canais propícios para difundir suas ideias a respeito da pacificação, da unidade e da construção político-institucional da nação oriental naquele contexto.

2.2. Do privado ao público: os usos da linguagem cristã e das metáforas da família para a construção da nação republicana

Além do que já analisamos anteriormente, a respeito das relações entre a esfera pública, a sociabilidade e a prática associativa, percebemos, também, que Ramírez se utilizou de elementos religiosos para compor suas propostas a respeito da nação republicana que buscou construir. Embora a intenção do intelectual tenha sido a de endossar os hábitos públicos capazes de forjar o cidadão republicano moderno da nova nação oriental, identificamos, em seus textos, os usos de uma linguagem que remetia à tradição cristã e católica. Benedict Anderson já havia tratado sobre a continuidade de elementos culturais ainda ligados às comunidades religiosas no momento da construção das nações. Para o autor estadunidense, não se tratou de uma mera substituição da estrutura religiosa pelo nacionalismo após o declínio daquelas. Na verdade, diz respeito ao sentimento nacional ter se alinhado a sistemas culturais anteriores no tempo, “[...] e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los”.⁴⁴⁶ Assim, para Anderson, o fenômeno do nacionalismo não teria se vinculado conscientemente a ideologias políticas como o liberalismo ou o marxismo, por exemplo.⁴⁴⁷

Nesse sentido, após o lento processo de declínio do latim enquanto “língua da verdade ontológica”, da ordem monárquica enquanto algo representativo da “graça cosmológica” ou “divina”, e da indissociabilidade entre essa “cosmologia” e a história, foi necessário que houvesse a apreensão de outros modos de fundir o tempo, a fraternidade e o poder.⁴⁴⁸ E isso foi possível graças ao que Anderson denominou de “capitalismo editorial”, com seu “impulso vernaculizante” como responsável pela conexão maior entre os indivíduos e o seu pensar sobre as novas formas de coletividade nacional.⁴⁴⁹

Desse modo, concordamos com Anderson sobre isso, mas o fazemos de forma matizada: no caso de Ramírez, tais aproximações a ordens anteriores, como a cristã/católica, foram expressas a partir de linguagens políticas relacionadas àquelas, mas mobilizadas e ressignificadas na esfera pública, de modo a contribuir com o debate sobre a unidade e a construção nacionais uruguaias. Além disso, o publicista oriental não visava ao lucro com a

⁴⁴⁶ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 39.

⁴⁴⁷Ibid., p. 35-39.

⁴⁴⁸Ibid., p. 69-70.

⁴⁴⁹Ibid.

criação dos periódicos, sendo que esses tinham a finalidade de formar politicamente a opinião pública e cuja renda das vendas eram revertidas para a causa da educação pública empreendida por ele e os demais intelectuais por meio da *Sociedad de Amigos de la Educación Popular*.

Além disso, também levamos em consideração o que propõe Gerardo Caetano, em diálogo teórico com Micheline Milot, sobre como, na segunda metade do século XIX uruguaio, as expressões relativas à “fé cívica” e à “moral laica” surgiram como uma das vertentes que compuseram o que o autor denomina de “cultura laicista” nesse país.⁴⁵⁰ Nesse sentido, ainda segundo o autor, dentro desse contexto de “modernização liberal republicana”, surgiram expressões que conotavam os “substitutos laicos” da Igreja, a qual já se mostrava deslocada em meio ao processo de “privatização do religioso” e na constituição do novo espaço público moderno.⁴⁵¹

Desse modo, entendemos que Ramírez se aproximou mais dessa linha proposta por Caetano e, nesse sentido, conforme veremos, mobilizou linguagens que, a princípio, seriam mais próprias da tradição cristã, a exemplo de “fé”, “evangelho”, “missão”, “sacrifício”, “abnegação”, “catecúmeno”, etc., para expressar um novo tempo e construir a nação republicana uruguaia. Tais recursos linguísticos, mobilizados pelo publicista uruguaio, além de estarem relacionados à consolidação de uma esfera pública, da sociabilidade e da prática associativa que pressuporiam a nação moderna, teriam expressado, também, sua intenção de propor tais “substitutos laicos” como fundamento essencial para a refundação nacional oriental.

Desse modo, tais usos se deram ao longo de vários escritos seus, sobre as mais diversas temáticas, sendo elas a educação, o Direito, a prática associativa e a história, elaborados dentro das associações e publicados pelos periódicos ligados a tais espaços. Também agiu dessa forma, inclusive, quando tratou explicitamente acerca da defesa da “fé racionalista”, sobre a qual tratamos mais adiante ainda neste capítulo, quanto sobre a separação entre Igreja e Estado, conforme analisamos melhor no capítulo 3.

Além da recorrência à linguagem cristã, Ramírez também utilizou metáforas que relacionavam a mulher, a família e a nação oriental em vários escritos, em maior ou menor grau. E, sobre tal relação entre a imagem da nação a ser construída com as mulheres e a família, dialogamos com Inés de Torres. A autora argumenta que tais vínculos simbólicos foram recursos muito utilizados na literatura uruguaia ao longo do século XIX e indicavam uma forma

⁴⁵⁰CAETANO, G. Laicidad, ciudadanía y política en el Uruguay contemporáneo: matrices y revisiones de una cultura laicista. *Revista Cultura & Religión*, v. 7, n. 1, 30 dic. 2013b, p. 120.

⁴⁵¹Ibid., p. 119.

de representação de família de caráter patriarcal. Desse modo, a nação era “imaginada”⁴⁵² como uma “grande família”.⁴⁵³ Assim, a nação, para De Torres, não teria somente um caráter de romance – e, nesse ponto, a autora deixa claro sua discordância com Doris Sommer –, mas enquanto um relato propriamente dito da nação como essa “grande família”.⁴⁵⁴ Conforme argumenta a autora uruguaia:

A construção de um relato do nacional que funda suas raízes em um discurso do familiar patriarcal constitui uma peça-chave para a sua naturalização. No século XIX, a nação é um espaço a inventar. A família de raiz patriarcal, por sua vez, é uma noção que precede histórica e culturalmente à de nação. Unir as raízes do nacional com as do familiar patriarcal permitiu uma legitimação simbólica *tradicional* para esse artefato *moderno* que era a nação; uma legitimação ainda mais eficaz por que apresentava o âmbito do que se entendia como privado (a família) como o fundamento para uma projeção do público entendido como o estatal (o Estado-nação).⁴⁵⁵

Assim, o estabelecimento do âmbito público moderno – o Estado e a nação republicana – prescindia dos elementos privados tradicionais – a família. Desse modo, assim como fez em relação aos usos dos elementos da tradição cristã para a criação de uma nação republicana dotada de “moral laica” e “fé cívica”, Ramírez, como mostramos adiante, também mobilizou os símbolos privados, relacionados à família, para a construção do âmbito público e do Estado uruguaio.

Ainda dialogando com De Torres, concordamos com a autora no que diz respeito à utilização, por parte dos intelectuais uruguaio do século XIX – mas não só – de elementos próprios de vertentes literárias europeias tais como o neoclassicismo e o romantismo. Nesse sentido, a linguagem neoclássica contribuiu para se pensar o “normativo”, o “dever ser”, ou seja, estava ligada às expressões e ideias relacionadas a termos morais e legais como “Constituição”, “justiça” e “concordia”, além de fornecer imagens sobre os heróis nacionais.⁴⁵⁶ Por outro lado, os componentes românticos privilegiaram o “ser”, em termos de uma independência cultural, da liberdade a ser conquistada. Desse modo, segundo De Torres, “entre

⁴⁵²No trabalho de De Torres que citamos, a autora dialoga diretamente com Benedict Anderson, ao qual a referência da “comunidade imaginada” é creditada, além de, também, recorrer às considerações de Ángel Rama para pensar a construção de uma ordem de discurso intelectual e cultural no Uruguai do oitocentos. DE TORRES, María Inés. *¿La nación tiene cara de mujer?: mujeres y nación en el imaginario letrado del Uruguay del siglo XIX*. 1a ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2013, p. 20. Para uma análise mais relacionada à questão da participação político-social das mulheres nos processos de construção nacional e da cidadania ao longo do tempo, além da intersecção com os debates sobre etnia e classe, ver: WALBY, Sylvia. A mulher e a nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 249-269.

⁴⁵³DE TORRES, Op. cit., p. 20.

⁴⁵⁴Ibid.

⁴⁵⁵Ibid., grifos da autora.

⁴⁵⁶Ibid., p. 21.

essas duas linguagens, o residual da retórica neoclássica e o emergente da retórica romântica, é que se gestam os relatos nacionais do século [XIX] no Rio da Prata.”⁴⁵⁷

Nesse sentido, em Ramírez, os elementos necessários para a construção de uma organização política moderna no Uruguai do século XIX provinham, também, da tradição, surgiam do interior dessa para se fazerem palatáveis ao povo e propor o Estado, a nação e a esfera pública uruguaiaios modernos.⁴⁵⁸ Em outros termos, ao mobilizar tais elementos anteriores ao Estado e ao âmbito público, os quais eram mais próximos do entendimento e da vivência populares, Ramírez buscava, por meio da linguagem política cristã e das metáforas sobre a família, aproximar-se de tais setores e, assim, formar uma opinião pública a respeito do que argumentava em suas intervenções. Nesse sentido, entendemos que o intelectual oriental, por meio desses “substitutos laicos” e recursos simbólicos, realizou uma ação de mediação político-intelectual em seu momento de escrita e atuação político-intelectual em prol da construção da nação republicana moderna no Uruguai, conforme veremos. Desse modo, analisaremos, primeiramente, sua participação no *Club Universitario* e a criação da *Sociedad de Amigos de la Educación Popular*, resultante dos encontros realizados nessa associação no final da década de 1860.

2.3. O espírito universitário, a ideia educacional e a nação: o *Club Universitario* e a *Sociedad de Amigos de La Educación Popular* (SAEP) (1868)

Ramírez iniciou sua atuação pública a partir de 1868, inicialmente por meio de sua breve colaboração no jornal *El Siglo* e, em seguida, no *Club Universitario*.⁴⁵⁹ Essa associação, também conhecida como *Sociedad Universitaria*, foi fundada por jovens intelectuais em 5 de setembro de 1868, com o apoio de muitos professores universitários da época. Conforme defende Arturo Ardao, esse espaço pode ser considerado o pioneiro no que tange à iniciativa associativa empreendida por membros do setor universitário no país, revigorando, assim, a atuação da Universidade uruguaia naquele contexto. Ainda segundo o autor, esse espaço teve

⁴⁵⁷DE TORRES, María Inés. *¿La nación tiene cara de mujer?: mujeres y nación en el imaginario letrado del Uruguay del siglo XIX*. 1a ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2013, p. 21, inserção nossa.

⁴⁵⁸Sobre essa coexistência de várias ideias e temporalidades diversas, aparentemente divergentes em um mesmo contexto e suas “aporias” inerentes, consideramos, também, os trabalhos de Elías Palti a respeito do tema, em especial os seguintes: PALTÍ, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007; PALTÍ, Elías. Historia de ideas e historia de lenguajes políticas. Acerca del debate en torno a los usos de los términos “pueblo” y “pueblos”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 325-343, jul. 2005; PALTÍ, Elías. Las polémicas en el liberalismo argentino. Sobre virtud, republicanismo y lenguaje. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS Rafael (Orgs). *El republicanismo en hispanoamerica*. Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 167-209.

⁴⁵⁹MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

esse nome até a segunda metade de 1877, quando houve a sua fusão com outros de caráter cultural, como, por exemplo, o *Ateneo del Uruguay*, dando origem, assim, ao Ateneu de Montevideu, existente até hoje em dia.⁴⁶⁰

Foi dentro desse espaço que se deu a criação de outra associação, a *Sociedad de Amigos de la Educación Popular* (SAEP), impulsionada, principalmente, pela iniciativa de Ramírez, José Pedro Varela e Elbio Fernández. Também foi apoiada por vários outros intelectuais do período, tais como Emilio Romero, Francisco Antonio Berra e Eduardo Brito del Pino. O resultado inicial foi a formação de uma Comissão de caráter provisório, na qual fizeram parte esses e outros integrantes e que teve Fernández como presidente, e Ramírez e Varela na função de secretários.⁴⁶¹

Esses também foram um dos maiores colaboradores de outros periódicos e associações criados por Ramírez, tais como o *Club Radical* e *La Bandera Radical*, com a exceção de Fernández, que morreu poucos meses depois de criada a associação. Na ocasião da inauguração da SAEP, muitas personalidades presentes discursaram, dentre eles Ramírez. Em seu discurso, tratou sobre a crença no “propósito elevado [...] capaz de reunir todas as vontades em uma aspiração comum para o bem [...]”. Este propósito acreditamos encontrá-lo no que Horacio Mann chamava *a causa da educação popular*.⁴⁶² Fazendo uma menção enfática ao intelectual e educador estadunidense oitocentista Horace Mann, que também foi uma das maiores inspirações de Sarmiento⁴⁶³, Ramírez expressou o sentido associativo da iniciativa em prol da reforma da educação popular nacional. Fazia questão de destacar o caráter associativo e coletivo para essa finalidade:

Às vezes, sentimentos individuais, aspirações isoladas, esperam somente para se reunir em um propósito comum e conseguir os maravilhosos resultados do esforço coletivo, uma pequena iniciativa, um leve impulso, uma mão que levante a *bandeira da associação*. Filhos de uma nação que tem por lei e por

⁴⁶⁰ARDAO, Arturo. *Racionalismo y Liberalismo en el Uruguay*. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1962.

⁴⁶¹FUNDACIÓN DE LA SOCIEDAD DE AMIGOS DE LA EDUCACIÓN POPULAR. Acta de instalación (1868). In: PALOMEQUE, Agapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo: Cámara de Representantes da República Oriental del Uruguay, 1990a, p. 387.

⁴⁶²RAMÍREZ, Carlos María. En la Sociedad de Amigos de la Educación Popular. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 20, grifos do autor.

⁴⁶³Horace Mann (1796-1859) foi Secretário de Educação do estado de Massachusetts, nos EUA da primeira metade do século XIX. Defendeu uma educação livre, democrática e republicana para aquele país, relacionando, segundo Michael Steudeman, a instrução pública ao modo de governo ideal para a nação norte-americana. Ver: STEUDEMAN, Michael J. Horace Mann, The necessity of education in a Republican Government. *Voices of Democracy*, n. 8, p. 1-22, 2013. Sobre a “influência” – embora tenhamos muitas críticas a esse termo – de Mann em Sarmiento, ver: STEWART, Watt; FRENCH, William Mashall. The Influence of Horace Mann on the Educational Ideas of Domingo Faustino Sarmiento. *Hispanic American Historical Review*, n. 20, vol. 1, p. 12–31, 1940.

ideal a democracia, trairíamos todos os nossos deveres, nossos sentimentos, nossas tradições se não direccionássemos as nossas forças – cada um na esfera de seus meios e de suas ideias – *a preparar o trabalho que há de dar a pátria o nome merecido da República*, que há de fazer da lei um culto e um ideal, uma realidade charmosa [...] Vamos buscar o futuro figurado na sorte das gerações que nascem à vida; na educação dessas milhares de crianças que vêm com a ânsia da paz a engrossar as fileiras desbastadas da guerra civil.⁴⁶⁴

Contra a guerra civil, era preciso, também, o “espírito de associação” e a educação popular e republicana, de modo a dar forma à pátria/nação oriental. Nesse sentido, a soberania do povo, mais uma vez, emergia no discurso político de Ramírez, e a educação como aspecto legitimador do cidadão “amigo” da pátria, seja ele o pai/mãe que permitiu a educação de seus filhos e/ou o próprio educado pela educação pública:

Nas democracias o povo é o pai do povo. O povo que deixa seus filhos sem educação rouba da pátria cidadãos e benfeitores; lega-lhe inimigos e carrascos. Como imensas planícies de desertos que reclamam as grandes manifestações da vida, apresentam-se a nossos olhos mil lares de crianças as quais é necessário conquistar para as instituições, para a civilização, para a verdade, para a luz.⁴⁶⁵

Era necessário, para Ramírez, a educação que trouxesse a “luz” e a “verdade”, para acolher as crianças, símbolo do futuro enquanto aqueles que serão cidadãos, para compor as instituições livres de uma República democrática. Ramírez atribuía um sentido religioso, mais próprio da Igreja Católica, para expressar tal empreitada: a invocação à figura de Jesus Cristo e a recorrência ao processo das Cruzadas, com um sentido quase épico:

Essas são as grandes cruzadas a que hoje se dirigem com anseio e entusiasmo os povos que amam o progresso. E, na verdade, que ao final da jornada, encontrar-se-á algo a mais que o sepulcro de Jesus Cristo: encontrar-se-á seu espírito de vida, a conquista de seu ideal, a realidade de suas visões.⁴⁶⁶

Aqui, percebemos explicitamente como há o uso de elementos linguísticos relacionados a aspectos culturais ligados às comunidades religiosas, embora a intenção de Ramírez fosse o oposto: a de endossar os hábitos e uma educação pública capaz de forjar o cidadão republicano moderno da nova nação oriental. Ou seja, mais uma passagem que indica alguns dos usos da

⁴⁶⁴RAMÍREZ, Carlos María. En la Sociedad de Amigos de la Educación Popular. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 19-21, grifos nossos. Também citamos esse trecho em nossa dissertação de mestrado, tendo-o destacado de modo a reconstruir o contexto político-intelectual das propostas educacionais de José Pedro Varela, mais especificamente. Ver: DIANA, Elvis de Almeida. *Educação pública e política em José Pedro Varela no Uruguai do século XIX*. 1ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 142.

⁴⁶⁵RAMÍREZ, Op. cit., p. 21.

⁴⁶⁶Ibid.

linguagem e dos elementos da tradição cristã por parte do intelectual oriental. Inclusive, citando o próprio Jesus Cristo.

Nesse sentido, Ramírez utilizou, assim como José Pedro Varela, o exemplo estadunidense, da “República do Norte”, que “caminhava a frente” e sobre a qual “[...] povos fixam [...] seus olhares e suas esperanças”.⁴⁶⁷ E afirmou que essa empreitada educacional, ocorrida naquele país, deveu-se à “[...] atividade incessante, uma iniciativa prodigiosa, um entusiasmo sem limites [...]” os quais “[...] sustentam e alimentam a grande obra da educação popular [...]”.⁴⁶⁸ Ramírez acreditava que a educação pública era um dos maiores pilares para a construção e manutenção de uma República, o elemento que faria com que todas as instituições de um Estado republicano se sustentassem, animados pelo seu “fogo sacro”:

Poderes federais, legislaturas, municipalidades, associações particulares, seitas religiosas e políticas; todas as forças da sociedade, enfim, encontram-se inteiramente consagradas a manter o *fogo sacro*, que se chegasse a extinguir, extinguiria ao mesmo tempo o progresso e a vida da República.⁴⁶⁹

Ramírez apontou outras causas para esse “atraso”: a indiferença e a ignorância em matéria pedagógica, e as “preocupações aristocráticas” reproduzidas pelo professor de educação infantil da época.⁴⁷⁰ Assim, diante de tantos problemas, a criação da SAEP se deveu ao sentimento de inconformidade e seria, em nosso entender, uma forma de combater a sensação de impotência diante da fragmentação da nação e da República. Nesse sentido, foi uma iniciativa que recorreu à juventude de seu tempo: “jovens de fé e de entusiasmo, pensamos em apelar, e apelamos à juventude cujo distintivo foi a todo momento a fé e o entusiasmo”.⁴⁷¹ Mais uma vez, mostra-se recorrente, em seus escritos, a manifestação de elementos que conotam uma virtude, uma forma de agir, códigos de ação, regulamentadas pelo zelo às formas de associação e regras de convivência entre seus membros para o alcance de um objetivo comum:

Vamos converter nossas ideias e aspirações isoladas em um centro poderoso de reunião, sob uma direção comum, com uma regra uniforme de conduta. Seremos uma *Sociedade de Amigos da Educação Popular* e manifestaremos nosso amor por todos os meios que a nosso alcance estiverem, segundo os

⁴⁶⁷RAMÍREZ, Carlos María. En la Sociedad de Amigos de la Educación Popular. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 21.

⁴⁶⁸Ibid., p. 22.

⁴⁶⁹Ibid., grifos nossos.

⁴⁷⁰Ibid., p. 23.

⁴⁷¹Ibid., p. 24.

recursos que a associação disponibilizar, segundo os elementos que a proteção pública nos preste, pondo sempre [...] nosso desinteresse, nossa abnegação.⁴⁷²

Os termos “amor” e “abnegação”, explicitados no trecho acima, da forma que estão sendo mobilizados em um sentido relacionado à ideia da construção da nação republicana oriental, remete-nos, inevitavelmente, a linguagens políticas vinculadas aos significados de “virtude” e “República” em Montesquieu. De forma mais específica, o filósofo político francês setecentista elaborou tais pressupostos ao tratar sobre a importância da educação para a sustentação de uma República democrática, assim como podemos verificar no trecho abaixo, referente à obra *Do Espírito das Leis* (1747):

É no governo republicano que se precisa de todo o poder da educação. O temor dos governos despóticos nasce espontaneamente entre as ameaças e os castigos; a honra das monarquias é favorecida pelas paixões e as favorece, por sua vez; mas a virtude política é uma renúncia a si mesmo, que é sempre algo muito difícil. Podemos definir essa virtude: *o amor às leis e à pátria*. Este amor, que se exige que se prefira continuamente o interesse público ao seu próprio interesse, produz todas as virtudes particulares; elas consistem apenas nesta preferência. [...] Assim, tudo depende de introduzir este amor na república; e é em inspirá-lo que a educação deve estar atenta.⁴⁷³

Da mesma forma que a “renúncia a si mesmo” poderia consistir na abnegação para a tradição cristã/católica, tal renúncia ao individualismo era um essencial componente do patriotismo sustentador de uma República. Chama-nos igualmente a atenção o uso do termo “amigos” no nome da associação recém-criada, pois conota uma linguagem relacionada à fraternidade, proposta em prol da nação republicana. Esses intelectuais construíram um “esboço” de uma República maior, a qual visavam estabelecer fora daqueles espaços de sociabilidade. Ou seja, estavam exercendo sua organização e seus contornos mais precisos por meio de tais espaços, mas objetivando sua extensão para além de seus salões de debates político-culturais.

Assim, formavam uma “República de letrados”, conforme Heloisa Murgel Starling denominou os espaços nos quais muitos escritores do século XVIII atuaram ao escreverem e agirem politicamente na América Portuguesa. Essa ligação era baseada no sentimento de pertencimento a uma comunidade de caráter republicano, além da vinculação aos valores da amizade (*philia*) e da vida política (*vita activa*). Em relação à ideia de amizade trazida a nós

⁴⁷²RAMÍREZ, Carlos María. En la Sociedad de Amigos de la Educación Popular. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 24, grifos do autor.

⁴⁷³MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Barão de. *O espírito das leis*. Apresentação: Renato Janine Ribeiro; Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, [1747], 1996, p. 46.

por Starling, a noção de *philia*, em termos de amizade civil originária na Grécia Antiga, não consistiu somente nas relações de proximidade ou intimidade propriamente ditas e passou a constituir a vida pública dos indivíduos.⁴⁷⁴

Além da intenção em utilizar esse termo no nome da nova associação, Ramírez também recorreu a associações anteriores que, da mesma forma, o fizeram, como a *Sociedad de Amigos del País*, criada na década de 1850, de modo a concebê-las como parâmetros de ideias e ação, conforme veremos adiante. Retornando à sua defesa da promoção do ensino público, expressou quais seriam as principais formas de divulgação dos ideais e empreendimentos acerca da educação popular, sendo elas a imprensa, as reuniões, e os “empenhos pessoais”.⁴⁷⁵ Para Ramírez, a “caridade” destinada à educação do povo deve ser entendida, pela sociedade, como mais do que um ato de simples generosidade abstrata, e sim como um meio de se alcançar um novo patamar de sociabilidade, de bem-estar social duradouro, para que o futuro da nação seja caracterizado pelo “sossego”.⁴⁷⁶ Nesse sentido, a educação popular, defendida pelo publicista oriental, não se limitava somente “ao de dentro”, mas também aos imigrantes:

E quando digo povo, digo nacionais e estrangeiros: todos estão interessados na educação das crianças, no desenvolvimento de suas faculdades intelectuais, no aperfeiçoamento dos seus meios de ação. É sob o teto das *escuelas comuns* onde se há de incubar e fortalecer o sentimento da nacionalidade que reúna todas as vontades e todos os corações em um mesmo propósito de civilização e progresso.⁴⁷⁷

Considerando que havia o “vazio de poder” do Estado uruguaio de então⁴⁷⁸, as associações voluntárias, as leituras públicas e os comícios ocorridos e existentes nos EUA eram considerados, por Ramírez, exemplos de ação política e como opções viáveis para a promoção da educação a nível nacional. Embora não tenha mencionado os livros com os quais teve contato a respeito de tais temas, destacou suas inspirações relativas ao âmbito educacional

⁴⁷⁴STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: A história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 94.

⁴⁷⁵RAMÍREZ, Carlos María. En la Sociedad de Amigos de la Educación Popular. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 24.

⁴⁷⁶Ibid., p. 25-26.

⁴⁷⁷Ibid., p. 26-27, grifos do autor.

⁴⁷⁸Conforme expressão de José Pedro Barran. Ver: BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Banda Oriental, 1990. Sobre essa fragilidade dos aparatos estatais no Uruguai oitocentista, Barran, em trabalho realizado a quatro mãos com Benjamín Nahum, argumenta que nenhuma instância do Estado oferecia condições de funcionamento efetivo, inclusive o setor educacional e o jurídico-administrativo. Tais limitações, segundo os autores, só seriam supridas com as relações de dependência pessoal locais, de caráter caudilhista. BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. *Historia rural del Uruguay moderno: 1851-1885*. Montevideo: EBO, 1967.

estadunidense, reforçando a necessidade de tais meios para essa finalidade, diante da desarticulação estatal oriental daquele contexto:

Tive, nesses dias, à mão alguns livros sobre educação nos Estados Unidos, e vi, por meio deles, que todas as grandes reformas que, sobre esse ponto se iniciaram lá, muito antes de ter a aprovação e a sanção dos poderes públicos, elaboraram-se e difundiram por meio das associações privadas, das leituras públicas e ainda dos comícios populares.⁴⁷⁹

Apesar de não mencionar especificamente as obras lidas a respeito do referido assunto, acreditamos que tais referências tenham sido, entre outras, as que escreveu Horace Mann, pois era um autor que também constituía o arcabouço intelectual de Ramírez, assim como ele mesmo já havia mencionado em outra passagem. Desse modo, a difusão da causa educacional deveria ser embasada pelos princípios e práticas de caráter quase sacerdotais, assim como outros pontos de suas propostas a respeito da nação a ser construída. Persistência, iniciativa, “grandeza de espírito”, fé, entusiasmo como combustíveis para o empreendimento da educação do povo, além de serem características e elementos de sustentação de uma “grande associação” em direção ao futuro republicano da nação, em detrimento da “pequenez” do desencanto e da impotência em relação a essa missão.⁴⁸⁰

Por meio de sua retórica, buscava constantemente reiterar elementos e valores, de modo a alcançar a todos os setores da sociedade uruguaia e ecoar por todas as partes da nação republicana: “O trabalho da Sociedad [SAEP] deve ser incessante para dilatar seus meios de ação, para *estender-se a todas as classes sociais e difundir-se por todo o território da República [...]*”.⁴⁸¹ Nesse sentido: “[...] a ‘Sociedade de Amigos da Educação Popular’ há de seguir a linha infinita de seu impulso, contra quais forem as forças reacionárias que pretendam detê-la em seu caminho”.⁴⁸²

A iniciativa de Ramírez, Varela e Fernández encontrou respaldo junto a outros pioneiros, subscritores da nova empreitada pública⁴⁸³, os quais constituíram uma Comissão Provisória. Essa foi composta, além dos supracitados, por José Sienra Carranza, Eduardo Brito

⁴⁷⁹RAMÍREZ, Carlos María. En la Sociedad de Amigos de la Educación Popular. In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 28.

⁴⁸⁰Ibid.

⁴⁸¹Ibid., p. 29, grifos nossos.

⁴⁸²Ibid., aspas do autor.

⁴⁸³A partir do que podemos verificar na Ata de Fundação da SAEP, assinaram o referido documento de inauguração dessa associação mais de 100 escritores, professores, publicistas e artistas do período, reunidos no salão de Instrução Pública do *Club Univeristario*. FUNDACIÓN DE LA SOCIEDAD DE AMIGOS DE LA EDUCACIÓN POPULAR (maiúsculas no original). Acta de instalación (1868). In: PALOMEQUE, Agapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo: Cámara de Representantes da República Oriental del Uruguay, 1990a, p. 387.

del Pino, Eliseo Outes, Carlos Ambrosio Lerena, Francisco Antonio Berra, Jacobo Varela, Alfredo Vásquez Acevedo, Emilio Romero, Lúcio Rodríguez, entre outros, responsáveis pela administração financeira da associação e submetida à aprovação de uma Comissão Fiscal⁴⁸⁴, visando, assim, a uma transparência entre seus membros.

Quase um mês após sua inauguração, no *Club Universitario*, foi criado o Estatuto da SAEP na primeira reunião oficial da associação, que contou com pouco mais de cem pessoas, as quais deram continuidade ao que foi proposto por Varela, Ramírez, Fernández e outros anteriormente. Desse modo, reiteraram tais objetivos no Artigo 1º do Estatuto da SAEP, que dizia: “[...] A Sociedad de Amigos da Educação Popular tem por objeto propender ao avanço e desenvolvimento da educação do povo em todo o território da República”.⁴⁸⁵

De fato, houve a criação de outras associações ligadas à SAEP pelo interior do país, algo como “sucursais” daquela inicialmente criada na capital, Montevideu, por Ramírez, Varela e Fernández. Alguns exemplos dessa extensão, pelo território oriental, foram a inauguração da SAEP do departamento de Nueva Palmira e de Carmelo.⁴⁸⁶ Além disso, o Estatuto não fazia distinção de condição social ou de nacionalidade como requisitos para ser sócio da associação⁴⁸⁷ e, também, previa uma gestão desse espaço que se pretendia democrática, sendo que cada membro teria um voto em cada reunião.⁴⁸⁸

Os integrantes e colaboradores da SAEP atuaram tanto materialmente para a criação e construção de escolas, quanto intelectualmente para essa finalidade, publicando trabalhos sobre sistemas, métodos e materiais de ensino. Dentre os trabalhos produzidos pela associação, podemos destacar os elaborados por Ramírez e Varela: *Sistemas y métodos de Ensino* e *Edifício para La escuela* que, por sua vez, não foi publicado, tendo permanecido na forma original manuscrita. Essas obras foram, conforme pontua Giorgi, as pioneiras no sentido pedagógico

⁴⁸⁴FUNDACIÓN DE LA SOCIEDAD DE AMIGOS DE LA EDUCACIÓN POPULAR (maiúsculas no original). Acta de instalación (1868). In: PALOMEQUE, Agapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo: Camara de Representantes da República Oriental del Uruguay, 1990a, p. 387-388.

⁴⁸⁵ESTATUTOS DE LA SOCIEDAD DE AMIGOS DE LA EDUCACIÓN POPULAR (maiúsculas no original). Sancionados en la reunión general del 60 de octubre de 1868. In: PALOMEQUE, Op. cit., p. 391.

⁴⁸⁶A íntegra das atas foi publicada nos números 27 e 28 do diário *La Paz*, referentes aos dias 05 e 06 de janeiro de 1870, respectivamente, periódico então criado e dirigido por José Pedro Varela, conforme nos informa Diógenes de Giorgi. Apud GIORGI, Diógenes de. *El impulso educacional de José Pedro Varela* (Orígenes de la reforma escolar). Montevideo: Impresores A. Monteverde & Cia, 1942, p. 143-146.

⁴⁸⁷Conforme o Artigo 4º da SAEP, que dizia: “Pode formar parte da Sociedad toda pessoa, quaisquer que sejam sua nacionalidade, posição ou fortuna”. ESTATUTOS DE LA SOCIEDAD DE AMIGOS DE LA EDUCACIÓN POPULAR (maiúsculas no original). In: PALOMEQUE, Op. cit., p. 391.

⁴⁸⁸Assim como consta em seu Artigo 6º: “Cada sócio terá um voto nas reuniões gerais da Sociedad, para os fins que mais adiante se expressarão”. ESTATUTOS DE LA SOCIEDAD DE AMIGOS DE LA EDUCACIÓN POPULAR (maiúsculas no original), Op. cit., p. 391.

propriamente dito no país.⁴⁸⁹ Nesse documento, constou o que, ao que tudo indica, teriam sido as bases político-pedagógicas principais para a reforma educacional impulsionada pela associação, as quais utilizaram o conceito de “sistema” de modo inspirado nos postulados teóricos elaborados por Sarmiento.⁴⁹⁰

O ritmo intenso de criação das escolas e bibliotecas populares não foi constante, mas tais espaços públicos não deixaram de ser inaugurados. A associação havia decidido instalar a primeira escola em Las Piedras, cidade localizada no departamento de Canelones, próxima a Montevideu. Aqui chamamos a atenção para uma provável simbologia histórica desse fato. A referida escola foi batizada com o mesmo nome de uma das batalhas mais emblemáticas vencidas por José Artigas, ainda no contexto das guerras de independência em relação à Espanha, em 1811, a qual teria aberto o caminho para a independência da então Banda Oriental.⁴⁹¹ É como se, ao se decidirem por fundar a primeira escola nessa localidade, Ramírez e seus companheiros intencionassem uma forma material e simbólica de, também, refundar a nação republicana, assim como Artigas teria sido o precursor desse feito, ainda no período independentista.

No entanto, devido às conturbações políticas no interior do país, causadas pelos eventos preliminares da *Revolución de Las Lanzas* no mesmo período, a inauguração da Escola de Las Piedras teve que ser postergada, conforme nos informa um dos próprios então integrantes da SAEP no mesmo contexto, Francisco Berra.⁴⁹² Quando a situação se acalmou, foi possível inaugurar a primeira escola na capital, em 1869, que foi batizada com o nome do já falecido ex-presidente, Elbio Fernández, a qual abriu caminho para outras inaugurações tanto em Montevideu quanto pelo país todo, nos dois anos seguintes, com destaque para a escola do

⁴⁸⁹GIORGI, Diógenes de. *El impulso educacional de José Pedro Varela* (Orígenes de la reforma escolar). Montevideo: Impresores A. Monteverde & Cia, 1942, p. 79.

⁴⁹⁰Conforme Ramírez e Varela explicitaram, discursando sobre seu *Sistemas y métodos de enseñanza* em uma reunião da SAEP, em 1869: “*Chama-se sistema, diz Sarmiento, o método geral de uma escola, o seu mecanismo interno, sua tática, por assim dizer, e o método propriamente dito, o modo especial, os diversos ramos que constituem a instrução*”. RAMÍREZ, Carlos María; VARELA, José Pedro. *SISTEMAS Y MÉTODOS DE ENSEÑANZA* (maiúsculas no original). Informe de los señores don José Pedro Varela y don Carlos María Ramírez. In: PALOMEQUE, Agapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo: Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 1990a, p. 409.

⁴⁹¹Sobre este e outros eventos da independência uruguaia, ver, por exemplo: PARÍS DE ODDONE, M. Blanca. Presencia de Artigas en la Revolución del río de la Plata (1810-1820). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 65-85.

⁴⁹²No entanto, Berra trouxe essas informações detalhadas 20 anos depois, em um momento em que Varela já havia falecido e no qual Ramírez já se ocupava de outras atividades político-intelectuais. BERRA, Francisco Antonio. Noticia de José Pedro Varela y su participación en la Reforma Escolar del Uruguay (1888). In: PALOMEQUE, Agapo Luis (Comp./Org.). *La Legislación Escolar*. Obras de José Pedro Varela (I). Con biografías de Manuel Herrero y Espinoza e Francisco Antonio Berra. Montevideo: Editorial Salamandra/Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 1989, p. 337-365.

departamento de *Treinta y Tres*.⁴⁹³ Outro ato simbólico, a nosso ver, lembrando que o nome desse departamento também remete aos heróis da Cruzada Libertadora de 1825, sobre a qual trabalhamos no capítulo 1.

A ação da SAEP também alcançou, de fato, o interior do país, conforme as aspirações de Ramírez, Varela e os demais colaboradores da associação. Ao longo da década de 1870, foram criadas escolas nos departamentos de Durazno, Florida e Paysandú, por exemplo. Nesse último departamento uruguaio, a SAEP construiu mais de 10 escolas, urbanas e rurais, apesar da grande falta de comunicação entre tais regiões interioranas e Montevidéu.⁴⁹⁴ Enfim, a SAEP foi uma associação que visou ao alcance da maior parte possível do território uruguaio, por meio da criação de escolas e bibliotecas, enquanto espaços físicos públicos e de interesse público da nação republicana oriental a ser construída.

2.4. Ensaísmo, mediação e unidade nacional em *La Guerra Civil y los Partidos de la República Oriental del Uruguay* (1871)

Após voltar da guerra civil, em 1871⁴⁹⁵, Ramírez se pôs a escrever e publicar o seu *La Guerra Civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay: Profesion de fe que dedica a la juventude de su pátria*⁴⁹⁶, escrito esse que não foi publicado pelas páginas do jornal *El Siglo*, para o qual colaborou por alguns anos, mas que foi impresso em suas dependências tipográficas e foi vendido a 50 centavos. Alguns periódicos e intelectuais da época o consideraram um “folheto”. Contudo, Ramírez deixou claro, na “*Advertencia*” que prologa o

⁴⁹³GIORGI, Diógenes de. *El impulso educacional de José Pedro Varela (Orígenes de la reforma escolar)*. Montevideo: Impresores A. Monteverde & Cia, 1942.

⁴⁹⁴Ibid., p. 128. Em trabalho anterior, resultante de nossa dissertação de mestrado, realizamos um estudo mais aprofundado a respeito dos debates e polêmicas relativas à educação popular na segunda metade do século XIX uruguaio, focado na atuação político-intelectual do “reformador” José Pedro Varela (1845-1879), nas quais Ramírez também se envolveu, e que tangenciam parte das discussões que também realizamos neste capítulo. Ver: DIANA, Elvis de Almeida. *Educação pública e política em José Pedro Varela no Uruguai do século XIX*. 1ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

⁴⁹⁵Conforme nos informa José Rilla, Ramírez, além de desfiliar-se do *Partido Colorado* após as experiências traumáticas vividas na guerra civil, também deixou de colaborar com o jornal *El Siglo* após dois anos. O motivo do distanciamento em relação a esse periódico foi o fato de que, embora os redatores e a maioria dos seus articulistas terem sido de orientação *fusionista* e, depois, *principista*, majoritariamente ainda continuavam sob a inclinação *colorada* nos momentos que esse partido retomava certa hegemonia política. Foi quando intensificou suas críticas aos partidos ou “bandos” tradicionais por meio de seus escritos e de *La Bandera Radical*, principalmente, em 1871. RILLA, José. La tradición contra los partidos en el Uruguay. *História* (São Paulo), n. 23, v. 1-2, 2004, p. 173. Trataremos melhor sobre as propostas de Ramírez a respeito da “ideia radical” mais adiante.

⁴⁹⁶RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay: profesión de fe que dedica a la juventud de su patria*. Montevideo: El Siglo, 1871.

texto, sua opção por publicá-lo em formato de “livreto” ao invés de artigos periódicos na imprensa diária de então.⁴⁹⁷

Ou seja, agiu de modo contrário do que fez Sarmiento, uma de suas maiores referências intelectuais, com o seu *Facundo* inicialmente, assim como já vimos. Nessa mesma seção, explicitou que a obra seria enviada a destinatários das duas margens do Rio da Prata e que o dinheiro resultante das vendas seria “[...] destinado à *educação comum* da República”.⁴⁹⁸ Desse modo, acreditamos que, na verdade, esse escrito foi mais um ensaio político-social do que um folheto ou “livreto” propriamente ditos. No entanto, para não nos estendermos na discussão sobre o ensaio na América Latina, entendemos, grosso modo, que o gênero, na região, serviu como modo de experimentação para além da forma disciplinada da escrita, no qual constaram as propostas acerca da nação e das identidades a serem construídas após finalizadas as independências e em meio ao advento da modernidade.⁴⁹⁹

Nesse sentido, acreditamos ser válido destacar a seguinte passagem proferida por Ramírez, já ancião, sobre como o seu ensaio, mencionado no parágrafo anterior, teria sido um “divisor de águas” em sua trajetória, em termos de rompimento definitivo com os laços partidários que havia tido até o final da década de 1860, e o início de uma atuação em prol da união/unidade nacional:

O livreto “La Guerra Civil y los Partidos de la República Oriental del Uruguay”, dado à luz em 1870⁵⁰⁰, quando tinha eu pouco mais de vinte anos, contém as páginas que escrevi com mais intensidade de pensamento e mais calor de coração. *Nelas, ficou traçado o rumo definitivo da minha vida.*⁵⁰¹

⁴⁹⁷RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*: profesión de fe que dedica a la juventud de su patria. Montevideo: El Siglo, 1871.

⁴⁹⁸Ibid., seção não paginada.

⁴⁹⁹A partir das indicações teórico-metodológicas dos seguintes autores, os quais se dedicam especificamente à análise sobre a ensaística na América Latina entre os séculos XIX e XX: MAÍZ, Claudio (Org.). *El ensayo latinoamericano*. Revisiones, balances y proyecciones de un género fundacional. 1ª ed. Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras, U. Cuyo, 2010; RAMAGLIA, Dante. Modernidad cultural y políticas del lenguaje en la historia del pensamiento latinoamericano. In: JALIF DE BERTRANOU, Clara Alicia [et al]. *ACTAS V Congreso Interoceánico de Estudios Latinoamericanos II Congreso Internacional de Filosofía y Educación en Nuestra América América Latina: movimientos intelectuales, manifiestos y proclamas*. Mendoza, Argentina: Instituto de Filosofía Argentina y Americana/Facultad de Filosofía y Letras Universidad Nacional de Cuyo, 2016; RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Tradução: Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008; MANSILLA, H. C. F. La ensayística latinoamericana como filosofía política. *Ciencia y Cultura*, n. 38, p. 59-82, junio, 2017.

⁵⁰⁰No ensaio que temos em mãos, enquanto fonte histórica, consta que a sua publicação se deu em 1871, e não em 1870, como atestou Ramírez. RAMÍREZ, Op. cit.

⁵⁰¹Tivemos conhecimento deste trecho por meio de sua citação feita por Raúl Montero Bustamante no prólogo que escreveu para a compilação de alguns dos escritos de Ramírez, intitulado *Páginas de Historia*. MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Ministerio de Educación y Cultura. Montevideo, 1978, p. XXXIII, grifos nossos, aspas do autor. No entanto, Montero Bustamante não referenciou a fonte na qual consta o referido excerto e não conseguimos encontrar esse e outros escritos autorreferencias em nenhuma das fontes históricas que analisamos.

De fato, é possível notarmos que, a partir da publicação desse ensaio, a atuação político-intelectual de Ramírez se voltou totalmente à causa *principista* e constitucionalista⁵⁰² a partir de então, conforme veremos melhor adiante. Tal reorientação foi norteada, principalmente, por um projeto de unidade política e de construção nacionais que ele defendeu, sem termos a intenção de cometer algum exagero, até o final de sua vida, em maior ou menor grau.

Aqui, ao tratarmos sobre a valorização que Ramírez atribuiu ao ato de escrever e publicar suas propostas, acreditamos ser relevante dialogar com o que Julio Ramos argumenta sobre as relações entre a escrita e a modernização em Sarmiento, intelectual esse que, como já vimos, foi um considerável referencial para o publicista uruguaio. Focando na atuação político-intelectual do escritor argentino, Ramos defende que o ato de escrever teve o significado de “ordenar” e “modernizar”. Assim, essa ação seria “[...] um exercício prévio e determinante dessa virtual modernização”, além consistir em uma intenção de mediação entre a “civilização” e a “barbárie”, ou, melhor, entre a escrita e a oralidade popular, de modo a abranger o outro e incluí-lo no projeto de construção nacional.⁵⁰³

Desse modo, concordando com a análise de Ramos sobre as potenciais mediações de Sarmiento, acreditamos que Ramírez tenha realizado algo semelhante em suas propostas de união e pacificação nacionais, embora esse não tenha tratado tão especificamente sobre o *gaucho* como fez Sarmiento. Apesar de não focar em um grupo social específico, o publicista uruguaio destacou a situação político-social causada pela violência das guerras civis, nas quais esses grupos mais populares participaram sob a liderança dos caudilhos partidários, “isentando-os” de responsabilidade, a nosso ver.⁵⁰⁴

Desse modo, entendemos que o ato de escrever, para Ramírez, também possuiu essa função mediadora no que tange à intenção de dar espaço, em suas publicações, à voz do outro, ou outros, ao mesmo tempo participantes e vítimas desses conflitos, fossem esses os setores rurais ou membros de outro grupo social. Como ex-combatente na linha de frente, Ramírez, em seus textos, escreveu não somente a partir de sua própria experiência, mas também intencionou

Além disso, apesar de já termos pesquisado nos catálogos de várias bibliotecas e arquivos, não conseguimos ter conhecimento de outras fontes sobre a trajetória de Ramírez.

⁵⁰²No capítulo 3, tratamos, de modo mais aprofundado, sobre o constitucionalismo em Ramírez.

⁵⁰³RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Tradução: Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 35.

⁵⁰⁴No capítulo 4, tratamos sobre como Ramírez repensou essa sua visão acerca do caudilho e do caudilhismo, pois, a nosso ver, o intelectual uruguaio matizou o papel de tais líderes políticos quando focou no processo de independência uruguaia, mais especificamente na atuação histórica de José Artigas, o “caudilho oriental”.

realizar um esforço de alteridade⁵⁰⁵, ao ter visto e “ouvido” o sofrimento de terceiros e expressá-lo por meio de sua pluma.⁵⁰⁶

Percebemos todos esses elementos próprios da obra do intelectual argentino nos escritos do publicista oriental. Embora tivesse sua formação universitária e buscasse, em muitos momentos, embasamento nas teorias políticas de seu contexto ou precedentes a ele, Ramírez transitava entre os dois polos mencionados anteriormente. Recorria, de igual modo, à linguagem acadêmica mais “sisuda” e à mais espontânea, essa marcada pelas sensibilidades e “impulsos do mundo da vida”⁵⁰⁷, além dos aspectos “sagrados” da religião católica praticada majoritariamente pelo povo uruguaio, como já percebemos em outros momentos e ainda veremos novamente ao longo deste e dos demais capítulos.

Desse modo, a partir de um civismo quase “religioso”, Ramírez se colocava como um “apóstolo” dessa causa política, reforçando o que vimos defendendo a respeito de um valor intensificado por ele após seu retorno da guerra e que servia de substrato para a sua ação de caráter “missionário” em prol da unidade nacional. Sua forma de expressar tal princípio nos remete à expressão do “patriotismo religioso” contido na atuação do prócer José Gervásio Artigas, ainda durante a independência da Banda Oriental em relação à Espanha nos anos 1810 e apontado por Gerardo Caetano.⁵⁰⁸ Conforme explicitou, mais uma vez:

Sobre todas as afeições de meu espírito, senti sempre dominar o patriotismo como a fórmula mais alta dos deveres humanos [...]; ainda na idade precoce dos estudos, lancei-me ao combate dos bandos e cobri de poeira sangrenta a testa, a qual só deveria ambicionar os triunfos universitários; com a preparação do *catecúmeno*, exerci o *apostolado político*, de meus concidadãos.⁵⁰⁹

⁵⁰⁵ Ainda com base no diálogo que estabelecemos com Julio Ramos. RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Tradução: Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

⁵⁰⁶ Conforme buscamos mostrar ao longo desse capítulo, tal ação de mediação de Ramírez, no sentido de intermediar a “civilização e a barbárie” ao “ouvir” a voz do outro, e divulgá-la por meio da escrita pública, esteve presente não somente neste ensaio, mas também em outros pontos de sua trajetória.

⁵⁰⁷ Conforme a expressão utilizada por Avritzer e Costa em sua análise sobre as propostas de Habermas acerca da esfera pública. Ver: AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 69. Para uma revisão historiográfica densa a respeito da mobilização do conceito de esfera pública de modo a pensar as realidades dos países latino-americanos ao longo da história, em consonância com as categorias de classe, gênero e etnia, ver: PICCATO, Pablo. A esfera pública na América Latina: um mapa da historiografia. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n. 1, p. 6-42, jan.-jun., 2014.

⁵⁰⁸ CAETANO, Gerardo. La Pátria resignificada tras los “lenguajes del Patriotismo”. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 219.

⁵⁰⁹ RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay: profesión de fe que dedica a la juventud de su pátria*. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 5-6, grifos nossos.

Tais enunciações de Ramírez também nos fazem considerar, mais uma vez, a relação que Montesquieu fazia entre virtude cívica e patriotismo como a síntese maior do que deveria ser uma República.⁵¹⁰ De modo complementar, algo que remetia, também, à virtude da ação frente aos vícios estagnantes: “Os povos perdoam os erros. É a abjeção o que os povos não perdoam. *Homem de trabalho* que não consegue fazer fecundo teu suor é sempre digno de respeito; *só são desprezíveis os ociosos que não acatam a lei do esforço e a fadiga*”.⁵¹¹ Percebemos, assim, que sua defesa era em relação a uma vida política ativa, rejeitando o ócio que, por sua vez, não levaria à reconstrução nacional uruguaia.

Desse modo, aqui fazemos uma relação entre a ideia do “homem de trabalho”, que pressupunha ação pública, dotado dos valores renascentistas das repúblicas italianas dos séculos XIV e XV, e seu respectivo humanismo cívico, que surgia naquele contexto. Assim como a ideia de amizade civil grega, ou *philia*, a qual percebemos no nome da *Sociedad de Amigos de La Educación Popular*, a vida política – ou *vita activa* – também estava ligada aos valores republicanos e à cidadania, pois o termo

[...] serviria para identificar a adoção, por parte do indivíduo, de uma determinada maneira de viver aberta aos problemas da comunidade, privilegia a sua decisão de participar do debate sobre a definição dos interesses da cidade e considera a superioridade de uma vida política sobre o advento da vida contemplativa proposta pelos valores morais do cristianismo.⁵¹²

Em um tom de verdadeiro diagnóstico político e social da realidade uruguaia daquele momento, Ramírez ressaltou que a Pátria só devia à Guerra Civil “males sem medida”: a destruição da indústria e das riquezas; a miséria e despovoação dos campos, o que distanciava capital e trabalho na região; a estagnação das cidades e dos empregos, o que gerava crimes como roubo e pilhagens; a “decadência das letras”; a “degradação dos partidos”, o que fazia diminuir o tamanho dos seus próprios “próceres” históricos; a “ferocidade dos costumes”, que aumentava a “barbárie” e o “horror”.⁵¹³ A nosso ver, expressava o que poderiam ser elementos recorrentes e comuns de várias guerras civis já deflagradas no Uruguai, mas também tratava sobre sua própria experiência, no conflito que ocorria naquele mesmo contexto:

[...] eu vi bem de perto o monstro da guerra civil na República! Segui os passos de um exército e observei as pegadas que deixava o outro. Também vi as

⁵¹⁰Conforme já vimos anteriormente.

⁵¹¹RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*: profesión de fe que dedica a la juventud de su patria. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 6, grifos nossos.

⁵¹²STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia*: A história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 97.

⁵¹³RAMÍREZ, Op. cit., p. 8.

*montoneras*⁵¹⁴ de ambas as partes escondendo-se nos bosques ou fugindo entre as serras para propagar as ruínas e o espanto sobre as redondezas das comarcas indefesas.⁵¹⁵

Sua observação sobre o cotidiano da guerra civil, enquanto um combatente, era utilizada de modo a contribuir com tais apelos contra a violência e pela união. Nem a “nacionalidade” era poupada de tais hostilidades: “Deve-lhe até o martírio lento de sua *nacionalidade*, que crucificada com um braço na anarquia e outro do despotismo, bebe o fel e o vinagre dos sarcasmos insultantes com que a humilha e vilipendia o estrangeiro”.⁵¹⁶ Percebemos recursos linguísticos ligados, mais uma vez, ao âmbito religioso, mais especificamente ao do martírio de Cristo, o que conotava a agonia sofrida pela nação oriental. Por outro lado, também poderia significar o “sacrifício” de Cristo pela humanidade, assim como os orientais deveriam realizar pela sua pátria, ou melhor, pela nação republicana uruguaia.

Também é digno de nota o fato de que Ramírez, recorrentemente, ao invés de se utilizar do termo “país”, mobilizava o termo “República”, como se ambos fossem uma coisa só e até se confundissem. Além disso, apontava como alguns “vícios”, que estariam ligados à violência constante, não condiziam com a ideia e os hábitos republicanos, de caráter coletivo e público: “A exceção de quatro ou cinco pontos [...] onde a autoridade conserva seu império, todo o território da República se encontra abandonado às *violências da força e da paixão individual*”.⁵¹⁷ E continuou: “A polícia, a justiça, o ensino, a administração rentista e até a sociabilidade desapareceram ou vão desaparecendo por completo”.⁵¹⁸

Nada mais preciso que esses trechos para nos mostrar que a realidade sobre a qual Ramírez narrou era de total desarticulação da nação oriental, a qual aspirava ser republicana, mas que não conseguia se desvencilhar dos “vícios” e dos “excessos individuais”, em detrimento das práticas de civilidade e dos anseios e interesses comuns.

A “honra” e a “moral” das famílias também estavam comprometidas com a guerra. Ao tratar sobre as mulheres que ficaram sozinhas devido a ida dos maridos e filhos para as batalhas, ou às suas mortes nos conflitos, a “virtude” do lar estava ameaçada, pois as mães de família ficavam “vulneráveis” a qualquer “libidinoso” – utilizado aqui no sentido de assediador por

⁵¹⁴O termo *montonera* diz respeito às formações militares de caráter irregular atuantes nas áreas rurais da região platina do século XIX, e, grosso modo, foram organizadas pelos caudilhos partidários em meio às guerras civis daquele contexto. Ver: RODRÍGUEZ, Júlio C. *Las montoneras y sus caudillos. Enciclopedia Uruguaya*. Montevideo: Editorial Arca, 1968.

⁵¹⁵RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay: profesión de fe que dedica a la juventud de su patria*. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 9, grifo nosso.

⁵¹⁶Ibid., p. 8, grifo nosso.

⁵¹⁷Ibid., p. 10, grifos nossos.

⁵¹⁸Ibid.

Ramírez, a nosso ver –, que rondava as residências interioranas. Ou que se aproveitavam, inclusive, da solidão das mães de família para assediá-las e tentar induzi-las ao adultério, quase que da mesma forma que os países vizinhos, Brasil e Argentina, ainda o faziam em relação ao Uruguai no mesmo contexto e ao longo do século XIX⁵¹⁹, conforme já apontamos. Eram fatos que também colocavam, no entender do publicista oriental, o futuro da nação em risco moral. Enfim, a nação deveria ser inviolável em todos os âmbitos:

As mulheres estão abandonadas e sós como uma reunião imensa de viúvas e de órfãs; abandonadas e sós entre as desordens da luta armada; *a santidade do lar* fica à mercê do primeiro libidinoso que ata seu cavalo sob a ramada das casas. *Toda uma geração nasce sob os auspícios da profanação e a libertinagem. Filhos da guerra civil, que nome, que herança, que vida oferecem ao futuro da pátria?* O desencanto e o desespero ganharam os espíritos como o sentimento popular de nossa época.⁵²⁰

A geração na qual se depositaria a força moral da continuidade da construção nacional não poderia ser fruto de “desvios morais” e/ou “abusos”. No lugar da esperança de novos começos, só restava desencanto e desespero. E, como forma de manter um espaço discursivo aberto para a *voz do outro*, recorreu ao relato de uma mulher, cujo nem nome, nem local de origem foram mencionados por ele, mas a qual questionava tal situação:

Na presença de tantos sofrimentos que impõem aos Orientais o açoite da discórdia, uma mulher humilde exclamava com o acento da convicção mais íntima: - *Eu não sei por que as mães, em vez de fazer batizar os seus filhos, não os afogam ao nascer!* Palavras comoventes que me fizeram meditar muitos dias sobre as desgraças que inquietam os meus compatriotas.⁵²¹

Essas palavras da mulher anônima, mencionadas por Ramírez, poderiam muito bem ter sido ditas em alguma das ocasiões do cotidiano da guerra civil, vivenciadas por ele, enquanto ainda combatia no interior do país. Ao dar espaço à voz da mulher desesperada e desencantada com o futuro da nação, Ramírez buscava comover os leitores. Uma retórica que misturava os usos discursivos de linguagens que remetiam a sentimentos, de modo a contribuir para a compreensão de suas propostas de pacificação, unidade e construção nacionais. Linguagens que conotavam desamparo, angústia, desesperança, medo da violação e da humilhação, as quais

⁵¹⁹Sobre os exemplos de investidas estrangeiras no Uruguai ao longo do século XIX, ver BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990; CAETANO, Gerardo. *Identidad nacional y imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario*. In: ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo. *Identidad uruguaya: ¿mito, crisis o afirmación?* 3ª. ed. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993, p. 75-96.

⁵²⁰RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay: profesión de fe que dedica a la juventud de su pátria*. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 11, grifos nossos.

⁵²¹Ibid., grifos nossos.

foram enunciadas a partir de um substrato político e que consistiram em uma ação mediadora entre a oralidade popular e a escrita na esfera pública. Enfim, a oralidade popular que deveria ser publicada, divulgada, por meio da escrita.

Uma tamanha convulsionada situação que até os brasileiros se aproveitavam dela para se beneficiarem economicamente, buscando deixar evidente a ainda inexistente soberania nacional da República Oriental que diagnosticava naquele contexto: “Para tornar ainda mais escuros os horizontes [...], bandos de brasileiros armados⁵²² aos quais uns e outros abrem as portas da pátria, hoje com uma divisa e amanhã com a outra, recorrem por todos os lados da fronteira e prosperam com nossas convulsões [...]”⁵²³

Eram momentos que moldavam, também, a sua percepção sobre o tempo e ressaltavam a incerteza trazida a respeito da permanência das instabilidades políticas das guerras civis: “*Aqui, onde nada é estável e perene, será estável e perene tanto infortúnio? Todo o futuro de minha pátria na guerra civil se encerra? A guerra civil ontem, amanhã e sempre?*”⁵²⁴ Podemos perceber que Ramírez, em sua busca por algo que fosse duradouro e estável, utilizava um tom quase dramático e desesperançoso em relação ao futuro da nação, marcado por um passado político violento que ainda se fazia perceptível em seu contexto. Nesse sentido, toda possibilidade contratual daquilo que concebia como justiça e organização institucional moderna, estável e “racional” ainda não poderia se materializar, pois tudo ainda era movido pelas “paixões de partido”. Indicava, desse modo, o terreno do “passado presente” em tensão com o “futuro presente”, conforme os termos de Koselleck.⁵²⁵

Tais paixões partidárias, por sua vez, conotavam interesses individuais e não coletivos, distantes do bem comum que deveriam ser próprios da “nação”/“pátria” republicana projetada. Havia uma incompatibilidade clara entre a existência dos partidos, como eram naquele momento, e uma sociedade/ordenamento político-jurídico democrático e harmônicos:

Fora de seu tempo, dos sucessos que lhes deram vida, dos erros que os fizeram necessários, os partidos atuais são inconciliáveis com os primordiais elementos da sociedade e do Estado. Inconciliáveis com o espírito das

⁵²² Acreditamos ser necessário destacarmos as diversas investidas do Brasil nos assuntos uruguaios até parte da segunda metade do século XIX. Respaldaado pelas tratativas de paz que protagonizou durante a finalização da *Guerra Grande*, a partir de 1851, o Império brasileiro passou a “tutelar” os orientais e a ter o direito de arbítrio a respeito das questões políticas desse país nas décadas seguintes. Havia, inclusive, o interesse de Paulino Soares de Souza (o Visconde do Uruguai) em fazer com que o Uruguai fosse restaurado à condição de Cisplatina. Ver: BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Banda Oriental, 1990.

⁵²³ RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay: profesión de fe que dedica a la juventud de su patria*. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 11.

⁵²⁴ *Ibid.*, p. 20.

⁵²⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006, p. 287.

instituições democráticas. Inconciliáveis com o desenvolvimento dos interesses materiais. Inconciliáveis com *as formas cultas da sociabilidade*. Inconciliáveis com *a estabilidade da ordem pública*. Inconciliáveis com o *princípio da nacionalidade*.⁵²⁶

São recorrentes os usos dos termos “sociabilidade” e “nacionalidade” de forma correlacionada, ligados tanto à ideia de harmonia político-social, quanto à que remetia à estabilidade e consolidação institucionais do Estado oriental, ambas dotadas, em Ramírez, de valores cívicos e virtuosos, em detrimento das “paixões de partido”, de caráter individual. Para além da “estabilidade da ordem pública”, então inviabilizada pela existência dos partidos, havia, também, o relevo dado por Ramírez ao fato de que não poderia haver a associação entre “as formas cultas de sociabilidade”, as quais Ramírez indicou ter concebido como elementos de civilidade, harmonia política e o “princípio da nacionalidade”. Dito de outro modo, a “ordem pública”, a “sociabilidade culta” e o “princípio da nacionalidade” eram componentes de uma estabilidade política responsável pela sustentação da nação, e tudo isso era avesso às práticas políticas dos partidos de então, vistas como “bárbaras” e faccionais.⁵²⁷

Para reforçar suas ideias e os modos de se mobilizar tais linguagens e conceitos, recorreu ao lema máximo da Revolução Francesa – e fez isso em outros momentos também, como veremos adiante. No entanto, utilizando a metáfora da família, que remetia à ideia de nação, e dos irmãos, os quais seriam os partidos, além da recorrência aos elementos religiosos como o “altar”, afirmou que tais agrupamentos políticos não seguiam tal “fórmula divina”:

O lema da democracia é o que ostenta essa República sublime cuja influência converte os supremos desastres da França em fonte de regeneração e de grandeza: LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE. [...] Como os ímpios profanam e pisoteiam o altar, os partidos de minha pátria escarneceram e destroçaram essa fórmula divina [...]. Liberdade, igualdade, fraternidade - tudo foi negado pelo partido ao partido na pátria, *assim como o irmão que nega ao irmão a mesa, a cama e o calor do fogo no lar* [...] os partidos de um país republicano apuram os refinamentos da intolerância e da força para negar entre si a menor coparticipação em todos os cargos e em todos os homens da organização política e civil. Grande satisfação e grande vitória se cada partido consegue ter fechado ao outro as portas do Poder Executivo, da Magistratura Judicial, da Municipalidade, do Júri, da carreira militar, e até das Universidades [...].⁵²⁸

Naquela conjuntura, talvez a maior questão, para Ramírez, teria sido a seguinte: “Como encontrar então, nesse horrível caos de antagonismos e de choques, a grande unidade moral que

⁵²⁶RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*: profesión de fe que dedica a la juventud de su patria. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 25, grifos nossos.

⁵²⁷Ibid., p. 26.

⁵²⁸Ibid., p. 26-27, maiúsculas no original, grifos nossos.

serve de fundamento ao exercício das instituições democráticas? Como encontrar O POVO?”.⁵²⁹ De fato, era uma pergunta difícil de ser respondida, ainda mais se levarmos em consideração que as condições de sociabilidade política, de coesão nacional e de estabilidade pública estavam muito comprometidas há tempos. Isso fica evidente quando recorremos aos números que o próprio Ramírez nos traz: em menos de 20 anos, 7 conflitos civis, convulsões protagonizadas pelos partidos que “[...] vivem fora das instituições, fora do progresso, fora da sociabilidade [...]”.⁵³⁰

Ou seja, para Ramírez, as práticas políticas dos partidos de então remetiam a tudo o que era contrário aos elementos próprios de uma nação republicana e da modernidade política: as instituições, o progresso e a sociabilidade (que, aqui, estava relacionada com a ideia de nação). Tais percepções de Ramírez nos lembra o que afirma Koselleck sobre o conceito de “progresso” ter sido “especificamente talhado para gerir experiências modernas; ou seja, as experiências tradicionais passam a ser ultrapassadas pelas experiências novas [...]”.⁵³¹ E, em Ramírez, “progresso”, da mesma forma que as instituições e a sociabilidade, pressupunham indicadores de seu projeto de nação política moderna. Nesse sentido, para que a viabilidade da pátria, essa enquanto depositária de uma unidade política harmônica, fosse respeitada,

Não basta um mesmo solo, uma mesma língua, uma mesma religião e uma mesma raça para constituir a nacionalidade de um povo. Esse solo charmoso, que deveria ser o vínculo propício de todos os interesses pacíficos, converteu-se em fácil teatro de sanguinárias lutas. Essa língua sonora, destinada a transmitir as expressões do trato social e das letras, é o terrível emissário de ofensas e recriminações eternas. Essa religião, essa religião de paz e de clemência que ensinava Cristo, cedeu sua influência a uma religião de guerra e de extermínio que os partidos se ensinam mutuamente. E essa raça generosa que, *unida como uma só família* pudesse ter crescido em ciência e em riqueza e em poder sob os auspícios do trabalho e da paz, arruína-se, degrada-se e se extingue em heroicos sacrifícios das guerras civis criminosas, como se essa raça estivesse predestinada a morrer pelo exagero de suas mais relevantes qualidades.⁵³²

Nesse sentido, era preciso uma “[...] suprema unidade moral, indispensável à existência e à força das nacionalidades”, sendo essa, ainda, uma “Unidade de sentimentos, de ideias e de glórias que recebe sua consagração e sua forma no culto sublime da pátria. Essa *unidade*

⁵²⁹RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*: profesión de fe que dedica a la juventud de su patria. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 28, maiúsculas no original.

⁵³⁰Ibid., p. 32.

⁵³¹KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos*: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Tradução: Markus Hediger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 170.

⁵³²RAMÍREZ, Op. cit., p. 34-35, grifos nossos.

fundamental é a que pode romper o antagonismo fatal dos partidos”.⁵³³ Essa unidade, tanto territorial quanto simbólica, política e moral, ainda se mostrava vulnerável à persistência dos conflitos civis internos, o que, por sua vez, ainda abria espaço para as intervenções estrangeiras. As ingerências dos “gigantes” Argentina e Brasil, além da invasão paraguaia, vista por ele como iminente naquele momento, fragilizavam ainda mais a união e a independência nacionais orientais:

Assim o estandarte de Palermo se manteve nove anos sobre o cume do Cerrito. Assim o estandarte brasileiro flamejou em nossas campinas e cidades [em 1854, 1858 e 1865, conforme as datas informadas pelo próprio Ramírez, em nota de rodapé]. Assim o estandarte paraguaio chegou a tocar nossas fronteiras! Assim, *perdendo cada dia o pudor da independência nacional*, as forças europeias descem para defender as propriedades dos súditos ao primeiro perigo de nossos cotidianos distúrbios. Onde estamos? [...] Ah! Eu posso perdoar os partidos – a ruína, o retrocesso moral, o sangue derramado torrentemente. O que não lhes perdoarei jamais é o punhal cravado no coração da nacionalidade oriental.⁵³⁴

Para ele, a experiência histórica da violência política causada pelos partidos tradicionais contribuía para tais vulnerabilidades da nação oriental. Por outro lado, Ramírez, mais uma vez por meio da metáfora da família, considerava os partidos como dois irmãos brigados e a “pátria”, como a mãe “debilitada” desses, sobre o leito da qual se mostrariam arrependidos e se reconciliariam, deixando, assim, para trás todos os seus desentendimentos históricos:

Quantas vezes no mundo os irmãos divididos e desgastados pela rivalidade e pela ofensa e pelos ódios, não esqueceram suas inimizades sacrílegas, junto ao leito de uma mãe moribunda que sentiu reviver o corpo e rejuvenescer-se a alma com esse belo espetáculo de expansão e de arrependimento! E eu tenho fé, Deus meu. Se os partidos orientais são capazes de um movimento de abnegação e de virtude, eles vão depor suas divisas e suas armas ante o leito da pátria exânime; a rodearão contritos, e cobrindo-a com as carícias da concórdia e da paz, a devolverão rápido à glória de seus mais charmosos dias!⁵³⁵

Considerando esse último trecho, recorremos, mais uma vez, ao que argumenta Inés de Torres sobre esses vínculos simbólicos entre a figura da mulher, da família e da nação, os quais contribuem sobejamente para a nossa compreensão a respeito da utilização de tais recursos linguísticos, por parte de Ramírez:

Se a nação é uma grande família, como é possível que alguns membros se rebelem contra a própria instituição da qual formam parte *por nascimento*?

⁵³³RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*: profesión de fe que dedica a la juventud de su patria. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 35, grifos nossos.

⁵³⁴Ibid., p. 36, grifos nossos, inserção nossa.

⁵³⁵Ibid., p. 40.

Como é possível que não sejam capazes de resolver as diferenças entre irmãos, entre pais e filhos, entre casais? O discurso do familiar nacional apresenta, então, um freio à expressão (e ainda mais, à legitimação) dos conflitos e assimetrias de poder com as quais todo Estado-nação deve lidar para constituir-se como tal.⁵³⁶

Além disso, como podemos perceber, a utilização de linguagens que remetem a sentimentos e temporalidades diversas é constante, mescla-se com as ideias, com os elementos “racionais”, mas que, a nosso ver, são enunciadas, por meio de metáforas, também como instrumentos de sensibilidade em prol de um apelo à união nacional. E nada como as referências às imagens da família, com a metáfora da mãe e da amizade entre os irmãos, amizade essa que faria “regenerar” a saúde da matriarca, ou seja, da nação, da “sociabilidade” e da “civildade”, expressados e sustentados pelos afetos de fraternidade. Metáforas que se aproximavam à vivência popular. Aqui, em consonância com o que defende De Torres, fazemos uma breve reflexão a respeito desse ponto em diálogo com Elías Palti. O historiador argentino trata sobre como esses recursos metafóricos e não conceituais podem ser usados de modo a preencher de sentido algo que transpassava a elaboração de conceitos racionais, por meio de elementos linguísticos, consistindo, assim, em um “exterior constitutivo” da linguagem.⁵³⁷

Nesse sentido, percebemos a existência de tais recursos mobilizados por Ramírez não somente no excerto acima, mas também em outros, como já vimos, de modo a preencher um sentido para a sua ideia de nação que não se limitasse ao plano dos postulados teóricos da filosofia e ciência políticas de seu tempo ou anteriores a ele. Para além de habitar o imaginário cultural de então⁵³⁸, isso, a nosso ver, também consistiu em um ato de mediação, realizado especificamente por Ramírez, entre a linguagem douta e a linguagem popular. Entendemos dessa forma, pois concebemos que o publicista oriental mobilizou tais figurações de modo a tornar suas propostas de unidade e construção nacionais acessíveis ao entendimento e vivência

⁵³⁶DE TORRES, María Inés. *¿La nación tiene cara de mujer?: mujeres y nación en el imaginario letrado del Uruguay del siglo XIX*. 1a ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2013, p. 20, grifos da autora.

⁵³⁷Nesse trabalho, Palti desenvolve um debate teórico a respeito da relação entre as ideias, os conceitos e as metáforas para a História Intelectual, perpassando alguns expoentes da que denomina “tradição alemã da História Intelectual”, tais como Ernst Casirer, Werner Conze e Reinhart Koselleck, por exemplo. Assim, confronta esses autores com aqueles representantes de uma “teoria da não conceitualidade” – relativa aos mitos, metáforas e outras formas simbólicas não conceituais –, a exemplo do filósofo Hans Blumenberg, as quais, para o historiador argentino, não estão totalmente fora, nem, tampouco, inteiramente dentro da linguagem, mas sim consistem nesse “exterior constitutivo”, o qual Palti define do seguinte modo: “[...] um elemento que pertence ao universo de realidade simbólica, mas que não tem um valor positivo dentro dele, e sim que destaca um ponto de fissura inerente seu, um lugar vazio que exige ser preenchido de sentido por meios figurativos, sem poder nunca consegui-lo completamente (o que faz da ambiguidade semântica de seus modos de expressão algo não contingente, que não resulta meramente das condições fáticas de sua articulação, mas que constitui sua prestação essencial)”. PALTÍ, Elías José. Ideas, conceptos, metáforas. La tradición alemana de historia intelectual y el complejo entramado del lenguaje. *Res publica*, n. 25, 2011, p. 247.

⁵³⁸Conforme defende Inés de Torres. DE TORRES, Op. cit.

do “povo” uruguaio. Esses elementos se ligavam a outros valores, como o valor cívico enquanto “suprema virtude da política”, responsável por abrir caminho aos “novos horizontes”, à “nova vida” que a paz e a fraternidade trariam em detrimento dos “ódios” de partido.⁵³⁹

Assim, para Ramírez, era necessário que o Estado fosse caracterizado por uma “administração honrada”, imune às intrigas faccionais, e que se encarregasse dos serviços e reformas públicas.⁵⁴⁰ Além disso, o “povo” deveria ser o agente da nova nação republicana e idealizada por ele, dotado de soberania e de razão, elementos, como já vimos, essenciais para a consolidação de uma esfera pública:

Para o povo, uma *convención constituyente*, onde todos, absolutamente todos os orientais *com uso da razão*, possam ser representados e representantes, onde o problema histórico do passado fique relegado como estudo dos eruditos [...], e onde as instituições, a política e a *sociabilidad* recebam uma transformação fundamental sob a influência de suas majestosas decisões e de seus soleníssimos debates em que ressoaria potente e vencedora a voz das ideias modernas pelo órgão do *novo partido*, que depois de ter dado paz à República, dar-lhe-ia independência fundada na espontânea vontade da nação e liberdade organizada sob os mais charmosos princípios do direito e futuro consolidado pelo desenvolvimento virtual da riqueza e pela prática universal da justiça. Essas duas forças – uma de *conservación* e outra de *impulso*, uma de *orden* e outra de *progreso* – operariam a *regeneración* da República, e seu advento seria a época inicial do novo calendário da *pátria redimida* e transfigurada pela abnegação sublime de seus *filhos*.⁵⁴¹

A defesa da ideia de uma convenção constituinte foi, de fato, uma constante nas propostas de Ramírez, expressada, principalmente, pelas páginas de *La Bandera Radical*, como veremos melhor adiante. Ainda nos interessa a inter-relação, feita por aquele intelectual, entre “povo”, “razão”, “instituições”, “representação” e “política”, enquanto elementos que, no fim das contas, estariam interligados entre si como forma de expressar as possibilidades de se estabelecer, no âmbito público, os debates a respeito dos interesses nacionais, coletivos. Em outras palavras, advogava em prol da necessidade de os cidadãos se colocarem na esfera pública, requerer, para si, a capacidade de mudar os destinos públicos, para a construção de uma nova nação republicana oriental, o que caracterizaria um novo tempo, uma nova temporalidade política.

E tudo isso balizado pela justa-medida entre “conservação” e “impulso”, “orden” e “progreso”, ou melhor, uma relação controlada, ordenada entre passado e futuro. Enfim, era

⁵³⁹RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*: profesión de fe que dedica a la juventud de su patria. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 43.

⁵⁴⁰Ibid., p. 45.

⁵⁴¹Ibid., grifos nossos.

preciso abandonar os “inimigos da nação”⁵⁴², esses não necessariamente encarnados somente em indivíduos ou grupos específicos, mas expressos por linguagens que remetiam a valores negativos mais abstratos e universalizantes, tais como “deserto”, “ignorância”, “pobreza”, “barbárie”, “guerra civil”.⁵⁴³ E o fez, em nossa visão, como forma de proporcionar uma amplitude de apreensão a respeito dos apelos relativos à pacificação e união nacionais.⁵⁴⁴

2.5. A ideia “radical” e seus espaços de sociabilidade

2.5.1. Os “herdeiros” do *fusionismo*: o *principismo* da década de 1870

Após publicar seu ensaio sobre o qual nos dedicamos, Ramírez passou a atuar de acordo com sua propensão ao *principismo* que ganhava expressão. Esse teve suas primeiras manifestações por meio de uma agrupação anterior, os *fusionistas*, formada por intelectuais pertencentes aos *blancos* e aos *colorados*. Aqueles defendiam uma pacificação do país pós-Guerra Grande (1839-1851) e rejeitavam a influência personalista dos caudilhos partidários na política uruguaia, representados por Rivera, Flores, Oribe e Lavalleja.⁵⁴⁵ Tais divergências resultaram no que passou a ser uma das maiores tônicas da historiografia uruguaia, a divisão entre “doutores” e caudilhos”, inscrita, segundo Barran, na lógica “sarmientina” das tensões entre os âmbitos urbano e rural, ou entre a “civilização” e “barbárie”, a qual ultrapassou o antagonismo entre *colorados* e *blancos*.⁵⁴⁶

O *fusionismo*, ou “política de fusão”, foi caracterizado pelo lema da “paz de outubro”, “nem vencidos, nem vencedores”⁵⁴⁷, instaurada de forma atrelada ao tratado que pôs fim àquele

⁵⁴²Neste ponto, recorremos ao que Claudia Wasserman defende sobre a convergência entre os discursos político e historiográfico, na conformação da identidade e da construção nacionais ao longo da história latino-americana, mais no que tange aos processos “incompletos” e aos “obstáculos” para se alcançar tais objetivos, dentre eles, os “inimigos da nação”. WASSERMAN, Claudia. *Percurso intelectual e historiográfico da questão nacional e identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. Anos 90*, Porto Alegre, n. 18, p. 99-123, dez. 2003.

⁵⁴³RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay: profesión de fe que dedica a la juventud de su patria*. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 48.

⁵⁴⁴Aqui, estamos dialogando com as propostas de Pierre Ansart, mais no que tange aos usos de linguagens que remetam à abstração, a totalidades relacionadas à ideia de “corpo” e/ou à superação de limites, tais como “progresso” e “pátria”, por exemplo. ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução: Jacy Seixas. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2019, p. 70. Conforme temos identificado, percebemos esses usos no caso de Ramírez dentro do recorte temporal analisado.

⁵⁴⁵ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta. Una experiencia liberal en el Uruguay*. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956. No entanto, conforme vimos de forma mais breve no capítulo 1 e tratamos, de modo mais aprofundado, no capítulo 4, percebemos que Ramírez matizou a atuação de tais líderes, exceto Flores, para a formação da nação uruguaia. Fez isso ao exaltar a atuação de Rivera, Lavalleja e Oribe sob a liderança de Artigas, durante a primeira fase da independência (1811-1820), e como líderes, de fato, já no contexto da segunda fase (1825-1828).

⁵⁴⁶BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

⁵⁴⁷Ibid., p. 45.

conflito regional, no início da década de 1850. Sua vigência esteve relacionada com a “cultura da unidade” nacional proposta e exercida naquele contexto pós-Guerra Grande, conforme pontua Caetano.⁵⁴⁸ Foi encabeçado por figuras como Andrés Lamas, Bernardo Berro, José María Muñoz, Juan Carlos Gómez, entre tantos outros, os quais estiveram ligados, principalmente, a associações como a *Sociedad de Amigos del País*, fundada em 1852.⁵⁴⁹

Um dos principais objetivos dos intelectuais e políticos defensores do *fusionismo*, os quais constam no programa da *Sociedad de Amigos del País*, era, em linhas gerais: restabelecer a autoridade e legitimidade do Estado, das leis, da ordem e da moralidade administrativa e das instituições; consolidar a pacificação definitiva do país por meio da fusão entre os dois partidos tradicionais; impulsionar as condições em prol do desenvolvimento industrial, do comércio, da agricultura e do bem-estar dos cidadãos orientais; promover a educação popular; integração territorial, etc.⁵⁵⁰ Esses elementos, pertencentes ao programa da associação mencionada anteriormente, foram publicados nas páginas de *La Bandera Radical* duas décadas depois, a partir da iniciativa de Ramírez. Tais recuperações, a nosso ver, foram realizadas como exemplo de ensinamento político e cívico a ser seguido durante o início da década de 1870, conforme veremos adiante.

Embora o *fusionismo* tenha encontrado morada tanto nos setores letrados, quanto no meio político – a exemplo das tentativas de sua implementação por parte dos governos de Gabriel Pereira (1855-1858) e Bernardo Berro (1860-1864) –, sua vigência não foi duradoura. O fuzilamento do *Paso de Quinteros*, em 1858, no qual *colorados* foram assassinados pelos *blancos*, além da destituição de Berro e Aguirre por Flores, e o posterior fuzilamento de Paysandú⁵⁵¹, em 1865, foram exemplos de que essa intenção de consenso e tolerância políticos não poderia ser consolidada, a qual chegou, assim, ao seu fim.⁵⁵²

Apesar desse histórico de fracassos das tentativas *fusionistas*, seus principais elementos não se perderam no tempo. No final da década de 1860, a partir de outros espaços como o jornal *El Siglo* e o *Club Universitario*, tais ideais de pacificação e estabilidade política voltaram a ser manifestados por outros intelectuais como Ramírez e seu irmão, José Pedro, e outros como Julio

⁵⁴⁸CAETANO, Gerardo. La cuestión del origen de los partidos: el pleito entre distintas maneras de concebir la asociación política. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 197-213.

⁵⁴⁹ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta*. Una experiencia liberal en el Uruguay. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956.

⁵⁵⁰Ibid.

⁵⁵¹Neste trágico evento, foram os *blancos* as vítimas sumárias das armas *coloradas*. Ver: BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

⁵⁵²Ibid.

Herrera y Obes, José Pedro Varela, Adolfo Vaillant, José Ellauri, Carlos de Castro, Bonifácio Martínez, entre outros. Conforme Juan Antonio Oddone caracterizou tal geração:

Ao redor do *El Siglo*, a juventude do *Club Universitario*, devota de Constant e Tocqueville, iniciada no livre pensamento racionalista pelos ensinamentos de dom Plácido Ellauri e as leituras de Francisco Bilbao, e ébria de fé romântica a respeito da democracia norte-americana que então enaltecia Laboulaye, conformará sua doutrina civilista e liberal, logo elevada à categoria de dogma em função do culto fervente dos princípios absolutos que regiam sua conduta cívica e moral.⁵⁵³

Em nossa ótica, Ramírez já havia expressado parte de alguns dos elementos que viriam a compor o *principismo* desde antes de sua participação na guerra civil e da publicação do ensaio *La Guerra Civil y los Partidos*. Ou seja, tais manifestações se deram desde o momento em que iniciou sua breve colaboração no jornal *El Siglo* e participou da criação da SAEP, ambas as atividades ocorridas a partir de 1868.⁵⁵⁴ Considerando esse marco, e orientado por uma matriz liberal dita eclética⁵⁵⁵, passou a atuar nesses espaços criticando o autoritarismo do governo de Lorenzo Batlle, defendendo a educação pública laica, as leis, a “civilização” e o “progresso”. Todos esses elementos, muito inspirados em Sarmiento, Bilbao e Michelet, conforme já vimos no capítulo 1, foram concebidos, por ele, como pilares de um civismo patriótico e republicano, e como formas de construção nacional diante da violência política e destruição resultantes das guerras civis históricas.

Em nossa perspectiva, esses elementos, incorporados por Ramírez a partir de inspirações vindas “de fora”, continuaram compondo o seu *principismo*, tido como uma das expressões político-intelectuais propriamente uruguaias de se pensar a construção da nação no século XIX. Esses ideais se tornaram mais nítidos em sua atuação político-intelectual a partir do início da

⁵⁵³ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta*. Una experiencia liberal en el Uruguay. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956, p. 12-13, grifos do autor.

⁵⁵⁴MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clasicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministério de Educación y Cultura, 1978

⁵⁵⁵Aqui, ao utilizarmos o termo “eclético” para adjetivar a matriz liberal fundamental de Ramírez, estamos nos apoiando nos termos de Elías Palti sobre o liberalismo rio-pratense da segunda metade do século XIX, o qual não poderia ser entendido como “puro”, mas sim constituído por várias outras linguagens próprias de outros elementos ideológicos, como o humanista cívico do republicanismo, por exemplo. Originalmente, Palti argumentou sobre o ecletismo do liberalismo ao tratar sobre o caso argentino. PALTÍ, Elías. Las polémicas en el liberalismo argentino. Sobre virtud, republicanismo y lenguaje. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS Rafael (Orgs). *El republicanismo en hispanoamerica*. Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 167-209. No mesmo sentido de tais tensões entre liberalismo e republicanismo no século XIX, e como a existência de elementos dessa última “ideologia” poderia superar a possível dicotomia “liberais”/“conservadores”, reproduzida pela historiografia em relação aos processos políticos nos países latino-americanos do mesmo período, ver: BARRÓN, Luís. Republicanismo, liberalismo y conflicto ideológico en la primera mitad del siglo XIX en América Latina. In: RIVERA; ROJAS (Orgs), Op. cit., p. 118-137. No entanto, acreditamos ser pertinente estarmos atentos a essa conceitualização para pensarmos, também, o caso uruguaio a partir da atuação de Ramírez na segunda metade do oitocentos.

década de 1870. Desse momento em diante, esses valores, ideias e práticas, descritos anteriormente, somaram-se à sua proposta de unidade nacional. Assim, foram materializados nas associações e periódicos já mencionados e como forma de construção de uma estabilidade política e de uma esfera pública nacionais, conforme buscamos tratar melhor a partir deste capítulo 2. Tal projeto de unidade política nacional, elaborado e discutido intensamente por meio da imprensa e demais espaços de sociabilidade intelectuais, passou a se centrar, cada vez mais, na crítica aos partidos políticos tradicionais, os quais, para ele, eram os maiores causadores dos conflitos há décadas.

Após Ramírez ter manifestado suas ideias em seu ensaio *La Guerra Civil y los Partidos de La República Oriental del Uruguay*, criou uma associação chamada *Club Radical*, na qual intensificou sua orientação, já no contexto da *Revolución de Las Lanzas* (1870-1872). Segundo Oddone, a iniciativa de Ramírez abriu espaço para que outros jovens intelectuais de seu contexto, tais como José Pedro Varela, Miguel Herrera y Obes, Emilio Romero e Carlos Maria de Pena também seguissem o seu exemplo em se distanciar dos partidos tradicionais e endossar as propostas de pacificação nacional.⁵⁵⁶

Após realizado esse panorama histórico da passagem do *fusionismo* dos anos 1850 para o *principismo* de fins das décadas de 1860 e 1870, interessa-nos analisar como Ramírez teria feito uma mediação político-intelectual entre essas duas vertentes, de modo a ressignificar determinados elementos do *fusionismo* e atualizá-los para o seu contexto, ou seja, o da década de 1870. A nosso ver, tais reelaborações, por parte do publicista oriental, foram realizadas por meio de outros espaços e associações criados por ele, tais como o *Club Radical*, o *Partido Radical* e o seu porta-voz, o periódico *La Bandera Radical*. Em tais ambientes, defendeu não mais o fim e/ou uma fusão propriamente dita dos partidos, como fizeram os expoentes do *fusionismo*, mas sim uma coexistência democrática entre os *blancos* e os *colorados* em prol de um “partido novo”, focado na sobrevivência, unidade e construção política da nação oriental. Esse “novo partido” deveria estar em consonância com a preservação dos ideais de “associação”, “sociabilidade”, “civildade”, “República”, “pátria”, entre outros, a partir da mobilização de uma opinião pública.

⁵⁵⁶ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta*. Una experiencia liberal en el Uruguay. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956.

2.5.2. O órgão público dos “radicais”: *La Bandera Radical* e mediações político-intelectuais

Além das associações que já mencionamos e sobre as quais ainda vamos tratar, Ramírez também criou e/ou participou de periódicos ao longo de sua trajetória. Desse modo, como nos debruçaremos, de início, sobre um deles, que foi a revista *La Bandera Radical*, acreditamos ser pertinente realizarmos uma breve discussão introdutória a respeito de como lidar com esse tipo de fonte histórica. Nesse sentido, retomamos o que pondera Sirinelli, em relação às revistas consistirem em um ambiente no qual os itinerários se cruzam em torno de um objetivo comum, assim como um “[...] lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade [...]”.⁵⁵⁷

Por sua vez, Tânia Regina de Luca defende que é nesse ponto em que radica a necessidade de se identificar, de modo mais caro ao nosso estudo, como os artigos nos possibilitam compreender as “[...] intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores.”⁵⁵⁸ Ainda conforme a historiadora brasileira, tem a mesma relevância compreendermos as intenções em se publicizar algo, mais especificamente a identificação de temas mais recorrentes e as linguagens mobilizadas em função de se atingir um público específico.⁵⁵⁹

Também consideramos o que defende a historiadora argentina Beatriz Sarlo, sobre a intenção dos intelectuais em se criar uma revista dizer respeito à concepção sobre a necessidade de intervenção imediata em sua conjuntura, ao contrário dos livros, os quais estão mais relacionados com uma intervenção a médio ou longo prazos. Conforme Sarlo, “Seu tempo é, pois, o presente [...] a sintaxe da revista rende um tributo ao momento presente justamente porque sua vontade é intervir para modificá-lo.”⁵⁶⁰

A análise sobre as revistas também permite, segundo Roxana Patiño, que nos deparemos com o tipo de intelectual compreendido como a “‘voz autorizada’ (o acadêmico, o literato, o escritor-jornalista, profissional ou ocasional [que é o caso de Ramírez] etc.)”.⁵⁶¹ Ele intervém na esfera pública e está inscrito em um âmbito intermediário entre a atuação universitária e a

⁵⁵⁷SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 249.

⁵⁵⁸LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2008, p. 140.

⁵⁵⁹Ibid.

⁵⁶⁰SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América: Cahiers du CRICCAL*, n. 9-10, 1992, p. 9-10, grifos da autora.

⁵⁶¹PATIÑO, Roxana. América Latina: literatura e crítica em revista(s). Tradução Cristiano Silva de Barros. In: SOUZA, Eneida Maria de; MARQUES, Reinaldo. *Modernidades alternativas na América Latina* (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 461, aspas da autora e inserção nossa.

jornalística propriamente ditas. Nesse sentido, dialogando com Sarlo, Patiño afirma que “‘*O público*’ é, assim, espaço de alinhamento ou conflito, no qual a revista redesenha um campo em permanente mobilidade. Se o seu espaço é a esfera pública, seu tempo, por excelência, é o presente.”⁵⁶²

Além do fortalecimento dos sentimentos de pertença a um grupo e a uma causa específicos, as revistas também podem consistir em canais de mediação cultural e serem uma empresa educativa, conforme defende Mabel Moraña, proposições essas que muito nos interessam em nossa tese, pois, como vimos mostrando, percebemos essas ações em Ramírez. Conforme defende a autora, como modo de mediação cultural e intelectual, mostra-se atuante na “zona de contato” entre os intelectuais e os leitores iniciantes nas temáticas debatidas, para o quais seus colaboradores elaboram e reelaboram as ideias a serem publicadas.⁵⁶³ Por isso, também podem ser concebidas como uma “empresa educativa”, tanto em relação ao âmbito político, quanto ao pedagógico propriamente dito, pois

[...] a mediação letrada que a revista assume está diretamente imersa na totalidade da institucionalidade social [...] a revista é uma peça fundamental *no processamento e divulgação de mensagens, na interconexão de setores sociais e na canalização de novos projetos que se veem obrigados a negociar constantemente seu lugar na esfera pública.*⁵⁶⁴

Ainda dialogando com Moraña, por possuir a função de conectar diferentes grupos políticos e sociais na esfera pública, as revistas buscam novos públicos, novas interpretações sobre o passado, sobre o presente e sobre o futuro, propondo novos projetos político-intelectuais. Ou seja, são meios pelos quais “[...] circula e se recicla a tradição, ao passar pela prova de novos públicos, novas leituras, novas demandas.”⁵⁶⁵ Nesse sentido, conforme as propostas de Moraña, as mediações político-intelectuais realizadas pelos letrados publicamente, por meio das revistas, permite que possamos analisar o caso de Ramírez e de *La Bandera Radical* na mesma esteira do que é defendido pela autora.

Desse modo, buscamos compreender como o publicista oriental teria realizado uma mediação entre vários intelectuais, grupos sociais e outros periódicos de seu contexto, abrindo espaço, nas páginas da revista, às suas reivindicações. Ademais, objetivamos entender como esse escritor teria ressignificado o *fusionismo* da década de 1850 e o atualizado, em meio às

⁵⁶²PATÍÑO, Roxana. América Latina: literatura e crítica em revista(s). Tradução Cristiano Silva de Barros. In: SOUZA, Eneida Maria de; MARQUES, Reinaldo. *Modernidades alternativas na América Latina* (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 461, grifo nosso, aspas da autora.

⁵⁶³MORAÑA, Mabel. Revistas culturales y mediación letrada en América Latina. *Otra travessia*, 2º semestre de 2003, p. 68.

⁵⁶⁴Ibid., grifos nossos.

⁵⁶⁵Ibid.

expressões do *principismo* do qual era adepto, no início da década de 1870. E o teria feito, em nossa visão, com a intenção de não somente revisitar o passado político do país, mas também com o objetivo de pensar a reconstrução nacional de modo adaptado ao seu momento de atuação, intervindo nele e idealizando uma nova República Oriental, intencionando, assim, fundar uma nova temporalidade política. Assim, voltamo-nos à análise da atuação de Ramírez na referida revista.

O periódico *La bandera Radical: revista semanal de intereses generales* foi criado por Ramírez com a finalidade de realizar uma intervenção intensa em seu presente, seu momento de atuação político-intelectual, em meio à já mencionada *Revolución de Las Lanzas*, e criticar o modo de agir dos partidos tradicionais e a violência política histórica. Como o seu próprio nome já indica, teve periodicidade semanal e contou com a colaboração dos seguintes intelectuais: Gregorio Perez Gomar, Emilio Romero, Francisco Bauza, os irmãos Jacobo Adrián e José Pedro Varela, Miguel e Júlio Herrera y Obes, entre outros escritores e professores daquele contexto.

Do mesmo modo que Ramírez, o qual mais publicava no periódico, outros colaboradores também tinham participação intensa nas páginas dessa revista, principalmente Emilio Romero, Gregorio Perez Gomar e Miguel Herrera y Obes. Alguns números foram compostos ou totalmente com os artigos e notas de Ramírez, como os números 5⁵⁶⁶ e 6⁵⁶⁷, ou quase em sua inteireza, a exemplo do número 7⁵⁶⁸, o que indica intenso comprometimento do publicista nas atividades de edição, direção e publicação da revista.

Os números desse periódico eram impressos nas dependências do jornal *El Telégrafo Marítimo*, cujo responsável era Leopoldo Machado⁵⁶⁹, conforme é possível verificar na seção *Sueltos Diversos*, constante em vários números de *La Bandera Radical*, a qual era alocada na parte final do periódico. A mensalidade da revista era cobrada a partir da entrega do terceiro número.⁵⁷⁰ Não era vendida em números avulsos e eram concedidos descontos nas vendas de

⁵⁶⁶RAMÍREZ, Carlos María [Ed.]. *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, Ano 1, n. 5, 26 de fev. 1871, p. 153-192.

⁵⁶⁷RAMÍREZ, Carlos María [Ed.]. *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, Ano 1, n. 6, 5 de mar. 1871, p. 193-232.

⁵⁶⁸RAMÍREZ, Carlos María [Ed.]. *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, Ano 1, n. 7, 12 de mar. 1871, p. 233-272.

⁵⁶⁹Em nossas pesquisas, verificamos que o fundador do *Telégrafo Marítimo* foi Juan Buela, em 1850. FERNÁNDEZ Y MEDINA, Benjamín. *La imprenta y la prensa en el Uruguay*. Desde 1807 a 1900. Montevideo: Imprenta de Dornaleche y Reyes, 1900, p. 58. No entanto, não conseguimos informações sobre quem exatamente foi Leopoldo Machado, o qual Ramírez aponta como o responsável por aquele jornal em 1871. Acreditamos que Machado possa ter sido um dos tipógrafos ligados àquele periódico naquela ocasião.

⁵⁷⁰RAMÍREZ, Carlos María. *Sueltos Diversos/Cobranza*. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 3, 12 de fev. 1871, p. 112.

suas coleções.⁵⁷¹ Era distribuída tanto na capital, Montevideu, quanto no interior do país, nos departamentos de Nueva Palmira, Colonia, Mercedes, San Carlos, Treinta y Tres, Artigas, Maldonado e Rosario, inclusive, nas áreas que serviam como campos de batalha durante a *Revolución de Las Lanzas*, por meio dos “agentes de campanha”.⁵⁷² Embora Ramírez não citasse os nomes de tais agentes de distribuição da revista, informava, aos leitores, que eles estavam ligados ao jornal *El Siglo*⁵⁷³, no qual ele mesmo já havia sido colaborador no final dos anos 1860.

Mais no que tange aos aspectos conturbados de uma distribuição em tempos de guerra civil, Ramírez fazia questão de não deixar os leitores desamparados. No subtópico *Repartición en Campaña*, da seção *Sueltos Diversos* do número 3, informou que, havendo algum “transtorno” na distribuição, devido ao “estado de guerra” do país, isso deveria ser comunicado pelos agentes e pelos subscritores, e a reparação ficaria a cargo da administração do periódico.⁵⁷⁴ Cada número publicado tinha em torno de 30 a 40 páginas cada um, o que variava de um para outro.

Em termos de divisão das seções, o periódico era bem irregular. Possuía algumas seções fixas, como: *La Semana Política*, na qual constavam informações a respeito da guerra civil de então e sobre os fatos políticos do contexto; *Gotas de Tinta*, caracterizada por avisos e comentários breves sobre os números do periódico; e *Sueltos Diversos* que, assim como seu nome indica, tratava sobre os mais variados assuntos tangentes ao contexto literário, político e universitário da época. No entanto, era um periódico constituído por artigos, réplicas de polêmicas e textos literários (contos, poesias, romances etc.),⁵⁷⁵ que não necessariamente obedeciam a uma formalidade ou regularidade ligada a seções específicas. Assim, a publicação desses variados escritos se dava de modo mais fluido ao longo dos números. Outra característica

⁵⁷¹RAMÍREZ, Carlos María. Advertencias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, ano 1, n. 5, 26 de fev. 1871, p. 191-192.

⁵⁷²Ibid., p. 192.

⁵⁷³RAMÍREZ, Carlos María. Sueltos Diversos/Cobranza. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, ano 1, n. 3, 12 de fev. 1871, p. 112.

⁵⁷⁴Ibid.

⁵⁷⁵Alguns escritores contribuíram com a elaboração de romances, os quais foram publicados em *La Bandera Radical*. Alguns deles foram o chileno Guillermo Blest Gana, com seu *El Número Trece*, escritor que também publicou poesias em alguns dos números, além de comentários a respeito de traduções de textos literários estrangeiros, como o que José Pedro Varela escreveu sobre Lord Byron. O próprio Ramírez também escreveu e publicou um romance inacabado, o *Los Palmares*, nas páginas de seu periódico. De qualquer modo, mesmo em textos em que não necessariamente atribuiu um caráter propriamente poético ou literário, em sentido amplo, Ramírez realizava uma imbricação com tais linguagens em seus textos políticos, por meio de uma retórica que se utilizava de alguns estilos literários. Sobre os debates a respeito das inter-relações entre periodismo e literatura, ver os trabalhos de María Cruz Seoane, Pilar Celma e Amparo Tuñón, contidos na seguinte obra: MONTESA, Salvador (Org.). *Literatura y periodismo*. La prensa como espacio creativo. España: Publicaciones del Congreso de Literatura Española Contemporánea, 2003.

do periódico era a quase total ausência de notas de rodapé, sendo os artigos escritos em texto corrido, o que poderia indicar, em nossa visão, a intenção de se prezar por uma escrita que proporcionasse uma leitura mais ágil aos leitores, o que se mostrava condizente com as urgências daquele momento.

Ao todo, foram publicados 40 números da revista, sendo eles de 29 de janeiro a 29 de outubro de 1871. Ao final do último número, Ramírez escreveu uma espécie de despedida aos leitores, intitulada *A rivederci*, na qual afirmou que estava se retirando temporariamente da vida pública por causa de outros compromissos e para tratar da saúde, sem mencionar especificamente a enfermidade da qual estava sofrendo naquele momento.⁵⁷⁶

No primeiro número, em seu “prospecto”, buscou demarcar as singularidades existentes entre temporalidades político-culturais diversas, inscritas nas atuações de duas gerações de intelectuais, a do passado e a do seu presente. Afirmava que ele mesmo se sentia pertencente à “nova juventude”, caracterizada pelos seguintes elementos: “razão”, “verdade”, “patriotismo” e os “sentimentos humanitários”.⁵⁷⁷ Essa viria a “[...] substituir uma juventude prematuramente desgastada em uma perpétua sucessão de esforços contraditórios e estéreis, de decepções amargas e funestas [...]”⁵⁷⁸, pois “[...] não tem pés de chumbo, nem cálculos covardes, a galharda e entusiasta juventude. *Reunir-se, organizar-se e ir adiante* [...]”.⁵⁷⁹ Aqui, entendemos como uma crítica à geração da “política de fusão” ou dos *fusionistas* da década de 1850, os quais, em sua concepção, não tiveram o êxito esperado, qual seja o de unidade e construção nacionais, embora não tenha citado diretamente tais agentes em seu artigo inicial:

[...] era necessário continuar a propaganda da paz e da fraternidade, pelos quais céus e terra estão clamando! A *ideia nova* necessita de um órgão, e eu tive a honra de receber a direção deste órgão. [...] aceitei o cargo como um novo *sacrifício* que devo às minhas convicções e no qual sei que me acompanharão muitos amigos ilustrados e muitas pessoas respeitáveis.⁵⁸⁰

Ramírez defendia uma “política suprema”, dotada de uma visão crítica da política de seu contexto e que fosse adaptada ao “[...] *ao triunfo dos princípios*, sem produzir resistências e convulsões que agravem a subversão moral e o caos em que vivemos”, em detrimento da “política de detalhe”, a qual era degenerativa, de caráter personalista e individualista.⁵⁸¹

⁵⁷⁶RAMÍREZ, Carlos María. *A rivederci*. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, ano 1, n. 40, 29 de out. 1871, p. 631-632.

⁵⁷⁷RAMÍREZ, Carlos María [et al]. *Prospecto*. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 1, 29 de jan. 1871, p. 1.

⁵⁷⁸Ibid.

⁵⁷⁹Ibid., p. 2, grifos nossos.

⁵⁸⁰Ibid., grifos nossos.

⁵⁸¹Ibid., p. 3, grifos nossos.

Buscava, também, a afirmação da independência nacional pela “vontade espontânea de seus filhos, e que a purifique de todas as manchas do passado, apresentando-a com esse ato de soberana autonomia tal como compreenderam e proclamaram nossos heroicos pais de 1825.”⁵⁸² Além disso, era necessário reiterar a coexistência dos partidos, ao invés de extingui-los, e proporcionar uma nova temporalidade política:

La Bandera Radical quer que a nação funda a liberdade sobre os princípios modernos, ampla, universal e garantida para todos os que habitam o nosso solo, ou que queiram vir a ele com suas famílias, de maneira que os velhos erros fiquem enterrados junto com seu símbolo decrépito, e uma era de regeneração social se abra à tranquila coexistência dos novos partidos orientais.⁵⁸³

Desse modo, Ramírez, em sua intervenção pública, por meio desse periódico, objetivava a refundação de uma nova temporalidade para a nação oriental, baseada em vários princípios, ideias, valores e sentimentos políticos sobre os quais trataremos adiante. Antes disso, acreditamos ser necessário tratarmos sobre o modo que o intelectual oriental concebia a imprensa, a qual via como o meio de se garantir o “interesse comum”, e qual era, para ele, o papel do publicista na construção nacional.

2.5.2.1. A Imprensa como garantidora do “interesse comum”: a educação do povo e o papel do publicista

Como vimos no capítulo 1, Ramírez tinha, em Sarmiento, uma de suas principais referências político-intelectuais, inclusive de homem público, entendendo-o como um “atleta da imprensa”.⁵⁸⁴ Mas foi pelas páginas de *La Bandera Radical* que o publicista uruguaio tratou, de modo mais aprofundado e apoiado em outros referenciais de seu tempo, sobre sua concepção acerca daquela e a respeito das funções do publicista na esfera pública. Como forma de expressar suas ideias sobre a imprensa enquanto uma ferramenta para a formação da opinião pública, dos interesses comuns e, conseqüentemente, da nação republicana, Ramírez se posicionou a favor de sua “descentralização”, asseverando sua inclinação a respeito de “harmonizar a opinião” e “unificar-se a ação pública”.⁵⁸⁵ Desse modo, argumentava que:

⁵⁸²RAMÍREZ, Carlos María [et al]. Prospecto. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, ano 1, n. 1, 29 de jan. 1871, p. 3.

⁵⁸³Ibid., p. 3-4, grifos do autor.

⁵⁸⁴RAMÍREZ, Carlos María. En el Banquete a Sarmiento (1881). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 51.

⁵⁸⁵RAMÍREZ, Carlos María. La Semana Política/Ensanche y descentralización de la prensa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales. Año 1, n. 23, 2 de jul. 1871, p. 465.

Descentralizar a imprensa é fazê-la apta para exercer vasta influência sobre todos e cada um dos interesses públicos, ao invés de fazê-la ineficaz para exercer pressão sobre aquele ponto onde concentra seus esforços. A imprensa descentralizada será mais benéfica para a liberdade e menos temível para a ordem; crescerá sua importância e estarão mais garantidos seus foros; será mais livre e mais respeitada que antes. Há, entretanto, certos pontos em que a imprensa toda deve se unir para reclamar justiça, para pedir a reparação do atentado.⁵⁸⁶

De modo relacionado à descentralização que defendia, também estava o papel pedagógico e formador da imprensa, mais especificamente como promotora da educação e dos costumes políticos do povo uruguaio. Para endossar essas “funções”, Ramírez publicou, nas páginas de *La Bandera Radical*, a transcrição de um artigo intitulado *La Prensa científico-literaria*, do recém-criado periódico do *Club Universitario*.⁵⁸⁷ Esse ato de mediação, que se repetiu em relação a outras publicações de terceiros, indica, a nosso ver, sua intenção em promover um diálogo, na esfera pública, entre o seu periódico e aquela associação, da qual também pertencia, conforme já vimos.

O referido artigo tem, como epígrafe, um trecho traduzido da obra *The Nature and tendency of the Free Institutions*, de Frederick Grimke, publicada em 1848. Embora tenha colocado só o sobrenome desse autor e parte do título de sua obra, é possível verificarmos que tal trecho é, de fato, da autoria do supramencionado escritor, quando conferimos na edição original do livro do intelectual estadunidense.⁵⁸⁸ Tal trecho da obra de Grymke, citado por Ramírez, dizia o seguinte:

A difusão da ilustração nos diários, revista, folhetos e livros, sobre uma variedade de matérias que interessam ao espírito popular, distrai o povo de uma devoção demasiada extensa, a política de partido, e educa as pessoas para serem homens e cidadãos. Grimke – (Instituições Livres).⁵⁸⁹

Desse modo, a partir do uso das ideias de Grimke, Ramírez buscou trazer para a sua realidade os ditames que reforçavam o papel pacificador e de formação cidadã da imprensa. Em outras palavras, aquela evitava que os indivíduos fossem absorvidos pelos vícios contidos nos extremismos da “política de partido”, de caráter faccional, e proporcionava, por outro lado,

⁵⁸⁶RAMÍREZ, Carlos María. La Semana Política/Ensanche y descentralización de la prensa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales. Año 1, n. 23, 2 de jul. 1871, p. 465.

⁵⁸⁷RAMÍREZ, Carlos María. La prensa científico-literaria. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, ano 1, n. 22, 25 de jun. 1871, p. 419-421. Ramírez informou, na seção *Gotas de Tinta* deste mesmo número 22 (p. 428), que este artigo foi publicado pelo periódico do *Club Universitario*. Portanto, *La Bandera Radical* publicou a transcrição do referido escrito.

⁵⁸⁸GRIMKE, Frederick. *Considerations upon the Nature and tendency of free institutions*. Livro III, Cap. IV. Cincinatti/New York: H. W&Co. Publishers, 1848, p. 304.

⁵⁸⁹RAMÍREZ, La prensa científico-literaria. Op. cit., p. 419.

caminhos para o acesso às virtudes da coletividade, inscritos na cidadania republicana. Fazendo jus à epígrafe que destacou, e tomando-a como norte para o seu artigo, Ramírez tratou sobre a situação do Uruguai de seu contexto:

Quando Grimke dizia ao falar sobre a imprensa, que essa não deve dedicar-se meramente às opiniões políticas, expressa uma ideia que convém inculcar em nossa sociedade. Aqui, seja pelas circunstâncias pelas quais atravessou o país, desde sua constituição até nossos dias, seja pela escassa educação literária, pereceu por falta de proteção do povo.⁵⁹⁰

Além disso, tratou sobre a importância da imprensa política e da imprensa científico-literária para a construção da nação republicana, de modo que ambas deveriam sempre estar unidas, ser complementares para essa finalidade:

A missão da imprensa não consiste, puramente, em ilustrar sobre as matérias que importam à comunidade política, também deve fazer com que certos conhecimentos descendam gradualmente ao espírito dos homens. Sem a imprensa política, que é um freio para governantes e governados, não pode caminhar em ordem a sociedade, por que ela verifica pacificamente as mudanças de opinião e faz com que os partidos se melhorem, censurando a imprensa de um os defeitos do outro e fazendo, portanto, que, no ânimo do povo, opere-se uma conciliação entre as ideias de ambos; mas sem a imprensa científica e literária, chamemo-la assim, o povo não pode instruir-se e adquirir certos conhecimentos que são, ao homem, de estrita necessidade.⁵⁹¹

E destacou o papel do recém-criado periódico do *Club Universitario* nessa “missão”, o que sugere, mais uma vez, a interligação que o intelectual uruguaio buscava exercer entre os espaços que frequentava naquele contexto, de modo a consolidar uma esfera pública de debate e diálogo a respeito da nação a ser construída:

Até hoje, a imprensa política era dona da situação, agora a imprensa que, ao mesmo tempo, deleita, instrui, vem a ocupar o seu lugar. Acreditamos que o “Club Universitario” terá bom êxito em sua empresa, apesar de todas as dificuldades que, nesse país, se opõem à existência de periódicos literários. Seus sócios *têm fé e a fé é tudo*; em 1868, acreditaram que se poderia fundar e sustentar uma associação científico-literária e se manteve; hoje, acreditam que uma publicação do mesmo caráter se pode fundar e sustentar, e se manterá.⁵⁹²

Para além dos aspectos educativos e formadores da imprensa, também era preciso reforçar o papel que o publicista deveria seguir na cena pública, de modo a, “com fé”, “alcançar

⁵⁹⁰RAMÍREZ, Carlos María. La prensa científico-literaria. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 22, 25 de jun. 1871, p. 419.

⁵⁹¹Ibid., p. 420.

⁵⁹²Ibid., p. 421, grifos nossos.

o povo”, conforme Ramírez já havia expressado em seu ensaio *La Guerra Civil y los Partidos* (...). Ramírez também indagou sobre a função da imprensa em meio à construção nacional e, como forma de reforçar suas convicções, abriu espaço, em seguida, à transcrição de outro artigo, escrito pelo jurista e escritor argentino Pedro Goyena na *Revista Argentina*, publicado nesse outro periódico mais de um ano antes.⁵⁹³ Nesse texto de Goyena, o publicista uruguaio fez uma apologia de caráter quase “sagrado” da imprensa, essa enquanto um instrumento pedagógico, com a missão de “ensinar o povo” sobre os meios para se empreender o desenvolvimento nacional:

E como a imprensa substitui nesses países, conforme dissemos, todos os meios de ilustração que difundem a luz em outras partes, segue naturalmente que ela deve ser, entre nós, doutrinária. Sua missão não é só refletir com vivacidade as ideias e os sentimentos dominantes em cada momento da vida social. *Sua missão é ensinar o povo tudo o que lhe interessa, iluminando-lhe o caminho por onde há de marchar até o seu engrandecimento e prosperidade.* Assim, o diarista necessita possuir uma ilustração múltipla e variadíssima: as questões sobre a indústria, sobre a administração, sobre a organização judicial, sobre a educação pública, sobre a legislação, sobre tudo o que se compreende no mecanismo das sociedades em sua incumbência. *Quem se faz diarista, se converte em apóstolo; e não há apostolado sem doutrina.*⁵⁹⁴

Como podemos perceber, as proposições de Goyena acerca da imprensa e da conduta do publicista, encontraram considerável admiração por parte de Ramírez, o qual as publicou, reiterando-as. Desse modo, embora não necessariamente fosse um diarista, Ramírez, ao publicar a opinião do escritor argentino, compartilhava da ideia de que o publicista deveria ser conhecedor de uma ampla variedade de temas de interesse público, comum, de modo a tratar publicamente sobre eles. Fazendo isso, proporcionaria, ao povo, a transparência que se esperava sobre tais assuntos. Além disso, deveria praticar o “apostolado” dos temas comuns, em termos daqueles que se comprometiam totalmente em levar a palavra “sagrada” ao povo a ser instruído, tal como faziam os personagens bíblicos seguidores de Jesus Cristo. Mais uma vez, identificamos as linguagens próprias da tradição cristã e católica utilizadas por Ramírez, mas como “substitutos laicos”⁵⁹⁵ para a construção da nação republicana. Prossigamos com outros trechos das impressões de Goyena endossadas por Ramírez:

⁵⁹³RAMÍREZ, Carlos María. Misión, dificultades y deberes de la prensa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 30, 20 de ago. 1871.

⁵⁹⁴Ibid., p. 201, grifos nossos.

⁵⁹⁵A partir de nosso diálogo teórico com Gerardo Caetano. GAETANO, G. Laicidad, ciudadanía y política en el Uruguay contemporáneo: matrices y revisiones de una cultura laicista. *Revista Cultura & Religión*, v. 7, n. 1, 30 dic. 2013b, p. 120.

A pluma do diarista deve ser, ao mesmo tempo, uma tocha e uma arma. Deve ser uma arma porque a voz do povo não é a vida pacífica do estudante que se dedica por completo ao receber o ensino nas aulas, *mas sim uma vida ativíssima de quem tem, ao mesmo tempo, que trabalhar, ilustrar-se e defender-se do inimigo interior chamado, hoje, de anarquia, e amanhã de despotismo – do inimigo estrangeiro chamado, às vezes, de protetorado e, às vezes, conquista. A vida popular é ação e, por conseguinte, a imprensa deve ser militante. O diarista há de ensinar e há de combater.*⁵⁹⁶

Assim, para ter êxito em tal empreitada, o publicista (diarista) deveria saber falar com o povo, conhecendo o seu grau de cultura e, ao mesmo tempo, seus gostos e suas tendências, por meio de um modo de escrever que fosse atrativo e que tivesse respaldo pelo público. Algo que, a nosso ver, correspondia a outro ato de mediação político-intelectual e cultural que Ramírez buscava seguir em suas práticas na esfera pública:

Ademais da grande dificuldade de manter a paixão sob controle para que não lhe ofusque, o diarista tem que resolver outra questão prática de suma importância, se não quer esterilizar sua propaganda, predicando em deserto. Essa questão consiste em conhecer não somente o grau de cultura do povo para o qual escreve, mas também seu gosto e suas tendências. [...] Esses não conseguiram tudo ainda, *quando lograram tratar sobre as questões inspirando-se na verdade e na justiça, transportando as ideias ao tom e baixando-as ao nível em que são perceptíveis para o maior número.* Não basta que exponham com clareza ideias morais ou úteis; *é necessário que saiba fazê-las atrativas; é necessário não só fazer que convençam, mas também que persuadam.* E, sobretudo, dirigindo-se a um público como o nosso, tão movediço, tão inconstante, tão pouco reflexivo, *faz-se indispensável que os diaristas dediquem a comunicar, ao seu estilo, essas qualidades de rapidez, de brilho, de animação, sem as quais bocejará sempre e dormirá logo um leitor bonaerense.*⁵⁹⁷

Era preciso reelaborar as ideias, enquanto elementos mais teóricos e elitistas, a respeito do que se intencionava divulgar, de modo que fossem acessíveis às características culturais e educacionais do público leitor, do povo em geral. Aqui, percebemos que Goyena não tratava do “povo” enquanto algo que remetesse somente aos seus próprios pares da Universidade, mas ao povo de modo amplo, a nosso ver, o que, ao que tudo indica, era endossado por Ramírez, haja vista sua intenção em “alcançar o povo”.

Nesse sentido, Goyena defendia que o critério do “público” estava sujeito ao aperfeiçoamento, então era imprescindível que o publicista se adaptasse a isso. Assim, aquele que “gritasse” e “insultasse” publicamente, por meio das páginas dos periódicos, já não era mais bem-vindo, e sim aquele que tinha uma ideia bem explicada, ou seja, o que bem argumentava,

⁵⁹⁶RAMÍREZ, Carlos María. Misión, dificultades y deberes de la prensa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 30, 20 de ago. 1871, p. 201, grifos nossos.

⁵⁹⁷Ibid., p. 203, grifos nossos.

de modo acessível e compreensível, na esfera pública. Isso poderia ir ao encontro da formação da opinião pública que se intencionava consolidar, em prol da nação a ser construída:

O critério do público se aperfeiçoa, felizmente. Em outro momento, julgava-se que o melhor diarista era o mais incisivo, o mais insultante, o mais *bravo*, e os leitores declaravam insípido todo diário que não jorrasse o suor e o sangue de uma polêmica pessoal [...]. Hoje, os declamadores e os valentões da imprensa saíram de moda. O público reconhece que são os ignorantes aqueles que recorrem aos gritos e grosserias por falta de ideias, e recorda que esses destemperos lhes custaram caro em mais de uma ocasião. Se algum escritor se excede e recorre à provocação, o público, pelo menos a sua melhor parte, o leva a mal [...].⁵⁹⁸

O publicista uruguaio também dá relevo ao papel da imprensa como “uma das mais verídicas manifestações da *opinião pública* [...]”⁵⁹⁹, afirmando que não existia, naquele momento, nenhum periódico que ainda defendia a “[...] a bandeira negra da guerra, a bandeira sinistra dos ódios”.⁶⁰⁰ Aqui, acreditamos ser pertinente matizarmos o que Ramírez demonstrava conceber enquanto “opinião pública”, em termos do que esse conceito significava para ele, ao mobilizá-lo em suas intervenções.

Elías Palti tratou sobre as mobilizações do referido conceito ao longo da segunda metade do século XIX, mais especificamente sobre os usos deles dentro das polêmicas travadas entre Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López na esfera pública argentina, argumentando haver dois tipos principais ainda em considerável tensão naquele contexto. Um deles era o “modelo jurídico”, que tinha na expressão “tribunal da opinião” a linguagem política à qual se relacionava e era um elemento remanescente da ordem colonial, dotado de caráter neutro, e “[...] que, após avaliar a evidência disponível e contrastar os distintos argumentos, acessa a ‘verdade do caso’.”⁶⁰¹

Palti argumenta que essa vertente do conceito foi se consolidando aos poucos na Argentina⁶⁰² ao longo da primeira metade do oitocentos, “[...] enquanto um juiz supremo das

⁵⁹⁸ RAMÍREZ, Carlos María. Misión, dificultades y deberes de la prensa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 30, 20 de ago. 1871, p. 203, grifo do autor.

⁵⁹⁹ RAMÍREZ, Carlos María. La santa propaganda de la paz. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 9, 26 de mar. 1871, p. 313, grifos nossos. Este artigo não tem autoria, o que nos leva a pressupor que tenha sido escrito pelo próprio Ramírez. Além disso, na seção *Sueltos diversos* (p. 354), Ramírez informou que, a partir deste número 9, todas as questões deveriam ser dirigidas a Julio Lefevre, da prensa do *El Siglo*, o qual provavelmente era o diretor tipográfico deste periódico, e que todos os agentes da campanha e “favorecedores” ficariam, a partir de então, notificados sobre isso.

⁶⁰⁰ RAMÍREZ, La santa propaganda de la paz, Op. cit., p. 313.

⁶⁰¹ PALTÍ, Elías J. Las polémicas en el liberalismo argentino. Sobre virtud, republicanismo y lenguaje. In: RIVERA; José Antonio Aguilar; ROJAS, Rafael. *El Republicanismo en hispanoamerica*: Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 174, aspas do autor.

⁶⁰² Palti, em outro trabalho, também trata sobre como o “modelo jurídico” foi mobilizado por autores de outros países, como o mexicano Ignacio Ramírez em seu periódico *Don Simplicio*, por exemplo, na década de 1840.

ações do governo”.⁶⁰³ Ainda conforme Palti, dois fatos foram decisivos para a consolidação desse significado. O primeiro deles foi a ação política dos opositores de Rosas por meio da imprensa, enquanto estavam no exílio, na intenção de estabelecer uma unidade política.⁶⁰⁴ O segundo motivo esteve relacionado ao que Palti denominou de “modelo proselitista” ou “político” da opinião pública, a qual se diferenciou da vertente anterior a partir de um ponto essencial: a “performatividade da palavra”, ou seja, a concepção de que as palavras teriam caráter de ação política. Desse modo,

O periodismo aparecerá, assim, como um modo de *discutir* e, ao mesmo tempo, de *fazer* política. E isso infunde, também, uma nova percepção em relação à performatividade da palavra no sentido de sua “criatividade”: a imprensa periódica não só buscava *representar* a opinião pública, mas também tinha a missão de constituí-la como tal.⁶⁰⁵

Segundo Palti, esse último viés, de caráter faccional, foi inicialmente expressado por Mitre também na década de 1870, quando o mencionado publicista demonstrou conceber a imprensa como uma “bandeira”, que, além de “representar” as tropas, “[...] também, *reunia materialmente* os exércitos nos campos de batalha.”⁶⁰⁶ Desse modo, para Palti, o mesmo ocorreria no âmbito político:

O mesmo ocorre com a imprensa no terreno das batalhas políticas. A imprensa não representa uma opinião pública pré-constituída, mas sim a constitui como tal com sua própria prédica; cumpre um papel fundamental na *definição das identidades coletivas*, permitindo aos sujeitos identificar-se como membros de determinada comunidade de interesses e valores. [...] Essa deixa de ser “juiz” para converter-se em uma sorte de “campo da intervenção”, um espaço agonal para a definição das subjetividades políticas e sociais. O mesmo vem a expor, assim, uma questão de certa forma anterior à relativa aos mecanismos de formação de uma “opinião pública”, que é a dos modos de articulação do sujeito da mesma (o “povo”).⁶⁰⁷

Aqui, não podemos deixar de realizar paralelos com Ramírez. Acreditamos ser relevante retomarmos um dos trechos que destacamos acima, no qual ele endossou as ideias de Pedro Goyena, a respeito de a imprensa ser uma “arma” a serviço da educação e esclarecimento do

PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007, p. 186-188.

⁶⁰³PALTI, Elías J. Las polémicas en el liberalismo argentino. Sobre virtud, republicanismo y lenguaje. In: RIVERA; José Antonio Aguilar; ROJAS, Rafael. *El Republicanismo en hispanoamérica*: Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 175.

⁶⁰⁴Ibid.

⁶⁰⁵Ibid., p. 177, grifos do autor.

⁶⁰⁶Ibid., p. 177, grifos do autor.

⁶⁰⁷Ibid., p. 178, grifos e aspas do autor.

povo, na empreitada de se construir os novos cidadãos da nação republicana. Além disso, é notório o título que o publicista oriental deu ao seu periódico no mesmo contexto, o qual conta com o termo “bandeira”, como já sabemos. Embora tivesse travado uma “batalha” contra o modo de fazer política dos partidos de então, e as guerras civis decorrentes disso, Ramírez, como temos visto, não se aliava nem ao *Partido Blanco*, nem ao *Partido Colorado*. Inclusive, desfilou-se desse último após sua participação na guerra civil, como já tratamos. No entanto, entendemos que sua “bandeira” não deixava de indicar um campo de batalha, de fato, mas contra o faccionalismo dos partidos uruguaios, a qual possuía um caráter mais comunitário, de defesa da unidade política, no sentido de um “unanimismo”.⁶⁰⁸

Ao mesmo tempo, também expressava, implicitamente, que sua concepção de opinião pública ainda continha alguns elementos próprios do “modelo jurídico” desse conceito, pois, em alguns momentos, negava ser “uma questão política”, dando, assim, um sentido de neutralidade ao termo. Da mesma forma, reiterava que a opinião do povo, formada pela imprensa, seria orientada pela “razão” em busca da “verdade”, teria um viés “humanitário”, colocava-se em prol de um interesse comum, a união nacional, ao invés de privilegiar algum dos partidos, os quais, segundo ele, ainda promoviam as guerras. A imprensa, para Ramírez, seria um “parlamentar”, ou seja, algo como um ator político, convencionalmente relacionado à política partidária propriamente dita, eleito pelo sufrágio, mas que, ao mesmo tempo, não se vinculava a um possível faccionalismo:

Hoje, a imprensa é o grande parlamentar que se apresenta entre os implacáveis bandos da luta. Nunca os periodistas compreenderam com mais nobreza sua missão. Não é uma questão política; é uma questão de humanidade a que se oferece, hoje, à nossa vista. Devemos combater a guerra, como se combate uma epidemia. Devemos trabalhar pela pacificação do país, como se trabalha pela salubridade de um povo. Todas as divergências se calam *ante o*

⁶⁰⁸ Segundo François-Xavier Guerra, a ideia de uma opinião pública “unanimista” consistiu, na América Hispânica, em um elemento de caráter tradicional, próprio do regime colonial, no qual se preconizava o imaginário de tipo “orgânico”, do “corpo político”, que rejeitava tudo aquilo que representasse a ameaça de sectarismo e de dissolução dessa unidade político-social, tais como os “partidos”, “bandos” e/ou “facções”, de modo geral. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid, Editorial MAPFRE-S.A., 1992, p. 361. No entanto, Guerra entende essa característica como uma das permanências da tradição em meio a um momento em que a modernidade já estava em curso, no século XIX hispano-americano, concepção essa que é criticada por Elías Palti, autor que argumenta sobre a possibilidade de o “unanimismo” ser entendido tanto como tradicional quanto moderno, a depender dos modos que o conceito, ou as linguagens políticas relacionadas a ele, eram utilizados pelos atores em cada um dos contextos na América Latina oitocentista. Para Palti, os usos das linguagens referentes ao “unanimismo” envolveram, também, outros conceitos e termos, tais como “razão” e “vontade geral”, e estiveram inscritos nas imbricações e tensões entre os dois “modelos” de opinião pública existentes no século XIX, quais sejam o “jurídico” e o “político”. Para mais informações sobre esse debate, ver: PALTÍ, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007, p. 171-178.

propósito cristão de deter a morte que, com seu cortejo de ruínas, passa por todo o território nacional.⁶⁰⁹

Assim, a imprensa, atuando de modo uniforme, unida, seria uma forte aliada para o estabelecimento da paz e da consolidação da esfera pública política, por meio da qual seria possível afastar as “[...] paixões do bando [...]”, as “[...] ambições do caudilho”.⁶¹⁰ Seria, então, viável reivindicar a estabilidade política, o “respeito mútuo”, a “transação honrável” e a coexistência pacífica e democrática dos partidos.⁶¹¹ Enfim, a imprensa, para Ramírez, consistia em um meio de “salubrificicar o povo”, revigorar os seus costumes, pacificar e reconstruir, humanitariamente, a nação oriental mediante seu “propósito cristão” de evitar as mortes causadas pelas guerras civis, essas protagonizadas pelo faccionalismo dos partidos.

Nesse sentido, a partir de tais mobilizações linguísticas, por parte de Ramírez, a respeito de suas concepções sobre os conceitos de “opinião pública” e “imprensa”, percebemos duas temporalidades distintas, implícitas em seus escritos: uma que ainda remontaria ao “modelo jurídico”, que nega ser “político”, mas, ao mesmo tempo, utilizava-se de elementos próprios do “modelo proselitista”, em termos de usos de linguagens que remetiam ao âmbito político-institucional.

2.5.2.2. A recepção do folheto *La Guerra Civil y los Partidos de la República Oriental del Uruguay* pelas páginas de *La Bandera Radical*

Ainda em seu primeiro número, *La Bandera Radical* teve uma seção dedicada somente à recepção que o ensaio *La Guerra Civil y los Partidos de la República Oriental del Uruguay*, publicado antes da criação da revista, obteve nos dois lados do Prata, pois, lembremos, as ideias que motivaram a criação do periódico foram, inicialmente, expressadas no referido escrito.⁶¹² Nessa seção, Ramírez publicou trechos de cartas de escritores uruguaios que, naquele momento, estavam em Buenos Aires, tais como Gregorio Perez Gomar (um dos colaboradores da revista, inclusive) e Angel Floro Costa, seu ex-professor na universidade, como já indicamos no capítulo 1.

Nela, também é possível percebermos a publicação de trechos de artigos levados ao público pela imprensa da capital argentina e de representantes religiosos, tanto protestantes

⁶⁰⁹RAMÍREZ, Carlos María. La santa propaganda de la paz. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 9, 26 de mar. 1871, p. 313, grifos nossos.

⁶¹⁰Ibid., p. 314.

⁶¹¹Ibid.

⁶¹²RAMÍREZ, Carlos María. Adhesiones y correspondencias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, ano 1, n. 1, 29 de jan. 1871.

quanto católicos. De modo geral, as impressões sobre o ensaio de Ramírez foram consideravelmente positivas e comungavam das ideias de união e construção nacionais propostas por ele. Nas impressões publicadas, Ramírez e seu ensaio são concebidos, pela *Revista Económica del 22*⁶¹³, como “[...] um ato de civismo no cidadão [...]”, “[...] um programa sério, prático, de realização imediata [...] do *novo partido* [...]”.⁶¹⁴

Os jornais e outros periódicos de Buenos Aires também endossavam as ideias propostas por Ramírez em seu manuscrito. O *El Nacional*, por exemplo, exaltou o surgimento do “novo partido”, constituído por todos aqueles que prezavam pela “[...] *tranquilidade e a felicidade da pátria*. [...] e essa mesma ideia desenvolvida com o brilho de uma palavra ardente, rápida e poderosa *serve de base da profissão de fé de Carlos M. Ramírez*.”⁶¹⁵

Por sua vez, o *La Tribuna*, também da capital argentina, reforçou a boa recepção que os outros periódicos já haviam expressado, afirmando ter o ensaio de Ramírez o caráter de “[...] programa de salvador para a República Oriental, [...] o único programa que hoje poderia conter a fúria com que se despedaçam homens chamados a viver unidos ao pé da bandeira da fraternidade.”⁶¹⁶ Da mesma forma que o *La Tribuna*, o periódico *La Prensa* afirmou que as ideias de Ramírez eram as “únicas dignas em relação ao que se possa chamar de um *partido novo* [grifo de Ramírez], regenerador e civilizado, que permanecesse unido e aos poucos a tarefa imortal de buscar a unidade e a grandeza da pátria [...]”.⁶¹⁷

Além desses periódicos, outros veículos e escritores estrangeiros independentes também expressaram suas impressões a respeito da circulação e das ideias contidas tanto no ensaio de Ramírez, quanto em *La Bandera Radical*. Isso expressou, a nosso ver, uma solidariedade tanto nacional, quanto internacional em prol da unidade e pacificação nacionais da República Oriental. Sobre essas manifestações, o publicista oriental mencionou o apoio recebido por dois novos periódicos criados, o *Unidad Italiana* e o *Deber Cívico*, os quais, ao que tudo indica, compartilharam das ideias publicizadas por Ramírez em *La Bandera Radical*, tendo eles já iniciado as suas atividades saudando esse intelectual e seu periódico.⁶¹⁸ Já um dos escritores

⁶¹³Não encontramos informações a respeito desse periódico.

⁶¹⁴REVISTA ECONÓMICA DEL 22. In: RAMÍREZ, Carlos María. Adhesiones y correspondencias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, ano 1, n. 1, 29 de jan. 1871, p. 5-6, grifos do autor.

⁶¹⁵EL NACIONAL DEL 19. Un grito del alma. In: RAMÍREZ, Op. cit., p. 7, grifos nossos.

⁶¹⁶LA TRIBUNA. El folleto del Carlos María Ramírez. In: RAMÍREZ, Op. cit., p. 8.

⁶¹⁷LA PRENSA DEL 20. La guerra civil y los partidos. Folleto del Dr. Carlos María Ramírez, n. 270. In: RAMÍREZ, Op. cit., p. 11, inserção nossa.

⁶¹⁸RAMÍREZ, Carlos María. Gotas de tinta. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, ano 1, n. 15, 7 de mai. 1871, p. 126-127.

independentes foi o poeta e pastor espanhol P. de Lasala⁶¹⁹, quem afirmou que o texto de Ramírez circulou

[...] entre toda a ilustrada população estrangeira em Montevideu, que, presente no exílio feliz de sua propaganda de *paz e fraternidade* [grifos de Ramírez], o progresso moral e material, a prosperidade, o honroso crédito exterior de um país tão charmoso, fecundo e digníssimo de melhor sorte, como é a República Oriental do Uruguai.⁶²⁰

Da mesma forma, mas na *Sección Poética* do número 13, Ramírez publicou as poesias escritas por Lasala e outros dois poetas espanhóis de então, Eduardo Perié e Juan de Cominges, declamadas em uma Conferência Literária realizada poucos dias antes, todas com um teor solidário à causa “patriótica” com a qual Ramírez estava comprometido.⁶²¹

Na seção *Sueltos Diversos* do número 10, Ramírez fez um agradecimento sobre a recepção e tradução do ensaio *La Guerra Civil* aqui, no Brasil, mais especificamente na cidade de Pelotas, por Aristides Epaminondas de Arruda no jornal rio-grandense *Echo do Sul*. O intelectual uruguaio também afirmou o seguinte: “Essa demonstração do colega rio-grandense prova que, defendendo cada um o seu direito, não há ofensa nem agravo para ninguém e que, no campo neutro dos princípios, todos podemos abraçar-nos como companheiros de causa”.⁶²²

Como pudemos perceber, a recepção do ensaio de Ramírez pelos vários periódicos e intelectuais tanto dentro, como fora do Uruguai, foi majoritariamente positiva, além de ter sido endossada por eles, o que proporcionou uma rede de solidariedade interna e externa à causa da construção nacional uruguaia, proposta pelo publicista oriental. De qualquer modo, tais manifestações, de modo geral, indicam que as propostas do publicista oriental não passaram despercebidas naquele contexto, muito pelo contrário: mobilizaram a opinião pública em prol do repensar e do refundar a nação republicana oriental.

2.5.2.3. A *Sociedad de Amigos del País* (1852) como referência histórica para o *Club Radical*

Como já mencionamos, um dos nossos objetivos, neste capítulo, é tratar sobre como Ramírez também praticou uma mediação político-intelectual no tempo, reelaborando alguns

⁶¹⁹Ramírez o cita exatamente desse modo, sem dar maiores detalhes a respeito de seu nome completo. Embora tenhamos pesquisado sobre esse poeta e clérigo espanhol, não conseguimos encontrar muitas informações sobre ele.

⁶²⁰RAMÍREZ, Carlos María. Adhesiones y correspondencias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 1, 29 de jan. 1871, p. 15, inserção nossa.

⁶²¹RAMÍREZ, Carlos María. Sección poética. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 13, 23 de abr. 1871, p. 27-32.

⁶²²RAMÍREZ, Carlos María. Sueltos Diversos. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 10, 2 de abr. 1871, p. 393.

elementos que compuseram o ideário dos *fusionistas* da década de 1850, de modo que essa reformulação fosse cabível para o seu contexto de atuação. Assim, retornamos ao primeiro número de *La Bandera Radical*, no qual Ramírez começou a expressar tais intenções de ressignificação. Ao que tudo indica, consistia em uma espécie de manifesto, por meio do qual é possível percebermos as primeiras discussões e intenções iniciais que Ramírez e os demais colaboradores do periódico já realizavam em prol dessa nova associação, a qual tinha, como finalidade, a “propaganda de salvação do país” e cujo projeto seria “explicado oralmente em uma reunião popular.”⁶²³

A explicação sobre a criação do novo clube deveria ser pública, por meio de uma reunião popular, para que houvesse o entendimento sobre a proposta de inauguração dessa associação, além de angariar o apoio a ela. Consistia, assim, na ênfase em associar-se, reunir-se em um público.⁶²⁴ Retomando uma linguagem e estrutura similares aos moldes adotados por Echeverría, Alberdi e Gutiérrez em sua *Creencia* de mais de 40 anos antes⁶²⁵, Ramírez e os demais agremiados elaboraram o texto do programa do *Club Radical* de modo que o termo “associação” iniciasse a grande maioria dos parágrafos. A nosso ver, foi uma forma de enfatizar os valores e práticas a respeito da sociabilidade associativa que buscavam, unindo o exercício da associação pacífica e “civilizada” entre os seus membros e objetivando expandir essa iniciativa a uma comunidade de âmbito mais amplo, nacional e pública. Vejamos:

A associação não pretende, por si só, formar um novo partido que dirija os destinos do país, mas sim simplesmente um *clube de propaganda* que, tendendo para esse fim, comece por acalmar as paixões desencadeadas na guerra civil e levantar as ideias a uma pacífica esfera de grandes reformas políticas e sociais que tenham por base o exercício mais amplo da soberania popular.⁶²⁶

Também nos chama a atenção os termos “clube de propaganda”, intenção essa que unia dois meios que compunham formas de construção da esfera pública: o clube, enquanto uma associação propriamente dita, e a “propaganda”, no sentido relacionado à publicidade, ou seja, à imprensa. De qualquer modo, as motivações da publicação dessas intenções iniciais não estavam centradas em uma transitoriedade, como parecia ter ocorrido até então, mas sim na

⁶²³RAMÍREZ, Carlos María [et al.]. Club Radical: Bases provisórias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año1, n. 1, 29 de jan. 1871, p. 15.

⁶²⁴Retomando, aqui, parte do que propõe Habermas acerca dos princípios da formação de uma esfera pública política, conforme já discutimos. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 42.

⁶²⁵PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

⁶²⁶RAMÍREZ [et al.], Op. cit., p. 15-16, grifos do autor.

“solução fundamental das questões permanentes”, que proporcionasse um futuro de estabilidade e legalidade político-institucionais e, assim, a indicação do significado primordial de “radical”.⁶²⁷ Além da “soberania”, da repetição do termo “associação” e dos elementos que remetiam à esfera pública, também era preciso reiterar a concretização da Independência da República: “A associação ou *Clube Radical* defende a Independência da República Oriental do Uruguai, fundada na espontânea vontade do povo e condena toda prescrição ou convenção que a faça derivar da vontade de outras nações.”⁶²⁸

Como não era uma manifestação que surgia sem lastros e ideais históricos, buscou, inclusive, reforçar suas maiores inspirações político-intelectuais, quais sejam, os elementos mais conhecidos da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. A intenção de tais usos era combater as arbitrariedades e o autoritarismo do então governo de Lorenzo Batlle. Mas, de modo mais amplo, também denunciar toda a violência histórica já ocorrida no país até então, que, além das guerras civis, teriam ocasionado perseguições, execuções sumárias, restrição ao direito de reunião e associação, a intolerância política.⁶²⁹

Reiteravam a atuação do *Club Radical* em prol da pacificação nacional e contra a guerra civil, essa enquanto raiz de todos os “[...] *extravios e de excessos, como uma escola de caudilhismo e corrupção*”.⁶³⁰ Enfim, buscavam superar as experiências políticas traumáticas do passado e a aplicação de seu “programa” no presente e no futuro da República: “A associação, ou *Clube Radical*, relega ao tranquilo juízo da história todas as tradições do passado, e só fia seu poder e seu prestígio à honrada aplicação de seu programa no presente e no futuro da República”.⁶³¹ Também advogava em prol de que todos os habitantes, independentemente da nacionalidade, deveriam ser concebidos como construtores da pacificação e “regeneração” do país, buscando o empenho e “juramento” coletivos para a concretização desse projeto.⁶³²

Em 31 de janeiro de 1871, Ramírez e seus companheiros fundaram efetivamente o *Club Radical* e sancionaram suas “Bases fundamentais”, as quais foram publicadas no número 3 de *La Bandera Radical*. Embora tenham sido assinadas somente por Ramírez, tais manifestações se deram a partir de um desejo e ação conjuntos e, justamente por isso, temos, aqui, mais um exemplo do forte cunho associativo praticado por Ramírez e os demais intelectuais. O termo *Radical* que o clube adotou foi explicada da seguinte forma em seu artigo 2:

⁶²⁷RAMÍREZ, Carlos María [et al]. Club Radical: Bases provisórias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, ano1, n. 1, 29 de jan. 1871, p. 15-16, grifos do autor.

⁶²⁸Ibid., grifos do autor.

⁶²⁹Ibid.

⁶³⁰Ibid., p. 16-17, grifos do autor.

⁶³¹Ibid., p. 17, grifos do autor.

⁶³²Ibid., grifos do autor.

ART. 2º. A associação adota a denominação de *Radical*, acreditando significar, dessa maneira, todo o alcance e toda a verdade de seus propósitos ao elevar-se com majestade sobre os interesses transitórios que engendram as divisões acidentais dos bandos para buscar a solução fundamental das questões permanentes cuja apreciação possa delinear, no futuro, verdadeiros partidos de princípios que lutem sempre no terreno *pacífico e legal*.⁶³³

A “radicalidade”, desse modo, estava relacionada à moderação das leis e da paz, as quais remetiam, por sua vez, à possibilidade de estabilidade política definitiva, e não aos “excessos” da “revolução”. De modo geral, os demais artigos trataram basicamente dos seguintes pontos: a favor do sufrágio amplo; a reivindicação da “independência nacional”; a defesa de que toda autonomia da nação provinha da “soberania do povo”; os valores pautados nos ideais da “democracia moderna”, quais sejam a liberdade, a igualdade e a fraternidade, lema máximo da Revolução Francesa e que é recorrentemente mobilizado por Ramírez e seus companheiros, conforme já indicamos; pela condenação da violência proporcionada pelas guerras civis e contra as consequências dessas, as quais consistiam, na visão deles, em “fonte de extravios e de excessos, como uma escola de caudilhismo e corrupção”.⁶³⁴

Perceba o(a) leitor(a) que não estamos simplesmente repetindo algo do qual já tratamos anteriormente. Podemos verificar que essas bases fundamentais, publicadas no referido número 3 de *La Bandera Radical*, já haviam sido antecipadas em artigo prévio, contido no número 1 desse periódico, em uma escrita mais fluida e informal. No entanto, esse ato de repetir o mesmo conteúdo, mesmo que em formatos diferentes, e publicizá-lo consistiria, a nosso ver, em algo digno de nota: uma tentativa de reafirmar a transparência pública ao oficializar esse programa, conforme seu desenvolvimento gradual. Nesse sentido, para Ramírez e os demais membros e colaboradores do *Club Radical* e de *La Bandera Radical*, isso ia ao encontro de suas propostas em reconstruir uma legalidade institucional e a “verdade racional” ante a opinião pública.

Em outro artigo, Ramírez tratou sobre a publicação do também *principista* Agustín de Vedia, realizada no periódico *La Revolución*, em que esse fez considerações sobre o ensaio *La Guerra civil y los partidos*. Comentando as impressões de Vedia sobre seu ensaio, o redator de *La Bandera Radical* destacou as convergências de opinião que aquele escritor tinha em relação às suas propostas, mais especificamente no que tange à condenação à destruição causada pelas guerras civis e à tradição violenta dos *blancos* e *colorados*. Conforme as impressões de Vedia, comentadas por Ramírez, todos esses elementos históricos convergiram e ainda convergiam,

⁶³³RAMÍREZ, Carlos María. CLUB RADICAL. BASES FUNDAMENTALES. Sancionadas en la noche de 31 de enero de 1871 (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 3, 12 de fev. 1871, p. 84, grifos nossos.

⁶³⁴Ibid., p. 85.

naquele contexto, para a perpetuação do “vasto deserto” causado pelas guerras civis⁶³⁵, pontos esses sobre os quais os dois publicistas estavam de total acordo.

No entanto, diferentemente das impressões totalmente positivas manifestadas por outros periódicos e escritores sobre os quais tratamos anteriormente, Vedia matizou criticamente as propostas contidas em *La Guerra Civil*. O interlocutor de Ramírez argumentou que a ideia de se fundir os partidos consistia em “ilusões quiméricas” de “[...] uma imaginação sonhadora”⁶³⁶, criticando, inclusive, o uso do termo “fusão” por ele.⁶³⁷ Esses comentários do professor universitário e publicista sobre as impressões de Vedia a respeito de seu ensaio são consideráveis, haja vista que reforçam uma identidade de grupo em relação ao projeto de país que defendiam. Desse modo, Ramírez reiterou que pouco importava a forma que ele e os demais colaboradores de *La Bandera Radical* eram denominados publicamente, se *fusionistas* ou outros adjetivos.⁶³⁸

Carlos Ramírez trouxe à tona uma passagem do texto de Vedia em que esse exaltou os acontecimentos da histórica defesa – ou o Cerco – de Paysandú. Tal evento foi marcado pela resistência dos *blancos* às investidas do *colorado* Venâncio Flores, do Império do Brasil e da Argentina contra o governo constitucional de Bernardo Berro e Anastasio Aguirre, entre 1864 e 1865, já no contexto da Guerra do Paraguai⁶³⁹, ou seja, seis anos antes desse debate público. Como forma de contrapor a menção feita por Vedia ao referido evento histórico, Ramírez relembrou outro acontecimento da história do país, a Defesa de Montevideú, empreendida pelos *colorados* ainda durante a Guerra Grande, conforme já tratamos no capítulo 1.⁶⁴⁰ Sobre os dois fatos, Ramírez argumentou o seguinte: “Montevideú e Paysandú não são tradições políticas, são tradições *guerreiras* [...]. E completaremos nosso pensamento com franqueza: Montevideú

⁶³⁵VEDIA, Agustin de. apud RAMÍREZ, Carlos Maria. La idea radical y la idea revolucionária. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, ano 1, n. 2, 5 de fev.1871, p. 44.

⁶³⁶Ibid.

⁶³⁷Ibid.

⁶³⁸Ibid.

⁶³⁹O governo constitucional do *blanco* Bernardo Berro (1860-1864) não agradava aos interesses da Argentina e do Império do Brasil no que tange especificamente ao Paraguai, devido à sua aproximação com a administração de Solano López. Desse modo, Flores, que já liderava sua sublevação contra o governo central constitucional de Berro, teve apoio de Brasil e Argentina para a tomada do poder uruguaio. No entanto, antes de isso se concretizar, houve a resistência, por parte dos *blancos*, ao cerco da cidade interiorana de Paysandú e empreendido pelas tropas de Flores e do Brasil. Liderados por Leandro Gómez, os *blancos* sucumbiram à superioridade bélica dos adversários e, mesmo tendo se rendido, foram todos fuzilados, tornando-se um evento-mártir para o partido *blanco*. Para além dos fatos puramente históricos, esse acontecimento extrapolou a condição de simples guerra civil, e passou a ter o significado de uma “segunda guerra de independência”, haja vista a intervenção brasileira. Sobre isso, ver: BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990. Antes de simpatizar com as ideias *principistas*, Vedia, segundo afirmou Ramírez em seu artigo, havia militado pelo *Partido Blanco*. Assim, apesar da condenação de Vedia à violência política histórica, Ramírez concebeu que a menção daquele aos referidos eventos de Paysandú ainda poderia estar carregada desses resquícios partidários. RAMÍREZ, Op. cit.

⁶⁴⁰RAMÍREZ, Op. cit., p. 44.

e Paysandú não são tradições *de partido*, mas sim tradições do *país*, tradições eminentemente *nacionais*”.⁶⁴¹

Em outros termos, Ramírez reiterava, retórica e publicamente, que os símbolos históricos tão exaltados por cada partido, relacionados à capital ou ao interior do país, não se restringiam somente a cada um deles, mas sim faziam parte da construção histórica da nação uruguaia como um todo, e deveriam ser instrumentos de uma unidade nacional. Desse modo, Ramírez reiterou que ele e seus companheiros eram “radicais”⁶⁴² e reforçou essa identidade política defendendo a diferença fundamental entre a “ideia radical” e a “ideia revolucionária”:

A ideia radical quer que os dois partidos se submetam a um princípio superior, o princípio da soberania do povo, e esqueçam suas querelas históricas nas questões palpitantes da convenção constituinte, que deve enterrar todos os erros do passado junto com seu símbolo decrépito. [...] A ideia radical é uma grande bandeira de paz e de fraternidade, à cuja sombra pode agrupar-se em tempo mais ou menos próximo um verdadeiro partido de princípios, de ordem e progresso, que afiance o futuro da pátria sobre estes dois pilares majestosos: *independência e liberdade*.⁶⁴³

A ideia radical também estava relacionada, para além da moderação e de forma mais implícita, à consolidação de uma “fraternidade” em termos de uma “comunidade” de caráter nacional, à coletividade do “povo” oriental, em detrimento de todo e qualquer personalismo ou individualismo que ele enxergava como próprios dos partidos. Desse modo, para Ramírez, a questão dos partidos de seu presente estava relacionada não mais com sua extinção, como defendiam os expoentes do *fusionismo*, mas sim com a sua transformação em “partidos de paz”, convertendo-se seus partidários em “homens garantidos pela lei” no combate ao personalismo caudilhistas e à intervenção estrangeira.⁶⁴⁴

No mesmo número, Jacobo Adrián Varela, irmão de José Pedro Varela, endossou a posição pública de Ramírez em relação ao assunto discutido, além de reproduzir a crítica positiva que seu ensaio tivera naquele contexto.⁶⁴⁵ Além disso, reforçou a reserva, feita por Ramírez, ao *fusionismo* ainda presente no jornal *El Siglo*. Jacobo Varela argumentou que a tônica do grupo político-intelectual que compunha *La Bandera Radical* era, de fato, “radical” pelo fato de não haver a intenção de se fundir com ninguém, mas sim a de reiterar a coexistência

⁶⁴¹RAMÍREZ, Carlos Maria. La idea radical y la idea revolucionaria. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 2, 5 de fev.1871, p. 46, grifos do autor.

⁶⁴²Ibid., p. 44.

⁶⁴³Ibid., p. 48, grifos do autor.

⁶⁴⁴Ibid., p. 50, grifos do autor.

⁶⁴⁵VARELA, Jacobo Adrián. El Club Radical y la fusión. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 2, 5 de fev. 1871, p. 57.

partidária e democrática. Afirmou, ainda, que, ao contrário da “fusão”, era preciso estabelecer uma nova política, a qual fosse diferente do *fusionismo* da década de 1850, mas sem perder de vista seus pontos positivos, assim como propôs inicialmente Ramírez:

Nossos atuais partidos são a expressão mais bem acabada do fusionismo, *fusão imoral* dos elementos mais heterogêneos que é dado supor, e é por isso precisamente que se deslocam e se perdem. [...] não para que os partidos desapareçam, mas sim para dar aos partidos, no terreno da luta, uma bandeira e uma fisionomia marcada.⁶⁴⁶

Essas colocações de Jacobo Varela, assim como podemos perceber nos escritos de outros colaboradores de *La Bandera Radical*, mostraram-se consideravelmente alinhadas ao que acreditamos ter sido uma das principais metas de Ramírez, que foi a defesa da coexistência democrática dos partidos como forma de unidade e civilidade políticas. Ao mesmo tempo, entendemos que essa comunhão de ideias consistiu no que vimos defendendo: a capacidade de mediação político-intelectual de Ramírez, não somente entre a sociedade e Estado, mas também em ressignificar o antigo *fusionismo*, de modo a evitar a eliminação dos partidos políticos e construir um ambiente de coparticipação “civilizada” em prol da nação. Da mesma forma que também aglutinava esses outros intelectuais, seus interlocutores, em torno dessa causa. E Jacobo Varela, assim como Ramírez fez a todo o momento, reiterou que essa coexistência partidária deveria ser alicerçada na razão, na justiça, na lei e no “partido bom”, por meio da imprensa, das reuniões, dos clubes e das assembleias.⁶⁴⁷

Desse modo, no número seguinte, Ramírez retomou o programa da associação *Sociedad de los Amigos del País*⁶⁴⁸, a qual já mencionamos anteriormente – de cunho *fusionista* e criada em 1852, um ano após o fim da Guerra Grande. É válido destacarmos que um dos subscritores do programa dessa *Sociedad* foi o general Melchor Pacheco y Obes⁶⁴⁹, político e publicista cuja atuação consistiu em uma das maiores referências “cívicas” de Ramírez, conforme ele mesmo indicou e assim como já mostramos no capítulo 1.

Como sugerido no título de seu artigo, tal associação e seu respectivo programa representaram o antecessor político-intelectual do “radicalismo”, propostos pelo redator de *La Bandera Radical* e os demais colaboradores. Vale destacar que, na seção *Sueltos Diversos*, ao

⁶⁴⁶VARELA, Jacobo Adrián. El Club Radical y la fusión. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 2, 5 de fev. 1871, p. 59, grifos do autor.

⁶⁴⁷Ibid., p. 62, grifos do autor.

⁶⁴⁸De acordo com o que consta no fim dessa transcrição publicada por Ramírez, assinaram o documento mais de 70 escritores e políticos da década de 1850, dentre eles, José M. Muñoz, Eduardo Acevedo e Juan Carlos Gómez, por exemplo. RAMÍREZ, Carlos María. El antecedente histórico de la idea radical (Documento De 1852). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 4, 19 de fev. 1871, p. 145.

⁶⁴⁹Ibid.

fim da edição, Ramírez reiterou a importância desse programa, afirmando que “[...] nessas fontes puras deve a juventude beber a verdade histórica dos antigos partidos”.⁶⁵⁰ Especificamente em seu artigo sobre o programa da *Sociedad*, Ramírez não somente mencionou o programa da associação *fusionista* da década de 1850, mas também o transcreveu inteiramente como modo de reiterar as suas propostas. É notável a predominância, nesse programa, dos termos “princípio da associação”⁶⁵¹, assim como na já mencionada *Creencia* de Echeverría, Alberdi e Gutiérrez, de décadas antes, elementos esses muito mobilizados por Ramírez também a partir do final dos anos 1860.

Optamos por evitar transcrever, em sua totalidade, o programa de 1852 publicado por Ramírez em *La Bandera Radical*. No entanto, são dignas de destaque algumas passagens em que constam linguagens políticas compartilhadas por Ramírez vinte anos após a sua publicação. Uma delas é a seguinte: “[...] no empenho de reunir a todos os bons orientais na obra da felicidade da pátria, [...] tratando de lançar as bases de uma associação, que forte por seu número, *pela santidade de seus fins e a publicidade de seus compromissos*, apresse-se a época do bem da República [...]”.⁶⁵²

É notória, também, a mobilização de linguagens políticas relacionadas ao já mencionado termo “associação”, como “publicidade”, e “felicidade da pátria”/“bem da República” – no sentido da viabilidade e unidade nacionais –, sendo que todas elas também foram retomadas constantemente por Ramírez e os “radicais” na década de 1870. As reivindicações foram as mesmas entre os intelectuais de cada um dos momentos históricos já mencionados, e podemos notar isso pela citação, feita por Ramírez, de outros pontos do programa da *Sociedad de Amigos del País*, de 1852, tais como: “império da lei”; “Constituição”; “paz”; “moralidade do governo”; “pureza na administração”; o “progresso da República”, etc.⁶⁵³

Enfim, por ter se tratado de um “programa”, de fato, tal documento tinha o caráter de um projeto, que manifestava levar a cabo os seguintes pontos: desenvolvimento da indústria; imigração estrangeira; a “educação moral, intelectual e material do povo”⁶⁵⁴; desenvolvimento do comércio e da agricultura; integração territorial e meios de comunicação; ou seja, tudo o que privilegiasse a “opulência da nação”.⁶⁵⁵ Enfim, elementos de um projeto que Ramírez retomou

⁶⁵⁰RAMÍREZ, Carlos María. Suelos Diversos. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 4, 19 de fev. 1871, p. 152.

⁶⁵¹RAMÍREZ, Carlos María. El antecedente histórico de la idea radical (Documento De 1852). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 4, 19 de fev. 1871, p. 143.

⁶⁵²Ibid., grifos nossos.

⁶⁵³Ibid., p. 143-144.

⁶⁵⁴Ibid.

⁶⁵⁵Ibid., p. 144-145.

e voltou a defender em seu contexto de atuação. A única nuance dessa “recuperação” histórica foi a de que, ao invés de propor a “fusão” dos partidos tradicionais, como fizeram os *fusionistas* ainda na década de 1850, o publicista defendeu a coparticipação política de ambos, sem, no entanto, extingui-los, conforme já indicamos.

Dessa forma, foi também nesse ponto que contribuiu para uma mediação político-intelectual, por meio da ressignificação de tal proposta para o seu contexto de atuação e por meio da imprensa e das associações, enquanto meios de intervenção e pressão pública em relação ao Estado. Em outras palavras, a transcrição do programa da *Sociedad de Amigos del País*, de 1852, nas páginas de *La Bandera Radical* do início dos anos 1870, indica-nos a intencionalidade de Ramírez em endossar as propostas político-intelectuais pretéritas referentes à unidade nacional, mas reelaborando-as.⁶⁵⁶ Além disso, entendemos que tal retomada, por parte de Ramírez, possuiu uma dupla natureza de inspiração político-intelectual. Por um lado, em termos regionais, havia a presença de parte do que já havia proposto Sarmiento, em seu *Facundo*, e Echeverría, em sua *Creencia*, ambos escritos sobre a Argentina e na década de 1840, conforme já indicamos no capítulo 1. Por outro, em termos nacionais, a dos próprios *fusionistas*, conforme já analisado.

E, ao se aprofundar em sua impressão a respeito dos ensinamentos do programa da *Sociedad de los Amigos del País* de quase 20 anos antes, Ramírez justificou a recorrência ao passado não como forma de se igualar àquilo que realizavam os *colorados* e *blancos*, no sentido de construir “lendas” em detrimento da “razão”. Na verdade, conforme sua preocupação em deixar isso claro, o motivo de tal ato foi o de não ignorar as “raízes” históricas da “ideia radical” em meio a outros períodos críticos do passado uruguaio.⁶⁵⁷ Enfim, de modo a não passar a impressão de ser a sua proposta a “pioneira” em relação à defesa da pacificação e “regeneração” nacionais.⁶⁵⁸ Acreditamos que suas preocupações estejam bem resumidas no seguinte trecho: “Por nossa parte, se exumamos os pergaminhos da história, é para mostrar neles a tradição das santas heresias que devem conduzir-nos ao reinado da soberana razão.”⁶⁵⁹

No programa dos *Amigos del País*, seria possível apreender uma “profunda unidade moral”, a qual teria perdido força com a volta das guerras civis a partir da segunda metade da

⁶⁵⁶Aqui, dialogamos diretamente com as proposições teóricas de Quentin Skinner a respeito das intencionalidades de um autor ao escrever dentro de um contexto linguístico específico, ou seja, o que ele estava “fazendo” e com quais outros autores ele dialogava e polemizava naquele determinado momento histórico. Ver: SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 13; SKINNER, Quentin. *Visões da Política: Sobre os métodos históricos*. Lisboa: Algés/DIFEL, 2005, p. 127-144.

⁶⁵⁷RAMÍREZ, Carlos María. Lo que nos enseña el programa de los amigos del país. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 5, 26 de fev. 1871, p. 153

⁶⁵⁸Ibid.

⁶⁵⁹Ibid., p. 155.

década de 1850.⁶⁶⁰ De uma forma consideravelmente idealizada sobre os *fusionistas*, ao menos no trecho abaixo, Ramírez trouxe à luz os mais relevantes princípios e valores daqueles precursores, os quais lhe serviram de inspiração em prol da “ideia radical”:

Cheios de abnegação e de civismo, aqueles homens tomam sobre si o *empenho de reunir a todos os bons orientais na obra da felicidade da pátria*, porque, para eles, não existia a mancha do pecado original, nem o inferno político das penas perduráveis, nem a maldição de Deus sobre uma raça inteira. Com imparcialidade austera, aqueles homens declararam *que consideram um mal para o país o modo com que os partidos fizeram sentir até agora sua vida pública*, porque, para eles, não existia essa infalível igreja que se levantou depois e onde é preciso adorar ídolos falsos e sangrentos [...].⁶⁶¹

O exemplo histórico retomado expressava, mais uma vez, algo similar a um “apostolado”, no sentido propriamente sagrado do termo, animado pela “abnegação” do “civismo”. Como podemos perceber, Ramírez buscou mostrar como a ação daqueles *fusionistas* estava relacionada com o afastamento do “pecado original” da guerra civil e do “inferno político”, elementos da referida “igreja sangrenta” dos “ódios” partidários. Desse modo, visando ao estabelecimento de intenções “reformistas”, “civilizadoras” e pacíficas, Ramírez defendeu que os “Amigos do País”, movidos pelo objetivo de combater os “obstáculos à união dos bons orientais”, dedicaram-se a valorizar a História e a “opinião” como “juízes” do “erro político” e dos “extravios individuais”.⁶⁶² Assim, a ação de caráter igualitário daqueles *fusionistas* da década de 1850, segundo a concepção de Ramírez, convocava a

[...] vencer a *dificuldade da tarefa a todos os cidadãos que entendessem como eles o interesse da pátria ou que, animados pelo mesmo patriotismo, se encontrassem na atitude de melhorar seu programa*, por que, para eles, os antecedentes de família ou a solidariedade de origem não era o que determinava a opinião pública dos cidadãos, nem se considerava ninguém excluído de contribuir à formação e ao melhoramento da ideia na qual ia fundar-se para sempre a regeneração da República Oriental do Uruguai.⁶⁶³

Após realizar tais elogios à ideia de 1852, Ramírez se indagou sobre os motivos dessa não ter prosperado, de fato. Conforme sua concepção, no contexto em que foi proposta, a política de “fusão” ainda era “prematura”, por ter sido “heroica” e “elevada” demais para aquele momento, tendo se antecipado à sua época, ao mesmo tempo em que, em sua visão, essa

⁶⁶⁰ RAMÍREZ, Carlos María. Lo que nos enseña el programa de los amigos del país. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 5, 26 de fev. 1871, p. 156.

⁶⁶¹ Ibid., 156-157, grifos do autor.

⁶⁶² Ibid., p. 157

⁶⁶³ Ibid., grifos do autor.

também foi a sua “maior glória”.⁶⁶⁴ Ou seja, a “hora” para o seu sucesso era o seu próprio momento presente de atuação e intervenção públicas.

Alegou não ser possível, de fato, uma proposta de tal magnitude ter tido sucesso por meio da ação de uma geração “exclusiva”, sendo que essa, a de 1852, teria servido de “pedestal” para a de seu presente, na “marcha” em prol da finalidade tão almejada.⁶⁶⁵ Aqui, destacamos o termo “marcha”, no sentido de “caminhar”, indicar um “movimento” temporal que proporcionaria ir em direção ao “progresso”. Ou seja, a possibilidade de a nação não mais permanecer “estagnada” nas guerras civis, as quais tanto “atrasavam” a consolidação da República Oriental. Desse modo, “Esta é a marcha providencial que leva a ideia dos *Amigos do País*, tentativa frustrada que se reproduz, hoje, na ideia de *La Bandera Radical* [...]”.⁶⁶⁶

A visível e notória degeneração dos partidos distancia toda possibilidade de que chegue a impor-se longo tempo, e a opinião pública se ilustrou o bastante para uniformizar-se na condenação de todos os fatos atentatórios e violentos que desonraram a luta horrível dos bandos. Por outro lado, [...] aperfeiçoam-se as ideias acerca da organização política e social.⁶⁶⁷

Considerando o excerto acima, podemos apreender que Ramírez expressou a concepção de que o próprio passar do tempo também teria contribuído para uma maior possibilidade de êxito em seu contexto, da proposta iniciada pelos *fusionistas*, ainda na década de 1850. No entanto, o publicista uruguaio fez as seguintes ressalvas: “O erro de 1852 foi crer que a inquietude natural dos partidos ia se acalmar simplesmente com o desenvolvimento dos interesses materiais e morais, confiados à ação tranquila do progresso, substituindo as questões de política pelas questões de administração”.⁶⁶⁸ Ou seja, para o redator de *La Bandera Radical*, a geração de 1852 deveria ter prezado por uma maior ação política e pública em prol de tais iniciativas de unidade e construção nacionais. Desse modo, Ramírez reiterou que era necessária uma intervenção em seu contexto para que o mesmo não ocorresse, e defendeu a “ideia radical” e a da Convenção Nacional como formas dessa intervenção e ampliação democráticas:

Hoje a ideia da regeneração aparece unida ao pensamento de uma grande convenção extraordinária que reassuma a plenitude da soberania e abra um amplo canal às aspirações dos partidos atuais e transforme esses elementos

⁶⁶⁴RAMÍREZ, Carlos María. Lo que nos enseña el programa de los amigos del país. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 5, 26 de fev. 1871, p.157-158.

⁶⁶⁵Ibid., p. 158. Como vimos parcialmente no capítulo 1 e conforme veremos melhor no capítulo 4, o elemento da continuidade histórica se mostrou muito presente nos escritos de Ramírez, esses, a nosso ver, muito inspirados nas propostas político-intelectuais de Jules Michelet.

⁶⁶⁶RAMÍREZ, Op. cit., p. 158, grifos do autor.

⁶⁶⁷Ibid., p. 159, grifos nossos.

⁶⁶⁸Ibid., p. 159.

descompostos com o apurativo das grandes ideias liberais e das grandes reformas democráticas.⁶⁶⁹

Assim, o fazia utilizando-se de um elemento político próprio do passado, ligado mais especificamente à organização dos setores populares, atuantes na Revolução Francesa em sua reivindicação e estabelecimento da Convenção Nacional naquele processo histórico.⁶⁷⁰ A recorrência a esse evento histórico se mostrou relativamente constante em seus artigos publicados em *La Bandera Radical*, conforme veremos adiante.

Desse modo, a “radicalidade” da coexistência partidária e democrática estava relacionada com a necessidade da Convenção, de um grande diálogo público, de amplitude nacional e que tivesse a finalidade de ampliar a esfera pública de modo a “regenerar”, reconstruir a nação republicana oriental. E a ideia radical poderia até perder força da mesma forma que as de 1852, mas, de qualquer modo, já difundiria o princípio e o objetivo fundamentais no “coração do povo”: o do “edifício da nacionalidade oriental” em detrimento dos “caudilhos opressores”, dos “bandos sanguinários” e das “guerras civis desastrosas”.⁶⁷¹

2.5.2.4. Por uma nova temporalidade política: soberania do povo, a Convenção Nacional e o Governo permanente

Ramírez criticou a falta de poder, por parte do Estado, e reiterou que só a soberania do povo seria capaz de possuir a legitimidade necessária para refundar o país e as instituições com base no direito, retomando os principais elementos da Constituição de 1830. Para ele, a Carta Magna uruguaia vigente já caracterizava “letra morta”, sem efeito nenhum em termos de controle político e social.⁶⁷² Só a soberania do povo seria capaz de construir uma “Constituição harmonizada”, baseada no direito político, dotada de autonomia e não tutelada pelo Brasil. Assim, só uma Convenção Nacional faria esse consenso “contratual” ser firmado.⁶⁷³

Defender a Convenção Nacional, enquanto um meio de soberania popular, era defender a Independência oriental, mantendo-a. Uma “grande assembleia popular”, formada pelos

⁶⁶⁹RAMÍREZ, Carlos María. Lo que nos enseña el programa de los amigos del país. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 5, 26 de fev. 1871, p. 159, grifos nossos.

⁶⁷⁰No referido processo histórico, a Convenção Nacional era reconhecida como o meio público de deliberação coletiva, na qual se reivindicava uma nova Constituição para a França e contra o absolutismo monárquico. Sobre isso, ver: GALLO, Max. *Revolução Francesa*. Vol 1. O Povo e o Rei (1774-1793). Tradução de Julia da Rosa Simões. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012; VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

⁶⁷¹RAMÍREZ, Op. cit., p. 159.

⁶⁷²RAMÍREZ, Carlos María. Bases generales de pacificación. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 4, 19 de fev. 1871, p. 120.

⁶⁷³Ibid.

membros das camadas mais baixas da sociedade como os pobres, os ignorantes (no sentido de “iletrados”, “analfabetos”, provavelmente) e os soldados (baixas patentes do Exército). Enfim, uma grande reunião, a nível nacional e pública, que teria a capacidade de resgatar as bases da cidadania e sustentada pela “razão” de todos os orientais:

*Todos estarían representados nessa grande assembleia popular. Os deserdados da cidadania, – os que guerream, os que morrem, mas que não podem, segundo a lei antiga, tomar parte na vida política do Estado, recuperarão sua dignidade e seu voto. Só a soberania pode pôr limites à soberania. Sua primeira manifestação não tem mais limite que a razão natural e o direito primitivo. Todos os orientais com uso da razão terão seu voto. Votará o pobre, o ignorante e o soldado, que são a maioria da nação e que antes não tinham os meios de trabalhar para emancipar-se da servidão e da miséria.*⁶⁷⁴

É importante ressaltar que, pela Constituição de 1830, somente tinha direito de voto aqueles que tinham posses e os alfabetizados.⁶⁷⁵ Nesse sentido, essa afirmação acima de Ramírez poderia ser entendida para além do simples discurso, pois ele e os demais intelectuais também se dedicaram à causa educacional como meio de formar o novo cidadão da República, conforme já vimos. Dessa maneira, podemos conceber que havia uma conexão intrínseca entre linguagem e ação, por meio da qual se visava à construção do “novo cidadão soberano” e “racional”, com base na educação, na lei e no direito públicos.

Assim, o sufrágio, conquistado por meio dessas bases, também consistia na “civilização”, no estabelecimento de uma comunidade harmônica e de iguais perante a lei, enquanto meios de construção e consolidação da “Nação Oriental”. Representaria, também, um “novo começo”, a percepção de uma nova temporalidade política para a República:

*Todos serão eleitores e todos serão elegíveis, porque só o sufrágio pode pôr limites ao sufrágio. [...] Todas as classes da sociedade terão seu delegado augusto na assembleia que fixará para sempre os destinos da Nação Oriental. [...] para regenerar-se com a liberdade, com a virtude, com a abnegação patriótica, com o trabalho moral das ideias, com a solene consagração dos princípios.*⁶⁷⁶

É digno de nota que o termo “regeneração”, mobilizado recorrentemente por Ramírez conforme vimos identificando em nossa análise, também indica uma aproximação semântica

⁶⁷⁴RAMÍREZ, Carlos María. Bases generales de pacificación. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 4, 19 de fev. 1871, p. 120.

⁶⁷⁵Conforme capítulos 1 ao 3, constantes na seção 2 da Constituição uruguaia de 1830. Ver: URUGUAY. *Constitución de la República Oriental del Uruguay*. Montevideo: Imprenta del Comercio del Plata, 1829, p. 6-8.

⁶⁷⁶RAMÍREZ, Op. cit., p. 121, grifos nossos.

associada às ideias de reformular, reconciliar, reformar, dar um novo vigor ao povo oriental. E tudo isso estaria, em nossa perspectiva, baseado em valores e princípios novos como a “virtude”, a “abnegação patriótica”, o “trabalho moral das ideias”, conotando, dessa forma, compromisso, dever com a construção e o “novo tempo” da Nação republicana a ser consolidada. Ramírez reiterava a necessidade da instauração de uma Convenção Nacional, sendo essa “a única solução legítima de todos os problemas sociais e políticos que agitam a República Oriental”, e o governo de Batlle não era compatível com essa proposta.⁶⁷⁷

Acreditamos que a reiteração, por parte de Ramírez, sobre a necessidade de uma “grande assembleia popular” só contribui para reforçar o que vimos defendendo em nosso trabalho. Aqui, convenção, no sentido de acordo, pacto, a busca de um consenso político harmônico, tem uma carga semântica que nos permite concebê-lo em dois sentidos, complementares entre si. Um deles, mais explícito, diz respeito ao nível mais amplo, mais abrangente, em termos da construção da comunidade nacional. O outro, enquanto uma “prévia” desse significado mais amplo. Ou seja, por meio de sua ação igualitária e fraterna, realizada dentro do próprio periódico *La Bandera Radical* e nos demais periódicos e associações, Ramírez e os demais intelectuais exerciam o delineamento, uma “experimentação” da nação republicana definitiva que almejavam em âmbito maior. Assim, tais “experimentos” e a prática da nação foi materializada pela formação e manutenção dos clubes e associações, que davam as bases para o próprio periódico e que foram impulsionados por Ramírez, em seus atos de mediação entre seus pares, o Estado e o público leitor.

Esse esboço da nação, por meio de tais espaços e relações político-sociais, precisava ser reforçado por meio dos usos da linguagem e da prática políticas constantes da “fraternidade”, da “liberdade política”, da “igualdade”, da “solidariedade”, da autonomia/autogestão, da unidade e da “civildade” exercida por e entre eles em tais ambientes. Além disso, serem reafirmadas e divulgadas o máximo possível por meio da imprensa. É com essa premissa que a pressão pública foi feita, por Ramírez e os demais intelectuais “radicais”, contra Lorenzo Batlle, considerando-o incapaz de estabelecer a paz política e de proporcionar um clima mais democrático e popular no país. E o publicista oriental concluiu o artigo da seguinte forma: “Busquemo-la [a paz] com os meios incruentos da *soberania do povo*, e teremos, então, a

⁶⁷⁷RAMÍREZ, Carlos María. Bases generales de pacificación. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 4, 19 de fev. 1871, p. 121.

verdade de uma *paz estável e duradoura* sobre os charmosos *horizontes de um povo que vive, que se dignifica e que progride*.”⁶⁷⁸

Em nossa visão, o significado do conceito de “soberania”, proposto por Ramírez, conotava praticamente o mesmo sentido defendido após a *Guerra Grande* pelos *fusionistas*, qual seja o de “autodeterminação de um povo”, conforme pontua Ana Ribeiro a respeito especificamente desse grupo político dos anos 1850 e 1860.⁶⁷⁹ Nesse sentido, assim como o *fusionista* Andrés Lamas defendia na década de 1850, mais no que tange ao fato de o personalismo político de cada partido ter sido um entrave para essa soberania⁶⁸⁰, Ramírez e os “radicais” de vinte anos depois manifestaram, em nossa perspectiva, defender o mesmo. Para além disso, acreditamos que também possuía a carga semântica relativa à defesa da autoconsciência política desse povo, por meio do exercício dos seus direitos cidadãos, à unidade/união nacional e à estabilidade política, o que consistiria na atribuição de um elemento novo ao conceito.

Considerando, ainda, o que coloca Hilda Sabato a respeito das relações entre a soberania do povo e as bases do regime republicano, naquele contexto, semanticamente falando, “[...] a república implicava a soberania do povo, de um povo que cada vez mais se concebia como uma comunidade de cidadãos autônomos, livres e iguais entre si, detentores de direitos e de certas obrigações”.⁶⁸¹ Nesse caminho, o sentido de “soberania” está, aqui, relacionado, também, aos elementos internos, da construção e consolidação da sociedade civil e da nação republicana, expressados pela atuação dos intelectuais dentro das associações e da imprensa, na constituição de uma esfera pública nacional. Assim, inferimos que a “soberania do povo”, a qual seria visualizada nos “charmosos horizontes do povo” e, assim, proporcionaria a estabilidade duradoura, poderia ser considerada, também, mais uma linguagem política vinculada à proposição, por parte de Ramírez, de uma nova temporalidade para a nação republicana oriental.⁶⁸²

Mencionando novamente Montesquieu, Ramírez afirmou que a “virtude” era o fundamento de uma República e, no mesmo sentido, que a “paz” e a “fraternidade” seriam os

⁶⁷⁸RAMÍREZ, Carlos María. Bases generales de pacificación. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 4, 19 de fev. 1871, p. 123, grifos nossos, inserção nossa.

⁶⁷⁹RIBEIRO, Ana. El largo camino de un concepto migratorio: soberanía. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750- 1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 146

⁶⁸⁰Ibid.

⁶⁸¹SABATO, Hilda. *Povo & política*. A construção de uma república. Tradução: Daniel da Silva Becker. Série História, 59. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p. 92.

⁶⁸²Como tratamos no capítulo 3, Ramírez voltou a se dedicar sobre o tema da soberania em suas Conferências de Direito Constitucional, ao realizar uma discussão teórica densa a partir de vários filósofos políticos que se debruçaram sobre esse conceito, tais como Jean-Jacques Rousseau e Thomas Hobbes, por exemplo.

princípios centrais a embasarem a criação de uma Convenção Nacional, de modo a alcançar e ampliar a soberania popular, das instituições republicanas, da “civilização”, etc.⁶⁸³ No entanto, “paz” não tinha, em sua ótica, o mesmo significado que “quietude dos sepulcros”, e “fraternidade” não estaria relacionada a uma unidade despótica, de inexistência de divergências. Tais termos, na verdade, serviam para a sustentação de um dinamismo, em termos de “agitação” e “movimento”, baseado na “ideia” e na “unidade moral” da legalidade, da solidariedade, da harmonia e da concórdia de todas as instituições e agentes que compunham o Estado.⁶⁸⁴

A partir de uma intervenção pública constante, vista, por Ramírez, como necessária em seu presente, era preciso estabelecer esse afastamento, no tempo, entre uma experiência política indesejável – da violência política – e o início de outra, a qual propiciaria a “regeneração” nacional, em prol de um nova República Oriental. No entanto, a recuperação de um outro passado continuava sendo realizada pelo publicista oriental. Nesse sentido, resgatou o que ele considerava a primeira tentativa de uma Convenção Nacional no Uruguai pós-Constituição de 1830, ainda nos anos 1850, expressada pelos “homens de altas visões”⁶⁸⁵, sendo esses muito provavelmente os *fusionistas*, embora não os tenha mencionado explicitamente.

Tal recorrência a esse evento precursor foi acompanhada da indicação, por parte do publicista uruguaio, mais uma vez a respeito de seus fracassos históricos, que, segundo sua visão, puderam ser verificados mediante o ressurgimento dos conflitos armados entre os partidos tradicionais. Assim, reafirmou que a ideia da Convenção ressurgia, enfatizando a ampliação da cidadania, e da soberania do povo. Era preciso alcançar “os deserdados da cidadania e da representação”⁶⁸⁶, ou seja, a todos, reiterando, de uma outra forma, a expressão “alcançar o povo”. Ou seja, o que já havia explicitado em seu ensaio *La Guerra Civil y Los Partidos*, conforme temos analisado em nossa tese.

Como também vimos buscando sustentar, tais repetições não se davam sem uma intencionalidade. Consistiam em reforçar, no plano retórico e linguístico, a proposta da consolidação de uma estabilidade política da nação republicana, de modo a manter, assim, uma racionalidade em meio ao caos por meio da escrita pública. Enfim, um ato modernizante. Desse modo, Ramírez tratou sobre a tendência ao “movimento”, em uma nação democrática e moderna, reiterando, mais uma vez, qual deveria ser o papel dos publicistas nessa empreitada:

⁶⁸³RAMÍREZ, Carlos María. La Convención Nacional. SUS CONDICIONES, SUS ANTECEDENTES, SUS ALCANCES (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 6, 5 de mar. 1871, p. 195.

⁶⁸⁴Ibid., p. 194-195.

⁶⁸⁵Ibid., p. 199.

⁶⁸⁶Ibid.

Os publicistas reconhecem que, nos povos, há uma tendência natural ao movimento, à atividade, à inquietude, e encontram no desenvolvimento da vida municipal e da associação voluntária um regime que dá formas cultas e moderadas a esse ímpeto, criando, *nessa vida média, o intermediário entre o isolamento da vida privada e as comoções da vida política.*⁶⁸⁷

Desse modo, para Ramírez, os publicistas, como ele próprio, deveriam ter o papel de “moderadores”, em termos de equilíbrio, ou seja, de mediadores entre o “isolamento” da vida privada e as “comoções da vida política”, tendo associado esse termo, em nossa perspectiva, ao conceito de “público”. Além disso, para além dos ambientes editoriais, os meios inerentes à sua atuação se davam dentro das associações voluntárias e da “vida municipal”, referindo-se às menores unidades de governo de um país. Acreditamos que essas ideias e propostas reforçam nossa hipótese por meio da qual defendemos que, tanto os periódicos quanto as associações criadas por Ramírez, e/ou das quais participou, teriam consistido em um esboço, uma miniatura⁶⁸⁸, da nação republicana que almejava construir e da esfera pública que buscava consolidar e ampliar. Esses “intermediários” representavam os anseios e reivindicações da sociedade e, também, o “equilíbrio” político necessário para que a República Oriental pudesse não somente manter-se viável, como também se “regenerar”.⁶⁸⁹

Era necessário criar e consolidar um espaço, mesmo que abstrato, que tivesse o caráter de intermediário entre o público e o privado, no qual fosse possível decantar e docilizar as paixões em prol dos interesses comuns e da convivência harmônica, visando à “regeneração” da nação republicana oriental. Nesse sentido, concebeu a Convenção Nacional como mais um elemento dessa ampliação que almejava para a esfera pública uruguaia. Também como a única forma de retomar a “plenitude da soberania nacional”, em termos de autonomia do povo, como meio de acesso a um novo “horizonte vasto de regeneração social”.⁶⁹⁰

Aqui, podemos inferir que os termos “Convenção Nacional”, que representaria a concórdia, a harmonia e o equilíbrio políticos para a nação, e “horizonte vasto de regeneração social” seriam linguagens políticas que conotariam a ideia de um “futuro presente”⁶⁹¹, uma nova

⁶⁸⁷ RAMÍREZ, Carlos María. La Convención Nacional. SUS CONDICIONES, SUS ANTECEDENTES, SUS ALCANCES (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 6, 5 de mar. 1871, p. 201, grifos do autor.

⁶⁸⁸ Conforme vimos defendendo a partir de nosso diálogo com a expressão de Heloísa Starling, em sua análise da formação da nação republicana estadunidense e conforme já reiteramos em outros pontos de nossa tese. De qualquer modo, ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel. A matriz norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 231-314.

⁶⁸⁹ RAMÍREZ, Op. cit., p. 201, grifos do autor.

⁶⁹⁰ RAMÍREZ, Carlos María. El gran pensamiento de la Convención Nacional. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 16, 14 de mai. 1871, p. 169.

⁶⁹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006, p. 287.

temporalidade política que se aproximava, em sua percepção. A partir de um “espaço de experiências” que ainda se mostrava sensível, Ramírez mobilizava linguagens políticas capazes de expressar um novo futuro, um outro “horizonte de expectativas”⁶⁹², caracterizado pela legalidade e pelas relações contratuais na política, as quais seriam o cerne da construção da nação e da esfera pública uruguaias.

Desse modo, para além dos referenciais intelectuais e processos do passado aos quais Ramírez recorreu, ele não se limitou ao tempo pretérito. Suas propostas para a nação estavam direcionadas a um novo futuro, de “regeneração”, ou seja, de revigoração nacional. Esse revigoração, de modo geral, caracterizava-se por outra forma de relação com a coisa pública, com as instituições do Estado e da sociedade. Era baseado em alguns sentimentos e valores, como a civilidade, a virtude republicana – especificamente ao modo que propôs Montesquieu, conforme já destacamos –, a fraternidade e a solidariedade políticas, o espírito de associação etc. Em nível maior, todos esses elementos pressupunham essa “regeneração”, no sentido de reformas a serem levadas a cabo.

Assim, poderiam ser ampliados na esteira de uma Convenção, a “grande assembleia”, por meio da qual seria possível alcançar a paz e iniciar a refundação da República Oriental do Uruguai, calcada na estabilidade política, por meio “[...] das ideias modernas, das grandes reformas políticas e sociais que estão operando a transformação do mundo”.⁶⁹³ Dessa forma, era preciso converter os cidadãos orientais em “apóstolos pacíficos de um evangelho político” e a Convenção Nacional era o único caminho apropriado para isso.⁶⁹⁴

⁶⁹² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006, p. 287.

⁶⁹³ RAMÍREZ, Carlos María. El gran pensamiento de la Convención Nacional. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 16, 14 de mai. 1871, p. 170, grifos e inserção nossos. Neste mesmo número 16, na Seção Gotas de Tinta (p. 180), há a informação sobre os trabalhos a respeito da criação das escolas no interior do país (em Arroyo Seco e em Treinta y Tres) pela SAEP. Entendemos que a intenção foi divulgar tais ações, já que os “serviços” da SAEP ainda eram bem “desconhecidos” por parte do público, conforme o próprio Ramírez explicitou neste número. Outro ponto de relevo neste informe, em nossa visão, foi o destaque para a data que Ramírez e os demais sócios da SAEP estipularam visando à inauguração da escola de Treinta y Tres: “25 de Maio”, com “M” maiúsculo, o que conotava, a nosso ver, o significado histórico desse dia, da *Revolución de Mayo*. Para um panorama histórico amplo sobre no que consistiu tais eventos platinos a nível mais regional e o processo de formação nacional argentina, ver: MYERS, Jorge. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (Orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 69-130. A nosso ver, a intenção de Ramírez foi a de unir os símbolos históricos referentes tanto à história oriental, os Trinta e Três Orientais, quanto da história regional, ou seja, o processo independentista das localidades da região do Rio da Prata como um todo. Quanto à materialidade do referido número, Ramírez informou que ele finalizava o quinto mês do periódico, tendo esse exemplar doze páginas a mais do que o convencional, o que totalizou 51.

⁶⁹⁴ RAMÍREZ, Carlos María. La Convención Nacional. SUS CONDICIONES, SUS ANTECEDENTES, SUS ALCANCES (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 6, 5 de mar. 1871, p. 204.

Só um “Governo de transação” seria capaz de embasar a instituição de um Governo Provisório, no qual os partidos pudessem coexistir visando à Convenção Nacional, a refundação da República e a convivência democrática, o que seria alcançado por meio de seus principais espaços e canais de ação, em sua visão. Tais espaços eram a “[...] imprensa diária, os Clubes, os comícios, corporações municipais e nas grandes Assembleias do Estado”, prezando, assim, pela “fraternidade” e de modo a preservar e ampliar a esfera pública e a consolidação nacionais e institucionais.⁶⁹⁵ Desse modo, por meio de tais ações, era necessário sempre se ter em mente que “Antes que colorados e blancos, *orientais*; antes do partido, *a pátria*; antes da dominação pessoal, *o reinado impessoal da justiça*. Elevemos nosso espírito a essa *sublimidade moral*, e a eleição de meios será facilmente resolvida com a *guia imparcial do bom sentido*”.⁶⁹⁶

Assim, os membros de cada partido, *colorado* – então no poder – e o *blanco* – chamado por Ramírez de “partido da revolução”, por ter iniciado o conflito civil em curso naquele contexto – deveriam escolher os “melhores elementos”⁶⁹⁷ de cada uma daquelas agremiações políticas. Esses escolhidos – deveriam ser cinco, no total – seguiriam o princípio da “igualdade política” e nomeariam, entre si, o presidente de caráter interino do país, de modo a levar adiante a Convenção Nacional.⁶⁹⁸ Era um passo intermediário até o objetivo final, que, para Ramírez, deveria ser a soberania do povo, a qual seria a única forma de estabelecer um “governo permanente”, de fato, e base legítima da constitucionalidade a ser seguida.⁶⁹⁹

E as ideias a respeito da Convenção Nacional ecoaram na esfera e opinião públicas do país. Ramírez deu atenção à repercussão e o endosso relativos à “grande assembleia”, enquanto sinônimo de “Convenção Nacional”, e ao governo misto, propostos por ele em *La Bandera Radical*, divulgados pelo periódico *Regeneración*, do departamento de Melo, interior do país e de orientação *blanca*. O publicista oriental afirmou que essas ideias eram “de todos os que sentem em seu peito a abnegação do patriotismo e o amor das instituições democráticas”⁷⁰⁰, e publicou a transcrição do artigo do referido periódico interiorano. No mês seguinte, Ramírez voltou a dar espaço ao mesmo periódico e sobre como esse intensificou a difusão, por meio de suas páginas, da defesa da ideia da Convenção Nacional e do Governo Misto.⁷⁰¹

⁶⁹⁵RAMÍREZ, Carlos María. Guerra a la guerra. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 7, 12 de mar. 1871, p. 236.

⁶⁹⁶Ibid., grifos nossos.

⁶⁹⁷Ibid., p. 237

⁶⁹⁸Ibid.

⁶⁹⁹Ibid., p. 238.

⁷⁰⁰RAMÍREZ, Carlos María. Como caminan las ideas. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 11, 9 de abr. 1871, p. 425.

⁷⁰¹RAMÍREZ, Carlos María. Las bases indeclinables de la paz. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 16, 14 de mai. 1871, p. 150-151.

Desse modo, percebemos que as intervenções públicas de Ramírez, mais especificamente acerca da criação de uma Convenção Nacional, dos Governos provisório e permanente por meio de *La Bandera Radical*, encontraram respaldo e reconhecimento da opinião pública, tendo elas sido endossadas por outros periódicos. Isso, a nosso ver, teria contribuído para ampliar a esfera pública política de debate sobre a construção da nação republicana oriental no início da década de 1870. Além disso, o compartilhamento das ideias mais gerais a respeito de uma unidade e construção nacionais continuaram a ser difundidas por outros periódicos, associações e setores sociais uruguaios, tanto capitalinos quanto interioranos, do mesmo contexto. Alguns exemplos desses foram o jornal *El Siglo*, *La Tribuna*, *El Independiente* e, principalmente, a *Asociación Rural del Uruguay*, conforme veremos adiante.

2.5.2.5. Comunhão de ideias e mediações em prol da nação oriental na esfera pública

Os atos de mediação, realizados por Ramírez, não se encerraram nos exemplos anteriormente mencionados, pois suas propostas encontraram respaldo em outros periódicos, escritores e setores da sociedade uruguaia, os quais também reivindicavam a construção da nação e a ampliação da esfera pública. A nosso ver, Ramírez relatou que, naquele contexto, “germinam, por todas as partes, aspirações isoladas de regeneração e de justiça [...] no espírito das massas [...]”.⁷⁰² Elencou, também, o que, em nossa visão, poderia ser entendido como alguns resultados da publicidade de suas propostas, ao listar periódicos que, ao que tudo indica, eram, inicialmente, mais ligados aos *colorados*, como o *El Siglo*, o *La Tribuna* e o *El Independiente*, e que foram paulatinamente aderindo a tais propostas de pacificação e de unidade nacionais.⁷⁰³

Destacando as mudanças políticas em curso, mais especificamente dentro do *Partido Colorado*, Ramírez abriu espaço, em *La Bandera Radical*, para a publicação de um artigo intitulado *La paz y la guerra*, anteriormente levado ao público por *El Independiente*⁷⁰⁴, da região de Fray Bentos, interior do país. De modo geral, o artigo do veículo midiático interiorano defendia o fim da guerra civil, a qual era responsável, em sua ótica, “pela ruína e perdição da República”.⁷⁰⁵ Esse periódico também afirmou, compartilhando das reivindicações de Ramírez e dos demais colaboradores de *La Bandera Radical*, que

⁷⁰²RAMÍREZ, Carlos María. Suelos diversos/Albores. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales. Año 1, n. 7, 12 de mar.1871, p. 266.

⁷⁰³Ibid., p. 266-267.

⁷⁰⁴Ramírez não mencionou o nome do autor do referido artigo.

⁷⁰⁵EL INDEPENDIENTE. La paz y la guerra apud RAMÍREZ, Op. cit., p. 267.

*A opinião pública se manifesta unânime em pedir que se dê uma solução ao conflito político que pôs de novo as armas nas mãos dos velhos partidos. [...] para reconciliar, sob a bandeira do sufrágio universal aos filhos de uma mesma mãe, carregaria com uma imensa responsabilidade ante o país [...].*⁷⁰⁶

Percebemos, mais uma vez, a metáfora da família no excerto acima, o que indica que os recursos linguísticos e simbólicos, mobilizados inicialmente por Ramirez, foram retomados por outros agentes na esfera pública, de modo a reivindicar a unidade nacional uruguaia. Para além da atenção dada à recepção e divulgação de suas propostas, pelos periódicos supramencionados, Ramírez destacou e publicou a letra de um canto que ele afirmou ser de caráter popular, porém informou ser de um autor desconhecido, o qual tratava sobre a união nacional de todos os cidadãos, de forma mais ampla. De qualquer modo, a edição que fez de tal texto, publicando-o em *La Bandera Radical*, explicitou sua intenção em utilizá-lo para robustecer seus argumentos em prol da construção da nação republicana oriental. Eis o conteúdo do referido canto, o qual citamos em seu todo por acreditarmos ser muito relevante para nossa análise:

Es posible, ciudadanos,
Que nos quieran dividir
Y que nos quieran concluir
¡Con nuestros propios paisanos!
Pues siendo todos hermanos
Por que hay esta desunión;
O no habrá en nosotros razón
Que nos pueda convencer
De que debemos tener
¿Patriotismo y corazón?
Que desgracia y cataclismo
Del país onde hemos nacido,
Que lo hemos de ver perdido
Por nuestro delito mismo;
Dejemos el despotismo;
Tengamos tranquilidad,
Que ya basta de arruinar
A nuestra patria querida;
Ya basta de perder vidas;
¡Vamos a vivir en paz!

¡Compañeros! Es un duelo
El mirar entre nosotros
Con la sangre de unos y otros
¡Regar nuestro propio suelo!
Que terrible desconsuelo
No precaver elecciones;
No se rieran las naciones
De nuestra fatalidad
Al ver tanta terquedad

⁷⁰⁶EL INDEPENDIENTE. La paz y la guerra apud RAMÍREZ, Carlos María. Suelos diversos/Albores. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales. Año 1, n. 7, 12 de mar.1871, p. 267, grifos nossos.

¡En nuestras torpes cuestiones!

Al fin echando en el olvido
Y corriendo un velo a todo
Lográramos de este modo
El ver el país constituido;
Que si vivimos unidos
Teniendo tranquilidad
Nuestra patria se alzaré
Sobre sus glorias ufana,
Y en la sangre americana
Brillará la libertad!⁷⁰⁷

É digno de nota a publicação da letra desse canto, pois, mais uma vez, podemos perceber que Ramírez realizou o exercício de mediação político-intelectual entre a prática douda da escrita e a oralidade popular, e sua publicização, almejando, assim, alcançar os corações e mentes do povo oriental. Acreditamos ser pertinente lembrar que o publicista uruguaio realizou esse ato de modo similar ao que fez Sarmiento em seu *Facundo*, dialogando aqui, mais uma vez, com o que argumenta Julio Ramos sobre o intelectual argentino oitocentista.⁷⁰⁸ Também conforme Ramírez já havia feito em seu ensaio *La Guerra Civil y Los Partidos*, a respeito das situações da guerra civil presenciadas ou vivenciadas por ele mesmo e por outros setores sociais. Afirmando ter ouvido um combatente da guerra civil de então cantá-lo, muito provavelmente em alguma ocasião do conflito do qual participou meses antes, Ramírez argumentou, por meio das páginas de *La Bandera Radical*:

Sempre que à nossa presença se entonou um desses cantos populares, que muito conhecem os nossos gaúchos, *emprestamos um ouvido atento, com a convicção de que escutamos a batida de um coração que se confunde com o coração do povo. Dos mais triviais desses cantos, pode-se sempre coletar uma ideia, um sentimento, uma modalidade do espírito popular em circunstâncias dadas. Assim, [...] escutamos dos lábios de um amigo o canto da fraternidade anônimo, simples e espontâneo como todos os cantos populares!* O amigo que, com a voz emocionada o entonava, tinha uma divisa de guerra no chapéu, uma divisa pela qual acabava de brigar e pela qual voltava de novo à batalha; mas, no fundo do seu coração, havia um sentimento de paz e de concórdia que vibrava com o canto da fraternidade. *Não será essa a imagem real das massas que lutam e morrem na luta atual dos partidos?* Não terá mais força que a divisa de guerra, imposta pelas explorações do caudilho, o canto da fraternidade *que brota espontaneamente de sua alma?*⁷⁰⁹

⁷⁰⁷Mais uma vez, mantivemos a versão original do texto citado, de modo a não comprometer sua forma. RAMÍREZ, Carlos María. Suelos Diversos/El canto popular de la fraternidad. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 7, 12 de março de 1871, p. 271-272.

⁷⁰⁸RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina*: literatura e política no século XIX. Tradução: Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

⁷⁰⁹RAMÍREZ, Op. cit., p. 271, grifos nossos.

Dessa forma, Ramírez, literalmente, *ouvia* o outro, e convertia essa escuta em escrita para que outros e outras pudessem ter acesso a ela, reunindo, assim, todos os orientais na esfera pública política em prol da construção nacional, mesmo que “virtualmente”.⁷¹⁰ Intencionava, por meio da “publicidade”, levar o “[...] programa de regeneração política [...]” ao “[...] alcance do mais humilde entendimento e do menos ilustrado patriotismo”.⁷¹¹ Ou seja, ter recorrido à publicação da letra desse canto popular significava, a nosso ver, distanciar-se da linguagem douta a respeito do patriotismo e dos termos teóricos mais rígidos sobre o mesmo, para, desse modo, apelar ao sentimento mais simples e espontâneo a ser incutido na mente e no coração do povo oriental. Enfim, outro ato de mediação político-cultural, em nossa perspectiva.

Nesse sentido, além dos postulados teóricos de Montesquieu – mencionados em vários escritos e momentos de sua atuação, conforme já vimos e ainda veremos – utilizava-se de excertos de outros filósofos políticos, tais como *Considerações sobre o governo representativo* (*Representative government*, 1861), de John Stuart Mill.⁷¹² O seu objetivo era tratar sobre a nacionalidade, sua relação com o governo representativo e as “simpatias comuns”. Aqui, acreditamos ser possível perceber os usos dessa teoria de Mill trazida, por Ramírez, para a realidade uruguaia, de modo que a linguagem política utilizada por ele conotasse o apelo aos sentimentos patrióticos, o que nos remete, inclusive, à “camaradagem” da comunidade nacional proposta por Anderson.⁷¹³ Nesse sentido, utilizando-se dos conceitos de Mill, um pensador liberal inglês contemporâneo seu, Ramírez buscava pensar a consolidação dos sentimentos nacionais e a sustentação das instituições republicanas que almejava para o Uruguai do início da década de 1870:

Essa definição da nacionalidade, buscada fora das exterioridades aparentes, no sentimento que a caracteriza, poderia mostrar aos orientais todo o abismo que abrem em seu próprio país ao dividir-se em campos irreconciliáveis, *separados por antipatias que não existem entre eles e outros homens, antipatias que os levam a operar em desacordo com uma má vontade que não têm para fazê-lo com outros, a não querer viver sob o mesmo governo, nem a*

⁷¹⁰ Aqui, mais uma vez, dialogamos com Claudio Maíz a respeito de as publicações nas revistas consistirem, ao mesmo tempo, em um aspecto material e em redes de sociabilidade estabelecidas entre os intelectuais. Além disso, também eram reuniões virtuais dos escritores com os seus leitores na esfera pública, de modo geral. Ver: MAÍZ, Claudio. Las re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales. Redes de difusión en el romanticismo y el modernismo. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio. (Orgs.). *Nas tramas da “cidade letrada”*: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. 1ª ed. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2018, p. 149.

⁷¹¹ RAMÍREZ, Carlos María. Suelos Diversos/El canto popular de la fraternidad. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 7, 12 de março de 1871, p. 271.

⁷¹² Assim como podemos perceber nas proposições de Stuart Mill sobre as relações intrínsecas entre a viabilidade do governo representativo e a existência das referidas simpatias comuns enquanto embasamento da nação. Ver: MILL, John Stuart. *Representative Government* (1861). Canadá: Catoche Books Limited, 2001, p. 181-187.

⁷¹³ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

*querer que esse governo seja exercido por eles mesmos ou por uma fração deles, com exclusão do estrangeiro. [...] Com diferentes formas, o fato vem a ser o mesmo, porque se relaxa o sentimento nacional, degrada-se o caráter cívico e as situações se estabelecem sobre a falsa base de uma prevaricação gravíssima.*⁷¹⁴

Aqui, um diálogo nosso com Pierre Ansart se faz necessário. Conforme o historiador francês propõe, tais linguagens vinculadas aos sentimentos políticos, embora não meramente “irracionais”, são utilizadas, pelos seus mobilizadores, de modo a criar uma relação de escuta, simpatia, conivência e/ou de compreensão sobre o projeto defendido, com o objetivo de reiterar tanto “simpatias” quanto “antipatias”.⁷¹⁵ Desse modo, almejando aflorar os sentimentos comuns, as “simpatias comuns” em prol da construção nacional, Ramírez reforçou a necessidade de se alcançar a todos os setores da sociedade, sendo a opinião geral fundamental para a construção da soberania ampla. Era necessário, em sua visão, ligar os diversos setores sociais, interconectando, na esfera pública, todos os seus representantes, fossem eles associações voluntárias, periódicos, grupos e atores político-intelectuais diversos, em prol de um interesse comum e da autonomia da nação oriental:

*A opinião dos interesses materiais e morais – a opinião dos estancieiros, dos capitalistas, dos comerciantes, dos trabalhadores; a opinião dos professores de escola e de todas as profissões liberais; – a opinião das mães e de todos os corações honrados – essa opinião pacífica, esmagada e fundida sob a usurpação violenta dos partidos de guerra, é a que deve levantar-se, organizar-se e proclamar a paz em nome da soberania nacional, que não está representada pelos que persistem em matar-se por que levam uma cinta de cor diferente no chapéu, mas sim pelos quais querem viver tranquilamente no trabalho, na civilização, no progresso.*⁷¹⁶

Como podemos notar, Ramírez não somente buscou reforçar os laços com os intelectuais que sempre teve mais afinidade ao longo de sua trajetória, mas também com os líderes de outros setores sociais não tão próximos ao que ele fazia parte. Isso reforça ainda mais, a nosso ver, o papel de mediação político-intelectual que exerceu em seu contexto de atuação. Tal conduta se mostra nítida, em nossa ótica, com a publicação da carta de Domingo Ordoñana, estancieiro do departamento de Soriano e entusiasta da criação de uma associação que representasse os interesses dos setores rurais uruguaios, enviada à Lúcio Rodríguez, então Gerente de Imigração. Ramírez considerava que a carta de Ordoñana vinha a atender “[...] fielmente às aspirações de nosso espírito, e poderíamos tomá-la por programa, assim como

⁷¹⁴RAMÍREZ, Carlos María. La paz impuesta y la paz voluntaria. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 8, 19 de mar. de 1871, p. 288-289, grifos do autor.

⁷¹⁵ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução: Jacy Seixas. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2019, p. 23.

⁷¹⁶RAMÍREZ, Op. cit., p. 292, grifos nossos.

deveria tomá-la o país inteiro”.⁷¹⁷ Era preciso ouvir “a voz da campanha”, expressão essa que, inclusive, nomeia o artigo de Ramírez no qual consta trechos da referida carta de Ordoñana.⁷¹⁸

De fato, em sua carta, Ordoñana manifestou muita preocupação com toda a destruição causada pela guerra civil em curso, principalmente em relação aos estancieiros e trabalhadores da área rural, os quais, segundo ele, constituíam a parte do país que mais sofreu e ainda sofria com todos os conflitos civis nacionais históricos. Demonstrando a convergência de pensamento e reivindicações com os de Ramírez e dos demais colaboradores de *La Bandera Radical*, Ordoñana afirmou:

Vir a esse último caso sem lutar, sem defender-nos, sem mostrar nossas fileiras, não seria destes tempos. *Reunirmos, alinhar nossas ideias, falar, escrever, produzir gritos de reclamação, isso seria destes tempos; e seria destes tempos também o trabalhar pela paz [...]*.⁷¹⁹

Nesse sentido, percebemos que Ramírez, enquanto editor e diretor do órgão público dos “radicais”, preocupou-se em dar voz a setores sociais aliados do centro do debate político daquele contexto, intencionando construir e consolidar uma união/unidade e a “regeneração” da nação oriental, tanto discursivamente, quanto na prática. Assim, seria possível alcançar a paz, a partir de um “convênio”⁷²⁰, o que nos lembra a sua própria proposta a respeito da Convenção Nacional. O intelectual uruguaio também elencou outros periódicos que compartilharam das ideias expostas por ele em seu folheto *La Guerra Civil y los Partidos* e em *La Bandera Radical*, e sobre a pacificação do país, de modo geral. Esses veículos não haviam se posicionado tão favorável e abertamente quando da publicação das “adesões” ao seu ensaio, contidas no primeiro número de *La Bandera Radical*. Tais periódicos foram os seguintes: *Ferro-Carril*; *La Tarde*; *Tribuna*; os já mencionados *El Siglo* e *Independiente*; e a que denominou de “imprensa da campanha”, provavelmente se referindo à imprensa do interior do país, sem, no entanto, especificá-la, mas equiparando os esforços e relevância dessa aos “da imprensa de Montevideú”.⁷²¹

Para além disso, Ramírez, mais uma vez, abriu espaço, em *La Bandera Radical*, para a publicação de uma reivindicação de pacificação e unidade nacionais provinda do interior do país. Dessa vez, publicou o manifesto de um periódico, cujo nome também não mencionou,

⁷¹⁷RAMÍREZ, Carlos María. La voz de la campaña. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 8, 19 de mar. 1871, p. 298

⁷¹⁸Ibid.

⁷¹⁹Carta de Domingo Ordoñana a Lucio Rodríguez (Gerente de Imigração) apud RAMÍREZ, Op. cit., p. 298, grifos nossos.

⁷²⁰Ibid., p. 299.

⁷²¹RAMÍREZ, Carlos María. La santa propaganda de la paz. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 9, 26 de mar. 1871, p. 315.

próprio da cidade de Mercedes, capital do departamento de Soriano, ou seja, da mesma região do estancieiro Domingo Ordoñana. O referido manifesto, da mesma forma que Ramírez em seus escritos e em *La Bandera Radical*, defendeu a “reconstrução nacional”, o “império das instituições” e a “nacionalidade”.⁷²² Seus redatores e colaboradores – também não especificados – eram “colorados puros”⁷²³, como Ramírez também já havia sido. No entanto, como o que estava em jogo era a “salvação do país”, o referido periódico anônimo afirmava que seus colaboradores eram

[...] tudo, menos inimigos da pátria; nunca nos cegou nem nos cegarão as afeições de partido, adiando o bem-estar e a felicidade dela; queremos vê-la *consolidada*, forte e feliz pelo robusto *braço de seus filhos*, e não desejamos olhá-la despedaçada, ensanguentada e envelhecida por eles.⁷²⁴

Dentro dessa interconexão dos periódicos e associações na esfera pública, o objetivo, reforçado por Ramírez, era consolidar a nação republicana mediante sua pacificação e construção baseadas na unidade e civilidade políticas. Da mesma forma que esse publicista em *La Bandera Radical*, o periódico de Mercedes – cujo nome também não é mencionado por aquele intelectual, mas que o denominou de “colega de Mercedes” – também ansiava pela paz política e pressionou o governo central de Batlle a dar fim à guerra civil. O periódico do interior defendia o término do conflito mediante a observação e respeito dos “interesses gerais do povo” com base na “razão e patriotismo”, e “[...] sob o império da Constituição e das Leis”.⁷²⁵

Em outro número, Ramírez publicou um trecho da resposta do Gerente de Imigração, Lucio Rodríguez, a Domingo Ordoñana, no qual indicou a “[...] falta de autoridades” e que “[...] a terra é boa, mas não há governo”⁷²⁶ no país. Nesse sentido, o diretor de *La Bandera Radical* somou seu apoio à criação de uma Sociedade Rural em solo oriental, endossando a sua fundação de modo que os “interesses da campanha” fossem defendidos, pois, desse modo, os ruralistas se salvariam e, consequentemente, salvariam o “[...] país junto com eles.”⁷²⁷

Nas duas ocasiões em que cedeu espaço para a publicação das reivindicações e manifestações de Ordoñana, contrárias à destruição no interior causada pelas guerras civis e

⁷²²RAMÍREZ, Carlos María. La santa propaganda de la paz. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 9, 26 de mar. 1871, p. 316.

⁷²³Ibid.

⁷²⁴EL PROGRAMA (Periódico de Mercedes) apud RAMÍREZ, Carlos María. La santa propaganda de la paz. Op. cit., p. 317, grifos nossos.

⁷²⁵Ibid.

⁷²⁶Carta de Lúcio Rodríguez (Gerente de Imigração) ao Departamento de Cerro Largo apud RAMÍREZ, Carlos María. La Sociedad Rural. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 9, 26 de mar. 1871, p. 322.

⁷²⁷Ibid., p. 323-324, grifos do autor.

favoráveis à defesa da criação de uma Sociedade Rural, Ramírez intencionou, a nosso ver, mediar, politicamente, uma aproximação, uma união entre a cidade e o campo. Ou melhor, mediar tais âmbitos de modo a se construir a unidade nacional. Em outros termos, uma mediação entre a “civilização” e a “barbárie”, aos moldes que Sarmiento fez em seu *Facundo*, conforme defendeu Ramos.⁷²⁸

No entanto, em nossa visão, Ramírez realizou uma inflexão conceitual em relação a esse ponto: o sentido de “barbárie”, reproduzido e relacionado, negativamente, há décadas com a área rural, foi esvaziado por ele.⁷²⁹ Assim, passou a atribuir, de modo solidário e empático, uma característica também positiva a esse polo da referida dicotomia, com características humanizadas, “civilizatórias” e de cooperação com a área urbana:

O primeiro passo da Sociedade Rural seria patentear os sofrimentos, as humilhações, os atentados de que a campanha é vítima, pela luta criminosos dos partidos. Aqui, na privilegiada cidade, não se conhece a guerra civil da campanha.⁷³⁰

Nesse sentido, do mesmo modo que fez em seu ensaio *La Guerra Civil y los Partidos*, mostrou-se aberto a ouvir o “grito de socorro” da campanha, a ecoá-lo por meio das páginas de *La Bandera Radical* e a fazer a cidade (capital) reconhecê-lo. Isso, a nosso ver, teria contribuído para o endosso de seu projeto de nação, baseado na defesa da pacificação, da unidade, da “regeneração” e da estabilidade política nacionais. Além disso, em nossa perspectiva, consistiu em mais um elemento de mediação político-intelectual e cultural consistente realizada por Ramírez naquele contexto. Segundo o publicista, era preciso que a capital compreendesse as reivindicações do interior, essas também relacionadas ao desejo de pacificação e desenvolvimento nacionais, o que, em sua visão, convergiria para o alcance do “progresso” da “nação” oriental como um todo. Assim, buscou elencar os problemas de cada parte do país, da cidade (capital) e da área rural (ou interior como um todo), demonstrando como, apesar de tudo, a cidade ainda era mais privilegiada que o campo:

Aqui [na capital] os negócios andam mal; o dinheiro está escasso; o mal-estar se faz sentir; mas, pelo menos, a propriedade está segura, está segura a vida, está segura a honra da família. Lá [no campo], tudo é paralisação, transtorno, ruína, e a propriedade é patrimônio comum dos exércitos, e a vida está

⁷²⁸RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Tradução: Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

⁷²⁹Conforme perceberemos no capítulo 4, Ramírez deu continuidade a essa inflexão conceitual do termo “barbárie”, ao tratar sobre a atuação histórica do “caudilho” Artigas no agrupamento do povo oriental durante a primeira fase do processo de independência.

⁷³⁰RAMÍREZ, Carlos María. *La Sociedad Rural*. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 9, 26 de mar. 1871, p. 324, grifos do autor.

constantemente ameaçada, e a honra da família... ao cair da noite, uma despedida recai sobre a população, onde um grupo de mulheres chora pelo chefe de família que acaba de ser conduzido ao acampamento, por que era colorado ou era blanco ou tinha confusa a papelada de estrangeiro [de imigrante, provavelmente].⁷³¹

Mais uma vez, percebemos a recorrência às imagens e metáfora da família, e das esposas e mães que choravam pela partida e a morte dos respectivos maridos e filhos, para e na guerra civil. Desse modo, assim como uma “grande família”, de fato, capital e interior, cidade e campo, deveriam se reconciliar, unir-se em prol da construção e unidade nacionais. Os exemplos dados, em sua reivindicação, buscavam retratar a realidade vivida no interior do país, atuar sobre o sentimento dos leitores e apelar a eles em relação àquela experiência compartilhada, marcada pela precariedade da vivência e pelas instabilidades políticas. Ramírez recorria constantemente à utilização de linguagens que conotavam sentimentos, como tristeza, desamparo, angústia, de modo a combater outros, como as “vertiginosas paixões”⁷³² e os “ódios” históricos entre os partidos, as quais também eram de caráter político. E o fazia na tentativa de consolidar a estabilidade, a união/unidade, a pacificação e a “regeneração” da nação republicana:

Isso é o que a *Sociedade Rural* deve preconizar muito alto, e assim verão nossos partidos que nem todo o país se vê preso em suas vertiginosas paixões, e assim verá o estrangeiro, de onde tantos elementos esperamos, que há na República Oriental um núcleo de interesses honrados e progressistas que podem servir de base a uma regeneração política e social de transcendência.⁷³³

Aqui, acreditamos que caiba, mais uma vez, uma reflexão sobre a mobilização desses termos que remetiam aos sentimentos políticos. Dialogando novamente com Pierre Ansart, concordamos com o autor no que tange ao argumento de que as afetividades políticas se relacionam aos tipos de vínculos sociais e aos modos de constituição das identidades de grupo. Nesse sentido, ainda conforme defende o historiador francês, concebemos que os intelectuais e os “jornalistas de opinião” seriam alguns dos principais “produtores de bens simbólicos emocionais”, por meio de seus discursos e escritos.⁷³⁴ Segundo Ansart, seria por meio da linguagem, constituída pelas palavras e figuras de estilo, que os mencionados atores difundem suas reivindicações e solicitação de apoio baseados nas sensibilidades políticas.⁷³⁵ De qualquer modo, Ramírez, enquanto um “jornalista de ideias”, ou “publicista político” como o

⁷³¹RAMÍREZ, Carlos María. La Sociedad Rural. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 9, 26 de mar. 1871, p. 324, inserções e grifos nossos

⁷³²Ibid., p. 325.

⁷³³Ibid., grifos do autor.

⁷³⁴ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução: Jacy Seixas. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2019, p. 19.

⁷³⁵Ibid., p. 16-20.

entendemos desde o início desta tese a partir dos termos de Jorge Myers⁷³⁶, também poderia ser concebido como um desses “produtores de bens simbólicos emocionais” que Ansart propõe, a partir de suas ressignificações político-intelectuais na esfera pública.

Considerando os “interesses honrados e progressistas”, enquanto algo relacionado ao conceito de “progresso”, constantes no excerto destacado na página anterior, Ramírez entendia a possibilidade de “transcender” a situação caótica de seu presente, por meio da união de tais recursos discursivos mais abstratos e imprecisos. Sobre esse ponto, recorremos, mais uma vez, a Ansart. Os usos de tais palavras, como “progresso” – e “transcendência”, como também faz Ramírez – indicariam a intenção em propor a superação dos limites existentes, as quais, em muitos casos, estão relacionadas ao corpo ou a práticas corporais, como “pátria” e “vida”, por exemplo, que, por sua vez, têm a capacidade de suscitar imagens de convencimento.⁷³⁷ E, ao analisarmos as mobilizações de Ramírez, acrescentamos mais um termo linguístico aos que Ansart elenca, que é “regeneração”.

Ou seja, apesar de intervir em seu presente, a resolução para os problemas do país, de acordo com o que conota o discurso do publicista oriental, estaria inscrita no futuro, no qual, por sua vez, seria possível um “aprimoramento” até de caráter propriamente “espiritual”. E essa “regeneração”, no sentido de algo “purificador” ou “redentor”, só se concluiria com a incorporação do interior, isto é, da campanha, da área rural, de modo a romper com uma dicotomia rígida entre “tradição” e “modernidade”, e realizar uma mediação entre elas para a unidade nacional. E, desse modo, Ramírez fez questão de reiterar a importância dessa parte do país para a estabilidade e unidade nacionais, não privilegiando somente a cidade (capital) e incluindo-a em suas propostas, ao invés de excluí-la ou hostilizá-la, assim como grande parte dos setores “doutorais” haviam feito antes:

Eles representam os mais consideráveis e vitais interesses; são a maioria do povo e devem *reconhecer-se o elemento verdadeiramente nacional da República*, por que são os filhos arraigados da terra que possuem, que cultivam e que fertilizam; e, entretanto, esses interesses são os mais prejudicados e explorados; essa maioria não tem ação nem voto na contenda; esse elemento nacional desaparece sob a pressão das oligarquias de bando.⁷³⁸

⁷³⁶MYERS, Jorge. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta inicio del siglo XX. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 29-50.

⁷³⁷ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução: Jacy Seixas. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2019, p. 70.

⁷³⁸RAMÍREZ, Carlos María. La Sociedad Rural. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 9, 26 de mar. 1871, p. 326, grifos nossos.

E, de fato, as reivindicações em prol de uma associação que representasse o interior surtiram efeito. Em outubro de 1871, foi criada a *Asociación Rural del Uruguay*, pela iniciativa do já mencionado “ilustrado” agrônomo Domingo Ordoñana.⁷³⁹ E Ramírez tratou sobre sua inauguração e sua relevância para a “regeneração da República”, para a justiça e para a união/unidade da nação:

[...] a *Asociación Rural do Uruguai* é um dos mais poderosos agentes da regeneração da República, e devemos saudá-la com júbilo todos os que não encontramos possibilidade de salvação, senão na unificação dos esforços que podem cooperar para o triunfo da verdade e o bem da justiça e da civilização.⁷⁴⁰

Assim, buscando consumir essa união simbólica das associações urbanas e rurais, e a complementaridade de suas ações práticas em prol da nação oriental, Ramírez investiu, também, na reafirmação do papel dos espaços político-intelectuais que ajudou a criar. Dentre eles, mencionou o *Club Universitario*, concebido pelo diretor de *La Bandera Radical* como o “cérebro e o coração da pátria”⁷⁴¹, e a SAEP, sendo que ambos, em sua visão, também realizavam um papel tão considerável quanto o que faria a recém-criada *Asociación Rural*.⁷⁴²

Essas manifestações de Ramírez constam no discurso que fez na ocasião de sua saída da presidência do *Club Universitario*, publicado inicialmente no periódico *Universitario*, do *Club Universitario*, e cuja transcrição também foi a público na seção *Gotas de Tinta*, do mesmo número 30 de *La Bandera Radical*. Nesse discurso, Ramírez reiterou que a referida associação foi e ainda era

[...] um templo levantado não somente às *ciências e às letras, mas também à fraternidade e à concórdia*, aos mais nobres sentimentos da alma, às forças mais benéficas da sociedade. Aqui se respiram um puro ambiente; não cabem, aqui, mais lides que as fecundas lides da inteligência e do estudo; *não podem aqui existir mais rivalidades que a nobre rivalidade da ilustração e do saber*.⁷⁴³

⁷³⁹ Conforme nos informa Gerardo Caetano, a criação da *Asociación Rural*, impulsionada por Ordoñana e pelos “estancieiros empresários” – em sua maioria, imigrantes –, foi uma das primeiras expressões de uma modernização capitalista ocorrida no Uruguai. Esses produtores rurais atuaram política e economicamente por meio dessa nova associação, de modo a enfrentar os chamados “estancieiros caudilhos”, tendo reivindicado a consolidação do Estado, enquanto garantidor, entre outros pontos, da ordem e da promoção de uma agricultura com características modernas, de modo que se superasse a destruição dos campos proporcionada ao longo de décadas de guerra civil. Ver: CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colégio de México, 2020 (versão digital).

⁷⁴⁰ RAMÍREZ, Carlos María. Consideraciones sobre la Asociación Rural del Uruguay. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 37, 08 de out. 1871, p. 487-488, grifos do autor.

⁷⁴¹ RAMÍREZ, Carlos María. Gotas de tinta. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 30, 20 de ago. 1871, p. 231.

⁷⁴² RAMÍREZ, Consideraciones sobre la Asociación Rural del Uruguay. Op. cit., p. 488.

⁷⁴³ RAMÍREZ, Gotas de tinta, Op. cit., p. 230, grifos nossos.

A nosso ver, essa manifestação corrobora o que vimos defendendo a respeito de como tais associações, para Ramírez e aqueles intelectuais, representaram, em forma de “esboço” ou como “miniatura”, a nação que buscavam construir. Ou seja, uma comunidade nacional pautada nas letras, na educação, na cultura, e sustentada por valores fraternos e igualitários, resultantes do exercício da sociabilidade. Elementos esses que eram praticados dentro e fora de tais espaços, por meio de sua publicação nos periódicos oriundos e relacionados a elas, os quais se mostravam em considerável interconexão com outros órgãos e espaços na esfera pública, conforme temos analisado.

No entanto, Ramírez destacou que a *Asociación Rural* tinha algo a mais que aquelas outras associações. Segundo Ramírez, a criação da referida associação estaria relacionada à preservação e desenvolvimento da propriedade privada e do trabalho no campo, tão destruídos e paralisados pelas guerras civis, e à defesa do “interesse bem entendido”:

Em sua modesta esfera, o *Clube Universitario* e a *Sociedade de Amigos da Educação Popular* concorrem ao mesmo objeto e são as instituições iniciadoras dessa obra; mas a *Associação Rural do Uruguai* tem uma vantagem essencialíssima. [...] Na *Associação Rural do Uruguai*, o patriotismo está estreitamente ligado ao interesse bem entendido [...] e, por sua própria virtude, a *Associação Rural* será logo o centro de todos os proprietários ou estancieiros que tenham seus indicadores, não somente para apreciar os bens que o país reportará com a criação dessa nova força civilizadora, mas também para compreender as vantagens que seu próprio campo, seus próprios rebanhos e seus próprios plantios podem, mais cedo ou mais tarde, receber de uma *Sociedade* que zele pela conservação e desenvolvimento de todos esses interesses produtores. Não é possível supor que as paixões políticas sejam um obstáculo para a realização desse propósito.⁷⁴⁴

Aqui, destacamos uma linguagem política que nos remete à matriz liberal e republicana de Alexis de Tocqueville, do qual Ramírez era leitor.⁷⁴⁵ Referimo-nos mais especificamente

⁷⁴⁴RAMÍREZ, Carlos María. Consideraciones sobre la Asociación Rural del Uruguay. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, ano 1, n. 37, 08 de out. 1871, p. 488, grifos do autor.

⁷⁴⁵É um fato relativamente conhecido, por parte da historiografia uruguaia especializada na história política da segunda metade do século XIX no país, que Tocqueville, assim como outros filósofos políticos liberais e republicanos, teriam inspirado os *principistas*. Alguns desses autores foram, por exemplo, Juan Antonio Oddone, ainda na década de 1950, e, bem mais recentemente, Javier Gallardo e Wilson González Demuro. Ver: ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta*. Una experiencia liberal en el Uruguay. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956; DEMURO, Wilson González. El concepto de *libertad*: un acercamiento a su evolución, desde el fin de la época colonial a la primera modernización estatal uruguaya. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 175-194; GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígenes de la democracia uruguaya. *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, vol. 5, núm. 9, 2003, p. 3-44. No entanto, percebemos que, mesmo mencionando algumas manifestações político-intelectuais de Ramírez em meio ao demais *principistas*, nenhum desses autores tratou especificamente sobre a questão do “interesse bem compreendido” presente na obra do intelectual oriental, conforme fazemos, de modo mais atido, em nossa tese.

aos termos “interesse bem entendido” que Ramírez mobilizou, o que nos direciona, por sua vez, ao conceito de “interesse bem compreendido”, contido na obra *A Democracia na América* (1835). Conforme Tocqueville havia expressado ainda no início do século XIX, mais especificamente a respeito dos costumes político-sociais estadunidenses daquele contexto, o “interesse bem compreendido”, grosso modo, seria uma forma eficaz de se lidar com o individualismo. Acreditamos ser pertinente e relevante confrontarmos os postulados do filósofo francês com os recursos retóricos de Ramírez acima, de modo a percebermos melhor tais semelhanças político-intelectuais, mesmo que estabelecidas com quase quatro décadas de diferença. Conforme o autor francês oitocentista explicitou:

O interesse bem compreendido é uma doutrina pouco elevada, mas clara e segura. Não procura alcançar grandes objetivos, mas atinge sem grandes esforços aos que visa. Como está ao alcance de todas as inteligências, todos a captam facilmente e a retêm sem problemas. Acomodando-se maravilhosamente às fraquezas dos homens, obtém com facilidade um grande império, e não lhe é difícil conservá-lo, porque ela volta o interesse pessoal contra ele mesmo e *vale-se, para dirigir as paixões, do aghilhão que as estimula*. A doutrina do interesse bem compreendido não produz grandes devoções, *mas sugere todos os dias pequenos sacrifícios*; ela sozinha não seria capaz de fazer virtuoso um homem, *mas forma uma multidão de cidadãos regrados, temperantes, moderados, previdentes, senhores de si; e, se não leva diretamente à virtude pela vontade, aproxima insensivelmente dela pelos hábitos*.⁷⁴⁶

Desse modo, tal conceito de Tocqueville estaria sendo mobilizado, implicitamente, por Ramírez, na intenção de atribuir a esse um significado que fosse apreensível para a sua realidade política e cultural e, também, para o povo uruguaio. Tal sentido seria o da convergência político-social em prol da pacificação, unidade e construção da nação republicana oriental, baseado na teoria sobre a democracia do filósofo francês. Sobre esse ponto, e conforme podemos perceber no excerto acima, estamos diante de uma tensão moral entre a virtude e o interesse, ou mesmo a “[...] conciliação entre igualdade e liberdade [...]”⁷⁴⁷, também presentes na intervenção de Ramírez, em nosso entender.

Mais especificamente sobre essa tensão presente no pensamento de Tocqueville, Natalio Botana ressalta que o “interesse bem compreendido” poderia ser pensado enquanto um ponto intermediário, inscrito em uma relação intelectual complexa, entre duas tradições políticas.

⁷⁴⁶TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Sentimentos e opiniões. De uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. Livro II. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 149, grifos do autor.

⁷⁴⁷Conforme a análise de Marcelo Gantus Jasmin sobre o pensamento de Tocqueville. Ver: JASMIN, Marcelo Gantus. Interesse bem compreendido e virtude em *A Democracia na América*. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000, p. 71.

Essas tradições seriam o republicanismo representado por Rousseau e Montesquieu, de um lado, e o liberalismo, na figura de Adam Smith, de outro, mas que também envolveria alguns postulados de Guizot e Cousin, considerados “eccléticos”.⁷⁴⁸

Desse modo, na perspectiva de Ramírez, essa reelaboração pressupunha uma convocação não somente dos setores sociais citadinos (capitalinos), mas também dos grupos sociais do interior, da área rural do país, pois, sem eles, não haveria uma união e unidade efetivas. Nesse sentido, a repercussão de suas ideias nos periódicos e associações de Montevideu e do interior remetiam a uma recepção positiva, de forma mais geral, de suas propostas e, assim, uma considerável “compreensão” a respeito dos interesses nacionais que tanto buscava. Dessa forma, o publicista oriental seguia reiterando que a criação da *Asociación Rural* contribuiria para os “interesses comuns”⁷⁴⁹, “os verdadeiros interesses do país”.⁷⁵⁰ Além disso, proporcionaria à República “legisladores e magistrados com a inteligência fiel de sua missão”, visando, enfim, ao “bem da República”, de modo a não fechar os “grandes horizontes” da civilização, do progresso, do ideal e do futuro.⁷⁵¹

No último número de *La Bandera Radical*, Ramírez cedeu algumas páginas desse periódico em prol da publicação da transcrição de todo o discurso feito por Ordoñana no momento de fundação da *Asociación Rural*. O estancieiro tratou sobre a instauração da “ideia rural”, a propagação do “espírito de associação” pelo país e sua relação com a moralidade.⁷⁵² Além disso, assim como Ramírez fazia recorrentemente, o ruralista utilizou a metáfora da família para se referir à tão almejada coesão do campo e, conseqüentemente, para expressar a necessidade de união e unidade nacionais. Isso, em nosso entender, poderia, mais uma vez, indicar uma possível circulação dessas linguagens políticas sobre a nação, mobilizadas por

⁷⁴⁸BOTANA, Natalio. *La tradición republicana*. Alberd, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. 1ª ed. Buenos Aires: Edhasa, 2013, p. 151, grifos do autor. Também citamos os seguintes trabalhos, de pesquisadores que se dedicam à análise desse conceito específico em Tocqueville: JASMIN, Marcelo Gantus. Interesse bem compreendido e virtude em *A Democracia na América*. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000, p. 71-85; LIMA, Sérgio Cruz de Castro. Liberdade e interesse bem compreendido no pensamento político de Alexis de Tocqueville. *Mosaico*, V. 7, n. 10, p. 40-55, 2016; NICOLETE, Roberta K. Soromenho. *Quando a política caminha na escuridão – um estudo sobre interesse e virtude n’A Democracia na América de Tocqueville*. 2012. Dissertação (mestrado). Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. 120f.; NICOLETE, Roberta K. Soromenho. Da doutrina do interesse bem compreendido n’*A Democracia na América*. *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales, año 21, n. 42, p. 449-474, segundo semestre de 2019; ROHLING, Marcos. A igualdade e a liberdade em Tocqueville: contribuições para o desenvolvimento da virtude cívica liberal e a tarefa político-pedagógica da democracia. *Em Tese*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 80-107, jan./jul., 2015.

⁷⁴⁹RAMÍREZ, Carlos María. Consideraciones sobre la Asociación Rural del Uruguay. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 37, 08 de out. 1871, p. 488.

⁷⁵⁰Ibid., p. 489.

⁷⁵¹Ibid.

⁷⁵²RAMÍREZ, Carlos María. Discurso por el Sr. Domingo Ordoñana en la instalación de la Asociación Rural del Uruguay. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 40, 29 de out. 1871, p. 602.

Carlos Ramírez e compartilhadas por outros atores e grupos na esfera pública política uruguaia de então. Conforme Ordoñana expressou,

Não há verdadeiro progresso, efetivo progresso, sem a constituição da família; [...] a população, sim, vem crescendo a saltos, como as indústrias mecânicas de nossos tempos; vem por agregações, mas sem elementos constitutivos de família, que podem trazer com o tempo a degradação ou a absorção do que deve sustentar-se *tipicamente* como caráter nacional.⁷⁵³

Atentemo-nos para o grifo feito por Ramírez no termo “tipicamente”, seguido da expressão “caráter nacional”. Era urgente estabelecer algo próprio, consolidar não somente uma identidade nacional própria, mas também construir a nação oriental a partir de elementos que lhe conferissem uma organização política estável, enquanto uma República Oriental do Uruguai, de fato. E, pelo que podemos perceber, o uso da metáfora da família, para se referir à união nacional, era um recurso necessário, pois preenchia espaços do que, em alguns momentos, não era possível suprir com significados totalmente racionais e/ou conceituais acadêmicos.⁷⁵⁴ E Ramírez mostrou certo sucesso nessas mobilizações, ao que tudo indica. Enfim, essa associação recém-criada era pautada pela “[...] razão e o bom sentido”, pelos “[...] interesses ordenadamente morais, sisudamente práticos do país [...]”, espelhada na “[...] escola de onde saíam os Washington [...], os Sarmiento [...]”.⁷⁵⁵

Uma vez finalizada a publicação dos números de *La Bandera Radical*, a cena política passou por uma reformulação. Em 1872, não foi possível realizar as eleições gerais previstas, devido às convulsões relacionadas ao referido conflito civil ainda em curso. Batlle foi substituído, no cargo máximo do Estado uruguaio, pelo então presidente do Senado, Tomás Gomensoro, o qual iniciou as tratativas para o encerramento do conflito, ações essas que se materializaram por meio da que ficou conhecida historicamente como a Paz de Abril. Desse modo, Gomensoro concedeu maior espaço aos *blancos* no governo, os quais passaram a ocupar cargos nos poderes legislativo e executivo – ao nível dos departamentos. Esse novo cenário político contribuiu para que houvesse uma paz relativamente durável⁷⁵⁶, inscrita na chamada

⁷⁵³RAMÍREZ, Carlos María. Discurso por el Sr. Domingo Ordoñana en la instalación de la Asociación Rural del Uruguay. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 40, 29 de out. 1871, p. 602-603, grifos de Carlos María Ramírez.

⁷⁵⁴Conforme já discutimos a partir das considerações teóricas do historiador argentino Elías Palti, sobre as quais tratamos na nota 537, página 143.

⁷⁵⁵RAMÍREZ, Op. cit., p. 606-607.

⁷⁵⁶Por outro lado, a dicotomia doutores e caudilhos permanecia, e esses últimos passaram a ser conhecidos como *candomberos*, representados pelos líderes partidários *colorados* e os ainda *blancos*, em termos tradicionais. Nesse contexto, mas em 1873, deram-se, também, os preparativos para as novas eleições para presidente do país. Apesar de suas subdivisões associativas, os *principistas* (*blancos* e *colorados* “doutores”) se uniram em torno de um mesmo candidato, José Maria Muñoz. Já os caudilhos de cada partido, os já referidos *candomberos*

política de coparticipação, a qual os partidos de então passaram a exercer na esfera pública,⁷⁵⁷ conforme já indicamos anteriormente.

Como forma de comemorarem o fim de *La Revolución de Las Lanzas* e a Paz de Abril, Ramírez, José Pedro Varela e outros vários intelectuais (por volta de 300), como nos informa Jorge Bralich⁷⁵⁸, reuniram-se no *Club Universitario*, em torno do *Banquete de la Juventud*, organizado por uma comissão também composta por aqueles dois. Além dos discursos de Ramírez e Varela, o evento também contou com as falas de Daniel Muñoz, Julio Herrera y Obes, Pablo de María e Jacobo Adrián Varela, irmão de José Pedro. Nesse sentido, destacamos o seguinte trecho do discurso de Ramírez, que representa, a nosso ver, uma nítida percepção de um presente ainda marcado pela tensão entre passado e futuro “presentes”⁷⁵⁹, entre as angústias das experiências negativas da guerra civil e a esperança de dias melhores para a nação republicana:

Débeis paixões do passado, vagas intuições do futuro, tradicionais recordações, embriagadoras utopias, estremecimentos nervosos que deixou a luta, sentimentais impulsos que a reconciliação inspira, pequenos receios, expansões magnânimas, variedade indestrutível do espírito, sintomas geniais de uma época, tudo se move e palpita em nossas almas, sem romper a santa unidade do pensamento que congrega a juventude de todos os pontos do horizonte político, a solenizar as alegrias patrióticas nesse grande banquete fraternal. Enfim, senhores, enfim, digo com orgulho, somos *uma* juventude... Esperemos... amanhã seremos *um* povo.⁷⁶⁰

Para Ramírez, havia a possibilidade do início de um novo tempo, uma nova temporalidade política para a nação uruguaia, com a consolidação de um “povo” aberto aos

daquele momento, alinharam-se em torno do atual presidente interino, Gomensoro. No entanto, como nos informa Barran, devido a circunstâncias políticas, mobilizadas por boa parte dos caudilhos partidários, impediram que os votos fossem para Muñoz, investindo, assim, um terceiro político no cargo de presidente, José Ellauri, mais inclinado aos ideais dos *principistas* e filho de um dos constituintes de 1830 de mesmo nome. Ellauri, como já mencionamos no capítulo 1, fora destituído pelo Exército, em 1875, o que deu início à ditadura militar uruguaia que se encerraria somente mais de 10 anos depois. BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

⁷⁵⁷Ver: BARRAN, Op. cit.; ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta*. Una experiencia liberal en el Uruguay. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956.

⁷⁵⁸Ver: BRALICH, Jorge. *José Pedro Varela: sociedad burguesa y reforma educacional*. Montevideo: Nuevo Mundo, 1989.

⁷⁵⁹Em mais um diálogo nosso com Koselleck acerca das tensões entre tais temporalidades. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: contribución a la semántica de los tiempos históricos*. Rio de Janeiro: Contrapunto: Editora PUC-Rio, 2006.

⁷⁶⁰LA PAZ. EL BANQUETE DE LA JUVENTUD. DISCURSO DE CARLOS MARÍA RAMÍREZ (maiúsculas no original), 16 de abril de 1872. In: PALOMEQUE, Ágapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela* (V). Segunda Parte. Montevideo: Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 2000b, p. 160, grifos do autor. Conforme nos informa o editor e compilador dessas fontes históricas, Ágapo Luis Palomeque, em nota de rodapé, os discursos de Ramírez e dos demais intelectuais mencionados foram editados e publicados por José Pedro Varela, em forma de folhetim, no diário *La Paz*, periódico criado e dirigido por esse intelectual no início dos anos 1870. Os discursos foram a público entre os dias 16 e 21 de abril de 1872, conforme ainda nos inteira Palomeque.

elementos de uma “[...] religião desconhecida”, que prezava pelo “[...] culto sagrado da pátria [...]”, que tinha como norte “[...] o dogma da democracia moderna”.⁷⁶¹ E, mais uma vez, é possível identificarmos os usos das linguagens da tradição cristã para expressar o novo moderno, a partir de seus “substitutos laicos”.

Após o fim da *Revolución de las Lanzas*, firmado pela já referida Paz de Abril, houve, também, o surgimento de outras associações, além do *Club Radical* de Ramírez e Varela, inspirados pelo *principismo* de então. Teve início uma reorganização política, baseada na criação de outros espaços de mesma orientação, tais como o *Club Nacional*⁷⁶², ligado aos setores “doutorais” *blancos* representados por Agustin de Vedia e Francisco Lavandeira. Também foi inaugurado o *Club Libertad*, liderado por Julio Herrera y Obes e o irmão de Ramírez, José Pedro, ainda mais ligados aos *colorados*.⁷⁶³

No que tange mais especificamente ao *Club Radical*, suas bases fundamentais, pensadas e estabelecidas por Ramírez e os demais colaboradores de *La Bandera Radical* um ano antes, foram continuadas, inclusive, após o término da Guerra Grande, em 1872, em um contexto em que certo consenso político parecia estar se iniciando. Desse modo, foi publicado, no mesmo ano de 1872, outra manifestação pública dessa associação. Consistiu em um Manifesto e um Programa reformulados, sob as assinaturas de Ramírez, Varela e dezenas de outros intelectuais⁷⁶⁴, sendo que a maioria desses últimos também colaborou ativamente para o periódico dirigido pelo professor de Direito Constitucional.

No entanto, manteve o cerne das intenções iniciais. Tais anseios mantidos foram o intento da “regeneração” da República Oriental e a rejeição da extinção dos partidos caracterizada pela sua “fusão”, de modo a reiterá-las, o que também demarcava mais ainda as diferenças com os *fusionistas* da década de 1850. Consequentemente, advogaram em prol da defesa da coparticipação política entre *blancos* e *colorados* e sua coexistência no âmbito

⁷⁶¹LA PAZ. EL BANQUETE DE LA JUVENTUD. DISCURSO DE CARLOS MARÍA RAMÍREZ (maiúsculas no original), 16 de abril de 1872. In: PALOMEQUE, Ágapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela* (V). Segunda Parte. Montevideo: Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 2000b, p. 160.

⁷⁶²MANIFESTACIÓN DE PRINCÍPIOS Y PROPÓSITOS DEL CLUB NACIONAL (07 de julho de 1872) (maiúsculas no original). In: PALOMEQUE, Op. cit., 2000b, p.184-186. Foi nesse momento, inclusive, em que o *Partido Blanco* mudou seu nome para *Partido Nacional*, permanecendo com essa denominação até os dias atuais. Ver: BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

⁷⁶³Palomeque nos informa que esse manifesto e programa foi publicado pelo jornal *El Siglo*, reduto dos *principistas colorados* naquele contexto, no dia 30 de maio de 1872. PROGRAMA DEL CLUB LIBERTAD (maiúsculas no original). In: PALOMEQUE, Op., cit., p. 187. Consultamos as informações sobre seus principais membros em: BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

⁷⁶⁴RAMÍREZ, Carlos María; VARELA, José Pedro [et al]. MANIFESTO E PROGRAMA DEL CLUB RADICAL (maiúsculas no original). In: PALOMEQUE, Op. cit., p. 176-184.

público e político. Conforme consta nos documentos de 1872 – Manifesto e Programa, publicados juntos no periódico *La Paz*⁷⁶⁵ – havia a percepção temporal acerca da abertura de novos horizontes políticos para a nação oriental:

[...] devemos firmemente crer que nos toca assistir a *uma grande era de patrióticas e regeneradoras esperanças*. [...] [...] *uma nova era de reparação se abre para a república*. Artigo 1º. – O Clube Radical é uma associação nova e independente que *não reconhece solidariedade alguma com os partidos do passado*. Artigo 3º. O Clube Radical *condena e rechaça a fusão de partidos ou elementos pessoais de ideias* e aspirações distintas das suas próprias, fundando sua força moral no presente e suas esperanças de força material para o futuro *na estreita uniformidade dos princípios que formam o vínculo inquebrantável da associação*.⁷⁶⁶

De qualquer modo, acreditamos ser possível considerar que a atuação político-intelectual de Ramírez, por meio das intervenções públicas realizadas pelo e no periódico *La Bandera Radical*, teriam contribuído para esse novo ambiente político, da coparticipação dos partidos políticos, haja vista que uma de suas maiores propostas se centrava justamente nesse ponto. Como vimos defendendo, a proposta do publicista acerca da coexistência democrática entre os partidos tradicionais foi expressa pelas mediações e ressignificações político-intelectuais que fez a partir das ideias *fusionistas* da década de 1850. Além disso, a coexistência, para ele, consistiu em um elemento essencial para a sobrevivência e viabilidade da nação uruguaia, desde que fosse exercida mantendo-se os pontos positivos do *fusionismo* e ajustando-se os erros daquela tendência precedente.

2.6. A ideia “racional”, a defesa da cultura e seus espaços de sociabilidade

2.6.1. Liberdade religiosa e a expressão pública da ideia racional: o *Club Racionalista* (1872-73) e a *Profesión de Fe Racionalista* (1872)

Conforme vimos de modo mais parcial no capítulo 1, a partir das ponderações de Caetano e Geymonat, o processo de secularização uruguaia teria consistido na “fratura” entre público e privado, cisão essa que desembocou em uma “transferência” dos aspectos sagrados

⁷⁶⁵Conforme nos informa Ágapo Luis Palomeque, comentador da referida fonte que analisamos neste trecho, esses documentos foram escritos no dia 30 de maio de 1872 e publicados no periódico *La Paz*, sob a direção de José Pedro Varela, três dias depois de sua elaboração, em 2 de junho daquele ano. Ou seja, pouco mais de um mês após o término da *Revolución de las Lanzas*. RAMÍREZ, Carlos María; VARELA, José Pedro [et al]. MANIFESTO E PROGRAMA DEL CLUB RADICAL (maiúsculas no original). In: PALOMEQUE, Ágapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (V)*. Segunda Parte. Montevideo: Camara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 2000b, p. 176.

⁷⁶⁶Ibid., p. 176-180, grifos nossos.

do âmbito religioso ao político.⁷⁶⁷ Isso, por sua vez, contribuiu para a formação de uma dita “religião civil” no país da década de 1860 em diante⁷⁶⁸, a qual, a partir do que analisamos, também teria sido praticada por Ramírez.

Sobre esse processo, conforme argumenta José Pedro Barran, a secularização do país, enquanto “[...] um dos sintomas culturais mais precisos da modernização [...]”, foi fomentado não somente pelo Estado uruguaio, mas também pelos vários setores da sociedade, de uma forma ou de outra.⁷⁶⁹ Alguns marcos oficiais desse processo, acreditamos ser relevante relembrar, tornaram-se emblemáticos, tais como: a secularização dos cemitérios, em 1861, sobre o qual já tratamos no capítulo 1; o Decreto-Lei de Educação Comum, de 1877, proposto e implementado por José Pedro Varela quando foi Inspetor de Educação; e da promulgação de leis como a do Registro Civil (1879) e a do Matrimônio (1885).⁷⁷⁰

No entanto, Barran também destaca a relevância de algumas manifestações expressadas por parte da sociedade, embora sem tanta visibilidade quanto os atos estatais já elencados. Mas não menos importantes. Entre tais atos vindos “de baixo”, ressaltados pelo historiador uruguaio, está o manifesto *Profesión de Fé Racionalista*, do *Club Racionalista*, subscrito por Ramírez e vários outros intelectuais em 1872, grupo que o autor considera como a “[...] juventude universitária mais representativa [...]” de então.⁷⁷¹ Esse ato, conforme a concepção de Barran, também teria contribuído para a incipiente secularização uruguaia ou, nas palavras do autor, para a “descatolicização” do país platino.⁷⁷²

Por sua vez, Gerardo Caetano, em trabalho mais recente e em diálogo teórico com Micheline Milot, defende que as principais características que constituíram o “modelo clássico”, segundo os próprios termos do autor, da laicidade uruguaia seria uma complementaridade entre três matrizes principais:

[...] o modelo clássico de laicidade da história uruguaia seria uma mescla dos protótipos “separatista” (enquanto afirmação de uma privatização do religioso em contraposição a uma esfera pública dominada pelo Estado), “anticlerical” (enquanto utilização privilegiada do anticlericalismo como instrumento de laicização) e “*de fé cívica*” (*desde sua associação com os valores de uma “moral laica” entendida como fundamento da sociedade política*).⁷⁷³

⁷⁶⁷CAETANO, Gerardo; GEYMONAT, Roger. *La secularización uruguaya (1859-1919)*. Montevideo: Ediciones Santillana/Taurus, 1997, p. 38.

⁷⁶⁸Ibid.

⁷⁶⁹BARRAN, José Pedro. *Iglesia Católica y burguesía en el Uruguay de la modernización (1860-1900)*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias, 1988, p. 5.

⁷⁷⁰Ibid.

⁷⁷¹Ibid., p. 6.

⁷⁷²Ibid.

⁷⁷³GAETANO, G. Laicidad, ciudadanía y política en el Uruguay contemporáneo: matrices y revisiones de una cultura laicista. *Revista Cultura & Religión*, v. 7, n. 1, 30 dic. 2013b, p. 120, grifos nossos, aspas do autor.

Considerando as proposições acima de Caetano, entendemos que os motivos da criação do *Club Racionalista* e as intervenções públicas dessa associação estiveram mais relacionados com o terceiro item colocado pelo historiador uruguaio, do qual, a nosso ver, Ramírez teria compartilhado consideravelmente, conforme já indicamos no início deste capítulo. Embora haja, em menor nível, a presença dos outros dois aspectos do processo da secularização uruguaia na obra e atuação do publicista oriental, concebemos que o “protótipo” relacionado às expressões de uma “fé cívica” e “moral laica” seja o mais perceptível nos discursos, escritos e práticas desse intelectual, em nossa perspectiva.

Além disso, também recorremos ao que argumenta Annick Lempèriére a respeito de o conceito de “secularização”, propriamente dito, ser ainda ausente nos debates político-intelectuais da segunda metade do século XIX latino-americano. Nesse sentido, segundo a autora, em seu lugar, havia a utilização de termos mais difusos como “razão”/“luzes”, “sociabilidade”, “educação pública”, “associação”, “imprensa” e “civilização”, os quais estiveram estreitamente relacionados entre si ao reivindicarem o afastamento entre a Igreja e os Estados nacionais ainda em consolidação.⁷⁷⁴

Nesse sentido, como o próprio nome da referida associação e seu respectivo manifesto indicam, ambos estiveram inscritos nas intervenções que exaltaram o racionalismo daquele contexto. Conforme nos informa Arturo Ardao, o racionalismo uruguaio, enquanto um conjunto de manifestações da chamada “escola deísta da religião natural”, pode ser compreendido em três momentos principais.⁷⁷⁵ O primeiro deles, em meados dos anos 1860, por meio das intervenções de *La Revista Literaria*, dirigida por José Pedro Varela. O segundo, no início dos anos 1870, com o *Club Racionalista*, encabeçado por Justino Jiménez de Aréchaga, Carlos Maria de Pena e Pablo de Maria. Por fim, o *Ateneo*, a partir de 1878, associação essa que se originou da transformação sofrida pelo *Club Universitario*⁷⁷⁶ e que inspirou a criação e atuação do diário *La Razón* no mesmo ano.⁷⁷⁷

Acreditamos ser válido deixarmos claro que Ramírez não fez parte de *La Revista Literaria*, também não ficou conhecido como um dos principais criadores do *Club Racionalista*, nem do diário *La Razón*, mas, de qualquer modo, também participou ativamente desses dois

⁷⁷⁴LEMPÈRIÈRE, Annick. Los hombres de letras hispanoamericanos e el proceso de secularización. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 242-266.

⁷⁷⁵ARDAO, Arturo. *Racionalismo y Liberalismo en el Uruguay*. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1962, p. 283. Trataremos sobre a atuação de Ramírez neste periódico mais adiante.

⁷⁷⁶Essa associação se fundiu com outros espaços de caráter cultural ao longo da década de 1870, já no contexto da ditadura militar de Lorenzo Latorre (1876-1880), resultando, assim, no *Ateneo*. Ver: ARDAO, Op. cit.

⁷⁷⁷Ibid.

últimos. A respeito do *La Razón*, publicou artigos e foi redator desse periódico no início da década de 1880.⁷⁷⁸ Em relação ao *Club Racionalista*, assinou o principal manifesto público dessa associação, a *Profesión de Fe Racionalista*, em 9 de julho de 1872. Tal documento foi elaborado de modo a demarcar a criação do *Club Racionalista*, associação que coexistiu com o *Club Universitario* até junho de 1873.⁷⁷⁹

Conforme pondera Ardao, a existência conjunta das duas associações, mesmo que em um curto ciclo, “[...] marca a maturidade e a imposição da escola racionalista, que chegou a ser, na década de 70 [1870] – sob a égide filosófica da metafísica espiritualista do ecletismo – o espírito dominante da universidade”.⁷⁸⁰ Embora fossem duas instituições diferentes, a existência do *Club Racionalista* esteve ligada, de modo intrínseco, à do *Club Universitario*. Conforme ainda pontua Ardao, com base nas atas dessa última associação,

O *Club Racionalista* surge, atua e desaparece como uma célula do *Club Universitario*, aglutinando o elemento racionalista desse, que era o dono da maioria. Utiliza como sede o seu local, e como órgão de expressão o seu periódico [o *El Club Universitario*].⁷⁸¹

A associação foi composta por alguns dos mesmos sócios do *Club Universitario*, como o próprio Ramírez. Sua *Profesión de Fe*, mencionada acima, foi assinada por vários intelectuais sendo eles o próprio Ramírez e seus irmãos, José Pedro e Gonzalo, além de Justino Jiménez de Aréchaga (presidente), Carlos Maria de Pena (Secretário), Alberto Nin, Gregório Perez Gomar, Pablo de María, Eduardo Acevedo Díaz, entre outros. Seu conteúdo versava principalmente sobre a concordância a respeito da existência de um único Deus, “luz de todas as luzes”⁷⁸², criador do Universo, atribuidor da razão a todos os homens, a qual “[...] ilumina a todo o homem que vem a este mundo”.⁷⁸³ Além disso, expressavam o seguinte:

[...] Julgamos como negatória da consciência humana, como contrária às revelações da razão, como sacrílega, como blasfematória, como ímpia [...] toda doutrina que faça de Deus – soberano bem e soberana perfeição – um ser mutável, volúvel, sujeito a erro e a arrependimento; capaz de ódio, de ira e de vingança.⁷⁸⁴

⁷⁷⁸ MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos uruguayos, vol. 152. Ministerio de Educación y Cultura. Montevideo, 1978.

⁷⁷⁹ ARDAO, Arturo. *Racionalismo y Liberalismo en el Uruguay*. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1962.

⁷⁸⁰ Ibid., p. 236.

⁷⁸¹ Ibid., p. 246, grifos do autor, inserção nossa.

⁷⁸² ARÉCHAGA, Justino Jiménez; RAMÍREZ, Carlos María [et al]. *Profesión de Fe Racionalista* (9 de julio de 1872). In: PALOMEQUE, Ágapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo: Camara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 1990a, p. 429.

⁷⁸³ Ibid., p. 429.

⁷⁸⁴ Ibid.

Para Ramírez e os demais associados e signatários do manifesto, existia a intenção de expressar, na esfera pública, um princípio político das liberdades de expressão e religiosa, mas baseado em um argumento teológico que fosse perene, tais como Thomas Jefferson e James Madison expressaram no final do século XVIII, nos EUA.⁷⁸⁵ Sobre isso, André Berten destaca uma particularidade dessa tradição estadunidense no que tange à intersecção entre religião e política, a qual, em seus expoentes históricos já mencionados, consistiria na inter-relação dos conceitos de igualdade e liberdade, mais especificamente na ideia de “igual liberdade”.⁷⁸⁶ Desse modo, Berten argumenta que esse vínculo entre tais elementos teria consistido em uma contraposição aos princípios revolucionários franceses, quase do mesmo contexto de Madison e Jefferson. Segundo o autor, o fato de os franceses terem tido, como lema máximo da Revolução de 1789, a liberdade, a igualdade e a fraternidade, isso teria indicado “[...] que eles trataram a religião no quadro de uma reflexão sobre os direitos religiosos como direitos iguais à liberdade de consciência”.⁷⁸⁷

Desse modo, embora Ramírez e os demais subscritores do manifesto não tenham mencionado explicitamente nenhuma referência intelectual em sua *Profesión de Fe*, o teor linguístico mobilizado nos remete aos elementos colocados por André Berten a respeito do caso estadunidense setecentista. Enfim, em referência direta à Igreja Católica, expressava seu antagonismo a toda doutrina que:

[...] exija ao homem a abdicação de sua razão em mãos de uma casta, de um sacerdócio, de uma Igreja designada por Deus para instruir-lhe; ou ante a absurda divindade de um livro que, como o Evangelho, pretende-se ditado pelo mesmo Deus.⁷⁸⁸

Aqui, acreditamos ser essencial relembrar que, naquele contexto, o catolicismo ainda era a religião oficial do Estado uruguaio, designada pela Constituição de 1830⁷⁸⁹, o que indica uma crítica direta não somente à Igreja Católica em si, mas também à permanência de tal imbricação institucional político-religiosa. Nesse sentido, podemos compreender tais críticas

⁷⁸⁵BERTEN, André. Secularização e liberdade religiosa: pode o modelo americano ser universalizado? In: ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite; MARTÍNEZ, Marcela Borges; PEREIRA, Taís Silva (Orgs.). *Esfera pública e secularismo*. Ensaios de filosofia política. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 27-49.

⁷⁸⁶Ibid., p. 46-47.

⁷⁸⁷Ibid., p. 47.

⁷⁸⁸ARÉCHAGA, Justino Jiménez; RAMÍREZ, Carlos María [et al]. *Profesión de Fe Racionalista* (9 de julio de 1872). In: PALOMEQUE, Ágapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo: Camara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 1990a, p. 429.

⁷⁸⁹Conforme a Seção 1, capítulo III, inciso V da Constituição de 1830. URUGUAY. *Constitución de la República Oriental del Uruguay*. Montevideo: Imprenta del Comercio del Plata, 1829, p. 5.

como uma expressão pública pela ampliação da esfera pública oriental, sustentada por uma “moral laica”, de fato.

Além desses elementos defendidos, também advogavam em prol do direito da liberdade de pensamento e consciência, além da autonomia a respeito da saúde do próprio corpo, da inviolabilidade da dignidade pessoal, do desenvolvimento do espírito, do cultivo da sensibilidade fraternal e do amor, em contraposição ao egoísmo, aos ódios e à vingança.⁷⁹⁰ Talvez um dos pontos mais notáveis desse manifesto seja o que trata sobre a valorização das leis e do “dever”, esse enquanto meio para se alcançar a “soberana perfeição” humana, em detrimento de qualquer doutrina que negue ao homem esse elemento:

[...] e professamos como único meio [...] para acercarmos a soberana perfeição, *o dever: lei universal das ações humanas, obrigatória a todo homem, em todo tempo e em todo o lugar; lei que manda a submissão da vontade à voz da razão* [...] *lei que manda no homem em todas as circunstâncias da vida, que opere o bem só pelo bem, por ser a expressão da essência mesma de Deus, não por temor ao castigo, não por espera de prêmio e de recompensa, não por interesse, nem por utilidade; lei que manda o amor à verdade, à justiça, à realização do belo; à castidade, à caridade, à piedade universal; o sacrifício e a própria abnegação pelo bem da humanidade, da pátria, da família, do próximo; lei que manda o amor entranhável a todos os seres humanos, o respeito à sua liberdade, à sua dignidade, seja qual for a sua condição, pobres ou ricos, incultos ou cultos, amigos ou inimigos, bons ou maus.*⁷⁹¹

Desse modo, percebemos que, no excerto acima, há a relação estreita entre razão, liberdade e igualdade, as quais constituiriam o substrato de uma “fé racionalista”, uma tentativa de conciliar fé e razão e que, por sua vez, estava totalmente relacionada com a nação a ser construída, a nosso ver. Havia o entrelaçamento das ideias de “lei”, “dever”, “abnegação”, “justiça”, “pátria”, com aqueles próprios da “harmonia divina”, o que poderia desvelar um significado de algo próximo a uma “religião civil”, enquanto um “civismo sagrado” ou “fé cívica”, conforme já indicamos mediante nosso diálogo com Caetano.⁷⁹²

Nesse sentido, acreditamos que o termo “fé racionalista” estaria relacionado com a “fé cívica”, “civil” que, por sua vez, poderia indicar tanto “civildade” política, quanto “fé pública” e até mesmo uma forma de conciliar os elementos doutos da “razão” com as características da vivência cotidiana da religião popular. Assim, poderia, também, indicar mais um exemplo de

⁷⁹⁰ARÉCHAGA, Justino Jiménez; RAMÍREZ, Carlos María [et al]. Profesión de Fe Racionalista (9 de julio de 1872). In: PALOMEQUE, Ágapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo: Camara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 1990a, p. 430.

⁷⁹¹Ibid., grifos nossos.

⁷⁹²GAETANO, G. Laicidad, ciudadanía y política en el Uruguay contemporáneo: matrices y revisiones de una cultura laicista. *Revista Cultura & Religión*, v. 7, n. 1, p. 116-139, 30 dic. 2013b.

mediação político-intelectual e cultural realizado por Ramírez, de modo conjunto aos demais intelectuais.

Tais elementos, contidos nos excertos acima, também nos remete ao que argumenta Charles Taylor a respeito de um “modelo deísta” de secularismo, o qual teria concorrido para a definição do que o autor denominou de “religião boa”, a qual pressuporia uma “moralidade aceitável” ou “racional”, e antagônica a todo “fervor” ou “fanatismo”.⁷⁹³ Além disso, a associação, realizada por Ramírez e os demais signatários, entre “lei”, enquanto algo próprio do Estado e que preconizava princípios de igualdade, e de bem comum, era um elemento mobilizado como extensão do racionalismo moderno e em contraposição aos ditames tradicionais da Igreja Católica. No entanto, expressados por meio da complementaridade dessas com linguagens relacionadas a elementos próprios e provindos do interior da tradição cristã, de modo a propor os seus “substitutos laicos” e modernos, assim como fez em outros momentos. Embora não tenham proposto, de modo explícito, uma total separação entre os âmbitos da Igreja e do Estado, neste documento em específico⁷⁹⁴, havia uma tensão implícita entre eles, a nosso ver.

2.6.2. Defesa da cultura e da sociabilidade político-intelectual: o *Ateneo del Uruguay* (1883)

Como já mencionamos, o *Ateneo* foi criado no ano de 1878, resultado das transformações pelas quais passou o *Club Universitario*, e seus sócios, além de Ramírez, foram inúmeros, muitos remanescentes dessa última associação. Considerando o que consta nos sumários dos *Anales* de suas reuniões, nos quais constam as publicações dos textos lidos e debatidos por aqueles escritores, podemos citar alguns desses intelectuais. Dentre eles, estavam: Luiz Melian Lafinur; Francisco Antonio Berra (um dos antigos colaboradores de *La Bandera Radical*); Alejandro Magariños Cervantes (o qual já acompanhava Ramírez nas ações públicas desde os tempos da Universidade); Justino Jiménez de Aréchaga (um dos criadores do *Club Racionalista*, de 1872); Anacleto Dufort y Álvarez; Prudencio Vázquez y Vega (sendo esses dois últimos alguns dos encabeçadores do diário *La Razón*).⁷⁹⁵

⁷⁹³TAYLOR, Charles. O que significa secularismo? In: ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite; MARTÍNEZ, Marcela Borges; PEREIRA, Taís Silva (Orgs.). *Esfera pública e secularismo*. Ensaios de filosofia política. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 163.

⁷⁹⁴Ramírez, no entanto, manifestou sua defesa de separação entre tais âmbitos nas suas Conferências de Direito Constitucional, as quais são o centro de nossa análise no capítulo seguinte.

⁷⁹⁵Tivemos acesso a algumas dessas informações, a respeito dos vínculos associativos de cada um desses intelectuais, por meio da obra de Arturo Ardao. Ver: ARDAO, Arturo. *Racionalismo y Liberalismo en el Uruguay*. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1962.

Mais no que tange à participação de Ramírez nesse espaço, destacamos um dos seus textos publicados nos *Anales* dessa associação. Esse artigo de Ramírez foi um dos poucos que tivemos acesso a respeito de sua atuação nessa associação, ainda mais especificamente para alguns dos propósitos deste capítulo 2: o de analisar a prática associativa e atuação pública de Ramírez em consonância com o seu projeto de nação. Nele, o publicista atribuiu um teor de rememoração não tanto sobre sua trajetória propriamente dita, mas sim a respeito dos avanços das associações e da imprensa pelo país, de forma diretamente proporcional ao desenvolvimento nacional oriental.

Inicialmente, Ramírez fez uma defesa das conferências literárias empreendidas desde a década de 1870, pelo então *Club Universitario*, de modo a defender não somente o “desfrutar” puramente literário inscrito nessas atividades, mas também com a finalidade de pensar o avanço intelectual e a construção da nação como um todo. Destacou, de uma forma geral, o papel das associações voluntárias para esse objetivo e todo o “progresso” alcançado por elas, por meio da ação dos intelectuais, para a dita finalidade em comparação com os primórdios do país. Ressaltou, ainda, a atuação do *Ateneo del Uruguay*, antigo *Club Universitario*, nesse empreendimento, como “[...] o mais antigo e o mais forte de nossos centros literários, que todos consideram e respeitam como um *organismo indispensable e glorioso da sociabilidade oriental*”.⁷⁹⁶ E continuou: “É imitado o exemplo em todas as demais cidades e em todas as vilas da República, – que demonstram, dessa maneira, sua nobre emulação pela cultura dos costumes e o desenvolvimento do espírito”.⁷⁹⁷

Ramírez considerava o *Ateneo* e as outras associações como “embriões”, os quais teriam dado “origem”⁷⁹⁸ à construção paulatina da nação, apesar de todas as dificuldades enfrentadas ao longo do caminho. Retomou, na história, como era o país no início do século XIX, destacando o seu aspecto puramente rural, “primitivo” e “selvagem”, “[...] habitado por homens que não superavam o nível intelectual e moral daquela mesma época”.⁷⁹⁹ Diferentemente do momento em que escrevia, na década de 1880, na qual, para ele, já era possível se perceber avanços pelo país, proporcionados pelas associações, embora ainda não devidamente concluídos:

⁷⁹⁶RAMÍREZ, Carlos María Ramírez. Reminiscencias. Leído en la conferencia literario-musical dada por el Ateneo del Uruguay, el 25 de setiembre, en celebración del décimo-quarto aniversario de su fundación. Por el Doctor Don Carlos María Ramírez. In: ANALES DEL ATENEO DEL URUGUAY. Publicación Mensual. Tomo IV. Montevideo: Imprenta y encuadernación de Rios y Becchi, 1883, p. 460, grifos nossos.

⁷⁹⁷Ibid.

⁷⁹⁸Ibid., p. 463.

⁷⁹⁹Ibid., p. 464.

Hoje, uma série de vilas e cidades, mais ou menos prósperas, articulam para as funções solidárias da civilização, todo o território nacional. Especializam-se e se regularizam as indústrias em todas as áreas do país [...] eu percorri, ao Norte do Rio Negro, [...] uma extensa área de estabelecimentos rurais onde encontrei charmosos edifícios com tapetes, acortinados, bibliotecas e mãos delicadas que mesclavam os acordes do piano ao canto do torcaz e do tordo silvestres, ocultos na espessura do bosque primitivo próximo.⁸⁰⁰

Assim como o *flâneur* proposto por Walter Benjamin, enquanto um intelectual que observa as mudanças temporais e materiais trazidas pela modernidade⁸⁰¹, Ramírez se expressava por meio de uma linguagem que mesclava seu relato da experiência vivida com aspectos poéticos sobre o desenvolvimento paulatino da nação republicana oriental. Podemos perceber, a partir do exposto acima, que esse “progresso civilizatório”, nos mais variados âmbitos, estava totalmente relacionado com a atuação e aumento das diversas associações político-culturais voluntárias.

Desse modo, o publicista buscava colocar-se como um observador, o qual teria testemunhado tais avanços como um modo de assegurar a veracidade dos fatos e endossar, assim, a prática associativa em prol do “progresso” e do recomeço da nação uruguaia. Da mesma forma que em outras ocasiões, conforme já vimos, não deixou de exaltar o papel da imprensa nessa empreitada, além de seu desenvolvimento de modo geral, enquanto um meio responsável por fomentar a circulação das ideias, dos conhecimentos e do robustecimento da comunicação entre as várias partes e setores sociais do país:

Dirigindo o olhar a outra classe de manifestações sociais, [...] faz meio século que a sublime invenção de Guttemberg nos alimentava em toda a República com uma só folha periódica do tamanho da mão de um homem, e que hoje grandes e numerosas folhas diárias fazem circular, por todos os âmbitos de nosso território, notícias de todas as partes do mundo, noções científicas,

⁸⁰⁰RAMÍREZ, Carlos María Ramírez. Reminiscencias. Leído en la conferencia literario-musical dada por el Ateneo del Uruguay, el 25 de setiembre, en celebración del décimo-quarto aniversario de su fundación. Por el Doctor Don Carlos María Ramírez. In: ANALES DEL ATENEO DEL URUGUAY. Publicación Mensual. Tomo IV. Montevideo: Imprenta y encuadernación de Rios y Becchi, 1883, p. 464.

⁸⁰¹Dialogamos com Benjamin mais especificamente quando o autor relaciona o *flâneur* aos atos de colportagem, no sentido daqueles indivíduos que, em suas “passagens” pelos mais diversos locais, observavam as modificações tecnológicas, urbanísticas e culturais que acompanharam o advento da modernidade. O filósofo e crítico literário alemão, embora tenha tratado sobre esse fenômeno na Europa dos séculos XIX e XX, afirmou que, a princípio, a *flânerie* teria surgido, inicialmente, nos interiores para, somente do final do oitocentos para o novecentos, ser concebido como algo próprio ao observador na área urbana. Ver: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução: Irene Aron e Cleonice Paes Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 463-464. No caso de Ramírez, no Uruguai do século XIX, percebemos que ele também poderia ser entendido como esse *flâneur* a partir dessa manifestação, tendo observado tais mudanças tanto no interior quanto na capital uruguaia de então. Para um debate inspirado em tais indicações do livro de Benjamin anteriormente citado, trazidas para a realidade latino-americana, ver os trabalhos contidos na seguinte obra: SOUZA, Eneida Maria de; MARQUES, Reinaldo (Orgs.). *Modernidades alternativas na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ensaios literários, apreciações políticas, polêmicas vivazes, aromas inextinguíveis de luz [...].⁸⁰²

De modo a reforçar a construção de uma esfera pública e, também, dos espaços públicos necessários para que a nação oriental pudesse alcançar a estabilidade política e institucional, Ramírez ressaltou o aumento das escolas populares criadas, a partir das iniciativas das quais fez parte, empreendidas por meio do já antigo *Club Universitario* e da *Sociedad de Amigos de Educación Popular*. A partir de outra metáfora que mobilizou, mas, dessa vez, inspirada em suas leituras darwinianas, entendeu que as escolas públicas realizariam a mesma função do verme, que, nas terras marginais do sepulcro, transformam a putrefação da morte em vida nova, em recomeço:

A princípios do século, só havia uma escola comum na República, e trinta anos depois, e até mais, nada ou quase nada havíamos adiantado nesse ramo. Hoje, 688 escolas, urbanas e rurais, educam a mais de 42.000 seres humanos, e ainda não estamos contentes! *Que obra colossal realizada por meios tão modestos!* Assim como a crosta de onde se dão as movimentações sociais, a missão da escola é como o trabalho lento e obscuro e discreto, com que, segundo os últimos estudos de Darwin, na borda do sepulcro, elabora o verme a substância da terra vegetal, alimentando, assim, a tocha da vida sobre toda a superfície terrestre [...] a escola guarda o segredo da felicidade dos povos [...].⁸⁰³

Considerando que, no contexto em que Ramírez escreveu este artigo, as guerras civis já haviam se tornado bem menos frequentes, conforme já indicamos, a morte poderia estar relacionada, metafórica e implicitamente, a outros dois referenciais. O primeiro deles seria, a nosso ver, a ainda vigente atuação “fanática” e “irracional” da Igreja Católica de então, que matava a “razão”. O outro consistiria na repressão à liberdade de expressão e pensamento, exercida pela ditadura militar, em curso no país desde 1876. Ou seja, uma crítica velada a duas instituições que, por muito tempo, tiveram domínio sobre as decisões de caráter coletivo e teriam, em seu entendimento, sido entraves à formação de uma esfera devidamente pública.

De qualquer modo, todos esses destaques feitos, a respeito das associações voluntárias, da imprensa e das escolas públicas que ajudou a criar pelo país expressaram, a nosso ver, o que constituía seu projeto de uma nova nação republicana. E tal projeto consistia, também, na ampliação da esfera pública, na qual se pudesse debater livremente sobre a construção nacional

⁸⁰²RAMÍREZ, Carlos María Ramírez. Reminiscencias. Leído en la conferencia literario-musical dada por el Ateneo del Uruguay, el 25 de setiembre, en celebración del décimo-quarto aniversario de su fundación. Por el Doctor Don Carlos María Ramírez. In: ANALES DEL ATENEO DEL URUGUAY. Publicación Mensual. Tomo IV. Montevideo: Imprenta y encuadernación de Rios y Becchi, 1883, p. 464-465.

⁸⁰³Ibid., p. 465, grifos nossos.

e formar a opinião em prol do “progresso” e da “civilização” da “nova” República Oriental do Uruguai.

Mas ainda era necessário, para Ramírez, levar ao público propostas de uma nova Constituição nacional, capaz de ajustar algumas imperfeições constantes na de 1830. Foi, desse modo, que tornou públicas, também por meio das páginas de *La Bandera Radical*, grande parte das lições da disciplina de Direito Constitucional que havia ministrado na Universidade até o início da década de 1870. É sobre essa publicização do Direito que nos dedicaremos no capítulo 3.

CAPÍTULO 3. RAMÍREZ, O “JURISTA”: O PROJETO DE UM NOVO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL E REPUBLICANO NACIONAL

Neste terceiro capítulo, analisamos as linguagens político-jurídicas presentes em Ramírez, por meio de seu empenho na publicização do Direito em seu contexto e atuação. Desse modo, entendemos que, ao tornar públicas, também por meio das páginas de *La Bandera Radical* (1871), as aulas de Direito Constitucional que, inicialmente, havia ministrado na *Universidad de La República* (UDELAR), Ramírez objetivou, também, realizar mais uma mediação político-intelectual. De modo mais específico, buscou, por meio de tal ação e usos linguísticos, levar as ideias e ensinamentos jurídicos para além das dependências da Universidade, um espaço estatal, e fazê-los mais acessíveis à opinião pública da sociedade uruguaia de então, estabelecendo, assim, um ato pedagógico e educativo mais amplo, por meio da imprensa.⁸⁰⁴

De qualquer modo, para aquele publicista e jurista, em nossa perspectiva, era preciso reformar alguns pontos da Constituição de 1830, ampliando o acesso aos pressupostos do Direito Constitucional, de modo a propor novos elementos político-sociais visando à construção nacional. E, conseqüentemente, fazer com que os cidadãos orientais se convencessem das necessidades da referida proposta, tornassem-se conscientes das mesmas, de modo a reivindicar, junto ao Estado e à Igreja, tais mudanças no que tange à ampliação da esfera pública uruguaia.

E, nesse sentido, acreditamos ser pertinente traçarmos um breve panorama sobre as principais disciplinas que compuseram tanto os estudos preparatórios da UDELAR, quanto o Curso de Direito propriamente dito dessa instituição universitária. Consideramos isso relevante para compreendermos como elas foram sustentáculos de uma Universidade reconhecida pela constituição de uma consciência “cívica” e liberal no Uruguai oitocentista, instituição essa na qual Ramírez se formou e, em seguida, lecionou.⁸⁰⁵

Desse modo, os princípios constitucionais propostos por Ramírez foram reiterados com base em seu diálogo com outras disciplinas componentes dos Estudos Preparatórios e do curso

⁸⁰⁴Afirmamos isso, mais uma vez, com base em nosso diálogo com Mabel Morãna, autora que defende a ideia de que a imprensa, em especial as revistas, possuiu e possui um papel de mediação e de “empresa educativa” na esfera pública, tanto devido ao seu caráter pedagógico propriamente dito, quanto em relação ao âmbito político, conforme já tratamos no capítulo 2. Ver: MORAÑA, Mabel. *Revistas culturales y mediación letrada en América Latina. Outra travessia*, 2º semestre de 2003, p. 68. Sobre a discussão teórico-metodológica que realizamos a respeito da mediação cultural e da atuação do intelectual enquanto um mediador na esfera pública, ver a introdução de nossa tese, a qual elaboramos com base nas indicações teórico-metodológicas mais abrangentes de Jean-François Sirinelli, Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen.

⁸⁰⁵ODDONE, Juan; ODDONE, Blanca París. *Historia de la Universidad de la República*. La Universidad Vieja, 1849-1885. T. 1. 2ª ed. Montevideo: Ediciones Universitarias, 1963 [2010], p. 6.

de Direito de então, tais como a Economia Política, o Direito de Gentes⁸⁰⁶ e outras contribuições filosóficas diversas às quais ele recorreu, conforme veremos melhor adiante. A respeito da primeira matéria que mencionamos, a Economia Política, tratamos, ainda no capítulo 1, como o próprio Ramírez havia exaltado a contribuição dessa disciplina para a sua formação liberal e para as mudanças ocorridas na UDELAR de então a partir de sua criação. Além disso, também mostramos como os conteúdos ministrados nela teriam contribuído, de modo geral, para a sua formação político-intelectual.

Retomando brevemente esse ponto, tal cátedra foi inaugurada, na UDELAR, no início dos anos 1860 por Carlos de Castro, o qual também foi professor de Direito Administrativo de Ramírez nessa instituição. Tal disciplina, conforme já mostramos, para além de ser composta por elementos de caráter estritamente econômico, constituía-se de outros conteúdos diversos, mais alinhados à sociologia, ao direito, à política, à moral e à filosofia.⁸⁰⁷ Além disso, foi a que iniciou uma metodização dos ensinamentos acadêmicos acerca da organização político-institucional do Estado e do Direito Público no Uruguai.⁸⁰⁸ Nesse sentido, também como já vimos igualmente no capítulo 1, Pedro Bustamante, quando ministrou essa mesma disciplina, havia adotado preceitos próprios da área do Direito, articulando esses princípios político-sociais de modo a realizar uma complementaridade eles. Assim, essa elaboração e reelaboração da disciplina por Carlos de Castro e Pedro Bustamante teria inspirado consideravelmente, política e filosoficamente, a geração da qual Ramírez pertenceu.⁸⁰⁹

Por sua vez, ao que tudo indica, os pressupostos do Direito de Gentes teriam sido lidos e mobilizados, no Uruguai, por Gregório Perez Gomar, também ex-professor de Ramírez na UDELAR. Em seu curso de Direito de Gentes, ministrado nessa Universidade, Gomar

⁸⁰⁶Assim como introduzimos sobre essa disciplina na nota 398 da página 108 do capítulo 1, o Direito de Gentes foi uma subárea do Direito que se ocupou de tratar sobre no que consistia uma nação e sua relação com outras nações e Estados, algo como o que seria o Direito Internacional hoje em dia. Teve, como um de seus maiores pensadores o jurista e filósofo suíço Emer de Vattel, leitor de Montesquieu, com o seu tratado *O Direito das Gentes*. Tal escrito é considerado, por Vicente Marotta Rangel, como uma obra pertencente não somente ao Direito, mas localizada na interseção entre a filosofia, a teoria geral do Estado, a Ciência Política e as relações internacionais. RANGEL, Vicente Marotta. Prefácio à edição brasileira. In: VATTEL, Emer de. *O direito das gentes*. Prefácio e tradução: Vicente Marotta Rangel. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004, p. XLVII. De qualquer modo, ver também: VIOLA, Francesco. Derecho de gentes antiguo y contemporáneo. Tradução de Isabel Trujillo. *Persona y Derecho*, n. 51, 2004, p. 165-189; MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 1ª ed. 12ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

⁸⁰⁷MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

⁸⁰⁸GROS ESPIELL, Héctor. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Conferencias de Derecho Constitucional* (1871). Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966; ODDONE, Juan; ODDONE, Blanca París. *Historia de la Universidad de la República*. T. 1. La Universidad Vieja, 1849-1885. Montevideo: Ediciones Universitarias, 1969 [2010].

⁸⁰⁹MONTERO BUSTAMANTE, Op. cit., p. XXII-XXIII.

mencionou as doutrinas do filósofo suíço Emer de Vattel, além de outros vários autores, como Grocio e Von Martens, por exemplo.⁸¹⁰ Alejandro Magariños Cervantes, um dos colaboradores de *La Bandera Radical* e de da SAEP, ministrou essa matéria e seus principais postulados no Curso de Direito, igualmente entre os anos 1860 e 1870, e, também, foi professor de Ramírez⁸¹¹, conforme tratamos no capítulo 1.

Como vimos no capítulo 2, Gomar compartilhou, da mesma forma que Cervantes, alguns espaços político-intelectuais com o publicista oriental, tais como o ambiente editorial da já mencionada *La Bandera Radical*, periódico por meio do qual Ramírez publicou suas Conferências de Direito Constitucional, em 1871. Ramírez não mencionou diretamente nem o nome de Gomar, nem o de Cervantes como inspirações político-intelectuais para a elaboração de suas aulas. Apesar disso, acreditamos que tais contatos estabelecidos entre eles no curso e, também, sua atuação conjunta na esfera pública muito provavelmente teriam contribuído tanto para essa troca intelectual, quanto para a interdisciplinaridade proposta por Ramírez em suas conferências publicadas.

Por fim, mas igualmente relevante, a Filosofia compunha os chamados Estudos Preparatórios da UDELAR, possuía um caráter eclético, pois era composta pelo pensamento de autores ligados a diversas escolas filosóficas e teve, como um de seus principais catedráticos, Plácido Ellauri, na década de 1860.⁸¹² Conforme já mencionamos no capítulo 1, com base nas informações fornecidas por Raúl Montero Bustamante, Ellauri também foi professor de Ramírez na Universidade. Nesse sentido, foi por meio dessas aulas que o publicista oriental teria aderido ao “espiritualismo integral” e eclético lecionado pelo referido catedrático, e, também, elaborado suas propostas político-jurídicas com base em parte delas.⁸¹³

Em linhas gerais, segundo Arturo Ardao, o “espiritualismo eclético” ou “ecletismo”, é considerado uma das filosofias pioneiras da Universidade uruguaia. Ainda segundo o autor, teve seu início na França com Victor Cousin, e foi concebido como um “meio-termo” entre os ideais iluministas e o tradicionalismo católico, além de ter sido composto, também, por elementos filosóficos do idealismo alemão, de Friedrich Schelling e Georg Hegel, e do cartesianismo francês. Sua principal diretriz foi a defesa da compatibilidade entre o empirismo

⁸¹⁰Sobre isso, ver: ODDONE, Juan; ODDONE, Blanca París. *Historia de la Universidad de la República*. La Universidad Vieja, 1849-1885. T. 1. 2ª ed. Montevideo: Ediciones Universitarias, 1963 [2010].; GOMAR, Gregorio Perez. *Curso elemental de Derecho de Gentes*. Precedido por una introducción sobre el Derecho Natural. Tomo 1. Montevideo: Imprenta tipográfica a vapor, 1864 [1967].

⁸¹¹MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

⁸¹²ODDONE; ODDONE. Op. cit.

⁸¹³MONTERO BUSTAMANTE, Op. cit.

e o racionalismo, de modo que se conciliasse os componentes de várias correntes filosóficas distintas. Foi difundido para vários países da América Latina. No Uruguai, após a Guerra Grande, além desses elementos fundamentais já mencionados, o ecletismo foi marcado por uma coexistência de outras vertentes filosóficas, algumas próprias ainda da época colonial, como o escolasticismo, até as mais predominantes na primeira metade do século XIX, a exemplo do romantismo e do sansimonismo. Tal complementaridade constituiu o “ecletismo” uruguaio e teria embasado a criação e a primeira fase da UDELAR, então *Universidad de Montevideo*, estabelecida entre o ano de sua criação até por volta da década de 1880. Essa corrente foi iniciada na Universidade por José Luis de La Peña e, depois, continuada por Ellauri a partir do início dos anos 1850, da qual foi catedrático por mais de trinta anos.⁸¹⁴

Assim, pelo que temos compreendido até o momento, essa disciplina, assim como as já mencionadas, também teria contribuído consideravelmente para a formação político-intelectual de Ramírez. E, de modo mais específico, teria auxiliado a constituir o “ecletismo” do publicista e jurista uruguaio, o qual identificamos por meio da análise das discussões políticas e jurídico-filosóficas que realizou em suas conferências de Direito Constitucional – e não somente –, conforme veremos mais adiante ainda neste capítulo.

Assim, segundo Juan Antonio Oddone e Blanca París de Oddone, a UDELAR, que se formava sob tais bases de pensamento, teve papel consideravelmente relevante no processo de projeção e construção nacional uruguaia, abrangentemente falando, sendo que

Em sua perspectiva esquemática, é a Universidade espiritualista e liberal, promotora de uma consciência cívica e de uma nova definição política, que enfrenta o militarismo e o clericalismo, e aspira a construir um país diferente a partir da superação de velhas estruturas mentais de raiz colonial. É a Universidade de Herrera y Obes, de Fermín Ferreira, de Pedro Bustamante e dos Ramírez, Jiménez de Aréchaga, Magariños Cervantes, Lavandeira e De Peña.⁸¹⁵

⁸¹⁴ ARDAO, Arturo. *Espiritualismo y positivismo en el Uruguay*. 2 ed. Montevideo: Universidad de la República, 1968, p. 15-24. Tratamos sobre o “espiritualismo eclético” em nossa dissertação de mestrado, mais especificamente no contexto da polêmica travada entre Ramírez e José Pedro Varela a respeito dos parâmetros político-intelectuais, filosóficos e educacionais vigentes na Universidade uruguaia da década de 1870. De um lado, havia o já mencionado espiritualismo, defendido por Ramírez. De outro lado, o positivismo, o qual estava sendo concebido, por Varela e outros intelectuais de então, como a nova ideia a ser implementada na instituição. Ver: DIANA, Elvis de Almeida. *Educación pública e política em José Pedro Varela no Uruguai do século XIX*. 1ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018. Ainda sobre essa polêmica entre Ramírez e Varela, ver também: ACLAND, Alicia; CATENACCIO, Roberto; NALERIO, Martha. *Positivism y proceso curricular en el Uruguay del siglo XIX (Ensayo)*. Montevideo: Ideas, 1992.

⁸¹⁵ ODDONE, Juan; ODDONE, Blanca París. *Historia de la Universidad de la República*. La Universidad Vieja, 1849-1885. T. 1. 2ª ed. Montevideo: Ediciones Universitarias, 1963 [2010], p. 6.

Conforme já vimos nos capítulos anteriores, os intelectuais, também atuantes na UDELAR e elencados acima por Blanca París de Oddone e Juan Antonio Oddone, pertenceram às mesmas associações e, de modo nem tão constante, à maioria dos periódicos com os quais Ramírez também colaborou. Isso pressupõe, a nosso ver, uma considerável ação conjunta na esfera pública uruguaia de então entre todos esses publicistas e professores.

Além disso, também constitui nosso objetivo, neste terceiro capítulo, a análise a respeito dos significados dos conceitos de “Direito”, “Constituição”, “liberdade”, “democracia”, “República”, “federalismo”, entre outros, para a construção nacional oriental. Desse modo, também serão essenciais a identificação de linguagens e termos políticos que, em seus escritos, indicavam ser adjacentes àqueles, tais como: direito de reunião, direito de associação/sociabilidade, liberdade religiosa e de pensamento, Estado, soberania do povo/soberania nacional, entre outros que certamente surgirão ao longo de nossa análise. A nosso ver, Ramírez, em suas propostas de reformulação constitucional, visou à elaboração das bases político-intelectuais e sociais de uma Constituição que fosse “ideal” para a pacificação, a reconstrução e a consolidação da esfera pública nacionais. No entanto, assim como vimos no capítulo 2, Ramírez se utilizou de linguagens e ideias tanto próprias dos “liberalismos”, quanto dos “republicanismos” para pensar esse tipo de Constituição, conforme veremos melhor ao longo deste capítulo 3.

Por fim, também tratamos sobre como o constitucionalismo de Ramírez persistiu no tempo, ou seja, como ele retomou algumas propostas de suas conferências de 1871 quase uma década mais tarde, na criação do Partido Constitucional e do periódico *El Plata*, porta-voz de suas ideias político-jurídicas. Além disso, ainda como manifestação dessa certa permanência temporal, abordamos sobre como suas conferências retornaram para dentro da Universidade, por meio de uma compilação feita pelos juristas da UDELAR, em 1897, como material do curso de Direito da instituição. Nessa reedição, foram anexados outros textos baseados, a nosso ver, em suas próprias indicações político-intelectuais anteriores. Dentre os quais, destacamos parte do capítulo escrito por Feliciano Viera, que tratou sobre o direito de reunião e de associação tão defendido por Ramírez, no início dos anos 1870, como um meio e expressão de coesão político-social na esfera pública e de reconstrução nacional e republicana.

3.1. Os significados do Direito e das ideias Constitucionais na América Latina e no Uruguai pós-independências

Ao lidarmos com o objetivo proposto neste capítulo, concebemos uma história do Direito que não privilegie tanto as instituições estatais propriamente ditas, mas também – e até

principalmente – a jurisprudência, ou seja, a atuação, ou atividade, dos juristas ao longo do tempo. Essa perspectiva contribui para que voltemos nossas atenções, segundo Jaime Fenochio, às ideias e ao pensamento de tais atores históricos na conformação das sociedades e coletividades humanas, visando a construir ou ampliar os modos de resolução de problemas e de pacificação em tais comunidades.⁸¹⁶ Além disso, também nos auxilia a compreender que nem sempre o Direito foi pensado ou aplicado a partir da ação dos juristas a serviço do Estado, pressupondo, dessa forma, uma margem de liberdade na ação desses atores ao também pensar as instituições políticas.⁸¹⁷ Ainda conforme o autor, para se trabalhar com uma história dita “jurídica”, é necessário que haja o diálogo com outras disciplinas, tais como a História Política, a História das Ideias (ou filosófica) e a História Conceitual⁸¹⁸, interlocuções essas que já realizamos em nossa tese desde o início.

No que tange especificamente às mudanças que o direito sofreu da passagem do século XVIII para o XIX, o Direito Natural, resultante da Revolução Francesa, passou a ser um dos elementos mais representativos de uma reorganização, de caráter jurídico, da modernidade nascente, ligado ao jusnaturalismo moderno e em contraposição aos cânones do Antigo Regime. Nesse sentido, entre o final do século XVIII e início do XIX em diante, o reconhecimento jurídico do poder deixa de radicar no monarca para, assim, inscrever-se no povo, o novo soberano.⁸¹⁹

Ainda neste capítulo, buscamos realizar uma História Intelectual do Direito, conforme nos propõe Frédéric Audren.⁸²⁰ Esse autor advoga em prol de uma vertente que não se limita somente a uma História dos intelectuais do direito ou das ideias jurídicas em si mesmas, mas sim “[...] uma história das *práticas intelectuais* a partir das quais o direito é produzido, mobilizado ou mesmo aplicado”.⁸²¹ Ainda conforme Audren, tais práticas intelectuais, sejam por parte dos próprios profissionais jurídicos e/ou dos demais cidadãos, permitem lidar com interesses, valores e formas de ação, exercidos nos mais diversos espaços, como a Universidade, as bibliotecas, editoras, os tribunais, etc., e suas fontes variadas.⁸²² Dessa forma, inclusive em

⁸¹⁶ARENAL FENOCHIO, Jaime de. *Historia mínima del Derecho en Occidente*. 1ª. Ed. México, D. E.: El Colegio de México, 2016/Sextil Online S.A., 2017 (On-line), s/p.

⁸¹⁷Ibid.

⁸¹⁸Ibid.

⁸¹⁹Ibid.

⁸²⁰AUDREN, Frédéric. Introduction: l’histoire intellectuelle du droit ou la fin du “Grand partage”. *Clio@ Themis*. Revue electronique d’histoire du droit, n. 9, p. 1-4, 2015.

⁸²¹Ibid., p. 1, grifos do autor.

⁸²²Ibid.

suas propostas de caráter doutrinal, esses atores, ligados à área da jurisprudência, podem ser considerados “mediadores ativos” neste processo de reconstrução da nação.⁸²³

De início, ao tratarmos sobre os juristas enquanto intelectuais, e mais especificamente na América Latina, acreditamos ser pertinente e necessário termos em mente as ressalvas, feitas por Rogelio Pérez Perdomo, a respeito de não ser possível conceituar “intelectual” o profissional do direito devido somente a essa condição técnica.⁸²⁴ No entanto, o autor nos proporciona elementos para pensar os juristas como intelectuais de uma forma mais ampliada, conforme ele mesmo explicita:

Entre os juristas, reservaríamos a categoria de intelectual, ou, talvez, mais apropriadamente, a de acadêmico ou scholar, a aquelas pessoas que pensam sobre o direito e escrevem sobre ele, que geralmente se desempenham como professores universitários e que, frequentemente também escrevem ensaios ou artigos de opinião sobre temas consideravelmente gerais.⁸²⁵

Nesse sentido, compartilhamos das ponderações de Pérez Perdomo para pensarmos especificamente a atuação político-intelectual e jurídica de Ramírez no Uruguai do século XIX, pois, como já mencionamos, esse publicista foi, de fato, um professor universitário que, além de ministrar suas aulas na Universidade, buscou refletir publicamente sobre o direito. Embora estejamos cientes da existência de uma linguagem específica e técnica da área, a qual contribui para lhe conformar um campo próprio, principalmente por parte e de dentro do Estado⁸²⁶, procuramos, neste capítulo, matizar essa questão. Em nossa perspectiva, ao tratarmos sobre as propostas constitucionais de Ramírez, é preciso sempre considerar que nossas fontes dizem respeito à atuação de um intelectual não ligado ao Estado naquele momento (1871). Além disso,

⁸²³AUDREN, Frédéric. Introduction: l’histoire intellectuelle du droit ou la fin du “Grand partage”. *Clio@ Themis*. Revue électronique d’histoire du droit, n. 9, 2015, p. 2.

⁸²⁴PÉREZ PERDOMO, Rogelio. Los juristas como intelectuales y el nacimiento de los estados nacionales en América Latina. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 168. Ainda sobre a atuação político-intelectual de juristas na América Latina, mais especificamente de brasileiros e argentinos na região, mas na primeira metade do século XX, ver: SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Desloca(liza)r o direito: intercâmbios, projetos partilhados e ações públicas de juristas (Argentina e Brasil, 1917-1943)*. 2018 (551 f.). Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de Concentração: História Social.

⁸²⁵Ibid.

⁸²⁶Sobre tais discussões sobre o campo do direito, ver: COSTA, Wilma Peres. História e Direito: em busca dos continentes submersos: comentário ao texto de Annick Lempérière. *Almanack*. Guarulhos, n. 15, p. 44-58, 2017. Sobre uma análise mais sistemática e sociológica a respeito da teoria dos “campos”, mais especificamente das regras sociais que legitimam o reconhecimento e/ou a exclusão de atores dentro de determinados espaços de saber, poder e dominação simbólica inconscientes, dentre eles o do Direito, ver os trabalhos de Pierre Bourdieu, principalmente os seguintes: BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S. A., 1989. Ver também: BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Tradução: Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001; BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção: Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

por ter sido um professor e publicista que, a nosso ver, buscou se utilizar de uma linguagem mais acessível visando à formação da opinião pública “leiga”, Ramírez extrapolou o âmbito universitário propriamente dito e, conseqüentemente, estatal.

Nesse sentido, quando consideramos o profissional do Direito enquanto intelectual que pensa tal área de modo mais amplo e não tão normativo, inevitavelmente recorreremos ao que afirma Habermas a respeito da área jurídica a partir da substituição de uma razão por outra, ou seja, da ênfase na “razão comunicativa” e não tanto na “razão prática”.⁸²⁷ Esse caminho teórico, proposto por Habermas e sustentado pela sua teoria do agir comunicativo, consistiria em uma forma de amenizar as “tensões” existentes entre a facticidade e validade relativas ao conhecimento jurídico expresso na esfera pública.⁸²⁸ Desse modo, segundo o filósofo alemão, o Direito consistiria em uma mediação social, visando-se ao entendimento entre os atores político-sociais:

A razão comunicativa distingue-se da razão prática por não estar adscrita a nenhum ator nem a um macrossujeito sociopolítico. O que torna a razão comunicativa possível é o *médium* linguístico, através do qual as interações se interligam e as formas de vida se estruturam. Tal racionalidade está inscrita no telos linguístico do entendimento, formando uma *ensemble* de condições possibilitadoras e, ao mesmo tempo, limitadora. Qualquer um que se utilize de uma linguagem natural, a fim de entender-se com um destinatário sobre algo no mundo, vê-se forçado a adotar um enfoque performativo e a aceitar determinados pressupostos. Entre outras coisas, ele tem que tomar como ponto de partida que os participantes perseguem sem reservas seus pontos ilocucionários, ligam seu consenso ao reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade criticáveis, revelando a disposição de aceitar obrigatoriedades relevantes para as consequências da interação e que resultam de um consenso. E o que está embutido na base da validade da fala também se comunica às formas de vida reproduzidas pela via do agir comunicativo. A racionalidade comunicativa manifesta-se num contexto descentrado de condições que impregnam e formam estruturas transcendentemente possibilitadoras [...].⁸²⁹

Da mesma forma, não perderemos de vista, como já mencionamos, os significados dos termos e ideias político-jurídicas⁸³⁰ utilizados por Ramírez em prol da construção nacional e,

⁸²⁷HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia*. Entre facticidade e validade. Vol. 1. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 17-19.

⁸²⁸Ibid., p. 25.

⁸²⁹Ibid., p. 20, grifos do autor.

⁸³⁰Aqui, dialogamos especificamente com o que argumenta Michael Stolleis, em entrevista à Gustavo Castagna Machado, sobre o Direito Público – mais especificamente o Direito Constitucional – estar “[...] devidamente ligado à política. O Direito Público é, em si mesmo, um assunto ‘político’”. STOLLEIS, Michael; MACHADO, Gustavo Castagna. Entrevista com Michael Stolleis: os caminhos da História do Direito. *Cadernos do Programa de Pós-graduação Direito/UFGRS*, v. 9, n.2, 2014, p. 9, aspas do autor. Também a respeito de uma discussão acerca do Direito, em especial o Público, em relação ao Direito Privado, ver: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução: Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2ª edição revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

também, sua devida historicidade.⁸³¹ De modo atrelado às indicações anteriores, também recorreremos ao chamado “giro jurídico” em parte da historiografia da História Intelectual latino-americana. Sobre essa renovação, Wilma Costa Peres argumenta que tal abordagem expressa uma considerável interdisciplinaridade entre a História Política e a História Intelectual do Direito, por meio de suas “zonas de fronteira”.⁸³² Além disso, segundo a autora:

Nos termos em que aqui se coloca – como uma ramificação da nova história política e da história intelectual – aquilo que aqui se designa como “giro jurídico” situa-se em um campo que poderíamos talvez designar como o de uma nova interdisciplinaridade, caracterizada pelo esforço de apropriação pelos historiadores de linguagens e conceitos cunhados em campos especializados (no caso o Direito e a História do Direito) e sua utilização para iluminar caminhos que vem [sic] sendo trilhados pela História Política na construção do “objeto-estado” como problema historiográfico.⁸³³

Sobre a ideia de Constituição ou constitucionalismo, há os autores que trabalharam a partir de um viés mais “jurídico-positivista”, mais normativo propriamente dito, dentro de um âmbito em que o texto constitucional fosse compreendido a partir de um caráter mais sistemático.⁸³⁴ Nessa linha, o direito constitucional teria surgido na esteira do Iluminismo e após a Revolução Francesa, contribuindo, desse modo, com a construção dos Estados nacionais, materializado em um texto escrito por meio do qual se manifestou a vontade popular a respeito do poder e do governo de cada país. Por outro lado, também há um viés que buscou e busca tratar sobre o conceito de modo mais ampliado e sobre seus usos para antes até do que os processos já mencionados, enquanto uma necessidade de se controlar o poder público contra atos autoritários ao longo do tempo.⁸³⁵

⁸³¹Da mesma forma, temos em mente a questão hermenêutica que envolve não só a análise de tais termos, linguagens e conceitos na História, mas a própria hermenêutica do Direito, no sentido de que tais usos e expressões foram entendidas de formas variadas, não estáticas, em cada espaço e em cada temporalidade. Sobre esse assunto, ver: NERHOT, Patrick. No Princípio Era o Direito...In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Tradução: Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editoria UFRJ; Editora FGV, 1998, p. 91-103. Ainda sobre esse debate, ver também: GARRIGA, Carlos. ¿La cuestión es saber quien manda? Historia política, Historia del derecho y “punto de vista”. *PolHis*, Año 5, n. 10, p. 89-100, Segundo semestre 2012; GARRIGA, Carlos. ¿De qué hablamos los historiadores del derecho cuando hablamos de derecho? *Revista Direito Mackenzie*, v. 14, n. 1, p. 1-24, 2020. Sobre a possibilidade de trabalho conjunto entre o historiador e o jurista, das contribuições do primeiro para os cursos de Direito e da desconstrução de uma “dogmática jurídica” decorrente dessa relação, ver: GROSSI, Paolo. O ponto e a linha. História do Direito e Direito Positivo na formação do jurista de nosso tempo. *Revista Sequência*, n. 51, p. 31-45, dez. 2015.

⁸³²COSTA, Wilma Peres. História e Direito: em busca dos continentes submersos: comentário ao texto de Annick Lempérière. *Almanack*. Guarulhos, n. 15, 2017, p. 45.

⁸³³Ibid., aspas da autora.

⁸³⁴VELASCO, Francisco Quijano. *Las repúblicas de la Monarquía*. Pensamiento constitucionalista y republicano en Nueva España, 1550-1610. México: Universidad Nacional Autónoma de México/Instituto de Investigaciones Históricas, 2017, p. 24.

⁸³⁵VELASCO, Francisco Quijano. *Las repúblicas de la Monarquía*. Pensamiento constitucionalista y republicano en Nueva España, 1550-1610. México: Universidad Nacional Autónoma de México/Instituto de Investigaciones

De qualquer forma, o que parece ser um consenso, na historiografia sobre o tema, é que os termos “Constituição” ou “constitucionalismo” remetam, em seu sentido amplo, à ideia de “contrato” ou “pacto”, embora muitos autores foquem mais em seu sentido institucional do que o intelectual propriamente dito.⁸³⁶ Além disso, também consideramos o que argumenta Elías Palti a respeito do que seria uma constituição, em termos linguísticos: “Uma constituição é, de fato, indissociável do linguístico, não só pelo fato óbvio de que se expressa por meio de palavras, mas porque supõe, ao mesmo tempo, *uma intervenção sobre a linguagem*”.⁸³⁷

A essa ideia de intervenção linguística, colocada por Palti, pode ser acrescentada, a nosso ver, a proposição de Koselleck acerca de que a constituição, ou a “história constitucional”, seria um “produto” da modernidade.⁸³⁸ Nesse sentido, para o historiador alemão, apesar da pluralidade de significados históricos que o conceito tenha tido ao longo do tempo e nos mais variados locais, uma ideia mais “elástica” de Constituição seria a seguinte:

[...] instituições e modos de organização de comunidades de ação social na medida em que se procura regulamentá-las juridicamente para permitir o agir político. A isso se liga, por exemplo, a existência de uma esfera pública [*Öffentlichkeit*], ainda que mínima [...].⁸³⁹

Assim, podemos inferir, com base em nosso diálogo com Palti, Koselleck e Habermas, que o uso do termo esteja, de alguma forma, vinculado a essa intervenção sobre a linguagem política, de modo a estabelecer uma comunicação entre diferentes atores políticos na esfera pública a respeito do interesse comum. Desse modo, entendemos que esse caminho teórico também nos auxilie a pensar sobre as motivações de Ramírez em publicar suas aulas de Direito Constitucional, além, evidentemente, de mobilizar recorrentemente o termo “Constituição” em seu contexto de atuação político-intelectual.

A partir de agora, dediquemo-nos mais especificamente sobre o tema na América Latina. De alguns anos para cá, a ausência de trabalhos que caracterizou parte da História Intelectual sobre o constitucionalismo na América Hispânica, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, começou a ser suprida, conforme afirma José Antonio Aguilar

Históricas, 2017, p. 25. Aqui, como uma das referências dessa linha historiográfica, Velasco cita o reconhecido trabalho de Quentin Skinner sobre o pensamento político expresso entre os séculos XIV e XVII. Ver: SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁸³⁶VELASCO, Op. cit., p. 29.

⁸³⁷PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007, p. 69, grifos nossos.

⁸³⁸KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Tradução: Markus Heidiger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 381.

⁸³⁹Ibid., p. 379, grifo e inserção do autor.

Rivera.⁸⁴⁰ O autor denomina esse período de “momento constitucional”, mais especificamente entre 1787 a 1830, marcado pela experiência da independência estadunidense até o estabelecimento das primeiras Constituições dos países latino-americanos. Rivera se questiona sobre qual teria sido a “importância” do experimento hispano-americano tanto para o constitucionalismo quanto para o liberalismo de então, ainda mais considerando o foco dos historiadores que se dedicam ao século XIX sobre o “triunfo teórico” do liberalismo e seu “fracasso real” naquele contexto.⁸⁴¹

Além disso, o autor inscreve o constitucionalismo latino-americano na tensão entre as tradições republicana e a liberal, tratando sobre suas inspirações intelectuais históricas, suas diferenças e as formas que tais expoentes foram inseridos na região ao longo do tempo. Conforme explicita Rivera:

Enquanto o republicanismo e o liberalismo tiveram, provavelmente, mais coincidências das quais comumente se admitem, diferem-se [...] em um aspecto crítico: o modelo republicano propunha amplos poderes de emergência, enquanto que o liberal os excluiu da constituição. Maquiavel e Rousseau seguiram o modelo romano. [...] propuseram a inclusão de instituições que cumprissem a mesma função que a ditadura em Roma. Montesquieu, pelo contrário, culpou essa magistratura pela queda de Roma e, conseqüentemente, rechaçou os poderes de emergência. A exclusão liberal foi reforçada e teorizada por Benjamin Constant no século XIX. Se nos Estados Unidos os fundadores se inspiraram na Antiguidade Clássica, certamente não o muito fizeram em suas instituições. Nem os federalistas, nem os antifederalistas propuseram, nos debates sobre a ratificação da Constituição Federal, poderes amplos de emergência. Madison acreditava que Roma tinha um executivo tão débil – por ser colegiado – que devia recorrer aos ditadores em momentos de perigo. E a ditadura, pensava, era um expediente arriscado ao extremo. Nisso, como em muitas outras coisas, os federalistas seguiam muito mais Montesquieu que Maquiavel. Para Montesquieu, as repúblicas clássicas haviam ido para sempre. E sua partida não era de lamentar-se. Entretanto, no século XIX, o republicanismo e o liberalismo se chocaram na América Hispânica. Duas noções distintas de autoridade se enfrentaram no processo de construção nacional.⁸⁴²

Esse “choque” entre o liberalismo e o republicanismo, de fato, foi considerável no que tange aos processos políticos de construção nacionais latino-americanos ao longo do século XIX, em maior ou menor grau.⁸⁴³ Ainda sobre as discussões a respeito de uma justa-medida

⁸⁴⁰RIVERA, José Antonio Aguilar. *En pos de la Quimera*. Reflexiones sobre el experimento constitucional atlántico. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

⁸⁴¹Ibid., p. 17.

⁸⁴²Ibid., p. 55.

⁸⁴³Sobre tais tensões político-intelectuais e conceituais entre republicanismo e liberalismo, mais especificamente na primeira metade do século XIX latino-americano, ver: BARRÓN, Luis. Republicanismo, liberalismo y conflicto ideológico en la primera mitad del siglo XIX en América Latina. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS Rafael (Orgs). *El republicanismo en hispanoamerica*. Ensayos de historia intelectual y política. México:

republicana e constitucional acerca do poder político a ser estabelecido institucionalmente, Gabriel Negretto afirma o seguinte a respeito daqueles dois “ismos” presentes nos debates político-intelectuais latino-americanos do século XIX:

[...] o republicanismo liberal na América Latina teve a difícil tarefa de canalizar, por vias legais, o uso do poder político quando era inexistente ou muito precária a autoridade do Estado. Como o expressaram numerosos líderes políticos e intelectuais da época, o dilema central do constitucionalismo latino-americano era como sair da anarquia sem cair, ao mesmo tempo, na tirania, como fortalecer o governo sem abrir a porta da arbitrariedade. Desde esse ponto de vista, as diferenças entre os países da Constituição estadunidense e nossos constitucionalistas não reside tanto em sua ideologia quanto no contexto histórico-político que ambos devem ter enfrentado. Em última instância, a preocupação dos liberais latino-americanos por fortalecer o Estado não foi tão distinta da preocupação que tiveram os liberais pós-revolucionários na França, como Constant e Guizot, os quais buscaram desesperadamente um equilíbrio entre soberania popular e liberdade política, por um lado, e autoridade, por outro.⁸⁴⁴

Mais especificamente na região do Rio da Prata, houve algumas singularidades. As localidades próprias de tal região não experimentaram o processo constitucional oriundo de Cádiz⁸⁴⁵, na Espanha, tendo sido, na verdade e como sabemos, por uma série de eventos marcados pelas batalhas da revolução de independência, os quais envolveram tanto Buenos Aires quanto os demais locais da região. Desse modo, houve uma tensão considerável entre os conceitos de “constituição” com os de “nação”, “revolução” e “soberania”, por exemplo⁸⁴⁶, desde as manifestações de Mariano Moreno, durante a crise do sistema colonial, em 1810. Por meio de sua *Gazeta de Buenos Ayres*, expressou tais propostas, caracterizadas pela ideia rousseauiana de uma “soberania indivisível”, unitária, fundadora da “vontade geral”, a qual

Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 118-139. A respeito desses conflitos na segunda metade do oitocentos, tanto em outros países como no Uruguai, ver: PALTI, Elías. Las polémicas en el liberalismo argentino. Sobre virtud, republicanismo y lenguaje. In: RIVERA; ROJAS (Orgs). Op. cit., p. 167-209.; CAETANO, Gerardo. Genealogías de la política uruguaya moderna: el liberalismo como “concepto fundamental” y su primacía sobre el republicanismo en el siglo XIX. *Claves*. Revista de Historia, n. 2, p. 111-143, jan-jun. 2016; GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígenes de la democracia uruguaya. *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, vol. 5, núm. 9, p. 3-44, 2003.

⁸⁴⁴NEGRETTO, Gabriel L. Repensando el republicanismo liberal en América Latina. Alberdi y la Constitución argentina de 1853. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS Rafael (Orgs). *El republicanismo en hispanoamerica*. Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 223-224.

⁸⁴⁵A Constituição de Cádiz, promulgada em 1812, foi caracterizada pelo contexto da ascensão do constitucionalismo liberal na Europa pós-Revolução Francesa, e consistiu em um marco para a afirmação dos direitos fundamentais, da soberania e como forma de lidar com as questões relacionadas às disputas dinásticas em torno da unidade política na Espanha do início do oitocentos. Ver: DALLARI, Dalmo de Abreu. A Constituição de Cádiz: valor histórico e atual. *Revista de Estudios Brasileños*, vol. 1, n. 1, p. 81-96, 2014.

⁸⁴⁶GOLDMAN, Noemi. Constitución. Argentina – Río de la Plata. In: SEBASTIAN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 325.

foi confrontada por outra, mais no sentido plural “federalista” de “soberania”, de várias soberanias, distribuídas pelos diversos *pueblos* – futuras províncias argentinas.⁸⁴⁷

De qualquer modo, apesar da polissemia própria da História de cada conceito, e as polêmicas político-intelectuais que lhe foram inerentes na região que viria a ser a Argentina, o termo Constituição recebeu maior destaque com o projeto do publicista e jurista argentino Juan Bautista Alberdi, no início dos anos 1850. Esse intelectual, de visão liberal considerada mais “conservadora”⁸⁴⁸, é concebido como o que lançou as “bases” – literalmente, devido ao seu *Bases y puntos de La Constitución Argentina* – da Constituição que se tornou vigente e estável desde então em seu país, segundo Natalio Botana.⁸⁴⁹ Caracterizado por um ideário de caráter “ecclético”, Alberdi se inspirou no pensamento de diversos filósofos e juristas, de várias temporalidades e países, tais como Montesquieu, Cousin, Guizot, Madison, Rossi, Story, etc.⁸⁵⁰ Essa vertente eclética de Alberdi, destacada por Botana, assemelha-se consideravelmente ao modo que Ramírez também pensou o constitucionalismo no Uruguai alguns anos mais tarde, a nosso ver.

De modo bem resumido, a Constituição argentina, para Alberdi, deveria conciliar o todo, a “nação”, com as partes, as províncias, de modo que a liberdade dessas fosse assegurada, assim como a autoridade da União⁸⁵¹:

Alberdi usou esses instrumentos conceituais à vontade, de acordo com variadas oportunidades. Sua Constituição, tal como a pensou para fundamentá-la ou justificá-la, foi, antes de tudo, uma combinação de princípios e uma forma mista. Na esfera política [...] era uma república aristocrática, zelosa do exercício da liberdade política; desde a perspectiva do passado; na constituição ressoava o pacto histórico entre duas legitimidades incompletas cuja ambição de fundar uma ordem exclusiva, federal ou unitária, havia fracassado; e, por fim, desde o ponto de vista da formação civil da

⁸⁴⁷GOLDMAN, Noemi. Constitución. Argentina – Río de la Plata. In: SEBÁSTIAN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Commemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 326.

⁸⁴⁸A questão da dicotomia entre “liberais” e “conservadores”, reproduzida por parte da historiografia latino-americana, é criticada por Luis Barrón, autor que aponta que, entre tais polos existiria uma considerável complexidade caracterizada pela tensão entre o republicanismo e o liberalismo na América Latina do século XIX, a qual seria responsável por matizar profundamente tais denominações políticas do período. Ver: BARRÓN, Luis. Republicanismo, liberalismo y conflicto ideológico en la primera mitad del siglo XIX en América Latina. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS Rafael (Orgs). *El republicanismo en hispanoamerica*. Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 118-139.

⁸⁴⁹Mas, claro, não sem polêmicas e disputas político-intelectuais sobre tal assunto. Talvez a mais conhecida seja o debate público travado entre Sarmiento e Alberdi naquele país, a respeito das possibilidades relativas ao que esses intelectuais denominaram de “República verdadeira”, “República forte” e a “República possível”. Sobre a referida polêmica, ver: BOTANA, Natalio. *La tradición republicana*. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. 1ª ed. Buenos Aires: Edhasa, 2013, p. 298-301.

⁸⁵⁰Ibid.

⁸⁵¹Este seria outro ponto de aproximação de Alberdi com o que propôs Ramírez décadas mais tarde, conforme veremos adiante.

sociedade, a Constituição oferecia, ao indivíduo e à sua família, a promessa de uma vida democrática.⁸⁵²

Em relação ao Uruguai, parece ser um consenso que o processo de formação constitucional do país teve início com a atuação e propostas de Artigas, ainda durante a primeira fase da independência da Banda Oriental, em 1811, a partir do documento intitulado *Instrucciones del año XIII* (1813).⁸⁵³ Alguns autores da área do Direito como Antonio Wolkmer, Efendy Bravo e Lucas Fagundes, inclusive, consideram-no propiciador de uma experiência singular na América Latina, tendo expressado uma “originalidade” e “autenticidade” dentro do pensamento de cunho constitucional regional de então.⁸⁵⁴ Além disso, Gerardo Caetano e Ana Ribeiro concebem que tal documento foi inspirado em outros referenciais da época, mas também serviu de inspiração a outros posteriores.⁸⁵⁵

Tanto nas *Instrucciones* quanto em outros textos da época, Artigas e os artiguistas buscaram reafirmar as bases igualitárias de uma nova Constituição após a independência em relação à Espanha, tendo intencionado estabelecer o que Roberto Gargarella denominou de “modelo” constitucional de caráter “coletivista”, mais radical e popular.⁸⁵⁶ Apesar de nossas reservas referentes ao termo “modelo” para o fazer da História Intelectual – conforme recomenda Palti⁸⁵⁷ –, acreditamos que tais colocações de Gargarella sejam válidas para pensarmos essa proposta de Constituição artiguista, em detrimento de outros experimentos da época, tais como o “conservador” ou o “liberal”.⁸⁵⁸

Em relação aos dois últimos, Gargarella argumenta que o “conservador” poderia ser entendido, grosso modo, como o que propiciava o poder nas mãos de poucos, mais elitista e autoritário, como os que estiveram em vigência em vários países da primeira metade do XIX,

⁸⁵²BOTANA, Natalio. *La tradición republicana*. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. 1ª ed. Buenos Aires: Edhasa, 2013, p. 298-301, p. 290.

⁸⁵³Como tratamos no capítulo 4, em nossa análise sobre a recuperação histórica de Artigas por parte de Ramírez, esse publicista cedeu espaço a vários capítulos das *Instrucciones* de Artigas em seu livro *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco Antonio Berra*, o qual consistiu em uma resposta ao antiartiguismo ainda reproduzido por esse outro intelectual, nos anos 1880.

⁸⁵⁴WOLKMER, Antonio Carlos; BRAVO, Efendy Emiliano Maldonado; FAGUNDES, Lucas Machado. Historicidade Crítica do Constitucionalismo Latino-Americano e Caribenho. *Revista Direito e Práxis*, vol. 8, n. 4, 2017, p. 2869.

⁸⁵⁵CAETANO, Gerardo; RIBEIRO, Ana. Contextos y conceptos en torno a las Instrucciones del año XIII. In: CAETANO, Gerardo; RIBEIRO, Ana. (Coord.). *Las Instrucciones del año XIII: 200 años después*. Montevideo: Planeta, 2013 apud WOLKMER; BRAVO; FAGUNDES, Op. cit.

⁸⁵⁶GARGARELLA, R. El constitucionalismo en Sudamérica (1810-1860). *Precedente. Revista Jurídica*, n. -, p. 51-82, 16 dic. 2006.

⁸⁵⁷Conforme a discussão teórico-metodológica que desenvolvemos na introdução de nossa tese. Para mais elementos dos pressupostos colocados por Palti, ver: PALTÍ, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

⁸⁵⁸GARGARELLA, Op. cit.

como Argentina, Chile e Equador, por exemplo.⁸⁵⁹ No que tange ao “liberal”, ou “individualista”, defendia-se o foco na neutralidade do Estado em relação à religião e à separação dos poderes, visando, assim, ao freio de um poder em relação aos demais – inspirados, conforme entendemos e ao que tudo indica, em Montesquieu. Enfim, foi pensado, com a finalidade de se evitar a opressão entre grupos políticos antagônicos, majoritários e minoritários.⁸⁶⁰

Retornemos à vertente constitucional “coletivista”. De modo geral, o referido “modelo” teve certa repercussão na época das independências, mas foi efêmero e não representou um parâmetro jurídico consolidado na América Latina após esse período, embora tenham tido uma considerável presença simbólica na região, segundo Gargarella.⁸⁶¹ Foi caracterizado, principalmente, pela ideia de que o bem-estar da comunidade deveria sobressair ao do indivíduo, de modo que alguns termos e conceitos específicos rousseauianos estiveram mais presentes, tais como “soberania do povo”, “vontade geral”, “igualdade”, “contrato social”, “princípios universais”, etc.⁸⁶² Para Gargarella,

Para identificar o constitucionalismo coletivista, pode-se dizer que o seu objetivo fundamental costumou ser o de conseguir uma comunidade autogovernada. Em tal sentido, foi comum identificar uma posição como essa com a noção – de ressonância rousseauiana –, segundo a qual a “voz do povo” é “a voz de Deus”. Para o coletivismo, o bem-estar da comunidade deve ser o principal objetivo de todo governo. Mais ainda, tende-se a assumir aqui que é a própria comunidade que deve definir quais são, especificamente, tais objetivos e quais os meios para alcançá-los. Assumindo o valor do autogoverno coletivo, o coletivismo mostrou habitualmente uma grande preocupação tanto pela organização institucional da sociedade, como – fundamentalmente – pelo “tipo” de cidadãos que formam parte dessa sociedade: más instituições ou maus cidadãos (cidadãos “não virtuosos”) constituem, ambos, ameaças ao ideal do autogoverno. [...] Uma sociedade autogovernada requer indivíduos dotados de certas qualidades de caráter, certas disposições morais [...]. Para “assegurar” que os cidadãos se identificassem com os demais membros da sociedade, o Estado deveria “cultivar” um certo tipo de cidadão (o cidadão virtuoso). A tais fins, o Estado deveria estabelecer uma sorte de hierarquia entre diferentes ideais do bem, no topo da qual se encontraria aquele modelo de vida e aquelas qualidades de caráter mais favoráveis ao bem-estar geral.⁸⁶³

No que tange às virtudes a serem “cultivadas” nos cidadãos, o “coletivismo” prezou, ainda segundo Gargarella, pelo patriotismo, a coragem, a solidariedade, a austeridade, a

⁸⁵⁹GARGARELLA, R. El constitucionalismo en Sudamérica (1810-1860). *Precedente. Revista Jurídica*, n. -, p. 51-82, 16 dic. 2006.

⁸⁶⁰Ibid., p. 71-73.

⁸⁶¹Ibid.

⁸⁶²Ibid., p. 61.

⁸⁶³Ibid., p. 61-62, aspas do autor.

frugalidade, entre outros, vistas, naquele momento, como “fundacionais” da vida em comunidade de iguais.⁸⁶⁴ Por outro lado, não eram desejáveis os vícios, concebidos como ameaçadores das sociedades “coletivistas”, a exemplo da “covardia” e do “egoísmo”.⁸⁶⁵ Nesse sentido, Gargarella destaca as *Instrucciones* de Artigas e a Constituição proposta pelo prócer como alinhados a esse “coletivismo”, nos quais, grosso modo, estavam presentes não somente um igualitarismo perante a lei. Somavam-se a tal princípio a ideia de uma “regeneração” moral cidadã rio-pratense, o fomento e difusão de materiais culturais e de leitura, além da defesa da imprensa como meio educativo e responsável pela divulgação de ideias novas.⁸⁶⁶ Enfim, segundo Gargarella, não se conheceu outras expressões tão desenvolvidas quanto o “modelo coletivista” artiguista.⁸⁶⁷

No entanto, algo próximo do referido viés constitucional foi identificado em alguns outros países latino-americanos de meados do século XIX, mesmo que sem nenhuma relação direta entre eles. De forma mais difusa e reformulada pelas inspirações republicanas e socialistas europeias pós-1848, tais propostas de um igualitarismo “radical” foram percebidas no Chile, por meio das intervenções político-intelectuais de Santiago Arcos e Francisco Bilbao, esse que foi uma das referências de Ramírez, conforme já vimos. Também, mas com ressalvas feitas por Gargarella, na então região de Nova Granada, dentro da *Sociedad Democrática*, composta por artesãos e liderada por Ambrósio López no mesmo contexto. No entanto, ambas não se concretizaram institucionalmente, em termos de governo, como o foi, mesmo que de modo bem breve, a experiência artiguista do período independentista rio-pratense.⁸⁶⁸

Além dos elementos político-conceituais e linguísticos referentes ao constitucionalismo, acreditamos ser necessário recorrer, também, ao caráter sócio-histórico e jurídico de nação. Acreditamos que esse viés também contribui para compreendermos outros elementos do pensamento de Ramírez em relação à construção constitucional da República Oriental. Para isso, é de suma importância trazermos, para essa discussão, a preocupação do historiador francês Gérard Noiriel acerca da essência do “elo social” que uniria os indivíduos de uma mesma coletividade nacional estatizada.⁸⁶⁹ Em contraposição à vertente weberiana, a qual se

⁸⁶⁴GARGARELLA, R. El constitucionalismo en Sudamérica (1810-1860). *Precedente. Revista Jurídica*, n. -, p. 51-82, 16 dic. 2006, p. 62.

⁸⁶⁵Ibid.

⁸⁶⁶Ibid., p. 66. Mais especificamente sobre tais elementos de uma regeneração cidadã no projeto artiguista, ver também: FREGA, Ana. La virtud y el poder: la soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comps.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 101-133.

⁸⁶⁷GARGARELLA, Op. cit., p. 67.

⁸⁶⁸Ibid.

⁸⁶⁹NOIRIEL, Gérard. Repensar o Estado-Nação. Elementos para uma análise sócio-histórica. *Revista Ler História*, n. 41, 2001, Lisboa, Portugal, p. 39-54.

debruça sobre as relações de “comando”/“obediência” e que pressupõem um caráter puramente coercitivo do Estado-Nação, Noiriel parte da sociologia durkeimiana para argumentar que são a “cidadania” e a “solidariedade” os fatores essenciais de coesão da “nação moderna”.⁸⁷⁰

Ainda segundo Noiriel, “[...] um Estado apenas se torna verdadeiramente ‘nacional’ a partir do momento em que respeita o princípio da ‘soberania do povo’. Aqui o acento não é colocado na dominação, mas na solidariedade”.⁸⁷¹ Tais ideias de “solidariedade” e “cidadania” estão ligadas à formulação das leis, essas elaboradas pelos cidadãos conjuntamente, de modo a proteger a sua comunidade frente aos perigos ou instabilidades. Tais leis, criadas coletivamente, proporcionariam a igualdade entre todos os cidadãos, ao contrário do Estado monárquico dito pré-nacional, caracterizado pela diferenciação natural entre o rei e os seus súditos, baseada, por sua vez, no “direito divino”. Essa “horizontalidade”, marcada pela igualdade jurídica do Estado-Nação moderno, caracterizaria a cidadania e, conseqüentemente, proporcionaria o caráter sociológico da “solidariedade” entre os indivíduos pertencentes a uma comunidade nacional estatizada, segundo Noiriel.⁸⁷² Valemo-nos de tais pressupostos de Noiriel para tratarmos sobre a defesa da sociabilidade como instrumento para a cidadania em uma ordenação político-constitucional e, conseqüentemente, para a reconstrução nacional uruguaia nos escritos e atuação de Ramírez, conforme veremos adiante.

Por fim, complementando as contribuições de Rogelio Pérez Perdomo, que permitem entendermos o jurista enquanto um intelectual⁸⁷³, recorreremos às indicações de Fabiano Engelmann e Luciana Penna a respeito das possibilidades de concebemos, mais especificamente, o constitucionalista também nessa categoria. Esses últimos autores tratam sobre a emergência desse “especialista”, o Professor de Direito Constitucional, dentro das Faculdades de Direito, e sua relevância para a sustentação do regime republicano na França do final do século XIX.⁸⁷⁴ Nesse sentido, consideramos ser necessário explicar, aqui, o que entendemos por um intelectual que chamamos de constitucionalista, com base nas proposições de Engelmann e Penna, mas trazendo-as para a atuação de Ramírez no Uruguai do oitocentos:

⁸⁷⁰NOIRIEL, Gérard. Repensar o Estado-Nação. Elementos para uma análise sócio-histórica. *Revista Ler História*, n. 41, 2001, Lisboa, Portugal, p. 39-54.

⁸⁷¹Ibid., p. 41.

⁸⁷²Ibid.

⁸⁷³Conforme discutimos no início deste capítulo. De qualquer modo, ver: PERDOMO, Rogelio Pérez. Los juristas como intelectuales y el nacimiento de los estados nacionales en América Latina. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, 168-183.

⁸⁷⁴SACRISTE, Guillaume. *La republique des constitutionnalistes*. Professeurs de droit et légitimation de l'État en France (1870-1914). Paris: Presses de SciencesPo, 2011 apud ENGELMANN, Fabiano; PENNA, Luciana Rodrigues. Constitucionalismo e batalhas políticas na Argentina: elementos para uma história social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 58, mai.-ago. 2016, p. 509.

A categoria de constitucionalista é assim uma definição central para a presente discussão, tomada aqui como a posição social que legitima um agente ou conjunto de agentes a definir os contornos jurídicos da vida social e política, mobilizando para isso a noção de “Constituição”. “Interpretar a Constituição” é, neste sentido, um ato político. Ele se inscreve nas lutas políticas de um período determinado e usa a figura da “Constituição” como referência normativa na mobilização doutrinária de múltiplos saberes, em que define o mundo, ora pela legitimação, ora pela contestação da ordem política.⁸⁷⁵

No entanto, embora concordemos com grande parte das indicações de Engelmann e Penna, mais especificamente a respeito da mobilização, por parte de um agente, do termo “Constituição” no debate público, acreditamos ser pertinente matizarmos brevemente o trecho acima. Conforme já colocamos, concebemos as proposições constitucionais de Ramírez para além do aspecto puramente doutrinário ou normativo convencionalmente próprios do Direito, e sim de modo mais ampliado, a partir de uma “razão comunicativa”, conforme propõe Habermas.⁸⁷⁶ Reiterando, isso nos permitirá compreender as motivações de Ramírez em tornar públicas suas aulas de Direito Constitucional por meio do seu periódico *La Bandera Radical* e, conseqüentemente, as mediações político-intelectuais contidas nesse ato em prol da reconstrução da nação.

3.2. Tornar público o Direito: retomar/reformar (os bons “princípios”) (d)a Constituição de 1830

3.2.1. Uma nova “ordem” nacional para a República “Oriental”: as *Conferencias de Derecho Constitucional* (1871)

Após promulgada a Constituição de 1830, não houve, segundo Héctor Gros Espiell, uma dedicação apropriada ao estudo e divulgação do Direito Constitucional até a publicação das Conferências de Ramírez, em 1871. Antes disso, foram elaborados somente breves comentários, na imprensa, por parte dos próprios Constituintes uruguaios da primeira metade do oitocentos e poucos trabalhos de cunho estritamente pedagógico. No entanto, conforme já havíamos indicado no capítulo 1 e em parte deste capítulo 3, a educação universitária e o pensamento político-intelectual do jurista uruguaio foram formados também com base nas aulas de Economia Política na *Universidad De La República* (UDELAR). Disciplina com “fronteiras

⁸⁷⁵ENGELMANN, Fabiano; PENNA, Luciana Rodrigues. Constitucionalismo e batalhas políticas na Argentina: elementos para uma história social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 58, mai.-ago. 2016, p. 510, aspas dos autores. Para outros panoramas a respeito do constitucionalismo e da história constitucional, ver: KOERNER, Andrei. Sobre a história constitucional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, no 58, p. 525-540, mai.-ago. 2016.

⁸⁷⁶HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia*. Entre facticidade e validade. Vol. 1. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

não bem determinadas”⁸⁷⁷, cuja Cátedra fora inaugurada, no início dos anos 1860, por Carlos de Castro, e seguida por Pedro Bustamante e Francisco Lavandeira, caracterizada pela mescla de lições sobre sociologia, política e moral.⁸⁷⁸

No entanto, tal componente do curso de Direito não era suficiente para um estudo mais detido sobre as questões constitucionais uruguaias e em geral. Dessa forma, foi criada uma Cátedra própria para essa área, por meio da Lei de Pressuposto de 1870, em grande parte devido à reinvidicação de Pedro Bustamante, então reitor da Universidade e também professor de Economia Política da instituição. Assim, Ramírez, então recém-egresso do curso de Direito, foi designado para assumir as aulas de Direito Constitucional no ano de 1871, devido ao reconhecimento pelo seu conhecimento adquirido e pela atuação pública e “cívica” por meio do jornal *El Siglo*, no final dos anos 1860.⁸⁷⁹

No que tange mais especificamente às conferências de Ramírez, enquanto expressão de sua atuação nas aulas do curso de Direito, Héctor Gros Espiell afirmou o seguinte:

Praticamente todas as páginas estão impregnadas de um entusiasmo liberal, de uma radical posição anticatólica e antidogmática – que não exclui, no desenvolvimento do curso, diversas invocações a Deus – de uma crença sincera na bondade do ser humano e de uma defesa férrea, constante e invariável da liberdade do homem frente ao poder do Estado.⁸⁸⁰

Héctor Gros Espiell rejeita qualquer possibilidade de que tais *Conferencias* de Ramírez não teriam sido tangenciadas pelo contexto político-social no qual foram escritas, ensinadas e publicadas. Conforme ainda argumenta o autor, o pensamento e atuação de Ramírez foram norteados por uma orientação político-intelectual que mesclava um “liberalismo individualista” com o “principismo político-partidário”, uma complementaridade que buscava reagir ao seu desencantamento sobre os partidos de então. Ainda segundo Gros Espiell, a análise que Ramírez empreendeu em suas lições publicadas em *La Bandera Radical* tiveram um caráter mais de “luta” do que de “ciência” política ou jurídica propriamente ditas:

As conferências de Ramírez, nas quais se intentou um ensino filosófico do Direito Constitucional, não foram uma análise jurídica dos textos positivos,

⁸⁷⁷GROS ESPIELL, Héctor. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Conferencias de Derecho Constitucional* (1871). Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966, p. IX.

⁸⁷⁸Ibid.

⁸⁷⁹Ibid.; ODDONE, Juan; ODDONE, Blanca París. *Historia de la Universidad de la República*. T. 1. La Universidad Vieja, 1849-1885. Montevideo: Ediciones Universitarias, 1969 [2010].

⁸⁸⁰GROS ESPIELL, Op. cit., p. XV. Em trabalho mais recente, Gros Espiell se dedicou aos caminhos da historiografia uruguaia acerca do constitucionalismo no país. Ver: GROS ESPIELL, Héctor. El Derecho Constitucional y la historiografía uruguaya. *Revista de Derecho de la Universidad de Montevideo*, Año 5, n. 10, p. 29-52, 2006. Disponível em: <http://revistaderecho.um.edu.uy/wp-content/uploads/2012/10/DERECHO-10.pdf>. Acesso em: 11/10/21.

nem um estudo científico de ciência política, mas sim um enfoque político-filosófico, uma exposição dos fundamentos do Estado e da sociedade e da organização constitucional liberal, para provocar a “aversão aos tiranos” e a adesão racional e espontânea de seus alunos à sua própria ideologia política. Criar esse fervor pela liberdade é, para Ramírez, a missão do direito constitucional. [...] É que, para Ramírez, o direito constitucional não é tanto uma ciência à análise concreta da realidade institucional ou política como uma assinatura dirigida a estudar, abstratamente, as bases da sociedade, a razão e o fundamento do poder político e dos direitos individuais. Mais que uma ciência, repetimos, é uma luta, um instrumento de afirmação ideológica, uma arma para a defesa da liberdade.⁸⁸¹

A nosso ver, tais considerações de Gros Espiell reforçam nosso argumento de que, ao levar para fora dos limites da Universidade suas conferências sobre o Direito Constitucional, Ramírez teve uma intenção política, qual seja a de projetar a nação republicana uruguaia e ampliar a esfera pública no país. Assim, por meio dessas aulas públicas, realizou mais um ato de mediação político-intelectual de modo a também tornar público o Direito Público, ou melhor, Constitucional, o qual tinha, entre suas premissas, reger política e socialmente a todos os cidadãos orientais. Nesse sentido, o que, inicialmente, tinha o caráter de mais uma disciplina de um novo curso, circunscritos a um espaço estatal – mas não acessível a todos –, passou a ser divulgado à sociedade de modo a formar, pedagogicamente, a opinião pública a respeito da organização política e social ideal que a República Oriental do Uruguai deveria ter, em sua visão.

De qualquer modo, entre as improvisações e experimentações de algo que era novo – haja vista que “tudo estava por fazer-se” politicamente no oitocentos latino-americano, dialogando aqui com Elías Palti⁸⁸² –, Ramírez reiterou que as conferências seriam públicas, por meio das páginas do periódico que criou e dirigiu:

O catedrático desta aula, na última sessão do Conselho Universitário, fez presente a dificuldade invencível em que se encontrava para adotar um programa de ensino. Nos livros europeus – direito monárquico; nos livros norte-americanos – direito federal; os livros sul-americanos, deficientes uns, e inadequados outros. O catedrático pediu que se constasse na ata sua convicção de que essa falta de programa criaria muitas dificuldades nos primeiros momentos das aulas, vendo-se ele obrigado a improvisar conferências que sirvam para fixar os pontos primordiais da ciência. Essas conferências, que serão provavelmente semanais, verão a luz pública em *La Bandera Radical*. A inauguração da cátedra terá lugar em 1º de Abril.⁸⁸³

⁸⁸¹GROS ESPIELL, Héctor. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Conferencias de Derecho Constitucional* (1871). Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966, p. XVII, aspas do autor.

⁸⁸²PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007, p. 13.

⁸⁸³RAMÍREZ, Carlos María. Suelos Diversos/Cátedra de Derecho Constitucional. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 9, 26 de mar. 1871, p. 353, grifos do autor.

Chamamos a atenção para os termos “luz pública”, utilizada por ele enquanto uma linguagem política. Aqui, em nosso entender, Ramírez deixava claro que tornar públicas suas aulas, por meio da extrapolação dos limites universitários e a divulgação delas, significava também tirar o conhecimento a respeito do constitucionalismo da “escuridão”. O ato de trazer tais aulas a público era “iluminar” o caminho em direção à nação republicana tão idealizada e almejada por ele. Tornar suas lições constitucionais acessíveis – se não a todos, mas, ao menos, ao maior número possível de cidadãos orientais –, era ampliar a esfera pública, dar transparência à organização nacional que buscava, tornando-a devidamente translúcida à opinião pública. Feitas essas considerações, passaremos a tratar, adiante, mais especificamente sobre o conteúdo de tais aulas, impressas e publicadas, e seus maiores referenciais político-intelectuais que lhe serviram de base.

3.2.2. Um “estado da ciência”, interdisciplinaridade e o Federalismo que faltava

Como indicamos anteriormente, Ramírez tornou públicas as aulas da disciplina de Direito Constitucional que ministrou na Universidade, de modo a levar o Direito e os elementos que ensinava nas aulas, objetivando que a opinião pública pudesse ter acesso a eles, mesmo que a alfabetização, no Uruguai, ainda não era tão considerável naquele momento. Como também já vimos no capítulo 2, em nossa concepção, Ramírez e os demais intelectuais não perderam de vista a questão do letramento, tanto é que se uniram em torno do *Club Universitario* e da SAEP para levarem adiante a educação pública, por meio da construção de escolas e bibliotecas populares na capital e no interior do país. Assim, era necessário ampliar a esfera pública nacional, fosse por meio do impulsionamento de tais obras educacionais, fosse pela publicização dos princípios político-jurídicos a respeito de uma reformulação constitucional. Tudo isso em prol de uma nova República Oriental do Uruguai.

Retornemos nossa atenção às aulas da referida disciplina universitária, publicadas por Ramírez em *La Bandera Radical*. Conforme pondera Gros Espiell, em prólogo escrito à edição que contém a compilação das *Conferencias* de Ramírez, tais aulas consistiram em um “primeiro ensaio” do ensino de Direito Constitucional no Uruguai.⁸⁸⁴ O autor também afirma que as análises jurídicas de Ramírez continuaram mesmo após sua saída da Universidade, quando o ex-professor de Direito Constitucional passou a tratar, de modo mais detido, sobre a reescrita

⁸⁸⁴GROS ESPIELL, Héctor. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Conferencias de Derecho Constitucional* (1871). Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966, p. XXVIII.

da História nacional, por meio das polêmicas que travou em relação à recuperação da imagem histórica de José Artigas.⁸⁸⁵

Na conferência inaugural, tratou sobre as primeiras experiências republicanas (ou tentativas delas) na Europa, em detrimento da tradição monárquica. Exaltou a Revolução Francesa, mas não perdeu de vista seus excessos ou “comoventes desastres”⁸⁸⁶, muito provavelmente se referindo aos atos violentos levados a cabo pelos jacobinos e ao Período do Terror, ocorrido já no início dos anos 1790 sob a liderança de Robespierre.⁸⁸⁷ No entanto, ressaltou que os mais expressivos viriam do outro lado do Atlântico, com o exemplo da América do Norte (EUA), iniciando, assim, a conferência seguinte. Iniciou essa segunda aula publicada citando um trecho do livro *El Evangelio Americano*, de um de seus maiores referenciais político-intelectuais, o chileno Francisco Bilbao, o qual nomeou de “o grande filósofo da América do Sul”, e o “patriarca da República racionalista”.⁸⁸⁸

Ramírez utilizou tais termos de modo a destacar as contradições da “civilização europeia” apontadas pelo intelectual chileno, que, por sua vez, por meio de uma linguagem que expressava uma ironia ácida, tratou sobre tais questões em sua obra mencionada pelo publicista oriental. Acreditamos ser pertinente destacar um excerto de tal citação, feita por Ramírez, da referida obra de Bilbao:

“Que bela civilização aquela que conduz na estrada de ferro a escravidão e a vergonha! – Que progresso em comunicar uma infâmia, um atentado, uma ordem de metralhar um povo por meio do telégrafo elétrico. *Que confort!* Alojamento multidões de imbecis ou de rebanhos humanos em palácios fabricados pelo trabalho do pobre, mas em honra do déspota. – Que ilustração! Ter escolas, colégios, liceus, universidades, onde se aprende o servilismo religioso e político, com toda a retórica de gregos e romanos. – Que magnificência! Esses teatros suntuosos, escolas de prostituição! – Que amor à arte! Esses palácios, esses templos, essas bastilhas, essas fortificações para enganar e enterrar os homens! – Que adiantos! Esses caminhos, essas pontes, esses aquedutos, esses campos lavrados, esses pântanos dissecados, esses bosques alinhados e penteados [...] para que pastoreie satisfeita a multidão envelhecida do povo soberano, convertida em canalha humana, para aplaudir no circo, para pagar pelo crime, para servir nos exércitos, para escravizar aos seus irmãos, para contribuir à glória, prosperidade e civilização dos impérios! [...] E

⁸⁸⁵GROS ESPIELL, Héctor. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Conferencias de Derecho Constitucional* (1871). Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966, p. XII. Dedicamos-nos a essa atuação de Ramírez, relativa à reescrita da história nacional uruguaia, no quarto e último capítulo de nossa tese.

⁸⁸⁶RAMÍREZ, Carlos María. *Conferencias de Derecho Constitucional*. Primera Conferencia. Consideraciones generales sobre la naturaleza y el actual estado de la ciencia – Europa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 12, 16 de abr. 1871, p. 454.

⁸⁸⁷Assim como as reservas que Ramírez já havia expressado sobre tais medidas jacobinas em outros pontos de sua trajetória, conforme tratamos no capítulo 2.

⁸⁸⁸RAMÍREZ, Carlos María. *Conferencias de Derecho Constitucional*. Segunda Conferencia. Consideraciones generales sobre la naturaleza y el actual estado de la ciencia – La América del Norte. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 14, 30 de abr. 1871, p. 69.

civilização se chama a indiferença pela coisa pública [...] E é civilização europeia [...] a doutrina da tutela dos povos, da curatela da liberdade, da pupilage da soberania, da infância da autonomia, da suspensão do direito, da postergação da justiça!”⁸⁸⁹

Mais uma vez, percebemos que Ramírez, assim como já havíamos visto no capítulo 1, tinha em Bilbao – assim como em Sarmiento – um de seus maiores referenciais político-intelectuais explícitos, cujos trabalhos e ideias sempre eram mobilizadas pelo jurista uruguaio em contextos diversos. E o fazia tanto para tratar sobre a ideia de liberdade individual, quanto sobre as de interesse público, conforme percebemos no trecho acima. Isso também nos remete ao fato de que, embora Bilbao não tratasse especificamente sobre elementos doutrinários a respeito do Direito Constitucional, Ramírez recorria aos escritos do intelectual chileno de modo a endossar a sua concordância com os elementos racionalistas e republicanos propostos pelo autor do *Evangelio*.

A terceira conferência não foi publicada, conforme consta em nota de rodapé que inicia a quarta aula publicada.⁸⁹⁰ Nessa última, que foi a público no número 17 de *La Bandera Radical*, Ramírez explicou o seu método docente, afirmando que optou por não comentar artigo por artigo da Constituição vigente – a de 1830 –, pois isso poderia levar à ideia de que as leis seriam possuidoras de verdades imutáveis. Assim, preferiu analisar os princípios constitucionais de modo mais amplo, em diálogo com outras áreas do conhecimento, visando, assim, à expansão e aprimoramento da Carta Magna.⁸⁹¹ Desse modo, mais uma vez, mencionou Frederick Grimke⁸⁹² para tratar a respeito do que entendia sobre o Direito Constitucional:

[...] creio, como Grimke, que o direito constitucional não é somente a ciência do que é, mas sim do que deve ser e, em adição a estas duas causas, do que deve fazer-se que seja. Limitar-se cegamente ao estudo de um código

⁸⁸⁹RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Segunda Conferencia. Consideraciones generales sobre la naturaleza y el actual estado de la ciencia – La América del Norte. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 14, 30 de abr. 1871, p. 69-70, grifos e aspas do autor. É possível identificarmos esses trechos escritos por Bilbao, destacados e utilizados por Ramírez, em: BILBAO, Francisco. *El Evangelio Americano*. Buenos Aires: Imp. De la Soc. Tip. Bonaerense, 1864, p. 143-145, grifos do autor.

⁸⁹⁰Conforme consta na referida nota de rodapé da primeira página do número 17 de *La Bandera Radical*: “A terceira conferência versou sobre a América do Sul – ao catedrático da aula, isto é, ao Diretor desta Revista, foi-lhe escasso o tempo para apresentar suas ideias por escrito. Essa terceira conferência se publicará mais tarde”. RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Cuarta Conferencia. Relaciones del Derecho Constitucional con otras ciencias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 17, 21 de mai. 1871, p. 181. No entanto, essa terceira conferência não chegou a vir a público, assim como a sexta aula.

⁸⁹¹Ibid., p. 183.

⁸⁹²Conforme mostramos no capítulo 2, Ramírez já havia recorrido às ideias de Grimke para tratar sobre o papel pedagógico da imprensa na formação do povo e da nação.

fundamental é supor que se chegou à última expressão da verdade, que as instituições são imutáveis e que os povos não progredem [...].⁸⁹³

Assim, devido ao fato de que tudo mudava com o passar do tempo, via como necessárias as reformas constitucionais e, nesse sentido, destacou a necessidade de reformar a então vigente Constituição uruguaia, a de 1830, o que nos remete a uma percepção, por parte de Ramírez, a respeito das temporalidades. Conforme entendia, seria impensável supor que os costumes e a sociedade nunca se modificavam e argumentou em prol de tais alterações na Carta Magna que regia o âmbito político e social do país:

Em quarenta anos que levamos de vida [...] constitucional, absurdo seria supor que não houvessem mudado nossos *costumes, nossas circunstâncias e nossa situação*, de maneira que não se faz mais que interpretar a vontade dos constituintes ao pretender que essa mudança sirva de base à transformação de nossas instituições.⁸⁹⁴

Na visão do jurista oriental, a Constituição, da forma em que se dispunha em 1871, parecia ser somente conveniente aos partidos tradicionais, pois esses a usavam somente como um instrumento simbólico, uma “bandeira de combate” nas guerras civis e, provavelmente, um pretexto para legitimar seus levantes contra os governos do outro ao longo do tempo:

O estudo há de mostrar-nos quão cheia de imperfeições, de deficiências e erros está a Constituição de 1830, que, apesar de não ter imperado um só dia com verdade e proveito, os partidos políticos se empenham em manter como um símbolo inviolável, talvez porque lhes parece boa como bandeira de combate, sem ser-lhes incômoda como norma prática de ação.⁸⁹⁵

Buscando uma alternativa a tais práticas políticas, caracterizadas pelos usos, por parte dos *blancos* e *colorados*, da Constituição como instrumento próprio a depender do contexto, era preciso propor modificações de seu texto que privilegiassem o interesse público da nação. Nesse sentido, a intenção de Ramírez foi a de ministrar aulas de Direito Constitucional que fossem fundamentadas pelas teorias “mais liberais”, “mais republicanas” e mais “democráticas” que ele tinha conhecimento até então, em prol do patriotismo e do progresso orientais.⁸⁹⁶ O que não deixava de também ter um cunho político, mas, conforme expressou, ampliado para além das contendas puramente partidárias, no sentido de se abranger o bem comum da nação.

⁸⁹³RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Cuarta Conferencia. Relaciones del Derecho Constitucional con otras ciencias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 17, 21 de mai. 1871, p. 183, grifos do autor.

⁸⁹⁴Ibid., p. 184, grifos do autor.

⁸⁹⁵Ibid., p. 185.

⁸⁹⁶Ibid.

Também não se preocupava com definições ou com um rigor científico extremo sobre o que deveria ser o Direito Constitucional, mas sim esse enquanto um “resultado da síntese” de teorias mais pertinentes, tais como outras disciplinas do curso, a exemplo do Direito Administrativo e Civil, por exemplo, além da Filosofia e da História. Para ele, os “princípios gerais” do Direito Constitucional deveriam ser “os estudos” e as inclinações políticas” dos alunos.⁸⁹⁷

No entanto, o então professor de Direito Constitucional também se pautava pelo “exemplo” de intelectuais e eventos próprios de outro país das Américas: os EUA. Era recorrente a exaltação, por parte do intelectual uruguaio, à experiência estadunidense, desde os motivos que levaram à independência do país até as guerras civis lá ocorridas⁸⁹⁸, enquanto um impeditivo para a unidade nacional norte-americana. Assim, destacou que a Constituição firmada em 1789, por meio do “pensamento da União”, havia proporcionado “equilíbrio e harmonia entre os infinitos elementos do grande todo”.⁸⁹⁹ Recorreu, mais uma vez, a Tocqueville, o qual concebia como o “sucessor de Montesquieu” e o responsável por escrever a obra na qual estava a “exposição sistemática” das “liberdades e instituições primordiais” estadunidenses.⁹⁰⁰ Tal obra era *A democracia na América*, livro que Ramírez tinha como “[...] um dos belos monumentos do engenho humano nas letras do século XIX”.⁹⁰¹ Desse modo, o maior exemplo vinha da região norte das Américas, mais especificamente da experiência constitucional estadunidense que foi “imitada” pelos sul-americanos, com destaque para os sucessos constitucionais na Argentina das décadas de 1850 e 1860:

O povo, que na América do Sul imitou as instituições federais da União [dos EUA], irá buscar nessas fontes o fracasso de suas questões políticas e o fundamento de seus atos públicos. Os comentaristas norte-americanos, conduzidos aos solenes debates no Congresso e citados a cada passo nas mensagens do Governo Nacional, podem considerar-se já como parte integrante da Constituição Argentina.⁹⁰²

No entanto, para ele, o mesmo não poderia ser afirmado a respeito da situação de outros países latino-americanos, inclusive o seu próprio Uruguai, os quais não teriam tanta facilidade

⁸⁹⁷RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Cuarta Conferencia. Relaciones del Derecho Constitucional con otras ciencias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 17, 21 de mai. 1871, p. 186.

⁸⁹⁸RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Segunda Conferencia. Consideraciones generales sobre la naturaleza y el actual estado de la ciencia – La América del Norte. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 14, 30 de abr. 1871, p. 75.

⁸⁹⁹Ibid., p. 76.

⁹⁰⁰Ibid., p. 77.

⁹⁰¹Ibid.

⁹⁰²Ibid., p. 77, inserção nossa.

em se adaptar ao “modelo” estadunidense que tanto usava como “exemplo” político institucional e elogiava:

Os povos, que como a República Oriental, por suas condições especiais, dificilmente se amoldariam à organização federal dentro de seu próprio seio, tem vedado, ao menos como estudo de proveito prático, todo esse tesouro de sabedoria constitucional. O que nos fica sempre aberto é o livro em que se encontram compiladas as trinta e tantas constituições particulares dos Estados da União, como sagrados livros que os povos foram depositando para formar a Bíblia da liberdade, da democracia e da República.⁹⁰³

Prosseguindo com a apologia à realidade constitucional dos EUA, o professor de Direito ressaltou o que via como avanços alcançados na “República do Norte”. Por meio de uma estrutura retórica formada por recursos linguísticos parecidos com os que Bilbao havia utilizado em seu *Evangelio*, mais especificamente no trecho citado pelo próprio Ramírez acima, o publicista oriental afirmou o seguinte a respeito dos EUA de seu tempo:

Aí estão à nossa vista... quereis ver seus comentários? São esses bosques desmontados, essas planícies cultivadas, esses rios por todas as partes explorados, esses pântanos convertidos em cidades opulentas, essa vasta rede de telégrafos, de estradas de ferro e canais, destinada à transmissão da palavra, à troca dos produtos e ao transporte dos homens, como essa rede de escolas, de colégios e de universidades, destinada à transmissão dos conhecimentos, a troca das ideias e a comunhão dos espíritos; esses homens fortes, trabalhadores, livres, religiosos e morais; esses povos empreendedores, inquietos e pacíficos; esse continente, enfim, que ontem era um deserto, e hoje é o assento de um Império poderoso ao qual pouco lhe falta para ser a primeira nação do mundo em população, em agricultura, em indústria, em comércio, em navegação, em riqueza, em instrução, em ciência, em artes, em moralidade, em liberdade, em civilização e em progresso!⁹⁰⁴

Percebemos que, para exaltar o progresso alcançado pelos EUA proporcionado pela estabilidade política trazida pelo seu modelo constitucional, Ramírez elencou vários dos mesmos pontos que compunham as atividades econômicas, culturais e sociais que Bilbao havia listado a respeito da “civilização europeia”, mais especificamente as monarquias existentes nesse continente. No entanto, não o fez visando a criticar ou apontar possíveis contradições existentes nos EUA, mas sim com a intenção idealizada de destacar tudo o que concebia de positivo naquele jovem país republicano.

⁹⁰³RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Segunda Conferencia. Consideraciones generales sobre la naturaleza y el actual estado de la ciencia – La América del Norte. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 14, 30 de abr. 1871, p. 77-78.

⁹⁰⁴Ibid., p. 78.

De qualquer modo, acreditamos ser pertinente matizar criticamente tais comentários de Ramírez a respeito dos EUA de então. Ao que tudo indica, o publicista oriental, um defensor da igualdade e da liberdade conforme já vimos no capítulo 2, não mencionou vários problemas lá existentes, tais como a escravidão recém-extinta pós-Guerra de Secessão, a segregação racial e os massacres indígenas nos eventos da expansão, ou marcha, para o Oeste.⁹⁰⁵ Além disso, via o povo norte-americano como “pacífico”, sendo que, na verdade, o país já havia se envolvido em várias guerras, tanto internas, quanto externas desde o final do século XVIII até a mais próxima de seu contexto, a já citada Guerra Civil (1861-1865), cujas consequências de sua conclusão levaram ao assassinato do então presidente Abraham Lincoln.⁹⁰⁶

Apesar de tais silêncios de Ramírez a respeito das questões político-sociais estadunidenses mencionadas, o jurista uruguaio era um grande admirador do federalismo e da federação, adotados institucional e constitucionalmente pelos EUA. Apesar das diferenças históricas existentes sobre os termos “federal”/“federalismo” e “confederação” no debate político-constitucional estadunidense do final do século XVIII⁹⁰⁷, ao que tudo indica, Ramírez compartilhou dos significados mobilizados pelos intelectuais argentinos quase do seu mesmo contexto. Dentre tais expoentes “federalistas” rio-pratenses de meados do século XIX, estavam os portenhos Alberdi e Sarmiento, os quais, segundo vários autores, contribuíram sobremaneira para o processo de consolidação política do Estado argentino, em meio às discussões e promulgação da Constituição de 1853 implementada naquele país.⁹⁰⁸

No que tange mais especificamente às ideias de Alberdi a respeito do federalismo, dialogamos com José Carlos Chiaramonte sobre o tema para, em seguida, compreendermos melhor como Ramírez manifestou suas posições a respeito dessa descentralização do poder em uma República. Segundo o historiador argentino, Alberdi esteve diante de um desafio caracterizado pela busca da justa-medida entre a aplicação da soberania das províncias com a questão da construção do Estado, ainda mais devido ao fato de que as referidas províncias

⁹⁰⁵Sobre tais eventos e processos históricos dos EUA no século XIX, ver: JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação (1776-1900)*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

⁹⁰⁶*Ibid.*

⁹⁰⁷Conforme propõe José Carlos Chiaramonte. Ver: CHIARAMONTE, José Carlos. Províncias ou Estados? As origens do federalismo platino. *Cadernos do Programa de Pós-graduação em Direito PPGDir/UFRGS*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 73-114, 2016.

⁹⁰⁸Sobre esse assunto, ver: CHIARAMONTE, Op. cit.; CHIARAMONTE, José Carlos. Alberdi y el sentido de su federalismo. *PolHis*, Año 9, n. 17, p. 8-21, ene.-jun. 2016; BOTANA, Natalio. *La tradición republicana*. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. 1ª ed. Buenos Aires: Edhasa, 2013; NEGRETTO, Gabriel L. Repensando el republicanismo liberal en América Latina. Alberdi y la Constitución argentina de 1853. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS Rafael (Orgs). *El republicanismo en hispanoamerica*. Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 210-242.

reivindicavam uma “conformação nacional”.⁹⁰⁹ Somado a isso, ao mesmo tempo, objetivou evitar a “dissolução” total da nação argentina, entendida como “preexistente”, ante à possibilidade da autonomia provincial.⁹¹⁰

Retornemos às intervenções públicas de Ramírez a respeito do federalismo. Referenciando o nome de Alberdi uma única vez em todas as suas *Conferencias*, Ramírez tratou, de forma diluída entre elas, sobre as relações entre o Direito Administrativo e o Constitucional, áreas vistas por ele como complementares.⁹¹¹ Aqui, o jurista oriental fez tal menção ao intelectual argentino ao tratar sobre a necessidade dos variados níveis de poder dentro de uma República, como os Ministérios e tribunais, proporcionada pelas elaborações constitucionais e visando à uma descentralização político-administrativa.⁹¹² Desse modo, “não se contentam as constituições em se fixar a criação dos poderes e os vínculos que esses reconhecem entre si: detalham suas hierarquias diversas e determinam o modo de estender sua influência a todos os pontos da organização social.”⁹¹³

De qualquer modo, mesmo tendo mencionado o publicista argentino somente em uma passagem de suas aulas publicadas, podemos perceber o compartilhamento de ideias em relação ao federalismo. Sobre tal organização política, o jurista oriental afirmou que seria possível estabelecer um equilíbrio entre a liberdade ou soberania dos Estados com a da União:

[...] o ideal flutua entre os polos dessas duas soberanias sobrepostas e heterogeneamente combinadas. A soberania dos Estados pode estender seu raio de ação sem produzir o desequilíbrio do sistema, porque pressupõe sempre o centro moderador da soberania da União, e a soberania da União pode robustecer sua força centralizadora porque pressupõe sempre a ação independente da soberania dos Estados. [...] O povo, que não podendo amoldar-se a toda a organização federal, imite somente a organização da soberania dos Estados, cairá, sem dúvida alguma, na anarquia, como se imitasse somente a organização da soberania da União iria [...] ao despotismo, porque em ambos os casos haveria quebrado o equilíbrio do sistema, sacrificando a unidade à variedade ou a variedade à unidade, produzindo a dissolução com a aniquilação da força [...], fazendo impossível sua nacionalidade ou sua liberdade.⁹¹⁴

⁹⁰⁹CHIARAMONTE, José Carlos. Alberdi y el sentido de su federalismo. *PolHis*, Año 9, n. 17, p. 8-21, ene.-jun. 2016, p. 14.

⁹¹⁰Ibid.

⁹¹¹RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Cuarta Conferencia. Relaciones del Derecho Constitucional con otras ciencias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 17, 21 de mai. 1871, p. 192-193.

⁹¹²Ibid.

⁹¹³Ibid., p. 193.

⁹¹⁴RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Segunda Conferencia. Consideraciones generales sobre la naturaleza y el actual estado de la ciencia – La América del Norte. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 14, 30 de abr. 1871, p. 79.

Por outro lado, a respeito do federalismo artiguista, embora Ramírez não tenha mencionado o nome do próprio Artigas, em suas conferências, podemos perceber algumas semelhanças com o que pensava o prócer da independência em relação à Espanha no que tange a essa temática. O “herói” histórico, por meio de suas *Instrucciones de 1813*, buscou estabelecer as bases para o federalismo que defendia, em termos de soberania e autonomia para as províncias que então comporiam a Província Oriental.⁹¹⁵ No entanto, mesmo que haja a semelhança com o projeto constitucional de Artigas da primeira fase da independência uruguaia, nesse ponto específico sobre a defesa do federalismo, acreditamos não ser possível definirmos as propostas do professor da UDELAR como “coletivista”.⁹¹⁶ As propostas de Ramírez, de fato continham elementos a respeito da virtude cidadã republicana e a própria apologia da já referida descentralização política, mas, pelo que podemos perceber, mesclava-se consideravelmente com elementos liberais, como as expressões sobre as “liberdades”⁹¹⁷, como ainda veremos.

Assim como Artigas e Alberdi, que também se inspiraram nas ideias federalistas estadunidenses⁹¹⁸, Ramírez buscou propor uma autonomia para os departamentos uruguaios, o que não constava na Constituição de 1830, conforme pudemos perceber. Em outra ocasião em que tratou sobre a relação entre o Direito Constitucional e o Direito Administrativo, explicou como deveria ser o vínculo entre o bom funcionamento de um governo e a organização social de um país, também por meio de uma linguagem política “organicista”.⁹¹⁹ Ou seja, a relação entre o centralismo, a “saúde do corpo” para o “equilíbrio das forças vitais”:

Preciso, agora, expor a razão das relações entre o direito constitucional e o direito administrativo [...] os grandes exemplos da história nos servirão frequentemente para corroborá-la. [...] O indivíduo, com todos os seus direitos *em potência*, e o povo, com toda a sua soberania *delegada*, não podem menos de sentir-se débeis e flexíveis ante essa organização que, por todas as partes os rodeia, domina-os e os corrompe. “Com a boa centralização, dizia

⁹¹⁵CHIARAMONTE, José Carlos. Províncias ou Estados? As origens do federalismo platino. *Cadernos do Programa de Pós-graduação em Direito PPGDir/UFRGS*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 73-114, 2016.

⁹¹⁶De acordo com a denominação de Roberto Gargarella ao modelo constitucional artiguista, conforme já vimos. De qualquer modo, novamente ver: GARGARELLA, R. El constitucionalismo em Sudamérica (1810-1860). *Precedente. Revista Jurídica*, n. -, p. 51-82, 16 dic. 2006.

⁹¹⁷Javier Gallardo já havia identificado a coexistência de elementos liberais e republicanos nos escritos de outros intelectuais *principistas*, inclusive em parte das *Conferencias* de Ramírez. No entanto, seu estudo não enfatiza a trajetória propriamente dita desse intelectual, abrangendo, na verdade, as ideias mobilizadas por vários outros escritores uruguaios da segunda metade do século XIX. Além disso, Gallardo não se aprofunda na análise especificamente sobre o federalismo proposto por Ramírez, que é o que buscamos fazer neste capítulo 3, nem sobre outros pontos da atuação do professor da UDELAR que abordamos em nossa tese. Ver: GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígenes de la democracia uruguaya. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, vol. 5, núm. 9, p. 3-44, 2003.

⁹¹⁸Ibid.

⁹¹⁹Conforme nosso diálogo com Palti. PALTÍ, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

Lammenais aos políticos franceses, tens a apologia no centro e a paralisia nas extremidades.” E bem, senhores, vós sabeis que a liberdade, quero dizer o bom governo dos povos, necessita como a boa saúde do corpo, o equilíbrio das forças vitais.⁹²⁰

Sobre as mesmas relações, buscou dar um exemplo “prático”, utilizando os conceitos de “soberania do povo”, “movimento”, “energia”, etc., enquanto linguagens que expressavam um ataque ao centralismo, fosse ele adotado em uma monarquia ou em uma República:

Praticamente falando, o princípio gerador de todos os direitos do homem e da soberania do povo, é a força da personalidade individual, sua atividade, seu movimento, sua energia, seu espírito de resistência e seu espírito de iniciativa. Uma administração que *queira e possa* fazê-lo, ao diminuir e abater a personalidade do indivíduo, é o inimigo mais declarado e mais temível que pode levantar-se contra os direitos do homem e a soberania do povo, porque ataca esses direitos e essa soberania, na mesma fonte de sua vida, nos elementos constitutivos de sua força. Pelo contrário, uma administração moderada, sabiamente dividida, sabiamente calculada para fomentar o exercício das faculdades pessoais, para estimular o desenvolvimento das atitudes nativas, para fortificar o princípio da individualidade humana e suas agregações naturais, é a escola mais eficaz e mais completa na qual o povo pode adquirir a consciência ativa das imunidades cujo gozo constitui o gozo da inteira posse e realização de seus destinos.⁹²¹

Mas essas linguagens e conceitos políticos também nos remetem, mais uma vez, às imagens das práticas corporais, de cunho “organicista”, conforme vimos no capítulo 2 a partir de nosso diálogo com Pierre Ansart⁹²² e Elias Palti.⁹²³ Por outro lado, também conduz nossa compreensão para a possibilidade de tais termos igualmente conotarem uma percepção temporal em direção ao futuro, ao “progresso”, própria da modernidade, juntamente com as proposições de Koselleck.⁹²⁴

De qualquer modo, estamos diante de uma tensão entre temporalidades marcadas por linguagens políticas relacionadas a dois tipos de estruturação do poder: às que remetiam ao centralismo, de caráter mais monárquico, unitário e “organicista”, e às mais ligadas ao liberalismo, caracterizadas por um “atomismo” e autonomia das partes. E os usos linguísticos feitos por Ramírez são complexos. Por um lado, quando buscava defender a “boa saúde do

⁹²⁰RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Cuarta Conferencia. Relaciones del Derecho Constitucional con otras ciencias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 17, 21 de mai. 1871, p. 193, grifos e aspas do autor.

⁹²¹Ibid., 193-194, grifos do autor.

⁹²²ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução: Jacy Seixas. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2019, p. 70.

⁹²³PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007, p. 171-178.

⁹²⁴KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Tradução: Markus Hediger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

corpo”, referia-se ao todo unitário da União, mobilizando alguns componentes próprios do centralismo da “tradição” monárquica. No entanto, por outro lado, também entendia como fundamental que as partes tivessem suas próprias liberdades, sua autonomia, ou seja, componentes político-intelectuais convencionalmente relacionados ao advento da modernidade do final do século XVIII em diante.⁹²⁵

E a sua defesa acerca da adoção do federalismo pela Constituição de 1830 estava ligada, a nosso ver, com tais usos linguísticos e tensões entre as referidas temporalidades. Como um defensor dessa forma de organização política ao molde estadunidense, tratou sobre a descentralização em detrimento desse ainda centralismo oriental, discorrendo sobre o modo de organização institucional dos níveis de poder no Uruguai. Conforme concebia, o desenho institucional da República Oriental se assemelhava à uma hierarquia rígida, “simples e uniforme” como a militar, mas, por isso, prejudicial à liberdade das partes desse todo:

[...] nossa hierarquia administrativa é simples e uniforme como uma hierarquia militar, e isso é precisamente o que fazendo-a muito apta para a disciplina, a faz ao mesmo tempo, muito inapta para o espírito da liberdade. O Poder Executivo elege os Chefes Políticos dos Departamentos⁹²⁶ e os Chefes Políticos elegem os seus tenentes, hoje chamados Comissários.⁹²⁷[...] As Juntas Econômicas não gozam de existência própria; a Constituição teve o bom cuidado de dizer que *são cargos puramente consultivos*, e fixou a formação de seus regulamentos ao Poder Executivo. Mais adiante, chegou a estabelecer-se a teoria de que se o povo as elege, pode o Poder Executivo destituí-las. Assim, o último refúgio da descentralização se desvanece, e a ordem administrativa não se diferencia em nada da ordem de um quartel... ou de um convento... Bem sabeis, senhores, que o militarismo e o monarquismo são, entre todas as instituições inventadas até hoje, as que anulam e destroem o resorte da liberdade, da independência, da personalidade humana.⁹²⁸

Desse modo, para Ramírez, era necessário defender a “[...] a prática civilizadora e progressista da vida municipal e da vida departamental independentes!”⁹²⁹, enfatizando, mais uma vez, a defesa implícita do federalismo e da autonomia dos departamentos e dos municípios em detrimento do despotismo, ideias inscritas numa lógica contrária ao centralismo

⁹²⁵Para uma discussão mais aprofundada a respeito das tensões e da coexistência temporais entre esses componentes da tradição e da modernidade, além de como os elementos linguísticos e conceituais “modernos” podem irromper de dentro da própria tradição, ver: PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

⁹²⁶Lembremos que os Chefes Políticos departamentais, no Uruguai, seriam equivalentes, grosso modo, aos atuais governadores estaduais ou de província, a depender, evidentemente, de cada país.

⁹²⁷Trazendo para os dias de hoje, os Comissários corresponderiam aos Secretários Estaduais.

⁹²⁸RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Cuarta Conferencia. Relaciones del Derecho Constitucional con otras ciencias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 17, 21 de mai. 1871, p. 194, grifos do autor.

⁹²⁹Ibid., p. 195.

monarquista. No entanto, o jurista oriental não se limitou somente a tratar sobre a autonomia dos entes internos uruguaios, mas também a respeito da soberania nacional que os Estados-nacionais deveriam ter uns em relação aos outros. Estabeleceu uma relação considerável entre o Direito Constitucional e o até então denominado Direito de Gentes⁹³⁰, suas interfaces com o respeito à autonomia e à soberania entre as nações e sua crítica à aristocracia e à monarquia enquanto formas de governo, responsáveis pela desigualdade e exploração entre os povos:

Ao meu juízo, esse fenômeno se explica plenamente pelos restos de organização monárquica e feudal, que o cataclisma da revolução francesa não alcançou desterrar do velho mundo. Como não compreender que a aristocracia, a aristocracia que é a desigualdade, o privilégio e o antagonismo entre as diversas classes de um Estado, produz necessariamente a rivalidade, a hostilidade e a injustiça entre os diversos Estados de um continente? Porque vivem como irmãos no gozo dos iguais direitos e de iguais bens os filhos de um mesmo povo, onde encontrarão os povos o princípio que os determine a reconhecer essa igualdade nos estranhos? E como não compreender, também, que a monarquia, que é a usurpação do poder, o desconhecimento da soberania no interior de um Estado, conduz inevitavelmente à conquista, que é a usurpação do poder, o desconhecimento da soberania em outro Estado. Porque se um povo não elevou à consciência dos atributos de sua personalidade, onde encontrará a base do respeito aos atributos da personalidade de outro povo?⁹³¹

Sobre essas relações entre as disciplinas do Direito Constitucional e o Direito de Gentes, Maria Medianeira Padoin defende que esse último não somente se constituiu como uma base teórica para a relação entre as nações no plano internacional, mas também como fundamento do federalismo na região do Rio da Prata. Tratando mais especificamente sobre a Revolução Farroupilha e as fontes político-intelectuais de Bento Gonçalves – em especial, o jurista e filósofo suíço Emer de Vattel – em meio ao referido processo histórico, a autora argumenta que tal disciplina do Direito esteve relacionada com a defesa da autonomia provincial e com o federalismo. Ainda segundo Padoin, Bento Gonçalves teria realizado uma reapropriação das ideias jurídicas de Vattel, de modo a inseri-las na realidade brasileira da primeira metade do oitocentos.⁹³²

Nesse sentido, em uma referência implícita ao Império do Brasil – devido às interferências que ainda empreendia junto ao Estado uruguaio de então –, a nosso ver, Ramírez

⁹³⁰ Algo como o Direito Internacional atual e conforme já indicamos no início deste capítulo 3, com base em nosso diálogo com a bibliografia pertinente.

⁹³¹ RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Quinta Conferencia. Relaciones del Derecho Constitucional con otras ciencias (continuación). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 19, 4 de jun. 1871, p. 263-264.

⁹³² PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiriço platino*. A Revolução Farroupilha (1835-1845). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 1999 apud PADOIN, Maria Medianeira. O “direito natural e das gentes” e o federalismo no processo de independência na América. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 115-136, jul. 2013.

concebeu que havia uma total incompatibilidade entre monarquia com o Direito de Gentes e a “verdadeira democracia”:

Nas nações onde a aristocracia e a monarquia imperam, a rigor de lógica, o direito de gentes deve encontrar-se separado de seus princípios naturais, e ser, por conseguinte, inadequado para determinar as relações dos povos onde a verdadeira democracia levantou seu estandarte. Chamo verdadeira democracia o governo do povo pelo povo na consagração completa dos direitos do homem [...].⁹³³

Defende, assim como exemplificada pela afirmação sobre a existência da virtude e a respeito da organização federal e republicana dos EUA, a formação e ação de uma classe média⁹³⁴, que, por meio da “igualdade” e da “liberdade”, fosse capaz de, literalmente, mediar a relação entre os “opulentos” (ricos) e os trabalhadores em prol da ordem pública e institucional.⁹³⁵ Desse modo, para o jurista oriental, o “equilíbrio” e a descentralização políticos seriam alcançados, e, conseqüentemente, também a soberania do todo e das partes decorrente desse processo.

3.2.3. A sociabilidade do indivíduo e os princípios da “simpatia” e “associação”

Outro ponto muito recorrente nas conferências de Ramírez foi sua intenção em explicar a necessidade, e a “naturalidade”, do estado social e da sociabilidade do homem, elementos que, em sua visão, os críticos de Rousseau (em seu *Contrato Social*, a respeito da ideia do homem isolado) não o fizeram.⁹³⁶ Mais uma vez, utilizou o princípio da “simpatia” como norte dessa necessidade e naturalidade, e, também, como fenômeno para a organização social do indivíduo.⁹³⁷ Esse ponto nos remete ao que já tratamos em nosso capítulo 2, a respeito desse termo inicialmente mobilizado por Stuart Mill em sua obra *Representative Government*, o qual Ramírez também mencionou pelas páginas de *La Bandera Radical*. No entanto, a mobilização dessa linguagem política foi feita, por parte do professor da UDELAR, em outros escritos do

⁹³³RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Quinta Conferencia. Relaciones del Derecho Constitucional con otras ciencias (continuación). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 19, 4 de jun. 1871, p. 264.

⁹³⁴Quando defendeu a necessidade da formação de uma “classe média”, Ramírez não se utilizou de referenciais político-intelectuais específicos das áreas da economia ou da sociologia para argumentar em prol dessa ideia. Tampouco, especificou o que entendia necessariamente por “classe”.

⁹³⁵RAMÍREZ, Op. cit., p. 269-270.

⁹³⁶RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Séptima conferencia. Organización social – Origen del estado de sociedad. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 22, 25 de jun. 1871, p. 389-395.

⁹³⁷Ibid., p. 393.

periódico, os quais julgamos mais informais e caracterizados pela união entre a teoria política e uma linguagem mais sentimental, visando a ser mais acessível aos leitores.

Nesse sentido, recorremos, mais uma vez, ao que afirma Pilar González Bernaldo a respeito do conceito de sociabilidade. A historiadora argentina entende a sociabilidade a partir de duas vertentes que se interconectam de forma frutífera: da “história das mentalidades”, que concebe a sociabilidade como uma “característica da vida coletiva”; por outro lado, a sociabilidade também estaria ligada a um viés mais filosófico, legatário do pensamento dito iluminista, o qual a enxerga como “virtude do homem em sociedade, uma virtude pública, republicana. Dessa segunda acepção, nasce a ideia da relação que, para esses homens, existia entre a sociabilidade e a definição da comunidade política de pertença”.⁹³⁸

Essa vertente mais filosófica foi mobilizada por intelectuais latino-americanos oitocentistas tais como Sarmiento, por exemplo, que, por meio de tais princípios, expressaram os “[...] novos valores e códigos de conduta que definem a pertença à coletividade”.⁹³⁹ De modo mais específico, como tais pressupostos estariam ligados “[...] com o processo de construção de uma nova nação”.⁹⁴⁰ Como já vimos no capítulo 1, Ramírez teve esse intelectual argentino como sua inspiração de “ilustrado” e homem público.

E, aqui, ao tratar mais especificamente sobre o Direito Constitucional em termos de doutrinas político-filosóficas e sociológicas nas aulas de tal disciplina, percebemos que Ramírez não perdeu de vista aquela linguagem que se intencionou ser mais acessível, a fim de sensibilizar tanto os seus alunos universitários, quanto os leitores de *La Bandera Radical*:

Tal é o princípio verdadeiro da sociedade. Tudo o que é, ao mesmo tempo, natural e moral é necessário, e o estado social não se exime dessa lei. Diferentemente de algumas paixões morais, as quais deve incitar-se o homem, como, por exemplo, a caridade quando impõe algum sacrifício, a simpatia é constante, durável, eterna em seu coração; não é o entusiasmo de um momento, e isso constitui a garantia de que o estado social se formou e se mantém necessariamente, independentemente de uma convenção [...] de certo que nunca produzirão os que preconizam e a invocam.⁹⁴¹

Sobre o termo “simpatia” utilizado por Ramírez, tomado “emprestado” de Stuart Mill, reiteramos: o publicista oriental não o utilizava de forma despreziosa, mas sim enquanto uma

⁹³⁸GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. Pedagogía societaria y aprendizaje de la nación en el Rio de La Plata. In: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Orgs.). *Inventando la nación*. Iberoamérica, Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 567.

⁹³⁹Ibid., p. 568.

⁹⁴⁰Ibid.

⁹⁴¹RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Séptima conferencia. Organización social – Origen del estado de sociedad. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 22, 25 de jun. 1871, p. 394.

forma de reforçar, por meio do uso de uma linguagem que conotava um sentimento, a sua proposta de unidade nacional. Essa união, reforçamos, seria sustentada por uma sociabilidade harmônica, “natural” do indivíduo em sociedade. Desse modo, entendemos que o ato de publicá-las extrapolava o conteúdo propriamente jurídico e acadêmico, e buscava alcançar as paixões políticas, tanto de seus alunos quanto do público em geral, em relação à defesa de uma ordem constitucional e sociabilidade renovadas. Assim, também recorreu, tanto explícita quanto implicitamente, a outros filósofos políticos “clássicos” para embasar seus argumentos, tais como Thomas Hobbes, seu “estado de guerra” e à dicotomia “simpatia”/ “antipatia”:

Toda guerra tem, por causa, uma diferença de raça, de religião, de governo ou de costumes. Os combatentes não veem, no campo inimigo, senão indivíduos diferentes deles mesmos e não homens semelhantes seus. Desde já o fato da guerra se explica por si mesmo. A simpatia repousa sobre o sentimento da identidade de uma natureza com a de meus semelhantes; naturalmente cessa ou decresce se a observação ou a preocupação me revela uma diferença. O homem se ama a si mesmo antes de tudo – é o princípio de sua conservação; o amor de si mesmo produz o amor do próximo. Mas quando o homem descobre ou supõe em outro paixões que devem prejudicar o livre desenvolvimento de sua natureza, o amor de si mesmo prevalece, a simpatia cessa e o estado de guerra é iminente.⁹⁴²

Desse modo, se era uma necessidade do homem viver em sociedade e não havia a possibilidade de algo diferente disso, então o “princípio da associação” também seria, para Ramírez, natural do indivíduo.⁹⁴³ E isso nos remete, inevitavelmente, à menção feita por ele, em outros momentos, ao “princípio da associação”, inspirado nos ditos do manifesto *Creencia*, elaborado pelos expoentes da Geração de 37, conforme já vimos no capítulo 1. O que depreendemos de mais essa passagem na qual menciona tais ideias é a intenção de reiterar, em termos sociológicos e filosóficos, o papel das associações para a vida coletiva, para a sustentação do Estado-nacional republicano. Assim, o jurista uruguaio buscou, na relação entre os fins e os meios, proposta por Montesquieu, uma das bases teóricas para isso:

Esta relação entre o fim e os meios constitui a lei imutável dos seres, como o compreendia Montesquieu quando dizia que as leis são as relações necessárias

⁹⁴²RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Séptima conferencia. Organización social – Origen del estado de sociedad. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 22, 25 de jun. 1871, p. 394-395.

⁹⁴³RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Octava conferencia. Nociones generales sobre el individuo y el Estado. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 24, 9 de jul. 1871, p. 481.

que derivam da natureza das coisas, desde que na natureza das coisas não pode encontrar-se algo que não seja um fim ou um meio de realizar esse fim.⁹⁴⁴

Essa relação entre os fins e os meios expressava, para Ramírez, que o homem agia em prol de leis, as quais regeriam suas ações de modo ativo, assim como os átomos nas Ciências Físicas, as quais, em sua visão, poderiam ser comparadas às Ciências Morais e políticas, base do Direito Constitucional para ele:

Tal é o princípio que serve de base a todas as ciências físicas; na natureza material, não se reconhece que haja um átomo sem destino ou sem função. Sem sujeição à lei alguma; não cabe o inútil na suprema ordenação do Universo. Rege o mesmo princípio as ciências morais e políticas, com a diferença, entretanto, de que os seres materiais, não tendo a consciência de seus fins, nem o discernimento de seus meios, cumprem cegamente as leis de sua natureza, enquanto o homem, que é um ser inteligente e livre, que pode conhecer seus fins e eleger os meios de realizá-lo, assume a responsabilidade de seu destino, sendo o mesmo o encarregado de cumprir sua lei. Está aqui o caráter especial de todos os feitos morais. Essa diferença é essencial.⁹⁴⁵

Utilizando-se do paradigma⁹⁴⁶ racional das ciências exatas de então, regidas por “leis naturais” previsíveis, Ramírez entendia que, em termos de organização político-social deveria ocorrer o mesmo. Tais usos linguísticos nos remetem ao que argumenta Elías Palti em relação às tensões estabelecidas entre o liberalismo iluminista (atomista) e o neoescolasticismo (organicista), em relação às mudanças conceituais e intelectuais contidas entre tais termos ao longo do tempo. Isso, segundo o autor, indicaria a coexistência de temporalidades diversas:

A *lei natural* que agora se invocará já não será, pois, aquela genérica humana do neoescolasticismo (que também compartilhava o primeiro liberalismo, fazendo autocontraditório o postulado da preexistência da nação), mas sim remeterá àquele *plano de formação* específico a cada organismo particular.⁹⁴⁷

Desse modo, assim como não haveria a possibilidade de os átomos, em Física, estarem dispostos sem uma lei que os regesse e evitasse a aleatoriedade que levaria ao caos, o mesmo servia para o indivíduo em sociedade, ainda mais um indivíduo dotado de consciência de seus

⁹⁴⁴RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Octava conferencia. Nociones generales sobre el individuo y el Estado. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 24, 9 de jul. 1871, p. 481.

⁹⁴⁵Ibid.

⁹⁴⁶Aqui, utilizamos o conceito de paradigma a partir do que propôs Thomas Kuhn. Conforme expressa Kuhn: “Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. Quando esta peça do meu quebra-cabeça encaixou no seu lugar, um esboço preliminar deste ensaio emergiu rapidamente.” KUHNS, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 13, aspas do autor.

⁹⁴⁷PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007, p. 156, grifos do autor.

atos. Nesse sentido, o “inútil” não tinha espaço nessa lógica político-social, o que nos faz recordar da defesa do “homem de trabalho”, sobre o qual tratamos no capítulo 2 e que, a nosso ver, estaria relacionado com o sentido de trabalho público, político e coletivo. Tais elementos, colocados por Ramírez, inevitavelmente nos remete às diferenças de caráter antropológico entre o liberalismo e o republicanismo, colocadas por Gerardo Caetano em diálogo com Oscar Sarlo:

[...] Em relação aos seus pressupostos antropológicos, os liberais concebem a sociedade como um agregado de indivíduos, o qual dá lugar a uma concepção “atomista” ou “individualista”. Enquanto isso, para os republicanos, o fenômeno social é visto fundamentalmente como “povo”, mas não entendendo este como uma simples reunião de pessoas congregadas de forma aleatória e arbitrária, *mas sim como um corpo ordenado e regulado sob as garantias das leis, com um objetivo comum de utilidade pública*.⁹⁴⁸

A sugestão teórica de Sarlo e Caetano, a respeito da diferença acima mencionada entre os valores próprios de liberais e republicanos, conduz-nos a considerar que as propostas de Ramírez, contidas em suas Conferências de Direito Constitucional publicadas, aproximam-se mais de uma conduta republicana a respeito do tipo de sociabilidade política que defendia. Embora contivesse linguagens políticas próprias de vertentes liberais, seu objetivo era o de reiterar uma finalidade que prezasse o viés republicano das formas de organização político-social. E não somente enquanto um sistema de governo propriamente dito, mas também nos costumes e práticas a serem exercidos em relação aos demais indivíduos que compunham a nação oriental e sustentados por princípios constitucionais.

Além disso, considerando tais ideias do jurista oriental, se o homem vivia necessariamente em sociedade, então a sociedade não deveria contradizer a natureza do indivíduo, sendo aquela, dessa forma, o estado responsável pela garantia da conservação da essência humana:

Se o homem vive necessariamente em sociedade, devemos deduzir que a sociedade é o estado necessário para a conservação e desenvolvimento da natureza humana, que os fins não podem ser distintos dos fins individuais e que, descobrindo as leis da natureza humana, descobriremos as leis da sociedade.⁹⁴⁹

⁹⁴⁸SARLO, Oscar. Derechos, deberes y garantías en la Constitución uruguaya. Un análisis de filosofía política y epistemología del derecho. In: VAZQUEZ, María Cristina (Ed.). *Estudios jurídicos en homenaje al profesor Juan Pablo Cajarville Peluffo*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2011, p. 1069-1099 apud CAETANO, Gerardo. El “Impulso republicano” del Uruguay del 900. La reforma política del “primer batllismo” (1890-1930). *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 37, n. 73, jan./abr. 2021, p. 220-221, grifos nossos, aspas do autor.

⁹⁴⁹RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Octava conferencia. Nociones generales sobre el individuo y el Estado. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 24, 9 de jul. 1871, p. 483.

Como uma via de mão dupla, a sociedade também não poderia destruir ou comprometer a liberdade do indivíduo de nenhuma forma, o que explicita mais o argumento na defesa dos direitos individuais: “[...] a sociedade tampouco pode ter, como fim, destruir nem contrariar a liberdade, mas sim conservá-la e desenvolvê-la em harmonia com a lei universal da criação”.⁹⁵⁰ Desse modo, o que percebemos, nesse tópico, é que Ramírez intencionou realizar essa interdisciplinaridade entre o Direito Constitucional com outras áreas do curso que ministrava, tais como Direito de Gentes e o Direito Administrativo, de modo a expressar publicamente as interfaces que proporcionavam a relação entre o todo e as partes da nação. Nesse sentido, a relação entre a ideia do Estado enquanto União e as partes, os departamentos uruguaios, inscritas na mobilização do conceito de federalismo, além das relações entre o indivíduo e a sociedade, constituíram a síntese de tais pressupostos na esfera pública. Em outras palavras, fundamentou, a partir de diversos referenciais político-intelectuais, as discussões que propôs publicamente a respeito da centralização e da descentralização do poder na reconstrução nacional e em prol da ideia de uma nova Constituição.

3.2.4. Liberdade civil, o conceito de Estado e o “bom governo”

No que tange à questão dos direitos individuais, na relação entre indivíduo e o todo social, Ramírez realizou um caminho consideravelmente lógico, argumento por argumento, até chegar à conclusão de que todo o anterior resultaria nas definições de “direitos individuais” e “liberdade civil”, ambos inscritos no Direito constitucional. Ou seja, enquanto componentes essenciais dessa área jurídico-política:

[...] estas diversas direções que tomam as faculdades humanas, em cumprimento dos destinos humanos, – esses diversos fins que põem em movimento a atividade do homem, são o que a ciência constitucional chama DIREITOS INDIVIDUAIS, e o gozo assegurado desses direitos é o que a ciência constitucional chama de LIBERDADE CIVIL. Os direitos individuais constituem, pois, um atributo primordial da personalidade humana, o mais sagrado patrimônio dos indivíduos; logo, o homem não pode [...] buscar a sociedade para abdicar desse atributo, para dilapidar esse patrimônio; a sociedade não pode ser senão um estado, no qual o homem obtenha a mais ampla consagração de seus atributos, a mais segura posse de seus patrimônios, e a liberdade civil é, assim, o primeiro dos fins sociais, como o indivíduo o primeiro dos elementos da organização social.⁹⁵¹

⁹⁵⁰RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Octava conferencia. Nociones generales sobre el individuo y el Estado. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 24, 9 de jul. 1871, p. 484.

⁹⁵¹Ibid., p. 485, maiúsculas no original.

Sobre tal relação político-sociológica entre o todo e as partes, indivíduo e sociedade, o publicista e professor de Direito fez um esforço de síntese e simplificação a respeito de tais elementos mais filosóficos e teóricos, de modo que seus alunos os compreendessem. Mas, a nosso ver, não realizou esse ato pedagógico pensando somente em seus discentes. O fez também para que os leitores, fossem eles da área jurídica ou não, cultos ou não, tivessem contato com tais argumentos jurídico-políticos da forma mais acessível possível. Um ato de mediação político-intelectual, em nossa perspectiva. Como ele mesmo defendeu, esse estudo e divulgação foram feitos “tão sucintamente como o permite a generalização das noções que me proponho a estabelecer”, até de modo “improvisado”, tendo-os, possivelmente, deixado uma impressão de “imperfeição inerente a essas improvisadas conferências”.⁹⁵²

Mas retornando ao exercício da “razão pública”, a qual Ramírez intencionou praticar por meio da publicação de suas conferências, o jurista afirmou que a liberdade do indivíduo, ou o “direito individual”, teria um limite, sendo que, após esse limite, havia a necessidade de se recorrer ao “direito social”, ou seja, a autoridade do Poder Público. Essa era vista por ele como fator de moderação e “mediação” entre todos os indivíduos, o que evitaria uma “servidão recíproca” para os fortes e uma “servidão sem compensação” para os débeis na sociedade.⁹⁵³

Além disso, seria responsável por fazer valer o respeito mútuo dos indivíduos no “uso de suas faculdades e o cumprimento de seus próprios fins, mas também fazer respeitar o uso das faculdades e cumprimento dos fins que lhe correspondam como autoridade ou poder público”.⁹⁵⁴ Desse modo, a partir dessa intermediação do Poder Público e sua inerente autoridade legitimada, nasceriam, assim, os interesses comuns e coletivos, uma estabilidade político-social, ou seja, o “Estado” e a “Ordem”, de fato, assegurados pelo Direito Constitucional:

Vivendo a agregação de indivíduos sob uma mesma regra social, nasce irresistivelmente uma classe de interesses gerais e comuns, cuja proteção e fomento são frequentemente indispensáveis ao cumprimento dos fins individuais e sociais. [...] quando o esforço dos indivíduos se encontra impotente para satisfazer essas exigências da sociedade, – pode satisfazê-las, dentro de suas funções que lhe pertencem, a autoridade ou o poder público – a força coletiva que representa, em sua mais alta expressão, a harmonia desses fins individuais e sociais. Nesse novo círculo de atribuições, requer-se indispensavelmente que o esforço individual não seja capaz de exercitá-las por si só [...]. Assim, [...] a autoridade é um elemento tão indispensável como o indivíduo no seio da organização social. Incontrastável, eterna, universal, nasce e se perpetua na vida de toda a sociedade que subsiste sobre a face da

⁹⁵²RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Octava conferencia. Nociones generales sobre el individuo y el Estado. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 24, 9 de jul. 1871, p. 485.

⁹⁵³Ibid., p. 486.

⁹⁵⁴Ibid., p. 487.

terra. Essa permanência da autoridade com os diversos gêneros de relações fixas que produz, é o que a ciência constitucional chama de ESTADO, e o cumprimento da missão do Estado, como encarregado da harmonia recíproca entre o que conhecemos por direitos individuais e o que conhecemos por direito social, na ciência constitucional, chama-se ORDEM.⁹⁵⁵

Pelo que podemos perceber, Ramírez concebia a ideia, ou o conceito, de Estado, como o fim último da relação harmônica entre o indivíduo e a sociedade, além de ser o garantidor, por lei, da ordem pública mediante a autoridade legítima. Acreditamos que aqui caiba algumas considerações sobre a concepção desse termo em Ramírez. Ao que tudo indica, o autor utilizou, em suas conferências, o referido conceito enquanto uma complementaridade de significados históricos: o primeiro, relacionado à ideia de Estado enquanto instituição política, mobilizado durante o período de independência da Banda Oriental em relação à Espanha; o segundo, enquanto um pacto constitucional, já após estabelecida, de fato, a Constituição de 1830 e no período posterior a esse processo.⁹⁵⁶

Também incluía, nessa associação, a ideia da “ordem”, no sentido associado, a nosso ver, à estabilidade político-institucional que a nação republicana deveria ter na relação entre todos os indivíduos que a compusessem jurídica e constitucionalmente. Desse modo, na já referida complementaridade, o jurista oriental concebia uma harmonia entre o indivíduo e o Estado, enquanto elementos que, se bem articulados, poderiam concorrer para o bem comum da nação. Em outras palavras, propunha uma intermediação entre a parte e o todo na conformação de uma organização política e social, em termos constitucionais e republicanos:

O estudo da natureza humana nos deu os elementos constitutivos da sociedade – o indivíduo e o Estado, que não devem apresentar-se aos nossos olhos como entidades essencialmente inimigas, mas ao contrário, como forças igualmente necessárias ao bem-estar individual e à prosperidade comum. Sua finalidade nos demonstra a evidência de seu consórcio. O que é a ordem senão a liberdade coletiva da sociedade? O que é a liberdade senão a ordem realizada em cada um dos membros da sociedade?⁹⁵⁷

⁹⁵⁵ RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Octava conferencia. Nociones generales sobre el individuo y el Estado. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 24, 9 de jul. 1871, p. 487-488, maiúsculas no original.

⁹⁵⁶ Aqui, dialogamos com a análise histórica do conceito de Estado realizado por Ariadna Islas Buscasso no Uruguai, no período que compreende meados do século XVIII e termina no início do último quarto do XIX, mais especificamente entre 1750-1870. Ver: BUSCASSO, Ariadna Islas. Entre pactos. Notas sobre el concepto de Estado entre la nación española y la república oriental (1750-1870). In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 73-91. Ou seja, o recorte, estabelecido pela historiadora uruguaia, encerra-se praticamente no início do recorte temporal que propomos em nossa tese.

⁹⁵⁷ RAMÍREZ, Op. cit., p. 488, grifos do autor. Javier Gallardo também já havia chamado a atenção para essa relação e tensão entre o indivíduo e o Estado em Ramírez, mas de modo não aprofundado. Ver: GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígenes de la democracia uruguaya. *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, vol. 5, n. 9, p. 3-44, 2003, p. 14.

No entanto, Ramírez evidenciou um problema complexo de resolução não somente próprio de seu contexto e país: saber os limites da comunidade. Ou seja, quais seriam as demarcações da liberdade e da ordem (por parte do Estado), de modo a se evitar, por um lado, o “despotismo” (a ditadura) e, por outro, a anarquia. Em relação a esse ponto, recorreremos ao que argumenta Wilson González Demuro em relação às mudanças do conceito de liberdade no Uruguai do oitocentos.⁹⁵⁸

O autor argumenta que, após a independência do Uruguai em relação ao Império do Brasil pós-Guerra da Cisplatina, o conceito de liberdade esteve associado aos temores dos setores “doutorais” a respeito das “tradições licenciosas”, as quais consistiam na possibilidade iminente de levantes caudilhistas contra o governo central estabelecido.⁹⁵⁹ Assim, caudilhos políticos como Fructuoso Rivera, por exemplo, concebiam a liberdade enquanto possibilidade de burlar a Constituição recém-estabelecida, de modo a realizar tais investidas contra o poder da União.⁹⁶⁰

Desse modo, percebemos que a ideia de liberdade em Ramírez, vinculada ao conceito de Estado nos escritos desse autor, consistia em prezar pela possibilidade de se evitar tais “práticas licenciosas”, as quais marcaram parte do século XIX uruguaio. Enfim, mostrava-se como algo caro a ele a indagação sobre formas de se estabelecer um equilíbrio capaz de proporcionar o “bom governo” em uma República, ou seja, o equilíbrio constitucional para que não houvesse risco dos extremos, visando, assim, à estabilidade política do Estado nacional:

De fato, sempre que se sacrifica o indivíduo ao Estado, a liberdade à ordem, produz-se o *despotismo*, e sempre que se sacrifica o Estado ao indivíduo, a ordem à liberdade, produz-se a *anarquia*. – Despotismo e anarquia não são mais que distintas faces da completa subversão das leis que regem naturalmente as sociedades humanas. [...] Avançando no estudo dessas questões tão árduas, veremos, senhores, como a ciência constitucional aspira a organizar a sociedade, fundando a liberdade e a ordem, sem a reação violenta das revoluções, nem das ditaduras.⁹⁶¹

Como podemos perceber, tais preocupações do constitucionalista uruguaio se assemelhavam às ideias contidas nas propostas que Alberdi havia expressado quase duas décadas antes na Argentina, assim como outros filósofos anteriores também haviam feito em

⁹⁵⁸DEMURO, Wilson González. El concepto de *libertad*: un acercamiento de su evolución, desde el fin de la época colonial a la primera modernización estatal uruguaya. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 175-194.

⁹⁵⁹Ibid., p. 183.

⁹⁶⁰Ibid.

⁹⁶¹RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Octava conferencia. Nociones generales sobre el individuo y el Estado. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 24, 9 de jul. 1871, p. 489, grifos do autor.

outros países ao longo da história.⁹⁶² Retomando o que foi ensinado – e publicado – na conferência anterior, Ramírez iniciou a nona lição acrescentando o seguinte à concepção de “Estado” que havia começado a expressar anteriormente, entendendo-o como o “representante da unidade social” e garantidor dessa:

Com razão se disse que o Estado é o representante da unidade social; tendo, por missão orgânica, fazer com que os indivíduos se respeitem reciprocamente no uso de suas faculdades e no cumprimento de seus fins próprios, ao mesmo tempo em que fazer respeitar o uso das faculdades e o cumprimento dos fins que lhe correspondem como autoridade ou poder público [...] o Estado é a personalidade moral que mantém a vigência dos princípios da organização social a salvo das flutuações e oscilações em que a ação parcial dos cidadãos e a constante renovação dos homens coloca às sociedades políticas.⁹⁶³

Assim, para que a estabilidade política da nação republicana fosse mantida, era necessário que se pensasse e exercitasse, jurídica e politicamente, a inter-relação entre liberdade civil, a concepção de Estado proposta por ele – caracterizada pela conciliação entre indivíduo, a sociedade e o Poder Público, visando ao bem comum – e o ideal republicano do “bom governo”. Esses elementos também permitiriam, para Ramírez, alcançar os pilares de uma ordem constitucional que sustentasse a nação uruguaia e proporcionasse novos horizontes políticos a ela.

3.2.5. O Direito Constitucional, o poder e a questão da soberania

Mas, afinal, se toda sociedade possuía um poder, onde estaria esse poder? Na soberania do povo, conforme defendia Ramírez. Mas não de qualquer modo. Sobre tal conceito e sua história, Ramírez contrapôs vários filósofos políticos ao longo do tempo, desembocando, principalmente, no antagonismo entre os que sustentavam o monarca enquanto soberano até a reviravolta teórica estabelecida por Rousseau, no século XVIII. No entanto, o publicista e jurista oriental não era adepto a tudo o que propunha o pensador genebrino setecentista. Desse modo, afirmou, inclusive, que tal conceito foi entendido, pelo autor de *O Contrato Social*, de forma a “[...] convertê-lo nessa máquina de demolição e de transtornos [...]”, referindo-se aos

⁹⁶²Sobre tais expressões político-intelectuais a respeito do “bom governo” republicano em Alberdi e em outros autores, ver: BOTANA, Natalio. *La tradición republicana*. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. 1ª ed. Buenos Aires: Edhasa, 2013.

⁹⁶³RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Novena conferencia. La soberanía del pueblo. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 26, 23 de jul. 1871, p. 54.

“excessos” da Revolução Francesa, originários, segundo ele, das propostas do iluminista suíço.⁹⁶⁴

Ramírez também o entendia como “o teórico da democracia terrorista”, conforme expressou em algumas passagens de suas conferências publicadas, pois, ao que tudo indica, o intelectual uruguaio demonstrava conceber que as ideias do filósofo político suíço teriam necessariamente resultado na violência dos jacobinos durante a Revolução Francesa.⁹⁶⁵ Por outro lado, o jurista uruguaio também respeitava o pensamento rousseauiano. Inclusive, dedicou boa parte de suas Conferências aos elementos teóricos de Rousseau, comentando-os em suas aulas, em um exercício intelectual caracterizado ora pelo endosso de alguns elementos, ora pela sua rejeição ao pensar a “soberania do povo”. Desse modo, a “vontade geral” elaborada e defendida por Rousseau, assim como a soberania radicada no monarca, não eram convenientes ou positivas na concepção do professor da *Universidad de la República*:

Essa suprema direção da vontade geral é o que Rousseau chama de a soberania do povo, e já sabemos quais são as terríveis consequências que, desse sedutor paradoxo, soube deduzir o filósofo que a Revolução francesa invocava nos maiores extravios de sua carreira sangrenta e destruidora. A conclusão de Rousseau é a mesma conclusão de Hobbes. Para esse, a alienação total do indivíduo se faz em um homem; para aquele, essa alienação total se faz no povo. Hobbes legitimou a tirania dos reis, e Rousseau, a tirania das multidões.⁹⁶⁶

Discordando enfaticamente de Hobbes e do seu “direito da força”⁹⁶⁷, Ramírez acreditava que o estado natural do homem não era a guerra enquanto regra, mas sim a paz, sendo a “autoridade” ou “poder social” – o Direito social – necessário para a manutenção desse estado pacífico entre os indivíduos. Nesse sentido, a ideia de soberania, em Ramírez, caracterizava-se pela rejeição aos elementos eclesiásticos e autoritários presentes na obra do filósofo inglês seiscentista⁹⁶⁸:

⁹⁶⁴RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Novena conferencia. La soberanía del pueblo. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 26, 23 de jul. 1871, p. 59.

⁹⁶⁵Ibid.

⁹⁶⁶Ibid., p. 60.

⁹⁶⁷RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Novena conferencia. La soberanía del pueblo (conclusión). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 27, 30 de jul. 1871, p. 99-101. Existem inúmeros trabalhos acerca do pensamento de Hobbes e a ideia do “estado de guerra” e da soberania, na qual estaria inscrita o que Ramírez denominou de “direito da força”. No entanto, indicamos somente algumas dessas referências: DUTRA, Delamar José Volpato. A autoridade da lei e a força do Direito: a natureza dos vínculos obrigacionais segundo Hobbes. *Philosophica*, n. 43, Lisboa, p. 7-31, 2014; SANTOS, Murilo Angeli dos. O conceito de justiça em Thomas Hobbes e suas consequências jusfilosóficas. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade São Judas Tadeu, 2007.; MIRANDA, Marcella. A teoria da soberania de Thomas Hobbes. *Revista 7 Mares*, n. 3, p. 128-144, out. 2013.

⁹⁶⁸Assim como a respeito de outros teóricos mencionados por Ramírez em seus escritos, não nos deteremos no pensamento de Hobbes. Para uma leitura sobre o ideário desse filósofo político, ver o seu conhecido: HOBBS,

O natural é o estado de paz; o que flui das necessidades humanas, é o estado de sociedade. As forças individuais buscam irresistivelmente esse estado, e não há razão lógica para o estabelecimento de um poder brutal cuja missão seja consecução precisa daquilo que está pela força das coisas ordenado. Essas forças individuais, livres e inteligentes como são, buscam em sociedade o gozo tranquilo de suas faculdades, o cumprimento regular de seu destino, e para assegurar a realização desses objetos, a autoridade, ou o poder social é necessário. Assim determinada sua origem, vê-se que o poder social, longe de seu o absoluto como supunha Hobbes, é essencialmente limitado, e sendo essencialmente limitado, não podem as forças individuais abdicá-lo por completo e sem retroversão possível em pessoa nem organização determinada, porque se o fizessem, despojar-se-iam dos meios indispensáveis para manter seus limites, e ficariam à mercê de uma força superior que, em vez de dar-lhes proteção, poderia aniquilá-las ao seu bel-prazer. Abdicar à soberania, é abdicar à liberdade que tem nela sua imprescindível salvaguarda, e a liberdade não se abdica, como não se abdica a natureza humana.⁹⁶⁹

Dessa forma, rejeitava, também, toda doutrina jurídico-político-filosófica que fosse simpática à ideia de que a soberania, o poder, residisse em um único indivíduo, atribuída a ele por Deus – o “direito divino” –, por meio do “embuste da consagração divina”⁹⁷⁰, sendo que a soberania radicaria, na verdade, na sociedade como um todo. Desse modo, percebemos, aqui, uma menção implícita à teoria política de Jacques Bossuet e Jean Bodin.⁹⁷¹ Desse modo, afastou qualquer possibilidade de o “direito divino”, defendido por quem fosse, ser inserido nas discussões político-filosóficas acerca da reconstrução e reformulação constitucionais de uma nação republicana moderna:

O transcurso do tempo não pode imobilizar a soberania em mãos dos que, por qualquer acidente, chegaram a exercê-la alguma vez. Se dirá que o transcurso do tempo é o selo da consagração divina? Essa intervenção de Deus no desenvolvimento dos negócios humanos é uma concepção teológica e sobrenatural que não pode introduzir-se seriamente em discussões filosóficas. Longe de ter relação direta entre a necessidade do Governo, como vínculo estável da organização social, e a não participação da vontade humana no estabelecimento do governo, deve-se mais dizer que, posto que o Governo é necessário à sociedade, corresponde à sociedade o estabelecimento do Governo. A família não pode subsistir sem autoridade paterna; mas não é qualquer um que pode revogar as funções dessa autoridade indispensável. A sociedade é, também, uma agregação de famílias, que não pode subsistir sem autoridade suprema, e é igualmente absurdo supor que qualquer um possa,

Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Organização: Richard Tuck. Tradução: João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Clássicos Cambridge de Filosofia política). Ver, também, as referências que indicamos na nota 967.

⁹⁶⁹RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Novena conferencia. La soberanía del pueblo (conclusión). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 27, 30 de jul. 1871, p. 100.

⁹⁷⁰Ibid., 101.

⁹⁷¹Para um estudo mais aprofundado a respeito da chamada “teoria do direito divino” nestes dois autores e em outros filósofos do período medieval e moderno, ver: LOPES, Marcos Antonio. O direito divino dos reis: para uma história da linguagem política no Antigo Regime. *Síntese Nova Fase*, v. 19. n. 57, p. 223-248, 1992.

com validade, chamar a si o exército dessa autoridade suprema. Pode-se dizer [...] que, sendo a sociedade um organismo divino, a existência de um poder como tudo o que é essencialmente necessário à existência de uma sociedade é instituição divina como a nova sociedade; mas Deus, razão primeira e fonte originária de todo poder, não comunicou a soberania de uma maneira permanente nem a uma pessoa, nem a uma família, nem a uma casa; não prescreveu aos homens nenhuma forma social particular; cada nação encontra em si mesmo o direito de organizar-se do modo mais conveniente para alcançar seus fins legítimos; a soberania vive, pois, no seio da sociedade que se forma; é a condição essencial de suas existências. [...] Não se prescreve a liberdade humana, logo não se prescreve a soberania social.⁹⁷²

É digno de nota, em nossa visão, que Ramírez, mais uma vez, recorreu à utilização da metáfora da família para tratar sobre esse tema, buscando amenizar a sua complexidade em prol da compreensão por parte da opinião pública. No entanto, diferentemente do que fez nas passagens que analisamos no capítulo 2, aqui se valeu de tal recurso linguístico para abordar sobre a organização social e a autoridade que deveria regê-la, tal como a autoridade paterna de uma família comum. Assim, argumentou que a sociedade seria um “conjunto de famílias”, as quais necessitavam de uma autoridade em nível maior que a do “pai de família”.

Percebemos, desse modo, que a referida metáfora era usada, pelo publicista e professor de direito, como uma forma de tornar mais acessível o entendimento sobre um tema mais complexo, que era a constituição do Estado nacional, da distribuição do poder e da autoridade dentro da e em relação à sociedade. Assim, em nossa concepção, buscava, ao mesmo tempo, utilizar-se de conceitos políticos mais teóricos, mas também de elementos próprios da vivência comum da sociedade, de modo que tanto os seus alunos, quanto o povo em geral compreendessem e se convencessem de suas propostas.

Retornemos às ideias políticas que Ramírez mobilizou em suas conferências. Se nem o “direito da força” de Hobbes, nem o direito divino de Bossuet seriam adequados para pensar e se estabelecer a soberania do povo – ou soberania social –, era preciso recorrer a filósofos cujos pensamentos poderiam ser mais aceitos ou “adaptados” à ideia da autonomia popular. Assim, entendia que Rousseau foi um desses filósofos, o qual concebeu tanto a “imprescritibilidade” quanto a “inalienabilidade” da soberania, e esses foram elementos que o fizeram se aproximar do literato genebrino, ao que tudo indica. No entanto, sem defender suas ideias de modo acrítico, também apontou os “vícios” desse pensamento, segundo sua concepção:

⁹⁷²RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Novena conferencia. La soberanía del pueblo (conclusión). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 27, 30 de jul. 1871, p. 101.

Refutando a teoria do direito da força, vimos que a soberania era *inalienável*; refutando a teoria do direito divino, vemos que a soberania é *imprescritível*; Jean-Jacques Rousseau sustentava, também, esses princípios; nunca a usurpação da soberania teve mais enérgico inimigo; nunca a soberania do povo teve mais entusiasta defensor. Qual é o vício que descobrimos, então, no sistema de Jean-Jacques Rousseau? Sabemos que o paradoxal filósofo, por ódio ao estado social em que a Europa de fins do século XVIII se encontrava, consagrou seu talento a ponderar as maravilhas do estado selvagem: como para invalidar peremptoriamente o título tradicional que a aristocracia, o rei e o clero invocavam em suas usurpações, fez de um pacto voluntário e arbitrário o fundamento de todo o edifício social; e como, para poder destruir com um golpe as iniquidades que os falsos soberanos haviam acumulado sobre a cabeça dos povos, deu ao verdadeiro soberano um poder tão ilimitado e absoluto como o poder que haviam exercido os reis. Aí está o vício fundamental da teoria de Jean-Jacques Rousseau. A alienação total do indivíduo não pode fazer-se sem a mutilação da natureza humana, sem evidente contradição com seu destino, nem na vontade de um, nem na vontade muitos, nem na vontade de todos.⁹⁷³

Desse modo, o discurso político de Ramírez dotou a questão sobre a soberania de um caráter mais liberal do que o “radicalismo” rousseauiano propunha, ao mesmo tempo em que mostrou se distanciar das doutrinas político-filosóficas que prestigiavam o poder absoluto dos reis ou nas mãos de um único mandatário. Aqui, percebemos uma oscilação político-intelectual presente no constitucionalismo de Ramírez: transitava, ao mesmo tempo, entre os pressupostos mais republicanos e coletivistas, como os de Rousseau, Bilbao e de Artigas, por exemplo, e, por outro lado, os mais liberais, “moderados”, propostos por Montesquieu, Tocqueville e Benjamin Constant. Sobre esse ponto, mostramos, nos capítulos 1 e 2, como Ramírez se apropriou de componentes do pensamento desses e outros autores em relação a aspectos político-filosóficos mais gerais. No entanto, no que tange à ideia da soberania mais especificamente, ou do poder do povo, retomou tais expoentes de modo matizado e até complementar, sintético, para argumentar sobre no que consistia sua ideia constitucional.

Nesse sentido, tais fontes intelectuais eram utilizadas a depender de cada contexto, alguns mais que outros em certos momentos, mas sempre de modo a fundamentar suas propostas em relação ao que defendia em seu projeto de nação republicana oriental. A respeito da soberania e de modo a evitar os excessos da vontade geral “absoluta” das multidões, recorreu à Constant visando a estabelecer uma contraposição em relação às ideias “radicais” de Rousseau:

Em uma sociedade fundada sobre a soberania do povo, diz Benjamin Constant, é certo que não corresponde a nenhum indivíduo, à nenhuma classe,

⁹⁷³RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Novena conferencia. La soberanía del pueblo (conclusión). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 27, 30 de jul. 1871, p. 101-102, grifos do autor.

a submissão dos demais à sua vontade particular; mas é falso que a sociedade inteira possua sobre seus membros uma soberania sem limites. O assentimento da maioria de nenhum modo basta, em todos os casos, para legitimar seus atos; existem alguns que não podem por nada sancionar-se; quando uma autoridade qualquer comete atos semelhantes, importa pouco de que fonte emana; importa pouco que se chame indivíduo ou nação; ainda que fosse a nação inteira, menos o cidadão que oprime, nem por isso seria mais legítima. Em vão Rousseau pretende tranquilizar-nos sobre o abandono absoluto do ser individual em proveito do ser abstrato que forma a soberania. Quando o povo soberano quer usar o poder que tem, ou seja, quando é necessário proceder a uma organização prática da autoridade, como não pode materialmente exercê-la por si mesmo, delega-a aos indivíduos que destaca, e resulta, então, que quando um se dá a todos, é falso que não se dê a ninguém; muito pelo contrário, um se dá aos que oprimem em nome de todos. [...] Não é certo que os associados adquiram os mesmos direitos que cedem; não ganham todos o equivalente ao que perdem, e o resultado do que sacrificam é, ou pode ser, o estabelecimento de uma força que lhes tira o que têm.⁹⁷⁴

Para além de Constant, Ramírez recorreu, também – mais uma vez –, à ideia da “simpatia”, de Stuart Mill, para complementar e endossar as críticas de Constant a Rousseau. Desse modo, os “liberalismos”, presentes em seus textos públicos, mostraram-se mais nítidos ao tratar sobre sua concepção de “soberania” e “moderação” política. Nesse sentido, o jurista oriental retomou a referida ideia de Mill para embasar sua concepção da formação da sociedade em relação ao poder:

A sociedade se forma irresistivelmente pela simpatia que se desenvolve entre os homens, como consequência da identidade de sua natureza, e sempre que essa identidade não existe, em vez de ter uma tendência para a sociedade, há uma tendência manifesta ou latente para a guerra. Assim, pois, a formação das sociedades está determinada por todas as circunstâncias que influem sobre a simpatia que une os indivíduos entre si.⁹⁷⁵

A condição primordial para a ocorrência da simpatia seria, para ele, a interação social, a sociabilidade harmônica entre os homens. Sobre esse ponto, percebemos que havia uma continuidade, por meio do uso de tal teoria político-filosófica, daquilo que recorrentemente manifestava a respeito da ideia da associação entre os indivíduos em prol de algo maior, da comunidade. E, como já vimos no capítulo 2, esse “princípio da associação”, da sociabilidade, foram muito defendidos e praticados por Ramírez por meio dos espaços que criou e manteve do final da década de 1860 em diante, princípios e valores políticos esses que o autor oriental também trouxe para suas discussões constitucionais. Assim, haveria a possibilidade da unidade

⁹⁷⁴RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Novena conferencia. La soberanía del pueblo (conclusión). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 27, 30 de jul. 1871, p. 102.

⁹⁷⁵Ibid., p. 103.

de “raça”, “religião”, “território” e de “costumes”, conjunção essa que, por sua vez, contribuiria essencialmente para a formação da nacionalidade e das nações:

*A condição primordial para que a simpatia possa desenvolver-se é que os homens se ponham em contato, e, por isso, da configuração do território, depende em primeiro lugar: a existência das sociedades. Dado que os homens se encontram sobre um mesmo solo, contribuem, antes de tudo, para estimular sua associação; a unidade da raça; a unidade de religião e a unidade de costumes, com os diversos acidentes e as várias modificações que o curso dos acontecimentos humanos se encarrega de regularizar definitivamente. Assim é como as diversas sociedades vão tomando seu caráter próprio, em virtude de leis e movimentos naturais, até constituir um conjunto social independente, que toma o nome de nacionalidade. É em cada um desses conjuntos sociais independentes, em cada uma dessas nações, que os princípios universais e eternos do direito têm que aplicar-se segundo as relações e necessidades dos seres que estão submetidos ao seu império.*⁹⁷⁶

E concluiu seu raciocínio de modo que esse processo social da formação do poder, por meio da “simpatia” entre os indivíduos, desembocasse necessariamente na fonte de toda a emanção desse mesmo poder e autoridade, ou seja, a Nação e o povo. Ou melhor, a “soberania da Nação” e a “soberania do povo”, os quais, em sua concepção, seriam termos equivalentes entre si dentro do Direito Constitucional, diante dos indícios que percebemos nas fontes. Dessa forma, inscrita em sua refutação do “direito de força” e do “direito divino”, essa “fórmula” que propunha seria uma mescla entre a garantia das liberdades do indivíduo e a autoridade maior, a do Estado, do Direito social, que, da mesma forma, assegurasse tais direitos. Mas, por outro lado, tais salvaguardas político-jurídicas não pressupunham a absorção do indivíduo pela “massa” anônima ou pela coletividade:

A quem corresponde, pois, a faculdade de fundar a autoridade, o poder do poder [...]? Desde que a autoridade emana da necessidade de assegurar o respeito dos direitos individuais, a faculdade de fundar a autoridade, o poder do poder, pertence ao mesmo sujeito dos direitos individuais, mas como esse sujeito não é um homem, nem uma classe de homens, mas sim todos os homens, o conjunto social, a nação, em uma palavra, resulta que a soberania não pertence a um homem, nem a uma classe de homens, mas sim ao conjunto social, à Nação, ao povo. *Soberania nacional e soberania do povo são expressões sinônimas na ciência do direito constitucional.*⁹⁷⁷

Desse modo, Ramírez recorreu, mais uma vez, às proposições teóricas de Benjamin Constant de modo a encontrar uma base filosófica – e prática, em sua visão – que auxiliasse na

⁹⁷⁶RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Novena conferencia. La soberanía del pueblo (conclusión). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 27, 30 de jul. 1871, p. 103-104, grifos nossos.

⁹⁷⁷Ibid., p. 104, grifos nossos.

busca por uma forma concreta de limitar a soberania do povo, conter os “excessos” e evitar o risco do despotismo popular, individual ou das assembleias. Desse modo, ainda com base nas indicações de Constant, endossou que essa limitação deveria ocorrer por meio de dois componentes essenciais. Por um lado, pela “opinião”, garantidora das “verdades reconhecidas”. Por outro, pela “distribuição e balança de poderes”, o que nos remete a um diálogo implícito com Montesquieu e sua teoria dos contrapesos e freios relativos ao poder:

Os atentados mais monstruosos do despotismo de um só, foram, com frequência, devidos à doutrina do poder ilimitado de todos. A limitação da soberania é verdadeira e é possível. Será garantida, primeiro, pela força que garante todas as verdades reconhecidas pela opinião; em segundo lugar, o será de uma maneira mais precisa, pela distribuição e pela balança dos poderes. Mas começa por reconhecer essa limitação saudável; sem essa prévia precaução, tudo é inútil. Limitando a soberania do povo em justos limites, nada tereis que temer; tirais o despotismo, seja dos indivíduos, seja das assembleias, a sanção aparente que crê derivar de um assentimento que invoca, posto que provais que esse assentimento, dando-o por real, nada pode sancionar em realidade. O povo não tem direito de ferir um só inocente, nem a tratar como culpável a um acusado sem provas legais. Logo, não pode delegar semelhante direito a ninguém. O povo não tem o direito de atentar contra a liberdade de opinião, à liberdade religiosa, às salvaguardas judiciais, às formas protetoras. Nenhum déspota, nenhuma assembleia podem, pois, exercer um direito semelhante, dizendo que o povo o deu. Todo despotismo é, pois, ilegal; nada pode sancioná-lo; nem ainda a vontade popular que alegue [...] em nome da soberania do povo, um poder que não está comprometido nessa soberania, e não somente é a transferência irregular do poder que existe, mas sim a criação de um poder que não deve existir. – B. Constant (*Vide o primeiro capítulo dos Princípios de política e a nota A dessa mesma obra*).⁹⁷⁸

Como podemos perceber, Ramírez recorreu, de modo complementar, a elementos próprios das propostas teóricas de autores diferentes, com a finalidade de elaborar um caminho político-intelectual para os seus princípios constitucionais a respeito do tema da soberania, contidas nas aulas que publicou. Desse modo, seu “ecletismo” se torna expresso para nós diante dos desafios da construção da nação em seu contexto de atuação. Mas ainda era preciso reformular outros pontos da Constituição Oriental.

3.2.6. A Constituição Oriental e os Direitos Individuais

Ramírez estabeleceu densa discussão teórica, dialogando com autores como Hamilton, Blackstone, Rossi, Constant, entre outros, a respeito das concepções sobre os “direitos

⁹⁷⁸RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Novena conferencia. La soberanía del pueblo (conclusión). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 27, 30 de jul. 1871, p. 107, grifos do autor.

individuais”.⁹⁷⁹ No entanto, o que nos interessa para o argumento de nossa tese, são as limitações da Constituição de 1830, apontadas pelo intelectual uruguaio, tanto relativas a esse como outros pontos que ainda veremos. O jurista oriental recorreu à atuação de um dos então membros da Constituinte de 1829, José Ellauri, pai do escritor e político homônimo que foi eleito presidente uruguaio dois anos após escritas e publicadas as conferências, em 1873, conforme indicamos no capítulo 2. Ramírez afirmou o seguinte, inicialmente: “Agora, em relação à Constituição oriental, desde cedo percebemos que se omitiu, nela, a declaração de direitos e princípios que, como o disse antes, forma o peristilo do edifício constitucional em quase todos os Estados civilizados do mundo.”⁹⁸⁰

Ao destacar tal “omissão”, na Carta Magna promulgada em 1830, Ramírez inseriu, em suas lições constitucionais, um trecho do discurso de Ellauri, realizado na sessão do dia 06 de maio de 1829, durante o já referido processo de elaboração constitucional:

[...] o Dr. D. José Ellauri dizia ante a Constituinte, na sessão de 6 de Maio de 1829: “[...] direi que a Comissão, ao redigir o Projeto em discussão, propôs-se a expressar nele tudo o que essencialmente deve conter uma boa Constituição, a saber: 1.º *A declaração dos direitos que se reservam os Cidadãos, destacando o modo e condições de sua associação*; 2.º Designar a espécie de Governo que elegem os associados; 3.º e último, consertar a distribuição dos Poderes políticos, destacar seus limites e extensão, marcar suas órbitas para que não se choquem ao passo que operem com independência, e dizer a forma na qual se quer que sejam exercidos. – A Comissão apurou suas curtas ideias *no desempenho desses importantes objetos, contratando-os com todo o zelo e eficácia de que foi capaz.*”⁹⁸¹

Nesse sentido, questionou se tais ideias e proposições acerca dos direitos do homem, enquanto uma inspiração da Revolução Francesa, haviam sido, de fato, incorporadas na Carta Magna de 1830, o que, em sua visão, poderia ter contribuído para a organização e condições de “associação” dos cidadãos orientais dentro da esfera pública. De fato, foram, como podemos perceber no Artigo 17, inciso 3 da Carta Magna de 1830, o qual prezava pela proteção dos direitos “individuais”, “tranquilidade” e “segurança” da República oriental.⁹⁸²

⁹⁷⁹RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. X. Los derechos individuales. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 29, 13 de ago. 1871, p. 161-171.

⁹⁸⁰RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XI. Los derechos individuales (continuación). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 30, 20 de ago. 1871, p. 211.

⁹⁸¹Ibid., p. 211-212, grifos e aspas do autor.

⁹⁸²Conforme o texto original do referido artigo: “XVII. [...] 3. Expedir leis relativas à independência, segurança, tranquilidade e decoro da República; proteção de todos os direitos individuais e fomento da ilustração, agricultura, indústria, comércio exterior e interior.” URUGUAY. *Constitución de la República Oriental del Uruguay* (1830). Montevideo: Biblioteca Pública de Montevideo, 1847, p. 10.

No entanto, conforme entendia, isso não teria sido seguido na prática devido às inspirações conservadoras europeias daquele contexto pretérito, relacionadas às investidas contrarrevolucionárias das monarquias daquele continente às aspirações político-intelectuais resultantes da Revolução Francesa. Além do fato de que, como já vimos nos capítulos anteriores, as guerras civis uruguaias também foram um exemplo disso, em toda sua complexidade. Assim, em sua visão, ao que tudo indica, a elaboração da primeira Carta Magna do Uruguai independente até incorporou a declaração dos direitos, proposta inicialmente no contexto de tal processo histórico francês do final do século XVIII. Mas, por outro lado, na prática, a sociedade uruguaia teria seguido essa tendência à rejeição a tudo o que teria vindo no corolário revolucionário:

E bem – o que se fez da declaração dos direitos, “que se reservam os cidadãos, destacando o modo e as condições de sua associação”? Nossa Constituição foi elaborada sob a influência das ideias que predominaram depois de a Europa ter vencido a Revolução francesa. As declarações de direitos caíam envoltas no anátema lançado aos excessos e extravios da Revolução. Recorreu-se à conquista, mas se lhe deu outra forma. Desde 1830 em diante, depois de ter caído novamente os Bourbons, foi que as declarações de direitos começaram a difundir-se pelas Nações da Europa. Nessa parte, nossa Constituição não é inferior nem superior a todas as Constituições da época.⁹⁸³

Assim, reconheceu que a Constituição de 1830, no papel, de fato possuiu as bases necessárias para que houvesse condições mais propícias à construção e consolidação da sociabilidade e da associação nacionais orientais, em termos constitutivos da Nação enquanto tal. No entanto, em sua perspectiva, houve uma descontinuidade entre a teoria e a prática, o que teria contribuído para o abismo entre o “país legal” – ou ideal – e o “país real”: “O caminho estava aberto; não é culpa dos constituintes se não soubemos nem praticar a liberdade que nos legaram, nem alcançar a que nos convidavam a consagrar no futuro.”⁹⁸⁴

Desse modo, percebemos que Ramírez reconhecia os esforços dos constituintes de 1830 no que tange mais especificamente à declaração dos direitos constante na Carta Magna. No entanto, a realidade política e das guerras civis, com todos os vícios apontados por ele, impediram que tais preconizações oficiais fossem seguidas no âmbito público pelos orientais enquanto atos que ele via como imprescindíveis para o exercício da cidadania no país platino. Desse modo, tal experiência constitucional, relacionada ao ponto mencionado acima,

⁹⁸³RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XI. Los derechos individuales (continuación). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 30, 20 de ago. 1871, p. 212, grifos do autor.

⁹⁸⁴Ibid., p. 213.

expressava mais um exemplo de uma incompletude histórica contida no processo de consolidação da nação oriental. Em outras palavras, indicou outro momento em que o intelectual uruguaio manifestou sua inquietação a respeito de mais um elemento próprio desse processo de construção nacional “inacabado”⁹⁸⁵, algo que deveria ser revisto urgentemente, em sua visão.

3.2.7. A separação era necessária: a liberdade religiosa/de consciência e o Estado

Outro ponto da Constituição uruguaia que, para Ramírez, deveria ser revisto o quanto antes era o da questão religiosa, mais especificamente o da liberdade religiosa e as possibilidades de separação entre a Igreja e o Estado. Para o jurista, a liberdade religiosa seria um direito composto por três elementos principais: liberdade de fé (crença), de culto e de propaganda (ensino):

A fé, o culto e a propaganda são os três elementos da liberdade religiosa; só quando o homem é livre, completamente livre na fé, no culto, e na propaganda é que se pode dizer que chegou a essa preciosa conquista da civilização moderna [...]. Ao dizer que o homem deve ser livre em sua fé, em seu culto e em sua propaganda, dizemos implicitamente que suas crenças manifestadas e confessadas não deve ser motivo para nenhuma classe de incapacidade civil, nem de capacidade política.⁹⁸⁶

E um paralelo com a Constituição de 1830, a qual preconizava desde então que a religião oficial do Estado era a Católica, não deixaria de ser feito por ele. Aqui, o autor mostra como que, nesse ponto, a referida Carta Magna uruguaia, em vigência há décadas, reproduzia publicamente a exclusão e impedia a cidadania:

A liberdade religiosa não figura entre os direitos individuais que Constituintes asseguravam aos habitantes da República Oriental, e nada deve surpreender-nos quando ainda hoje mesmo algumas das nações europeias mantêm os rigores da intolerância que tantas lágrimas custaram ao mundo [...]. O art. 5º. da Constituição declara que a “Religião do Estado é a Católica, Apostólica

⁹⁸⁵Aqui, dialogamos, mais uma vez, com Claudia Wasserman, quando a autora pondera sobre a percepção, dos intelectuais latino-americanos oitocentistas, acerca dos processos político-sociais “incompletos” ao longo do tempo na região. WASSERMAN, Claudia. Percurso intelectual e historiográfico da questão nacional e identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 18, p. 99-123, dez. 2003. Sobre isso, conferir nota número 542, da página 145 de nossa tese.

⁹⁸⁶RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XII. La libertad religiosa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 31, 27 de ago. 1871, p. 254-255.

Romana” e guarda um silêncio absoluto sobre o exercício das outras religiões.⁹⁸⁷

Desse modo, o objeto de suas análises constitucionais era um problema complexo a ser solucionado, pois a lei vigente concedia, à Igreja Católica, o direito à crença e às manifestações, ou seja, fazer o oposto seria ir contra a Constituição, o que, por sua vez, também iria contra a liberdade religiosa. Somado a isso, destacou como os Constituintes de 1830, os mais “liberais”, também lidaram com os embates⁹⁸⁸ em torno do tema da religião com o da liberdade de propaganda (ensino), o que resultou em um dilema considerável, presente até o seu contexto:

Os Constituintes rejeitaram essa pretensão também, mas a rejeitaram argumentando com a lei de imprensa, por eles mesmos sancionada, e nessa lei se considera *como delitos contra a sociedade os ataques aos dogmas da religião católica*. Isso quer dizer que se os Constituintes abriram as portas à tolerância de cultos, pensaram fechá-la à liberdade de propaganda, esse complemento indispensável à liberdade de consciência. Eu, judeu, eu, protestante em suas diversas seitas, eu, racionalista em suas diversas escolas, posso ver meus dogmas atacados, caluniados, pulverizados pelo sofisma, pela ignorância e pela perversidade, mas não tenho o direito de defender-me, não tenho o direito de justificar minhas crenças, não tenho o direito de consagrar minhas forças ao triunfo do que creio verdade com a mais intensa fé de minha alma porque se o fizesse, atacaria os dogmas da Religião privilegiada, e seria castigado como delinquente contra a sociedade! Necessitamos saber: é contra a disposição expressa da lei sancionada pelos Constituintes, que a liberdade de propaganda religiosa subsiste na República Oriental do Uruguai. Aqui se apresenta o caso perguntar com razão: o que é melhor – violar a lei para que se restabeleça o direito ou cumpri-la para que o direito violado busque a reforma da lei? Da minha parte, sempre serei decidido partidário que as leis se cumpram mesmo que sejam más (sempre que não sejam inconstitucionais, porque deixam, então, de serem leis) e que se cumpram com rigor, para que a intensidade dos males apresse o dia da reparação e da justiça.⁹⁸⁹

⁹⁸⁷RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XII. La libertad religiosa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 31, 27 de ago. 1871, p. 256

⁹⁸⁸Ramírez, inclusive, inseriu, na publicação desta décima segunda conferência, os debates político-filosóficos dos constituintes de 1829, ocorridos nas sessões dos dias 08 e 13 de maio, e no dia 12 de agosto do mesmo ano. O jurista uruguaio denominou tais representantes com o pronome de tratamento “Sr.” e, em seguida, utilizou somente os sobrenomes deles: “Sr. Ellauri”, provavelmente o já mencionado José Ellauri; Sr. Chucarro (Alejandro Chucarro); Sr. Barreiro, entre parênteses “Manuel”; Sr. Gadea (Lázaro Gadea); Sr. Masini (Ramón Masini), Sr. Blanco (houve dois constituintes de sobrenome Blanco em 1830, Juan e Silvestre, sendo que Ramírez não especificou sobre qual deles se tratava em seus escritos), entre outros. RAMÍREZ, Op. cit., p. 257-262. Para mais informações sobre o processo Constituinte uruguaio após a Guerra da Cisplatina, além de suas manifestações na imprensa oriental de então, ver: VILLA, Oscar Jorge; MENDIVE, Gerardo. *La prensa y los constituyentes en el Uruguay de 1830*. Fundamentos técnicos, económicos y sociales. Montevideo: Impresora Cordón/Biblioteca Nacional, 1980/1981. Foi por meio dessa última referência bibliográfica que tivemos acesso aos primeiros nomes dos constituintes de 1830 mencionados por Ramírez, os quais colocamos entre parênteses acima.

⁹⁸⁹RAMÍREZ, Op. cit., p. 256-257, grifos do autor.

Na décima segunda conferência, publicada no número 32 de *La Bandera Radical*, de 3 de setembro de 1871, Ramírez retomou o significado de Estado que estabeleceu cinco números antes, e indicou o caminho que seguiria, qual seja o de conceber a relação do Estado com *as Igrejas*, entendendo-a necessariamente dessa forma, no plural.⁹⁹⁰ Esse sentido de pluralidade teria consistido, a nosso ver, em algo para além do conteúdo das aulas universitárias em si mesmas. Foi não somente um modo de expressar seu pensamento constitucional mais abrangente a respeito da questão, mas também a intenção de criticar publicamente o monopólio excludente, concedido pelos Constituintes de 1830, à religião católica como a oficial do Estado uruguaio:

Dissemos, na *Conferência sétima*, que o Estado é a pessoa moral formada pela permanência necessária da autoridade nas sociedades humanas, com os diversos interesses que cria e desenvolvimentos que toma no curso normal de sua existência; e definiremos uma Igreja como a associação organizada dos homens dotados das mesmas crenças e a uma mesma disciplina religiosa, porque nós, buscando a verdade sob o ponto exclusivo do direito, não podemos reservar a qualificação de *Igreja* a somente uma das comunhões que se chamam exclusivas possuidoras da revelação divina; por isso, essa conferência não fala *das relações do Estado e da Igreja*, como se diz geralmente, mas sim *das relações do Estado e as Igrejas*, que assim deve dizer-se para colocar com verdade e com altura a questão.⁹⁹¹

A referida intervenção para além das salas de aula, referente a mais esse ponto sobre o qual reivindicava uma reformulação constitucional, foi resultado da intencionalidade de buscar, mais uma vez, mediar os anseios da sociedade em relação ao Estado e à Igreja Católica de então, em nossa perspectiva. Em outras palavras, defendemos que tal ato consistiu em mais um exemplo de mediação político-intelectual em prol da consolidação de uma esfera pública mais abrangente e inclusiva. Daí a necessidade vista, por parte de Ramírez, em definir o que concebia como “Estado” e como “Igreja”, de modo a deixar muito bem explícitas sua concepção sobre cada uma dessas instituições dentro de uma organização político-social constitucional e republicana.

Além dessas percepções, também acreditamos ser válido destacar outro ponto contido no trecho acima. Ao propor uma nova forma de se nomear a questão da relação entre Estado e Igreja – ou melhor, *Igrejas*, em sua pluralidade e diversidade – Ramírez intencionou estabelecer uma mudança político-linguística e conceitual a respeito daquilo que “se dizia geralmente” a

⁹⁹⁰RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. El sistema de la Religión de Estado (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 32, 03 de set. 1871, p. 276.

⁹⁹¹Ibid., p. 277, grifos do autor.

respeito do tema. Em outros termos, consistiu em um ato que buscou inovar linguística e conceitualmente a pauta sobre as relações entre o Poder Público e as instituições religiosas, algo que então fora proposto publicamente, conforme o jurista oriental argumentou. Nesse sentido, tais propostas de se pluralizar as instituições religiosas e, conseqüentemente, iniciar uma forma de se presumir sua diversidade em relação ao Estado uruguaio, também representou uma forma de se projetar a ampliação da esfera pública naquele país, a nosso ver.

Nesse sentido, argumentando em prol da “necessidade” do homem em ter uma religião para amenização do “desalento” do mundo e para o revigorar da “esperança” e da “paz”⁹⁹², Ramírez defendeu que também era necessário o “direito de discutir” e o direito de se “ensinar” as religiões.⁹⁹³ Desse modo,

Crer e rezar, rezar publicamente, não é ainda toda a liberdade. É necessário, também, o direito de discutir, o direito de ensinar. Em primeiro lugar, minha crença pode ser negada, injuriada; é uma necessidade para mim demonstrá-la. Reduzir-me ao silêncio ante uma injúria, ou só ante uma negação, é impor-me uma pena tão mais dura quanto mais ardente seja minha fé. Eu sou pai; tenho fé; a devo ao meu filho. Sou crente, devo ao meu Deus proclamar e propagar minha crença. Será preciso que envie meus filhos a beber na mesma fonte das ciências humanas e a impiedade religiosa? Que guarde silêncio quando minha fé seja caluniada, quando meu Deus seja blasfemado? Que enterre em meu coração o mais puro e mais inflamado de meus sentimentos, que comprima o impulso de meu espírito, que o obrigue a esquecer sua fé ou a calá-la? Que veja, ao meu lado, o erro triunfante, a moral perturbada, aos homens, meus semelhantes, filhos do mesmo Deus, privados da sua parte de herança na casa paterna? Do mesmo modo que minha propriedade seria violada se a lei me permitisse gozar dela e não me permitisse difundi-la, a liberdade de minha fé fica violada, minha consciência oprimida se se põe o selo do silêncio em meus lábios, se se condena a verdade a morrer afogada em meu peito.⁹⁹⁴

Nesse sentido, Ramírez argumentava que a necessidade de se expressar as crenças e ideias era diretamente proporcional à intensidade delas sendo, assim, fundamental a divulgação das mesmas de modo equânime.⁹⁹⁵ Do contrário, no que se referia à imposição do silêncio em relação à própria fé, o jurista oriental concebia tais fatos como não condizentes com o direito constitucional: “A obrigação do silêncio, em matéria de fé religiosa, é de tal maneira contra o direito e a natureza, que parece um atentado à verdade.”⁹⁹⁶ Assim, Ramírez estabeleceu a diferença entre três “sistemas” de relações entre o Estado e as Igrejas (no plural): 1) o da religião

⁹⁹²RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XII. La libertad religiosa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 31, 27 de ago. 1871, p. 252.

⁹⁹³Ibid., p. 253.

⁹⁹⁴Ibid.

⁹⁹⁵Ibid., p. 254.

⁹⁹⁶Ibid.

dominante (ou exclusiva do Estado); 2) o da proteção e regulamentação de várias religiões pelo Estado; 3) o da separação total e completa entre o Estado e as Igrejas (o qual defendeu).⁹⁹⁷ Sobre o primeiro sistema, Ramírez afirmou que:

[...] deve-se entender por religião de Estado aquele que se estabelece uma Igreja oficial que o Estado protege diretamente e com a qual entra em condições de dependência mútua. Se se proíbe a organização de outras Igrejas, essa religião de Estado é *exclusiva*; se se admitem ou se toleram todas, essa mesma religião de Estado só pode chamar-se *dominante*.⁹⁹⁸

Ramírez considerava esse primeiro sistema, o adotado pela Constituição uruguaia de 1830, uma “[...] forma rigorosa e tirânica – a Igreja única e opressora, levantada sobre todas as crenças religiosas da sociedade”.⁹⁹⁹ Desse modo, tal modelo seria a maior violação e o desrespeito à liberdade religiosa em sua concepção, pois, além de privilegiar uma única religião, também carecia de base racional para se manter, conforme podemos perceber em suas intervenções públicas ao questionar tais ditames:

[...] é uma tirania inútil, porque a ciência da religião está na fé, e sem a fé todas as cerimônias externas são atos de hipocrisia criminoso e vergonhosa. Pretendem, pelas ações exteriores, estabelecer seu governo sobre as crenças íntimas? Então é a mais terrível das tiranias, porque ataca todos os direitos em sua base fundamental, em sua essência, na liberdade interior do homem. Uma vez mais, que direito, que princípio, que conveniência real invocam essas instituições ou essas leis? Estabelece-se uma *exclusiva* religião de Estado, porque essa religião é a dos legisladores de um povo? E bem: esses legisladores, esses homens, estavam em seu direito ao ter e professar uma religião qualquer; mas os governados, também como homens, estão em seu direito ao ter e professar outra religião distinta. [...] O convencimento e a razão decidirão, mas a imposição, mas a força, mas o terror, nada têm que resolver no santuário de nossas crenças íntimas.¹⁰⁰⁰

O uso, por parte de Ramírez, da argumentação e razão públicas para se questionar questões de interesse público se mantinham também em relação ao tema das relações entre a sociedade, o Estado e as Igrejas. Além disso, o que nos chama a atenção, dentro da refutação de Ramírez a respeito desse primeiro sistema, é a menção que fez ao intelectual católico argentino contemporâneo seu, José Manuel Estrada, de inspiração ultramontana¹⁰⁰¹ e que

⁹⁹⁷RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. El sistema de la Religión de Estado (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 32, 03 de set. 1871, p. 277.

⁹⁹⁸Ibid., p. 278, grifos do autor.

⁹⁹⁹Ibid., p. 282.

¹⁰⁰⁰Ibid., p. 279-280, grifo do autor.

¹⁰⁰¹Sobre o ultramontanismo, tendência ultraconservadora da Igreja Católica de então: “Esta visão foi em grande parte construída pelo movimento católico ultramontano (acima das montanhas), que entendia a necessidade de retorno aos fundamentos políticos e sociais presentes na Idade Média. Daí a proposta de que os poderes terrenos deveriam estar subordinados ao Papa e ao direito canônico. Em muitos países, essa corrente do catolicismo teve

defendeu a separação completa entre o Estado e a Igreja, visando à manutenção da liberdade religiosa na Argentina dentro do governo de Sarmiento (1868-1874):¹⁰⁰²

[...] disse um jovem e consciencioso escritor argentino, sendo inerente à soberania o poder religioso, segue-se indubitavelmente que operem com igual legitimidade e com força igualmente obrigatória os governos que se confessam cristãos, os que apoiam seu império no Alcorão, ou os que, por meio de qualquer credo desmoralizador e bárbaro, estraguem as gerações e despedacem os povos. O direito de soberania implica a obrigação de parte do indivíduo de submeter-se às consequências do uso desse direito. A consciência humana deve dobrar-se aos dogmas oficiais. Essa é a irresponsabilidade do homem reagravada com a indiferença lógica, com a afirmação implícita da identidade de todas as ideias, do verdadeiro e do falso, do bom e do mau: a certeza no absurdo.” (*La Iglesia y el Estado – Revista Argentina. Entrega 38*).¹⁰⁰³

Em relação a algumas das ideias de Estrada sobre esse tema, recorreremos ao seguinte trecho, do mesmo artigo *La Iglesia y el Estado* citado pelo jurista oriental, no qual explicitou suas inclinações a respeito do assunto, mas de modo matizado. O destacável, em nossa ótica, é que o conservador Estrada, além de propor a separação entre Estado e Igreja para a manutenção da liberdade religiosa, o fez também para fortalecer a atuação da Igreja Católica naquele contexto, ou seja, expressou tal ideia não a partir de uma neutralidade, mas ao contrário: devido à sua crença em específico, conforme aponta Diego Castelfranco.¹⁰⁰⁴ Nesse sentido, o que Estrada propunha era um tipo de “equalização da Igreja Católica ante à liberdade religiosa” dentro da realidade argentina do mesmo contexto de início dos anos 1870.¹⁰⁰⁵ Assim, conforme argumentou Ramírez,

O Estado é a força social organizada para estabelecer a harmonia de ação entre todas as forças individuais, mas o Estado rompe essa harmonia quando protege o desenvolvimento de algumas com prejuízo visível das outras. A Religião declarada, ensinada e sustentada pelo Estado tem em seu apoio as forças individuais que lhe são adeptas, além daquela parte da força social que se põe ao seu serviço. Outras forças individuais podem, também, organizar sua Igreja, mas a luta entre a verdade professada por alguns e por outros, fez-

papel significativo na luta contra o estabelecimento do Estado laico.” SILVA, Luiz Gustavo Teixeira da. *Laicidad del Estado en Uruguay. Consideraciones a partir del debate parlamentario sobre el aborto (1985-2016)*. *Religión e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 38(2), 2018, p. 82, nota 6.

¹⁰⁰² CASTELFRANCO, Diego. De la “Iglesia libre en el Estado libre” a la amenaza del “Estado ateo”: José Manuel Estrada y su trayectoria intelectual. In: DI STEFANO, Roberto; SILVA, Ana Rosa Clouet da (Orgs.). *Catolicismos en perspectiva histórica*. Brasil e Argentina em diálogo. 1ª ed. – Santa Rosa: IEHSOLP Ediciones, 2020, p. 83-111.

¹⁰⁰³ RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. El sistema de la Religión de Estado (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 32, 03 de set. 1871, p. 282, grifos do autor.

¹⁰⁰⁴ CASTELFRANCO, Op. cit., p. 83-111.

¹⁰⁰⁵ ESTRADA, José Manuel. Iglesia libre en Estado libre. In: *Revista Argentina* (s/n.), 1871, p. 235 apud CASTELFRANCO, Op. cit., p. 95.

se completamente desigual; as condições do direito estão violadas; o Estado, que deveria garantir a todos a livre expressão e propagação das crenças, afilia-se entre os devotos de uma Igreja determinada e em vez de mediador, de juiz imparcial, de árbitro justiceiro da luta, apresenta-se com as armas na mão e opera como um dos combatentes, o combatente mais temível, porque não é uma força individual, mas sim uma força coletiva que dispõe, de certo, modo de todas as forças individuais.¹⁰⁰⁶

Desse modo, conforme expressava publicamente, Ramírez tinha uma interpretação acerca do Estado caracterizada pela ideia desse como “mediador”, dotado de neutralidade em termos jurídicos, conciliador e não fomentador das hostilidades que provinham das diferenças religiosas. Nesse sentido, o publicista oriental propunha algo novo: defendia que o Estado uruguaio, visto por ele até então como um ator político, passasse a ter características imparciais, impessoais, assim como um juiz em um tribunal público fundamentado pela “razão” e a “verdade”.¹⁰⁰⁷ O que também consistia em uma inovação político-linguística, a nosso ver, mas que remontava às linguagens políticas pretéritas, semelhantes àquelas ligadas à ideia do “tribunal da opinião”, próprias da época colonial.¹⁰⁰⁸ No entanto, os usos, por parte de Ramírez, dessas linguagens convencionalmente tidas como próprias da “tradição colonial”¹⁰⁰⁹, não representavam a volta ao passado, mas sim à busca por um futuro, pela modernidade do Estado e das renovadas relações político-sociais inerentes a tal temporalidade, em nossa visão.

Sobre o segundo sistema elencado por Ramírez, o intelectual uruguaio também expressou suas reservas. Para ele, mesmo que houvesse a intenção em se tolerar todas as Igrejas, de proporcionar a “liberdade” a elas, ainda assim alguma dessas crenças seria a mais beneficiada pelo “braço secular” do Estado:

Em segundo lugar, por mais que a religião de Estado traga indispensavelmente essa subversão nas condições essenciais ao desenvolvimento dos dogmas religiosos, sempre a liberdade de consciência sofre com ela algumas restrições capitais. Desde que o braço secular se faz instrumento de uma Igreja, ainda que pretenda deixar em liberdade as demais, tem que prestar-lhe aquela *mais eficaz e decidida proteção*, que alguns dos Constituintes queria estabelecer de uma maneira perceptiva no artigo 5º do código fundamental, e nessa eficaz e decidida proteção está sempre inscrito algum ataque direto à liberdade das crenças despojadas de uma sanção oficial. Aqui, na República Oriental do

¹⁰⁰⁶ RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. El sistema de la Religión de Estado (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 32, 03 de set. 1871, p. 283.

¹⁰⁰⁷ Dialogando com as proposições de Elías Palti sobre o caso argentino do mesmo contexto. Ver: PALTÍ, Elías. Las polémicas en el liberalismo argentino. Sobre virtud, republicanismo y lenguaje. In: RIVERA; José Antonio Aguilar; ROJAS, Rafael (Orgs.). *El Republicanismo en hispanoamerica: Ensayos de historia intelectual y política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 174.

¹⁰⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁰⁹ Ibid.

Uruguai, já vimos que atacar os dogmas da Religião do Estado era atacar a sociedade e delinquir.¹⁰¹⁰

Conforme o professor da UDELAR defendeu, da mesma forma, a liberdade de consciência, ou de crença, estaria comprometida com esse tipo de relação entre Estado e Igrejas. E com um elemento que, em sua visão, agravava ainda mais a questão, o da impossibilidade de se criticar a então “Religião do Estado”, ou seja, a Católica. Assim, mesmo com as tentativas de “reformas liberais” estabelecidas no Código Civil uruguaio de então, ainda havia o entrave colocado pela permanência dessa relação direta e oficial entre a instituição católica e o Poder Público, ou seja, a lei barrando a própria lei, em sua concepção:

As religiões positivas acompanham o homem em todos os atos importantes da vida: no nascimento, no matrimônio, na morte, sempre há uma Igreja para intervir com suas cerimônias e com seus preceitos. Quando o Estado abraça uma religião oficial, os atos importantes da vida ficam mais ou menos submetidos à jurisdição de uma Igreja determinada. Nesse sentido, nosso código civil realizou algumas reformas liberais, mas encontrando na Religião de Estado essa pedra funerária [...]. É assim como os registros do Estado civil não foram arrancados por completo das mãos do sacerdócio católico; é assim como o matrimônio não foi inteiramente separado da jurisdição eclesiástica; é assim, também, como na esfera administrativa a terra comum onde devem descansar os mortos, não foi, todavia, livrada dos conflitos que, frequentemente, ocasionaram o fanatismo religioso. Os direitos civis sofrem, assim, a influência da Religião do Estado, e os direitos políticos não deixam igualmente de serem tangenciados. Não se fulmina a exclusão absoluta, porque os atentados violentos são uma exceção muito rara em nossos tempos, mas se chega a esse mesmo resultado pela imposição de condições inaceitáveis para toda a consciência escrupulosa.¹⁰¹¹

Desse modo, Ramírez criticou duramente tais preconizações, então ainda constantes na Constituição vigente, que, para ele, consistiam em um entrave para a participação política e cidadã em relação à ocupação de cargos públicos – inclusive o de presidente do país – e da área jurídica, mesmo que fossem privados, como a advocacia:

Vemos, em nosso país, que, para exercer as altas funções públicas, exige-se o juramento sobre o livro da religião oficial, e até para o exercício de algumas profissões liberais, como a advocacia, impõem nossas leis um juramento desse gênero. O que se pretende por esses meios? Distanciar os dissidentes da religião estabelecida ou forçá-los a uma impostura hipócrita? Em qualquer um dos dois casos se ataca a liberdade de consciência: com a violência em um e com a corrupção no outro. Essas leis seguem o espírito da Constituição e não podem naturalmente desaparecer senão quando desapareça a religião de

¹⁰¹⁰RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. El sistema de la Religión de Estado (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 32, 03 de set. 1871, p. 284, grifos do autor.

¹⁰¹¹Ibid., p. 284-285.

Estado; mas mesmo que se quisesse mitigar extra-constitucionalmente [sic] as consequências rigorosas do princípio, não se poderia destruir o estabelecido de uma maneira terminante nos artigos da Constituição. A fórmula de juramento, fixada pelo artigo 76¹⁰¹², exclui da presidência todo aquele que não seja católico apostólico romano.¹⁰¹³

Em um argumento de mão dupla, visando, de acordo com o que nos é apresentado discursivamente, ao convencimento dos setores religiosos, Ramírez buscou demonstrar como a própria Igreja, sendo vinculada diretamente ao Estado, era, desse modo, uma “escrava” daquele, estando subordinada aos ditames estatais. Assim, percebemos que tal hipótese iniciava um caminho lógico de argumentação baseado nos princípios e valores da “liberdade” de modo a convencer os membros dos setores católicos, ou seja, da então “Religião de Estado”, a respeito dessa dominação que o Estado uruguaio exercia sobre a instituição. Nesse sentido, defendia a tese, de caráter instrumental naquele contexto, a nosso ver, de que a Igreja Católica mais se prejudicava do que se beneficiava com tal relação próxima ao Estado:

Desde o momento em que uma religião se faz religião de Estado, também se faz religião governada, religião escrava. O Estado vende a proteção das leis pela submissão da Igreja. É um gênero especial de simonia. A religião oficial é, necessariamente, uma parte da administração pública. Os templos não lhe pertencem em propriedade, nem tem independência neles. O Estado os lhes empresta e se reserva as atribuições da vigilância suprema. Tampouco a eleição do sacerdócio, esse santo magistério das religiões positivas, pertencem-lhe exclusivamente. O Estado nomeia o chefe da Igreja Nacional e intervém diretamente na provisão de todos os benefícios eclesiásticos. Isso é o que se chama *exercer o patronato*, que o artigo 81 da Constituição encomenda ao Presidente da República. Os sacerdotes da Igreja Católica vêm a ser, assim, verdadeiros funcionários públicos. O Estado é quem lhes discerne nas funções e quem numera seus serviços, seja diretamente como Chefe da Igreja, seja fixando os deveres que regulam os preços dos ofícios divinos. É ou não a religião do Estado uma Igreja verdadeiramente governada, uma Igreja verdadeiramente escrava?¹⁰¹⁴

Sobre a questão do exercício do patronato, constante no trecho acima, o intelectual católico argentino José Manuel Estrada também tratou sobre o mesmo ponto em seu artigo,

¹⁰¹²Conforme está explícito no referido documento jurídico histórico: “LXXVI. O Presidente eleito, antes de entrar a desempenhar o cargo, prestará, em mãos do Presidente do Senado e na presença das Câmaras reunidas, o seguinte juramento: 1. ‘Eu (N) juro por Deus N. S. e estes Santos Evangelhos, que desempenharei devidamente o cargo de presidente a mim confiado; que protegerei a Religião do Estado; conservarei a integridade e independência da República; observarei e farei observar fielmente a Constituição’”. URUGUAY. *Constitución de la República Oriental del Uruguay* (1830). Montevideo: Biblioteca Pública de Montevideo, 1847, p. 32, aspas do autor.

¹⁰¹³RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. El sistema de la Religión de Estado (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 32, 03 de set. 1871, p. 285.

¹⁰¹⁴Ibid., p. 285-286, grifos do autor.

citado por Ramírez nessa sua décima terceira conferência, o qual já mencionamos, tendo o escritor portenho defendido a “revogação do direito de patronato” em suas propostas.¹⁰¹⁵ Percebemos, mais uma vez, um diálogo direto de Ramírez com mais um intelectual rio-pratense, assim como o já havia feito, implícita ou explicitamente, em relação a Sarmiento, Alberdi, Echeverría e outros, do seu momento de escrita ou não.

Ramírez, em mais um recurso retórico e argumentativo, baseado no princípio da razão pública que lhe era muito caro, também relacionou a ação do Estado sobre a Igreja nos moldes de uma dominação não somente em termos de intervenção de poder nos cargos eclesiásticos, mas também no direito de consciência dogmático interno dos sacerdotes. Desse modo, mencionando o artigo 81 da Constituição de 1830 – sobre o direito do Estado em regular o estabelecimento das bulas e pontifícios da Igreja Católica –, o publicista oriental argumentou que tal ato consistia em uma deliberada demonstração de controle da consciência religiosa da referida instituição.¹⁰¹⁶ Desse modo, por meio da exposição de princípios constitucionais e filosóficos, buscou o convencimento dos membros da Igreja Católica sobre tais “abusos” por parte do Estado, “abrindo-lhes os olhos” para tais atos. E concluiu seu raciocínio sobre esse ponto do seguinte modo:

Ou se salva o direito da religião de Estado, destruindo o direito das religiões dissidentes, ou se salva o direito das religiões dissidentes, destruindo o direito da religião de Estado. Quando se abraça a tentativa absurda de conciliar esses direitos encontrados, não se faz mais que descontentar a todos, criando uma causa permanente de conflitos e distúrbios públicos. Se o sistema da Religião de Estado *exclusiva* é opressão absoluta para todas as Igrejas dissidentes, o sistema da Religião de Estado *dominante* é opressão mais ou menos mitigada para as Igrejas dissidentes e para a religião oficial ao mesmo tempo. Em nome de todas elas, a justiça e a razão protestam contra esse regime de quase todas as Repúblicas Hispano-Americanas.¹⁰¹⁷

Assim, para Ramírez, quando o Estado se punha a proteger todas as religiões, ocorria o mesmo quando se defendia que a Constituição deveria salvaguardar somente uma delas. Ou seja, tanto a única religião protegida pelo aparato estatal quanto todas poderiam, da mesma forma, ser entendidas como partes da administração pública e serem subordinadas a ela:

¹⁰¹⁵ESTRADA, José Manuel. Iglesia libre en Estado libre. In: *Revista Argentina* (s/n.), 1871, p. 235 apud CASTELFRANCO, Diego. De la “Iglesia libre en el Estado libre” a la amenaza del “Estado ateo”: José Manuel Estrada y su trayectoria intelectual. In: DI STEFANO, Roberto; SILVA, Ana Rosa Cloclot da (Orgs.). *Catolicismos en perspectiva histórica*. Brasil e Argentina em diálogo. 1a ed. – Santa Rosa: IEHSOLP Ediciones, 2020, p. 95.

¹⁰¹⁶RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. El sistema de la Religión de Estado (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 32, 03 de set. 1871, p. 286.

¹⁰¹⁷Ibid., p. 286, grifos do autor.

Desde cedo, a proteção aos diversos cultos tem, para os cultos protegidos, iguais inconvenientes que a proteção a um só culto. Essas várias Igrejas se fazem repartições da administração pública, tornam-se funcionários seus ministros e seus templos, são um mero domínio do Estado. O Estado maneja as Igrejas pelo Pressuposto: dá-lhes dinheiro para satisfazer suas necessidades primordiais, mas não o dá gratuitamente, mas sim mediante uma retribuição, e essa retribuição é o direito de exame, de inspeção, de vigilância, estendido e aplicado até onde o julga conveniente o poder público.¹⁰¹⁸

Ramírez, por meio das conferências, explicitou suas inspirações político-intelectuais também com base nas ideias do escritor republicano francês Jules Simon (1814-1896), tendo-o citado em vários momentos. Simon participou dos eventos revolucionários de 1848 na França, além de ter composto o governo de Thiers, no início da Terceira República¹⁰¹⁹, no mesmo momento em que Ramírez realizava suas intervenções públicas no Uruguai. O publicista francês tratou sobre os mais variados assuntos em seus textos, tais como a liberdade de pensamento e de consciência, a liberdade civil e política, a laicidade de cunho tolerante, entre outros temas constitucionais.¹⁰²⁰ Nesse sentido, percebemos que o intelectual uruguaio recorreu, no início dos anos 1870, aos usos dos elementos teóricos elaborados por Simon desde meados do século XIX, inclusive no seguinte trecho, o qual é um excerto da obra *Liberté de conscience* (1857)¹⁰²¹, de autoria do republicano francês:

[...] disse Jules Simon (*Liberté de conscience* pag. 18): [Ramírez não inseriu aspas] pode contar-se com uma repartição estritamente proporcional e com uma justiça sempre igual? Os membros do Governo não pertencerão a uma comunidade particular? Ainda supondo que os chefes de Estado sejam sempre imparciais e íntegros, – como poderiam ter uma balança igual entre uma maioria e uma minoria? – entre Igrejas, cujas necessidades e exigências são consideráveis, e outras que não pedem, por assim dizer, a permissão de viver? A estatística, em semelhante matéria, é muito difícil de estabelecer; está sujeita a erros pela natureza mesma das coisas. Assim, a injustiça não é só possível, não é só provável; é, de certo modo, necessária, e nem a imparcialidade, nem o talento dos que governam bastam para resguardar dela os seus administrados.” [aspas incluídas por Ramírez somente nesse final de citação].¹⁰²²

¹⁰¹⁸RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. Protección de varios cultos – Independencia recíproca del Estado y las Iglesias (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 33, 10 de set. 1871, p. 315.

¹⁰¹⁹Ver: BIBLIOTHÈQUE DE L'INSTITUT DE FRANCE. Jules Simon (1814-1896). Philosophie, laïcité et liberté. Disponível em: https://www.bibliotheque-institutdefrance.fr/sites/default/files/jules_simon_catalogue_dexpo.pdf. Acesso em: 25/08/21.

¹⁰²⁰Ibid.

¹⁰²¹SIMON, Jules. *La Liberté de Conscience*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cia., 1857.

¹⁰²²RAMÍREZ, Op. cit., p. 316, grifos do autor, inserções nossas.

Compartilhando das proposições de Simon a respeito de o Estado se colocar na função de fiscalizador dos cultos devido à destinação de verbas às Igrejas, Ramírez destacou outra passagem da já referida obra do escritor francês, por meio da qual embasou seus argumentos para a realidade uruguaia. Fê-lo mais especificamente no sentido de alertar para os perigos de tal relação existente na proteção do Estado às Igrejas, pois a fiscalização ficaria a cargo dos próprios legisladores, cuja religião muito provavelmente seria a privilegiada dentre as demais:

A obrigação de pagar cria, para o Estado, o direito de fiscalizar. O Estado, pois, graças ao pressuposto, decidirá se um culto é um culto ou uma comédia; se uma religião é realmente uma religião; se os profetas, se os sacerdotes são outra coisa que charlatães ou impostores. Será necessário que uma religião nova obtenha sua patente de autoridade administrativa e faça reconhecer seus direitos por um comissário de política. Eis aí, pois, por essa necessidade de uma autorização prévia, destruída ou gravemente comprometida a liberdade de cultos, e o Estado transformado em teólogo todo poderoso – o Estado, que por seu princípio, é indiferente a todas as religiões positivas.¹⁰²³

Depois de tratar sobre todos os “sistemas” anteriores, dos quais discordava totalmente, Ramírez finalmente passou a discorrer sobre aquele com o qual concordava e defendia: o sustentado pela independência entre Estado e Igrejas, já iniciado por sua defesa a respeito da separação “moderada” entre os dois âmbitos. Tais intervenções do publicista oriental não mencionaram necessariamente o termo “secularização”. Nesse sentido, acreditamos que essa nossa percepção esteja de acordo com a análise de Annick Lempèrière a respeito da ausência da mobilização do referido conceito na segunda metade do oitocentos latino-americano¹⁰²⁴, conforme já vimos no segundo capítulo de nossa tese. Assim, sobre o terceiro sistema, Ramírez afirmou:

O terceiro sistema é o da independência recíproca, ou separação completa das Igrejas e do Estado; todas as Igrejas ficam completamente livres para organizar-se e governar-se a si mesmas; o Estado completamente desligado de toda obrigação excepcional relativa à uma Igreja e a respeito de todas elas. Esse sistema é o que menos explicações requer para sua compreensão, porque é o mais simples, o mais adequado à natureza das coisas, o mais conforme às ideias que temos da religião dos homens e do poder público dos povos.¹⁰²⁵

¹⁰²³RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. Protección de varios cultos – Independencia recíproca del Estado y las Iglesias (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 33, 10 de set. 1871, p. 316-317.

¹⁰²⁴LEMPÈRIÈRE, Annick. Los hombres de letras hispanoamericanos e el proceso de secularización. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 242-266.

¹⁰²⁵RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. El sistema de la Religión de Estado (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 32, 03 de set. 1871, p. 278.

Nessa forma de organização pública do direito de crenças, a liberdade religiosa, conforme sua concepção, estaria totalmente assegurada mediante a neutralidade do Estado em relação às instituições religiosas diversas, tudo em consonância com sua aceção de Direito Constitucional. Além disso, a defesa de tal “modelo” consistiria em mais um exemplo em que Ramírez buscou conciliar tanto elementos mais liberais, quanto mais republicanos na conformação de uma esfera pública a ser consolidada no Uruguai:

Todas as objeções e dificuldades desaparecem ante essa organização simples e clara, como tudo o que se ajusta aos verdadeiros princípios do direito. As forças individuais ficam completamente livres e a força social, como laço de união entre todas elas, sem confundir-se realmente com nenhuma. O Estado não adota uma religião determinada, nem protege indiferentemente a várias; assegura o exercício de todas, impedindo que a liberdade de um ataque a liberdade de outra ou que qualquer uma delas se emancipe dos deveres sociais.¹⁰²⁶

De modo a dar continuidade às suas argumentações públicas a respeito dessa proposta de separação entre Estado e Igreja, Ramírez fez questão de refutar as críticas feitas a esse “sistema”, cujos elaboradores recorriam, grosso modo, à hipótese de que se formariam “Estados dentro do Estado”¹⁰²⁷ e, conseqüentemente, um terreno fértil para a Igreja Católica. O exemplo dessa religião, para essa finalidade, era usualmente colocado, no debate público, devido à sua influência, predominância e poder históricos, o que, inclusive, poderia comprometer a existência das “sociedades modernas”.¹⁰²⁸ No entanto, segundo a visão do professor de Direito Constitucional, era algo que também não se sustentava, pois, tendo o Estado “[...] uma independência igual, não pode sofrer invasão em seu domínio próprio, como não pode invadir o domínio estranho.”¹⁰²⁹

Na direção oposta, também havia as críticas sustentadas pelo receio de que as Igrejas acabariam, minguariam caso essa independência entre o Estado e aquelas fosse estabelecida, de fato. E, da mesma forma, Ramírez se pôs a refutá-las assim como o fez em relação às que acreditavam no oposto. Conforme sua concepção, a “fé verdadeira”, espontânea, nunca teria

¹⁰²⁶RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. Protección de varios cultos – Independencia recíproca del Estado y las Iglesias (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 33, 10 de set. 1871, p. 317.

¹⁰²⁷Ibid., p. 318.

¹⁰²⁸Ibid.

¹⁰²⁹Ibid., p. 319.

fim, diferentemente da que fosse imposta de algum modo aos indivíduos.¹⁰³⁰ Portanto, para Ramírez:

A experiência é decisiva a este respeito. O povo, onde mais radicada existe a independência recíproca do Estado e as Igrejas, é, também, o povo onde a ordem religiosa se revela com mais espontaneidade, com mais vigor, com mais fecundidade de propaganda.¹⁰³¹

Para dar mais autoridade a seus argumentos em relação a essa última categoria de críticas à independência entre Estado e Igreja, Ramírez recorreu, mais uma vez, ao exemplo dos EUA.¹⁰³² Mas, dessa vez, a partir das análises político-sociais e informações fornecidas por Frederick Grimke¹⁰³³, de quem também se mostrou ter sido um assíduo leitor, conforme já vimos no capítulo 2. Desse modo, destacou que, naquele país, as Igrejas nunca tinham sido vinculadas ao Estado, o que não fez com que elas sucumbissem a tal separação. Pelo contrário: o crescimento dessa instituição, verificado pelo aumento da quantidade de espaços ligados a ela ao longo do século XIX, foi “[...] obra dos próprios esforços da Igreja, obra da espontânea caridade dos fiéis”.¹⁰³⁴

Na sequência de tais argumentos, explicitou o diálogo político-intelectual com outro jurista e escritor latino-americano de seu contexto, o colombiano Florentino González. Desse letrado oitocentista, Ramírez “tomou emprestadas” as análises, feitas por aquele constitucionalista, em relação aos “Estados Unidos de Colômbia”¹⁰³⁵, mostrando que foram os próprios setores católicos colombianos os propositores de tal separação e manutenção da liberdade religiosa. Assim como igualmente havia defendido o intelectual católico José Manuel Estrada na Argentina, no mesmo contexto¹⁰³⁶:

¹⁰³⁰ RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. Protección de varios cultos – Independencia recíproca del Estado y las Iglesias (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 33, 10 de set. 1871, p. 321.

¹⁰³¹ Ibid., p. 322.

¹⁰³² Aqui, dialogamos diretamente com o que afirma José Murilo de Carvalho a respeito da recorrência, por parte dos escritores brasileiros do século XIX, aos nomes e obras de escritores estrangeiros como forma retórica de atribuir uma autoridade às suas próprias argumentações públicas nos debates dos quais participaram. Ver: CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 123-152, 2000. Nesse sentido, concebemos que Ramírez agiu da mesma forma em outros vários momentos, ao recorrer, de forma retórica, aos nomes e ideias de autores estrangeiros a fim de convencer seus interlocutores e embasar seus argumentos públicos, conforme ainda veremos.

¹⁰³³ RAMÍREZ, Op. cit., p. 322.

¹⁰³⁴ Ibid., p. 322-323

¹⁰³⁵ Ibid., p. 323.

¹⁰³⁶ Ver: CASTELFRANCO, Diego. De la “Iglesia libre en el Estado libre” a la amenaza del “Estado ateo”: José Manuel Estrada y su trayectoria intelectual. In: DI STEFANO, Roberto; SILVA, Ana Rosa Clouet da (Orgs.). *Catolicismos en perspectiva histórica*. Brasil e Argentina em diálogo. 1a ed. – Santa Rosa: IEHSOLP Ediciones, 2020, p. 83-111.

Nos Estados Unidos de Colômbia, diz o doutor D. Florentino González, distinto cidadão desse país, o clero católico contribuiu poderosamente para que se aprovasse a disposição constitucional que, em 1853, declarou livre a profissão pública ou privada de qualquer religião ou culto, separou a Igreja Católica do Estado e revogou todas as leis que tinham relação com esse estabelecimento. Quando o Ditador Mosquera¹⁰³⁷ restabeleceu, em 1861, o patronato, o clero resistiu a tal medida e o país apoiou sua resistência de tal modo, que, enfim, em 1867, teve que se restabelecer por completo a liberdade religiosa que existia anteriormente, com a qual terminaram os distúrbios a que havia dado lugar o restabelecimento do patronato.” (*Derecho Constitucional*, Sec. IV) [aspas inseridas por Ramírez somente no final da citação da obra de González].¹⁰³⁸

Assim como Ramírez, Florentino González também era leitor de Grimke e Stuart Mill, duas das referências que o jurista oriental mais mobilizava em seus escritos públicos para tratar sobre os princípios republicanos e liberais acerca do que entendia sobre Direito Constitucional.¹⁰³⁹ Além disso, o jurista colombiano também foi um defensor do federalismo, do mesmo modo que Ramírez.¹⁰⁴⁰ Tais usos, mais uma vez, indicam-nos que Ramírez buscou, nos mais diversos autores de seu contexto, as ideias e os argumentos para tratar sobre esses e outros temas de interesse público, inclusive a questão da separação do Estado e das Igrejas. Desse modo, podemos conceber que o publicista uruguaio esteve aberto aos elementos teóricos que mais “serviam” para a reiteração e defesa pública de seu projeto de reformulação da Constituição uruguaia no que tange a esse último tópico.

Nesse sentido, esse processo de separação entre Estado e Igreja, em si mesmo, não seria o motivador de um “perigo moral” resultante dessa mudança, haja vista, segundo a concepção de Ramírez, que as crenças, referentes a qualquer religião, poderiam, de algum modo, tangenciar as instituições sem a intervenção de autoridades públicas. Dessa forma, seu argumento foi o de que as religiões não dependem de nenhuma ação estatal que favorecesse essa interconexão oficialmente, de qualquer agente do Estado, para subsistirem:

¹⁰³⁷ Acreditamos que, muito provavelmente, tanto González quanto Ramírez se referiram ao então presidente colombiano, o general Tomás Cipriano Mosquera, o qual ocupou o cargo político máximo daquele país por várias vezes, entre os anos de 1845 e 1867, tendo oscilado politicamente entre os setores conservadores e os liberais. Para mais informações sobre a história política colombiana, ver: DEAS, Malcolm. Venezuela, Colombia y Ecuador. In: BETHELL, Leslie (Org.). *Historia de América Latina*. T. 6. América Latina Independiente, 1820-1870. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, p. 175-201.

¹⁰³⁸ RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. Protección de varios cultos – Independencia recíproca del Estado y las Iglesias (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 33, 10 de set. 1871, p. 323, grifos do autor, inserção nossa.

¹⁰³⁹ Sobre o pensamento e atuação de Florentino González no século XIX, ver: ARBOLEDA, Fernando León Tamayo. Autoritarismo y liberalismo. Una mirada a partir de la obra de Florentino González a la ideología liberal en Colombia en el siglo XIX. *Estudios Políticos*. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/164/16452081006/html/>. Acesso em: 13/09/21.

¹⁰⁴⁰ Ibid.

Não há o perigo moral que se pretende ver na separação da Igreja e do Estado; essa separação não importa, de maneira alguma, dizer que o verdadeiro espírito religioso jamais penetre na norma das funções públicas; não importa, de maneira alguma, estabelecer o divórcio entre as instituições e as ideias teológicas. As funções do Estado ficam completamente abertas aos sectários de todas as crenças religiosas, e no desempenho dessas funções, em sua esfera legítima, em suas atribuições naturais, cada qual aplicará o espírito e a norma de sua profunda fé. Se o evangelho encerra a última palavra da moral e do direito, destinada a centralizar as inteligências dispersas nas divagações das utopias estéreis, o evangelho se infiltrará, sem dúvida, em todas as fases da legislação sem necessidade de que os representantes do Estado o proclamem e defendam como um livro divino, dando lugar ao que os representantes de amanhã o anatematizem e persigam como uma impostura sacrílega. Longe de que essas religiões necessitem da aliança estreita do Estado para subsistir sobre a terra, só podem elas subsistir com estabilidade e brilho, arrebatando a essência de sua organização e de seus dogmas, ao fluxo instável das tempestades civis.¹⁰⁴¹

E, mais uma vez, recorreu aos postulados enunciados por Tocqueville para embasar suas proposições a respeito do tema da independência entre Igreja e Estado. Aqui, percebemos que foi a primeira vez que Ramírez se utilizou dos elementos teóricos tocquevilleanos para tratar sobre a autonomia entre os dois âmbitos entre si. Embora o intelectual uruguaio não tenha mencionado explicitamente o trecho da obra do filósofo político francês da qual se utilizou em seus argumentos, conseguimos identificar que tais ideias estão contidas no livro I de *A Democracia na América* (1835). Mais especificamente na seção em que Tocqueville tratou sobre as “leis e costumes” que “influenciavam” na “manutenção da república democrática nos Estados Unidos”¹⁰⁴², os quais se mostraram propícios para a separação entre a Igreja e o Estado na “República do Norte”:

“[...] unindo-se a religião às diferentes autoridades políticas, não seria possível senão contrair uma aliança onerosa. Não tem necessidade do arrimo delas para viver, e pode morrer servindo-as. O perigo que acabo de destacar existe em todos os tempos, mas nem sempre é tão visível. Há séculos em que os governos parecem imortais e outros em que se diria que a existência da sociedade é mais frágil que a de um homem. *Certas constituições mantêm os cidadãos em uma espécie de sono letárgico, e outras os entregam a uma agitação febril.* Quando os governos parecem tão fortes e as leis tão estáveis, os homens não advertem os riscos que pode correr a religião irmanando-se com o poder. *Quando os governos se mostram tão débeis e as leis tão variáveis, o perigo chama todos os olhares, mas, então, costuma-se haver*

¹⁰⁴¹RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. Protección de varios cultos – Independencia recíproca del Estado y las Iglesias. (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 33, 10 de set. 1871, p. 323-324.

¹⁰⁴²Ver: TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Leis e costumes. De certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. Livro I. Tradução: Eduardo Brandão. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 337-338.

*tempo de retirar-se dele [...]. À medida que uma nação toma um estado social democrático, e se veem inclinar as sociedades em direção à república, faz-se mais perigoso unir a religião à autoridade; porque se aproximam os tempos em que a autoridade vai passar de mão em mão, em que as teorias políticas se sucederão umas às outras, e em que os homens, as leis e, ainda, as constituições desaparecerão ou se modificarão a cada dia, e isso não por espaço de certo tempo, mas sim sem cessar. A agitação e a instabilidade são próprias das repúblicas democráticas, do mesmo modo que a imobilidade e o sono formam a lei das monarquias absolutas.*¹⁰⁴³[...] [sem aspas, pois a citação de Tocqueville continua].¹⁰⁴⁴

Aqui, o intelectual oriental procurou se fundamentar, mais uma vez, nos escritos do filósofo político francês de modo a endossar o que projetava para a sua realidade nacional, a respeito da hipótese de que somente em um Estado democrático e estável de direito é que seria possível amenizar as ameaças da interdependência entre Estado e Igreja. Para isso, seria necessária uma Constituição bem pensada e consolidada, na teoria e na prática, de modo a proporcionar tal “fórmula” harmônica do poder na esfera pública. Além disso, destacamos os trechos no excerto acima de modo a tratar sobre um ponto que consideramos fundamental para compreendermos alguns significados de “Constituição” nas propostas de Ramírez. Para o jurista oriental, a partir de suas leituras de Tocqueville, uma República, e os costumes decorrentes desse sistema de governo, caracterizar-se-ia pela estabilidade política em meio à “agitação democrática”, ao passo que a monarquia e seus valores consistiriam em um “modelo” oposto, marcado pela “imobilidade”.

Em outros termos, a República, com suas leis e costumes próprios, sustentadores de um governo estável, seria o regime propício para o estabelecimento de mudanças no tempo, para a reformulação dos direitos dos cidadãos conforme mudanças da sociedade, ou seja, indicava a modernidade em aberto.¹⁰⁴⁵ E, como podemos perceber, o intelectual oriental buscou mobilizar,

¹⁰⁴³Este trecho específico também está contido no já referido livro I d’*A Democracia na América*, de Tocqueville. Ver: TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Leis e costumes. De certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. Livro I. Tradução: Eduardo Brandão. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 350-351.

¹⁰⁴⁴RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. Protección de varios cultos – Independencia recíproca del Estado y las Iglesias. (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 33, 10 de set. 1871, p. 324, grifos nossos, inserções nossas.

¹⁰⁴⁵Neste ponto, dialogamos diretamente com os autores que tratam sobre as relações entre a História Intelectual, a História Conceitual, as tensões entre diversas temporalidades e da coexistência de elementos, em tese, mais ligados à tradição e aos mais próximos da modernidade política ao longo do século XIX tanto na Europa quanto na América Latina, quais sejam: KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Tradução: Markus Hediger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020; GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid, Editorial MAPFRE-S.A., 1992; PALTÍ, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007; PALTÍ, Elías. Historia de ideas e historia de lenguajes políticas. Acerca del debate en torno a los usos de los términos “pueblo” y “pueblos”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 325-343, jul. 2005; PALTÍ, Elías. Las polémicas en el liberalismo argentino. Sobre virtud,

de modo instrumental, tais ideias do filósofo político francês, visando à reformulação constitucional que almejava, a qual proporcionaria, também, a separação entre a Igreja e o Estado uruguaios. Assim, a nação republicana que projetou possuiria mais um elemento que a fizesse ser considerada como tal.

Como já percebemos a partir das intervenções públicas de Ramírez, seu objetivo foi o de prezar pela liberdade religiosa de modo que não houvesse um privilégio, concedido pelo Estado uruguaio, a alguma delas em relação às demais, de modo que não houvesse exclusão de nenhuma crença e pensamento no âmbito público. Desse modo, ao que tudo indica, a sociedade estadunidense também se mostrava como um referencial para tais anseios que defendia para o contexto político-cultural uruguaio, expressada pelos preceitos colocados por juristas dos EUA. Um deles foi Joseph Story (1779-1845), do qual Ramírez compartilhou tais ideias. Story, em seus comentários a respeito da Constituição estadunidense¹⁰⁴⁶, também tratou sobre a nocividade da dependência entre Estado e Igreja dentro de uma nação que intencionasse ser democrática e a favor da participação político-institucional dos membros representantes das diversas religiões.¹⁰⁴⁷ Da mesma forma, também eram indicações teóricas que prezavam pela inviabilização das perseguições religiosas dentro de uma sociedade que se propusesse democrática e republicana.¹⁰⁴⁸

Story também foi uma referência para Ramírez devido à sua defesa das emendas constitucionais. Essa possibilidade era bem-vista por Ramírez, uma vez que sua intenção era “reformular” pontos da Constituição uruguaia de 1830, principalmente no que tange à

republicanismo y lenguaje. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS Rafael (Orgs). *El republicanismo en hispanoamerica*. Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 167-209. Mais especificamente sobre a relação e as tensões entre os conceitos de republicanismo, de liberalismo e os usos desses termos para a formação da política uruguaia moderna, dialogamos diretamente com o que tratam Gerardo Caetano e Javier Gallardo em seus respectivos trabalhos: CAETANO, Gerardo. Genealogías de la política uruguaya moderna: el liberalismo como “concepto fundamental” y su primacía sobre el republicanismo en el siglo XIX. *Claves*. Revista de Historia, n. 2, p. 111-143, jan-jun. 2016; GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígenes de la democracia uruguaya. *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, vol. 5, núm. 9, p. 3-44, 2003. Nesse sentido, entendemos, em diálogo com o que propõe Elías Palti, que, em História Intelectual, não é possível conceber a tradição e a modernidade como “modelos” ou conjuntos de ideias e elementos temporais totalmente opostos entre si. Assim, estamos alinhados às críticas de Palti às ideias de “modernidade” e de “temporalidade” existentes tanto em Reinhart Koselleck quanto em François-Xavier Guerra. Sobre esse ponto, ver: PALTÍ, Elías José. Koselleck y la idea de *Sattelzeit*: Un debate sobre modernidad y temporalidad. *Ayer*, n. 53 (1), p. 63-74, 2004; PALTÍ, Elías José. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 35, p. 4-23, dez. 2016.

¹⁰⁴⁶Esta obra de Story é composta por três tomos. Não conseguimos ter contato com o volume citado por Ramírez, mas tivemos acesso à seguinte tradução para o espanhol do mencionado pelo intelectual uruguaio, realizada pelo jurista e publicista argentino Nicolás Calvo, em 1864, e reeditada em 1888: STORY, Joseph. *Comentario sobre la Constitución Federal de los Estados Unidos (1830)*. Tomo I – IV. Tradução: Nicolás Calvo. Buenos Aires: Imprenta La Universidad, 1888, p. 572-574.

¹⁰⁴⁷Ibid.

¹⁰⁴⁸Ibid.

desconstrução das relações entre Estado e Igreja ainda preconizados pela Carta Magna Oriental. Assim, tomando como referência os exemplos de alguns estados da “República do Norte”, muitos dos quais se mantiveram sob a égide dessa inter-relação entre a religião e o Estado, Ramírez argumentou, ainda com base em Story, que tal dependência foi se desfazendo com o tempo:

Por isso, diz Story, que *os exemplos da história nacional* ilustravam aos legisladores da União e, assim, nas vinculadas ações e reações do progresso, a experiência dos Estados produziu a célebre emenda da Constituição federal, e a emenda da Constituição federal serviu de modelo a todas as Constituições locais. Hoje, nos Estados Unidos, a separação do Estado e das Igrejas impera desde o golfo mexicano até o estreito de Behring, e desde o Oceano Atlântico até o Oceano Pacífico.¹⁰⁴⁹

E, de modo alinhado ao que vimos analisando, o projeto de reconstrução nacional e constitucional de Ramírez, cada vez mais, embasava-se em referenciais externos, ora franceses, ora latino-americanos, mas principalmente os estadunidenses. Outro exemplo disso foi sua menção à Constituição do estado norte-americano do Maine, tendo o jurista oriental destacado, nas páginas de *La Bandera Radical*, ainda em suas *Conferencias de Derecho Constitucional*, o seguinte trecho:

[...] há mais de meio século que, nas Constituições da maior parte dos Estados Norte-americanos, existem artigos semelhantes ao que tomamos da Constituição de *Maine*: “Todos os homens têm o direito natural e inalienável de adorar a Deus Todo Poderoso de acordo com os ditados de sua própria consciência, e ninguém será perseguido, molestado nem restringido em sua pessoa, liberdade ou estado, por adorar a Deus no modo e forma mais agradável aos ditados de sua própria consciência, nem por seus princípios ou sentimentos religiosos, contanto que não perturbe a paz pública ou atrapalhe aos outros em seu culto, – e todas as pessoas que permaneçam pacificamente como bons membros do Estado estarão igualmente sob a proteção das leis, e não se estabelecerá, pela lei, nenhuma subordinação ou preferência de uma seita ou religião sobre outra, nem se exigirá um juramento religioso como condição para exercer postos públicos ou cargos desse Estado, e todas as sociedades religiosas terão sempre o *exclusivo* direito de eleger seus Ministros e de obrigar-se com eles para sua sustentação e manutenção”. Queiram os céus que algum dia toque a algum de nós proclamar e defender preceitos tão charmosos na Assembleia que tome sobre si a obra da reconstrução da pátria!¹⁰⁵⁰

¹⁰⁴⁹RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. Protección de varios cultos – Independencia recíproca del Estado y las Iglesias (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 33, 10 de set. 1871, p. 327, grifos do autor.

¹⁰⁵⁰Ibid., p. 328, grifos e aspas do autor.

Nesse sentido, como podemos perceber, para pensar e reconstruir política e juridicamente a nação, mais especificamente por meio dos princípios constitucionais relativos à separação entre a Igreja e o Estado, Ramírez, mais uma vez, não deixou de considerar os elementos teóricos e político-culturais provindos de outros países, fossem eles latino-americanos, dos Estados Unidos ou da Europa (França). Assim, percebemos que todas as possibilidades político-intelectuais, dos mais variados vieses, poderiam ser válidas para esse fim, desde que bem “ajustadas” entre si em relação à realidade uruguaia, estando elas, assim, também no seu devido “lugar”.¹⁰⁵¹

As críticas de Ramírez à relação entre Estado e Igreja, e suas consequências decorrentes de tal retroalimentação, não passaram despercebidas pelos setores católicos. No número 33 de *La Bandera Radical*, Ramírez abriu espaço para a manifestação do periódico *El Mensajero del Pueblo* acerca das intervenções, feitas por ele, na décima segunda conferência.¹⁰⁵² No referido artigo de resposta, o autor, cujo nome não é mencionado por Ramírez, afirmou que os argumentos do professor de direito constitucional possuíam uma “base falsa”.¹⁰⁵³ Além disso, que tais propostas fariam com que a “paz desaparecería do seio das famílias, estabelecendo-se nelas a mais espantosa anarquia, a guerra mais desastrosa, a guerra sustentada pela diversidade e oposição de crenças e de moral”.¹⁰⁵⁴

Valendo-se do seu direito ainda constitucional, o *Mensajero del Pueblo* também defendeu que tais ideias sobre a liberdade religiosa, divulgadas por Ramírez em *La Bandera Radical*, violariam, por sua vez, as liberdades da Igreja Católica, essa estabelecida desde 1830 como a religião oficial do Estado uruguaio: “As teorias assentadas no discurso que nos ocupa são [...] um ataque injusto e atentatório contra os direitos inquestionáveis da *única e verdadeira*

¹⁰⁵¹ Aqui, fazemos referência aos debates teóricos sobre se as ideias estão ou não em seus “lugares”, principalmente na América Latina. Desse modo, retomamos as indicações de Carlos Altamirano, Elías Palti e Adriane Vidal Costa, as quais destacamos ainda na introdução de nossa tese e que seguimos para tratar da circulação e ressignificação das ideias em variados contextos político-culturais e intelectuais ao longo da história. Sobre esse debate, ver: ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005; PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007; PALTI, Elías J.; COSTA, Adriane Vidal. Prefácio - Os lugares das ideias na América Latina. In: PALTI, Elías J.; COSTA, Adriane Vidal (Orgs.). *História intelectual e circulação de ideias na América Latina nos séculos XIX e XX*. 1ª ed. - Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2021, p. 5-11.

¹⁰⁵² Esta décima segunda conferência, alvo da crítica do periódico católico, foi publicada no seguinte número de *La Bandera Radical*: RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XII. RELACIONES DEL ESTADO Y LAS IGLESIAS. El sistema de la Religión de Estado (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 32, 03 de set. 1871, p. 276-286.

¹⁰⁵³ RAMÍREZ, Carlos María. El catolicismo y la libertad religiosa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 33, 10 de set. 1871, p. 329.

¹⁰⁵⁴ Ibid., p. 331.

religião, a Católica, Apostólica Romana”.¹⁰⁵⁵ Ao referido artigo do periódico católico, Ramírez respondeu da seguinte forma:

Este artigo, longe de contrariar-nos, foi de grande utilidade para nossas discussões de classe; suas apreciações nos serviram de exemplo para comprovar o perigo da doutrina que faz do direito a faculdade de fazer o que o dever prescreve, o dever em ação, a moral em prática. Em nome dessa doutrina, o *Mensajero del Pueblo* condena a liberdade religiosa, essa conquista da civilização moderna, e [...] justifica todos os crimes da Inquisição, essa desonra da civilização que terminou e que não voltará jamais. As conferências posteriores que o *Mensajero del Pueblo* refutou, definindo a nossa ideia, bastam para a impugnação do artigo transcrito; em nossa doutrina, não há a mínima intenção de ferir o direito da religião católica; queremos para ela o que queremos para todas: completa posse de seus destinos, independência, liberdade; não queremos para ela o que não queremos para nenhuma nem para nós mesmos: o apoio da força que deve estar a serviço da liberdade de todos, nem o apoio do dinheiro, que deve destinar-se à manutenção exclusiva da força.¹⁰⁵⁶

O pensamento de José Manuel Estrada se mostrou, mais uma vez, uma ferramenta teórica e discursiva válida, para Ramírez, dentro do debate sobre a relação entre Estado e Igreja que levou a cabo *na e pela* esfera pública uruguaia. Conforme vimos percebendo em vários momentos, o publicista oriental entendia que o nome de Estrada consistia em um elemento de autoridade retórica no que dizia respeito à questão religiosa de seu contexto, tão discutida pelo escritor argentino. Desse modo, o professor de Direito Constitucional o enxergava como o “mais enérgico e erudito defensor do catolicismo no Rio da Prata, a vigorosa inteligência que pode servir de *contrapeso* à influência da propaganda racionalista de Bilbao.”¹⁰⁵⁷

Ao destacarmos o termo “contrapeso”, no excerto anterior, buscamos indicar uma forma de analisar tal expressão utilizada por Ramírez. Assim como propunha em relação à pacificação e reconstrução nacionais, caracterizada pelo fim das guerras civis entre os partidos tradicionais e a busca da estabilidade, a “moderação” política, Ramírez também o fazia em relação à questão religiosa. Em outros termos, o que argumentamos é que o jurista oriental procurava, também no plano político-intelectual, encontrar o “equilíbrio” por meio dos usos das ideias de publicistas representantes de vertentes teóricas distantes em seus pressupostos, no que tange aos temas relativos ao Estado, ao republicanismo e ao catolicismo.

¹⁰⁵⁵ RAMÍREZ, Carlos María. El catolicismo y la libertad religiosa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 33, 10 de set. 1871, p. 331-332.

¹⁰⁵⁶ Ibid., p. 332, grifos do autor.

¹⁰⁵⁷ Ibid., p. 333, grifos nossos.

Por outro lado, reiteramos: a recorrência ao nome de Estrada provavelmente foi feita de modo intencionalmente instrumental por parte de Ramírez, no sentido de aquele, mesmo tendo sido um conservador católico, ter defendido a separação entre Estado e Igreja na Argentina. Assim, as menções de Ramírez ao nome do publicista portenho podem ser entendidas como formas conscientes na obtenção de sucesso em propor suas ideias a respeito da liberdade religiosa, de que elas podiam ser “ouvidas” e, talvez, relativamente aceitas pelas ordens católicas de então. Nesse sentido, recorrendo, mais uma vez, às ideias de Estrada – dessa vez, a um silogismo, utilizado pelo intelectual argentino, para tratar sobre a questão religiosa em seu país –, Ramírez afirmou:

[...] preferimos contestar o *Mensajero del Pueblo* com o testemunho de um *de seus irmãos na fé* [...]. Fala o Sr. Estrada, em um capítulo de seu opúsculo sobre a Igreja e o Estado, cremos que o *Mensajero* o escutará sem prevenção e sem escrúpulos de consciência: “O raciocínio dos católicos que se opõem à reforma *abolição da religião de Estado* (sic) é conversível no seguinte silogismo:

- A Religião é necessária para a organização das sociedades e a solidez dos direitos comuns;
- O estabelecimento legal da verdadeira Igreja é necessário para consolidar a influência da religião;
- Logo, deve-se conservar a legislação que reconhece uma Igreja estabelecida. Das premissas desse silogismo, uma é certa, a maior; outra é falsa, a menor; e, portanto, é falsa a consequência, sendo regra de lógica que a consequência segue a pior condição das premissas. [...] E ao rechaçar a segunda premissa do raciocínio que discuto, devo declarar, sob minha fé de cristão, que rechaço, também, a doutrina formulada neste programa revolucionário: “SEPARAÇÃO ABSOLUTA DA IGREJA E DO ESTADO”. A sociedade não é, nem deve, nem pode ser atea. A sociedade é religiosa. A sociedade moderna é cristã [Ramírez utilizou as aspas exatamente do modo que consta neste trecho].¹⁰⁵⁸

Como podemos perceber, a transcrição de mais esse trecho, por parte de Ramírez, dos escritos de Estrada indicava que o intelectual uruguaio compartilhava das ideias do publicista católico argentino no que tange ao tema das relações entre Igreja e o Estado. Ambos concordavam com a necessidade da separação dos dois âmbitos de modo que a liberdade religiosa pudesse existir. No entanto, como podemos perceber, Ramírez também endossava a ideia de Estrada a respeito de uma separação que não fosse “absoluta”, pois, tanto para o uruguaio quanto para o argentino, a sociedade não poderia ser “atea”, o que, a nosso ver, explicita os limites de seu laicismo. Isso, conforme a leitura de Diego Castelfranco a respeito dos escritos de Estrada, devia-se ao fato de que o publicista argentino entendia que um Estado

¹⁰⁵⁸RAMÍREZ, Carlos María. El catolicismo y la libertad religiosa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 33, 10 de set. 1871, p. 333-334, grifos do autor, inserção nossa, maiúsculas no original.

“ateu” incorreria no “utilitarismo” exacerbado, gerador de “enganos e corrupção”.¹⁰⁵⁹ Ao que tudo indica, acreditamos que Ramírez, por ter publicado a transcrição de forma não matizada de tais escritos de Estrada, provavelmente também pode ter sido adepto da ideia de a separação não dever ser “absoluta”, concordando, assim, com essa crítica do intelectual argentino aos riscos do “utilitarismo”.

Nesse sentido, esse “meio termo” também poderia ser entendido como um modo de suas propostas de separação entre Estado e Igreja não possuírem um caráter “radical” para o seu contexto e, assim, buscar uma mediação junto à própria Igreja Católica em relação a esse tema, prezando por algo maior, ou seja, pela liberdade religiosa e a ampliação da esfera pública. Embora a concepção laicista de Ramírez esteve mais ligada às ideias de “moral laica” e de “fé cívica”, como mostramos no capítulo 2, também podemos identificar que seu secularismo foi composto por essa proposta de cunho “separatista” a respeito dos âmbitos estatal e da Igreja, o que consistia na primazia de uma esfera pública sobre o âmbito privado. Ambos os referidos tipos de laicismo compuseram a “cultura laicista” uruguaia iniciada no século XIX, conforme defende Gerardo Caetano.¹⁰⁶⁰

3.2.8. O Direito Constitucional e as liberdades de pensamento e de imprensa

Após ter feito suas considerações a respeito da liberdade de consciência, referentes às relações entre o Estado e a Igreja Católica (e às demais religiões), Ramírez passou a tratar sobre a liberdade de pensamento. A definição, dada pelo intelectual uruguaio à tal liberdade, foi a seguinte: “[...] manifestações da liberdade humana no desenvolvimento da atividade intelectual [...] a liberdade de pensamento, ou melhor dizendo, a *liberdade da palavra falada* e da *palavra escrita*”.¹⁰⁶¹ Ao introduzir o tema, Ramírez expressou, mais uma vez, algo que, a nosso ver, também vai ao encontro do que vimos defendendo em nossa pesquisa: a função de mediador cultural que o publicista deveria ter na esfera pública, seja na acepção relativa ao jornalista político ou do profissional do Direito Público. Assim, tal atividade seria praticada em prol dos “interesses do país”, das “instituições livres” e como “garantia política dos cidadãos”:

¹⁰⁵⁹CASTELFRANCO, Diego. De la “Iglesia libre en el Estado libre” a la amenaza del “Estado ateo”: José Manuel Estrada y su trayectoria intelectual. In: DI STEFANO, Roberto; SILVA, Ana Rosa Cloclot da (Orgs.). *Catolicismos en perspectiva histórica*. Brasil e Argentina em diálogo. 1a ed. – Santa Rosa: IEHSOLP Ediciones, 2020, p. 95.

¹⁰⁶⁰GAETANO, G. Laicidad, ciudadanía y política en el Uruguay contemporáneo: matrices y revisiones de una cultura laicista. *Revista Cultura & Religión*, v. 7, n. 1, 30 dic. 2013b, p. 120.

¹⁰⁶¹RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIV. LA LIBERTAD DEL PENSAMIENTO. El régimen preventivo y el régimen penal (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 35, 24 de set. 1871, p. 413, grifos do autor.

[...] Creio poder afirmar que sobre nenhuma matéria se escreveu tanto como sobre essa e que nenhum outro princípio social arrancou jamais tantos acentos de eloquência, ao engenho dos publicistas modernos. Afortunadamente, a parte generalizadora e artística, por assim dizer, da doutrina da liberdade do pensamento se vulgarizou muito com a propaganda da imprensa que, ao defender essa causa, defendeu junto com a de seus mais vitais interesses, a dos mais vitais interesses do país. Meu trabalho se reduzirá a certo estabelecimento de princípios e certo exame legal, que costumam descuidar-se nas elucubrações do debate diário. Desde cedo, devo observar, e essa observação é importante, que a liberdade do pensamento pode encarar-se sob dois aspectos bem distintos: como um direito natural, imprescritível, inalienável da natureza humana – ou como uma garantia política dos cidadãos, um elemento que se chama *instituições livres*, experiência indispensável de determinadas formas de governo.¹⁰⁶²

Ramírez reconhecia a liberdade de pensamento como sustentáculo da democracia e dos direitos populares, conforme reiterava. No entanto, também argumentava que tal princípio seria maior do que o âmbito político, ou seja, seria algo próprio da “alma humana”, acima das variadas formas de governo:

É geral que se encare a liberdade do pensamento sob o segundo aspecto. Essa liberdade, é certo, em suas aplicações à organização e à marcha do Poder Social, é a melhor e mais poderosa salvaguarda de todos os direitos populares, o mais incontestável muro aos embates da arbitrariedade e da usurpação; também é certo que sem essa liberdade assegurada, as instituições carecem de apoio e de força, de estabilidade e de progresso; é certo, enfim, que não se compreende uma forma de governo baseada no princípio da soberania do povo e na conseguinte responsabilidade dos funcionários públicos, sem a manutenção da liberdade que pode marcar o curso dessa soberania e designar eficazmente os casos dessa responsabilidade. Mas o rol que a liberdade do pensamento assume na conexão de suas aplicações com o jogo da organização política não deve servir de base às apreciações sobre sua natureza e seus grandes fundamentos filosóficos. A liberdade do pensamento é, sem dúvida, uma sublime garantia política, mas é, também, e antes de tudo, um direito essencial da alma humana, um atributo pessoal independente do mecanismo político e superior às formas constitutivas de governo.¹⁰⁶³

Utilizando-se, mais uma vez, de uma retórica que mesclava elementos ligados ao sentimental com o racional, Ramírez buscou relacionar Deus com a razão, mais especificamente no que tange à palavra falada, à palavra escrita e à palavra impressa – fosse essa publicada pela imprensa ou em formato de livro. Assim, as ideias e sentimentos vinham ao homem por meio da palavra dada a ele por Deus e, sendo da “natureza” do indivíduo a sociabilidade e a

¹⁰⁶²RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIV. LA LIBERTAD DEL PENSAMIENTO. El régimen preventivo y el régimen penal (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 35, 24 de set. 1871, p. 413-414, grifos do autor.

¹⁰⁶³Ibid.

comunicação com outros indivíduos, a palavra deveria ser divulgada para que os demais pudessem ter igualmente contato com ela:

A sociedade está devidamente obrigada a respeitar o pensamento humano, mas esse pensamento, longe de ser uma força retraída ou apática, é uma grande força reveladora e expansiva, que morre de tristeza e de debilidade no espírito, enquanto na comunicação eterna se reveste de esplendor e de grandeza, fortifica-se e se depura. Por sua natureza e por sua essência, o pensamento reclama outros pensamentos que lhe escutem e até outros pensamentos que o contradigam. O homem é eminentemente sociável, e antes e mais ainda que o produto de suas faculdades físicas, necessita trocar com seus semelhantes o produto de suas faculdades intelectuais e morais – suas ideias e sentimentos. Para satisfazer essa primordial necessidade de sua natureza, Deus deu ao homem a palavra, e a palavra se condensou na escrita, e a escrita se estendeu pelo mundo com a prensa. A palavra falada, a palavra escrita, a palavra impressa não são senão manifestações do pensamento humano, que é igualmente sagrado em todas elas. Falar, escrever, publicar pela imprensa, o que a razão me dita e o coração me inspira; vejo, nos instrumentos aperfeiçoados da difusão das ideias, um complemento indispensável e legítimo de minhas próprias faculdades essenciais; tenho o direito de pedir a liberdade do pensamento pela palavra, pela escrita e pela prensa.¹⁰⁶⁴

Assim, quando relacionadas com o poder, as palavras faladas e escritas teriam uma “vantagem” em relação à palavra impressa, à palavra divulgada publicamente, pois aquelas duas primeiras, restritas ao âmbito privado e interior do indivíduo, estariam inicialmente imunes aos atos “arbitrários”, a não ser que se tornassem devidamente públicas. Daí que o pensamento, em si mesmo, seria dotado da mais completa liberdade, pois seria inviolável por natureza própria.¹⁰⁶⁵ No entanto, a prensa tipográfica consistiria, para Ramírez, em um “poderoso auxiliar do pensamento humano”, contra o qual a repressão do poder poderia voltar-se em forma de “medidas preventivas” levadas a cabo por parte das autoridades. Ou seja, a “censura” propriamente dita¹⁰⁶⁶:

O que significa a censura? Que o poder examine minhas ideias antes de conceder-me a permissão de expressá-las; que seu pensamento vem a substituir meu pensamento; que seu capricho irresponsável se coloca no lugar de minha liberdade e de minha responsabilidade. E em virtude de que princípio há de verificar-se tudo isso? Porque as simples opiniões do Poder dominarão as opiniões individuais? Necessitaremos, aqui, reproduzir, contra o que pode se chamar a opinião de Estado, nossas argumentações contra a religião de Estado? Nem em nome da maioria, nem em nome do Poder Público pode destruir-se o exercício livre das faculdades do homem. Ao fazê-lo, sai a

¹⁰⁶⁴RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIV. LA LIBERTAD DEL PENSAMIENTO. El régimen preventivo y el régimen penal (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 35, 24 de set. 1871, p. 416.

¹⁰⁶⁵Ibid., p. 417-418.

¹⁰⁶⁶Ibid., p. 419.

maioria de seu direito e o Poder Público viola o princípio essencial de sua missão.¹⁰⁶⁷

Pela Constituição uruguaia de 1830, teoricamente, a liberdade de pensamento e de imprensa estavam asseguradas em seu artigo 141¹⁰⁶⁸, o qual foi mencionado por Ramírez em suas conferências.¹⁰⁶⁹ No entanto, para o publicista de *La Bandera Radical*, havia outras formas de “censura disfarçada”, quais sejam: a solicitação de autorização ao Estado para a abertura de periódicos e, no caso da França – ao qual o constitucionalista uruguaio recorreu –, a cobrança de “fiança pecuniária” para se evitar possíveis “delitos”.¹⁰⁷⁰

No entanto, a questão da publicação sob anonimato exigiu maiores matizes por parte do professor de Direito Constitucional. Mencionando uma lei nacional de 1854¹⁰⁷¹, a qual versava sobre a obrigatoriedade de subscrição de todos os artigos publicados na imprensa, por parte dos autores, Ramírez reconhecia a necessidade da responsabilização pelo que se levava a público, de modo conciliado ao direito da liberdade de expressão. Porém, também entendia como abusivo exigir tal obrigatoriedade de se assinar todos os textos públicos, pois os articulistas poderiam ter os mais variados motivos para omitirem seus nomes. Desse modo, destacou a outra parte do já referido artigo 141 da primeira Carta Magna uruguaia, o qual sugeriria, em sua concepção, uma “solução intermediária” para a questão.¹⁰⁷² Mas tal “solução” gerava ressalvas suas a respeito, pois poderia também envolver não somente o autor das publicações, mas também o impressor em caso de cometimento dos “delitos”.¹⁰⁷³

Por outro lado, havia, também, a questão do que Ramírez denominou de “sistema repressivo”, o qual estava relacionado, segundo sua ótica, à divulgação do pensamento pela imprensa. Assim, de modo a se contrapor aos “partidários da liberdade ilimitada” ou da “liberdade irresponsável”, os quais não especificou, o jurista oriental afirmou o seguinte:

Os partidários da liberdade ilimitada, ou propriamente falando, da liberdade irresponsável, fundamentam-se em dois argumentos principais: Que as ideias

¹⁰⁶⁷RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIV. LA LIBERTAD DEL PENSAMIENTO. El régimen preventivo y el régimen penal (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 35, 24 de set. 1871, p. 419.

¹⁰⁶⁸Conforme explicita o referido artigo em sua íntegra: “CXXLI. É inteiramente livre a comunicação dos pensamentos por palavras e escritos privados, ou publicados pela imprensa em toda matéria, sem necessidade de prévia censura; ficando responsável o autor, e em seu caso o impressor pelos abusos que cometerem de acordo com a lei.”. URUGUAY. *Constitución de la República Oriental del Uruguay* (1830). Montevideo: Biblioteca Pública de Montevideo, 1847, p. 55.

¹⁰⁶⁹RAMÍREZ, Op. cit., p. 419

¹⁰⁷⁰Ibid.

¹⁰⁷¹Esta lei, ainda segundo Ramírez, tinha sido revogada em 1869. RAMÍREZ, Op. cit., p. 420.

¹⁰⁷²Ibid., p. 421.

¹⁰⁷³Ibid.

não são culpáveis, que só são culpáveis os atos; que ainda supondo culpáveis as ideias, é impossível castigar essa classe de delitos, porque a flexibilidade e a habilidade da linguagem podem burlar facilmente a mais zelosa ação da justiça. Não podemos entrar em uma extensa refutação dessa teoria, que o bom senso rechaçou em todas as partes. As ideias não são culpáveis, sem dúvida, mas sua manifestação, sua difusão pode sê-lo. A emissão do pensamento não é o pensamento mesmo; a emissão é um ato de nossas faculdades intelectuais que, como os atos de nossas faculdades físicas, encontram seu limite nos direitos de outro e nos direitos do Estado. A emissão do pensamento não é uma coisa inofensiva, conhecemos o poderio da imprensa, e conhecendo seu poderio, reconhecemos a possibilidade de suas culpas, porque os homens não se fazem infalíveis ao tomar a pluma e ao pôr a imprensa em movimento. Com o pensamento pode-se transtornar as bases de um Estado; com o pensamento, pode-se atordoar um homem.¹⁰⁷⁴

Desse modo, Ramírez expressou sua defesa de que a “emissão do pensamento”, por meio da imprensa – possuidora de um “poderio” considerável – não era algo “inofensivo”, pois tais “atos de pensamento” poderiam, inclusive, “[...] transtornar as bases de um Estado [...] atordoar um homem”.¹⁰⁷⁵ Ou seja, ao que tudo indica, o publicista sempre teve a ciência de que palavras eram atos políticos propriamente ditos. Percebemos que isso foi notório em sua trajetória político-intelectual por meio de sua atuação pública, pois exerceu tal concepção na prática, por meio da publicação de seus escritos nos periódicos com os quais colaborou.¹⁰⁷⁶ No entanto, ao mesmo tempo, também reconhecia que, se tal expressão do pensamento não fosse feita com prudência e responsabilidade públicas, poderia levar a excessos.

Assim, pelo que percebemos, Ramírez estaria, por meio de suas *Conferencias de Derecho Constitucional*, tratando, implicitamente, sobre uma ideia de opinião pública, qual seja: a que Elías Palti denominou de “proselitista”, enquanto uma arma no campo das batalhas políticas¹⁰⁷⁷, assim como já vimos no capítulo 2. Nesse sentido, entendemos que o professor da UDELAR buscou propor, implícita e juridicamente, um “meio-termo”, uma mediação entre tal “modelo político” de opinião pública com o tipo “jurídico”, esse de caráter mais neutro, de

¹⁰⁷⁴RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIV. LA LIBERTAD DEL PENSAMIENTO. El régimen preventivo y el régimen penal (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 35, 24 de set. 1871, p. 422.

¹⁰⁷⁵Ibid.

¹⁰⁷⁶Aqui, afirmamos tais pressupostos com base no diálogo teórico que estabelecemos com Quentin Skinner a partir de sua leitura do filósofo da linguagem John Austin, a respeito dos “atos de fala”, ou seja, a consideração da inter-relação entre o enunciado em si mesmo e a compreensão de seu significado quando vinculada com a própria ação de enunciá-lo. Ver: SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. Tradução: Horacio Pons. *Prismas*, Revista de historia intelectual, nº 4, 2000, p. 185.

¹⁰⁷⁷PALTI, Elías. Las polémicas en el liberalismo argentino. Sobre virtud, republicanismo y lenguaje. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS, Rafael (Orgs.). *El Republicanismo en hispanoamerica*: Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 167-209.

busca pela verdade assim como em um tribunal, de fato.¹⁰⁷⁸ Desse modo, a questão principal, para se chegar à “fórmula ideal” constitucional a respeito da liberdade de pensamento e da imprensa, era a seguinte:

O senso comum nos dita essas verdades e o argumento indicado apenas pode ter alcance para contrariar um regime de excesso na fixação dos delitos da imprensa. O mesmo pode dizer-se do outro argumento formulado. Não se nega a maior dificuldade que existe em castigar os delitos da imprensa, não é tampouco novidade que a justiça humana seja essencialmente limitada. A questão se reduz a estabelecer o meio que assegure melhor a repressão sem pôr a liberdade em perigo. A emissão do pensamento pode ser culpável ante o direito individual e social; logo, encerra ao máximo uma dificuldade de legislação o propósito de reprimir e castigar os delitos de imprensa.¹⁰⁷⁹

Desse modo, seria necessária essa justa-medida entre a liberdade de pensamento, de imprensa e, também, a responsabilidade na esfera pública para que a estabilidade política do Estado nacional se consolidasse. Do contrário, a liberdade ilimitada, nesse terreno, levaria ao caos social. A imprensa, enquanto um instrumento dos governos e sociedades republicanos democráticos, deveria estar dessa forma condicionada, senão o despotismo e a barbárie prevaleceriam. Sobre isso, Ramírez se utilizou, mais uma vez, dos postulados do jurista estadunidense Joseph Story, destacando excertos de outras partes da obra desse autor estadunidense oitocentista, o qual já percebemos ter sido um dos maiores referenciais político-intelectuais e jurídicos do publicista oriental daquele momento. Tal trecho dizia respeito aos limites do direito de expressão na esfera pública, cuja observância de tais princípios também condicionaria a viabilidade de uma nação republicana. Aqui, tomamos a liberdade de citá-lo em sua extensão, de modo a compreendermos tais usos:

Vejamos o que diz Story sobre a liberdade da imprensa nos Estados Unidos: “O Congresso não pode fazer nenhuma lei que restrinja a liberdade da palavra ou da imprensa. Sustentar que essa disposição garanta a todo cidadão o direito absoluto de dizer, de escrever ou de imprimir o que lhe agrada, sem nenhuma responsabilidade pública ou privada, é uma pretensão tão estranha, que nem pode seriamente discutir-se. Tanto valeria dizer que cada cidadão tem o direito de difamar o Congresso, e de comprometer a reputação, a tranquilidade e a segurança dos cidadãos. Um homem poderia, assim, por malícia ou vingança, acusar outro homem dos mais odiosos crimes; sublevar a indignação de todos os cidadãos espalhando as mais vis calúnias; turbar e destruir a paz das famílias; incitar as rebeliões, os distúrbios e as traições contra o Governo. Com

¹⁰⁷⁸PALTI, Elías. Las polémicas en el liberalismo argentino. Sobre virtud, republicanismo y lenguaje. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS, Rafael (Orgs.). *El Republicanismo en hispanoamerica*: Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 174

¹⁰⁷⁹RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIV. LA LIBERTAD DEL PENSAMIENTO. El régimen preventivo y el régimen penal (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 35, 24 de set. 1871, p. 422.

semelhante estado de coisas, uma sociedade civil não poderia existir por muito tempo. Se veriam logo os homens obrigados a recorrer às vinganças pessoais para obter as reparações que não encontrariam na lei. Os assassinatos e os atos de crueldade se sucederiam, como os vemos nas sociedades bárbaras [...] [a citação de Story continua].¹⁰⁸⁰

Sem uma regulação jurídica a respeito das expressões de caráter político público, só restaria a barbárie, conforme alertou Story, consequência essa que não condizia com o projeto de reconstrução nacional almejado por Ramírez. E Ramírez voltou a tratar sobre a possibilidade das emendas à Constituição tão defendidas pelo jurista estadunidense¹⁰⁸¹, como um meio concreto de “reformatar”, ou melhor, reformular a Carta Magna uruguaia vigente desde 1830. Enfim, era um modo de sustentar a República:

[...] todo cidadão terá o direito de dizer, de escrever, de imprimir sua opinião sobre toda matéria, qualquer que seja ela, sob as únicas restrições de não ferir ninguém em seus direitos, seus bens ou sua reputação, de não turbar a tranquilidade pública e de não lançar abaixo o Governo. [...] Com essas sábias restrições, a liberdade da imprensa não é somente um direito em si mesmo, mas também um privilégio muito importante para os governos livres. Sem essas restrições, do contrário, seria o flagelo da República, afirmando o despotismo sob a forma mais terrível (*Comentário sobre a Constituição Federal dos Estados Unidos* – Livro III, cap. XIIX [sic].) [Ramírez não finalizou com aspas a citação direta de Story]¹⁰⁸².

Após mobilizar tais menções a Story para embasar seus argumentos públicos, Ramírez sugeriu que iria continuar a tratar sobre os desdobramentos da matéria da liberdade de imprensa no que tangenciava principalmente aos seus abusos e os tribunais competentes para julgar tais excessos.¹⁰⁸³ No entanto, ao longo dos cinco números finais de *La Bandera Radical*, tais colocações não foram publicadas no periódico, e não verificamos nenhuma errata ou nota a respeito dessa ausência. De qualquer modo, a ideia constitucional de Ramírez persistiu no tempo, sendo mobilizada novamente na década seguinte, em um outro contexto político, social e intelectual. É sobre isso que trataremos a seguir.

¹⁰⁸⁰ RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional XIV. LA LIBERTAD DEL PENSAMIENTO. El régimen preventivo y el régimen penal (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 35, 24 de set. 1871, p. 424, inserção nossa.

¹⁰⁸¹ Ibid.

¹⁰⁸² Ibid., p. 424-425, grifos do autor, inserção nossa.

¹⁰⁸³ Ibid., p. 425.

3.3. A persistência do constitucionalismo no tempo: outras manifestações dos princípios político-constitucionais na imprensa e na UDELAR (décadas de 1880-1890)

3.3.1. O *Partido Constitucional* e o seu espaço difusor: o periódico *El Plata*

Passados quase 10 anos desde a publicação das *Conferencias de Derecho Constitucional*, por meio das páginas de *La Bandera Radical*, a trajetória de Ramírez foi marcada pela atuação do autor em outros cargos, periódicos e por situações políticas dramáticas causadas pelas conturbações da ditadura militar então vigente.¹⁰⁸⁴ A respeito dos periódicos dos quais esteve à frente e/ou colaborou, Ramírez contribuiu com o *La Razón*, entre o final da década de 1870 até 1898, ano de sua morte, e com o *El Plata*, porta-voz do *Partido Constitucional*, esse último fundado por ele e outros intelectuais em 1881. Alguns desses letrados que o acompanharam nessa nova empreitada foram José Sienra y Carranza, Juan Carlos Blanco, Miguel Herrera y Obes, Luis Melián Lafinur, Pablo de Maria e, mais uma vez, Alejandro Magariños Cervantes.¹⁰⁸⁵ Além disso, o ex-professor da UDELAR também ocupou alguns cargos políticos após terminado o militarismo, já durante o “civilismo”. Exerceu, assim, as funções de deputado e senador, além da de Ministro da Fazenda do governo de seu amigo de infância e companheiro de atuação nas décadas de 1860 e 1870, Julio Herrera y Obes (1890-1894).¹⁰⁸⁶

A ditadura militar iniciada com o governo de Lorenzo Latorre, em 1876, reprimiu a liberdade de imprensa e foi a causa do exílio político não somente de Ramírez, mas de vários outros publicistas daquele momento. Muitos dos *principistas* de então se viram obrigados a deixar os ambientes editoriais e os cargos de professores na Universidade, e encontraram lugar de atuação dentro das associações voluntárias, sendo uma das principais o *Ateneo*¹⁰⁸⁷, espaço sobre o qual já tratamos no capítulo 2. Mais especificamente a respeito da permanência, no tempo, da “ideia constitucional”, Ramírez, junto com outros juristas e escritores de seu

¹⁰⁸⁴ Após ter publicado suas aulas em *La Bandera Radical*, Ramírez traçou os seguintes pontos em sua trajetória político-intelectual: renunciou ao exercício do magistério na Universidade devido a problemas de saúde; ocupou o cargo de diplomata no Rio de Janeiro, em 1873, incumbido pelo governo *principista* de José Ellauri (1873-1875); colaborou com o diário *La Razón* a partir de 1878, por meio do qual criticou duramente a ditadura militar iniciada em 1876 e, devido a essa oposição, foi obrigado a buscar asilo na embaixada brasileira em Montevideu por um tempo. MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Ministerio de Educación y Cultura. Montevideo, 1978; GROS ESPIELL, Héctor. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Conferencias de Derecho Constitucional* (1871). Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966.

¹⁰⁸⁵ FERRETJANS, Daniel Álvarez. *Historia de la prensa en el Uruguay*. Desde la *Estrella del Sur* a Internet. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

¹⁰⁸⁶ MONTERO BUSTAMANTE, Op. cit.

¹⁰⁸⁷ Ibid.

contexto, fundou uma nova agremiação política, o *Partido Constitucional*, no início da década de 1880, já durante o governo militar de Máximo Santos (1882-1886).¹⁰⁸⁸

Desse modo, em um momento em que as liberdades civis se restringiam devido ao militarismo e ainda marcado pelos resquícios do antagonismo entre os partidos tradicionais – apesar da política de “coparticipação” pós-*Revolución de Las Lanzas* –, houve, mais uma vez, uma reorganização dos setores letrados em prol do constitucionalismo. Conforme Carlos Real de Azúa afirma, esse constitucionalismo da década de 1880 foi constituído por intelectuais, membros da Faculdade de Direito¹⁰⁸⁹, os quais participaram desse movimento de modo “intermitente”¹⁰⁹⁰ e movidos pelas desilusões com o sistema partidário uruguaio:

Todo um partido, inclusive, o Constitucionalismo desde 1870, mas sobretudo desde 1881, formar-se-á com esses desiludidos, alguns desiludidos que, no caso, provinham dos dois bandos: Arrascaeta, velho oribista; Blanco, Ramírez, antigos colorados. Mas com os constitucionalistas irrompe na vida nacional o que permaneceu até nossos dias: já não é o mau o partido, mas sim a antítese passional e beligerante dos dois partidos históricos, o partido sem ideias, posto que são as ideias, os princípios, as instituições os que qualificam os partidos, os que habilitam seu desenvolvimento histórico construtivo. As paixões, os homens, a arbitrariedade são os inimigos para esse curioso unilateralismo que racionaliza e intelectualiza a vida histórica. O Partido Constitucional é o resultado de tal postura e não deixa de ser revelador que uma estrutura eminentemente formal como a constituição é, seja erigida, em excelência, presidente de um novo estilo político. A essa atitude respondeu, de certo modo, uma outra paralela.¹⁰⁹¹

No mesmo ano de 1880, pela iniciativa de Ramírez e José Sienra Carranza, foi fundado o diário *El Plata*, o porta-voz da ideia constitucional legatária do *principismo* do início dos anos 1870. No mesmo contexto, e de modo a somar forças contra a repressão militar então vigente, surgiram outros periódicos dirigidos por publicistas que também haviam atuado juntamente com Ramírez dez anos antes, tais como o *El Heraldo*, de Julio Herrera y Obes, e o *La Democracia*, de Agustin de Vedia.¹⁰⁹² Como já vimos no capítulo 2, o *colorado* Herrera y Obes, o *blanco* Vedia – o qual se tornou *nacionalista*, após a mudança de nome do *Partido Blanco* para *Partido Nacional* – e outros tantos intelectuais, embora nunca tenham deixado seus partidos de origem, também compartilharam do *principismo*. Desse modo, segundo as

¹⁰⁸⁸ MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Ministerio de Educación y Cultura. Montevideo, 1978.

¹⁰⁸⁹ DELIO MACHADO, L. M. El partido constitucional y la Facultad de Derecho. *Revista de la Facultad de Derecho*, n. 24, p. 99-124, 19 dic. 2005.

¹⁰⁹⁰ REAL DE AZÚA, Carlos. *Escritos*. Montevideo: Arca, 1987, p. 189 apud DELIO MACHADO, L. M. Op. cit., p. 110.

¹⁰⁹¹ Ibid.

¹⁰⁹² FERRETJANS, Daniel Álvarez. *Historia de la prensa en el Uruguay*. Desde la *Estrella del Sur* a Internet. Montevideo: Fin de Siglo, 2006, p. 233.

informações de Daniel Ferretjans, esses publicistas partidários passaram a comungar das reivindicações constitucionalistas da década de 1880.¹⁰⁹³

Retornemos especificamente à inauguração de *El Plata* por Ramírez e Carranza. Benjamín Fernández y Medina teceu alguns comentários consideráveis a respeito de mais esse periódico criado e mantido, mesmo que brevemente, pelo professor de Direito Constitucional oriental:

Em 1880, Carlos María Ramírez fundou *El Plata*, um dos melhores diários modernos do país. Nesse diário, renovou Ramírez, com êxito superior, o das outras tentativas, a propaganda pela fusão dos partidos, e dessa propaganda nasceu o partido chamado Constitucional, ao qual se filiaram a maior parte dos primeiros homens de pensamento.¹⁰⁹⁴

No dia 1º de setembro de 1880, foi a público o seu primeiro número, contendo os principais itens e princípios do programa do Partido Constitucional, intitulado *Que importa un programa del partido Constitucional*, lançado quatro meses antes.¹⁰⁹⁵ Nesse programa, Ramírez, Carranza e os demais colaboradores do periódico acusaram o governo de Pedro Varela (1875-1876) e do primeiro governo do período militarista, de Lorenzo Latorre (1876-1880), de terem minado os avanços democráticos da política de coparticipação entre os partidos, logrados com a Paz de Abril de 1872.¹⁰⁹⁶ Ainda em seu primeiro número¹⁰⁹⁷, Ramírez expressou explicitamente o seguinte:

[*El Plata*] vem a lutar pela união de todos os elementos honestos no propósito da reorganização do país, sob a base séria e sincera, do império das instituições. Fixa a mente no futuro, não entrará, de modo algum, a discussão dos partidos do passado. Porá, sob os olhos do povo, os dolorosos ensinamentos de uma recente experiência, para evidenciar os funestos resultados da arbitrariedade e a necessidade absoluta do reinado das leis para o bem-estar da nação. Sem empenhar-se em legitimar o ilegítimo, concorrerá na esfera de ação ao comum esforço dos bons cidadãos a fim de que o povo se encontre oportunamente preparado para o restabelecimento da legalidade, pelas vias pacíficas do sufrágio e do direito.¹⁰⁹⁸

¹⁰⁹³ FERRETJANS, Daniel Álvarez. *Historia de la prensa en el Uruguay*. Desde la *Estrella del Sur* a Internet. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

¹⁰⁹⁴ FERNÁNDEZ Y MEDINA, Benjamín. *La imprenta y la prensa en el Uruguay*. Desde 1807 a 1900. Montevideo: Imprenta de Dornaleche y Reyes, 1900, p. 47.

¹⁰⁹⁵ FERRETJANS, Op. cit., p. 234.

¹⁰⁹⁶ Ibid.

¹⁰⁹⁷ Nossa intenção era a de, por meio de uma viagem de pesquisa ao Uruguai prevista desde o início do doutorado, coletar e analisar alguns números do diário *El Plata*. No entanto, as restrições da pandemia de COVID-19 não permitiram tais atividades e o único trecho desse periódico que tivemos acesso foi o que consta no já referido trabalho de Daniel Ferretjans: FERRETJANS, Op. cit., p. 234.

¹⁰⁹⁸ Ibid., p. 234, inserção do autor. Esse trecho foi citado por Daniel Álvarez Ferretjans, mas a referência, feita pelo autor, não condiz com tal excerto. Verificamos, na obra que o autor menciona como referência bibliográfica na qual estaria essa passagem – o livro de Juan Pivel Devoto sobre Francisco Bauzá. No entanto, não encontramos nela o referido trecho. Acreditamos que pode ter sido um erro de citação por parte de Ferretjans.

A existência desse periódico foi intensa, mas breve, devido à repressão da ditadura de então à liberdade de imprensa e as reivindicações por uma esfera pública mais ampla e consolidada. Conforme colocam tanto Daniel Ferretjans¹⁰⁹⁹, quanto Raúl Montero Bustamante¹¹⁰⁰, o espaço onde ficava a redação de *El Plata*, nas dependências do escritório de advocacia de Ramírez¹¹⁰¹, foi invadido pelos militares e fechado temporariamente. Isso obrigou Ramírez, sua esposa e seus filhos a buscarem asilo político na embaixada do Brasil no Uruguai.¹¹⁰² Apesar das dificuldades na manutenção do periódico em meio àqueles tempos turbulentos, o *El Plata* funcionou até o ano seguinte, em 1881, quando foi fechado definitivamente.¹¹⁰³

Após o fim das atividades desse diário, começaram as mobilizações para a eleição dos membros do já referido Partido Constitucional, que também ficou conhecido inicialmente como o partido “das instituições”¹¹⁰⁴, da qual participaram mais de 600 pessoas.¹¹⁰⁵ Os diários *El Siglo* e o já mencionado *El Plata* cobriram os acontecimentos, publicando, inclusive, os discursos de vários dos presentes¹¹⁰⁶, o que, a nosso ver, caracterizou uma considerável rede de solidariedade político-intelectual em torno da causa constitucionalista. Sobre a eleição das autoridades do *Partido Constitucional*, Luis Delio Machado, com base na análise do jornal *El Siglo* do dia 23 de março de 1881, informa-nos que:

A Comissão Provisória encarregada das eleições, para designar as autoridades se encontrava integrada por: Luis Eduardo Piñeyro, Constancio C. Vigil, A. Dufort y Álvarez, Carlos E. Barros, Daniel Muñoz. Todos os seus integrantes, homens de direito com exceção de Vigil, ainda que esse integrasse o staff de membros do Ateneu montevidense. Do escrutínio resultante surge eleita a Comissão Diretiva do Partido Constitucional, a qual estaria integrada por Domingo Aramburú, Miguel Herrera y Obes, Enrique Pereda, Aureliano Rodríguez Larreta, Eduardo Brito del Pino, Juan Carlos Blanco, Joaquín Suárez, José Sienra y Carranza, Enrique Arrascaeta, José Pedro Ramírez, Amaro Sierra, Luis Melián Lafinur.¹¹⁰⁷

Também com base nas informações de Delio Machado, acreditamos ser pertinente elucidar que vários estudantes da Faculdade de Direito da década de 1880, tais como Samuel

¹⁰⁹⁹FERRETJANS, Daniel Álvarez. *Historia de la prensa en el Uruguay*. Desde la *Estrella del Sur* a Internet. Montevideo: Fin de Siglo, 2006, p. 235.

¹¹⁰⁰MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Ministerio de Educación y Cultura. Montevideo, 1978, p. XXXV.

¹¹⁰¹FERRETJANS, Op. cit., p. 235.

¹¹⁰²Ibid. Ver também: MONTERO BUSTAMANTE, Op. cit.

¹¹⁰³FERRETJANS, Op. cit., p. 235.

¹¹⁰⁴Ibid.

¹¹⁰⁵DELIO MACHADO, L. M. El partido constitucional y la Facultad de Derecho. *Revista de la Facultad de Derecho*, n. 24, p. 99-124, 19 dic. 2005.

¹¹⁰⁶Ibid.

¹¹⁰⁷EL SIGLO, 23 de março de 1881 apud DELIO MACHADO, L. M. Op. cit., p. 111.

Blixen e J. F. Arias, por exemplo, buscaram defender, em suas monografias de conclusão do curso, essa “tradição” iniciada por Ramírez mais de 10 anos antes.¹¹⁰⁸ No entanto, a atuação desse partido foi controversa, devido às singularidades e percalços daquele contexto. Inicialmente fundado sobre bases pacíficas, seus membros se viram envolvidos com as necessidades da organização de um levante armado contra o governo militar de Máximo Santos, inclusive Carlos María Ramírez, no conflito que ficou conhecido como *Revolución del Quebracho*. Ainda em nosso diálogo com Delio Machado, a atuação dos constitucionalistas em tal guerra civil foi “comprometidíssima”, em prol da restauração dos princípios democráticos e constitucionais.¹¹⁰⁹ Alguns dos mais atuantes na organização das ações desse levante foram José Pedro Ramírez, irmão de Carlos Ramírez, além de Domingo Aramburú, Juan Carlos Blanco, entre outros.¹¹¹⁰

Sobre o referido conflito, há um relato do próprio Ramírez, inclusive, no qual esse intelectual tratou sobre mais uma experiência vivida por ele na guerra civil em meio aos seus horrores, junto com os seus irmãos José Pedro, Gonzalo e Octávio, e os demais companheiros de causa:

Éramos oito os que saímos juntos daquela horrível *via crucis*, onde havíamos visto, durante cinco horas, despedaçar-se e desfazer-se o Exército Revolucionário. [...] muitos voltavam ao seu posto, mas não demorei a perceber que havia grande desproporção entre os que iam na frente e os que voltavam para trás. Ao meu redor, formavam-se grandes pelotões. [...] Marchávamos vendo cair as granadas diante de nós [...]. Às quatro da tarde, estávamos irremissivelmente perdidos. Dentro do beco, nossos 900 infantes que se agitavam em espantoso desconcerto, alguns furiosos, outros atordoados, ofegantes e desesperados todos. [...] Coletivamente, víamos já consumado o desastre da Revolução. Individualmente, abrigávamos poucas esperanças de contar o conto!¹¹¹¹

Apesar do fracasso da *Revolución del Quebracho*, a ação do jurista e os demais constitucionalistas orientais, em prol da defesa dos direitos constitucionais e contra a ditadura militar, não foi em vão e contribuiu para a volta à democracia uruguaia, ao “civilismo”, a partir de 1887. Muitos dos membros do Partido Constitucional, tendo sido os mais atuantes o próprio irmão de Ramírez, José Pedro, além de Juan Carlos Blanco e Aureliano Larreta, compuseram

¹¹⁰⁸DELIO MACHADO, L. M. El partido constitucional y la Facultad de Derecho. *Revista de la Facultad de Derecho*, n. 24, 19 dic. 2005, p. 112-114.

¹¹⁰⁹Ibid., p. 116.

¹¹¹⁰Ibid.

¹¹¹¹RAMÍREZ, Carlos María. Los fugitivos del Quebracho. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Ministerio de Educación y Cultura. Montevideo, 1978, p. 135-141.

o que ficou conhecido como o *Ministerio de la Conciliación*, responsável pelas tratativas, junto ao governo militar de Santos, dessa transição democrática.¹¹¹²

Na realidade, Santos viu a necessidade desse diálogo com os constitucionalistas de modo a postergar sua ocupação do cargo na presidência e o militarismo até que se concluísse, de fato, tal transição. José Pedro Ramírez e os demais constitucionalistas passaram a estar, então, em uma posição mais favorável para exigir uma contrapartida política e puderam pleitear algumas garantias democráticas, como a total liberdade de imprensa, eleições presidenciais livres em 1887 e a mudanças dos dirigentes das Chefaturas Políticas¹¹¹³ dos departamentos uruguaios.¹¹¹⁴ Acreditamos também ser digno de nota o que afirma Raúl Montero Bustamante sobre a participação de Carlos Ramírez nesse processo, tendo colaborado ativamente para os sucessos políticos desse Ministério, os quais, “em boa parte, foram obra sua [de Carlos María Ramírez]”.¹¹¹⁵

Com a eleição do *colorado* Júlio Herrera Y Obes (1890-1894), a qual reinaugurou o novo período democrático no país, o “civilismo”, voltou a ser adotada a “política de partido” pelo novo presidente, o qual também passou a exercer a sua “influência diretriz”. Tal “influência” não constava na Constituição de 1830, ainda vigente, e foi caracterizada pela possibilidade de o presidente revogar as liberdades de imprensa e eleitoral, ou seja, uma intervenção política direta do Executivo nacional naqueles âmbitos.¹¹¹⁶ Assim, segundo nos informa Montero Bustamante, Carlos María Ramírez tornou-se um considerável crítico do governo de Herrera y Obes, embora o autor não tenha explicitado o motivo de tal antagonismo.¹¹¹⁷

Por isso, cabe-nos conjecturar que, muito provavelmente, tal postura política de Ramírez teria se dado devido às medidas antidemocráticas, defendidas por seu amigo de juventude e agora presidente da República, sobre as quais já tratamos anteriormente. Apesar das desavenças políticas entre os dois, o então mandatário da nação solicitou que o ex-professor de Direito Constitucional analisasse um projeto seu para amenizar a crise econômica e financeira que assolava o Uruguai do início dos anos 1890 e, também, para que aquele assumisse o cargo de

¹¹¹²DELIO MACHADO, L. M. El partido constitucional y la Facultad de Derecho. *Revista de la Facultad de Derecho*, n. 24, p. 99-124, 19 dic. 2005.

¹¹¹³Algo como a troca dos governadores dos estados uruguaios, fazendo aqui uma analogia bem geral com a realidade política e federativa brasileira atual.

¹¹¹⁴MÉNDEZ VIVES, E. El Uruguay de la modernización. 1876-1904. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, “Serie Histórica Uruguay”, n. 5, 1975, p. 37 apud DELIO MACHADO, Op. cit., p. 117.

¹¹¹⁵MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Ministerio de Educación y Cultura. Montevideo, 1978, p. IX, inserção nossa.

¹¹¹⁶DELIO MACHADO, Op. cit., p. 117.

¹¹¹⁷MONTERO BUSTAMANTE, Op. cit., p. XLIII-XLVIII.

Ministro da Fazenda em seu governo. E foi com muita hesitação que Ramírez aceitou as duas incumbências.¹¹¹⁸ Com base em nossa hipótese sobre tal desconforto do fundador do *El Plata*, entendemos ser pertinente recordarmos que ele estava novamente diante de parte de algumas das práticas que tanto havia combatido nos vinte anos anteriores.

Voltemos nossas atenções ao Partido Constitucional. Apesar das discontinuidades pelas quais passou, essa nova agremiação e seu constitucionalismo, em maior ou menor grau, possuiu certa expressão no meio político, seja dentro do Executivo ou como representantes no congresso, até o final do século XIX. Isso ocorreu não somente no governo de Julio Herrera y Obes (1890-1894), mas também nos de Idiarte Borda (1894-1897) e Lindolfo Cuestas (1897-1900).¹¹¹⁹ Ou seja, sua relativa, mas existente presença no âmbito político praticamente se entrelaçou com o final da vida de Carlos María Ramírez, um dos seus maiores impulsionadores, em 1898. Ainda sobre essas marcas temporais do Partido Constitucional na cena político-institucional do oitocentos, Fernández y Medina afirmou o seguinte:

Esse partido, ainda depois de ter sofrido contrastes e desintegrações, conservou um núcleo seletivo de cidadãos em suas fileiras, e teve e tem influência considerável na opinião e especialmente na imprensa, na qual pertencem dois dos principais diários da atualidade [Fernández y Medina escreveu essa obra em 1900], *El Siglo* e *La Razón*.¹¹²⁰

Desse modo, como pudemos perceber, o constitucionalismo, proposto por Ramírez no início dos anos 1870 como forma de modificar alguns pontos da Constituição de 1830 e propor a ampliação da esfera pública política, teve uma relativa continuidade no tempo, de modo que inspirou outras iniciativas e contribuiu para o cenário político uruguaio do final do século XIX. Alguns desses pontos remanescentes que pudemos identificar, por meio de nosso diálogo com nossas fontes e com a bibliografia pertinente, foi a defesa do princípio constitucional da liberdade de expressão, tão comprometida nos governos militares a partir de 1876. Além disso, esses princípios defendidos por Ramírez, desde o início dos anos 1870, retornaram para a Universidade na década de 1890. É sobre isso que trataremos a seguir.

¹¹¹⁸ MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Ministerio de Educación y Cultura. Montevideo, 1978.

¹¹¹⁹ Sobre tais expressões do constitucionalismo nos governos do “civilismo” uruguaio, do final do século XIX, ver: DELIO MACHADO, L. M. El partido constitucional y la Facultad de Derecho. *Revista de la Facultad de Derecho*, n. 24, p. 99-124, 19 dic. 2005.

¹¹²⁰ FERNÁNDEZ Y MEDINA, Benjamín. *La imprenta y la prensa en el Uruguay*. Desde 1807 a 1900. Montevideo: Imprenta de Dornaleche y Reyes, 1900, p. 47.

3.3.2. O constitucionalismo dos periódicos para a Universidade novamente: a segunda edição das *Conferencias de Derecho Constitucional* (1897)

Em 1897, ou seja, vinte e seis anos depois da publicação das *Conferencias* em formato de artigos na imprensa, por meio de *La Bandera Radical*, tais escritos foram editados em forma de livro, a pedido dos alunos do Curso de Direito Constitucional da Universidade. Pelo que podemos verificar, essa edição, publicada um ano antes da morte de Ramírez, manteve o conteúdo original – até a décima quarta conferência. No entanto, possuiu um apêndice não escrito por Ramírez, tendo sido essa seção elaborada tanto pelo editor dessa segunda edição, Justino Cubiló¹¹²¹, quanto por outros juristas da UDELAR da segunda metade da década de 1890, Feliciano Viera e G. Moratorio y Palomeque. O apêndice é composto por seis capítulos, quase todos escritos pelo seu editor, J. Cubiló, com exceção dos capítulos III e IV, que foram elaborados por Feliciano Viera¹¹²² e G. Moratorio y Palomeque. Tais capítulos trataram sobre os seguintes temas: Capítulo I: A Liberdade de ensino; Capítulo II: A liberdade de trabalho; Capítulo III: A liberdade de reunião e associação; Capítulo IV: A liberdade pessoal; Capítulo V: O direito de petição; Capítulo VI: A igualdade.¹¹²³ Todo esse conteúdo extra foi anexado às *Conferencias* de Ramírez, com a sua devida anuência.¹¹²⁴

Aqui, neste tópico, não temos a intenção de realizar uma análise detida de cada um dos itens que compõem o referido apêndice da segunda edição das *Conferencias*, mas sim tratar especificamente sobre o capítulo III, a respeito da liberdade de associação e reunião, escrito por

¹¹²¹Em 1897, Justino Cubiló era o então titular da Cátedra de Direito Constitucional da UDELAR, tendo substituído o antigo professor dessa disciplina, Justino Jiménez de Aréchaga. Ver: ODDONE, Blanca París; ODDONE Juan Antonio. *História de la Universidad de la República*. La Universidad del militarismo a la crisis (1885-1958). Tomo II. 2ª ed. Montevideo: Universidad de la República/Departamento de Publicaciones, 2010, p. 286. Acreditamos ser válido recordar que Aréchaga foi o presidente do *Club Racionalista* e, assim como Ramírez, um dos signatários de seu manifesto, a *Profesión de Fe Racionalista*, em 1872, conforme vimos no capítulo 2.

¹¹²²No contexto sobre o qual tratamos em nossa tese, Feliciano Viera era recém-ingresso do Curso de Direito da UDELAR, tendo se formado no ano anterior à publicação da segunda edição das *Conferencias de Derecho Constitucional*, em 1896. FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías (1810-1940)*. Montevideo: Editorial Amerindia, 1945, p. 1323. Já no início do século XX, Viera, filiado ao *Partido Colorado* e integrante das fileiras *batllistas* desse, sucedeu a José Batlle y Ordóñez na presidência do país. Ao contrário do que se esperava, Viera não deu prosseguimento às profundas reformas progressistas iniciadas por Batlle y Ordóñez em 1903, o que teria contribuído para o início do que Carlos Real de Azúa denominou de “freio conservador” após o “impulso reformista” batllista. Ver: REAL DE AZÚA, Carlos. *El impulso y su freno*. Tres décadas de batllismo y las raíces de la crisis uruguaya. Ediciones de la Banda Oriental, 1964.; SOUZA, Marcos Alves de. *A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

¹¹²³RAMÍREZ, Carlos María; CUBILÓ, Justo (ed.). *Conferencias de Derecho Constitucional*. Dictadas por el Catedrático de la asignatura para el curso inaugural de la misma en la Universidad de Montevideo el año 1871. 2ª ed. Montevideo: Imprenta y Litografía “La Razón”, 1897, p. 319-544.

¹¹²⁴GROS ESPIELL, Héctor. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Conferencias de Derecho Constitucional* (1871). Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966.; CUBILÓ, Justo. Prólogo. In: RAMÍREZ; CUBILÓ, Op. cit.

Feliciano Viera. Em nossa perspectiva, mesmo que tal capítulo não tenha sido elaborado por Ramírez, ele esteve em total consonância com o que as propostas político-intelectuais que o autor já havia levado a(o) público mais de vinte anos antes em *La Bandera Radical*, o que consistiu em um endosso de tais ideias por parte de Viera. Nesse sentido, nosso argumento é o de que a defesa da sociabilidade e do “princípio de associação”, feita por Ramírez no início da década de 1870 por meio das *Conferencias*, teria encontrado respaldo e contribuído para reforçar a apologia a respeito desse tema décadas mais tarde, a partir de outros autores. Assim, a nosso ver, a ideia de sociabilidade em Ramírez, em seus termos jurídicos e enquanto fator de coesão político-social para a sustentação republicana e nacional, teria reforçado um dos pilares fundamentais do constitucionalismo proposto por ele. Além disso, tais ideias foram reiteradas após o seu contexto de enunciação, por meio de outros atores político-intelectuais.

Por outro lado, também entendemos que a elaboração de tal capítulo transpassou o conteúdo jurídico do Direito Constitucional propriamente dito, tendo sido, também, carregado de um teor político-intelectual referente à defesa da sociabilidade e da associação entre os indivíduos de modo a se alcançar conquistas coletivas e duradouras. Enfim, da mesma forma como Ramírez tinha feito, em uma inter-relação entre o pioneirismo no ensino universitário do Direito Constitucional e a sua proposta de reformulação da Constituição de 1830 a respeito desse e outros assuntos. Passemos, então, a alguns pontos do referido capítulo escrito por Viera.

Compartilhando da ideia de que a “soberania radica no povo”¹¹²⁵, muito defendida por Ramírez décadas antes, Viera reiterou que tal princípio estava relacionado à capacidade dos setores populares em “[...] organizar os Poderes que hão de constituir o Estado”.¹¹²⁶ Nesse sentido, o direito de reunião e associação era a base fundamental para que se alcançasse tal organização político-social nacional:

Se os princípios da democracia não hão de ser somente um ideal, se eles hão de levar-se à prática na vida dos povos, se esses hão de ter participação na política e na administração, os Poderes constitutivos do Estado só hão de ser a expressão genuína do sufrágio popular. E a esse resultado se chega unicamente por meio do exercício do direito de reunião e associação. Reunindo-se, associando-se, é como os cidadãos podem concordar ideias e unir esforços que deem por resultado o triunfo dos que, unidos pelo mesmo credo, ou agrupados por identidade de aspirações, querem levar à

¹¹²⁵VIERA, Feliciano. CAPÍTULO III. LA LIBERTAD DE REUNIÓN Y DE ASOCIACIÓN POR EL DOCTOR FELICIANO VIERA. (maiúsculas no original). In: RAMÍREZ, Carlos María; CUBILÓ, Justo (ed.). *Conferencias de Derecho Constitucional*. Dictadas por el Catedrático de la asignatura para el curso inaugural de la misma en la Universidad de Montevideo el año 1871. 2ª ed. Montevideo: Imprenta y Litografía “La Razón”, 1897, p. 392.

¹¹²⁶Ibid., p. 393.

representação dos Poderes homens que realizem o ideal de governo ansiado pela comunidade de cujo seio saíram.¹¹²⁷

Como o direito à reunião e à associação, enquanto manifestações da sociabilidade, eram sustentados em última instância pela liberdade, era desse modo que aqueles deveriam ser concebidos, fosse no âmbito individual ou coletivo¹¹²⁸, o que mais uma vez aproximava implicitamente as ideias de Viera com as de Ramírez nesse quesito. Da mesma forma, tais direitos seriam a expressão político-social de algo que seria natural ao homem, que era a “tendência instintiva” da sociabilidade propriamente dita, conforme Ramírez também havia defendido décadas antes:

Há, no homem, uma tendência instintiva de buscar a companhia de seus semelhantes, como uma consequência lógica dessa imperiosa necessidade que sente de comunicar os pensamentos, as alegrias, os pesares que o dominam; e essa tendência aumenta com mais intensidade conforme o desenvolvimento a que tenham chegado as faculdades intelectuais, porque com ela cresce o raio no qual o homem desenvolve suas múltiplas atividades.¹¹²⁹

Tais atividades, vistas como as finalidades inerentes ao direito de reunião e associação – ou melhor, da sociabilidade em geral – foram destacadas por Viera, quais sejam as relativas à religião, ao ensino, ao trabalho e à propaganda.¹¹³⁰ Para além disso, o que também nos chama a atenção foi o uso do termo “simpatia”¹¹³¹, elaborada por Stuart Mill, também para tratar sobre tais princípios da sociabilidade como pilar da organização político-social, uma linguagem político-intelectual que Ramírez utilizou em suas *Conferencias* de 1871. Nesse sentido, percebemos que Viera demonstrou, implicitamente, não somente endossar as propostas constitucionais pretéritas de Ramírez como um todo, mas também compartilhou de várias das mesmas linguagens políticas do ex-professor de Direito Constitucional. Linguagens essas próprias do vocabulário político-intelectual de alguns filósofos políticos, tais como Stuart Mill, com o qual Ramírez dialogou décadas antes para tratar sobre o já referido “princípio da simpatia” como base fundamental da sociabilidade política, conforme já analisamos.

¹¹²⁷VIERA, Feliciano. CAPÍTULO III. LA LIBERTAD DE REUNIÓN Y DE ASOCIACIÓN POR EL DOCTOR FELICIANO VIERA. (maiúsculas no original). In: RAMÍREZ, Carlos María; CUBILÓ, Justo (ed.). *Conferencias de Derecho Constitucional*. Dictadas por el Catedrático de la asignatura para el curso inaugural de la misma en la Universidad de Montevideo el año 1871. 2ª ed. Montevideo: Imprenta y Litografía “La Razón”, 1897, p. 393.

¹¹²⁸Ibid.

¹¹²⁹Ibid., p. 394.

¹¹³⁰Ibid., p. 397.

¹¹³¹Ibid., p. 395.

Outro ponto que não esteve presente tão explicitamente nas conferências de Ramírez da década de 1870, mas que foi abordado por Viera mais de duas décadas depois foi o direito de associação por parte dos trabalhadores mais especificamente. Entendemos ser válido e pertinente pensarmos que, por mais que o ex-professor da UDELAR não tenha mencionado tão abertamente sobre as associações de trabalhadores em suas *Conferencias*, acreditamos que a sua defesa incisiva e constante a respeito das associações tenha aberto caminho para essa possibilidade. Conforme afirmou Viera, em 1897:

São comuns, em nossos dias, as coalizões de trabalhadores, buscando, com os exercícios das liberdades de reunir-se e associar-se, os meios de acrescentar sua força na luta dura que continuamente sustentam por seu melhoramento. O trabalhador, explorado pelas grandes empresas, vendo reduzir seus salários e aumentar suas horas de trabalho, sem esperanças de melhora pecuniária nem social, sem condições para criar-se uma família, sob pena de estar sob permanente ameaça da miséria e seus horrores, levanta-se cansado sempre, às vezes irritado, das injustiças dos homens, e em nome da dignidade humana, que se sente rebaixada por essa fria e consciente exploração que o capital impõe ao proletário, pede com evidente justiça que se tenha respeito por seus foros e não se chegue a nivelá-lo com uma simples máquina cujo trabalho pode o dono explorar sem considerações até onde vá sua avidez pelo dinheiro. O que seria dessa classe que admira por seu valor, por seus sacrifícios constantes em meio a penúrias incontáveis, pela luta desesperada que sustenta para viver, se lhe impedisse de reunir-se ou associar-se para proteger-se mutuamente, para deliberar racional, acertadamente, em assunto tão sério como é o de seu destino?¹¹³²

Desse modo, como podemos verificar no capítulo escrito por Viera a respeito do tema em 1897, acreditamos não ser um exagero afirmarmos que as ideias sobre os princípios de “sociabilidade”, “associação” e de “simpatia”, defendidos por Ramírez, inspiraram novas propostas político-intelectuais e constitucionais.

Além disso, como vimos ao longo deste terceiro capítulo, a publicação, por parte de Ramírez, das aulas de Direito Constitucional ministradas por ele na Universidade, consistiu em um ato de mediação político-intelectual visando à reconstrução nacional oriental e à ampliação da esfera pública no Uruguai, em nossa concepção. Desse modo, suas propostas acerca da reformulação de alguns pontos da então vigente Constituição de 1830 tiveram destaque para se pensar uma outra República Oriental do Uruguai que fosse ideal. Mais especificamente, a respeito dos seguintes itens: os princípios de sociabilidade, reunião e associação; a defesa do

¹¹³²VIERA, Feliciano. CAPÍTULO III. LA LIBERTAD DE REUNIÓN Y DE ASOCIACIÓN POR EL DOCTOR FELICIANO VIERA. (maiúsculas no original). In: RAMÍREZ, Carlos María; CUBILÓ, Justo (ed.). *Conferencias de Derecho Constitucional*. Dictadas por el Catedrático de la asignatura para el curso inaugural de la misma en la Universidad de Montevideo el año 1871. 2ª ed. Montevideo: Imprenta y Litografía “La Razón”, 1897, p. 401-402.

federalismo, ausente na Carta Magna em vigor; a liberdade religiosa; a sua concepção de Estado e de sua argumentação em prol da devida separação desse em relação à Igreja Católica, ainda tida como a religião institucionalizada; e a reafirmação dos valores republicanos e cívicos.

Como vimos, tais reivindicações não se limitaram às aulas de Direito Constitucional propriamente ditas, mas também foram expressas por meio de diversos espaços, partidos e ambientes editoriais, em variados contextos históricos. Ou seja, Ramírez tornou públicas tais propostas relativas à “ideia constitucional” desde o início da década de 1870 até o final dos anos 1890, a qual resistiu a governos civis e ditaduras militares, o que, por sua vez, nos leva a conceber uma certa permanência no tempo de tais propostas político-jurídicas. Enfim, mais uma vez, por meio dos “liberalismos” e dos “republicanismos” que o inspiraram, a elaboração e publicação de suas aulas sobre o Direito Constitucional foi uma forma de reivindicar a defesa da cidadania, da estabilidade política e democrática, e de se construir a nação republicana que tanto almejava. No entanto, ainda havia um ponto a ser debatido para essa reconstrução: a reescrita do passado do país, caracterizada principalmente pela ressignificação da figura do “prócer” da independência em relação à Espanha, José Artigas. É sobre isso que trataremos no quarto e último capítulo de nossa tese.

CAPÍTULO 4. RAMÍREZ E A REESCRITA DA HISTÓRIA NACIONAL URUGUAIA

Neste quarto e último capítulo, analisamos a participação de Ramírez no debate político-intelectual travado sobre a reescrita da história nacional, principalmente a respeito da atuação daquele que passou a ser considerado um dos maiores heróis da história do Uruguai, José Gervasio Artigas.¹¹³³ Tais ressignificações se deram em um contexto no qual se reivindicava uma coesão política e social interna para, de certa forma, lidar com as tentativas de interferência ainda existentes por parte dos países vizinhos, Argentina e Brasil.¹¹³⁴

Nesse sentido, nosso foco é compreender como Ramírez se dedicou a “fazer justiça” à imagem histórica do prócer e combater o antiartiguismo existente desde o período do processo independentista¹¹³⁵, de modo a reelaborar e, principalmente, a tornar público o passado do país ainda em disputa, durante o fim da década de 1870 e os anos 1880. Considerado, hoje, o herói máximo da independência do país platino, Artigas, após o processo de independência (1811-1825/28), passou a ser concebido como o causador da “desordem” por parte de alguns setores conservadores e liberais da sociedade uruguaia, o que deu origem ao referido antiartiguismo, reproduzido, de modo mais contundente, até o início da década de 1880. Esse é o período que a historiografia uruguaia considera como o da reescrita da história nacional do país, contexto no qual vários intelectuais passaram a mobilizar e discutir a “história pátria” para a referida finalidade.¹¹³⁶

¹¹³³José Gervasio Artigas (1764-1850) era de uma família de estancieiros, ligada ao comércio de couros. Militar de carreira, compôs as tropas reais de vigilância e controle da área rural na região da então Banda Oriental. Foi inspirado pela corrente dita iluminista e pelos movimentos revolucionários do século XVIII. Além de ter lutado contra os espanhóis pela emancipação da Banda Oriental, também se envolveu nas contendas com os portugueses, portenhos e a elite montevidense entre 1811 e 1820. Foi derrotado e exilado no Paraguai, onde morreu em 1850. FREGA, Ana. *La virtud y el poder: la soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista*. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comps.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 101-133; CAETANO, Gerardo. *Historia mínima de Uruguay*. 1ª Ed. (2019-impresso). Ciudad de México, El Colegio de México: 2020, *E-book*.

¹¹³⁴Conforme já haviam apontado Carlos Demasi, Gerardo Caetano e outros autores, com os quais dialogamos diretamente ao longo deste capítulo. Ver: DEMASI, Carlos. *La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900)*. In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo: FHCE/UDELAR, 2001, p. 341-351; ISLAS, Ariadna. *Ciudadano Artigas: Notas a propósito de la construcción de la ciudadanía en Uruguay, 1888-1897*. In: FREGA; ISLAS (Orgs.), Op. cit., p. 353-366; CAETANO, Gerardo. *Identidad nacional y imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario*. In: ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo. *Identidad uruguaya: ¿mito, crisis o afirmación?* 3ª. ed. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993, p. 75-96; FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a; FUÃO, Juarez José Rodrigues. *Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental*. *Estudos Ibero-Americanos/PUC-RS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez., 2009b; LAURINO, Carolina González. *La construcción de la identidad uruguaya*. Montevideo: Ediciones Santillana S.A/Taurus, 2001.

¹¹³⁵Para uma retomada sobre as principais características do processo de independência uruguaia, ver nota número 7, localizada na página 14 da introdução de nossa tese.

¹¹³⁶Os autores que mencionamos na nota número 1134 são alguns dos que mais trataram sobre tal temática.

Desse modo, as principais fontes históricas que utilizamos são as seguintes: 1) o *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental Del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra* (1881/1882), ensaio escrito e publicado por Ramírez em resposta à obra intitulada *Bosquejo Histórico de la República Oriental Del Uruguay*, de autoria de Francisco Berra, um dos escritores que ainda reproduziam o antiartiguismo; 2) as polêmicas político-intelectuais que Ramírez travou, por meio das páginas de *La Razón*, com os publicistas argentinos do periódico *El Sud-América*, de Buenos Aires, em 1884, as quais foram compiladas em formato de livro, intitulado *Artigas*, publicado, inicialmente, em 1884, e reeditado em 1897.¹¹³⁷

Assim, dialogando, a todo momento, com a bibliografia específica e as fontes sobre esse contexto, nosso objetivo principal, neste último capítulo, será analisar o “lugar” de Ramírez nesse “revisionismo” e compreender quais foram as linguagens, os conceitos, as ideias e as práticas que ele mobilizou para ressignificar e tornar pública a imagem histórica de Artigas. Ramírez, diferentemente dos reprodutores do antiartiguismo, atribuiu ao prócer um significado republicano, institucional e inclusivo, visando tanto à construção, à unidade e à coesão nacionais, quanto à formação dos novos cidadãos orientais, e contribuiu, assim, para a já referida reelaboração da história nacional uruguaia.

No que tange especificamente às manifestações de Ramírez, acreditamos ser necessário reiterar que outros autores já se debruçaram sobre tal temática em parte da atuação desse publicista. Um desses autores é Juarez Fuão, que, embora não foque na trajetória político-intelectual de Ramírez, parte de um viés mais ligado aos estudos sobre a memória histórica para analisar os escritos do intelectual uruguaio sobre a história dos feitos de Artigas. No entanto, Fuão não se dedicou somente aos textos de Ramírez, tendo se debruçado, também, sobre algumas obras de outros vários autores brasileiros e uruguaiois atuantes entre o final do século XIX e o início do XX.¹¹³⁸

Tomás Sansón Corbo também tratou sobre os mesmos escritos de Ramírez que utilizamos, mas de modo mais alinhado à análise da história da historiografia rio-pratense propriamente dita. Desse modo, o historiador uruguaio dedicou-se à circulação das ideias para

¹¹³⁷Essas duas fontes já foram utilizadas pela maioria dos historiadores que mencionamos na nota de número 1134. No entanto, em nossa tese, propomos uma visão que, embora dialogue diretamente com todos os referidos autores, busca avançar em relação a tais análises a partir do aporte teórico-metodológico que vimos seguindo como fio condutor desde o início de nosso trabalho, o qual se baseia na complementaridade entre a História dos Intelectuais, a História Intelectual e a História Conceitual e com foco na conformação/ampliação de uma esfera pública no Uruguai a partir da trajetória político-intelectual de Ramírez. Desenvolvemos melhor tais argumentos adiante.

¹¹³⁸Ver: FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a.

a produção do conhecimento histórico no Uruguai e na Argentina do período, por meio das publicações de vários escritores de tais países ao longo de todo o oitocentos.¹¹³⁹

Justamente pela existência de tais análises sobre esses escritos de Ramírez relativos a Artigas, é inevitável que dialoguemos diretamente com esses e outros autores e que, também, concordemos e nos aproximemos de grande parte das análises já realizadas sobre tais fontes, as quais são as mesmas que utilizamos neste quarto capítulo. No entanto, reiteramos que o caminho que seguimos para analisar as propostas públicas de Ramírez a respeito da figura de Artigas é guiado pelo norte da História Intelectual, da História dos Intelectuais e da História Conceitual, complementaridade essa que vimos mobilizando desde o início de nossa tese.

Assim, esse aporte será realizado em consonância com o objetivo de compreender como se deram os usos públicos da linguagem para a formação de uma esfera pública nacional, na tentativa de tornar pública a ressignificação da história do país e de seus símbolos, principalmente os referentes ao processo de independência oriental. Embora o diálogo direto e constante com os referidos autores seja essencial para o nosso trabalho, buscamos, evidentemente, não repetir o que já foi produzido sobre o tema. Nesse sentido, acreditamos que essa escolha teórico-metodológica seja capaz de, no limite, proporcionar novas discussões e possíveis reinterpretações a respeito das concepções de Ramírez sobre Artigas e a reescrita da história nacional uruguaia, em sua intenção de defender a unidade da nação republicana oriental.

Assim, entendemos que o intelectual uruguaio foi orientado pela complementaridade entre duas concepções sobre a história, as quais teriam balizado sua defesa de Artigas e que, em nossa perspectiva, não foram tão exploradas pelos autores que também se dedicaram sobre essa temática específica. Uma delas foi uma abordagem micheletiana, caracterizada pela continuidade, pela unidade e pela síntese dos eventos do passado, de modo interligado, no desenvolvimento histórico e aliado à sensibilidade ligada ao homem na história.¹¹⁴⁰ E, em menor grau, também expressou um viés kantiano, o qual igualmente prezava pela unidade, mas buscava pensar, grosso modo, a tensão entre a concórdia (a sociabilidade) e a discórdia (a insociabilidade) como impulsionadores da história, ao mesmo tempo em que visava à

¹¹³⁹SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b.

¹¹⁴⁰Afirmamos isso a partir dos comentários de Hervé Martin a respeito da ideia de história em Michelet. Ver: MARTIN, Hervé. Michelet e a apreensão “total” do passado. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (Orgs. Em colaboração com Pascal Balmand). *As escolas históricas*. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Coleção História e Historiografia, 2018, p. 143-163. Tratamos sobre esse ponto, de modo mais aprofundado, mais adiante.

conformação de uma organização política e social “ideal” e racional.¹¹⁴¹ Veremos melhor sobre tais pontos adiante.

Essas duas inspirações político-intelectuais corroboraram, em nossa perspectiva, para que Ramírez reiterasse uma complementaridade histórica entre as atuações de Artigas, no início do processo de independência, nos anos 1810, e os feitos dos Trinta e Três Orientais, de 1825 em diante. Isso, a nosso ver, teria consistido em uma proposição político-intelectual que poderia ser entendida como um elemento renovador das visões não somente sobre Artigas, mas do passado nacional como um todo e como tentativa de oposição ao antiartiguismo histórico. De certo modo, em nossa visão, a interconexão das ações históricas, realizadas nesses dois eventos do passado nacional, podem ser concebidas como “vestígios da experiência” histórica uruguaia, os quais, por meio dos acúmulos contidos em suas respectivas singularidades, contribuíram para a continuidade e a constituição do todo histórico¹¹⁴² do processo de independência uruguaia no tempo.

Além disso, Ramírez, em seu esforço de “redimir” Artigas, o “caudilho oriental”, o intelectual uruguaio também matizou e valorizou o papel do caudilhismo e das camadas populares rurais no processo revolucionário de independência uruguaia.¹¹⁴³ Assim, defendeu a relevância desses líderes político-sociais, em especial Artigas, na preparação para as “tarefas difíceis”, para a unidade das massas em prol da “grande causa”¹¹⁴⁴ da emancipação. Isso, feito por meio da reconstituição da história nacional, teria sido mais uma forma de expressar a

¹¹⁴¹Embora Ramírez não tenha citado explicitamente Kant em seus escritos sobre Artigas e a história uruguaia, notamos que o intelectual oriental recorreu ao nome do filósofo alemão setecentista em outros textos seus como, por exemplo, em sua Quinta Conferência de Direito Constitucional, publicada em *La Bandera Radical*, na qual tratou sobre a soberania e a “paz perpétua” possíveis somente no sistema republicano. RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Quinta Conferencia. Relaciones del Derecho Constitucional con otras ciencias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 19, 4 de jun. 1871, p. 264-265. E, também, na Décima Segunda Conferência, quando sua atenção estava focada em discutir a “liberdade religiosa”. RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. XII. La libertad religiosa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 31, 27 de ago. 1871, p. 250. Assim, em nossa visão, também teria inspirado a concepção de história de Ramírez. Sobre a filosofia da história de Immanuel Kant, ver: BOURDÉ, Guy. As filosofias da história. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (Orgs. Em colaboração com Pascal Balmand). *As escolas históricas*. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Coleção História e Historiografia, 2018. Ver também: BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*. II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Veremos melhor sobre esse ponto do pensamento de Kant em Ramírez mais adiante.

¹¹⁴²Aqui, dialogamos diretamente com as indicações teórico-metodológicas de Reinhart Koselleck quando trata sobre os “estratos do tempo”. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre história. Tradução: Markus Hediger. 1a ed. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014, p. 20.

¹¹⁴³Assim como já havíamos nos posicionado no capítulo 1, nossa análise, neste capítulo 4, vai ao encontro das renovadas visões historiográficas a respeito da formação da cidadania, da violência e da institucionalização do Estado-Nação no século XIX latino-americano, estabelecidas de modo mais complexo do que a visão liberal e “sarmientina” defendeu. Sobre isso, ver nota número 174, localizada na página 58 do capítulo 1 de nossa tese.

¹¹⁴⁴Ainda segundo a visão kantiana sobre a história, ver: BOURDÉ, Op. cit., p. 95. Acreditamos que esses elementos também estiveram presentes nos escritos de Ramírez, conforme veremos.

inclusão dos setores populares e rurais em seu projeto de unidade e construção da nação em seu momento de escrita e atuação, ou seja, na segunda metade do século XIX. Assim como já havia feito em outros pontos de suas intervenções públicas, mas, em tais ocasiões, somente com os elementos próprios de seu presente.¹¹⁴⁵ Essa postura político-intelectual representou mais um ponto de discordância com Sarmiento¹¹⁴⁶, pois, embora o intelectual argentino tenha sido um de seus maiores referenciais político-intelectuais, como vimos no capítulo 1, o publicista uruguaio não seguiu as visões pejorativas do autor de *Facundo* a respeito de tais grupos sociais.

Além disso, acreditamos que a análise sobre a concepção de Ramírez acerca do passado uruguaio também contribui para compreendermos os significados do conceito de História que estavam sendo mobilizados naquele contexto, a partir, principalmente, das linguagens político-intelectuais mobilizadas por ele em relação aos demais escritores do período. Nesse sentido, tais inspirações micheletiana e kantiana sobre a história teriam sustentado as ressignificações que fez de Artigas em relação aos demais heróis nacionais uruguaios e, conseqüentemente, consistiram em “lances” político-linguísticos, em um diálogo com John Pocock, empreendidos por Ramírez, dentro do “jogo linguístico” de então.¹¹⁴⁷ Isso, em nossa visão, teria contribuído para as mudanças de concepção acerca do passado nacional uruguaio e para a construção de um imaginário nacional naquele país dali em diante, em diálogo direto com o que também argumentaram outros autores.¹¹⁴⁸ Enfim, tudo isso para que a nação oriental pudesse alcançar a unidade e a estabilidade políticas tão almejadas há décadas e o alcance de uma nova República Oriental do Uruguai.

No entanto, antes de tratarmos, de forma mais atida, sobre tais escritos de Ramírez, acreditamos ser válido entendermos como o processo de independência uruguia consistiu tanto em um problema não somente historiográfico, mas também político nas manifestações públicas

¹¹⁴⁵Tratamos sobre alguns desses exemplos de esforço de Ramírez em conciliar campo e cidade no capítulo 2 de nossa tese. Um deles foi quando o intelectual abriu espaço, no periódico *La Bandera Radical*, às reivindicações do líder rural Domingo Ordoñana, no início dos anos 1870. Somente a título de recordação, na ocasião, Ramírez reiterou a criação de uma Associação Rural, proposta por Ordoñana, como parte necessária de um desenvolvimento nacional comum, espaço esse que foi, de fato, criado posteriormente a tais intervenções públicas.

¹¹⁴⁶Como veremos adiante, Sarmiento também foi um antiartiguista convicto. Dessa forma, a discordância de Ramírez em relação ao intelectual argentino acerca desse ponto reforça, conseqüentemente, outro elemento de distanciamento entre os dois escritores.

¹¹⁴⁷POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

¹¹⁴⁸Principalmente Carlos Demasi e Juarez Fuão. Ver: DEMASI, Carlos. La figura de Artigas en la construcción del primer imaginário nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 341-351; FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a; FUÃO, Juarez José Rodrigues. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudos Ibero-Americanos/PUC-RS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez., 2009b. Ver, também, os trabalhos que mencionamos na nota de número 1134 e os demais capítulos que compõem a obra organizada por Ana Frega e Ariadna Islas, a qual citamos nesta nota 1148.

de Ramírez e outros intelectuais de seu momento de escrita e atuação. Ou seja, como ele foi abordado, por Ramírez, em consonância com o contexto político-intelectual e social do final do oitocentos naquele país, ainda em meio ao processo de consolidação do Estado nacional.

4.1. Em busca do “libertador” Artigas: a (re)construção de um imaginário nacional “oriental” (1875-1900)

4.1.1. Os combates à “calúnia histórica”: Artigas, de “bandido” e “desordeiro” a *Jefe Republicano de los Orientales*

Mesmo após o estabelecimento das independências dos países latino-americanos, em sua maioria ainda na primeira metade do século XIX¹¹⁴⁹, alguns discursos e imagens elaborados posteriormente a tais eventos não deixaram de recuperar elementos históricos próprios dos processos de emancipação. Mobilizados em contextos ulteriores por letrados, políticos e artistas oitocentistas, tais narrativas, grosso modo, consistiram na tentativa de pensar e construir a nação que ainda estava em vias de ser consolidada, mesmo após a promulgação das primeiras constituições republicanas independentes.¹¹⁵⁰ Assim, tais narrativas sobre o passado da nação consistiram em construções discursivas a respeito de memórias e imagens nacionais, responsáveis pela formação de uma identidade em detrimento de outras, enunciadas por indivíduos que buscaram legitimar uma posição e história próprias.¹¹⁵¹

Nesse sentido, consideramos que os intelectuais latino-americanos oitocentistas tiveram papel fundamental nesse processo, e a atuação de historiadores, literatos, publicistas, juristas, pintores, de dentro dos aparatos governamentais ou não, foi notável para a construção desse

¹¹⁴⁹Como é sabido, a bibliografia sobre o processo das independências hispano-americanas é vasta. De qualquer modo, embora não seja nosso objetivo, neste capítulo, tratar sobre as emancipações propriamente ditas dos países latino-americanos e seus respectivos processos e especificidades de formação político-linguísticos, conceituais, sociais e culturais, indicamos alguns trabalhos de autores dedicados a esses temas, em especial: GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Editorial MAPFRE-S.A., 1992; TERNAVASIO, Marcela. *Los juegos de la política*. Las independencias hispanoamericanas frente a la contrarrevolución. 1ª ed.- Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2021; PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia* (Ouro Preto), n. 3, p. 53-82, set. 2009; CHIARAMONTE, José Carlos. Conceptos y lenguajes políticos en el mundo iberoamericano, 1750-1850. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 140, p. 11-31, abr.-jun. 2008. Ver, também, outros trabalhos de José Carlos Chiaramonte, os quais também citamos na nota número 1333 deste capítulo 4.

¹¹⁵⁰PRADO, Maria Lígia. O artista entre a História, a política e a pintura: retratando a independência no século XIX. *e-l@tina*. Revista electrónica de estudios latinoamericanos, v.7, n. 25, Buenos Aires, p. 13-27, out.-dez. 2008.

¹¹⁵¹ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Tradução: Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

civismo.¹¹⁵² Além disso, contribuíram para a elaboração do que Stuart Hall chamou de “narrativas de nação”, essas constituídas por “[...] imagens, [...] eventos históricos, símbolos [...] nacionais que [...] *representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação.”¹¹⁵³

Em relação ao Uruguai, não foi diferente. Para além de uma reescrita da história propriamente dita, o processo de independência desse país não se limitou somente ao início do século XIX, tendo se estendido, inclusive, à segunda metade do oitocentos. Conforme defende o ensaísta e filósofo uruguaio Arturo Ardao, consistiu em um “problema” de caráter permanente, que foi debatido por vários escritores de fins daquela centúria. Possuiu dois vieses, embora interconectados entre si: 1) histórico, no sentido de interpretação a respeito dos eventos e personalidades que teriam resultado na emancipação; e 2) político, enquanto um “diagnóstico” a respeito do presente e do futuro de nosso país vizinho, mais especificamente sobre as possibilidades de manutenção de sua independência.¹¹⁵⁴ De acordo com as palavras de Ardao:

Nossa independência, vista como problema, o foi em dois sentidos. Um histórico, enquanto interpretação do passado: do processo que conduziu a ela, de suas figuras e episódios essenciais, especialmente – ainda que não unicamente – da personalidade de Artigas e o significado do 25 de agosto. Outro político, enquanto diagnóstico do presente e previsão do futuro: possibilidade ou capacidade do país para manter sua lograda condição de independente. Esses dois sentidos configuram, na verdade, dois problemas. Não são separáveis um do outro; suas respectivas abordagens andaram, por muitas vezes, misturadas. Mas são, sim, discerníveis, e à medida que o tempo passa, cada vez mais autônomos. Assim, por exemplo, para o problema histórico seguirá sendo sempre válida a fórmula: entre o Brasil e a Argentina; enquanto que para o problema político – político na acepção de política suprapartidária, ou política nacional, ou ainda política internacional – essa fórmula, válida ao longo do século XIX, perdeu vigência atualmente, sem que o problema em si tenha desaparecido.¹¹⁵⁵

De modo relacionado às colocações de Ardao, também estão, em nossa visão, as informações que nos traz José Pedro Barran acerca das intervenções estrangeiras sofridas pelo Uruguai ao longo do século XIX. E isso se mostra considerável, pois algumas delas ocorreram com a colaboração dos próprios partidos tradicionais uruguaios, os *blancos* e os *colorados*, nos

¹¹⁵² ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. V. 1, Buenos Aires: Katz, 2008, p. 9-27.; MYERS, Jorge. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta inicio del siglo XX. In: ALTAMIRANO, Op. cit., p. 29-50. Ver, também, os demais capítulos contidos nessa mesma obra organizada por Altamirano.

¹¹⁵³ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomás Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, p. 31, grifo do autor.

¹¹⁵⁴ ARDAO, Arturo. *Etapas de la inteligencia uruguaya*. Montevideo: UDELAR/Atenas, 1971, p. 175-176.

¹¹⁵⁵ Ibid.

contextos das guerras civis internas oitocentistas.¹¹⁵⁶ Segundo Barran, ao longo do século XIX, o país platino sofreu intervenções de outros países mesmo pouco depois do final do seu processo de emancipação e da implementação da primeira Constituição republicana independente. Tais interferências foram levadas a cabo, de um modo ou de outro, por países europeus como Inglaterra e França, ou pelos seus próprios vizinhos, o Brasil e a Argentina.¹¹⁵⁷

Alguns desses episódios foram a Guerra Grande (1839-1851), a “revolução de Flores” (1863-1865), no contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870), e a *Revolución de las Lanzas* (1870-1872), por exemplo, conforme já vimos nos capítulos anteriores. Além desses conflitos civis, parte do último terço do século XIX uruguaio foi marcado por ditaduras militares, as quais, por um lado, utilizaram-se da violência e cerceamento das liberdades de expressão¹¹⁵⁸, e, por outro, também fomentaram homenagens públicas a nomes da independência do país.¹¹⁵⁹

Entre os escritores da segunda metade do século XIX envolvidos com esse “problema” da independência, destacado por Ardao¹¹⁶⁰, estava Carlos María Ramírez (1848-1898). Embora esse escritor tenha contribuído para a construção da tese independentista que se tornou “clássica”¹¹⁶¹, acerca dos eventos e personalidades do referido processo histórico do país, não o fez de uma forma que manifestasse um nacionalismo “cego”, como argumenta Tomás Sansón Corbo.¹¹⁶² Além disso, Ramírez também se debruçou sobre o “problema” persistente da

¹¹⁵⁶Somente relembrando que os *colorados* tinham Fructuoso Rivera como seu líder histórico e os *blancos*, por sua vez, reverenciavam as figuras de Juan Antonio Lavalleja e Manuel Oribe como seus fundadores. CAETANO, Gerardo; RILLA, José. El sistema de partidos: raíces y permanencias. *Cuadernos del CLAEH*, n. 31, Montevideo, p. 81-98, 1984; BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. Tomo 4. 2ª ed. Montevideo: EBO, 1975. No entanto, todos eles foram militares subordinados a Artigas na época da primeira fase de independência e, como já colocamos, passaram a ser os líderes da Cruzada Libertadora de 1825, durante a segunda fase da emancipação.

¹¹⁵⁷BARRAN, Op. cit.

¹¹⁵⁸CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed (2019-impresso). Ciudad de México, El Colegio de México; 2020. E-book.

¹¹⁵⁹SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b.

¹¹⁶⁰ARDAO, Arturo. *Etapas de la inteligencia uruguaya*. Montevideo: UDELAR/Atenas, 1971.

¹¹⁶¹Sansón Corbo também analisou como parte da historiografia uruguaia, composta por autores do final do século XIX, como Francisco Bauzá, e de início e meados do XX, a exemplo de Pablo Blanco Acevedo e Juan Pivel Devoto, respectivamente, teriam identificado elementos políticos, sociais, econômicos e geográficos, próprios do período colonial, como sendo fundamentais para o desenvolvimento de uma veia autonomista e emancipatória, o qual foi o argumento base do surgimento da referida tese independentista “clássica”. Ver: SANSÓN CORBO, Tomás. La historiografía colonial y los fundamentos de la tesis independentista clásica en Uruguay. *Anuario Del Instituto de Historia Argentina*, n. 12, p. 1-26, 2012.

¹¹⁶²SANSÓN CORBO, Tomás. Historiografía y nación: una polémica entre Francisco Berra y Carlos María Ramírez. *Anuário del Instituto de História Argentina*, año 6, 2006, p. 11. Embora Ramírez tenha expressado, de forma explícita, sentimentos patrióticos bem aflorados em alguns momentos, conforme veremos melhor adiante. De qualquer modo, a respeito dos debates sobre a nação e os nacionalismos, de modo mais geral, ver os trabalhos contidos na seguinte obra: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Ver também: GONZÁLEZ, Jorge Enrique. Introducción. In: GONZÁLEZ, Jorge Enrique (Ed.). *Nación y nacionalismo en América Latina*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales (CES) /Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2007, p. 7-27.

emancipação, colocado por Ardao¹¹⁶³, no período delimitado entre os anos 1870 e 1880, no qual houve um movimento para se eleger um passado comum, que fosse mais inclusivo do que excludente.¹¹⁶⁴ Ou seja, a atuação de Ramírez ocorreu em um contexto no qual passou a ser dada maior atenção à inserção de vários elementos históricos dentro do mesmo imaginário nacional, com o intuito de se superar as divergências partidárias existentes desde a primeira metade do oitocentos.¹¹⁶⁵

Nesse sentido, em nossa visão, Ramírez, foi um intelectual que buscou mais incluir e conciliar símbolos, eventos e personalidades diversos da História uruguaia, principalmente aqueles próprios do processo de independência do país, embora Artigas tenha ocupado um espaço considerável em parte da produção político-intelectual de Ramírez. Essa sua atuação foi, a nosso ver, um modo de propor e construir, tanto no plano histórico quanto no político, uma unidade nacional ampla, visando a uma concretização em todos esses âmbitos. Ainda mais se levarmos em consideração o seu próprio contexto de produção intelectual, marcado tanto por guerras civis entre os dois partidos de então, os *blancos* e os *colorados*, quanto por ditaduras militares entre as décadas de 1870 e 1880, como já colocamos.

Segundo a historiografia, o projeto revolucionário artiguista de independência, marcado por uma veia radical e popular, foi caracterizado pelas seguintes medidas: o estabelecimento da educação pública, mais especificamente visando à criação do “homem novo”, o qual exerceria as virtudes cívicas e da revolução almejada; o confisco dos bens e repartição das terras dos “maus europeus e piores americanos”, medida essa que ficou conhecida como *Reglamento de Tierras* (1815); as chamadas *Instrucciones* de 1813, que consistiram em uma reafirmação de independência em relação à Espanha e de defesa da soberania da Província Oriental – adjetivo que substituiu o antigo nome “Banda Oriental”.¹¹⁶⁶ Isso tudo gerou a reação de setores conservadores de Montevideu, de Buenos Aires e da Coroa Portuguesa então estabelecida no Rio de Janeiro, levando, assim, à queda do governo artiguista.¹¹⁶⁷

Assim, a imagem de Artigas, ressignificada por Ramírez no final do século XIX, esteve, de modo mais geral e ao longo da história uruguaia, ligada aos conceitos de “revolução”, “democracia/jacobinismo”, “independência”, “desordem”, etc. Além disso, as menções a esse

¹¹⁶³ ARDAO, Arturo. *Etapas de la inteligencia uruguaya*. Montevideo: UDELAR/Atenas, 1971.

¹¹⁶⁴ DEMASI, Carlos. La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 343-344.

¹¹⁶⁵ Ibid.

¹¹⁶⁶ CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed. (2019-impresso). Ciudad de México, El Colegio de México: 2020. E-book, p. 38-39.

¹¹⁶⁷ Ibid.

herói representaram como cada um desses termos estava sendo concebido de acordo com as mudanças proporcionadas pelos processos históricos de independência em relação à Espanha, aos portugueses e ao Império do Brasil, durante os anos 1810 e 1820.¹¹⁶⁸ No entanto, as propostas e medidas tomadas por Artigas, no contexto da primeira fase da emancipação oriental (1811-1820), despertaram uma reação conservadora conjunta ao seu projeto revolucionário, levada a cabo não somente pela própria Coroa espanhola, mas também pela monarquia portuguesa e pelas elites orientais montevidéas¹¹⁶⁹, conforme já mencionamos.

Essa reação teria iniciado o antiartiguismo histórico, o qual foi reproduzido por vários escritores, publicistas e políticos argentinos e uruguaios oitocentistas até o início do último terço do século XIX. Tais visões negativas sobre Artigas estiveram inscritas no que se passou a considerar a “lenda negra artiguista”¹¹⁷⁰, a qual consistiu na depreciação da imagem do libertador desde a primeira fase da independência uruguaia, em 1811, até a década de 1880, e que concebeu o prócer como “bandoleiro”, “contrabandista” e “assassino”, principalmente.¹¹⁷¹

Segundo Juarez Fuão, essa lenda teria se iniciado a partir dos escritos dos adversários políticos históricos de Artigas, como Dom Pedro Cavia, ainda na década de 1810.¹¹⁷² Por sua vez, Ana Frega, autora que analisou alguns desses discursos antiartiguistas do mesmo período, afirma que o outro inimigo de Artigas foi o montevidéano Nicolás Herrera, o qual, em carta enviada ao Ministro português em 1815, afirmou que o libertador, e a revolução comandada por ele, teve o objetivo de

“[...] dividir entre si os brancos” – espanhóis europeus e *criollos* – e abriu um espaço para que o “ódio do populacho e a canalha” se manifestasse “com fúria contra as cabeças de quantos até ali se viram como superiores”. Por essa razão,

¹¹⁶⁸CAWEN, Inés Cuadro. “Entre clasicismo, jacobinismo y representatividad”. Variaciones del concepto político “democracia” en el territorio de la Banda Oriental del Uruguay (1770-1870). In: CAETANO, Gerardo (Org.). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 155-174.

¹¹⁶⁹FREGA, Ana. Las caras opuestas de la revolución. Aproximación a sus significados desde la crisis de la monarquía española a la construcción del estado-nación. In: CAETANO, Gerardo (Org.). Op. cit., p. 51-72.

¹¹⁷⁰Segundo a expressão criada por Juan E. Pivel Devoto, na década de 1950. Ver: PIVEL DEVOTO, Juan E. De la leyenda negra al culto artiguista. *Marcha*. 23 de jun. 1950-2 de fev. 1951 apud FREGA, Ana. La virtud y el poder: la soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comps.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 101-133. Juarez Fuão, inclusive, afirma que Ramírez “[...] pode ser considerado um dos principais precursores no processo de deslegitimação da antiga *leyenda negra* imputada ao personagem [Artigas]”. FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a, p. 120, grifos do autor, inserção nossa; FUÃO, Juarez José Rodrigues. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudos Ibero-Americanos/PUC-RS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez., 2009b, p. 40, grifos do autor, inserção nossa.

¹¹⁷¹FUÃO, 2009b, Op. cit.

¹¹⁷²FUÃO, 2009a, Op. cit.; FUÃO, 2009b, Op. cit.

entendia que a coroa portuguesa tinha “um direito indisputável para empregar seu poder na pacificação do Rio da Prata”.¹¹⁷³

Um dos motivos de tal oposição a Artigas, apontadas por Inés Cuadro Cawen, consistiram na relação direta entre as ideias de “igualdade” e de “democracia”, tanto no viés político quanto no âmbito social, pois seu exército era formado também por muitos indígenas, negros escravizados e homens pobres livres da área rural.¹¹⁷⁴ Nesse sentido, Cawen, em diálogo com outros autores que também estudaram especificamente o período artiguista, trata sobre a associação imagética, discursiva e conceitual entre a figura de Artigas, suas tropas e o “jacobinismo”, em referência às práticas do período mais radical da Revolução Francesa.¹¹⁷⁵

Como veremos mais adiante, Ramírez, ao ressignificar a figura de Artigas, de modo interligado aos líderes da segunda fase do processo de independência oriental – Rivera, Lavalleja e Oribe – buscou, de certa forma, recuperar esse sentido igualitário contido no conceito de democracia artiguista. E ele o teria feito a partir de sua intenção em conciliar setores que, até então, pareciam inconciliáveis, quais sejam: os pertencentes ao campo e à cidade. No entanto, procurou desvincular dele as conotações de cunho “jacobino”, tendência política da qual foi crítico devido aos “excessos” violentos que enxergou em tais práticas exercidas ainda na Revolução Francesa, e não a respeito das camadas populares que o compuseram, conforme já vimos nos capítulos 2 e 3.

Conforme também já vimos, os próprios líderes e demais integrantes da Cruzada Libertadora de 1825 procuraram se distanciar do artiguismo, visando a uma possibilidade política mais moderada, conforme pontua Caetano.¹¹⁷⁶ Ao longo das décadas seguintes à conclusão do processo emancipatório e da promulgação da primeira Constituição republicana da vida independente do país, também houve manifestações negativas, ou o silêncio, concernentes a Artigas. Além de todos esses relatos anteriores, acreditamos, também, ser

¹¹⁷³HERRERA, Nicolás, 1815, p. 10-16 apud FREGA, 2013, FREGA, Ana. Las caras opuestas de la revolución. Aproximación a sus significados desde la crisis de la monarquía española a la construcción del estado-nación. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 59, aspas da autora.

¹¹⁷⁴CAWEN, Inés Cuadro. Variaciones del concepto político “*democracia*” en el territorio de la Banda Oriental del Uruguay (1770-1870). In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 159.

¹¹⁷⁵Ibid., p. 161.

¹¹⁷⁶CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed (2019-impresso). Ciudad de México, El Colegio de México: 2020. E-book. Esse é um dos pontos que Ramírez mobilizou para justamente argumentar que não houve, de fato, uma ruptura entre os expoentes de cada uma das fases da emancipação oriental, de modo a defender essa unidade e continuidade históricas que deveriam contribuir para a coesão nacional do país. Veremos melhor sobre esse ponto mais adiante.

pertinente mencionarmos a manifestação de alguns membros do *patriciado*¹¹⁷⁷, os chamados “doutores” da área urbana de Montevideu, em 1827, ou seja, logo após firmada a independência do país platino e no contexto de elaboração da primeira Constituição do país. Tais personalidades não esconderam sua satisfação com o “novo momento” da República uruguaia ainda em fase de construção de suas instituições, a qual teria se libertado da “anarquia” e da “tirania doméstica”, o que faria com que, daquele momento em diante, seria possível, de fato, “constituir o país e fechar para sempre a revolução...”.¹¹⁷⁸

Conforme nos esclarece Barran, a partir das informações de Ariosto González, alguns daqueles membros defensores de tais ideias eram Joaquin Suárez, Juan Giró e Gabriel Pereira, os quais foram presidentes nas décadas de 1840, 1850 e 1860, respectivamente, e que, ao que tudo indica, tais impressões sobre Artigas teriam continuado no momento mesmo em que ocuparam o cargo público máximo do país.¹¹⁷⁹ Além disso, memórias de viajantes que passaram pela região e textos, de caráter histórico, produzidos por intelectuais argentinos e uruguaio posteriores ao período emancipatório, a exemplo de Fidel López, Mitre¹¹⁸⁰, Sarmiento e o já mencionado Berra, também teriam contribuído para a permanência dessa lenda.¹¹⁸¹

Como podemos perceber, as visões negativas a respeito de Artigas continuaram sendo reproduzidas mesmo após sua morte, ocorrida em 1850, no Paraguai, país no qual estava exilado

¹¹⁷⁷O *patriciado* uruguaio foi o grupo constituído pelos descendentes dos funcionários civis e militares do antigo Vice-Reinado. Para mais informações, ver: REAL DE AZÚA, Carlos. *El patriciado uruguaio*. Montevideo: Imprenta Letras S.A., 1961.

¹¹⁷⁸GONZÁLEZ, Ariosto [et. al]. *El Centenario de la independencia nacional*. Biblioteca La Nueva Era, Montevideo, 1921, p. 58-62 apud BARRAN, José Pedro. La independencia y el miedo a la revolución social en 1825. *Revista de la Biblioteca Nacional*, n. 24, 1986, p. 72.

¹¹⁷⁹Ibid.

¹¹⁸⁰Justamente pela falta de apoio estatal e pela dificuldade de acesso aos materiais, fossem eles fontes ou bibliografia devido ao fato de os arquivos públicos ainda estarem em fase inicial, no Uruguai e na Argentina, os intelectuais desses países recorreram a uma comunicação direta e à troca de materiais de cunho privado para a escrita de seus textos sobre a história regional e de suas respectivas nações. Um dos maiores exemplos foi a ligação estabelecida entre o uruguaio Andrés Lamas e Mitre, os quais trataram sobre obras próprias e de outros escritores argentinos e uruguaio em suas cartas trocadas. Sobre isso, ver: SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b. Sobre o processo de consolidação institucional dos institutos históricos e geográficos, e uma comparação entre alguns intelectuais “historiadores” brasileiros, argentinos e uruguaio do mesmo período, ver: DEVOTO, Fernando J. La construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 269-289. José Alves de Freitas Neto tratou, de modo mais específico, sobre a obra historiográfica e política de Mitre na década de 1880, e sua característica ligada ao rigor e à história como “prova” ou “comprovação”, o que, segundo o autor, o teria diferenciado dos demais expoentes da chamada Geração de 1837, a exemplo de Sarmiento, Alberdi, Echeverría, entre outros intelectuais conhecidos, e, também, consistido em um patrimônio historiográfico argentino. Sobre esse assunto, ver: FREITAS NETO, José Alves. Mitre e a edificação de um patrimônio historiográfico argentino. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 7, p. 74-89, nov./dez. 2011.

¹¹⁸¹FUÃO, Juez José Rodrigues. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudos Ibero-Americanos/PUC-RS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez., 2009b.; SANSÓN CORBO, Op. cit.

desde sua derrota ainda na primeira fase da independência uruguaia, ou *Revolución Oriental*. No entanto, isso começou a mudar no último terço do século XIX, momento em que se passou a reivindicar positivamente sua figura histórica.¹¹⁸² E o contexto político-intelectual de então nos auxilia consideravelmente a compreender tais usos ressignificados.

Conforme argumenta Caetano, em um período de “indefinição das fronteiras” não havia ideais e imaginários de nação definidos e consolidados naquele país¹¹⁸³, conforme já havíamos tratado no início de nossa tese. Daí, a necessidade de se valorizar a “orientalidade” e reiterar a autoridade do país diante de seus “gigantes” vizinhos, Brasil e Argentina.¹¹⁸⁴ Ainda mais se considerarmos que esses dois países intervieram diretamente no Uruguai mesmo após a independência oriental, seja por meio de conflitos diretos ou alianças com os partidos locais, até a segunda metade do oitocentos, o que intensificou a condição histórica de estar “entre” seus dois países vizinhos.¹¹⁸⁵

Assim, diante da “urgência” em se criar as imagens históricas sobre a nação, alguns escritores como Francisco Bauzá, Eduardo Acevedo Díaz, Juan Zorrilla de San Martín, Clemente Fregeiro e o próprio Ramírez¹¹⁸⁶ se colocaram nessa tarefa, de modo a evitar que o Estado oriental independente se dissolvesse.¹¹⁸⁷ Nesse sentido, entre os “sonhos” e “frustrações” a respeito da independência¹¹⁸⁸, essa defesa da “ordem” e da “viabilidade” nacionais¹¹⁸⁹ ecoou, também, na atuação político-intelectual de Ramírez várias décadas após a emancipação do país e a criação da primeira Constituição, no mesmo contexto de escrita dos demais intelectuais mencionados.

¹¹⁸²Juan E. Pivel Devoto foi um dos autores que realizou uma análise sobre tal mudança de perspectiva a respeito da figura histórica de Artigas por meio de vários artigos publicados no semanário *Marcha*, ainda no início da década de 1950, os quais foram intitulados “De la leyenda negra al culto artiguista”. Ver: PIVEL DEVOTO, Juan E. De la leyenda negra al culto artiguista. *Marcha*. 23 de jun. 1950–2 fev. 1951 apud FREGA, Ana. La virtud y el poder: la soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comps.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 101-133.

¹¹⁸³CAETANO, Gerardo. Identidad nacional y imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario. In: ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo (Orgs.). *Identidad uruguaya: ¿mito, crisis o afirmación?* 3ª. ed, Montevideo: Ediciones Trilce, 1993, p. 82.

¹¹⁸⁴BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. *Historia rural del Uruguay Moderno (1886-1894)*. Tomo II. La crisis económica. Montevideo: EBO, 1968 apud CAETANO, 1993, Op. cit., p. 83.

¹¹⁸⁵ARDAO, Arturo. *Etapas de la inteligencia uruguaya*. Montevideo: UDELAR/Atenas, 1971, p. 176.

¹¹⁸⁶FREGA, Op. cit.

¹¹⁸⁷ROCCA, Pablo. Los destinos de la nación. El imaginario nacionalista en la escritura de Juan Zorrilla de San Martín, Eduardo Acevedo Díaz y su época. In: ACHUGAR, Hugo; MORAÑA, Mabel (Orgs.). *Uruguay: imaginarios culturales. Desde las huellas indígenas a la modernidad*. Montevideo: Trilce, 2000.

¹¹⁸⁸PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2014, p. 73.

¹¹⁸⁹RIBEIRO, Ana. Orden y desorden: salud y enfermedad social en tempos de heroísmos fundacionales. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 123-124.

Assim, entre o final da década de 1870 e início dos anos 1880, o debate público, no Uruguai, também foi caracterizado por alguns pontos que conduziram tais recuperações da imagem do libertador da Banda Oriental em relação à Espanha, fosse no plano interno ou no externo, segundo Carlos Demasi. Conforme pontua o autor, no primeiro caso, a política de coparticipação dos partidos, estabelecida a partir da Paz de Abril (1872) pós-*Revolución de las Lanzas*, abriu caminho para a possibilidade de certo consenso e trégua relativos às guerras civis endêmicas. Lembremos que Ramírez também foi um dos maiores propositores da referida coexistência democrática do início dos anos 1870, por meio de textos diversos e das páginas de *La Bandera Radical*, tendo se envolvido consideravelmente nesse debate. Em relação ao segundo âmbito, ainda havia, em maior ou menor grau, as tentativas de intervenção das potências imperialistas e dos seus vizinhos, Brasil e Argentina, em relação aos países menores, como o Uruguai, conforme já mencionamos. Desse modo, as últimas três décadas do oitocentos uruguaio foram marcadas por um processo político e cultural que Demasi denominou de flexibilização das “fronteiras partidárias” e, simultaneamente, a nacionalização das “fronteiras estatais/nacionais”.¹¹⁹⁰

Nesse sentido, tal contexto político-intelectual contribuiu para um revisionismo histórico complexo, com considerável apoio social, que, inicialmente, não focou necessariamente em Artigas, mas sim elegeu diversos símbolos potenciais para compor tal imaginário nacional, conforme ainda defende Demasi. Algumas de tais manifestações revisionistas se deram tanto pelos escritos públicos dos intelectuais quanto pela arte, na pintura, e até mesmo por parte do poder público na figura de alguns dos governos militares do início dos anos 1880. Dentre tais manifestações, podemos mencionar a repercussão do quadro de Juan Manuel Blanes, que ficou conhecido como o “pintor da pátria”, sobre o evento histórico do desembarque dos Trinta e Três Orientais durante a Cruzada Libertadora de 1825, elaborado no ano de 1878.¹¹⁹¹

Recordemos que Ramírez também se utilizou consideravelmente desse evento em seus escritos e discursos publicados naquele mesmo momento, ao tratar sobre a inauguração do monumento histórico em homenagem aos mesmos Trinta e Três Orientais no departamento de Florida, um ano após o quadro de Blanes ter ido a público. O referido monumento foi de caráter escultórico, feito em homenagem à Declaração e aos eventos da independência diante do

¹¹⁹⁰DEMASI, Carlos. La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 345.

¹¹⁹¹Ibid.

Império do Brasil, ocorridos a partir de 1825 na mesma região do departamento de Florida, obra cuja autoria foi do artista Juan Ferrari.¹¹⁹²

Foi nesse exato momento, o final da década de 1870, que a independência uruguaia se colocou, pela primeira vez, ao mesmo tempo como um problema histórico e político para os intelectuais orientais. Por um lado, escritores como Juan Carlos Gómez e Ángel Floro Costa negavam o 25 de agosto como a data oficial da Declaração da emancipação e defendiam a anexação do território uruguaio à Argentina. De outro lado, estavam os que não só reforçavam a manutenção desse dia, como também rejeitavam a união aos argentinos. No segundo grupo, além do próprio Ramírez, podemos mencionar seu irmão, José Pedro, além de Juan Zorrilla de San Martín e Francisco Bauzá.¹¹⁹³ Além de tudo isso, também foram fomentadas comemorações oficiais levadas a cabo pelo governo central uruguaio, tais como o funeral público de Artigas na Catedral de Montevidéu, empreendidas pelo governo militar de Máximo Santos (1882-1886).¹¹⁹⁴ Desse modo, conforme pondera Demasi:

Assim, criava-se o contexto para a conformação de uma identidade própria, que resolvesse as antigas divisões entre os habitantes do país e construísse uma visão aceitável da história. É nesse marco que se inscreve a construção de todo um imaginário nacional referente basicamente à elaboração de um passado comum, que cumprisse uma função inclusiva e não excludente: além do projeto de edificação de monumentos a Joaquín Suárez e a Artigas, contam-se, também, as homenagens a Leandro Gómez e aos “mártires de Quinteros”, e a decisão de erigir uma estátua a Garibaldi.¹¹⁹⁵

Desse modo, foi um contexto balizado pela intensificação do processo de construção dos “heróis nacionais”, marcada pela busca por um “modelo social” e um “guia de conduta”.¹¹⁹⁶ De modo geral, na Região do Rio da Prata, passou-se a ser realizado um esforço tanto estatal¹¹⁹⁷ quanto por parte de setores sociais, a respeito da intenção de se construir uma sustentação racional para as instituições políticas. O intuito foi o de se estabelecer uma coesão e unidade político-social tanto no Uruguai, quanto na Argentina do mesmo período, conforme pontua

¹¹⁹²ACEVEDO, Eduardo. *Anales Históricos del Uruguay*. T. IV. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1934.

¹¹⁹³ARDAO, Arturo. *Etapas de la inteligencia uruguaya*. Montevideo: UDELAR/Atenas, 1971, p. 176-177.

¹¹⁹⁴SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b.

¹¹⁹⁵DEMASI, Carlos. La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 343-344, aspas do autor.

¹¹⁹⁶Ibid., p. 345.

¹¹⁹⁷Alguns dos exemplos desses esforços do Estado se encontraram na implementação de sistemas escolares que prezavam por uma educação pública nacionalista, baseada no aprendizado dos mitos de origem de cada nação, além do processo de secularização e dos intentos de se pôr fim ao caudilhismo ainda presente nos países do Rio da Prata, tudo em meio ao início da modernização capitalista. SANSÓN CORBO, Op. cit.

Tomás Sansón Corbo.¹¹⁹⁸ E, para essa finalidade, os historiadores tiveram papel essencial em tal empreitada, embora o conhecimento histórico fosse uma área ainda incipiente durante o último terço do século XIX e o campo historiográfico, no sentido bourdiesiano, ainda não ser algo consolidado, ainda segundo Sansón Corbo.¹¹⁹⁹

Mais especificamente em relação ao Uruguai, apesar de terem sido cogitados os possíveis “heróis” a serem lembrados na história do país, o processo caminhou para uma convergência em se atentar para a atuação histórica de Artigas. Desse modo, tal movimento revisionista mais amplo veio a atribuir, ao libertador de 1811, uma outra faceta: a partir dos escritos públicos e da arte, o prócer deixava de ser o “bandido”, o “assassino” ou o “desordeiro”, e passava a ser o viabilizador e/ou “precursor” da “nacionalidade oriental”. Assim, ainda segundo Fuão, a intelectualidade uruguaia passava a “glorificar” Artigas e desacreditar a antiga “lenda negra artiguista”, buscando esvaziar seu caráter pejorativo e, consequentemente, associando-a aos “inimigos” da nação uruguaia.¹²⁰⁰

Nesse sentido, mais especificamente do início dos anos 1880 em diante, vários intelectuais focaram em Artigas, mas tiveram objetivos diferentes em suas recuperações acerca da imagem histórica do prócer nacional. Francisco Bauzá¹²⁰¹, em sua *Historia de la Dominación Española en el Uruguay*, uma obra de três tomos, já não reproduziu o antiartiguismo, mas problematizou algumas questões ligadas ao prócer, além de não ter focado em concretizar somente o destino da “nação”, mas de outros territórios regionais também.¹²⁰²

Segundo Fuão, Bauzá passou a tratar sobre a atuação de Artigas somente no último tomo, no qual propõe uma visão em que o meio no qual o prócer nasceu, cresceu e se formou teria moldado sua forma de agir posteriormente. Além disso, segundo o autor, ao invés de

¹¹⁹⁸SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b.

¹¹⁹⁹Para Sansón Corbo, esse foi o “período fundacional” das historiografias uruguaia e argentina. Conforme pontua o próprio autor: “Constituiu, em si mesmo, uma etapa de realização e de transição em relação a: a) forjaram nela (e tiveram sua consumação) os movimentos e anseios largamente gestados por espontâneos produtores do pretérito que elaboraram as primeiras crônicas pratenses [...]; e b) definiram-se os referentes arquetípicos e os mitemas fundacionais (por parte de autores como Bartolomé Mitre, Vicente Fidel López, Francisco Bauzá e Carlos María Ramírez), verdadeiros axiomas nacionalistas nos quais beberiam os historiadores que, posteriormente, articulariam as histórias oficiais dos Estados-nação argentino e uruguaio”. SANSÓN CORBO, Op. cit., p. 10-11.

¹²⁰⁰FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a, p. 84-85, grifos do autor.

¹²⁰¹Francisco Bauzá (1849-1899) atuou principalmente como professor, jurista e publicista durante a segunda metade do século XIX. Foi membro do *Partido Colorado*, colaborou com os periódicos *El Nacional* e *Debate* e, também, dedicou-se aos estudos históricos relativos ao passado da nação uruguaia. FUÃO, Op. cit.

¹²⁰²DEMASI, Carlos. La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 346.

reproduzir a visão da historiografia argentina que concebia Artigas como “desordeiro” ou relacionado à “anarquia”, Bauzá o entendeu como um ator histórico que respeitou as autoridades e a “ordem” estabelecida, na qualidade de então subordinado ao exército monárquico. Ainda conforme Fuão, Bauzá também o concebeu como um seguidor das leis e um indivíduo dotado de valores republicanos, possuidor da “qualidade altruística de se relacionar com a sociedade. Agiria sem nada exigir em troca, pela simples intenção de auxiliar o povo em sua luta pela liberdade e sobrevivência”.¹²⁰³

Outro autor que se destacou nesse revigoramento de Artigas foi Clemente Fregeiro, visto, pela historiografia, como o mais hagiográfico no sentido de ter atribuído um caráter bíblico e sagrado aos feitos de Artigas, ao ter escrito um artigo intitulado “*Éxodo del pueblo oriental*”. Nesse texto, Fregeiro se dedicou à emigração das tropas e das famílias seguidoras de Artigas na derrota sofrida por eles após uma de suas tentativas em tomar a capital Montevidéu, ainda no contexto das guerras de independência. Desse modo, esse escritor buscou atribuir um sentido bíblico e épico a tal evento, em uma alusão à liderança de Moisés nos eventos de libertação e fuga dos hebreus do Egito.¹²⁰⁴

Por seu turno, conforme já reiteramos, Ramírez, atento às manifestações desses e outros intelectuais de então, não focou somente na figura de Artigas. Ele também destacou, com a mesma relevância histórica e política, o desembarque dos Trinta e Três Orientais durante a Cruzada Libertadora de 1825 e seus eventos posteriores, as batalhas de Rincón e Sarandí, seus líderes (Oribe, Lavalleja e Rivera) e o general Melchor Pacheco y Obes, um daqueles “cruzados heróis”, de acordo com o que já vimos no capítulo 1. Todos esses elementos foram mencionados por Ramírez mediante os significados e ressignificações atribuídos por ele a esses eventos e nomes, próprios tanto da primeira (1811-1820), quanto da segunda fase (1825-1828) do processo de independência uruguaia.

Embora tenha dado atenção aos elementos e personalidades dos dois momentos do processo de emancipação uruguaia, neste capítulo nos dedicamos à ressignificação de Artigas realizada por Ramírez em meio aos debates político-intelectuais a respeito do prócer e da reescrita da história nacional do país, conforme já colocamos. No entanto, também destacamos os momentos em que o intelectual uruguaio procurou exaltar as ações dos Trinta e Três, em

¹²⁰³FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a, p. 118.

¹²⁰⁴DEMASI, Carlos. La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 341-351.

1825, ligando-as às ações de Artigas em 1811, como elementos de uma continuidade, síntese e unidade históricas, na linha teórica proposta por Michelet e Kant.¹²⁰⁵

Assim, Ramírez, um “ex-antiartiguista”, mudou sua concepção sobre o libertador e passou a defendê-lo publicamente.¹²⁰⁶ Isso, para além de atribuir um significado republicano a Artigas visando a propor um novo “modelo” de cidadão a ser construído, conforme alguns outros autores já trataram¹²⁰⁷, também foi, em nossa visão, uma intenção de fomentar e ampliar a esfera e o debate públicos sobre a reformulação da história nacional.

Desse modo, em nossa perspectiva, Ramírez via essa reconstrução da imagem de Artigas objetivando tratar sobre mais um elemento necessário para a reconstrução e coesão nacionais, quais sejam a reformulação geral da esfera pública, da educação pública e dos princípios político-jurídicos e constitucionais, principalmente o federalismo e a soberania. E esse envolvimento de Ramírez, nos debates sobre a história uruguaia, também consistiu em uma intenção de mediação político-cultural, pois, conforme veremos, havia o objetivo de não apenas trazer os eventos pretéritos a público, mas também *ao* público, ao povo oriental que se buscava formar por meio da reelaboração da atuação de Artigas, ligada aos demais heróis.

4.2. Ramírez e seu *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental Del Uruguay* (1881/1882)

4.2.1. Entre Michelet e Kant: unidade, continuidade, totalidade e sociabilidade na concepção de História de Ramírez

Embora consideremos as análises a respeito das transformações do conceito de “História” ao longo do tempo, seja na Europa ou nas Américas, não realizamos, aqui, um panorama detido sobre tais alterações linguísticas e semânticas do referido termo. Considerando

¹²⁰⁵ Conforme já indicamos no início deste capítulo 4 e trataremos melhor no tópico seguinte.

¹²⁰⁶ Segundo o próprio Ramírez, devido a suas raízes familiares (foi neto de um opositor de Artigas), ele teria se desprendido de tal reprodução antiartiguista para revisar criticamente a atuação histórica do prócer. RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882. p. 23-24; RAMÍREZ, Carlos María. Introducción. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. V. Trataremos melhor sobre essa mudança de postura de Ramírez mais adiante.

¹²⁰⁷ DEMASI, Carlos. La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 341-351; ISLAS, Ariadna. Ciudadano Artigas: Notas a propósito de la construcción de la ciudadanía en Uruguay, 1888-1897. In: FREGA; ISLAS (Orgs.), Op. cit., p. 353-366; FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a; FUÃO, Juarez José Rodrigues. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudos Ibero-Americanos/PUC-RS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez., 2009b.

que tal análise tenha, como pressuposto, a apreensão dos diversos significados conceituais em um período longo, isso foge dos objetivos que estabelecemos para nossa tese. No entanto, o que nos que interessa, inicialmente, é que o conceito de História passou a ter um sentido unívoco, em detrimento da concepção plural própria da ideia de *magistra vitae* (ou “mestra da vida”, dos exemplos a serem seguidos por meio de várias histórias), deixando, assim, de possuir um cunho formal. Essa mudança, grosso modo, teria ocorrido de meados do século XVIII em diante, e sofrido, em cada contexto e locais específicos, diversas mudanças de significados ao longo do tempo, além de ter sido uma expressão do advento da modernidade e de seus modos de apreensão.¹²⁰⁸

Nesse sentido, considerando tal mudança geral, acreditamos que Ramírez também tenha expressado esse conceito unívoco de História em seus escritos sobre Artigas e os demais elementos do processo de independência oriental, o que convergiria com a ideia de unidade e coesão político-sociais que já defendia desde o final da década de 1860. Ramírez escreveu sua resposta a Berra quando estava em Buenos Aires, no final de 1881, mas que foi publicada somente em 1882. Conforme o próprio intelectual oriental deixou claro em seu livro, a intenção inicial era de publicar tal escrito em formato de artigos na imprensa, mais especificamente pelas páginas do diário *El Plata*, do qual foi um dos criadores juntamente com outros “constitucionalistas” no ano de 1880. No entanto, devido ao fechamento do periódico por parte dos militares a mando do então ditador Máximo Santos, sobre o qual tratamos no capítulo 3, optou pela sua publicação no formato livresco.¹²⁰⁹

Um dos pontos iniciais da crítica de Ramírez radicou naquilo que, ao que tudo indica, ele entendia como História, ainda em um momento em que o campo historiográfico estava se iniciando no Uruguai.¹²¹⁰ Dentro da edificação desse novo campo, havia as tensões entre a intenção de se dotar de objetividade científica tal discurso sobre a história em detrimento dos

¹²⁰⁸Para análises a respeito deste tema na Europa, mais especificamente na Alemanha, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006; KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Tradução: Markus Hediger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. Sobre o estudo do termo na Espanha, em Portugal e nos países hispano-americanos entre os séculos XVIII e XIX, ver: ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. Historia, experiencia y modernidad en Iberoamérica, 1750-1850. In: SEBÁSTIAN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 551-579; WASSERMAN, Fabio. Historia – Rio de la Plata. In: SEBÁSTIAN (Dir.), Op. cit., p. 580-592. Acerca dessa temática relacionada ao Brasil do setecentos e do oitocentos, ver: PIMENTA, João Paulo G.; ARAÚJO, Valdeí Lopes. História. In: *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte, MG: EDUFMG, 2014, p. 103-120.

¹²⁰⁹RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882.

¹²¹⁰SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. – La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b.

valores políticos e subjetivos, segundo Carolina González Laurino.¹²¹¹ Ainda de acordo com a autora,

As urgências da construção nacional demandam do historiador uma atitude didática. O passado, objeto de estudo na nova ciência, transforma-se, assim, em encenação das lutas e debates do presente, delimita o cenário e instrui os leitores sobre as atitudes políticas que deveriam adotar no juízo de instituições, condutas e pessoas.¹²¹²

No entanto, apesar de Laurino e, de certa forma, Sansón Corbo conceberem Ramírez e outros escritores daquele momento como historiadores propriamente ditos, acreditamos ser necessário ter cautela em relação a tal afirmação sobre o autor do *Juicio Crítico*, pois ele, a nosso ver, não estava discutindo uma sistematização do campo da História naquele momento. Apesar de Ramírez ter se preocupado com algumas questões relativas a como se escrever a história nacional, o intelectual uruguaio não demonstrava uma preocupação puramente relacionada à constituição de uma disciplina historiográfica propriamente dita. Desse modo, apesar de haver uma intenção de resolver um problema histórico a respeito do passado uruguaio – ou melhor, sobre a independência oriental –, reiteramos, mais uma vez em diálogo com Ardao, que, nos textos daqueles escritores, havia uma considerável imbricação entre o campo historiográfico com o político.¹²¹³

Nesse sentido, no que tange às inspirações político-intelectuais de Ramírez em relação à escrita sobre o passado em seu contexto, ou ao menos sobre o modo que esse intelectual concebia a história, Sansón Corbo argumenta que o escritor esteve mais alinhado à corrente “erudita”, a qual havia se iniciado ainda na primeira metade do oitocentos. Tal viés possuiu expoentes nos dois lados do Rio da Prata, caracterizou-se pelo rigor na análise das fontes históricas e rivalizou com a “tendência filosofante”, da qual Berra teria feito parte. Esse último viés era baseado na relativização dos documentos, na busca pelas causas dos acontecimentos e não hesitava em atribuir juízos de valor ou condenar seus adversários, o que o diferenciava da chamada “tendência erudita”.¹²¹⁴

Por um lado, os iniciadores da vertente “erudita” foram Pedro de Angelis, na Argentina, e Andrés Lamas, no Uruguai, os quais foram sucedidos pelo argentino Bartolomé Mitre e pelos uruguaios Francisco Bauzá e o próprio Ramírez, por exemplo, mediante a inspiração do romantismo de Michelet. Essa referência intelectual do historiador francês teria contribuído

¹²¹¹LAURINO, Carolina González. *La construcción de la identidad uruguaya*. Montevideo: Ediciones Santillana S.A/Taurus, 2001.

¹²¹²Ibid., p. 134.

¹²¹³ARDAO, Arturo. *Etapas de la inteligencia uruguaya*. Montevideo: UDELAR/Atenas, 1971, p. 175-176.

¹²¹⁴SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. – La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 35.

para uma “preceptiva metodológica” na produção sobre o conhecimento histórico elaborado por Ramírez e os demais “eruditos” de seu período, caracterizada pela “busca, seleção e crítica de documentos”.¹²¹⁵ Já em relação aos intelectuais da “tendência filosofante”, alguns representantes desse viés foram os “volterianos” Alejandro Magariños Cervantes, ex-professor de Ramírez na Universidade, e o argentino José Manuel Estrada, também inspirados por outros historiadores franceses e ingleses, tais como François Guizot e Henry Thomas Buckle, por exemplo.¹²¹⁶

Nesse sentido, Ramírez, buscando uma justa-medida entre uma objetividade/racionalidade e a subjetividade/sensibilidade em seus escritos, mas também orientado por uma concepção político-institucional em sua leitura da obra de Berra, afirmou o seguinte:

Não surge de tão laboriosa e intermitente gestação uma obra simples, simétrica e bela como o dogmatismo dessas teses filosóficas *que se chamam constituições*, mas sim um organismo complicado e confuso, muitas vezes disforme, mas com vida poderosa nos costumes e cujas imperfeições vão gradualmente se reparando sem comprometer por transições violentas a existência do conjunto. [...] mas não parece, francamente, que possam aplicar-se essas doutrinas políticas à formação dos livros, mesmo que versem sobre história e, portanto, sobre as Instituições que constituem uma das mais importantes fases do desenvolvimento histórico.¹²¹⁷

Desse modo, Ramírez entendia que a História deveria possuir uma unidade racional, assim como as Constituições dos estados nacionais, mas também necessitava ser dotada de pulsação de vida, de uma animação, mesmo que essa, inicialmente, dispusesse-se de modo fragmentado e singularizado, “aos pedacinhos”:

Um livro é suscetível de retoques e reformas parciais, mas deve sempre obedecer a uma ideia primordial, *a um plano sistemático que lhe dê unidade, filosofia e verdadeira vida*, porque as concepções isoladas e os estudos de detalhe, seja qual for sua importância, *jamais poderão formar a trama orgânica e animada* que se chama um livro. É a ideia primordial, o plano sistemático, o que dá fisionomia moral à obra, traça o círculo de seus elementos naturais e determina o estilo em que deve modelar-se. Essa ideia, esse plano, não pode se dar por entregas, nem ser objeto de transformações sucessivas, sem grave risco de engendrar um pequeno monstro de formas inadequadas e materiais incoerentes. São aplicáveis essas considerações aos livros históricos com maior razão talvez para outro gênero de composições literárias. Na vida real, a história se faz aos pedacinhos, e as crônicas que os recolhem têm um valor inestimável; mas, na literatura, só se logra *ressuscitar*

¹²¹⁵SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. – La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 37.

¹²¹⁶Ibid.

¹²¹⁷RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 5-6.

*o passado com os fatos da ação exterior, com os personagens que neles intervêm e os variados agentes íntimos que determinam suas conexões recíprocas, quando o historiador se eleva a uma concepção sintética e dominante, da qual fluem com lógica rigorosa, ainda que, recorrentemente latente, as proporções das formas e a filosofia de sua narrativa.*¹²¹⁸

Esse trecho anterior nos coloca diante da complexidade da concepção de Ramírez sobre a sua escrita da História, indicando pontos e características epistemológicas de vertentes historiográficas divergentes no século XIX e, também, da filosofia da história do século XVIII, para além das já mencionadas tendências “erudita” e “filosofante”. Por um lado, alguns dos elementos que destacamos no texto nos remete à inspiração de viés mais iluminista/positivista, a qual é baseada em um rigor lógico, organicista e sistemático do projeto racional, que buscava dar uma unidade mais generalizadora e sintética ao desenvolvimento histórico e que não incorresse em mudanças ao longo do percurso.¹²¹⁹

Por outro lado, também é possível apreendermos alguns componentes ligados ao romantismo/historicismo, o qual era indicado pelas particularidades (a “história em pedacinhos”) e, como o próprio Ramírez indicou em outras passagens de seu texto, no rigor e na crítica às fontes históricas. Além desse último elemento, outro ponto romântico/historicista presente em Ramírez se relaciona com a ênfase que atribuiu à ideia de “nação”¹²²⁰, o que, a nosso ver, consistiu no principal elemento expressado pelo intelectual uruguaio em sua trajetória político-intelectual, como vimos argumentando desde o início de nossa tese.

Retornemos à crítica de Ramírez ao escrito de Berra. A obra de Berra tinha caráter indefinido para o autor do *Juicio Crítico*. Ficava em uma linha tênue entre um “livro didático”, com a “simplicidade quase infantil de seu estilo”, e uma obra de filosofia histórica, de um “menino precoce e metódico”, a qual, em alguns momentos, contava “[...] com as formas

¹²¹⁸RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 6.

¹²¹⁹Para um panorama geral sobre o viés iluminista/positivista da história e seus principais expoentes, ver: BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*. II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. No entanto, segundo Gertrude Himmelfarb, apesar de ser convencionalmente associado somente às transformações filosóficas e intelectuais ocorridas na França do século XVIII, tal fenômeno não foi constituído por uma única vertente, tendo esse movimento alguns vieses diferentes entre si a depender dos países nos quais foram expressos e praticados em meio às percepções do advento da modernidade. Embora tenham comungado de algumas características em comum, como o apreço pelos seguintes elementos: razão, liberdade, ciência, indústria, bem-estar e justiça. Entretanto, na França, por exemplo, teria predominado a “ideologia da razão”. Já na Inglaterra, teria sobressaído a “sociologia da virtude”, caracterizada pelas “virtudes sociais” como a simpatia, a compaixão e a benevolência, capazes de unir os indivíduos. Nos Estados Unidos, foi a “liberdade política” o fator mais notório defendido como princípio fundamental da modernidade. Ver: HIMMELFARB, Gertrude. *Os caminhos para a modernidade*. Os iluminismos britânico, francês e americano. Tradução de Gabriel Ferreira da Silva. São Paulo: É Realizações, 2011, p. 23-41.

¹²²⁰Barros também trata sobre os principais elementos do romantismo/historicismo, seus representantes e a ideia de nação presente nessa vertente. Ver: BARROS, Op. cit.

externas da lógica e o bom juízo de uma razão madura”.¹²²¹ Simpatizante que era de Michelet e de um método que privilegiasse a análise dos eventos singulares inscritos no todo dos processos históricos, Ramírez não concordava com o modo que Berra conduziu os postulados de seu livro sobre a história nacional. Listando alguns acontecimentos do passado oriental de modo relacionado ao do Brasil, Argentina e a Espanha, Ramírez continuou suas reservas ao *Bosquejo*:

Essas reminiscências, ao acaso acumuladas, podem dar uma ideia aproximada das dificuldades com que tropeça o historiador desse *pedaço de terra*, o qual, sendo um rincão do mundo, foi, em algumas vezes, o mundo inteiro! Para a simples cronologia dos fatos, há que atender ao movimento de um vastíssimo quadro em que esses fatos figuram já como simples efeitos, já como causas eficientes; e sua filosofia histórica só poderá formar-se aplicando o critério filosófico, com grandes vistas de conjunto, à síntese definitiva daquele quadro. Venceu essas imensas dificuldades o *Bosquejo* de que me ocupo? Tenho a mais alta estima pelo talento e o caráter do Dr. Berra. [...] Mas a inteligência do autor do *Bosquejo* é uma inteligência exclusivamente analítica, de catálogos e compartimentos, que pode dar excelentes resultados nas tarefas do legista ou do pedagogo, mas dificilmente se adapta às instituições vivazes e criadoras do verdadeiro historiador.¹²²²

Somada a tal apreciação do todo, do “conjunto”, para além dos fatos isolados e “compartimentados” cronologicamente – embora também os considerasse –, notamos, em Ramírez, a abordagem que prezava por um método sintético de se entender e escrever a história. Assim, para ele, o historiador deveria ser aquele que estimasse, também, os “nervos” e os “músculos”¹²²³ dos personagens históricos, o que nos remete a linguagens ligadas ao “corpo” e aos sentimentos na História¹²²⁴, ou melhor, uma história que fosse “encarnada”, sem perder o seu lado racional. Assim, para o intelectual uruguaio:

Faltam, em sua narrativa, os músculos e os nervos que animam a reprodução do passado; e falta, sobretudo, essa filosofia superior que a condensa em fórmulas gerais de profundo ensino. Em vez de apreciar os sucessos e os personagens no conjunto da ação, no mesmo meio em que se agitam, com o critério que resulta das ideias, paixões e necessidades de cada época, entende cada evento separadamente, em uma ordem mental admirável; e elabora, para cada personagem, um expediente para fracassar sua causa segundo o efeito retroativo das ideias morais e políticas que ocupam atualmente os

¹²²¹RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 7.

¹²²²Ibid., p. 9-10, grifos do autor.

¹²²³Ibid., p. 10.

¹²²⁴Aqui, mais uma vez, retomamos as indicações propostas por Pierre Ansart a respeito das linguagens políticas que remetiam a sentimentos relacionados às práticas corporais, conforme já discutimos nos capítulos 2 e 3. Ver: ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução: Jacy Seixas. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2019.

compartimentos da inteligência do juiz. Esse critério formalista explica muitos erros do Bosquejo [...].¹²²⁵

Na esteira do seu entendimento a respeito de uma recuperação “animada” do passado, Ramírez reiterava a presença dos indivíduos em tais eventos históricos de modo conciliado não somente com suas ideias, mas também com seus sentimentos e necessidades contextuais. Tais elementos nos remete à compreensão de que o intelectual oriental pressupunha um modo de se escrever a história que fosse desprovido de julgamentos morais e políticos, e que buscasse mais compreender as complexidades dos indivíduos e dos processos históricos ao invés de condená-los de antemão, a partir das convicções políticas e subjetivas do presente do historiador.

Desse modo, como podemos perceber a partir das manifestações anteriores de Ramírez, a sua concepção de História radicava em um método dotado de um caráter totalizante, que unisse o racional com o sentimental na crítica aos modos fragmentários e dispersos de se escrever o passado nacional. Embora tenha mencionado explicitamente o nome do historiador francês Jules Michelet uma única vez ao longo dos seus escritos sobre a história de Artigas¹²²⁶, percebemos que, aqui, Ramírez recorreu, mesmo que de modo implícito, aos postulados político-intelectuais do referido escritor em outras várias passagens.

Assim, acreditamos ser pertinente e necessário destacarmos esse ponto de nossa análise em relação aos demais trabalhos realizados sobre as polêmicas entre Ramírez e Berra, acerca da figura de Artigas, quais sejam os de Juárez Fuão¹²²⁷ e Tomás Sansón Corbo¹²²⁸, principalmente. Percebemos que nenhum desses historiadores deu maior atenção às inspirações político-intelectuais específicas de Ramírez no debate público estabelecido com Berra, talvez até justamente por não fazer parte dos objetivos e nem constituir os fundamentos teóricos mobilizados por cada um deles. De qualquer modo, acreditamos ser esse um dos pontos que proporciona uma contribuição, de nossa parte, ao que já foi produzido até o presente momento sobre tal polêmica e, principalmente, sobre uma possível reconstituição do arcabouço e atuação político-intelectuais de Ramírez em seu contexto de escrita. Apesar de algumas ausências percebidas por nós nesses trabalhos, reconhecemos que Sansón Corbo identificou e sintetizou,

¹²²⁵RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 10, grifos nossos.

¹²²⁶Para além das referências feitas ao nome de Michelet, realizadas por Ramírez em outros textos que analisamos no capítulo 1, aqui, o nome do historiador francês aparece somente na página 27 da edição do *Juicio Crítico* que tivemos acesso.

¹²²⁷FUÃO, Juárez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a; FUÃO, Juárez José Rodrigues. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudos Ibero-Americanos/PUC-RS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez., 2009b.

¹²²⁸SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b.

de modo considerável, a concepção sobre o conhecimento histórico do publicista e ex-professor da UDELAR, principalmente no que tange à postura historiográfica de Berra contida em seu *Bosquejo*:

Há uma clara concepção sobre o conhecimento histórico que se perfila consideravelmente nas críticas [de Ramírez] ao *Bosquejo*...: a) para investigar, é necessário um plano sustentado por uma teoria e uma metodologia; b) o acontecer se desenvolve de maneira cronológica e com sucessos aparentemente fragmentados c) o cronista se refere a eles da forma que os percebe, mas corresponde ao historiador realizar uma síntese totalizadora e expor os resultados seguindo uma “lógica rigorosa”; d) a tarefa do historiador é “ressuscitar o passado”, fazê-lo presente por meio da reconstrução literária, única forma de acessar os personagens e acontecimentos.¹²²⁹

Desse modo, identificamos a presença de elementos característicos do pensamento do historiador francês Jules Michelet nos escritos de Ramírez sobre a História e, mais especificamente, sobre Artigas. Nesse ponto, percebemos que os referenciais político-intelectuais de Ramírez, inspirados em Michelet, situaram-se no “caminho do meio” entre os outros dois paradigmas historiográficos vigentes no mesmo contexto: o historicismo¹²³⁰, de caráter mais particularizante e subjetivo, e o positivismo¹²³¹, universalizante e objetivo. Essa última vertente, considerada a “herdeira” do iluminismo, convencionalmente se caracterizou pela já mencionada objetividade científica/neutralidade, pela equivalência de métodos entre as Ciências Naturais e Ciências Humanas e pela defesa de uma universalidade e de leis gerais na História. Por outro lado, o historicismo teria se derivado do romantismo alemão do século XVIII e foi marcado pela relatividade, uma diferenciação dos métodos entre as ciências da natureza e as humanidades e pela possibilidade de o historiador possuir sua própria subjetividade.¹²³²

Já em relação a Michelet, não há um consenso historiográfico a respeito de uma filiação desse intelectual a uma “escola histórica” específica, como a iluminista/positivista ou a romântica/historicista, embora seu nome tenha sido vinculado, algumas vezes, a essa última corrente, mesmo que o próprio Michelet tenha recusado isso em sua época. Inclusive, o historiador positivista inglês Hippolyte Taine, em uma resenha que escreveu à obra *História da*

¹²²⁹SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 116, grifos e aspas do autor, inserção nossa.

¹²³⁰Foi representado por vários intelectuais oitocentistas como Leopold Von Ranke, Friedrich Savigny, Gustav Droysen e Wilhelm Dilthey. No século XX, outros historiadores como Reinhart Koselleck, além de filósofos como Hans-Georg Gadamer e o francês Paul Ricoeur, também foram considerados continuadores dessa tendência, resguardadas suas singularidades teóricas. Para mais informações sobre o historicismo, ver: BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*. II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

¹²³¹Encabeçado, principalmente, por Auguste Comte, na filosofia, e seguido por Thomas Buckle, Hippolyte Taine e Ernst Renan na historiografia do período. BARROS, Op. cit.

¹²³²Ibid.

França, de Michelet, teceu críticas à postura historiográfica desse último mais no que tange à falta de cientificidade na sua abordagem histórica.¹²³³

Essas indefinições a respeito do historiador francês nos conduzem, também, a reconhecer tais elementos nos escritos de Ramírez, em maior ou menor grau. Nesse sentido, pelo fato de o intelectual oriental ter buscado tanto uma unidade dos fatos e elementos históricos em seu todo, quanto ter conciliado a racionalidade objetiva com as sensibilidades, percebemos que o “micheletiano” uruguaio fez jus, mais uma vez, à sua autopercepção como “ecclético” em sua escrita da história. Assim, acreditamos que os seguintes comentários de Hervé Martin, acerca da postura intelectual e historiográfica de Michelet, contribuem para que identifiquemos e compreendamos melhor tais traços presentes na escrita da História de Ramírez:

Michelet constitui uma referência obrigatória, ritual, para os praticantes da “Nova História”, já que se dedicou à “ressurreição do passado integral”. Faz-se dele o porta-voz de uma história *outra, diferente*, apta a fazer falar os “silêncios” e conferindo um grande espaço às pulsões irracionais. [...] Michelet afirma aí [no *Prefácio à história da França*] sua ambição, operante desde o início de sua carreira, de ser o ressuscitador da totalidade nacional em gestação através dos séculos. [...] A partir de 1842, situa-se na corrente da pequena burguesia liberal e anticlerical; influenciado pelos ideais de 1789, adere às aspirações revolucionárias de 1848. [...] A transposição dos valores cristãos parece evidente. É a iluminação mística, “em que tudo se simplifica pela chama”.¹²³⁴

A partir desses comentários de Martin sobre as principais características intelectuais de Michelet, podemos compreender melhor tais usos, por parte de Ramírez, de expressões e linguagens que remetiam ao ato de “ressuscitar o passado” para se escrever a história nacional. Tributária de uma ideia relacionada ao cristianismo, a utilização da “ressurreição” e dos termos correlatos, também presentes nos vários escritos de Ramírez, levam-nos a apreender a referida transposição micheletiana dos valores cristãos, destacada acima por Hervé Martin, para o debate político-social e público uruguaio da segunda metade do século XIX.

Esse último ponto e, também, a utilização do termo “chama” na obra de Michelet, conduzem-nos às passagens, ao longo de vários escritos de Ramírez, em que o publicista oriental teria se apropriado de tais referenciais político-intelectuais propostos pelo escritor francês. Inclusive, conforme já colocamos no capítulo 2, seria possível estabelecer uma relação

¹²³³Sobre esse tema, ver: TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. Jules Michelet: um historiador às voltas com a crítica literária. *Cadernos Literários*, v. 23, n. 1, p. 83–98, 2015. Ver também: TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. Michelet, teórico do romance. *ALEA*. Rio de Janeiro, vol. 19/3, p. 618-635, set.-dez. 2017.

¹²³⁴MARTIN, Hervé. Michelet e a apreensão “total” do passado. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (Orgs. Em colaboração com Pascal Balmand). *As escolas históricas*. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Coleção História e Historiografia, 2018, p. 143-145, grifos e aspas do autor, inserção nossa.

entre a “chama”, de Michelet, e o termo “tocha”, utilizado por Ramírez em alguns textos de *La Bandera Radical*, e entender tais usos como a expressão de uma linguagem política por parte do escritor uruguaio em seu contexto político-intelectual. Martin enumera, especificamente, as seguintes características da escrita da História de Michelet, e como ele se diferenciava dos demais historiadores de sua época, o que poderia sugerir uma especificidade das ideias do intelectual francês:

[...] Michelet quer *se distinguir radicalmente da prática histórica dominante*. [...] Aos ilustres representantes da história liberal, Augustin Thierry, Guizot, Minet, Thiers e outros, Michelet censura como certo número de fraquezas. Em primeiro lugar, os limites de sua informação. [...] Segunda crítica a seus eminentes confrades: eles não têm o senso das totalidades históricas. [...] Privilegiam o político (§2) às expensas de outras instâncias da realidade. Têm unicamente pontos de vistas fracionados, que os levam a fracionar objetos de estudo (a raça, as instituições, etc.) sem apreender as inter-relações entre os diferentes domínios (§5). Assim, perde-se de vista a “harmonia superior” [...]. “Pouco material demais, pouco espiritual demais” (§22 e 23), essa história negligencia o substrato material das sociedades assim como as elaborações da “alma nacional”. Terceira: essa “nobre plêiade” é vítima de preconceitos ideológicos. Assim se dá com o “admirável” Thierry, preso à teoria da “perpetuidade das raças” (§14), retomada de certos historiadores do século XVIII [...].¹²³⁵

Como já pudemos notar até aqui, a questão nacional, para Ramírez, era essencial em sua trajetória político-intelectual, elemento esse também muito presente na produção de Michelet. Além disso, assim como perceptível no escritor francês, e diferentemente de Sarmiento e outros historiadores liberais oitocentistas, Ramírez não deu ênfase à questão da “raça” e a certos determinismos inerentes a tal orientação. Ainda, sobre os “preconceitos ideológicos” combatidos por Michelet, o intelectual oriental indicou ter seguido esse pressuposto metódico em sua reconstituição histórica de Artigas, mais especificamente contida em suas críticas ferrenhas aos juízos de valor e à falta de imparcialidade de Berra apontados por ele. Ainda sobre as inspirações mais ou menos implícitas de Michelet na escrita da história de Ramírez, recorreremos mais uma vez, aos comentários de Martin especificamente sobre a “ambição totalizante”, “unitária”, de “harmonia superior” e da metáfora do corpo e da “vida integral” contida na obra do historiador francês oitocentista:

A ambição totalizante do historiador é aqui afirmada mais claramente do que nunca. A “totalidade vivida” que Michelet quer reconstruir se situa num nível mais profundo que o “global” dos historiadores atuais. Trata-se da captura de uma *unidade viva* e não apenas de instâncias interconectadas. Todos os

¹²³⁵MARTIN, Hervé. Michelet e a apreensão “total” do passado. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (Orgs. Em colaboração com Pascal Balmand). *As escolas históricas*. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Coleção História e Historiografia, 2018, p. 145-146, grifos e aspas do autor.

patamares de realidade normalmente separados não subsumidos numa *harmonia superior* (§5). [...] O historiador chega ao Um, não divino mas nacional. A metáfora, muito tradicional, do organismo (§6) explicita a noção de harmonia superior. A vida implica a solidariedade dos órgãos, sua influência mútua, etc. A ambição do historiador consiste, portanto, em *reencontrar a vida histórica* (§7) através de dois procedimentos complementares: a) *seguir-la por todos os seus caminhos*, o que implica uma vasta informação, um trabalho minucioso de reconstituição; b) *restabelecer a ação recíproca dessas forças diversas num poderoso movimento*, e aí vemos aflorar uma filosofia vitalista, haurida a Vico e a certos filósofos alemães, segundo a qual há um princípio vital em ação na história da humanidade.¹²³⁶

Nesse sentido, a partir das ideias de Michelet, a “harmonia superior”, em Ramírez, era estabelecida no decorrer do tempo e dos feitos dos heróis, o que sustentaria a nação oriental em seu presente e futuro. Além das aproximações que já identificamos entre os textos de Ramírez e parte da obra de Michelet, outros também nos chamam a atenção, mais especificamente a ideia do “movimento” proporcionado pela existência e interação das diversas “forças vitais” ao longo da história. A nosso ver, isso poderia consistir em uma expressão da modernidade presente nessa concepção de história de Ramírez, assim como já pudemos perceber em outras publicações suas, as quais analisamos nos capítulos anteriores. Além disso, ainda segundo Martin, seria possível a identificação do “problema histórico” na obra de Michelet, o qual, a nosso ver, aproxima-se do que propõe Ramírez não somente em seus escritos sobre a história uruguaia:

Assim podemos identificar com maior precisão o *problema histórico* de Michelet (§9), ou seja, *a ressurreição da vida integral* [...]. Semelhante projeto tem a ver com uma paixão, com uma vontade de abarcar a matéria histórica viva, e também com certa relação mantida com os mortos, mais do que com uma escolha racional. Para compreender a história assim por dentro é preciso chegar a uma outra esfera da percepção do passado, em que a narrativa histórica deixa de ser um quebra-cabeça inerte e se torna vida e movimento, Michelet nos fornece um substituto laico de ressurreição dos mortos: “Esse movimento imenso se pôs em marcha sob meus olhos” (§11). E aponta as características dessa vida verdadeira que ele faz renascer (§12): não é nem um calor de laboratório, nem movimentos convulsivos artificialmente impostos a um cadáver (o galvanismo), mas acima de tudo um lento crescimento, uma continuidade. [...] os atores de Michelet “marcham” meio que “no ar”, nos espaços nebulosos da mística republicana, como essa França que é “filha de sua liberdade” (§20). Essa última expressão nos conduz ao *trabalho de si sobre si* (§18) de toda sociedade que, segundo Michelet,

¹²³⁶MARTIN, Hervé. Michelet e a apreensão “total” do passado. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (Orgs. Em colaboração com Pascal Balmand). *As escolas históricas*. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Coleção História e Historiografia, 2018, p. 146-147, grifos do autor.

constitui o próprio movimento da história, de que ele tem uma percepção essencialmente dinâmica.¹²³⁷

Aqui, percebemos as semelhanças contidas nos escritos de Ramírez a respeito de como se escrever a história, mais especificamente em relação à metáfora da vida, do corpo e do movimento, ainda mais se retomarmos o seguinte trecho, o qual consta em excerto que destacamos anteriormente: “Faltam, em sua narrativa [a de Berra], *os músculos e os nervos que animam a reprodução do passado* [...]”.¹²³⁸ Além disso, a questão do trabalho em Michelet, o que representaria o dinamismo do movimento e que consiste em uma linguagem política conotativa do republicanismo, também é perceptível em Ramírez, assim como já vimos principalmente no capítulo 2 de nossa tese e, agora, identificamos em sua escrita da história.

Da mesma forma, a “marcha”, proposta por Michelet, pressupõe tal movimento corporal da História em direção a algo ou a algum lugar e, desse modo, inevitavelmente também retomamos aqui a concepção de Ramírez sobre o processo de independência uruguaio. Conforme já tratamos nos capítulos anteriores, Ramírez concebia a atuação de Artigas, em 1811, como feitos “precursores” da nacionalidade oriental, a qual teve o seu devido desfecho na segunda metade da década de 1820, com os Trinta e Três Orientais durante a Cruzada Libertadora e a emancipação em relação ao Brasil. Em outros termos, da mesma forma que Michelet, Ramírez entendia a história enquanto uma área marcada pela “continuidade” ou o “lento crescimento” dos acontecimentos, interligados entre si, na “ressurreição do passado”.

Assim, isso não indicaria, a nosso ver, uma expressão de “progresso” estritamente iluminista ou positivista, de caráter mecânico¹²³⁹, mas sim um “progresso” histórico matizado, de inspiração micheletiana, situado entre os elementos do já mencionado iluminismo/positivismo e os do romantismo/historicismo. Nesse sentido, além desses pontos, Martin também destaca outras características da obra do historiador francês, as quais percebemos como presentes de forma mais ou menos notável nos escritos de Ramírez:

Ele evoca também *o grande trabalho das nações* (§17), algo como um parto contínuo de sua própria personalidade, o que permite relativizar o fatalismo racial. É uma operação de mistura e moagem, em que todos os elementos originais são fundidos para dar origem a um organismo original. Trata-se de

¹²³⁷MARTIN, Hervé. Michelet e a apreensão “total” do passado. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (Orgs. Em colaboração com Pascal Balmand). *As escolas históricas*. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Coleção História e Historiografia, 2018, p. 147, grifos e aspas do autor.

¹²³⁸RAMÍREZ, Carlos Maria. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882. p. 10, grifos nossos, inserção nossa.

¹²³⁹Para uma análise sobre o conceito de “progresso” como expressão do advento da modernidade e das “novas experiências”, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Tradução: Markus Hediger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 170.

um fato moral, de uma conscientização progressiva e não apenas de progressos justapostos. [...] o pensamento de Michelet está ligado ao que se poderia chamar de “vitalismo evolucionista”, em que o princípio vital usurpa os atributos de Deus. *Assim segue a vida histórica*, na base da fusão e do amálgama, culminando na elaboração de personalidades nacionais diferenciadas.¹²⁴⁰

A defesa da “fusão”, da “mistura”, do “amálgama” progressivos e sucessivos, baseados em aspectos morais e não em um “progresso” mecânico, seria um fator também presente em Ramírez, não somente em seus escritos sobre a história nacional, mas em suas variadas publicações ao longo do tempo, abrangentemente falando. A título de recordação, tal defesa de algo que fosse “harmônico” estava presente desde sua argumentação em prol do “partido da nação”, no contexto em que pediu o fim das guerras civis entre os partidos tradicionais, assim como vimos com maior ênfase no capítulo 2. Além disso, assim como a filosofia da história proposta por Immanuel Kant, no século XVIII, Ramírez buscava, de modo implícito, propor que os atos históricos de Artigas consistiram em uma tentativa de “unir”, “agrupar”¹²⁴¹ “em organismo de província” os povos¹²⁴² da região da então Banda Oriental.¹²⁴³ Uma característica historiográfica que remetia, também, à “história totalizante” das “origens nacionais” de Michelet, conforme já vimos.

Embora Ramírez não tenha citado Kant explicitamente em seus escritos sobre Artigas e a história uruguaia, notamos que o intelectual oriental recorreu ao nome do filósofo alemão setecentista em textos anteriores seus: em sua Quinta Conferência de Direito Constitucional,

¹²⁴⁰MARTIN, Hervé. Michelet e a apreensão “total” do passado. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (Orgs. Em colaboração com Pascal Balmand). *As escolas históricas*. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Coleção História e Historiografia, 2018, p. 147-148, grifos e aspas do autor.

¹²⁴¹Este ponto, a nosso ver, também consistiu em outro elemento de discordância de Ramírez em relação à dicotomia sarmientina da “civilização” e “barbárie”, pois ia de encontro com a vinculação direta, feita pelo intelectual argentino, entre a “barbárie” e os elementos da área rural, como os caudilhos e a população de tais localidades do campo, os quais Sarmiento classificava como desprovidos de capacidade social e política. Trataremos melhor sobre esse ponto mais adiante.

¹²⁴²Embora entendamos que Ramírez, em seu momento de escrita, concebesse e defendesse a ideia de que o “povo” oriental devesse possuir um caráter unitário, não perdemos de vista as considerações que Elías Palti realiza sobre a diferenciação entre os conceitos de “povo” e “povos” e suas linguagens políticas correlatas no momento dos processos revolucionários das independências hispano-americanas e em meio às tensões entre tradição e modernidade. Em sua crítica à François-Xavier Guerra, Palti argumenta que não há uma justaposição entre o conceito tradicional e colonial de “povos”, no plural, que formariam os vice-reinos hispano-americanos, e o de “povo”, no singular, que remeteria à unificação de uma comunidade nacional ligado ao advento da modernidade. Assim, focando na atuação de Mariano Moreno em Buenos Aires dos anos 1810, Palti argumenta que os escritos do revolucionário portenho indicariam uma reformulação de tal dicotomia tradição-modernidade, ao expressar que o novo conceito de “nação”, ligados aos termos “povo” e “povos”, irromperia das próprias convenções linguísticas e conceituais tradicionais e coloniais. Assim, os textos públicos de Moreno poderiam ser tomados como “[...] ponto de partida para observar o complicado processo de recomposição semântica que pressupõe a afirmação de um conceito moderno de nação”. PALTÍ, Elías. *Historia de ideas e historia de lenguajes políticas. Acerca del debate en torno a los usos de los términos “pueblo” y “pueblos”*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, jul. 2005, p. 337.

¹²⁴³RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 100.

publicada em *La Bandera Radical*, na qual tratou sobre a soberania e a “paz perpétua” possíveis somente no sistema “justo” e “ideal” republicano; e na Décima Segunda conferência, quando sua atenção estava focada em discutir a ideia geral de “liberdade”, no capítulo sobre a “liberdade religiosa”. Apesar dessas escassas citações, acreditamos que tais elementos nos indicam que as propostas teóricas de Kant também constituíram a concepção de história de Ramírez e estiveram presentes, mesmo que implicitamente, em seus escritos sobre os feitos históricos de Artigas e os demais heróis do passado uruguaio. Assim, acreditamos ser necessária uma breve explanação sobre alguns pontos do pensamento do filósofo iluminista em Ramírez.

Nesse sentido, para Kant, não necessariamente em termos de uma teoria da história, mas sim como uma filosofia da história¹²⁴⁴, essa deveria ser pensada a partir de dois elementos principais: a universalidade e a racionalidade. Para o pensador iluminista alemão setecentista, era necessário que o filósofo da história, ou o historiador, apreendesse a lógica que sustentava o curso dos acontecimentos no tempo, evitando-se, assim, os fatores aleatórios e desprovidos de ordenação racional.¹²⁴⁵

Além disso, constituíam tal pensamento a existência de elementos que contribuíam para o caminhar da história, tais como a tensão entre a “discórdia” e a “concórdia”, estabelecida na interação entre os homens, visando-se ao alcance de uma finalidade, a Razão, a qual seria capaz de contribuir para a felicidade humana. Dessa forma, todas as ações humanas no tempo teriam um sentido, um propósito definido, e seriam regidas por leis gerais, um “fio condutor”, assim como na natureza e suas ciências próprias.¹²⁴⁶ Ainda sobre a concepção de história em Kant, recorreremos a uma citação relativamente extensa de Guy Bourdê, a qual, porém, proporciona-nos reflexões relevantes para analisar a concepção de história nacional de Ramírez:

¹²⁴⁴José D’Assunção Barros faz uma distinção entre as filosofias da história e as teorias da história. Segundo o autor, as primeiras diziam respeito aos postulados que cada pensador teria proposto para se conceber o curso da história, mas a partir de um cunho mais especulativo, não necessariamente preocupado com um método da produção do conhecimento histórico. Alguns exemplos de tais filósofos da história, mencionados por Barros, são, além de Kant, Hegel, Hume e Voltaire, por exemplo, ainda no século XVIII. Já no que tange às teorias da história, Barros afirma que seus expoentes estariam preocupados com os modos de se ver a história, mas também com a conciliação dessa com o método científico da escrita historiográfica. Alguns dos seus primeiros representantes, segundo Barros, foram os historiadores positivistas Taine, Henry Buckle e Ernst Renan, por um lado, e os historicistas Leopold Von Ranke e Gustav Droysen, por outro. Desse modo, Barros ainda afirma que foi na transição entre as filosofias da história para as teorias da história, do final do século XVIII a meados do XIX, que radicaria o surgimento da figura do historiador moderno. Ver: BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*. II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

¹²⁴⁵BARROS, Op. cit.

¹²⁴⁶Ibid. p. 77-81. Sobre este aspecto do pensamento de Kant, podemos relacionar tais postulados do filósofo iluminista com o que propunha Ramírez em algumas de suas lições sobre o Direito Constitucional, mais especificamente sobre a razão e o sentido existente em todas as ações humanas para a organização e ordenação sociais dentro de um Estado Democrático de Direito e na construção da nação republicana, conforme vimos no capítulo 3.

Nessas condições, o homem deve viver em sociedade. [...] o antagonismo entre a sociabilidade e a insociabilidade é o meio de que a natureza se serve para levar a cabo o desenvolvimento de todas as disposições da humanidade. A discórdia no nível da espécie não é verdadeiramente negativa, surge antes como um fato de progresso. O destino do homem não é a felicidade a qualquer preço. Dessa perspectiva, a hostilidade entre os indivíduos os obriga a sair de um estado de beatitude mais ou menos primitivo e a se engajar na realização de tarefas difíceis, mas grandiosas. O problema essencial a que a razão será confrontada na história é a realização de uma sociedade civil “que administre o direito de maneira universal”. Kant observa: “Podemos considerar a história da espécie humana, *grosso modo*, como a realização de um plano oculto da natureza para produzir uma constituição política perfeita” (proposição 8). Trata-se, portanto, de edificar uma organização civil tal que as leis possam regular os antagonismos e instituir as liberdades. Ora, esse empreendimento complexo esbarra em dois obstáculos. O primeiro é a questão da autoridade. Posta a dualidade da natureza humana, dividida entre a aspiração ao bem e a atração pelo mal, é preciso impor aos homens “um senhor que derrube as vontades particulares”, necessariamente egoístas. Contudo, esse senhor, que, por sua vez, também é um homem, deve se comportar como um chefe justo, que respeite os outros homens. Logo se vê, não é fácil descobrir um indivíduo provido de qualidades tão excepcionais.¹²⁴⁷

Com base nas ponderações de Bourdieu sobre a filosofia da história de Kant, podemos perceber que a obra político-intelectual de Ramírez, produzida ao longo de sua trajetória, também teria sido orientada por tais elementos relacionados aos pressupostos do pensador alemão, mesmo que de forma mais implícita. Mais especificamente, acerca da necessidade do indivíduo se dispor a contribuir para uma sociabilidade em prol de algo maior, de “tarefas difíceis”, ao se desvincular de sua condição “primitiva” em prol de uma sociedade civil capaz de construir uma organização política ideal e racional, baseada em uma constituição. Aqui, podemos relacionar com o que Ramírez pressupunha acerca do processo de independência oriental. Nesse sentido, considerava o caudilhismo de Artigas como algo “primitivo”, mas próprio de seu tempo e necessário para iniciar a “tarefa difícil” da revolução de independência e da desagregação da ordem colonial espanhola no início do século XIX. Desse modo, era necessário, por um lado, decompor o centralismo da Coroa espanhola para, depois, unificar as partes em torno do federalismo que as proporcionaria a autonomia devida.¹²⁴⁸

Além disso, acreditamos que outro ponto de destaque seja a questão da necessidade da sociabilidade política na construção de uma Constituição ideal e racional, que fosse capaz de proporcionar a “autoridade justa” em sua relação com o tempo. Assim, é inevitável que

¹²⁴⁷BOURDÉ, Guy. As filosofias da história. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (Orgs. Em colaboração com Pascal Balmand). *As escolas históricas*. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Coleção História e Historiografia, 2018, p. 95.

¹²⁴⁸RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 76. Veremos melhor sobre esse ponto mais adiante.

associemos tal pressuposto teórico e filosófico kantiano com o que Ramírez já havia proposto em suas aulas de Direito Constitucional, publicadas por *La Bandera Radical* mais de 10 anos antes, conforme tratamos no capítulo 2. E tudo indica que Ramírez repetiu tais postulados em seus escritos sobre Artigas e a história nacional, pois, em vários momentos, fez referência às tentativas, do libertador de 1811, de agrupar as províncias e o “disperso” povo oriental¹²⁴⁹, ao federalismo e a soberania propostos pelo prócer, tendo destacado a ausência desses elementos no processo Constituinte de 1828-1830.¹²⁵⁰

De qualquer modo, não consideramos exagerado considerar também que Ramírez tratou sobre Artigas e a história nacional oriental no momento considerado como o de transição entre as “filosofias da história” e a conformação das “teorias da história”, cuja síntese de tais paradigmas teria sido o surgimento do historiador moderno, científico.¹²⁵¹ Assim, esse “novo historiador” teria se apropriado das bases difusas, mas próprias de várias áreas distintas. Sobre tal processo, Barros afirma o seguinte:

Referimo-nos ao confronto entre estas duas espadas de metais distintos que são empunhadas pelos “filósofos da história” e pelos “historiadores profissionais” – estes últimos aparecendo como herdeiros, na sua metodologia de tratamento documental, dos antigos filólogos e teólogos, mas já remodelando neste mesmo embate o seu perfil de futuros “teóricos da história”. O “historiador novo” – este historiador de novo tipo que doravante responderá pela dita “historiografia científica” – formou-se, ele mesmo, de muitos elementos esparsos, que antes não tinham compromissos uns com os outros. Dos filólogos, retirou a sua paciente e meticulosa crítica documental; dos teólogos, retirou o seu tempo linear, a seta renitente que aponta para o futuro; dos juristas, retirou a sua obsessiva preocupação com a verdade, ou pelo menos a preocupação em trazer uma intensidade ainda maior à sua tradicional “intenção de verdade”; dos “filósofos da história” extraiu o seu desejo de refletir em profundidade sobre as coisas, e também [sic] a sua erudição.¹²⁵²

Tal afirmação de Barros, a nosso ver, estaria alinhada ao que vimos analisando sobre a atuação mais abrangente de Ramírez ao longo do tempo: essa característica político-intelectual diversificada, composta por elementos de variadas tradições intelectuais, mas utilizados conforme suas intenções contextuais e em prol da construção nacional uruguaia. Ramírez

¹²⁴⁹RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 100.

¹²⁵⁰RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 76. Do mesmo modo, trataremos melhor sobre tais questões posteriormente.

¹²⁵¹Dialogando, aqui, com o que propõe José D’Assunção Barros acerca dessa transição entre as “filosofias da história” e as “teorias da história”, conforme já pontuamos na nota número 1244 neste mesmo capítulo 4.

¹²⁵²BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*. II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 14-15, aspas do autor, inserção nossa.

buscava, em nossa visão, mobilizá-las de maneira que tais ideias e linguagens se dispusessem complexamente, de forma não contraditória, nem mecânica, mas que pudessem se conciliar a partir dos elementos intelectuais que ele selecionava para embasar seus argumentos, a respeito de cada temática debatida nos diversos pontos de sua trajetória.

Assim, buscando atribuir a si mesmo uma imparcialidade ao analisar a atuação histórica de Artigas, Ramírez afirmou o seguinte: “[...] Estando a lealdade do Dr. Berra acima de qualquer suspeita, é de força maior supor que o amor nacional deve sempre iluminar as investigações históricas para que sejam verdadeiramente imparciais!”.¹²⁵³ Ainda sobre esse tema, prosseguiu justificando sua posição de “neutralidade” em relação à história de Artigas, utilizando-se, inclusive, de informações e de raízes familiares próprias para reiterar sua orientação teórico-metodológica na produção do conhecimento histórico sobre o libertador de 1811. Além disso, destacou suas intenções iniciais buscando se inserir no debate sobre o tema, em meio às já existentes manifestações de outros intelectuais contemporâneos a ele:

Não pertenço à seita dos idólatras do General Artigas. Neto de um dos personagens de segunda linha no patriciado portenho de 1810¹²⁵⁴, [...] estou ligado, por minhas tradições de família, aos inimigos do soberbo caudilho; mas o amor ao meu país e uma tendência ingênita a revisar severamente os legados da tradição me permitem encarar com imparcialidade essa estranha personalidade histórica que se levanta como uma esfinge misteriosa nas sendas obscuras da Revolução. Todos os historiadores argentinos, portenhos, melhor dizendo, detiveram-se diante dela para maldizê-la e apedrejá-la. Em contraposição, três escritores orientais (De María, Bauzá e Pereira)¹²⁵⁵ lhe arrojaram incenso a mãos cheias, em páginas de caráter puramente apologético. Sei que, nesses momentos, esse problema histórico preocupa vivamente, entre os velhos, D. Andrés Lamas e a D. Juan Carlos Gómez, entre

¹²⁵³ RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 18-19.

¹²⁵⁴ Ramírez não mencionou o nome de seu avô ao longo de seus escritos. No entanto, por meio das informações que nos fornece Fernández Saldaña, tudo indica que esse seu parente citado seria Julian Alvarez (1788-1843), revolucionário atuante pelo Diretório de Buenos Aires, nos anos 1810, e constituinte da primeira Constituição uruguaia, de 1830. FERNANDEZ SALDAÑA, José M. ALVAREZ, JULIAN (maiúsculas no original). In: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías (1810-1940)*. Montevideo: Editorial Ameríndia, 1945, p. 52-54. Ver também: MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia. Colección de Clásicos Uruguayos*, vol. 152. Montevideo: Ministério de Educación y Cultura, 1978. Por ter participado do processo de independência ao lado do Diretório de Buenos Aires, conforme as informações de Fernández Saldaña, é mais compreensível a rivalidade de Alvarez com Artigas, pois o federalismo proposto pelo prócer não agradou aos portenhos e, por isso, houve o rompimento entre ambas as partes. Sobre tais divergências entre Artigas e o Diretório de Buenos Aires, ver: FREGA, Ana. *La virtud y el poder: la soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista*. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comps.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 101-133.

¹²⁵⁵ Aqui, Ramírez fez referência a Isidoro De María, Francisco Bauzá e Antônio Pereira, os quais, assim como ele, também se dispuseram a reescrever, entre meados dos anos 1860 e início dos 1880, a história uruguaia, mais especificamente sobre os feitos e atuação de Artigas na época do processo de independência oriental. Ver: SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. – La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b.

os jovens, Eduardo Acedo Díaz e Clemente L. Fregeiro. Da minha parte, não formei ainda uma opinião definitiva; dedico-me com afinco a estudar os fatos, para dar base ao meu juízo; e é, por conseguinte, *só no terreno de certos fatos culminantes, com sua filosofia relativa*, que examinarei a obra do Dr. Berra, nos seguintes capítulos deste opúsculo.¹²⁵⁶

Tal excerto, também analisado por outros historiadores como Fuão, Sansón Corbo e Laurino – nos trabalhos desses autores com os quais vimos dialogando ao longo de nossa tese –, mostra-se digno de destaque para compreendermos especificamente as mudanças de orientação na atuação político-intelectual de Ramírez, as quais são dotadas de considerável complexidade. Sansón Corbo, inclusive, realiza algumas reflexões mais detidas especificamente sobre esse ponto:

O autor [Ramírez] era descendente de um lutador da independência, inimigo dos caudilhos. Nele – assim como em outros uruguaios a exemplo de seu irmão José Pedro –, produziu-se uma metamorfose muito particular: pelo bem da pátria, superaram ódios pessoais, reticências ideológicas e prejuízos de partido. *Trata-se de uma interessantíssima mutação que se nota com toda a clareza em Ramírez* e, também, em Francisco Bauzá (filho de Rufino Bauzá¹²⁵⁷). Como atitude, resulta difícil de explicar, pois incidiram fatores como o tempo transcorrido e, *fundamentalmente, os interesses e mentalidades de cada geração*.¹²⁵⁸

Contrariando a conduta política de parte de sua família e, mais amplamente, do setor social do qual pertencia, o “patriciado”, Ramírez teria sido um dos representantes das mudanças pelas quais alguns dos membros de sua geração teriam passado em relação especificamente à concepção da história de Artigas e sobre o que o prócer representava. Nesse sentido, com base nas palavras acima de Sansón Corbo, entendemos que essa mudança de conduta de Ramírez poderia ser pensada também como outro ponto de reorientação em sua trajetória político-intelectual, balizada, em maior ou menor grau, pelos novos interesses políticos e sociais de sua geração.

¹²⁵⁶RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 23-24, grifos nossos.

¹²⁵⁷Rufino José Bauzá foi um dos militares que lutaram nas batalhas da independência da Banda Oriental sob as ordens de Artigas, no início do oitocentos. No entanto, após uma série de fatores que incluíram desde intrigas por parte dos portenhos até a desorganização militar das tropas de Otorgués, Rufino Bauzá deixou de apoiar Artigas, desertando-se dos batalhões do libertador de 1811, e juntou-se às investidas portuguesas. Ver: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. BAUZÁ, RUFINO José (maiúsculas no original). In: FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías (1810-1940)*. Montevideo: Editorial Amerindia, 1945, p. 155-159.

¹²⁵⁸SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ªed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 113, grifos nossos, inserção nossa.

E, aqui, reiteramos que entendemos o termo “geração” não somente como um grupo de indivíduos classificados simplesmente pela sua faixa etária, mas sim a partir de elementos políticos, intelectuais, sociais e culturais comuns de pertença, os quais são compartilhados por vários indivíduos em relação às experiências próprias de seus contextos de atuação, conforme os conceitos de Sirinelli.¹²⁵⁹ Ainda sobre tais modificações na atuação de Ramírez e os demais intelectuais de seu contexto a respeito da história nacional, Sansón Corbo afirma que:

Os pais e avós de Bauzá e Ramírez estavam submetidos às misérias, glórias e tensões próprias da guerra; como homens “civilizados”, rechaçavam a “anarquia” encarnada em Artigas. Estavam, ademais, animados pelas correntes de pensamento de cunho oitocentista que conjugavam, na América, os mais altos ideais com complexas realidades gestadas durante o colonialismo. Os descendentes se encontravam, em certa medida, em uma luta similar, fundar uma pátria, mas de contornos distintos, uma província do antigo conglomerado das Províncias Unidas. Eram impulsionados pelo ideal romântico que os conduzia a “nacionalizar” esse rincão do universo que habitavam.¹²⁶⁰

Nessa “revisão severa da tradição” a que se propunha Ramírez¹²⁶¹, mostram-se perceptíveis alguns dos principais elementos da vertente “erudita” ou “romântica”, segundo Sansón Corbo, os quais formariam um binômio inerente a tal viés epistemológico acerca da História nacional:

Surge aqui o binômio romântico que impulsionou, entre outros fatores, o desenvolvimento da disciplina (desde os *Monumentae* até as variadas coleções documentadas publicadas por Lamas): pátria e erudição, ou melhor, erudição para construir a pátria. A História estava ao serviço da nobre e impostergável tarefa de descobrir, definir e consolidar os mitos fundacionais, mesmo que fossem contra tradições familiares de cunho patricio.¹²⁶²

Nesse sentido, Ramírez objetivou escrever a história bem aos moldes do que buscou praticar em boa parte de sua trajetória jurídico-política, sendo que o conhecimento histórico deveria ser balizado por elementos parecidos aos de um “tribunal” que fosse “justo” e não ocultasse a “verdade”. Mas, ao que tudo indica, esse “tribunal”, entendido pelo intelectual uruguaio, era diferente daquele de cunho positivista/ “filosofante” concebido por Berra:

¹²⁵⁹Conferir a discussão teórico-metodológica que realizamos na introdução de nossa tese. Ver também: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-262; SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira; AMADO, Janaína (Coords.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 131-137.

¹²⁶⁰SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ªed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 113, aspas do autor.

¹²⁶¹RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 23.

¹²⁶²SANSÓN CORBO, Op. cit., p. 114, grifo do autor.

A história seria um tribunal bem injusto e bem odioso se escudrinhasse com afã tudo o que afeta a conduta ou a fisionomia dos homens, e passa-se por alto tudo o que lhes faz honra, ou atenua e compensa suas faltas e extravios. Procedendo assim, não seria a história; seria a simples projeção dos juízos parciais e exclusivos que pronunciam os contemporâneos na exaltação da luta.¹²⁶³

Ao mesmo tempo, a partir de algumas passagens do livro de Berra, Ramírez denunciou a “imparcialidade”¹²⁶⁴ que identificava no *Bosquejo* em relação aos feitos históricos de Artigas, tendo concebido tal postura político-intelectual como “injusta” ao produzir o conhecimento histórico sobre o passado nacional uruguaio, a qual incorria em “falsificações” da História”¹²⁶⁵:

Está aí retratada a imparcialidade do *Bosquejo* com relação a Artigas. Se um fato favorece a esse, passa-se por alto ou lhe desvirtua com uma fórmula duvidosa, ainda que seja de notoriedade histórica, reconhecida por todos. Se um fato o prejudica ou o denigre, então é virtualmente verdadeiro, ainda que somente se apoie em um testemunho isolado.¹²⁶⁶

Tais pontos a respeito da busca pela “verdade” e sobre a “parcialidade”/ “imparcialidade” na produção do conhecimento histórico, destacados por Ramírez em relação à obra de Berra, remete-nos a outras questões mais abrangentes, em consonância com suas referências intelectuais implícitas. Aqui, estamos diante da tensão entre a objetividade e a subjetividade, e no que tange ao que é possível “buscar” na História, como afirma José D’Assunção Barros, levadas a cabo principalmente dentro da mudança do paradigma de pensamento sobre a referida área ocorrida no século XIX.¹²⁶⁷ Desse modo, ainda segundo

¹²⁶³ RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 31.

¹²⁶⁴ Aqui, Ramírez, em tom irônico, questionou a imparcialidade que Berra afirmava possuir em sua análise da História uruguaia e, principalmente, dos feitos de Artigas, sugerindo que essa era dotada de um oportunismo, conforme o excerto acima. No entanto, a questão da “imparcialidade” em História sempre foi um assunto digno de muitos debates, sobre os quais não convém tratarmos aqui, até por esse ponto não constituir o objeto central de nossa tese. De qualquer modo, recorreremos às seguintes palavras de José D’Assunção Barros sobre os elementos mais gerais a respeito dessa temática e relacionados aos pressupostos iluministas acerca do pensamento crítico: “Naturalmente que a ideia de uma ‘imparcialidade absoluta’ será sempre um problema. O iluminista, contudo, via a si mesmo como um homem desprovido dos ‘preconceitos’ que seriam tão típicos da Igreja, dos partidários da Monarquia Absoluta, dos defensores dos privilégios da Aristocracia, ou mesmo do povo mais humilde, por estar sujeito à ignorância que lhe impunham aqueles que o dominavam. O Homem Ilustrado, livre de preconceitos e dotado de pensamento crítico, estará apto a enxergar as coisas como elas são, sendo esta a ideia que será retomada mais tarde pelo Positivismo.” BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*. II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 66, aspas do autor. Acreditamos nunca ser demais lembrar que o Iluminismo era uma das correntes filosóficas que mais se destacava no arcabouço intelectual de Ramírez, mas o positivismo, como um desdobramento do iluminismo, não, apesar de o intelectual uruguaio defender, em muitos de seus escritos, a ciência, as leis de caráter generalizante e a objetividade.

¹²⁶⁵ RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 36.

¹²⁶⁶ Ibid., p. 33, grifo do autor.

¹²⁶⁷ BARROS, Op. cit., p. 53.

Barros, tais elementos estariam mais ligados à linha de pensamento iluminista de cunho revolucionário do século XVIII, em contraposição à parcialidade “obscurantista” do conhecimento que servia à sustentação e legitimação da dominação por parte do Absolutismo e da Igreja daquele período.¹²⁶⁸

Utilizando-se de uma retórica que buscava enaltecer essa “neutralidade revolucionária”, a qual teoricamente seria mais própria da vertente iluminista, Ramírez intentava propor um modo de conceber e reescrever a história nacional a partir desse parâmetro que pressupunha tal mudança acerca da figura do revolucionário e prócer Artigas. Além disso, conforme já argumentamos, Ramírez buscou compatibilizar, de forma mais ou menos implícita, elementos teóricos micheletianos e kantianos para repensar os feitos de Artigas, mas de modo interligado aos dos outros atores históricos próprios da segunda fase da emancipação oriental. Da parte de Michelet, Ramírez tomou “emprestadas” as ideias de “continuidade”, de análise de “conjunto”, da síntese, da “harmonia suprema” e da conciliação entre razão e sensibilidade na compreensão do contexto histórico a ser estudado. Da parte de Kant, a nosso ver, o intelectual oriental enfatizou a questão da necessidade da sociabilidade na conformação de uma Constituição que fosse ideal e racional na gestão da autoridade e que fosse justa e universal ao longo do tempo.

Assim, a seguir, veremos como tais linguagens políticas e conceitos foram utilizados, por Ramírez em seus escritos, no debate em que se envolveu a respeito da atuação de Artigas durante o processo de independência oriental.

4.2.2. Artigas unido aos Trinta e Três Orientais: o conceito de “barbárie” ressignificado, e a unidade histórica e nacional uruguaios

De início, acreditamos ser pertinente retomarmos o que Gerardo Caetano ressalta a respeito de Artigas não ter necessariamente projetado uma independência de caráter propriamente “nacional”. Como já colocamos, no capítulo 1, a partir das considerações do já mencionado historiador uruguaio, as ideias do libertador de 1811 diziam respeito à construção de uma confederação que abrangesse todas as então Províncias Unidas do Rio da Prata e não se limitavam à constituição de um “Estado Oriental”.¹²⁶⁹ Nesse sentido, ainda no início da primeira fase do processo independentista da Banda Oriental, Artigas encabeçou tal confederação¹²⁷⁰,

¹²⁶⁸ BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História*. II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 87-88.

¹²⁶⁹ CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed (2019-impresso). Ciudad de México: El Colegio de México, 2020. E-book.

¹²⁷⁰ Acreditamos ser pertinente destacar o alerta que o historiador José Carlos Chiaramonte faz sobre os usos dos conceitos “confederação” e “federalismo” e suas linguagens políticas adjacentes, utilizados no contexto das independências hispano-americanas. Segundo Chiaramonte, “confederação” expressava mais uma união das então províncias coloniais para fazer frente à ordem monárquica espanhola no contexto das guerras

nomeada *Liga Federal*, a qual contava, para além da Banda Oriental, com as províncias que formariam parte da Argentina posteriormente, sendo elas as de Santa Fé, Entre Ríos, Misiones, Corrientes e Córdoba.¹²⁷¹ E Ramírez realmente considerou que Artigas não fora o “fundador” da nacionalidade “oriental”, mas sim o seu “precursor” ou, ao menos, aquele que a “tornou possível”¹²⁷², assim como também já destacamos.

Ainda no que tange ao prócer de 1811, o intelectual uruguaio, do mesmo modo que outros escritores de seu tempo, como Clemente Fregeiro, buscou realizar uma revisão histórica intencionando combater as concepções que objetivavam, segundo ele, “deslustrar” a figura daquele herói e, conseqüentemente, o passado do país.¹²⁷³ Outro autor contemporâneo a Ramírez, mas que ainda reproduzia essa rejeição a Artigas, foi o supramencionado Berra, em seu livro *Bosquejo de la Historia de la República Oriental del Uruguay* (1866).¹²⁷⁴ Um dos pontos criticados por Ramírez sobre a obra de Berra foi o fato de esse escritor ter nascido em Buenos Aires, o que teria contribuído para sua visão pejorativa a respeito de Artigas. Sobre isso, Sansón Corbo nos informa que:

Um dos primeiros argumentos utilizados [por Ramírez] para atacar Berra foi sua nacionalidade: somente um “portenho” poderia incorrer em desvios contra a “história pátria”. Não se trata simplesmente de uma crítica mordaz relativa a um certo condicionamento genético de cunho bonaerense, mas sim que aponta a sua visão maniqueísta que constitui um obstáculo para a correta investigação e exposição da história oriental. Parece postular que só um oriental poderia escrever a história oriental..., com certeza muito discutível, mas coerente com a época e explicável no contexto de enunciação.¹²⁷⁵

Desse modo, em tais polêmicas travadas publicamente, tanto Ramírez quanto seus pares contemporâneos buscaram “uruguaizar” Artigas, de modo a combater o antiartiguismo histórico.¹²⁷⁶ Nesse sentido, conforme nos informa Juarez Fuão, essa obra de Berra era, até

independentistas até, de fato, haver a constituição de um “Estado federal”, o qual seria a união dos Estados devidamente soberanos. Ver: CHIARAMONTE, José Carlos. Conceptos y lenguajes políticos en el mundo iberoamericano, 1750-1850. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 140, p. 11-31, abr.-jun. 2008.

¹²⁷¹RIBEIRO, Ana. De las independencias a los estados republicanos (1810-1850): Uruguay. In: FRASQUET, Ivana; SLEMIAN, Andréa (Orgs.). *De las independencias iberoamericanas a los estados nacionales (1810-1850): 200 años de historia*. Estudios AHILA de historia latinoamericana, n. 6. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main/Vervuert, 2009, p. 61-87.

¹²⁷²RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “El Sud-América” de Buenos Aires e “La Razón” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 8.

¹²⁷³Ibid., p. VII.

¹²⁷⁴Segundo Juarez Fuão, o *Bosquejo* de Berra foi publicado originalmente em 1866, tendo a obra sido objeto de outras três reedições, as quais foram ampliadas e revisadas. Ver: FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a.

¹²⁷⁵SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ªed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 114, aspas do autor, inserção nossa.

¹²⁷⁶Ibid.

aquele momento, a mais utilizada para o ensino da história uruguaia e concebia que a nacionalidade oriental teria sido resultado de uma imposição da diplomacia estrangeira.¹²⁷⁷ Ainda sobre o intelectual “portenho-uruguaio”, no que tange à sua filiação historiográfica no referido período, Tomás Sansón Corbo nos informa que ele foi simpatizante de Vicente Fidel López e fazia parte do que esse autor denominou de “tendência filosofante”¹²⁷⁸, a qual já mencionamos.

Além disso, concordamos com Fuão a respeito do teor depreciativo contido na referida obra de Berra, no que tange especificamente à figura de Artigas, e o “lugar” que o livro desse intelectual ocupou frente ao processo de revitalização da imagem do prócer oriental, para o qual Ramírez contribuiu:

O Bosquejo histórico de la República Oriental del Uruguay, de Berra, durante três décadas se constituiu no principal livro para o ensino da história nacional. Representava o nascimento da nacionalidade como algo imposto, pela diplomacia estrangeira, aos *orientais*. Em suas páginas, José Artigas ocupa um espaço relevante, porém, carregado de defeitos, como alto personalismo, incapacidade militar, fomentador de discórdias, despótico, orgulhoso e ambicioso, uma liderança que teria explorado a fome e miséria, presente nos acampamentos populares, em favor “*de sus [sic] proyecto*”, queria “*imponerse por el terror*”. (BERRA, 1881: 1811) [sic] Caracterizou o General com [sic] uma liderança que “*anteponía a su despótica voluntad, que no sabía moderar sus ímpetus violentos de su carácter, y que carecía de criterio moral para juzgar con elevación los hechos que se producían*”. (BERRA, 1881: 1814) [sic] Com essa representação negativa do líder, a obra de Francisco Berra se posicionava em sentido contrário ao movimento de reabilitação a qual a imagem de José Artigas atravessava no último quartel do século XIX e início do XX.¹²⁷⁹

O *Bosquejo* de Berra possuiu um cunho “pedagógico” e “positivista”, o qual prezou por uma “moderação” no que tange à participação política em detrimento do caudilhismo histórico, mas sem, no entanto, priorizar uma coesão de caráter nacional¹²⁸⁰, ao contrário de Ramírez, em sua defesa de Artigas. Além disso, segundo Sansón Corbo, Berra concebia o historiador como um “juiz”, o qual deveria submeter os acontecimentos e atores históricos ao “tribunal da

¹²⁷⁷FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a.

¹²⁷⁸SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ªed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 35.

¹²⁷⁹FUÃO, 2009a, Op. cit., p. 120-121, grifos e aspas do autor; FUÃO, Juarez José Rodrigues. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudios Ibero-Americanos/PUC-RS*, v. 35, n. 2, 2009b, p. 41, grifos e aspas do autor, inserção nossa.

¹²⁸⁰LAURINO, Carolina González. *La construcción de la identidad uruguaya*. Montevideo: Ediciones Santillana S.A/Taurus, 2001, p. 135.

História”.¹²⁸¹ Assim, Berra contribuía, da mesma forma que outros autores de seu contexto e anteriores a ele, para a “facundização” de Artigas:

O historiador atua como juiz que consagra virtudes e apostrofa vícios [...]. Está informado de uma concepção individualista do acontecer histórico, as personalidades destacadas ocupam um rol decisivo, ainda que, em certas ocasiões, apareçam explicações multifatoriais de condutas e acontecimentos. Predomina uma concepção forense e maniqueísta da história. [...] A abordagem geral da obra possui matizes maniqueístas que pautam uma trama quase elementar e simplista: as ações dos representantes do governo de Buenos Aires são os “bons” e os seguidores de Artigas são os “maus”. Por detrás dessa formulação, subjaz a dicotomia sarmientina de “civilização” e “barbárie”, sustento da teoria – ou, mais corretamente, deveríamos falar de uma filosofia da história – de Berra. Os traços gerais dessa ideia transbordaram todas as considerações do historiador. [...] A interpretação negativa de Berra sobre Artigas esteve influenciada por sua matriz bonaerense, a “autoridade” de López e de Mitre, e pelos conceitos de Sarmiento que lhe permitiram elaborar uma teoria sócio-histórica que, inevitavelmente, levou-o a uma “Facundização” do personagem.¹²⁸²

A partir das considerações de Sansón Corbo, é possível compreendermos que a visão histórica de Berra não era a mesma que a de Ramírez. Berra expressava uma concepção “jurídica” sobre as possibilidades do conhecimento histórico, possuidora de um caráter de “tribunal”, “julgadora”, a qual se baseava em valores políticos previamente estabelecidos, quais sejam a vertente liberal de Sarmiento e a sua rígida dicotomia “civilização”/ “barbárie”. Ainda sobre tal “evolucionismo” e positivismo contidos no texto de Berra, Carolina González Laurino afirma que Berra, em seu discurso historiográfico, não pretendia propor uma coesão nacional em torno de símbolos e elementos comuns, mas sim buscava argumentar em prol da participação regulada do cidadão nas instituições e em oposição aos setores caudilhistas, indígenas e rurais. Ainda segundo a autora, para Berra, a “selvageria” e a “barbárie”, contidas em tais grupos sociais desde a época colonial, eram invariáveis e imutáveis no tempo, o que contribuía para a reprodução da dicotomia sarmientina “aplicada” ao Uruguai.¹²⁸³

Conforme a análise de Laurino, as inclinações intelectuais positivistas de Berra, acerca da história nacional, teriam orientado esse escritor a defender uma hierarquização de grupos sociais, de modo que as populações indígenas e rurais do interior do país possuísem uma posição inferior na sociedade em relação aos indivíduos letrados cidadãos daquele período. Além disso, Laurino também ressalta a diferença de interpretação histórica entre Berra e

¹²⁸¹SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ªed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 104.

¹²⁸²Ibid., 104-110, grifos e aspas do autor.

¹²⁸³LAURINO, Carolina González. *La construcción de la identidad uruguaya*. Montevideo: Ediciones Santillana S.A/Taurus, 2001, p. 135-136.

Ramírez, pois o primeiro desqualificou o elemento popular na organização do Estado Nacional, tendo lhe sugerido uma “irracionalidade” inerente, ao passo que o segundo teria valorizado tais agentes menosprezados por Berra.¹²⁸⁴

De fato, essa conduta de Berra em relação a Artigas e à história nacional, marcada por elementos europeizantes e estadunidenses, difere-se em relação à de Ramírez, pois, como vimos nos capítulos anteriores, o autor do *Juicio Crítico* buscava “encontrar” e aproximar suas propostas com a vivência das camadas populares, fossem elas do interior ou da capital. Dessa forma, Laurino identifica, em Ramírez, uma intenção de atribuir o protagonismo ao povo oriental ao longo da história nacional e, conseqüentemente, o patriotismo inscrito nessa ação¹²⁸⁵, outro ponto que vai ao encontro do que vimos percebendo na atuação pública de Ramírez de modo mais abrangente até aqui.

Nesse sentido, pelo fato de nos debruçarmos especificamente sobre o “itinerário”/trajetória político-intelectual de Ramírez em nossa tese, acreditamos ser válido realizarmos mais alguns cotejamentos entre os dois escritores oitocentistas. Apesar de Ramírez ter sido professor de Direito Constitucional, ou seja, um profissional da área jurídica, e, também prezado pela “verdade” que a ciência e a filosofia proporcionariam aos estudos político-sociais, ele não reproduziu essa dualidade sarmientina, carregada de valores excludentes e seguida por Berra. Além disso, embora Ramírez também tenha sido um “sarmientino” em relação a alguns pontos, como a defesa da imprensa e da publicidade, da unidade nacional, da educação pública para “abrandamento dos costumes” e em detrimento da violência política¹²⁸⁶, acreditamos que o intelectual oriental não reproduziu a referida dicotomia, tendo-a, na verdade, reelaborado.

Conforme já tratamos nos capítulos anteriores, Ramírez flexibilizou e matizou a rigidez de tal dualidade, de modo que os elementos e setores populares e rurais não fossem concebidos como necessariamente ligados à “barbárie”, e o urbano, por sua vez, como possuidor de toda a “civilidade”/ “civilização” para a construção da nação. Embora também tenha comungado da concepção de “civilização” como entrelaçada ao da de “progresso”, no sentido de um estágio de desenvolvimento social e político de uma sociedade em direção à organização baseada na

¹²⁸⁴LAURINO, Carolina González. *La construcción de la identidad uruguaya*. Montevideo: Ediciones Santillana S.A/Taurus, 2001, p. 140.

¹²⁸⁵Ibid., p. 146.

¹²⁸⁶Conforme analisamos no capítulo 1, a partir das indicações de Ariadna Islas Buscasso. Ver: BUCASSO, Ariadna Islas. Morigerar las costumbres para formar la nación. El concepto civilización en el discurso político desde la formación de la sociedad colonial hasta la constitución de la república (1750-1870). In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 93-112.

lei e na “ilustração”¹²⁸⁷, Ramírez não focou somente nisso. Nesse sentido, podemos perceber que, ao retomarmos essa flexibilização da dicotomia sarmientina realizada por Ramírez ao longo de sua trajetória, mostra-se mais compreensível a adoção de tal orientação também para sua concepção a respeito da história nacional uruguaia e do artiguismo histórico. Assim, acreditamos que a reelaboração político-intelectual realizada por Ramírez, acerca do referido maniqueísmo sarmientino, seja outro elemento que contribui para compreendermos sua visão acerca da história de Artigas e dos demais elementos do processo de independência oriental. Algo que, em nossa visão, somente pode ser percebido com a análise detida de sua trajetória, estabelecida no último terço do século XIX.

De qualquer modo, ainda segundo Laurino, a história, para os intelectuais uruguaios do século XIX, constituiu-se em um dos principais fatores que compuseram os projetos político-institucionais defendidos no debate público, e isso teve a ver com o caráter multifacetado de tais agentes e da ainda não existente especialização disciplinar.¹²⁸⁸ De forma aproximada ao que argumenta Laurino, Sansón Corbo pontua que a intenção de Ramírez foi, de fato, alcançar um público abrangente, o que poderia ser verificado por meio do teor relativamente “didático” do *Juicio Crítico*, o qual teve “[...] o mérito de conjugar erudição e clareza expositiva”.¹²⁸⁹

De fato, podemos perceber essas características na trajetória e atuação de Ramírez, nosso objeto específico de análise. Além disso, acreditamos que tais ponderações de Sansón Corbo corroboram uma de nossas hipóteses principais, qual seja a de que Ramírez teria atuado como um intelectual mediador, buscando “encontrar o povo”¹²⁹⁰, de fato. E isso ocorreu na medida em que o escritor urguiaio se dedicou à reelaboração de elementos teóricos político-sociais visando a sua difusão, a partir de práticas e de uma linguagem que fosse mais chamativa, abrangente e caracterizada, também, por expressões e metáforas que remetiam a sentimentos e elementos próprios da vivência popular.¹²⁹¹

¹²⁸⁷ Aqui, dialogamos com a análise de Ariadna Islas Buscasso a respeito da concepção contextual do conceito de “civilização” na segunda metade do século XIX urguiaio e sobre a reivindicação de um local próprio para a civilização de caráter “nacional”, compartilhada por intelectuais como Alejandro Magariños Cervantes e José Pedro Varela, por exemplo. Ver: BUCASSO, Ariadna Islas. *Morigerar las costumbres para formar la nación. El concepto civilización en el discurso político desde la formación de la sociedad colonial hasta la constitución de la república (1750-1870)*. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 94 e 109.

¹²⁸⁸ LAURINO, Carolina González. *La construcción de la identidad uruguaya*. Montevideo: Ediciones Santillana S.A/Taurus, 2001, p. 136.

¹²⁸⁹ SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ªed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 113, aspas do autor.

¹²⁹⁰ Assim como explicitou em seu *La Guerra Civil y los Partidos de la República Oriental del Uruguay*, de 1871. RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay: profesión de fé que dedica a la juventud de su patria*. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 28.

¹²⁹¹ Conforme discussão teórico-metodológica que estabelecemos na introdução de nossa tese e que desenvolvemos, de forma diluída, ao longo dos capítulos anteriores, principalmente a partir das proposições de

Dessa forma, entendemos que a tentativa de conciliação entre os saberes doutos e os não doutos, os elementos citadinos e os rurais, os mais elitistas e os mais populares, também foi um componente da concepção histórica de Ramírez em sua revitalização de Artigas, de forma interligada com os feitos dos demais heróis do processo de independência oriental. Assim, para o intelectual uruguaio, a figura do “caudilho” libertador de 1811, com todas as suas complexidades e relacionado ao contexto em que viveu, teria consistido na expressão da soberania e autonomia tão almejadas não somente pelos setores políticos e sociais que se tornaram os dirigentes, mas também ligado ao elemento popular e rural. Nesse sentido, as ações e ideias de Artigas, empreendidas no início dos anos 1810, teriam aberto o processo da revolução e foram continuadas por Lavalleja, Oribe e Rivera, os líderes da segunda fase do referido processo, de meados da década de 1820 em diante, na concepção de Ramírez.

Retornemos à polêmica travada entre Ramírez e Berra. Juárez Fuão entende que essa resposta do autor do *Juicio Crítico* conteve muitos elementos que teriam servido de norte para as representações sobre Artigas realizadas ulteriormente, do final do século XIX em diante.¹²⁹² Essa posição de Fuão corrobora nossa concepção de que a resposta de Ramírez a Berra poderia ser pensada como um “lance” político-intelectual inovador no “jogo linguístico” de então¹²⁹³, a partir das reformulações que fez da dicotomia sarmientina, e consolidadas na polêmica com o periódico argentino *El Sud-América*, em 1884.

Assim, dedicando-se a reagir a tal perspectiva negativa sobre o libertador, Ramírez se pôs “[...] a estudar os *feitos* [...]”, mas de forma não apologética ao prócer e, sim, motivado por seu “[...] amor ao país [...]”.¹²⁹⁴ Uma de suas maiores críticas a Berra foi a de que esse autor

Jean-François Sirinelli, Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen. Ver: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia. Apresentação. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37; SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-262. A respeito das metáforas mobilizadas por Ramírez – como as relações entre a família, a mulher e a nação –, tratamos sobre tais recursos linguísticos, utilizados pelo intelectual uruguaio, no capítulo 2 de nossa tese.

¹²⁹²FUÃO, Juárez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a; FUÃO, Juárez José Rodrigues. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudos Ibero-Americanos/PUC-RS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez., 2009b. Quase duas décadas antes de Fuão, o cientista político e historiador uruguaio Carlos Real de Azúa já havia afirmado algo semelhante, ao asseverar que essa “tese clássica” teria sido elaborada por Francisco Bauzá, Juan Zorrilla de San Martín, Carlos María Ramírez e seu irmão, José Pedro, a qual teria sido reconhecida como a aceita socialmente até o final da década de 1920. REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. 2ª ed. Montevideo: Arca/Nuevo Mundo, 1991.

¹²⁹³Mais uma vez, dialogando com as indicações teórico-metodológicas de Pocock. Ver: POCKOCK, John. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

¹²⁹⁴RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 24, grifo do autor.

teria reproduzido os exageros contidos nos relatos sobre Artigas ao longo do tempo.¹²⁹⁵ Nesse sentido, Ramírez é considerado um intelectual ocupante de uma “posição intermediária” entre os “iconoclastas” e os “iconódulos” de Artigas.¹²⁹⁶ A figura do histórico “caudilho oriental” passou, então, a ser considerada a mais aceita socialmente para combater a “anarquia” política histórica, além de pacificar o país, conforme argumenta Carlos Demasi:

A imagem de Artigas, que surge desses exemplos, corresponde à exigência social de um herói nacional que rechaçasse a desordem e contribuísse para reunificar a comunidade nacional. [...] Aparentemente, parecia chegado o momento de cicatrizar as velhas feridas e a figura de Artigas aparecia como uma das mais adequadas para esse propósito.¹²⁹⁷

Nesse sentido, a reconstrução histórica do prócer, tanto por parte de Ramírez, quanto por Fregeiro, passava pela intenção de atribuir outro significado ao herói, que remetesse à imagem do “[...] caudilho da refundação institucional [...]”.¹²⁹⁸ Justamente por isso, procurou-se mais destacar alguns feitos de Artigas que tiveram esse caráter de ordenação institucional mais moderado ainda durante a época da primeira fase da independência, como, por exemplo, as *Instrucciones* (1813). Por outro lado, outros foram desconsiderados, a exemplo do *Reglamento de Tierras* (1815), documento que, lembrando, visava ao confisco de bens e terras dos setores contrários à revolução de independência.¹²⁹⁹

De fato, em seus escritos, Ramírez realizou esse esforço, tendo, inclusive, inserido alguns artigos das *Instrucciones* como apêndice de seu *Juicio Crítico*¹³⁰⁰, conforme veremos melhor adiante. De qualquer modo, por mais que também houvesse tais silêncios, na obra de Ramírez, a respeito da referida medida relacionada à questão agrária proposta por Artigas no momento da revolução de independência, ainda assim percebemos as tentativas do intelectual uruguaio em conciliar os setores citadinos e populares rurais durante a segunda metade do oitocentos. Nesse sentido, embora não tendo destacado as medidas históricas de Artigas a respeito da referida questão de terras, Ramírez expressou mais uma tentativa de atribuir outros significados a alguns conceitos, tais como o de “barbárie”, por exemplo:

¹²⁹⁵RAMÍREZ, Carlos Maria. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 28.

¹²⁹⁶SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas*: siglo XIX. 1ªed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 115.

¹²⁹⁷DEMASI, Carlos. La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 347-348.

¹²⁹⁸Ibid., p. 347.

¹²⁹⁹Ibid. Ainda sobre essa tentativa de formação do cidadão uruguaio “moderado” com base na recuperação histórica de Artigas, ver também: ISLAS, Ariadna. Ciudadano Artigas: Notas a propósito de la construcción de la ciudadanía en Uruguay, 1888-1897. In: FREGA; ISLAS (Orgs.), Op. cit., p. 353-366.

¹³⁰⁰RAMÍREZ, Op. cit., p. 103-105.

O ANO VINTE¹³⁰¹ é o caos, e das entranhas desse caos surgem os destinos imortais da Nação Argentina. Mas Artigas foi o *representante da barbárie indígena*, diz o autor do *Bosquejo*. [...]. A barbárie também tem sua missão e suas glórias no mundo. Quantas vezes ela guardou, em seu seio, os gérmenes da civilização futura, o futuro da humanidade em conflito com os elementos mais cultos das civilizações caducas! [...] Poderia alguém afirmar que esta Buenos Aires, hoje a mais livre, a mais poderosa e progressiva cidade da América do Sul [...] se mais de uma vez não houvesse golpeado suas portas e sacudido seus cimentos a *barbárie* daquelas províncias [...] que Artigas foi o primeiro em remover e acaudilhar durante a década da Revolução?¹³⁰²

Juarez Fuão também já havia realizado algumas considerações a respeito do termo “barbárie” por Ramírez, em sua crítica ao teor negativo atribuído, por Berra, ao prócer, inclusive, destacando parte do excerto acima.¹³⁰³ No entanto, o historiador brasileiro se ateve, de modo bem breve, a esse componente da polêmica. Desse modo, como um dos nossos objetivos, nesta tese, sempre foi o de analisar a trajetória político-intelectual de Ramírez ao longo das últimas três décadas do século XIX, acreditamos que isso permite que nos dediquemos, a esse ponto, a partir de uma visão mais ampliada sobre tais usos linguísticos. Assim, será possível compreender melhor tais reformulações conceituais realizadas por ele, em consonância com o seu projeto de construção nacional na esfera pública uruguaia, manifestado ao longo de sua trajetória político-intelectual.

Como podemos perceber no trecho acima, o intelectual oriental se utilizou de um termo que considerou negativo em parte de suas intervenções e que o atribuiu à violência política protagonizada pelos partidos uruguaiaos nas guerras civis ao longo do oitocentos, algo que havia combatido em vários outros momentos de sua trajetória por meio de seus escritos públicos. No entanto, para tratar de elementos que tanto Berra quanto outros escritores de seu tempo ressaltavam como ponto negativo em Artigas, a exemplo da “barbárie indígena”, Ramírez realizou um esforço de esvaziar o conceito de seus efeitos pejorativos e preenchê-lo com atributos positivos.

Um desses pontos renovados seria a da vinculação da “barbárie indígena”, devido ao fato de muitas tropas de Artigas terem sido compostas por esse grupo étnico-social, à ideia de

¹³⁰¹Em referência ao ano de 1820, no qual Artigas e suas tropas foram definitivamente derrotadas pelos portugueses após muitas batalhas de resistência empreendidas pelos orientais à invasão lusitana. Sobre tais acontecimentos, ver: ACEVEDO, Eduardo. *Anales Históricas del Uruguay*. T. I. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1933.

¹³⁰²RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 101-102, grifos do autor, maiúsculas no original.

¹³⁰³FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a; FUÃO, Juarez José Rodrigues. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudos Ibero-Americanos/PUC-RS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez., 2009b.

“Revolução”, de caráter moderno, ou seja, de mudança histórica profunda em prol de um novo começo e por meio da violência¹³⁰⁴, tão necessária para que a independência oriental ocorresse. Nesse sentido, o significado de Revolução, em Ramírez, indicava uma retomada do sentido de “regeneração” político-social republicana existente nos textos do próprio Artigas, publicados durante a primeira fase do processo independentista oriental.¹³⁰⁵ Esse esvaziamento de sentido negativo relacionado à dicotomia “civilização” / “barbárie” já havia sido feito por Ramírez em outros momentos de sua trajetória, mais especificamente no momento em que buscou mediar, por meio das páginas de *La Bandera Radical*, as reivindicações do líder rural Domingo Ordoñana a respeito da criação da *Asociación Rural*, conforme vimos no capítulo 2. Portanto, tal concepção revigorada de “barbárie”, para Ramírez, passou a estar relacionada com a possibilidade de acesso a uma nova temporalidade e ao advento da modernidade políticas no Uruguai, em nossa visão.

Assim, como podemos perceber, o conceito de “barbárie”, utilizado pelos interlocutores de Ramírez para se referirem negativamente aos indígenas, não foi mobilizado da mesma forma pelo intelectual uruguaio. Para esse último, a violência que os indígenas praticaram durante o processo de independência oriental também teve seu papel histórico, e a sua concepção sobre tal termo passou a possuir uma conotação que remetia a algo instrumental, impulsionador de uma causa maior, ou seja, da independência. Embora possuísse um caráter “primitivo”, assim como o “acaudilhamento” e a coesão das massas populares, realizados pelos líderes das milícias rurais durante o processo de emancipação, como Artigas, por exemplo, a “barbárie indígena”, entendida dessa forma por Berra e outros antiartiguistas, deixava de ser “barbárie” para Ramírez.

Em outros termos, ele reconhecia que a ação indígena possuiu um caráter violento, mas criticou a forma que seus pares a utilizavam, expressando, assim, que a participação dos povos originários da região no processo emancipatório também contribuiu para o desenvolvimento histórico nacional oriental. Dessa forma, o referido termo, mais uma vez, não foi mobilizado por Ramírez de modo a antagonizar rigidamente com o de “civilização”, como fez Sarmiento, mas sim foi usado publicamente de forma matizada e mais complexa do que a dicotomia

¹³⁰⁴ Aos moldes propostos por Hannah Arendt acerca do conceito moderno de “Revolução”. Ver: ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 47-91.

¹³⁰⁵ Sobre os significados do termo “Revolução” nas propostas de José Artigas e ao longo do século XIX no Uruguai, ver os seguintes trabalhos de Ana Frega: FREGA, Ana. Las caras opuestas de la revolución. Aproximación a sus significados desde la crisis de la monarquía española a la construcción del estado-nación. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 51-72; FREGA, Ana. La virtud y el poder: la soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comps.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 101-133.

elaborada pelo intelectual argentino. Assim, ao invés de representar a “anarquia”, o “atraso” e demais elementos negativos e estereotipados, o conceito de “barbárie”, em Ramírez, passou a ter o significado de algo fomentador da libertação republicana e da autonomia em detrimento do domínio colonial espanhol e português, e, posteriormente, argentino e brasileiro.

Nesse sentido, Ramírez atribuiu aos caudilhos, do período independentista em relação à Espanha, uma função considerável na tarefa de estabelecer o início de uma coesão político-social para a Revolução, ou melhor, para a formação de uma sociabilidade comum, uma unidade em prol da emancipação. Assim, o “primitivo” caudilho, elemento que era convencionalmente mais ligado à área rural e à “barbárie”, de acordo com a ótica sarmientina, passou a ter um valor positivo para a “grande missão” da independência da Banda Oriental e, desse modo, o que seria condizente com os pressupostos da continuidade, da unidade e da síntese micheletianos. Ao mesmo tempo, também iam ao encontro dos pressupostos kantianos sobre o elemento “primitivo” que abria o caminho para as grandes causas e a formação de uma organização político-social idealizada e justa. Conforme o historiador oitocentista uruguaio afirmou:

Só assim compreenderemos quão necessários foram os caudilhos das condições de *Artigas, Rivera e do mesmo Lavalleja para abranger as massas campesinas nos propósitos grandiosos da Revolução*, fazendo-as concorrer como *forças enérgicas* de uma renovação social que se, costumeiramente contrariaram com as *manifestações desordenadas* de sua natureza semibárbara, alguma vez também souberam *empurrar no sentido das maiores fórmulas democráticas* por suas resistências instintivas às preocupações patricias e aos excessos centralistas de uma metrópole absorvedora.¹³⁰⁶

Esse foi outro ponto sobre o qual Fuão tratou em sua tese de doutorado, assim como aqueles que destacamos anteriormente, referente às análises que fez dos escritos de Ramírez sobre Artigas, em resposta à visão histórica de Berra.¹³⁰⁷ No entanto, o autor não deu atenção a essa interconexão entre Artigas, Lavalleja e Rivera e, assim, mais uma vez, temos algumas considerações mais ampliadas sobre isso. De nossa parte, entendemos que tal menção a Artigas, feita pelo intelectual uruguaio, mais uma vez relacionada aos líderes dos Trinta e Três Orientais de 1825, não se limitou somente a atribuir à figura do caudilho de 1811 um significado positivo, diferentemente do que fazia Berra, mas também expressava algo maior.

¹³⁰⁶ RAMÍREZ, Carlos Maria. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta Del Porvenir, 1882, p. 18, grifos nossos.

¹³⁰⁷ FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a, p. 124; FUÃO, Juarez José Rodrigues. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudos Ibero-Americanos/PUC-RS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez., 2009b, p. 45-46.

Era uma forma de Ramírez, mais uma vez, propor, no plano simbólico e linguístico, a unidade histórica de ações realizadas pelos três atores mencionados, estabelecida de forma complementar e crescente ao longo do tempo. Desse modo, o publicista argumentava que eles buscaram organizar os indivíduos pertencentes aos setores populares que se encontravam dispersos no caótico “vazio” “semibárbaro” da área rural, e em busca da formação racional de um “povo”. Nesse sentido, essa unidade de ações no tempo poderia, também, ter contribuído para a “Revolução” de independência tanto em relação ao centralismo monárquico espanhol, quanto à elite política e econômica dos “patrícios”.

Da mesma forma, considerou as complexidades contextuais de cada um dos agentes do passado citados por ele, mas, ao mesmo tempo, defendeu ter havido uma continuidade histórica entre seus atos de modo, também, a pensar a viabilidade e a unidade da nação republicana oriental, e o seu futuro. Nesse sentido, o aspecto visto convencionalmente como “bárbaro” ou “semibárbaro” dos caudilhos e dos setores populares rurais foi convertido em um elemento de resistência “instintiva”, “natural”, a algo muito mais ameaçador às liberdades políticas e democráticas, que era o domínio colonial espanhol e português, em sua visão.¹³⁰⁸ O que muito bem poderia também servir para o seu momento de escrita em relação às investidas de Brasil e Argentina.

Dessa forma, quando consideramos, abrangentemente, os usos históricos de Artigas, Rivera e Lavalleja feitos por Ramírez, percebemos que essa não é uma menção isolada desses três atores em sua obra político-intelectual. Haja vista que o publicista oriental já havia feito isso em outros pontos de sua trajetória de modo a defender a unidade nacional, conforme vimos no capítulo 1. Assim, ao considerarmos tanto o contexto político-intelectual de Ramírez e os demais momentos de sua atuação pública, percebemos que essa referência a tais líderes pode ser concebida como a reiteração de sua proposta de unidade política nacional, manifestada também em outros escritos ao longo de sua trajetória. Em outros termos, ressaltamos, foi uma intenção de expressar a continuidade histórica em prol de uma unidade abrangente, de caráter histórico, historiográfico e político na busca pela construção nacional uruguaia.

No entanto, apesar dessa nova menção a Rivera e Lavalleja ao lado de Artigas, o foco maior de Ramírez, nesse início dos anos 1880, estava no líder da primeira fase da

¹³⁰⁸Inclusive, Ana Frega também destaca o apoio social de tais camadas populares e subalternizadas de então a Artigas, quais sejam os indígenas, os gaúchos, os pequenos proprietários de terras e agricultores, vínculos esses que “[...] lhe permitiam atuar como ‘ponte’ entre os grupos sociais heterogêneos desde o ponto de vista cultural, estamental e de classe”. FREGA, Ana. La virtud y el poder: la soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comps.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 102, aspas da autora.

independência. Assim, ele narrou a saga do herói, de forma ligada aos eventos da história do país, e considerou o libertador de 1811 como aquele que veio a ser o “chefe” dos orientais.¹³⁰⁹ Além disso, o intelectual uruguaio concebeu o referido prócer como um agente histórico que agrupou as populações da então Banda Oriental, antes “[...] elementos dispersos e inorgânicos da antiga Província de Buenos Aires [...]”, ainda durante o período colonial.¹³¹⁰ Sobre esse último ponto, ressaltamos, mais uma vez, um elemento que nos remete à propensão relativa ao pressuposto micheletiano de unidade que, para Ramírez, os processos históricos deveriam possuir. E fez questão de reiterar que:

[...] Artigas, depois de ter combatido os espanhóis, sob a bandeira comum, combate as forças de Buenos Aires sob a bandeira local, e sob essa mesma bandeira luta como um leão durante quatro anos contra a invasão portuguesa, sublimemente extasiado com a grandeza de seus soldados orientais.¹³¹¹

Desse modo, embora tenha destacado, em alguns momentos, mais as ações dos líderes dos Trinta e Três Orientais para a independência nacional e para a fundação da nacionalidade oriental propriamente ditas, Ramírez entendia, por outro lado, que, se não fosse Artigas, nenhum dos eventos ocorridos de 1825 em diante teriam sido possíveis. Aqui, é perceptível a presença dos elementos relativos à “continuidade” ou “crescimento progressivo” da “vida histórica” da nação em Ramírez, também aos moldes propostos por Michelet:

Somos, hoje, independentes, queremos e devemos sê-lo. Como não honraremos, então, a memória daquele que venceu gloriosamente em Las Piedras¹³¹² a dominação espanhola, que lutou quatro anos, quase sempre desafortunado, mas sempre heroico, contra a dominação portuguesa, e a quem jamais poderá negar-se o título, senão de fundador, de PRECURSOR DA NACIONALIDADE ORIENTAL? Sob esses conceitos, levantamos no passado sua figura histórica – e se quiséssemos levantá-la como um ensinamento para o presente e para o futuro, poderíamos gravar em letras de ouro essas palavras arrancadas das célebres Instruções de Artigas, em 1813: ANIQUILAR O DESPOTISMO MILITAR ASSEGURANDO A

¹³⁰⁹RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 15.

¹³¹⁰RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 100.

¹³¹¹RAMÍREZ, 1884, Op. cit., p. 10.

¹³¹²Referência, feita por Ramírez, à batalha de Las Piedras, ocorrida em 18 de maio de 1811, na região então localizada próxima a Montevideu, triunfo que abriu o caminho para a independência oriental frente à Coroa Espanhola. No entanto, mesmo com essa vitória, o processo ulterior foi marcado por guerras e instabilidade política, pois Francisco Elío, o então vice-rei de Montevideu, ao perceber a força de Artigas e suas tropas, recorreu à Coroa Portuguesa e ao Diretório de Buenos Aires, comandado por Juan Pueyrredón, com a finalidade de suprimir a revolução até seu declínio definitivo, em 1820, após muita resistência. PARÍS DE ODDONE, M. Blanca. Presencia de Artigas en la Revolución del río de la Plata (1810-1820). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas entorno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 65-85.

SOBERANIA DO POVO. PROMOVER A LIBERDADE CIVIL E
RELIGIOSA EM TODA A SUA EXTENSÃO IMAGINÁVEL.¹³¹³

No trecho acima, também percebemos a inclusão, feita por Ramírez, de alguns elementos político-jurídicos que não são convencionalmente atribuídos historicamente a Artigas, como a questão da liberdade religiosa, algo que foi muito defendido pelo intelectual oriental, assim como já vimos nos capítulos 2 e 3.

Outros pontos de crítica levantados por Ramírez, em seu *Juicio Crítico*, estiveram relacionados às acusações sobre a personalidade de Artigas, mais especificamente a respeito de o libertador ter sido “cruel”, o que também é destacado por Fuão¹³¹⁴ e Sansón Corbo.¹³¹⁵ No entanto, acreditamos ser pertinente trazer ao debate um ponto não tão explorado por esses autores e que, também, indica algumas reservas, por parte de Ramírez, a alguns dos elementos contidos na obra de Michelet. Em uma crítica aos exageros reproduzidos por Berra, em seu *Bosquejo*, a respeito de Artigas, Ramírez citou as hipérboles, enunciadas pelo historiador francês em algum de seus trabalhos¹³¹⁶, referentes aos “excessos” violentos que teriam sido cometidos durante a Revolução Francesa, comparando-as.¹³¹⁷ Tais aumentos realizados por Michelet, criticados por Ramírez, diziam respeito especificamente aos boatos, espalhados por toda a Europa, referentes aos eventos de 1792, na França, “[...] de que haviam perecido milhares e milhares de nobres, e que seu sangue havia, literalmente, corrido como uma torrente pelas cloacas de Paris”.¹³¹⁸

¹³¹³RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 11, maiúsculas no original.

¹³¹⁴FUÃO, Juares José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a; FUÃO, Juares José Rodrigues. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudos Ibero-Americanos/PUC-RS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez., 2009b.

¹³¹⁵SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b; SANSÓN CORBO, Tomás. Un debate rioplatense sobre José Artigas (1884). *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, n. 4, p. 187-216, 2004; SANSÓN CORBO, Tomás. Historiografía y nación: una polémica entre Francisco Berra y Carlos María Ramírez. *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, año 6, p. 177-199, 2006.

¹³¹⁶Ramírez não explicitou qual foi o trabalho de Michelet em questão.

¹³¹⁷Embora não tenha informado o título da obra de Michelet, acreditamos que o livro, lido por Ramírez, seja o *História da Revolução Francesa*, escrito entre os anos de 1846 e 1853, e considerado o principal texto do historiador francês. Ver: MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa: da queda da Bastilha à festa da Federação*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Consultoria e introdução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1989. Inferimos que essa obra de Michelet foi a que serviu como inspiração político-intelectual para Ramírez não somente na referida passagem, mas também nos demais momentos em que identificamos a presença das linguagens políticas do historiador francês nos escritos sobre Artigas de autoria do publicista uruguaio.

¹³¹⁸RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta Del Porvenir, 1882, p. 27. Tais críticas de Ramírez muito provavelmente foram direcionadas, mais uma vez, às ações dos jacobinos durante o processo revolucionário francês do século XVIII, grupo político esse que ele concebia como promotores de “excessos” violentos. Assim

No mesmo sentido, no plano interno e mais contemporaneamente a sua escrita, também relembrou as mortes ocorridas após o assassinato do ex-presidente uruguaio, Venâncio Flores, em 1868, levadas a cabo como “represálias” dos correligionários de Flores após o crime ocorrido contra seu líder. Tais notícias chegaram ao seu conhecimento e ao de sua família a partir da informação de um cocheiro de então, o qual também teria afirmado o seguinte, a partir das palavras de Ramírez:

O líder da diligência que nos levou a notícia assegurava que, uma vez sufocado o movimento revolucionário, os amigos do general Flores haviam sucumbido a tais excessos de vingança, de que as ruas ficaram banhadas de sangue, *como se nelas houvesse brincado em um terceiro dia de carnaval*.¹³¹⁹

Tais exemplos de exageros históricos – tanto os realizados por Berra sobre Artigas, quanto aqueles expressados por Michelet a respeito da Revolução Francesa – foram mobilizados, por Ramírez, com a intenção de se criticar duramente os usos dessas hipérboles por qualquer autor, em qualquer situação, sobre qualquer período histórico. Mais especificamente, Ramírez se referiu à reprodução e reiteração, realizadas por Berra, de toda a lenda que existia sobre Artigas ao longo da história, fosse pelos inimigos contemporâneos do prócer ou não:

Artigas era cruel, sanguinário, vingativo... Dizem isso as crônicas portenhas e não portenhas de seu tempo, e isso repetem os historiadores que aceitaram aquelas crônicas sem benefício de inventário. [...] Nem um só momento ocorre ao Dr. Berra que pode haver um pouco de exagero no testemunho dos inimigos ou não inimigos do caudilho oriental, precisamente porque as cenas sangrentas são as que mais impressionam a imaginação dos povos e a predispõem a aumentar os fatos com formas e proporções aterrorizantes. [...] O Dr. Berra as pinta, levando por séquito inseparável a pilhagem, a violação e o degolo, o mesmo na Banda Oriental que no Rio Grande, em Misiones, em Entre Rios, em Corrientes e Santa Fé. A devastação e a morte eram seus únicos impulsos, seus únicos propósitos, se nos atemos aos espantáveis relatos do *Bosquejo*. É tão perversa a natureza humana? Tanta foi a barbárie daquela revolução a qual triunfou na sociabilidade argentina?¹³²⁰

Além disso, Ramírez também buscou dar exemplos de momentos do processo independentista em que Artigas demonstrou clemência em relação a diversos prisioneiros feitos nas batalhas, de modo a reiterar seu caráter piedoso e justo. Ou, ao menos, um modo de propor uma possibilidade de reflexão acerca da lenda de “sanguinário”, a nosso ver, repetida ao longo

como já vimos nos capítulos anteriores, Ramírez também já havia declarado sua resistência ao jacobinismo em outros escritos seus, principalmente, em artigos publicados em *La Bandera Radical* e em suas *Conferências de Direito Constitucional*.

¹³¹⁹ RAMÍREZ, Carlos Maria. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta Del Porvenir, 1882, p. 27-28, grifos do autor.

¹³²⁰ Ibid., p. 27-28, grifo do autor.

da história. Após criticar os silêncios de Berra sobre a abundância documental a respeito do tema da invasão portuguesa, Ramírez recorreu ao argumento da autoridade, esse supostamente inscrito na publicidade de tais documentos para a busca pela “verdade histórica”. Nesse sentido, ele reiterou a vastidão de documentos e a veracidade dos fatos, relacionando-os com o fato de estarem públicos nos arquivos, ou seja, mobilizou a ideia de publicidade como fator de autoridade e enquanto um elemento capaz de ratificar e legitimar a “verdade histórica”:

Tudo isso está escrito, conservado com tinta indelével nos arquivos, e difundido a todos os ventos pelos pregões ensurdecadores e imortais da publicidade: mas só chegou até o ouvido do autor do *Bosquejo* um eco vago e distante que apenas se reflete, por fugitiva incidência, nas páginas surdas de seu livro. Aquele rigoroso, nítido analista, o qual contribui para todos aqueles que tendem a difamar os anais uruguaios, passa uma visão sonolenta sobre as origens comprovadas e evidentes da invasão que escravizou e corrompeu, no intervalo de dois lustros, o povo da Banda Oriental, logrando, turvamente, segregá-lo, para sempre, talvez, da comunidade argentina!¹³²¹

Acreditamos ser válido destacar o episódio da invasão portuguesa como aquele que, por um lado, sucedeu imediatamente a queda e exílio definitivo de Artigas e, por outro, o que originou a posterior dominação brasileira da então Província Cisplatina, a qual foi libertada do jugo imperial de D. Pedro I pelos Trinta e Três Orientais. Ou seja, foi um evento que marcou um processo sensível para a história do país platino e, como podemos perceber, mais especificamente para Ramírez em seus escritos. A preocupação em revisitar esse acontecimento histórico, por parte do intelectual uruguaio, poderia ser concebida também como uma forma de ele destacar e visualizar uma continuidade histórica entre as primeiras ações de Artigas e a dos “cruzados” de 1825. Tais atuações ocorreram, primeiro, no contexto da invasão portuguesa (de 1816 em diante) e, posteriormente, no da dominação brasileira, estando elas, assim, ligadas no tempo e em cada uma dessas investidas monárquicas.

Mais ao final de seu *Juicio*, Ramírez, em caráter de conclusão do escrito, destacou o modo que, em sua visão, deveria ser analisada e tratada a História da Banda Oriental em consonância com a História argentina, enquanto formas de se compreender as ações de Artigas durante o processo revolucionário de 1811 em diante:

Artigas havia quebrado a unidade governamental [colonial] que parecia necessária para levar adiante a guerra da Independência. Frente aos povos incultos que ele acaudilhava desenfreadamente, estava a autoridade central das Províncias Unidas, apoiada na riqueza, na inteligência, na ilustração, na pujança e no prestígio da Comuna Portenha, como base indispensável para salvar materialmente a Revolução. Essa é uma face do drama; mas há outra,

¹³²¹RAMÍREZ, Carlos Maria. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta Del Porvenir, 1882, p. 69, grifo do autor.

distinta e fundamental, que é esta: os homens que, pela força das coisas, ocupavam exclusivamente o organismo da unidade nacional, compunham uma oligarquia orgulhosa, que contrariava o sentimento dos povos com subreptícias tendências à monarquia, e que, organizada em uma Loja veneziana¹³²², cuja existência parece ignorar o *Bosquejo*, abusou de seu ministério tutelar até o ponto de entrar em confabulações sigilosas com o trono português, pretendendo conjurar perigos, apesar de consideráveis, eventuais, com uma intriga preta de perigos imediatos, desmoralizadora e pífida. Sem considerar essa dupla face do drama revolucionário, não é possível *esboçá-lo*¹³²³, nem sequer medianamente compreendê-lo. Nesse dualismo está toda a filosofia da história argentina, que é, também, a filosofia da história oriental.¹³²⁴

O referido dualismo citado por Ramírez, qual seja aquele marcado tanto pela ação de Artigas em dismantelar a ordem centralista monárquica, quanto o papel atribuído ao Diretório revolucionário de Buenos Aires na época e entendido por ele como desleal, teria caracterizado a forma de se conceber a história de parte da região rio-platense. Desse modo, o passado dos dois países, Uruguai e Argentina, poderia ser apreendido a partir de tal dicotomia, a qual estava, em maior ou menor grau, caracterizada por uma filosofia da história de caráter republicano. Assim, contra o “falseamento” dos fatos, o intelectual oriental deixou claro que qualquer versão historiográfica que não realizasse uma “descrição fiel” da referida dualidade não seria digna de credibilidade, em termos de “imparcialidade”.¹³²⁵

Ramírez acusou Berra de, por um lado, não ter lançado mais luzes sobre as causas da invasão Portuguesa e sua relação com os dirigentes das Províncias Unidas – algo que, ao que tudo indica, já era de conhecimento de outros escritores como Mitre e Fidel López, por exemplo¹³²⁶ – e, por outro, de ter atribuído toda a culpa da invasão a Artigas e aos próprios orientais:

O que o *Bosquejo* fez, e eu censuro com uma severidade sem limites, foi a dissimulação, a alteração do problema histórico pela supressão sistemática de um de seus termos concretos e incontestáveis. [...] O que atribui ao senhor Berra responsabilidades das quais desejaríamos vê-lo isento é ter traçado, com

¹³²² Aqui, Ramírez fez referência a um elemento maçônico, a Loja, local em que usualmente seus membros se reuniam. No entanto, não conseguimos maiores informações sobre o referido espaço específico mencionado por ele.

¹³²³ Neste ponto, Ramírez fez um trocadilho com o título do livro de Berra, cuja tradução livre em português é “esboço”.

¹³²⁴ RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 90, grifo do autor, inserção nossa.

¹³²⁵ Ibid., p. 90-91.

¹³²⁶ Mitre e López também travaram uma considerável polêmica intelectual acerca da história da independência argentina, mais no que tange à figura do libertador San Martín. Para Mitre, representante da tendência que Tomás Sansón Corbo denominou de “erudita”, López, expoente da corrente “filosofante”, concebia tudo o que dizia respeito ao prócer como digno de desconfiança e arbitrariedade. SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas*: siglo XIX. 1ª ed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 75.

esfuminho, o esboço de fatos tão averiguados como as origens da invasão portuguesa e a convivência que, com ela, teve o patriciado da Revolução, enquanto seleciona com o claro pincel de uma certeza absoluta, muito pouco filosófica certamente, tudo o que pode comprometer Artigas e os orientais no êxito da conquista estrangeira.¹³²⁷

Ramírez também combateu as omissões de Berra¹³²⁸ sobre a popularidade que Artigas teria possuído entre os habitantes de algumas províncias que liderou, tais como Córdoba, a qual o teria aclamado “Protetor”. Ao mesmo tempo, o intelectual oriental também criticou a incoerência do autor do *Bosquejo*, nos vários momentos em que esse enfatizou o caráter “selvagem”, violento e arbitrário do libertador de 1811 em relação a outras localidades, a exemplo de Corrientes, Santa Fé e Entre Rios:

Se se quer compreender tudo isso, é indispensável completar e relacionar tudo o que o *Bosquejo* deixou truncado e desconexo. Faz-se de Artigas um caudilho local, sem outros meios de ação que o desenfreado da força bruta. Domina, pelo terror, os orientais; *subjuga* violentamente os entrerrianos e corrientinos. Santa Fé está sob sua férula selvagem. A influência de Artigas nessas três províncias, que não são sua província natal, pode superficialmente explicar-se somente pela similitude do estado social em que se encontravam e a imediação da base de seu poder pessoal; mas como se explicaria a popularidade de Artigas na distante e douda Córdoba, onde jamais apareceram suas hordas, e que o aclamou Protetor, presenteando-o com uma espada, com inscrições pomposas, que qualquer um pode ver no Museu Público de Montevideu? [...] Como inscrever esses fatos nas mesquinhas proporções que se atribuem à personalidade de Artigas? O *Bosquejo* adota, a esse respeito, o simples procedimento que o isenta de apuros em circunstâncias análogas: silêncio sobre eles.¹³²⁹

Acima, o intelectual oriental mencionou a espada que foi dada, pelos representantes da província de Córdoba, a Artigas como mostra do reconhecimento político e social que esse líder histórico gozava em seu tempo, ao contrário do que afirmava Berra, presente esse que se encontrava em um espaço público, o Museu de Montevideu. Desse modo, podemos apreender, novamente, o uso, por parte de Ramírez, do argumento da publicidade dos vestígios históricos como autoridade retórica sustentadora de sua visão do passado, acerca da atuação e reconhecimento popular de Artigas na época da primeira fase da independência oriental. Além disso, identificamos outro trecho em que a presença velada de Michelet pode ser percebida, na

¹³²⁷RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 92, grifo do autor.

¹³²⁸Este não foi o único momento em que Ramírez acusou Berra de silenciar-se sobre outros fatos a respeito da atuação de Artigas. No entanto, não iremos destacar todas as passagens por falta de espaço neste trabalho e para evitar descrições excessivas a respeito de tais acontecimentos.

¹³²⁹RAMÍREZ, Op. cit., p. 93-94, grifo do autor.

qual consta a ênfase na “síntese harmônica”, o que pressupõe o elemento da “totalidade”, da “harmonia suprema” da história contida na obra do historiador francês:

Remontando a mente a essas alturas da filosofia histórica, a onde jamais alcança o critério legista e escolástico, mas que são já familiares aos historiadores argentinos, descobre-se, com êxtase, a *síntese harmônica das grandes revoluções dos povos*. Sem aquele patriciado inteligente e ilustrado, único elemento capaz de organizar uma respeitável força de governo no centro mais civilizado e poderoso das Províncias Unidas, abarcando com olhar sagaz o vasto cenário das relações internacionais que despertavam o assomo da Independência sul-americana, a Revolução teria naufragado em um mar de agitações desordenadas e inconscientes; *mas ao mesmo tempo, sem as forças populares que se desenvolviam sob o patrocínio dos caudilhos, rompendo o molde da sociedade antiga e precipitando as soluções revolucionárias, é muito provável que o movimento de 1810 houvesse abortado em combinações diplomáticas e dinásticas verdadeiramente indignas dos destinos que a natureza e a história argentina, destaca-se, imponente e prestigiosa, a figura do caudilho oriental [...]*.¹³³⁰

Podemos notar, mais uma vez, o destaque, dado pelo intelectual oriental, às interconexões dos fatos históricos, à complementaridade existente entre os feitos dos setores sociais mais elitistas e os relativos aos das camadas mais populares e rurais, as quais Artigas havia reunido em torno de sua liderança e referência. Assim, para Ramírez, não teria havido, de fato, a Revolução de Maio¹³³¹ sem tais atos históricos mais abruptos, os quais teriam, de fato, desembocado também na Revolução Oriental, objeto central de seu enfoque. Complementaridade, continuidade e “síntese harmônica” históricas: elementos esses que eram reiterados por Ramírez em suas respostas historiográficas a Berra na polêmica sobre o passado da nação oriental. Assim, para o intelectual uruguaio, Artigas foi o “iniciador” e o “precursor” da desconstrução dos elementos coloniais e da edificação da organização republicana e federalista, elementos esses próprios da modernidade política e os quais teriam formado o substrato para o que viria a ser o Uruguai posteriormente:

É o iniciador e o precursor das decomposições sociais que virão a transformar em democracia federativa, vivaz, incontestável, os órgãos atrofiados de um vasto império colonial. É o primeiro que abrange e unifica as massas campesinas do Prata sob as bandeiras da Revolução; o primeiro que lhe ensina a lutar e morrer por uma ideia naquele combate heroico de Las

¹³³⁰ RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 99-100, grifos nossos.

¹³³¹ A Revolução de Maio e outros pontos da independência rio-pratense foram objeto de análise dos intelectuais argentinos da primeira metade do século XIX, especialmente os membros da Geração de 37 exilados, como Fidel López e Sarmiento. Assim, a proscrição de tais escritores, ocorrida no período do governo de Rosas, teria sido um fator condicionador para a escrita da história argentina por parte dos intelectuais mencionados. Sobre esse tema, consultar o seguinte artigo de Jorge Myers: MYERS, Jorge. Clío filósofa. Los inicios del discurso histórico rioplatense (1830-1852). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 331-364, mai./ago. 2015.

Piedras, [...] que é uma glória indisputável de Artigas. *Sob sua influência audaz e poderosa, agrupam-se em organismo de província as povoações da Banda Oriental, que eram elementos dispersos e inorgânicos da antiga Província de Buenos Aires, como Entre Rios, como Corrientes, como Santa Fé, que, sob a mesma influência, sentem palpar seu respectivo organismo, a tão altas funções destinadas.* A velha colônia fornecia o elemento democrático da representação municipal; a ata de 25 de Maio de 1810 suscita um elemento novo: a representação nacional; mas há algo que não estava na organização da colônia nem no programa explícito da Revolução de Maio: a representação provincial. É Artigas quem cria esse elemento perdurável, essa base angular da sociabilidade argentina, com as Assembleias de Abril e Dezembro de 1813.¹³³²

Além disso, ao enfatizar esse “agrupamento” das províncias e do “povo oriental”, levado a cabo por Artigas e pelos demais heróis da independência uruguaia, Ramírez expressava, em nossa visão, reiterar a necessidade do princípio da “associação” para a construção e coesão político-sociais da nação em seu presente. Princípio esse que foi reiterado e praticado por ele desde o início de sua trajetória, por meio de seus escritos e na criação e participação em diversos espaços de sociabilidade, como as associações propriamente ditas e nos periódicos criados e nos quais colaborou ao longo de sua atuação. Inclusive, nos próprios *El Plata*, no qual seu *Juicio Crítico* seria inicialmente publicado, e o *La Razón*, por meio do qual debateu sobre Artigas com o diário *El Sud-América*, de Buenos Aires.

Tais elementos, principalmente o de uma história totalizadora, baseada na unidade dos fatos singulares dados de forma sucessiva, e a necessidade da sociabilidade para a constituição político-social ideal racional, extraídos de Michelet e Kant, respectivamente, indicam-nos um ponto de discordância estabelecido entre a concepção histórica de Ramírez e a de Sarmiento. Baseando-nos nas ponderações de Jorge Myers a respeito da ideia de “barbárie” do intelectual argentino oitocentista, a qual, por sua vez, consistiria em um dos componentes da dicotomia rígida que caracterizava sua filosofia da história, temos que:

A contraparte dicotômica daquela “civilização” das cidades era a “barbárie” da campanha, que se caracterizava precisamente por seu caráter profundamente antisocial. O vazio da campanha argentina, as enormes distâncias que separavam um povoado do outro, um rancho do outro, a rusticidade dos meios com os quais seus habitantes deveriam buscar sobreviver, tudo isso teria contribuído para forjar um espaço humano no qual a natureza havia triunfado sobre a capacidade social dos homens.¹³³³ Na

¹³³² RAMÍREZ, Carlos Maria. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 100-101, grifos nossos.

¹³³³ Ainda sobre a questão da relevância da natureza para a construção da nação nas representações elaboradas por intelectuais latino-americanos oitocentistas, indicamos, também, o artigo de Maria Elisa Noronha de Sá sobre o tema. Nesse trabalho, a autora compara especificamente as expressões da dicotomia “civilização” e “barbárie” nos escritos de Sarmiento e do brasileiro Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, publicados

descrição sarmientina, sempre atravessada por ambivalências e ambiguidades, os hábitos e os costumes dos habitantes da campanha derivavam mais da natureza que os rodeava que de sua condição humana: sendo, por isso, que na descrição elaborada deles, apareciam, às vezes, como homens, lobos dos homens, da metáfora hobbesiana, outras vezes como aquelas quase-bestas, mudas e solitárias, da postulação rousseauiana. [...] Em semelhante âmbito, o político propriamente dito não poderia existir. Em ausência de uma ordem política, não poderia existir tampouco nenhum progresso moral ou social: a condição determinante do meio rural do meio argentino era sua “selvageria”, e isso implicava que o progresso – de qualquer tipo que fosse – sempre encontraria nesse meio um obstáculo ao seu pleno desenvolvimento.¹³³⁴

Considerando a afirmação de Myers acima, podemos inferir que, quando Ramírez exaltava a figura do “caudilho” Artigas no “agrupamento” histórico dos indivíduos que compunham as populações “dispersas” da Banda Oriental, o intelectual uruguaio discordava implicitamente da dicotomia rígida e do conceito de “barbárie” criados por Sarmiento. Da mesma forma, não compactuava com os referidos determinismos que criavam os mencionados obstáculos históricos às possibilidades de organização político-social modernas. Assim, Ramírez buscou, a nosso ver, propor que a figura histórica do libertador de 1811 teria consistido em uma forma de valorizar a sociabilidade e a coesão político-social. Isso, por sua vez, constituiu, em nossa perspectiva, sua forma de ver a história e, conseqüentemente, consolidava sua discordância com o argumento sarmientino de que os caudilhos rurais e as massas do campo caracterizavam um fator antissocial, de pura “barbárie” e “atraso” para a construção da nação.

Nesse sentido, o intelectual uruguaio demonstrou ter concebido Artigas como o “unificador” da população rural que se encontrava dispersa e espalhada, de modo que, assim, fosse desenvolvido um dos princípios de sociabilidade e coesão para a formação desse “organismo” racional e ordenado, em prol da Independência oriental. Também não desconsiderou o que, para ele, teria sido um dos pilares da representação provincial, que foi o da municipalidade de caráter colonial, sendo que esse teria sido sucedido por aquele, o que também conotaria um sentido de certa continuidade política e histórica. Embora tenha incluído a representação de caráter “nacional” nesse processo, é necessário que recordemos as reservas de José Carlos Chiaramonte e Gerardo Caetano sobre a utilização desse termo para aquele contexto, pois ele não se referia necessariamente à uma unidade propriamente argentina ou uruguaia, respectivamente.¹³³⁵

durante a primeira metade do século XIX. Ver: MÄDER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. *História Unisinos*, 12(3), p. 262-270, Set./Dez. 2008.

¹³³⁴MYERS, Jorge. Clío filósofa. Los inicios del discurso histórico rioplatense (1830-1852). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. mai./ago. 2015, p. 356-357, grifos, aspas e sublinhado do autor.

¹³³⁵Ver: CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª Ed. (2019-impresso). Ciudad de México, El Colegio de México: 2020, E-book; CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes*.

Ao fim da conclusão, Ramírez recuperou, também, as *Instrucciones de 1813*, proclamadas por Artigas no referido ano ainda durante o processo de independência em relação à Espanha, e sua justificativa para inserir este documento histórico como apêndice, em seu *Juicio*, foi a seguinte:

Estando várias vezes citadas no texto as instruções de 1813, os editores desse opúsculo decidiram inseri-las integralmente neste lugar. [...] Como os anais históricos do Rio da Prata foram até recentemente formados pelos inimigos do artiguismo, era completamente ignorado esse documento que o mesmo Dr. Berra qualifica como notável. Felizmente, Artigas havia mandado cópia dela ao Dr. Francia¹³³⁶, e essa cópia foi casualmente encontrada na pilhagem do arquivo de Assunção (1868).¹³³⁷ Eu tive a oportunidade de vê-la, com a assinatura de Artigas entre os papéis de meu ilustrado compatriota e amigo D. Clemente L. Fregeiro.¹³³⁸

Nas *Instrucciones de 1813*, anexadas ao *Juicio Crítico*, constam as principais diretrizes artiguistas para o governo republicano e constitucional que se visava consolidar, em detrimento do jugo da Coroa Espanhola ainda durante a primeira metade dos anos 1810. Tais princípios foram os seguintes: a reiteração da independência da Banda Oriental e das demais províncias vizinhas diante da Espanha e da dinastia dos Bourbons; a escolha do sistema de confederação, o qual era concebido, por Artigas, como o capaz de gerir a relação entre as demais províncias; a promoção da liberdade civil e religiosa; manutenção da liberdade, da igualdade, da segurança dos cidadãos e dos povos, além da autonomia de cada província em estabelecer seu próprio governo de modo conciliado com o “governo supremo da Nação”; a criação dos três poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, autônomos entre si; a “aniquilação” do “despotismo

de la Nación Argentina (1800-1846). Biblioteca del Pensamiento Argentino 1. Argentina: Compañía Editora Espasa Calpe Argentina S.A./Ariel, 1997; CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Rio de la Plata. *Anos 90*, v. 1, n. 1, p. 49-83, 1993; CHIARAMONTE, José Carlos. Formas de identidad política en el Rio de la Plata luego 1810. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”*, tercera serie, n. 1, p. 71-92, 1º Sem. 1989; CHIARAMONTE, José Carlos. El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana. *Cuadernos del Instituto Ravignani*, n. p. 5-39, 2, Buenos Aires, out. 1991.

¹³³⁶ Aqui, Ramírez, muito provavelmente fez referência ao então presidente do Paraguai, José Gaspar Rodríguez de Francia, país no qual Artigas teve que se exilar. A relação entre o prócer oriental e Francia sempre foi considerada ambígua pela historiografia e objeto de incertezas. Segundo Sansón Corbo, alguns historiadores acreditam que Artigas foi feito prisioneiro no Paraguai, ao passo que outros defendem que o libertador de 1811 teria sido um exilado político, de fato. De qualquer modo, ainda segundo o autor, Francia teria assegurado uma permanência digna no Paraguai a Artigas até esse morrer, em 1850. Sobre o tema, ver: SANSÓN CORBO, Tomás. Cuando el Paraná fue un Rubicón. Hechos, preguntas y ¿certezas? sobre José Artigas en Paraguay. In: SANSÓN CORBO, Tomás [et al]. 200 años del ingreso de José Gervasio Artigas al Paraguay. *Res Gesta*, n. 56, p. 157-183, 2020.

¹³³⁷ No contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870).

¹³³⁸ RAMÍREZ, Carlos Maria. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 103, grifo do autor.

militar” mediante as “travas constitucionais” e a “soberania dos povos”; a garantia de um governo republicano, a qual seria a única forma possível, etc.¹³³⁹

Conforme nos informa Tomás Sansón Corbo, a resposta de Berra, contida em seu *Estudios históricos acerca de la República Oriental del Uruguay. Defensa Documentada del Bosquejo histórico contra El Juicio Crítico que leha dedicado El Doctor Don Carlos María Ramírez*, veio a público um ano depois da publicação do texto de Ramírez. Ainda segundo o autor, Berra, em sua tréplica, reiterou o que já havia afirmado em seu *Bosquejo*, além de ter asseverado que Ramírez teria se deixado absorver pela imagem histórica de Artigas e, por isso, realizado uma história de caráter chauvinista.¹³⁴⁰

Além disso, Berra, ao responder publicamente, teria associado Ramírez a uma tradição que denominou “filo-bárbara”, devido às contextualizações e matizes propostos pelo então diretor do *El Plata*, a respeito das camadas populares e rurais seguidoras de Artigas no contexto da independência. Por outro lado, Berra atribuiu a si mesmo o pertencimento à outra tendência historiográfica, a “pró-civilizada”, também conceituada por ele, a qual seria possuidora da moralidade e das virtudes históricas.¹³⁴¹ Conforme as reflexões de Sansón Corbo, tal contenda político-intelectual sobre a história do país

Foi uma polêmica intensa, versão uruguaia do conflito de tendências – a filosofante, representada por Berra, e a erudita, por Ramírez – protagonizada contemporaneamente por Mitre e López, na Argentina.¹³⁴² Ramírez foi o porta-voz do socioleto encrático e sua ação representativa da operação epistêmica eponimizadora de Artigas.¹³⁴³

¹³³⁹ ARTIGAS, José. *Instrucciones que se dieron a los representantes del pueblo oriental, para el desempeño de su encargo en la Asamblea Constituyente fijada en la ciudad de Buenos Aires*, 1813. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 103-105.

¹³⁴⁰ SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ªed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 101.

¹³⁴¹ *Ibid.*, p. 133.

¹³⁴² Embora Sansón Corbo tenha colocado essas duas tendências como rivais naquele contexto, o autor também reconhece que havia espaço para que expoentes de uma delas interagissem com as da outra, construindo o que denominou de “vasos comunicantes” e visando ao acesso de informações, bibliografia e documentos históricos para sustentar suas respectivas pesquisas. Foi o caso do próprio Berra, um “filosofante”, que buscou estabelecer uma relação direta com Mitre, um “erudito” assim como Ramírez, de modo a embasar suas investigações sobre a história uruguaia e em sua detração pública a Artigas. Ver: SANSÓN CORBO, Op. cit., p. 107.

¹³⁴³ SANSÓN CORBO, Op. cit., p. 101-102. Para o estudo que faz dos escritos sobre a história nacional, elaborados pelos historiadores argentinos e uruguaios do século XIX, Tomás Sansón Corbo se utilizou de alguns conceitos propostos por Roland Barthes, em especial os que dizem respeito às ideias de “socioleto encrático” e “socioleto acrático”. Sobre tais conceitos, mobilizados em seu trabalho, o autor afirma o seguinte: “O socioleto encrático – discurso próprio dos setores sociais dominantes, administradores das estruturas de poder – operou de forma coerente e ao unísono na tarefa de construir referentes firmemente ancorados no passado, com efeitos de gerar laços coesivos que deram aos ‘cidadãos’ espírito de corpo e sentido de pertença. Os historiadores – juntamente com outros intelectuais, mas ocupando estes um lugar privilegiado – foram seus porta-vozes qualificados.” Além disso, Sansón Corbo reforça, ainda com base nos postulados de Barthes, que: “O discurso encrático é funcional e operativo aos interesses dos setores socialmente hegemônicos, pretende impor seus conteúdos através dos meios com os quais conta o Estado (sistema educacional, imprensa, museus e instituições públicas

No mesmo ano de 1883, o governo militar de Santos – também incentivador da revitalização de Artigas, mas pelo viés estatal –, do qual Ramírez era ferrenho opositor, ordenou a proibição do livro de Berra nas escolas. O que se buscava, naquele momento, tanto por parte dos meios oficiais quanto pelos setores artísticos e intelectuais independentes, era a ressignificação histórica do prócer. Nesse sentido, o então Ministro de Fomento, Carlos de Castro, ex-professor de Ramírez na Universidade, solicitou ao Diretor Nacional de Educação, Jacobo Varela, irmão do já falecido José Pedro Varela, a retirada do *Bosquejo* do meio educacional, impedindo, assim, sua divulgação ou consulta nas instituições de ensino.¹³⁴⁴ Assim, tal medida se baseou no fato de que

[...] o Estado, enquanto custódio das tradições honrosas da pátria, deve pautar a bibliografia autorizada nas escolas oficiais. Ademais, consagra oficial e pedagogicamente Artigas como figura imaculada. A História se transformou em ferramenta privilegiada para a formação da consciência nacional. Começava a definição da “tese independentista clássica”, pilar teórico fundamental da corrente nacionalista.¹³⁴⁵

Tais eventos nos conduzem a algumas reflexões que acreditamos serem pertinentes sobre a trajetória político-intelectual não só de Ramírez, mas também acerca das demais intelectuais que, no final dos anos 1860 e na década de 1870, estiveram ao seu lado em outras causas como a da educação pública, das liberdades civis e dos direitos políticos. Da construção da nação uruguaia, de modo geral. Para além de José Pedro Varela, que havia sido nomeado Inspetor Nacional de Educação no governo autoritário de Lorenzo Latorre, em 1876¹³⁴⁶, seu irmão, Jacobo Adrián, e Carlos de Castro, supramencionados, também ocuparam cargos estatais ao longo da ditadura militar (1876-1887). Essas mudanças de trajetória nos fazem, inevitavelmente, confrontar as referidas atuações com a de Ramírez, o qual manteve sua oposição ferrenha aos governos ditatoriais das décadas de 1870 e 1880, tendo sido, inclusive, proscrito por causa de tal postura, assim como já mencionamos. Cabe, ainda, acrescentarmos

em geral, entre outros). É difuso e massificado, dificilmente reconhecível, influi nas classes subalternas e contribui para formar a opinião pública. O discurso acrático, por contraste, é paradoxal, pois enfrenta a doxa – a opinião geral gerada pelo socioleto encrático. Ambos têm códigos assumidos por seus aderentes, os quais pautam as formas de expressão e comportamento; rechaçam os que estão fora e brindam segurança e identidade aos que estão dentro. Cada um contém uma linguagem política”. SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 7-8, aspas do autor.

¹³⁴⁴SANSÓN CORBO, Op. cit., p. 102.

¹³⁴⁵Ibid., aspas do autor.

¹³⁴⁶Varela, mesmo tendo hesitado consideravelmente, ocupou tal cargo até o ano de sua morte, em 1879, o qual sofreu muitas críticas dos seus pares naquele momento pois passava a integrar o governo militar de Latorre. Tratamos, de forma mais atenta, sobre tal atuação de Varela no referido cargo em outro trabalho, o qual é resultado de nossa dissertação de mestrado. Ver: DIANA, Elvis de Almeida. *Educação pública e política em José Pedro Varela no Uruguai do século XIX*. 1ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

que, apesar dos caminhos divergentes tomados por esses intelectuais, a questão da história nacional e da educação pública foi uma preocupação constante de ambos os lados.

De qualquer modo, as polêmicas político-intelectuais sobre o passado oriental e acerca da atuação histórica de Artigas, nas quais Ramírez se envolveu, não se limitaram ao debate público com Berra, tendo ele travado, também, o embate com o periódico argentino *El Sud-América* dois anos depois, em 1884. Trataremos sobre essa outra polêmica a seguir.

4.3. Entre um lado e outro do Prata: batalhas escritas entre *La Razón* (Montevideu) e o *El Sud-América* (Buenos Aires)

Conforme já mencionamos, a polêmica que Ramírez travou com Berra, a respeito da história oriental e sobre Artigas, não foi a única. Dois anos após tal contenda pública acerca dos eventos pretéritos nacionais, o intelectual, então colaborador do diário *La Razón*, envolveu-se em outro debate considerável, mas que ultrapassou as fronteiras uruguaias e trouxe, para o debate, o periódico *El Sud-América*, de Buenos Aires.¹³⁴⁷ No entanto, antes de nos debruçarmos mais especificamente sobre tal polêmica, acreditamos ser pertinente tratar brevemente sobre algumas características essenciais a respeito da historiografia uruguaia e argentina de então, pois tal debate, como dissemos, não se limitou ao território e aos publicistas uruguaios daquele período.

Segundo Tomás Sansón Corbo, autor que analisou especificamente as dinâmicas do início da formação de um campo historiográfico de caráter rio-pratense propriamente dito no século XIX, defende que a construção de tal área poderia ser concebida a partir de algumas ideias e conceitos teóricos principais. Conforme o historiador uruguaio,

No Rio da Prata, as condições de produção do conhecimento histórico estiveram pautadas por um processo de influências mútuas e geração de redes de intercâmbio que possibilitaram o desenvolvimento da disciplina, forjaram relatos nacionais coerentes, imaginários nacionais coesivos e contribuíram para a definição dos mitemas referenciais. A articulação das historiografias de Uruguai e Argentina se processou em três dimensões: dialógica, dialética e didática. A primeira esteve pautada pela colaboração e intercâmbio de insumos e informações entre historiadores e correntes (foi de caráter inclusivo e integrador); a segunda, por polêmicas e debates nos quais se enfrentaram

¹³⁴⁷ Segundo Tim Duncan, o *El Sud-América* foi um diário político criado em 1884, por Paul Groussac e Carlos Pellegrini e que teve suas atividades encerradas no ano de 1892. Esteve em atividade durante os governos de Julio Roca (1880-1886), Miguel Juárez Celman (1886-1890) e o de Pellegrini (1890-1892), um de seus fundadores. Foi contemporâneo de outros periódicos argentinos conhecidos daquele momento, tais como o *La Nación*, o *La Tribuna Nacional* e o *El Nacional*. Conforme Duncan, o *El Sud-América*, assim como outros vários periódicos políticos argentinos da década de 1880, compuseram um sistema político democrático de considerável inter-relação entre Governo, opinião pública e imprensa. Ver: DUNCAN, Tim. La Prensa política: Sud-América, 1884-1892. *Revista de Instituciones, Ideas y Mercados*, n. 46, p. 65-92, mai. 2007.

concepções e métodos divergentes; e a terceira, ligada à transposição pedagógica da história investigada em história ensinada. Coexistiram sincronicamente, mas responderam a uma emergência diacrônica segundo uma sequência estabelecida por: a) processo de configuração heurística e hermenêutica que fez possível a história investigada, b) as diferenças e tensões que contribuíram para definir os perfis disciplinares, e c) a posterior divulgação e imposição dos referentes nacionalistas através da historiografia didascálica.¹³⁴⁸

Desse modo, ainda a respeito desse processo recíproco de construção da disciplina histórica em ambas as margens do Rio da Prata, o autor argumenta que, dentro dessa “rede de intercâmbios”, foi possível a circulação e “empréstimos hermenêuticos” e de documentos e livros, o compartilhamento de projetos coletivos (revistas, instituições, etc.) e eram movidos por demandas semelhantes.¹³⁴⁹ Nesse sentido, para empreendermos nossa análise a respeito da referida polêmica transfronteiriça entre Ramírez e o publicista anônimo argentino de *El Sud-América*, dialogamos constantemente com Sansón Corbo a respeito da articulação desse “espaço historiográfico rio-pratense”, conforme denominado pelo autor.¹³⁵⁰

No que tange mais especificamente sobre o contexto político-intelectual uruguaio a respeito da temática da independência oriental, Sansón Corbo dividiu as maiores tendências daquele momento em duas: os “nacionalistas”, que viam em Artigas um “herói” nacional e que tinha, como expoentes, Isidoro de María, Francisco Bauzá, Juan Zorilla de San Martín e o próprio Ramírez; e os “unionistas”, nas figuras de Angel Floro Costa, Juan Carlos Gómez e Francisco Berra, principalmente, os quais tinham um caráter anticaudilhista e “pró-portenho.”¹³⁵¹ Ambas as correntes político-intelectuais debateram publicamente, pela primeira vez, durante a inauguração do monumento em homenagem à Independência, ocorrida no departamento de Florida, em 1879¹³⁵², e sobre o qual já mencionamos no capítulo 1. Acreditamos que as considerações do historiador uruguaio acima mencionado sejam muito válidas, pois permitem que compreendamos melhor a disposição daqueles intelectuais, de suas propostas e das polêmicas em que se envolveram na busca pela reconstituição de um contexto linguístico e político-intelectual a respeito da reescrita da história nacional.

¹³⁴⁸SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. – La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b, p. 11. No entanto, Sansón Corbo, em outro trabalho, argumenta que a devida consolidação de um campo historiográfico de caráter autônomo e especializado teria se dado, no Uruguai, somente em meados do século XX, em um contexto marcado pelo crescimento econômico, pela estabilidade política e social. SANSÓN CORBO, Tomás. Proceso de configuración del campo historiográfico uruguayo. *História da historiografia*, n. 6 mar. 2011a, p. 130, grifo do autor. Ver também: SOLER, Letícia. *Historiografía uruguaya contemporánea (1985-2000)*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2000.

¹³⁴⁹SANSÓN CORBO, Op. cit., 2011b, p. 27.

¹³⁵⁰Ibid.

¹³⁵¹Ibid., p. 58.

¹³⁵²Ibid.

Após essa breve explanação a respeito do início da formação do “espaço historiográfico” no Uruguai e na Argentina¹³⁵³, passemos para a polêmica protagonizada por Ramírez, mediante o diário *La Razón*, e o periódico argentino *El Sud-América*, de Buenos Aires. Realizada no ano de 1884, Ramírez travou uma batalha pela reputação do herói Artigas, de modo a combater a lenda que o representava como um “bandoleiro”, “cruel”, “contrabandista”, etc., ainda reproduzida pelos bonaerenses. Essa polêmica ocorreu no momento em que o governo militar uruguaio, do já mencionado general Máximo Santos (1882-1886), empreendeu uma homenagem a Artigas, a qual consistia em um funeral público na Catedral de Montevidéu, fato esse noticiado por toda a imprensa do país. Tal evento gerou a reação antiartiguista ainda existente, principalmente nos periódicos argentinos. Um deles foi o referido *El Sud-América*¹³⁵⁴, da capital argentina, dando início, assim, à polêmica com o *La Razón*, do qual Ramírez era colaborador naquele momento.¹³⁵⁵ Ainda sobre a repercussão e relevância de tal contenda político-intelectual sobre a história de Artigas, Sansón Corbo afirma o seguinte:

Essa polêmica foi muito importante em sua época e, possivelmente, teve maior transcendência que a sustentada entre Ramírez e Berra, em virtude de seu caráter internacional. Mobilizou vários historiadores e aficionados da história, que intervieram lateralmente brindando seus pontos de vista – em Montevidéu, são de destacar os aportes de Isidoro de María, em *El Ferro Carril*, Juan Barbosa, em *El Bien Público*, e um autor anônimo em *El Diario*, mas também interessou ao público que a seguiu através da imprensa.¹³⁵⁶

Buscando reinserir-se nesse debate e, ao mesmo tempo, reiterar a rejeição à tradição antiartiguista reproduzida até então, Ramírez enfatizou novamente a mudança de orientação sofrida em sua trajetória político-intelectual a respeito da imagem histórica de Artigas. Nesse sentido, o intelectual uruguaio argumentou o seguinte:

Sofri, assim como outros, a influência da lenda hostil à memória do General Artigas. Assim o declarava em 1881, em meu *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay*, quando já começava a emancipar-me dessa influência. Disse, então, que não havia *formado opinión definitiva* e que *me dedicava com afínco a estudar os fatos, para dar base ao meu juízo*. – Incessante foi essa dedicação desde então, apesar de minhas tarefas da imprensa diária e minha aflição às agitações da política militante.

¹³⁵³SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. – La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b.

¹³⁵⁴Os artigos publicados por *El Sud-América* tiveram caráter anônimo, mas foram atribuídos à Lucio Vicente López, filho de Vicente Fidel López, algo que não foi, de fato, consolidado pelos autores que trataram sobre o tema. No entanto, Sansón Corbo defende que, apesar de tais indefinições da verdadeira autoria dos escritos no periódico de Buenos Aires, seria possível afirmar que tais manifestações antiartiguistas ainda eram compartilhadas por uma considerável maioria dos historiadores e intelectuais contemporâneos a Ramírez. Sobre isso, ver: SANSÓN CORBO, Op. cit.

¹³⁵⁵Ibid.

¹³⁵⁶Ibid., p. 134, grifos do autor.

Quando em Setembro [sic] deste ano [1884] decretou o Governo da República grandes honras à memória do General Artigas, no trigésimo quarto aniversário de sua morte, pude associar-me à homenagem, desde as colunas de *La Razón*, com segura consciência, porque o estudo atento dos fatos, já que não em todos os seus detalhes, ao menos em suas fases principais, havia dissipado em meu espírito todo o prestígio da lenda patricia e levantado, por sua vez, a figura do caudilho popular. Escrevendo o artigo que dá início a este volume, disse que, em Buenos Aires, seriam *julgadas com severidade as honras tributadas* à memória de Artigas, e, assim, de fato, sucedeu-se. Um violentíssimo artigo do *Sud-América* veio a patentear-lo, provocando, em Montevideu, polémicas apaixonadas. Alguns amigos me indicaram que eu deveria participar do debate, e segui a indicação acreditando que era uma oportunidade adequada para fundar extensamente as modificações de minhas opiniões distantes, e evidenciar a sinceridade reflexiva com que me havia associado à apoteose do vencedor de Las Piedras.¹³⁵⁷

Esse trecho é duplamente significativo para nossa análise. Primeiro, devido ao fato de que Ramírez explicita uma mudança de pensamento e opinião estabelecida em sua trajetória, pois buscou reiterar a sua desvinculação do antiartiguismo, já iniciada quando da elaboração e publicação de *Juicio Crítico*, dois anos antes. Além disso, sustenta sua divergência político-intelectual e historiográfica em relação à tendência liberal e positivista que estava se consolidando não somente no Uruguai daquele momento, mas no âmbito regional, conforme pudemos perceber a partir de nosso diálogo com a bibliografia pertinente. De qualquer modo, o intuito central foi o de reforçar a ideia de que Artigas havia sido “horrivelmente caluniado” historicamente. Somado a isso, desfazer tal reputação negativa, por meio de “revisão severa”, também fez parte dos objetivos de Ramírez ao ter entrado em mais essa polémica pública:

Só uma ilusão me anima na publicação destas páginas. Acredito que, ainda que aqueles que não compartilham do meu critério histórico não de reconhecer que o General Artigas foi horrivelmente caluniado pelos contemporâneos e pela posteridade que guardou inconscientemente seus ecos. Não pode o patriotismo impor-se uma missão mais nobre que a revisão severa de todas as versões tendentes a deslustrar nossa história. [...] se sabemos desentranhar os elementos originários de nossa sociabilidade e o caráter especialíssimo dos conflitos que atormentaram os primeiros anos de nossa vida revolucionária, relacionando e comparando nossa história com o do resto da América espanhola – segundo o prescrevem regras elementares de filosofia histórica – oh! Então tenhamos por certo que os ensinamentos do passado não de fazer-nos levantar a cabeça com cívica altivez!¹³⁵⁸

¹³⁵⁷ RAMÍREZ, Carlos María. Introducción. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. V, grifos do autor, inserções nossas.

¹³⁵⁸ Ibid., p. VII.

Percebemos que tal reparação histórica da reputação de Artigas, reiterada por Ramírez, era uma forma de redimir não somente o libertador de 1811, mas também a nação oriental como um todo, e estabelecer, ao mesmo tempo, um novo futuro para a República uruguaia. Nesse sentido, Ramírez retificou a apologia que *El Sud-América* fez de Feliciano Cavia, autor de um dos primeiros escritos que detrataram Artigas, e, utilizando-se do argumento da falta de coerência, afirmou que Cavia não teve uma vida pública digna de respeito, pois começou *unitário* e terminou um *federalista* defensor de Rosas.¹³⁵⁹

Dessa forma, tal falta de constância/continuidade política na vida pública de Cavia conferia um significado de autoridade aos argumentos de Ramírez, em termos de que, segundo a concepção do publicista de *La Razón*, o primeiro crítico de Artigas não possuía credibilidade pública para ter atacado o prócer e, por isso, seu relato não era válido. Assim, destacou, mais uma vez, o elemento da publicidade como componente considerável do debate sobre a história e a construção nacionais orientais, valorizando-o como critério de moralidade/credibilidade caso fosse dotado de constância ou continuidade.

Ramírez também questionou as acusações, feitas pelo periódico argentino, de que Artigas era cruel. Tais afirmações negativas estiveram relacionadas, também, ao que havia afirmado Cavia, de que o “caudilho oriental” cobria os inimigos em couro fresco/cru e os deixava curtindo no sol, o que, na visão do publicista uruguaio, era algo dotado de terror exagerado, segundo Ramírez.¹³⁶⁰ Assim, na empreitada de desconstruir a referida versão portenha, o colaborador de *La Razón* argumentou que o nome do libertador não se encontrava associado, nos documentos históricos originais, a tais atos de violência contra seus opositores. Ao contrário, quando era mencionado em tais fontes, mostrava-se relacionado com sua “generosidade”, ao recusar a executar sumariamente alguns prisioneiros que lhe foram entregues pelo então Diretor das Províncias Unidas, após a queda de Alvear.¹³⁶¹ Assim, para Ramírez, os “fatos concretos e devidamente comprovados” garantiriam as honrarias e homenagens por parte dos orientais a Artigas não como “degolador”, mas sim como um homem “generoso”.¹³⁶²

A série de acusações relacionadas a uma postura criminoso e desleal de Artigas não se limitaram aos ataques anteriores. O escritor oriental afirmou que não havia provas de que o prócer teria sido, de fato, um “*ladrão e salteador de caminhos* [...] jamais se encontrou um

¹³⁵⁹RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 207.

¹³⁶⁰Ibid., p. 30 e 326.

¹³⁶¹Ibid., p. 36-37.

¹³⁶²Ibid., p. 37.

documento histórico que lhe atribua esse caráter”, mas sim o contrário, pois indicavam o “[...] apreço de que gozava Artigas entre os estancieros da Banda Oriental e as autoridades espanholas”.¹³⁶³ E teria sido Artigas um contrabandista? Ramírez reconhecia que o contrabando era, de fato, ilegal, mas necessário, ou seja, “uma reação natural contra o sistema restritivo da colônia [...]”, era a “[...] lei social da época”.¹³⁶⁴ Assim, questionou: “É sensato fazer desse acidente dos primeiros anos do caudilho uma mancha indelével para sua memória e um capítulo de acusação contra os que o admiram como *campeão da independência oriental*?”.¹³⁶⁵

Ramírez também respondeu às acusações sobre Artigas ter nomeado o general Fernando de Otorgués para a administração de Montevideu durante a revolução de emancipação, militar esse que ficou conhecido, posteriormente, pela gestão desastrosa da cidade. Assim, o intelectual uruguaio afirmou que, assim que o prócer de 1811 soube dos atos violentos de Otorgués, destituiu-o e investiu Miguel Barreiro, um dos Constituintes de 1830, em seu lugar. Tais informações, segundo o articulista de *La Razón*, constaram em uma carta escrita pelo libertador dos anos 1810 ao próprio Barreiro, a qual foi citada por Antonio Pereira em sua obra, um dos autores contemporâneos de Ramírez que também se dedicou à revitalização histórica do “caudilho oriental”.¹³⁶⁶

Outro ponto debatido foi sobre a suposta “desordem” que caracterizava as principais províncias na época da Revolução de independência. Segundo Ramírez, a “anarquia” de tais províncias estava para além da ação de Artigas e se encontravam relacionadas mais com o desenvolvimento da revolução em si mesmo, caracterizado pelo reconhecimento do caudilho, tido como representante das massas camponesas e a resistência ao centralismo de Buenos Aires.¹³⁶⁷ E isso remeteu ao “veneno”¹³⁶⁸ que Artigas teria administrado nas províncias de Entre Ríos, Corrientes e Santa Fé, o que levou Ramírez a questionar novamente se teria sido possível realizar a revolução de Independência sem as camadas populares rurais e os caudilhos. Afirmou, ainda, que a ação do libertador de 1811, em relação a tais localidades, foi, na verdade, ter

¹³⁶³ RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 28-29, grifos do autor.

¹³⁶⁴ *Ibid.*, p. 29.

¹³⁶⁵ *Ibid.*, grifos nossos.

¹³⁶⁶ *Ibid.*, p. 67-68.

¹³⁶⁷ *Ibid.*, p. 74.

¹³⁶⁸ Esse ponto sobre o “envenenamento” que Artigas teria provocado nas referidas províncias nos remete ao mito da conspiração, analisado por Raoul Girardet, geralmente criado e divulgado por setores mais conservadores ao longo da história. Era composto, entre outros elementos, pela transgressão das regras sociais da ordem vigente em determinado período histórico e, inclusive, pela associação imagética de tais “insurgentes” com animais rastejantes, imundos e peçonhentos. Ver: GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

incutido a “bandeira republicana e federalista” nas referidas províncias.¹³⁶⁹ Nesse sentido, Ramírez afirmou:

Entre Ríos, Corrientes, Santa Fé, tiveram corrompida sua *seiva* com o *veneno* de Artigas. As duas primeiras e a *Banda Oriental* haviam recebido mais diretamente a influência do caudilho. E o que nos diz a história dessas regiões *envenenadas*? Nenhuma das outras províncias argentinas se deu uma constituição local antes de 1853, mas Entre Ríos a teve em 4 de Março de 1822 e Corrientes, no dia 15 de Setembro de 1824 [sic]. Em relação à Banda Oriental, ah! Havia caído em poder dos portugueses graças à diplomacia de Buenos Aires!¹³⁷⁰

Ramírez, retomando o constitucionalismo do qual era adepto e o qual havia difundido consideravelmente por meio da publicação de suas aulas de Direito Constitucional no *La Bandera Radical* há mais de uma década, questionou tais colocações do “envenenamento” que Artigas teria imposto às localidades supramencionadas. Ao invés de algo nocivo, o pensamento e ação do prócer, na verdade, teriam contribuído para a desvinculação do centralismo monárquico sob o qual tais províncias se encontravam, por meio do federalismo que só foi possível devido à criação de tais constituições pioneiras na região. Desse modo, o intelectual afirma que, de fato, Artigas as havia “envenenado”, mas com uma “aspiração irresistível aos grandes princípios da liberdade humana!”¹³⁷¹

Outras investidas de *El Sud América* também estiveram relacionadas especificamente à questão nacional da resistência à invasão portuguesa, liderada por Artigas. Segundo o polemista anônimo do periódico argentino, o enfrentamento artiguista não teria sido dotado de um “caráter eminentemente nacional”, pois foi empreendido por poucos orientais, de fato, e que, em sua maioria, suas tropas eram formadas por argentinos ou brasileiros.¹³⁷²

Questionando como o *El Sud-América* poderia desacreditar ou diminuir a resistência dos orientais contra a invasão portuguesa, Ramírez se valeu das considerações de alguns autores argentinos contemporâneos a ele, os quais também se dedicaram à escrita do passado de seu respectivo país e da região platina. Alguns deles foram os antiartiguistas Vicente Fidel López, José Manuel Estrada e Bartolomé Mitre, intelectuais aos quais Ramírez recorreu para argumentar que todos reconheceram as ações dos orientais em tais eventos, em maior ou menor grau, apesar da rejeição daqueles a Artigas.¹³⁷³ O intelectual uruguaio destacou um trecho da

¹³⁶⁹RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 76.

¹³⁷⁰Ibid., p. 97, grifos do autor, inserção nossa.

¹³⁷¹Ibid., p. 98.

¹³⁷²Ibid., p. 99.

¹³⁷³Ibid., p. 102.

obra *Historia de Belgrano*, de Mitre, para mostrar que, mesmo sendo um antiartiguista, o argentino reconheceu os feitos de resistência “heroica” dos orientais durante a invasão portuguesa.¹³⁷⁴ Desse modo, Ramírez se valeu da produção de tais intelectuais, reconhecidos regionalmente, para endossar seus argumentos a respeito dos atos históricos dos orientais ao longo da resistência aos portugueses:

Sim! A causa era sagrada, e seus valentes soldados dignos de toda admiração, ainda que o contrário diga dom Pedro Feliciano Cavia, pontífice infalível de suas calúnias contra o povo oriental. Deveríamos, nós orientais, renegar o Chefe que, durante quatro anos, representou essa causa e acaudilhou esses soldados? [...] Com seis ou sete mil milicianos, mal armados, quase desnudos, defendeu, durante quatro anos, o território aberto e despejado de sua pátria, contra 14 ou 15 mil homens bem armados, bem equipados, que tinham, como base, corpos veteranos da guerra europeia e chefes militares consumados ou guerrilheiros tão hábeis e audazes como os mesmos orientais. Era humanamente possível fazer mais?¹³⁷⁵

Nesse sentido, por meio da exaltação e da tentativa de reiterar os feitos militarmente limitados, mas “heroicos” dos orientais ao longo da segunda metade da década de 1810, contra as investidas portuguesas, Ramírez atribuiu um caráter épico e sagrado a tais atos, assim como em outros vários momentos de sua trajetória. E isso, inevitavelmente, remete-nos às outras passagens de seus escritos nos quais o intelectual uruguaio fez usos das demais figuras que ele concebeu como próceres nacionais, tais como Rivera, Lavalleja e Oribe, por exemplo. Desse modo, percebemos que defender a reputação de tais atores históricos era defender, igualmente, a reputação da nação uruguaia, por meio de uma visão sobre o passado que privilegiasse a coesão político-social, a “harmonia suprema” e a continuidade histórica.

Ramírez ressaltou quão forte ainda era a lenda antiartiguista em seu tempo. Era fruto de uma tradição possuidora de dois vieses consideráveis, assentada em elementos tanto “europeus” quanto “americanos”. Desse modo, compreendia a questão da seguinte forma:

Lenda poderosa a que pesou e ainda pesa sobre a memória do General Artigas! É uma lenda europeia, a cuja formação contribuíram espanhóis e portugueses. Aqueles, porque tinham natural interesse em acreditar e em fazer acreditar que a emancipação das colônias havia tido, como efeito imediato, jogá-las ao abismo de uma anarquia bárbara; e esses, porque a Corte de Portugal tomou como pretexto da invasão de 1816 os excessos que atribuía ao Chefe dos Orientais, e pretendeu legitimar a conquista sustentando que ela havia sido

¹³⁷⁴RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 102-103.

¹³⁷⁵Ibid., p. 104.

aclamada pelos naturais e habitantes da Banda Oriental, como um ato de redentora salvação.¹³⁷⁶

Nesse sentido, as monarquias ibéricas, na concepção de Ramírez, teriam convergido nessa oposição ao líder da emancipação oriental dos anos 1810, as quais compartilhavam das imagens dos “excessos” e da “anarquia” encabeçada por Artigas. Mas, de modo ligado aos elementos europeus, também era uma lenda de caráter “americano”, reproduzida por brasileiros e argentinos, na concepção do intelectual uruguaio, o que conotava uma permanência no tempo após os eventos revolucionários:

É uma lenda americana, sobre a qual conseguiram colocar-se de acordo [...] o Império do Brasil, sem distinção de partidos, e a República Argentina, representada pelo seu velho partido unitário, ou seja, pelo partido que dispôs de maiores elementos de inteligência, de palavra, de propaganda, de ação eficiente sobre as ideias de seu tempo. *Os brasileiros haviam herdado a conquista portuguesa e necessitavam justificar seu usufruto.* Como haviam de fazê-lo. Repetindo os sofismas de seus causantes: Artigas, com seus crimes, fez inevitável a invasão: essa foi recebida com palmas pela população da província mártir e o engrandecimento havia feito o demais, sendo já firme vontade dos orientais chamar-se cisplatinos e pertencer ao Brasil, para não voltar a pertencer às garras de Artigas, ou de seus dignos êmulos. *E os unitários de 1820, necessitando, por sua vez, explicar suas complacências com a invasão portuguesa, reconheciam que ela havia sido provocada pelos horrores de Artigas,* e lançavam sobre ele toda a responsabilidade da conquista, mesmo se quando admitiam que havia mérito para reagir contra ela, já que os portugueses e os brasileiros deviam contentar-se com o humanitário resultado do aniquilamento do bárbaro, e devolver a Banda Oriental regenerada ao colo materno das Províncias Unidas!¹³⁷⁷

Quando Ramírez afirmou que a lenda possuía essa dupla origem, europeia e americana, e que, em cada uma, existiam as “heranças” caracterizadas pela negação a Artigas, entendemos ser possível identificar, mais uma vez, a continuidade histórica que, a nosso ver, foi um dos elementos componentes de sua concepção a respeito do passado nacional. Assim, os argentinos e os brasileiros teriam reproduzido o antiartiguismo iniciado por suas respectivas metrópoles, Portugal e Espanha, no fim do período colonial na região platina.

Além disso, o periódico de Buenos Aires também asseverou que os orientais preferiram estar sob a dominação portuguesa a serem tutelados por Artigas, afirmação contestada por Ramírez. O intelectual uruguaio argumentou ser essa sentença um exagero, uma “aberração”, elencando vários pontos para embasar sua visão:

¹³⁷⁶RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 127.

¹³⁷⁷*Ibid.*, p. 128-129, grifos nossos.

Resultante dessas causas é a aberração que, hoje, repete o *Sud-América*: “os orientais preferiram o jugo português à dominação de Artigas”; e dizemos aberração porque, para chegar a ela, foi necessário exagerar não pouco os males da anarquia oriental e, sobretudo, apresentá-los como um fenômeno excepcional e isolado; tomar seriamente pretextos invocados pela Corte de Portugal para realizar seus sonhos seculares sobre a margem Oriental do Prata; obscurecer aquela resistência heroica que os soldados de Artigas realizaram de 1816 a 1820, e que será com o tempo uma das mais charmosas páginas da história da América; da importância desmesurada à defecções parciais, que não a têm ante o conjunto da resistência acaudilhada por Artigas, e que existiram sempre nas grandes crises dos povos atropelados por um invasor prepotente; confundir com mais ou menos malícia o período da queda com o período da luta, de tal modo que aparece de antemão desonrada pelas misérias daquela, e atribuir, por último, um valor absurdo, uma respeitabilidade profundamente imoral, aos sofismas com que se decoravam as debilidades ou as covardias, e as recriminações calculadas para lisonjear o vencedor ou favorecer seus propósitos.¹³⁷⁸

Conforme percebemos na contra-argumentação acima de Ramírez, assim como já havia proposto e reiterado em suas respostas a Berra dois anos antes, era necessário matizar e contextualizar os eventos históricos próprios de “grandes mudanças”, ou “grandes crises”, e as atuações dos atores envolvidos em tais processos. Da mesma forma, mostrava-se essencial uma postura que privilegiasse a “imparcialidade” e uma justa medida entre a crítica e os valores políticos na análise dos acontecimentos históricos, principalmente se eles estavam relacionados com os atos de Artigas e à sua reputação. Para ele, quando se tratava do prócer, seus detratores não consideravam a complexidade contextual da totalidade, e investiam em detalhes que mais os interessavam para o embasamento de suas posturas políticas, próprias de seu presente, em detrimento do todo, da unidade histórica.

Nesse sentido, o publicista de *La Razón* criticou, mais uma vez, o modo de conceber e escrever a história que prezava pelo isolamento dos fatos em detrimento do conjunto, além dos silenciamentos realizados intencionalmente a respeito de outros acontecimentos. Aqui, percebemos, mais uma vez, as indicações político-intelectuais e historiográficas de Michelet presentes em sua defesa de Artigas e dos orientais dos anos 1810. Desse modo, advogou em prol da “integridade” dos fatos, os quais teriam sido, por décadas, “desfigurados” pelos opositores e críticos do prócer de 1811, especialmente no que tange à questão da aclamação do libertador pelos orientais quando da invasão portuguesa, a partir de 1816:

Isolar os fatos é a mais cômoda maneira de desfigurá-los. Faz-se destacar com grande relevo o pequeno grupo invasor; e se deixa na penumbra do

¹³⁷⁸RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 130-131, grifo do autor.

dilatado cenário os milhares de orientais que, de Agosto de 1816 a Janeiro de 1817 [sic], haviam disputado o caminho para a conquista desde as remotas Misiones até a margem do Oceano Atlântico.¹³⁷⁹

Desse modo, o intelectual uruguaio reiterou sua crítica à postura dos publicistas de *El Sud-América* e da dos demais intelectuais argentinos, os quais, em sua visão, ainda reproduziam e perpetuavam uma lenda que só beneficiava a monarquia portuguesa.¹³⁸⁰ Ramírez foi leitor do escritor e historiador brasileiro João Manuel Pereira da Silva, e, mais especificamente, citou, em várias passagens, o seu livro *História da Fundação do Império Brasileiro* (1865). Inclusive, essa obra foi mais uma citada pelo intelectual uruguaio para argumentar a respeito do “patriotismo” dos orientais sob o comando de Artigas¹³⁸¹, assim como já havia feito quando recorreu a Mitre e a Fidel López, conforme já vimos. Desse modo, buscando em Pereira da Silva a possibilidade de mais uma autoridade intelectual para embasar o que defendia publicamente¹³⁸² em detrimento do que afirmou *El Sud-América*, sobre a suposta preferência dos orientais pelos portugueses, Ramírez afirmou o seguinte:

Fazem mal os argentinos sustentar, até hoje, uma lenda que só poderia ser benéfica para as antigas ambições da Corte de Portugal, ou de seus herdeiros legítimos. Alguns dos historiadores brasileiros reagiram contra a falsificação da verdade histórica. Pereira da Silva, atual Presidente da Sociedade dos Homens de Letras do Brasil, e recentemente eleito senador pela Província do Rio de Janeiro, é o autor dessa página que devemos incorporar com orgulho aos anais da República Oriental do Uruguai [...].¹³⁸³

Em seguida, Ramírez destacou a passagem do livro de Pereira da Silva na qual identificou os elementos componentes de seu argumento. O trecho do livro do historiador brasileiro, mobilizado por Ramírez, foi o seguinte:

“A guerra da invasão durou três anos seguidos. As tropas brasileiras e portuguesas *encontraram resistência, combates, emboscadas, oposições de toda espécie, por todas as partes e em todas as localidades da província. Destruídos ficaram os campos, destruídas as populações, desertos os*

¹³⁷⁹RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 150, grifos e inserção nossos.

¹³⁸⁰Ibid., p. 162.

¹³⁸¹Ibid., p. 149 e 152.

¹³⁸²Aqui, dialogamos, mais uma vez, com as proposições de José Murilo de Carvalho relativas aos usos, por parte dos intelectuais oitocentistas brasileiros, de obras de escritores estrangeiros como modo de outorgar uma autoridade retórica às suas propostas públicas dentro das polêmicas nas quais se envolveram no referido período. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Topoi*, Rio de Janeiro, n° 1, p. 123-152, 2000. No caso de Ramírez, assim como já indicamos antes, ele recorreu a nomes de escritores estrangeiros e, nesse ponto em específico, do de um historiador brasileiro do mesmo período, ou seja, de Pereira da Silva.

¹³⁸³RAMÍREZ, Op. cit., p. 162.

estabelecimentos de criação de gados [...]. Prostrados, abatidos, mutilados e vencidos, encurvaram-se, por fim, os habitantes a Dom João VI. Os que não quiseram se submeter, emigraram para Entre Ríos, Corrientes, Santa Fé e Buenos Aires, povos vizinhos, descendendo da mesma raça, falando a mesma língua, vivendo com os mesmos costumes e conservando as mesmas tendências de espírito inquieto, desordenado e anárquico. [...] Não melhorou nem adiantou o Estado Oriental sob o domínio do Brasil. As guerras civis que antecederam a conquista já o haviam arruinado excessivamente, acabando-lhe o comércio exterior e extinguindo-lhe a indústria dos campos, que somente com a paz cresce e prospera. A guerra, com dom João VI, assim lhe extinguiu a população, acabando de devastá-la. O Império não conseguiu reabilitar-lhe as forças, ocupando-o e governando-o mais militar que civilmente. Povoador pela mesma raça, continuava a população hostil em seus sentimentos em relação ao Brasil, ainda que mais ou menos aparentemente tranquila. Ainda na cidade de Montevidéu, travaram-se relações entre orientais e brasileiros; mas nas vilas e aldeias, no campo, os habitantes fugiam do contato dos conquistadores” (Segundo período do Reinado de Pedro I – pág. 44).¹³⁸⁴

Ramírez também rebateu duas outras afirmações de *El Sud-América* sobre a relação de Artigas e os Trinta e Três: 1) Sobre a “pátria” pela qual lutaram os Cruzados de 1825 não ter sido a mesma de Artigas; 2) Sobre a rejeição ou não da participação de Otorgués nas tropas dos Trinta e Três.¹³⁸⁵ Começando pelo último ponto, segundo Ramírez, não havia evidências documentais de que Otorgués fora rejeitado por Lavalleja e Rivera.¹³⁸⁶ Apesar de suas muitas críticas a Otorgués, e da severidade com qual afirmava tratar sobre os feitos históricos desse militar da independência, Ramírez reconhecia que ele tinha seus méritos, pois teria “amado muito” a independência oriental e sofrido por essa causa.¹³⁸⁷

Sobre o outro ponto, para Ramírez, teria sido impossível que os Trinta e Três tivessem recorrido ao nome de Artigas como símbolo de "heroísmo" nas batalhas da Cruzada, pois o prócer já não era mais conhecido, em meados dos anos 1820, como o vitorioso das batalhas de Las Piedras, nem da batalha de Guayabos.¹³⁸⁸ Assim, Ramírez prosseguiu:

Supondo que se quisesse ter-lhe dado [a Artigas] um posto na contenda, o que não é provável, porque as novas ambições, até certo ponto legítimas, deviam estar pouco dispostas a subordinar-se outra vez, tal propósito encontrava um obstáculo insuperável no isolamento absoluto do Paraguai, onde Artigas vivia

¹³⁸⁴ PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *História de la fundación del Imperio Brasileiro*. Segundo período do Reinado de Pedro I, 1865, p. 44 apud RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 162-163, grifos e aspas do autor.

¹³⁸⁵ RAMÍREZ, Op. cit., p. 165.

¹³⁸⁶ Ibid., p. 185.

¹³⁸⁷ Ibid.

¹³⁸⁸ Ibid., p. 172-173. Uma breve consideração sobre esse evento. A batalha de Guayabos, ocorrida em 1815, deu-se no contexto das já referidas investidas, por parte do Diretório revolucionário de Buenos, contra Artigas, na qual as tropas artiguistas, a mando, grosso modo, de Rivera e Lavalleja, teriam vencido os soldados de Dorrego, mesmo com uma vantagem de 700 homens que o representante portenho possuía. ACEVEDO, Eduardo. *Anales Históricos del Uruguay*. T. I. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1933, p. 160.

em mal dissimulado cativo. Unicamente teria sido possível invocar seu nome como uma recordação de heroísmo, como a velha bandeira de resistência ao estrangeiro; mas, ah! Artigas não era mais o vencedor de Las Piedras, nem o representante da causa que havia triunfado em Guayabos; era o general desafortunado das campanhas de 1816 a 1821, e as sombras dessas derrotas, as quais nenhum poder humano pôde conjurar, manchava seu nome ante o juízo ingrato dos contemporâneos. Ai dos vencidos!, dizia o conquistador antigo, e essas palavras têm alcance moral mais desesperador ainda que seu significado material. Prescindindo dessas causas [...], era absolutamente impossível que os Trinta e Três, dadas as condições em que se verificava sua empresa, fizessem-se publicamente solidários da tradição de Artigas. Para convencer-se disso, basta recordar dessas condições.¹³⁸⁹

No entanto, o intelectual uruguaio também não perdeu de vista que alguns dos líderes dos Trinta e Três, Lavalleja e Oribe, nunca teriam abandonado a tradição artiguista, iniciada desde quando esses militares foram os subordinados do prócer de 1811. Lavalleja foi combatente e vencedor na batalha de Guayabos, mencionada por Ramírez no trecho acima, e comandante militar na invasão portuguesa de 1816.¹³⁹⁰ Considerando isso, Ramírez afirmou que:

[...] o chefe dos Trinta e Três [para ele, Lavalleja], o qual personifica e encarna sua cruzada, *cuya glória nos domina*, segundo o [peródico] *Sud-América*, pertencia de corpo e alma à tradição artiguista. Decidido a redimir a sua pátria do cativo das armas brasileiras, estava disposto a submeter-se a todos os sacrifícios que exigissem a consecução desse grande objetivo, revelando, com isso, mais habilidade política que a que comumente lhe atribuem os juízos frívolos; mas tais sacrifícios não alteram as linhas fundamentais de sua personalidade histórica. O que era dom Juan Antonio Lavalleja se não o oficial de milícias formado sob as bandeiras de Artigas, desde 1811 até 1815, que o saúda já como um dos combatentes e vencedores de Guayabos? A invasão portuguesa de 1816 o encontrou como comandante militar na Colônia.¹³⁹¹

Desse modo, ao contrário do que afirmava o *El Sud-América*, Lavalleja nunca tinha sido desleal a Artigas, segundo Ramírez, o que expressava, em sua concepção, uma certa continuidade de ação por parte de um dos líderes da Cruzada de 1825. Segundo o polemista uruguaio de *La Razón*, um dos “heróis” de 1825 e ex-subordinado militar do prócer de 1811 teria resistido às investidas de Portugal no acampamento de Purificación, foi feito prisioneiro e enviado ao cárcere no Rio de Janeiro, onde encontrou-se com outros presos simpáticos à “causa oriental”. Assim, “[...] Lavalleja, nem mesmo com suas dúvidas sinceras, quis ser infiel à causa

¹³⁸⁹RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 172-173, inserção nossa.

¹³⁹⁰Ibid., p. 179.

¹³⁹¹Ibid., p. 178-179, grifos do autor, inserções nossas.

do General Artigas. Não figurou entre os chefes que ouviram o canto da sereia portenha para entender-se com Lecor¹³⁹² e abandonar o solo da pátria ao invasor estrangeiro.”¹³⁹³ Da mesma forma que fez em relação às acusações do *El Sud-América* sobre a deslealdade de Lavalleja em relação a Artigas, Ramírez também contestou o mesmo tipo de afirmação do periódico argentino, mas feita acerca da atuação de Oribe ante a tradição artiguista:

Durante a *guerra grande*, deu o General Oribe numerosos testemunhos de que aceitava aquelas tradições nacionais. [...] Entre ele e o general Lavalleja não havia antagonismo a tal respeito; existia, na verdade, um acordo que transcendeu no espírito do partido que ambos fundaram.¹³⁹⁴

Assim, reiteramos que tais argumentações de Ramírez, a respeito da “fidelidade” de Lavalleja e Oribe a Artigas, representam uma forma de defender uma continuidade histórica e política entre os feitos do prócer de 1811 e as atuações dos líderes da Cruzada Libertadora de 1825, ou seja, da manutenção da referida “tradição artiguista”. Como os “Cruzados” orientais foram *blancos*, Ramírez, inclusive, tratou sobre como, majoritária e historicamente, os membros desse partido tiveram uma veia artiguista, de fato, e citou uma ocasião ocorrida durante o levante do *colorado* Venâncio Flores contra o então governo constitucional do *blanco* Berro, em 1865, no contexto da Guerra do Paraguai:

Em 1865, quando esse partido foi derrocado pelo partido adverso, com hostilidades camufladas do governo do Brasil, *o nome de Artigas, que tem, em si mesmo, certa sonoridade guerreira*, estava nos corpos do exército, nos navios da esquadra, nas baterias das fortificações, nas proclamações dos heróis e até no título dos periódicos de combate. Não se forçaria a linguagem metafórica dizendo que o antigo partido *blanco* quis cair, em 1865, envolto na túnica de Artigas.¹³⁹⁵

No entanto, também destacou a recuperação de Artigas, em seu presente, por parte do governo militar e *colorado* de Máximo Santos¹³⁹⁶, o que era uma forma de inferir que tais inclinações ao artiguismo não ficaram restritas somente aos *blancos* e, desse modo, mais um argumento em prol da unidade política e da “harmonia suprema” nacional. De qualquer modo,

¹³⁹² Aqui, Ramírez fez uma referência ao militar português Carlos Federico Lecor (1764-1836), responsável pelas investidas luso-brasileiras durante as guerras ocorridas na região da então Província Cisplatina, entre 1816 e 1828. Ver: ACEVEDO, Eduardo. *Anales Históricos del Uruguay*. T. I. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1933.

¹³⁹³ RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 179. Aqui, Ramírez muito provavelmente se referiu à aproximação entre a Coroa Portuguesa, representada militarmente por Lecor, e os membros do Diretório de Buenos Aires, Balcarce, Pueyrredón e Alvarez, visando a combater Artigas de 1816 em diante. Ver: ACEVEDO, Op. cit.

¹³⁹⁴ RAMÍREZ, Op. cit., p. 184, grifos do autor.

¹³⁹⁵ Ibid., p. 184-185, grifos nossos.

¹³⁹⁶ Ibid., p. 185.

Ramírez tratou sobre o evento no qual Lavalleja e Oribe “marcharam”, junto com o “povo em armas”, para a região de Durazno, onde radicava a então Assembleia Constituinte, com a intenção de acusá-la de traição à vontade popular. Assim, o intelectual uruguaio argumentou ter sido essa uma constituição que não respeitou a ampla participação dos cidadãos orientais, provavelmente em sua elaboração. Isso, em seu entender, consistiu no fato de que os dois líderes dos Trinta e Três teriam mantido, em suas ações e ideário, os elementos políticos propostos por Artigas há mais de uma década antes da Cruzada Libertadora e os quais teriam, como norte, o caráter popular.¹³⁹⁷ E, para Ramírez, tais elementos artiguistas só foram, de fato, difamados por uma pequena elite ainda simpática à dominação luso-brasileira ou aos “prestígios portenhos”, o que teria sido um fator antagônico aos anseios do povo oriental:

Em Outubro [sic] de 1827, Lavalleja e Oribe, ou seja, os Trinta e Três, acompanhados pelo povo em armas, apresentavam-se em Durazno, onde residia a então assembleia e a declaração caduca, invocando, entre outras razões, que ela *havia traído a vontade dos povos, conspirando-se com os agentes do sistema de unidade para reconhecer uma constituição em que nem tiveram parte os povos nem três mil cidadãos em que naquela oportunidade se encontravam combatendo pela liberdade do país*. Não julgamos agora se foi legítima e necessária a anulação da assembleia provincial; recordamos o fato como um novo comprovante de que a memória de Artigas só foi abertamente flagelada por pequenas minorias, obedientes ao jugo luso-brasileiro ou aos prestígios portenhos, e sempre opostas às palpitações espontâneas do coração do povo.¹³⁹⁸

Mais uma vez, Ramírez exaltou um fator de continuidade histórica entre os principais expoentes dos Trinta e Três Orientais e as ideias e práticas de Artigas, destacando que Rivera teria sido um dos principais “cruzados” a manifestar-se favorável à implementação dos ideais federalistas. Segundo a ótica de Ramírez, esse fato também contribuiria para “comprovar” que os heróis de 1825 teriam seguido a “tradição artiguista” do federalismo e, conseqüentemente, todos os próceres históricos orientais teriam sido, de fato, simpatizantes da ideia da “federação”, ou melhor, da construção de um “Estado federal” nacional (oriental). De qualquer modo, para Ramírez, todos estiveram sob a tradição artiguista do federalismo e que essa ideia também teria sido a principal intenção dos “Cruzados”, mas que, por sua vez, não se concretizou institucionalmente como um elemento oficialmente inserido na primeira Constituição republicana, criada em 1830. Por fim, o intelectual uruguaio lembrou os usos realizados, por parte dos Trinta e Três, de um símbolo histórico artiguista, que foi a mobilização da bandeira

¹³⁹⁷ RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 186.

¹³⁹⁸ *Ibid.*, p. 186-187, grifos do autor.

Tricolor de 1815, tremulada, inicialmente, por Artigas durante a primeira fase do processo independentista oriental:

Recordamos, também, o fato para evidenciar que os Trinta e Três professavam, em 1827, o ideal da federação, em cujo serviço os já havia precedido o general Rivera, ficando assim comprovado que todos os herois de nossa emancipação definitiva haviam recebido e respeitado o batismo da tradição artiguista. Todos eram federais e esse sentimento indômito da autonomia federal que o general Artigas soube inocular em nossas massas foi a força mais ativa na nacionalidade oriental. Concluamos. Quando os Trinta e Três desembarcavam, em 19 de Abril de 1825, nas praias da Agraciada, traziam uma bandeira. Qual? A bandeira tricolor de 1815, *a bandeira de Artigas*, que as novas gerações se acostumaram a chamar de *a bandeira dos Trinta e Três*. Podemos dar-lhe indistintamente um ou outro nome, sendo essa nossa melhor resposta aos que lutam por abrir um abismo entre os vencedores de Sarandí¹³⁹⁹ e o primeiro chefe dos Orientais.¹⁴⁰⁰

Consideramos esse último excerto fundamental para compreendermos alguns dos pontos da recuperação e ressignificação históricas de Artigas, feitas por Ramírez. Contribui para que percebamos, mais uma vez, a presença de elementos político-intelectuais de Michelet na concepção, do articulista de *La Razón*, sobre a história nacional oriental. No capítulo 1, identificamos a primeira vez em que Ramírez mencionou as ações dos “Cruzados” nesse evento histórico da batalha de Sarandí. Dessa forma, essa nova menção, à referida contenda bélica, indica uma reiteração da união “heroica” que esses líderes históricos teriam tido durante aquele evento e da expressão dessa unidade e continuidade históricas e políticas em sua ressignificação de Artigas, de modo interligado aos heróis de 1825. Em outros termos, é possível verificarmos a ideia de “continuidade” histórica, proposta pelo historiador francês, na obra do polemista uruguaio e da necessidade da “unidade”, da consideração do todo, que deveria existir na produção do conhecimento histórico. Da mesma forma que Kant, em sua filosofia da história.

Desse modo, entre réplicas e contrarréplicas realizadas entre Ramírez, por meio de *La Razón*, e o *El Sud-América*, alguns dos pontos defendidos pelo intelectual uruguaio foram endossados por outros publicistas, mais especificamente a respeito da acusação de Artigas ter sido um contrabandista ainda no período colonial. Essa contra argumentação foi realizada por um terceiro publicista, cujo nome Ramírez não revelou. No entanto, ele anexou o artigo do

¹³⁹⁹Somente relembando que a batalha de Sarandí, ocorrida na região de Florida, foi vencida pelas tropas de Lavalleja, no contexto da Cruzada Libertadora de 1825, e consistiu, ao lado da batalha de Rincón, em um dos maiores triunfos militares e históricos realizados pelos Trinta e Três Orientais na campanha da emancipação uruguaia. Ver: ACEVEDO, Eduardo. *Anales Históricos del Uruguay*. T. I. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1933.

¹⁴⁰⁰RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 187, grifos do autor.

referido polemista anônimo ao seu livro, juntamente às respostas ao *El Sud-América* que elaborou e publicou. Segundo o autor desconhecido, o qual veio endossar o que defendia Ramírez, o contrabando praticado por Artigas, no final do século XVIII, representou uma forma de desenvolvimento eficaz na região do Rio da Prata e teria consistido, também, em uma forma precursora da independência social e política das colônias daquele momento.¹⁴⁰¹

Tal endosso corroborava a posição de Ramírez a respeito da questão do contrabando realizado pelo prócer antes dos anos 1810, quando defendeu a necessidade dessa prática na resistência à ordem colonial já enunciada por ele em seu *Juicio Crítico*, dois anos antes, conforme já vimos. Além disso, contribuiu para que o intelectual uruguaio atribuísse um caráter popular à prática do contrabando, no sentido de que esse fora excepcionalmente necessário para garantir a sobrevivência do povo em um momento em que o trabalho era escasso, e a concentração de terras e o seu preço alto ainda predominavam, impedindo, assim, a sua justa distribuição.¹⁴⁰²

E, ainda matizando, em alguns momentos, e refutando, em outros, as acusações que imputavam a Artigas de algum crime realizado antes ou durante a independência, o intelectual uruguaio fez questão de perpassar os documentos que, segundo o *El Sud-América*, “comprovariam” tais delitos do prócer de 1811. Nesse sentido, escrutinou, mais uma vez, o libelo escrito por Feliciano de Cavia, as *Memórias Del general Miller*¹⁴⁰³, ambos ainda do período emancipatório. Também analisou os comentários contidos em um folheto que ele chamou de *Un Viejo Oriental*, de autoria anônima, publicado em 1878 e que deixava de mencionar as impressões do general Nicolás de Vedia, revolucionário contemporâneo e hostil à atuação de Artigas. Nesse sentido, afirmou não ter encontrado nenhum indício, em tais fontes, de que o prócer de 1811 teria sido um “bandido”, ou melhor, um “bandoleiro”.¹⁴⁰⁴

Também nos chama a atenção a resposta que Ramírez deu ao *El Sud-América*, a respeito do que esse periódico afirmou sobre Artigas ter ordenado a execução sumária de espanhóis e portenhos semanalmente para, simplesmente, “conservar a moral”.¹⁴⁰⁵ Tal diário se baseou no

¹⁴⁰¹RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 195.

¹⁴⁰²*Ibid.*, p. 197.

¹⁴⁰³Segundo Ramírez, o mencionado general Miller foi um militar inglês que lutou nas guerras de independência sob a liderança de San Martín, tendo atuado em algumas regiões do Chile e do Peru. Assim, argumentou o intelectual oriental, justamente pela distância entre os locais nos quais guerreou e a região do Rio da Prata, teria sido improvável que esse militar tenha, de fato, realizado quaisquer comentários sobre Artigas. RAMÍREZ, Op. cit., p. 206.

¹⁴⁰⁴RAMÍREZ, Op. cit., 1884, p. 205-217.

¹⁴⁰⁵EL SUD-AMÉRICA, 1884. In: RAMÍREZ, Op. cit., p. 329-330. Ramírez não mencionou o número, nome do artigo, nem a data exata em que esse texto foi publicado por *El Sud-América*, assim como nos demais momentos em que reproduziu integralmente os outros escritos contidos no periódico argentino.

que estava contido naquele que então era o mais recente livro de Sarmiento, *Conflicto y Armonías de Las Razas en América*, publicado um ano antes da polêmica com Ramírez, em 1883. Assim como em seu *Facundo*, escrito de quase quarenta anos antes, Sarmiento, em vários momentos de sua então mais nova obra, rechaçou os feitos históricos de Artigas, tachando o prócer como cruel. Nesse sentido, de modo mais específico, o trecho do referido escrito do intelectual argentino, mobilizado por *El Sud-América*, foi o seguinte, o qual dizia respeito a uma carta que teria supostamente sido escrita pelo próprio Artigas, ainda no período do processo independentista dos anos 1810:

Na página 223 do livro do senhor Sarmiento CONFLICTOS Y ARMONÍAS, lê-se: “O Macabeu da insurreição dava essa ordem a um chefe minuano encarregado do governo de uma cidade de espanhóis:” (como o senhor Sarmiento escrevia sobre raças, ao dizer *espanhóis*, queria diferenciar a raça branca da indígena): “Fuzile dois espanhóis por semana; se não houvesse espanhóis europeus, fuzile dois portenhos, e se não houvesse, quaisquer outros em seu lugar, a fim de conservar a moral”.¹⁴⁰⁶

Pelo fato de Sarmiento ter sido um autor cujo pensamento se situou entre o romantismo e o positivismo, sua filosofia da história foi marcada por uma concepção teleológica e pela ausência de continuidade histórica, conforme a análise de Oscar Martí¹⁴⁰⁷, de modo que essa fosse capaz de pensar/prever o futuro argentino e, também, latino-americano.¹⁴⁰⁸ Por meio de novos aportes teóricos (inspirados em Comte, Buckle e Spencer, por exemplo), tratou sobre os “atrasos” que enxergava como entraves para o desenvolvimento não somente da Argentina, mas também de vários outros países da América Latina. Essas características teriam indicado, segundo David Solodkow, um aprofundamento, realizado por Sarmiento, em relação ao seu *Facundo*, publicado quase 40 anos antes. Ao mesmo tempo, ainda segundo o autor, o intelectual argentino, nessa obra dos anos 1880, buscou unificar as subjetividades étnicas existentes sob a intenção da construção nacional, o que teria consistido em uma expressão própria de uma modernidade periférica:

Na realidade, estamos frente à presença de um processo de assimilação do fragmentário – desse caleidoscópio colonial reacionário – no qual teorias

¹⁴⁰⁶EL SUD-AMÉRICA, 1884. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 329-330, grifos e aspas do autor, maiúsculas no original. Esse trecho específico se encontra originalmente no capítulo V da referida obra de Sarmiento, o qual é intitulado “Virreinato de Buenos Aires. Gérmenes de Disolución”. Ver: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflicto y armonías de Las Razas en América*. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta de D. Tuñez, 1883, p. 104.

¹⁴⁰⁷MARTÍ, Oscar. Sarmiento y el positivismo. *Cuadernos Americanos*, 13.1, 1989, p. 146 apud SOLODKOW, David. Racismo y Nación: Conflictos y (des)armonías identitarias en el proyecto nacional sarmientino, *Decimonónica* v. 2, n. 1, 2005, p. 96.

¹⁴⁰⁸SOLODKOW, Op. cit., p. 96-97.

anacrônicas entre si e, muitas vezes, contrapostas em suas conclusões, dão as mãos para articular a visão panóptica, totalitária e negadora do que já se é. É o intelectual que flutua no paradoxo e na periferia da modernidade que o nega sistematicamente como sujeito. Modernidade à qual quer pertencer, mas da qual fica excluído: uma modernidade que, se não se obedece como mandato total, relega o sujeito para o lado inútil, para o afora da teleologia racial branca e europeia da história. Teleologia na qual a América não tem lugar por ser o Outro da Europa. É por isso que, para Sarmiento – assim como para os tecnocratas neoliberais do presente – há que deixar de ser América, há que deixar de ser mestiço, há que começar a ser Europa branca, ou melhor, seu modelo mais exemplar e exitoso no continente: Estados Unidos.¹⁴⁰⁹

Nesse sentido, o que nos interessa, especificamente sobre essa nova menção a Sarmiento, mesmo que feita pelo periódico com o qual debatia, é que o intelectual uruguaio refutou tais interpretações elitistas e antiartiguistas dos argentinos, tanto os do periódico *El Sud América*, quanto a do próprio Sarmiento, referenciado pelo polemista anônimo do diário portenho. O publicista oriental questionou a origem, conteúdo e quem estava com a posse da carta utilizada por Sarmiento para reiterar a crueldade de Artigas. Assim, Ramírez entrou em contato com os parentes de Juan Bugglen¹⁴¹⁰ e Tomás Tomkinson¹⁴¹¹, os quais teriam guardado tal epístola até o momento de suas mortes, com a intenção de confirmar se alguém realmente tinha o conhecimento de tal documento histórico. Dessa forma, Ramírez enviou correspondências para Helena Tomkinson, Eleuterio Ramos, Mariano Ferreyra, além de Carlos Navia, o qual, segundo Ramírez, foi “um velho soldado da independência oriental [...]”.¹⁴¹²

Todos os destinatários negaram ter conhecimento ou mesmo saber de alguém que já ouvira falar da referida missiva, o que, segundo o articulista de *La Razón*, invalidaria os argumentos tanto da parte de Sarmiento, quanto da parte do polemista de *El Sud-América*. Essa foi a última contrarréplica realizada pelo periódico argentino, o que indicou o fim dessa considerável polêmica pública a respeito dos feitos e do caráter históricos de Artigas.¹⁴¹³

¹⁴⁰⁹SOLODKOW, David. Racismo y Nación: Conflictos y (des)armonías identitarias en el proyecto nacional sarmientino, *Decimonónica* v. 2, n. 1, 2005, p. 111.

¹⁴¹⁰Segundo as informações fornecidas pelo artigo de *El Sud-América*, Bugglen foi um inglês que teria se casado com uma mulher pertencente à família de Artigas. A carta teria sido entregue a ele por Miguel Barreiro, um dos então constituintes de 1830. EL SUD-AMÉRICA, 1884 In: RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 330.

¹⁴¹¹Também segundo Ramírez, Tomás Tomkinson foi um comerciante montevidense que teria recebido, de Bugglen, a carta histórica de Artigas. EL SUD-AMÉRICA, 1884 In: RAMÍREZ, Op. cit., p. 330.

¹⁴¹²RAMÍREZ, Op. cit., p. 334.

¹⁴¹³Ibid., p. 334-342. Acreditamos ser pertinente e necessário informar que Tomás Sansón Corbo, em artigo no qual tratou especificamente sobre essa mesma polêmica pública entre Ramírez, por meio do *La Razón*, e o *El Sud-América*, também destacou as trocas de cartas realizadas por Ramírez e os indivíduos mencionados. Ver: SANSÓN CORBO, Tomás. Un debate rioplatense sobre José Artigas (1884). *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, n. 4, p. 187-216, 2004.

No entanto, Ramírez ainda escreveu uma espécie de posfácio ao livro, o qual teve o caráter de encerramento do debate e que tratou sobre o histórico das manifestações contrárias a Artigas e da “reabilitação” do prócer estabelecida após sua morte, ou seja, de 1850 em diante. Como o intelectual uruguaio mencionou numerosos exemplos antiartiguistas e, também, os de sua recuperação histórica, acreditamos não ser pertinente tratarmos sobre todos eles aqui, até para não nos estendermos demais, nem correremos o risco de sermos repetitivos. No entanto, consideramos válido destacar a análise, feita por Ramírez, após realizar tal panorama histórico e as mudanças de concepção, identificadas por ele, a respeito da atuação histórica do prócer de 1811 ao longo do tempo. Assim, Ramírez destacou uma transição entre uma concepção negativa a respeito da figura “primitiva” do caudilho/caudilhismo, muito atribuída a Artigas inicialmente, e as novas formas de organização político-social, ou seja, as instituições do Estado e da democracia modernos:

Sim, certamente, o gaúcho, que era uma charmosa forma de nossa civilização primitiva, desaparece sob as novas formas de uma civilização mais avançada. O caudilho, que era organismo necessário das massas gaúchas, em seu processo de assimilação dos hábitos de obediência legal e da liberdade política, extinguiu-se por si mesmo com a supressão das funções que desempenhava; e os caudilhos que sobrevivem podem ser classificados, não em linguagem metafórica, mas sim *com precisão científica, como órgãos atrofiados da velha complexão social*. Esta *evolução orgânica*, eliminando da política militante o caudilhismo, despojou de todo elemento estranho à questão histórica que existia a esse respeito, *e os ânimos estão preparados para julgar com toda equidade sua ação e sua influência no desenvolvimento da Revolução. A obra da reabilitação de Artigas ganhou imensamente com isso*, e os governos ou as legislaturas do partido hoje dominante, que continuaram a tradição de governos e legislaturas pertencentes ao partido adverso, dando o nome do Chefe dos Orientais a um caminho nacional, a um quartel, a uma fortaleza, a um navio de guerra e a um novo departamento da República, *foram acertados intérpretes de um sentimento que se arraiga e cresce por dias no coração do povo*.¹⁴¹⁴

No excerto anterior, é possível notarmos uma linguagem que indicaria uma percepção sobre a transição não somente de um tipo de concepção político-intelectual a outra a respeito de Artigas, mas também nos conduz à identificação de uma passagem do “primitivo” para a modernidade. Assim, Ramírez entendia que os caudilhos e o caudilhismo, por mais necessários que tenham sido para a Revolução de independência, ainda pertenciam à tradição, mas foram desaparecendo aos poucos devido ao alinhamento progressivo com elementos modernos, como a “obediência à lei” e a liberdade política.

¹⁴¹⁴RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 420-421, grifos nossos.

Além disso, como mais uma vez podemos perceber, Ramírez, implicitamente, divergiu da concepção de Sarmiento a respeito da figura do *gaúcho* e do caudilho para a formação da nação. Ao passo que o intelectual argentino entendia a existência dessa camada social como prejudicial à construção do Estado, assim como explicitou em relação a José Artigas, Facundo Quiroga e os seus respectivos seguidores, Ramírez indicava possuir uma compreensão mais abrangente e matizada sobre tais camadas político-sociais, sem, no entanto, defender sua exclusão.

Como vimos percebendo desde o capítulo 1, e, de modo mais próximo, pelo excerto que destacamos na página anterior, Ramírez buscava contextualizar e matizar o papel do caudilho na organização e mobilização das massas populares rurais em prol da Revolução de independência e na formação histórica da nação republicana oriental. Desse modo, as lideranças militares rurais e seus subordinados, mesmo com seu caráter “primitivo” em termos político-sociais, representaram, para o escritor uruguaio, um meio necessário para se alcançar tais objetivos históricos. De certa maneira, esses “vestígios da experiência” contribuíram para a continuidade, “acumulação” e sedimentação históricas¹⁴¹⁵, estabelecidas por meio da ação dos heróis nas duas fases do processo de emancipação nacional, e, também, na tentativa de consolidação paulatina do Estado moderno uruguaio.

De modo geral, Ramírez, ao buscar desconstruir as visões históricas negativas a respeito de Artigas e “redimir” a história do “caudilho oriental”, intencionou, também, não deixar a própria independência oriental cair em descrédito e, ao mesmo tempo, dar continuidade ao seu projeto de construção nacional. Em outras palavras, defender Artigas era defender a independência uruguaia contra qualquer desconfiança a respeito de sua viabilidade e, assim, concretizá-la em seu momento de atuação político-intelectual. Ou seja, a nosso ver, a tentativa, por parte de Ramírez, de ressignificar a imagem histórica do libertador dos anos 1810, realizada durante o último terço do século XIX, expressava que o tema da emancipação nacional ainda se mostrava como um “problema” histórico e político a ser resolvido, conforme o que propôs Ardao.¹⁴¹⁶

Nesse sentido, mobilizando implicitamente suas inspirações político-intelectuais de caráter micheletiano, Ramírez, mais uma vez, argumentou sobre a continuidade relativa às sucessões de eventos e fatos históricos interligados, mais especificamente sobre reconhecer que

¹⁴¹⁵Reiterando nosso diálogo com as proposições teóricas de Koselleck. KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre história. Tradução: Markus Hediger. 1a ed. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014, p. 20-25.

¹⁴¹⁶ARDAO, Arturo. *Etapas de la inteligencia uruguaya*. Montevideo: UDELAR/Atenas, 1971, p. 175-176.

Artigas não foi o “fundador” da nacionalidade Oriental, mas sim seu “precursor”. Desse modo, reiterou sua concepção de história relacionada especificamente à atuação do “caudilho oriental” e seu legado ao longo do tempo, afirmando que seus atos e ideias teriam contribuído para a formação paulatina do povo oriental após a primeira fase da independência uruguaia:

[...] por que se chama a Artigas de o fundador da Nacionalidade Oriental? A dissidência que surge a esse respeito é mais aparente que real. Em um sentido estrito, com relação à sua própria época, não foi Artigas o fundador da nacionalidade oriental [...], *mas o foi em sentido lato, no transcurso dos anos e na complicação dos acontecimentos*, porque sob suas aspirações audazes e sob a vontade incontestável encontraram os orientais o nome que tinham na história, e *foram um só povo guerreiro sob uma mesma bandeira, uma só província unida e compacta, orgulhosa de sua força, zelosa de sua autonomia e de sua integridade territorial, imensamente mais disposta à independência absoluta que à vassalagem servil de uma oligarquia estranha*. Marca o tempo as primeiras impressões da vida revolucionária; triunfa a conquista lusitana; alçam-se os Trinta e Três para lidar com ela em terra; vêm, em seu auxílio, as armas de Buenos Aires; surge da luta como fórmula de paz entre a República Argentina e o Brasil a constituição da nacionalidade oriental, e não será uma fórmula vã e efêmera da diplomacia astuta, por que, para recebê-la, fazê-la sua, amá-la, *dignificá-la e defendê-la na sucessão dos tempos, estará ali o povo modelado por Artigas*.¹⁴¹⁷

Nesse sentido, consideramos que o manifestado por Ramírez, nesse excerto, corrobora o que vimos argumentando em toda nossa tese a respeito de que, para o intelectual uruguaio, houve uma continuidade, dos atos de Artigas, presente nas atuações dos Trinta e Três Orientais e nos demais eventos que desencadearam a formação nacional oriental/uruguaia. Para o polemista de *La Razón*, não havia singularidade específica em cada um desses atos e eventos isoladamente, mas sim uma interconexão entre eles, característica essa capaz de dar a coesão das ações ao longo do tempo e que, por sua vez, teria contribuído para a aspiração à unidade e à coesão nacionais até o seu presente. Desse modo, Ramírez reiterou que Artigas foi o primeiro “campeão dos orientais contra a dominação espanhola” e “[...] na resistência armada às ambições da monarquia portuguesa”, além de ter sido “[...] o único guerreiro da independência do Rio da Prata [...] na profissão do dogma republicano”.¹⁴¹⁸ Portanto, podemos conceber a exaltação, por parte de Ramírez, das ideias, valores e práticas republicanos presentes na atuação e pensamento históricos de Artigas. Por fim, o intelectual uruguaio qualificou o prócer da seguinte forma:

¹⁴¹⁷RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 425, grifos nossos.

¹⁴¹⁸*Ibid.*, p. 426.

É Artigas o fugitivo, o proscrito¹⁴¹⁹, o mendigo [...] *o grande caluniado da história da América*, o herói desafortunado cuja póstuma glorificação será perdurável estímulo das abnegações patrióticas que só alcançam dos contemporâneos a ingratidão, o insulto e o martírio.¹⁴²⁰

Assim, a nosso ver, mobilizou tal forma de entender a história nacional e, de modo mais específico, na revitalização das ações e ideias de Artigas, como mais um componente de seu projeto de nação republicana, principalmente a defesa da autonomia nacional e do federalismo constitucionais. Acreditamos ser pertinente frisar que esses elementos também foram destacados por ele em outros pontos de sua trajetória político-intelectual, assim como em suas variadas publicações na imprensa e na divulgação de suas aulas sobre o Direito Constitucional, conforme já vimos nos capítulos anteriores. Assim, sua concepção de história contribui para compreendermos a defesa que fez de Artigas, em consonância com as ações dos demais heróis nacionais.

Tal entendimento, de cunho micheletiano, foi caracterizado pela continuidade, a totalidade, a unidade e a sucessão progressiva dos acontecimentos e ações dos atores históricos no tempo. Assim, teriam sido realizadas em prol de um processo maior, a independência oriental, ou seja, ao pressuposto kantiano da “tarefa difícil”, porém “grandiosa”, conforme já indicamos. De modo complementar, também pudemos identificar a presença de algumas ideias de Kant nos escritos de Ramírez, mais no que tange à sua defesa da necessidade da sociabilidade para a formação de uma organização político-social “ideal” e justa, mesmo que iniciada por elementos mais “primitivos”, porém necessários. Elementos kantianos esses que o intelectual oriental considerou ao matizar e ressignificar o papel do caudilhismo e do “caudilho oriental” e “precursor” da nacionalidade uruguaia, José Artigas.

4.4. Tornar público o passado: mediação cultural e o “lugar” de Ramírez na reescrita da história nacional oriental

A polêmica travada entre Ramírez, por meio do diário *La Razón*, e o argentino *El Sud-América*, compilada e publicada em forma de livro, em 1884, teve uma segunda edição, finalizada um ano antes da morte de Ramírez, em 1897. Dessa vez, foi levada ao público pelo

¹⁴¹⁹Após sua derrota final, em 1820, Artigas se exilou no Paraguai até morrer neste país, em 1850, como já afirmamos. Sua retirada resultou, grosso modo, na volta da dominação monárquica, a partir de então portuguesa e, em seguida, brasileira, até a independência definitiva da Banda Oriental, de 1825 em diante. Além disso, com sua desapareição pública, iniciou-se a disputa pela hegemonia política por parte dos caudilhos regionais que antes estavam sob suas ordens. PARÍS DE ODDONE, M. Blanca. Presencia de Artigas en la Revolución del río de la Plata (1810-1820). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 84.

¹⁴²⁰RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884, p. 426.

próprio periódico uruguaio, por meio do qual o intelectual oriental havia entrado em embate com os portenhos treze anos antes. Nessa nova impressão, o publicista teceu alguns comentários, a título de “advertência”/prólogo, sobre como a primeira tiragem, ocorrida ainda na primeira metade dos anos 1880, teve sucesso em suas vendas e, também, sobre sua intenção de fazer com que esta segunda tivesse um caráter “popular”:

Este livro, resultado de uma improvisação, teve boa fortuna. A primeira edição se esgotou rapidamente e, hoje, quantos exemplares adquirem os livreiros, estes são vendidos a um preço alto. Muitas pessoas me indicaram a conveniência de imprimir uma segunda edição que, por sua barateza, esteja ao alcance de todos. Defiro a essa indicação, sem ânimo de lucro. Cada volume, que na primeira edição valia dois pesos, e hoje só pode ser comprado pelo dobro ou pelo triplo, valerá, nesta edição popular, *quarenta centavos*.¹⁴²¹

Por meio da manifestação acima de Ramírez, fica explícita a intenção, do intelectual, em alcançar o maior público possível mediante seus escritos sobre a “redenção” histórica de Artigas, o que corrobora o que já afirmamos sobre a prática de mediação cultural e político-intelectual que buscou realizar. Acreditamos que o caráter popular, atribuído por ele a essa segunda edição, de 1897, evidencia sua intenção, expressada desde o final dos anos 1860, em “encontrar o povo” uruguaio/oriental e visando à unidade e à construção nacionais.¹⁴²²

Mediante os usos públicos das linguagens, conceitos, metáforas e símbolos referentes ao passado nacional, Ramírez, mais uma vez, interveio na esfera pública não somente para defender suas propostas de construção da nação republicana, mas também como uma maneira de justamente consolidar e ampliar a esfera pública por meio da qual propunha suas ideias. Isso também ocorreu a partir das suas referidas inspirações intelectuais, que trataram sobre a concepção de história, fossem elas mais explícitas, como as de Sarmiento e Michelet, ou as mais implícitas e, talvez, em menor grau, como alguns princípios de Kant. Conforme o diálogo direto que estabelecemos com os autores que igualmente se debruçaram sobre essa temática, reforçamos o nosso entendimento de que o intelectual uruguaio também realizou mediações político-intelectuais no que tange à referida recorrência a ações e eventos pretéritos nacionais. E o fez ao ter tornado pública a sua concepção sobre a história e as atuações de Artigas, de modo interligado às dos Trinta e Três Orientais no combate ao antiartiguismo e em prol da coesão e unidade político-social e institucional republicana para a nação oriental.

¹⁴²¹RAMÍREZ, Carlos. Advertencia. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. 2a ed. Montevideo: Imprenta y litografía “La Razón”, 1897, s/p, grifos do autor.

¹⁴²²Como enunciada em seu *La Guerra civil y Los Partidos de la República Oriental del Uruguay*, de (1871). RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*: profesión de fé que dedica a la juventud de su patria. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 28.

Nesse sentido, entendemos que Ramírez não se envolveu em tais polêmicas sobre a história de Artigas motivado somente pela intenção de demonstrar erudição a respeito de tal tema, mas também visou a formar uma opinião pública sobre a nova imagem do prócer oriental que almejou criar. Assim, o libertador de 1811 deveria ser “redimido” e essa revitalização urgia ser divulgada o mais amplamente possível para que fosse estabelecida, conseqüentemente, uma nova imagem acerca da própria independência oriental e do próprio Uruguai dali para a frente.

Na linha de nossa argumentação, e assim como destacaram Laurino¹⁴²³ e Sansón Corbo¹⁴²⁴, também percebemos uma intenção, por parte de Ramírez, em alcançar um público mais amplo por meio de seus escritos históricos, o que pode ser verificado pela apreensão de uma linguagem mais clara e pela abordagem consideravelmente didática, objetiva e lógica de sua argumentação. E essa tentativa de “alcançar/encontrar o povo”, como já vimos indicando desde o capítulo 2, não teve início nos debates públicos sobre a história uruguaia e os feitos de Artigas, estabelecidos na década de 1880, mas já vinha de antes, desde o final dos anos 1860 e início dos anos 1870, por meio de seus outros escritos e práticas de então. Desse modo, seus textos sobre o prócer dos anos 1810 e a história uruguaia também teriam consistido em uma prática de mediação político-intelectual, em nossa visão.

Ao mesmo tempo, percebemos a intenção, por parte de Ramírez, em fomentar esse debate, visando a contribuir com a construção nacional e com novas formas de conduta cidadã e política¹⁴²⁵, em prol de uma coesão e unidade político-social para o Uruguai. Tal renovação do presente a partir do passado estaria baseada tanto em elementos liberais quanto republicanos, ambos inspirados em algumas ideias e medidas políticas de Artigas, como as *Instrucciones* de 1813. Lembremos que a anexação de tal documento artiguista dos anos 1810 em seu *Juicio Crítico* contribui para essa interpretação, a qual também é compartilhada por autores como Carlos Demasi, por exemplo.¹⁴²⁶ Assim como já havia feito em outros momentos, valorizou os elementos rurais e o papel do caudilho histórico Artigas na “agrupação” das camadas populares do campo e na conformação de uma sociabilidade que resultasse, progressivamente, no combate ao caráter disperso da população oriental e, principalmente, na emancipação política frente ao

¹⁴²³LAURINO, Carolina González. *La construcción de la identidad uruguaya*. Montevideo: Ediciones Santillana S.A/Taurus, 2001.

¹⁴²⁴SANSÓN CORBO, Tomás. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b.

¹⁴²⁵Conforme diálogo que estabelecemos, também, com Ariadna Islas Buscasso sobre esse ponto. Ver: ISLAS, Ariadna. Ciudadano Artigas: Notas a propósito de la construcción de la ciudadanía en Uruguay, 1888-1897. In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 353-366.

¹⁴²⁶DEMASI, Carlos. La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana. ISLAS, Ariadna. *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la UDELAR, 2001, p. 340-351.

domínio colonial e monárquico. Um “agrupamento” que significava, em sua perspectiva, consolidar o princípio da “associação” nacional, ou seja, da coesão e unidade político-sociais da nação oriental frente às guerras civis, ao autoritarismo interno e à intervenção estrangeira.

Além disso, Ramírez argumentou em prol da publicidade, dessa vez da história, e reforçou a necessidade de conciliação entre o campo e a cidade, o que corrobora nosso argumento a respeito de seus atos de mediação entre tais espaços, de modo que o todo da nação oriental pudesse alcançar a unidade e a estabilidade político-sociais. Isso contribuiria, em sua visão, para a pacificação do país e a consolidação institucional de forma autônoma, em torno de uma Constituição de cunho federalista, mais ou menos aos moldes que havia proposto Artigas nos anos 1810 e, posteriormente, continuada pelos líderes da Cruzada Libertadora de 1825. E, também, de acordo com o que ele próprio já havia defendido, ao ter publicado suas aulas de Direito Constitucional mais de 10 anos antes das polêmicas sobre o libertador de 1811, nas quais se envolveu.

Assim, entendemos que Ramírez teve uma posição considerável nos debates sobre a reescrita da história uruguaia, ao ter defendido a revitalização de Artigas e seus feitos de modo não hagiográfico, como fez Clemente Fregeiro e Bauzá, mas, ao mesmo tempo, não reproduzindo o antiartiguismo histórico, perpetuados tanto por liberais quanto por conservadores. Nesse sentido, considerando a análise que vimos realizando de sua trajetória político-intelectual e das intervenções públicas anteriores a tais polêmicas sobre Artigas, podemos afirmar que Ramírez trouxe, para o referido debate, elementos políticos que já vinha defendendo desde antes. Alguns deles foram a unidade nacional, o constitucionalismo, o federalismo, as ideias e valores republicanos, e a defesa da publicidade da história.

No entanto, tais manifestações também nos indicaram discordâncias implícitas com parte de alguns referenciais político-intelectuais com os quais ele demonstrou ter maior alinhamento no início de sua atuação pública, como Sarmiento, por exemplo. Das inspirações provindas do intelectual argentino, Ramírez preservou sua defesa da imprensa, da publicidade da história, da escola pública e da unidade nacional. No entanto, como já havia indicado em outros momentos de sua trajetória, recusou a dicotomia rígida entre a “civilização” e a “barbárie”, ou melhor, entre o campo e a cidade, o que nos faz identificar um distanciamento implícito com o autor de *Facundo*.

Assim, ao contrário do que propôs o também antiartiguista Sarmiento, Ramírez defendeu que Artigas teria contribuído para a formação de uma sociabilidade dos orientais camponeses na época da independência. Isso o afastou do argumento sarmientino de que os caudilhos e a área rural necessariamente proporcionavam um caráter “antissocial” e,

consequentemente, não político. E essa posição do intelectual uruguaio compôs sua concepção de história, de modo a revalorizar o papel de prócer de 1811 no início do processo da independência oriental. E todas essas propostas foram sustentadas pelos usos de ideias e linguagens políticas relativas a diversas tradições político-intelectuais, também relacionadas à concepção de História.

De qualquer modo, é nítida a tentativa, por parte de Ramírez, de conectar o seu passado e presente próprios com os eventos da independência e formação da “pátria”, tornando-os quase a mesma coisa e atribuindo a “orientalidade” a eles. Assim, visou à “redenção da pátria”, o que, a nosso ver, também poderia ser entendido como uma linguagem política que expressaria a necessidade histórica de concretização do processo de emancipação e da estabilidade política nacionais ainda tão almejados. Da mesma forma, também podemos entender esses usos e essa alusão à “redenção” como tentativas de forjar, por meio da recorrência aos símbolos da independência, uma imagem da nação que pressupusesse algo “recompensador” e uma “coesão”.¹⁴²⁷

Tal manifestação político-intelectual de Ramírez também poderia ser pensada, em nossa ótica, como uma forma de conceber e gerir as experiências do tempo histórico político. Assim, em um diálogo com Reinhart Koselleck, entendemos que poderia ter sido uma tentativa de se superar um “espaço de experiência”¹⁴²⁸, caracterizado pelas consequências das guerras civis e as intervenções estrangeiras históricas. Ao mesmo tempo, buscava evadir-se de um “presentismo” dilatado, alargado, nos termos de François Hartog¹⁴²⁹, marcado ainda por essas experiências nacionais negativas que o escritor oriental combatia em seus textos, de modo a expressar um novo “horizonte de expectativas”, conforme os conceitos também próprios de Koselleck.¹⁴³⁰ E tudo isso por meio da mobilização pública das linguagens políticas utilizadas, relacionadas às recorrências ao passado nacional uruguaio.

¹⁴²⁷Dialogando, aqui, com as proposições de François Hartog e Jacques Revel a respeito dos usos políticos do passado ao longo da história. HARTOG, François; REVEL, Jacques. *Les usages politiques du passé*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales/SHADYC, 2001, p. 8.

¹⁴²⁸KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 305-327.

¹⁴²⁹HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção história e historiografia).

¹⁴³⁰KOSELLECK, Op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa tese, a análise que realizamos sobre o “itinerário” político-intelectual de Ramírez contribui para a compreensão de como esse publicista político e professor de Direito pode ser considerado um agente histórico relevante para a construção do Estado nacional uruguaio do século XIX. Ramírez enfatizou tanto o tema da unidade nacional em suas propostas quanto a consolidação e ampliação de uma esfera pública no país, tendo tratado de variadas temáticas de interesse público e coletivo, visando, assim, a construir a nação oriental que tanto almejou. Por intermédio das sociabilidades às quais pertenceu, praticadas por meio das mediações intelectuais e político-culturais que realizou e da interação com diversos outros intelectuais contemporâneos, criou variados espaços nos quais pensou e debateu a nação projetada, tendo, constantemente, extrapolado os espaços nos quais atuou. Tais ambientes consistiram em variadas associações e periódicos nos quais atuou entre o final dos anos 1860 até o ano de sua morte, em 1898.

Ao contrário do que parte da historiografia uruguaia afirmou sobre suas ideias e atuação, de que ele não teria tido sucesso político concreto¹⁴³¹, mostramos que o pensamento e as práticas de Ramírez consistiram em uma ação político-intelectual mais abrangente do que o cunho político-partidário propriamente dito. Assim, sua atuação pública se fundamentou, principalmente: na reafirmação de uma identidade nacional própria; na ampliação de uma esfera pública; na busca pela unidade; na defesa da educação pública; na proposição de consolidação das instituições republicanas; na reiteração da estabilidade político-institucional e social; e na reescrita da história uruguaia e da ressignificação das ações dos heróis nacionais do passado do país. Desse modo, tais intervenções públicas, acerca desses variados assuntos, fazem com que estejamos convencidos dessa sua atuação mais ampla no âmbito político.¹⁴³²

Para levar a cabo tais propostas e ação, conforme também pudemos identificar, embora seu foco fosse a formação dos aspectos internos da nação uruguaia, suas inspirações político-intelectuais vinham tanto de dentro do país, como igualmente provinham de outras partes das Américas e da Europa. Essa premissa, relacionada a tal complementaridade entre referenciais

¹⁴³¹A título de recordação, afirmaram isso os seguintes historiadores: BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Banda Oriental, 1990a.; ARTEAGA, Juan José. *Uruguay: breve historia contemporánea*. México (Ciudad): Fondo de Cultura Económica, 2000.; ZUM FELDE, Alberto. *Proceso histórico del Uruguay*. Montevideo: Arca, 1967.

¹⁴³²Algo que reiteramos ao considerarmos as diversas novas abordagens desenvolvidas a partir da renovação dos pressupostos da História Política, que superam e muito as atividades estritamente político-partidárias ou institucionais. Ver: REMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003; ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

político-intelectuais internos e estrangeiros, foi uma de nossas perguntas e hipóteses iniciais nesta tese, a qual pudemos, de fato, responder e constatar ao longo da pesquisa. Como mostramos, os maiores referenciais de Ramírez foram vários, tendo sido eles uruguaios ou não, contemporâneos a ele ou não e tanto de forma explícita quanto mais implícita.

Dentre os uruguaios, o publicista se inspirou consideravelmente nos *fusionistas* da década de 1850, alguns dos quais também compartilharam dos mesmos espaços que ele do final dos anos 1860 em diante. Além desses, também se inspirou naqueles que serviram de referências cívicas e cidadãos para ele, tais como um dos defensores de Montevideu durante as investidas do então presidente argentino Juan Manuel de Rosas, no contexto da Guerra Grande (1839-1851), o general e publicista Melchor Pacheco y Obes. Também fundamentou seu pensamento a partir das mudanças ocorridas na Universidade uruguaia de início dos anos 1860, com a criação da Cátedra de Economia Política, iniciada por Carlos de Castro, além do *principismo* uruguaio surgido quase no mesmo contexto.

Já no que tange mais às ideias vindas “de fora”, verificamos que a gama foi vasta. A nível regional (latino-americano), Ramírez recorreu às ideias dos seguintes intelectuais: os argentinos Domingo Faustino Sarmiento, Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi (grosso modo, à Geração de 1837 como um todo), Pedro Goyena e José Manuel Estrada; o constitucionalista colombiano, Florentino González; o publicista e filósofo chileno, Francisco Bilbao; e o historiador brasileiro, João Manuel Pereira da Silva. Já entre os estadunidenses, suas inspirações foram principalmente o educador e publicista Horace Mann, os juristas Joseph Story e Frederick Grimke, todos oitocentistas, ao passo que, entre os do século XVIII, James Madison foi mencionado em alguns momentos, principalmente ao tratar sobre as ideias federalistas. Entre os europeus, podemos listar Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau, Alexis de Tocqueville, John Stuart Mill, Jules Michelet, Jules Simon, Benjamin Constant e Immanuel Kant.

A recorrência de Ramírez a alguns desses filósofos e publicistas foi maior e mais constante do que em relação a outros, sendo que, ao que pudemos verificar, destacaram-se aqueles que, grosso modo, estiveram presentes em praticamente todos os escritos elaborados e publicados por Ramírez, os quais analisamos desde o capítulo 1, quais sejam: Sarmiento, Michelet, Stuart Mill, Tocqueville, Bilbao e Montesquieu.

Em Sarmiento – e, também, em Goyena –, encontrou seus maiores referenciais de figura pública e de como deveria ser a atuação do publicista político em prol do trato com os assuntos de interesse coletivo, o que equivaleria ao seu entendimento do conceito de “civilização”. Em Michelet, teve o norte para colocar o povo como protagonista dos processos históricos, das mudanças políticas da nação e à defesa da lei e da justiça, a partir de uma ressignificação dos

valores religiosos cristãos para os princípios laicos, os quais também orientaram consideravelmente suas propostas. Em Tocqueville, encontrou o embasamento para se lidar com o individualismo e o utilitarismo liberais exacerbados, compatibilizando-os, assim, com a virtude republicana do coletivo e com a “temperança” e a “moderação”, valores e práticas que o cidadão deveria possuir ao viver em uma República. Já em Bilbao, o qual também foi leitor e aluno de Michelet na França, Ramírez encontrou as bases para o racionalismo como o elemento propulsor de uma República e da “religião da lei” e, ao mesmo tempo, antagônico ao dogma acrítico do catolicismo ainda predominante no Uruguai.

Em maior ou menor grau, Ramírez se utilizou das ideias desses intelectuais oitocentistas estrangeiros para constituir seu arcabouço de pensamento e de ações de modo a pensar e construir a nação uruguaia durante a segunda metade do século XIX, mas não “copiando-as” mecanicamente para a realidade de seu país. Elas foram usadas e reelaboradas, em maior ou menor grau, para cada conjuntura em que atuou mais diretamente e para tratar de diversos temas que o intelectual uruguaio levou a público, unindo os aspectos mais racionais e “doutos” aos mais espontâneos e próprios da sensibilidade e vivência popular.

E, conforme pudemos identificar, tais ideias, as quais expressaram variados liberalismos, republicanismos e compartilhadas desses diversos referenciais, compuseram suas intervenções públicas e embasaram suas práticas associativas em prol da construção da nação oriental. Assim, inaugurou os diversos espaços e periódicos sobre os quais tratamos em nossa tese, expressando, de dentro deles próprios e recorrentemente, seu apreço à necessidade da sociabilidade e da prática associativa na e para a consolidação da esfera pública nacional. Por meio da vinculação entre todas essas ações e as linguagens políticas que foram mobilizadas por ele desde dentro desses espaços, é possível compreendermos como sua proposta de nação republicana, unida, estável, solidária, soberana e fraterna perpassava pelo próprio exercício das práticas associativas. Como afirmamos ao longo de toda a nossa tese, entendemos que Ramírez concebeu as associações e os periódicos com os quais colaborou como eles próprios sendo uma “miniatura”¹⁴³³ da nação republicana almejada. Assim, as práticas de civilidade, fraternas, de autogestão e de solidariedade exercidas por ele e os demais intelectuais no interior desses espaços consistiram em um embrião da comunidade nacional que buscaram construir a nível mais ampliado.¹⁴³⁴

¹⁴³³Retomando, mais uma vez, nosso diálogo com Heloisa Starling sobre essa ideia. Ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel. A matriz norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 248.

¹⁴³⁴Com base nas considerações sobre o significado e relevância das sociabilidades e das práticas associativas como expressão política da cidadania, da construção da esfera pública e das instituições em meio à formação

O intelectual uruguaio, desde 1868, já participava de associações e atuava publicamente por meio da imprensa. Pudemos apreender isso devido à sua colaboração na inauguração de espaços como o *Club Universitario* e a *Sociedad de Amigos de la Educación Popular* (SAEP), essa última criada dentro das dependências do primeiro. Foi, inclusive, por meio da SAEP que Ramírez, José Pedro Varela, Élbio Fernandez e outros vários intelectuais se engajaram na reformulação da educação popular e na construção de escolas e bibliotecas públicas na capital e no interior do país. Essas práticas, a nosso ver, foram uma expressão evidente acerca da expansão da esfera pública e da extrapolação dos círculos letrados e “doutorais” da capital, de modo a incluir o interior do país no projeto de nação uruguaia moderna visado.

No entanto, foi como um ex-*colorado* e ex-combatente da guerra civil (da *Revolución de Las Lanzas*), que Ramírez intensificou suas intervenções em prol da unidade, da defesa da prática associativa e do fim das guerras civis históricas no país. Tais manifestações estiveram presentes em variados escritos seus, sendo elas desde poesias, conforme vimos no capítulo 1, até em outros ensaios e artigos na imprensa a partir do início dos anos 1870. Desse modo, acreditamos que a vivência que teve do cotidiano bélico e da destruição do interior quando de sua participação na referida contenda, tendo visto de perto o terror da guerra como ele mesmo explicitou em alguns de seus textos, teria contribuído sobremaneira para que Ramírez recrudescesse seu pensamento e ações em prol da unidade e construção nacionais.

Sua primeira manifestação, após a intensificação de seu engajamento, foi a elaboração e publicação do ensaio *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay: profesion de fé que dedica a la juventud de su pátria*, em 1871, ou seja, logo após ter retornado da guerra. Lembremos que foi nesse ensaio que Ramírez expressou todas as ideias que definiram a sua ação pública dali em diante, em prol da construção nacional uruguaia. Nele, também explicitou a defesa da “unidade moral”, um componente que concebia como fundamental para o que entendia por “nação”, e que complementava outros elementos como o território, a raça, a língua e a religião comuns de um povo, no caso, o uruguaio.

Nesse ensaio, também é possível apreendermos as intenções e propostas de mediação político-intelectual e cultural da parte do intelectual oriental. Em nossa análise, desvelamos os

das nações republicanas latino-americanas do século XIX, propostas por Hilda Sabato e Pilar González Bernaldo, autoras com as quais dialogamos em toda a nossa tese. Ver: GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. *Civilidad y política en los Orígenes de la nación argentina*. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008; SABATO, Hilda. *Povo & política*. A construção de uma república. Tradução: Daniel da Silva Becker. Série História, 59. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011; SABATO, Hilda. Soberanía popular, ciudadanía y nación en Hispanoamérica: la experiencia republicana del siglo XIX. *Almanack Braziliense*, n. 9, p. 23-40, maio 2009; SABATO, Hilda. Nuevos espacios de formación y actuación intelectual: prensa, asociaciones, esfera pública (1850-1900). In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008.

usos de recursos linguísticos que expressaram uma abertura para atender a oralidade popular. Conforme reiteramos, acreditamos que Ramírez teve contato com tais vivências durante sua experiência e participação na guerra, e que teria sido convertida, de forma ordenada e racional, em escrita pública. Desse modo, conforme vimos, consistiu em uma mediação cultural, pois ouviu o sofrimento dos setores populares assolados pela guerra civil e proporcionou o espaço, contido nas páginas de seus escritos públicos, para que, assim, eles também fossem ouvidos por outros setores por meio da esfera pública.

Nesse sentido, deu continuidade à mobilização de linguagens políticas, à sua defesa da prática associativa e da imprensa. Referimo-nos, mais especificamente, às intermediações que exerceu entre os diversos setores da sociedade, mas a partir de espaços inicialmente frequentados pelas elites culturais – associações e periódicos –, o Estado e a Igreja uruguaios da segunda metade do século XIX. E o fez com a finalidade de, a nosso ver, consolidar e ampliar a esfera pública política, na qual seria possível debater e difundir seu projeto de construção nacional, em detrimento das guerras civis e das restrições historicamente impostas por um partido sobre o outro quando detentores do poder central e pelo domínio católico histórico.

Em tais intervenções, conforme mostramos, Ramírez propôs tanto um espaço abstrato de debate a respeito de temas de interesse comum, representados pelas associações e pela imprensa, quanto a respeito da construção de novos espaços públicos no sentido físico propriamente dito, empreendido por meio do *Club Universitario* e da *SAEP*. Desse modo, como mostramos, defendeu, em seus vários escritos e discursos publicados, os dois tipos de âmbito público supramencionados: tanto o “abstrato”, no qual o debate sobre o interesse coletivo se estabeleceria, a esfera pública, quanto o “concreto” ou físico, a exemplo dos prédios e bibliotecas populares criados por ele e os demais intelectuais frequentadores das mencionadas associações e periódicos.

Assim, reelaborou ideias e projetos pretéritos mobilizando-os, de modo ressignificado, em seu presente. Tais reelaborações estiveram relacionadas às ideias *fusionistas*, inicialmente expressadas no começo da década de 1850 por meio de um de seus principais espaços, a *Sociedad de Amigos del País* (1852), e que prezavam pela “fusão” ou extinção dos partidos, visando à união nacional oriental. Em sua reformulação de tais elementos, Ramírez rejeitou essa extinção, propondo, assim, uma coexistência pacífica e democrática entre os *blancos* e *colorados*, apelando para que ambos também agissem em prol da união e estabilidade política nacionais, por meio de um “partido novo”. Essa reelaboração foi mais um exemplo, em nossa visão, de mediação realizada por Ramírez, mais especificamente em sua intenção de realizar uma intermediação visando à reconciliação pacífica, na esfera pública, entre esses dois partidos.

E o fez reiterando a criação de um “partido intermediário”, que fosse sustentado pela “moderação” e o “equilíbrio” entre os âmbitos privado e público.

E o papel do publicista também estava relacionado a essa última proposta: estabelecer um canal intermediário entre “o isolamento da vida privada e as comoções da vida política”¹⁴³⁵, nesse caso, a vida pública, em nosso entender, defendido nos textos que publicou a respeito da criação de uma Convenção Nacional. Essa “grande assembleia”, de caráter amplo e popular, consistiu, para Ramírez, na expressão de uma nova temporalidade política e demarcava, assim, as tensões e o rompimento com o passado de violência política e restrições no que tange à cidadania.

A função do publicista, para Ramírez, também seria escrever de forma atrativa, acessível e que fosse ele capaz de ser entendido pelo povo em geral, de modo a ter sucesso em suas propostas em prol da nação republicana oriental e ser apoiado publicamente, a partir da formação de uma opinião pública “racional” e abrangente. Ou seja, a escrita pública também deveria ter cunho educativo. Expressou isso em vários momentos, o que convergiu com a sua indagação sobre “como alcançar o povo”, feita inicialmente em seu ensaio *La Guerra Civil y Los Partidos* (1871).¹⁴³⁶ Ou seja, pouco antes de criar o periódico *La Bandera Radical* e o *Club Radical* juntamente com os demais intelectuais já mencionados.

Nesse sentido, o significado de “radical”/“radicalismo”, proposto por Ramírez nesses últimos espaços mencionados, estava relacionado à defesa da unidade nacional e da coexistência dos partidos políticos de então na esfera pública e em prol da sustentação da República Oriental. Tal ideia era legatária dos ideais *fusionistas* da década de 1850. Porém, diferenciava-se deles, pois Ramírez e os colaboradores de *La Bandera Radical*, ao contrário dos intelectuais de vinte anos antes, não defendia a fusão dos partidos em um só, mas sim sua coparticipação democrática e harmônica no debate público. Assim, era somente dessa forma que a nação uruguaia poderia se sustentar, na visão do publicista uruguaio e dos demais *principistas* da década de 1870.

Além disso, o “radicalismo”, a nosso ver, também remetia à intenção do intelectual uruguaio em mediar, política e intelectualmente, a união de diversos setores da sociedade uruguaia, mas especialmente os grandes âmbitos rural e urbano. Desse modo, o diretor de *La Bandera Radical* se valeu de linguagens, metáforas e simbologias que, embora tenham partido

¹⁴³⁵RAMÍREZ, Carlos María. La Convención Nacional. SUS CONDICIONES, SUS ANTECEDENTES, SUS ALCANCES (maiúsculas no original). In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 6, 5 de mar. 1871, p. 201.

¹⁴³⁶RAMÍREZ, Carlos María. *La Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*: profesión de fe que dedica a la juventud de su patria. Montevideo: Imprenta a vapor de El Siglo, 1871, p. 28.

muitas vezes de conceitos e de elementos mais “duros” da filosofia e teoria políticas, foram convertidos, por ele, em aspectos e imagens mais próximos da vivência cotidiana dos setores mais populares.

Exemplos disso foram, principalmente, os usos de recursos linguísticos diversos que remeteram a símbolos e imagens próprios da tradição cristã católica, como as alusões à figura de Jesus Cristo, às Cruzadas, o altar, o catecúmeno, o sacerdócio, o apostolado, a missão, o sacrifício, de modo a preenchê-los com “substitutos laicos”.¹⁴³⁷ Assim, cada uma dessas linguagens religiosas foi compatibilizada com elementos políticos e seculares, próprios e ligados às ideias do compromisso, da missão e do sacrifício, mas em prol da construção da nação de cunho republicano. Assim, o “evangelho” passaria a ter esse significado, conforme já havia preconizado tanto Michelet quanto Bilbao. Nesse sentido, verificamos que Ramírez mobilizou tais recursos em vários escritos seus, elaborados e publicados ao longo de sua trajetória.

Da mesma forma, também se valeu dos usos das imagens da mulher e da mãe de família, ou seja, a nação, que poderia ser reabilitada, revigorada de sua enfermidade caso seus filhos, os partidos, reconcilassem-se e se tornassem fraternos, ou melhor, democráticos, uns com os outros. Ao mesmo tempo, a mulher solitária nos lares da área rural, tornada “vulnerável” pela partida dos filhos e maridos convocados para as guerras civis, não deveria ceder ao assédio dos “libidinosos” que a cortejavam, pois isso equivaleria à nação/pátria uruguaia ser dominada por aqueles de “fora”. Ou seja, uma muito provável alusão às tentativas de intervenção que o Uruguai ainda sofria por parte dos países vizinhos na segunda metade do século XIX, em especial Brasil e Argentina, em maior ou menor grau.

Além disso tudo, Ramírez abriu espaço, principalmente no periódico *La Bandera Radical*, às expressões populares espontâneas, como o “canto da fraternidade”, de autoria do combatente desconhecido da guerra civil, mas o qual poderia representar, abrangentemente, todos os anseios do povo uruguaio daquele momento. Também intermediou publicamente as reivindicações de outros periódicos tanto de Montevideu, quanto do interior do país, conforme mostramos, atos esses que constatarem que Ramírez estabeleceu tais práticas de mediação na esfera pública. Destacamos o espaço que cedeu às ideias trazidas a público pelo líder rural Domingo Ordoñana, a respeito da criação de uma associação que atendesse aos apelos relativos

¹⁴³⁷Conforme dialogamos em vários momentos com os termos propostos por Gerardo Caetano. Ver: GAETANO, G. Laicidad, ciudadanía y política en el Uruguay contemporáneo: matrices y revisiones de una cultura laicista. *Revista Cultura & Religión*, v. 7, n. 1, 30 dic. 2013b.

à pacificação, à unidade e à estabilidade políticas do país, e, ao mesmo tempo, contemplasse os interesses dos setores do campo.

Assim, nessa conjuntura, foi criada a *Asociación Rural del Uruguay*, associação essa considerada, pela historiografia uruguaia, como uma das expressões do processo da modernização política e capitalista nesse país a partir do final do século XIX.¹⁴³⁸ Dessa forma, concebemos que, por meio de imagens, símbolos e linguagens como a da família, ou melhor, a da nação unida, fraterna, estável e solidária, compartilhadas na esfera pública pelos diversos periódicos do interior e, principalmente, por Ordoñana, Ramírez contribuiu para que tais conquistas pudessem ser alcançadas. Embora se mostrasse uma ação que poderia ser vista como conservadora, expressando elementos da tradição, entendemos que Ramírez concebeu ser necessário recorrer ao passado para se utilizar dele na construção do futuro, de modo a concretizar seu projeto progressista de nação moderna e republicana.

Assim, reiteramos que, em qualquer um dos pontos da trajetória do intelectual uruguaio que elencamos acima, pudemos verificar que esse publicista compatibilizou linguagens políticas ligadas a matrizes diversas do republicanismo e do liberalismo, ou melhor, recorreu aos republicanismos e aos liberalismos na história, de modo a embasar seus propósitos. Aqui, também damos especial destaque à recorrência realizada por ele à ideia da virtude cívica republicana de “amor” à pátria, de Montesquieu, ao princípio da “simpatia”, extraído de Stuart Mill, e ao “interesse bem compreendido”, buscado em Tocqueville. Todas essas linguagens foram mobilizadas para argumentar a favor da necessidade da fraternidade e do exercício da sociabilidade política harmônica em prol da unidade nacional e republicana.

Nesse sentido, eram modos de, conforme mostramos, aproximar-se de elementos culturais seguidos pelos setores populares e/ou mais próximos deles, mas ressignificando-os, visando ao que deveria ser a nova nação republicana e incutir tal reformulação na sociedade uruguaia de modo mais ampliado e acessível possíveis.

Assim, por meio desses “liberalismos” e “republicanismos”, Ramírez também reiterou a necessidade da liberdade religiosa, da “fé cívica”, da “moral laica” e, em outros momentos, da separação entre o Estado e a Igreja. Da mesma forma que fez em relação aos exemplos que mencionamos acima, o publicista uruguaio também intencionou preencher, com tais “substitutos laicos”, as linguagens políticas que utilizou para tratar sobre a temática que dizia

¹⁴³⁸Somente para mencionar alguns dos historiadores uruguaio que defendem essa ideia, quais sejam Gerardo Caetano, José Pedro Barran e Benjamín Nahum. Ver: CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital); BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. *Historia rural del Uruguay moderno: 1851-1885*. Montevideo: EBO, 1967.

respeito diretamente aos assuntos ligados ao âmbito das tensões entre a religião, a sociedade e o Estado uruguaio. Nesse sentido, tais intervenções e usos linguísticos, a nosso ver, consistiram em elementos que compuseram o processo de secularização da sociedade uruguaia de meados do século XIX em diante, conforme já vimos a partir de nosso diálogo com Gerardo Caetano, Roger Geymonat¹⁴³⁹ e José Pedro Barran.¹⁴⁴⁰

Suas práticas de mediação político-intelectual não se restringiram a tais pontos que destacamos anteriormente. Ao levar as aulas de Direito Constitucional que ministrou para fora dos ambientes da UDELAR, também por meio das páginas de *La Bandera Radical*, Ramírez demonstrou uma vinculação estreita entre as associações e periódicos que criou e o exercício magisterial e intelectual que exerceu enquanto foi professor. Desse modo, mostramos que tais práticas político-intelectuais se complementaram ao longo da trajetória de Ramírez, as quais intencionou alinhar de modo a “encontrar” e alcançar o povo com suas propostas de construção e de unidade da nação republicana.

Também ressaltamos os conteúdos propriamente ditos sobre os quais tratou em suas aulas, relacionados desde as mais diversas e “sisudas” vertentes da teoria e filosofia política e jurídica, como Stuart Mill, Rousseau, Simon, Hobbes, Story, Blackstone, Grimke, entre outros, de modo a, mais uma vez, convertê-las em linguagens mais próximas ao entendimento popular. Assim, por meio de um diálogo estabelecido com esses e outros filósofos e juristas dos séculos XVIII e XIX, tratou sobre a questão da soberania do povo, e suas potencialidades e limites para a legitimação do poder e de uma organização política e social nacional que fosse estável e, ao mesmo tempo, baseada na moderação e no equilíbrio dos poderes. Outro ponto muito recorrente nas conferências de Ramírez foi sua intenção em explicar a necessidade, e a “naturalidade”, do estado social e da sociabilidade do homem, elementos que, em sua visão, os críticos de Rousseau (em seu *Contrato Social*, a respeito da ideia do homem isolado) não o fizeram.¹⁴⁴¹

Mais uma vez, utilizou o princípio da “simpatia” como norte dessa necessidade e naturalidade, e, também, como fenômeno para a organização social do indivíduo.¹⁴⁴² Esse ponto nos remete ao que mostramos no capítulo 2, a respeito desse termo inicialmente mobilizado por Stuart Mill em sua obra *Representative Government*, o qual Ramírez também citou em seus

¹⁴³⁹CAETANO, Gerardo; GEYMONAT, Roger. *La secularización uruguaya (1859-1919)*. Montevideo: Ediciones Santillana/Taurus, 1997.

¹⁴⁴⁰BARRAN, José Pedro. *Iglesia Católica y burguesía en el Uruguay de la modernización (1860-1900)*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias, 1988.

¹⁴⁴¹RAMÍREZ, Carlos María. Conferencias de Derecho Constitucional. Séptima conferencia. Organización social – Origen del estado de sociedad. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 22, 25 de jun. 1871, p. 389-395.

¹⁴⁴²Ibid., p. 393.

artigos publicados em *La Bandera Radical*. No entanto, a mobilização dessa linguagem política foi feita, por parte do professor da UDELAR, em outros escritos do periódico, os quais julgamos mais informais e caracterizados pela união entre a teoria política e uma linguagem mais sentimental, visando a ser mais acessível aos leitores.

Ainda sobre o termo “simpatia” utilizado por Ramírez, tomado “emprestado” de Stuart Mill, reiteramos: o publicista oriental não o utilizou de forma despretensiosa, mas sim enquanto um meio de reforçar, mediante o uso de uma linguagem que conotava um sentimento, a sua proposta de unidade nacional. Essa união, reforçamos, seria sustentada por uma sociabilidade harmônica, “natural” do indivíduo em sociedade. E conforme pudemos perceber, essa linguagem política da “simpatia” foi mobilizada mais de duas décadas depois por outro escritor uruguaio, o também jurista e político Feliciano Viera. Isso foi feito, por Viera, na seção de apêndice contida na reedição das *Conferencias* de Ramírez, a qual foi compilada por Justo Cubiló e reinserida nas aulas de Direito da UDELAR no ano de 1897, ou seja, um ano antes da morte do ex-professor dessa instituição.

Outro ponto essencial que identificamos na obra e atuação de Ramírez foi o viés “agregador” e inclusivo da ideia de nação que Ramírez defendeu publicamente. Em qualquer um dos temas sobre os quais tratou, o intelectual uruguaio reiterou a necessidade de se englobar os “estrangeiros” (no caso, imigrantes) para a construção de uma nacionalidade e uma organização político-social abrangentes.

Constatamos, da mesma forma, que esse sentido de inclusão também estava presente em sua defesa dos heróis nacionais, de modo que houvesse uma unidade política e histórica, e que, conseqüentemente, proporcionasse uma coesão político-social em seu presente. Em meio à construção do primeiro imaginário nacional no país¹⁴⁴³, caracterizado pela recorrência aos símbolos e agentes históricos emblemáticos da independência oriental, em especial José Artigas, Ramírez se inseriu nesse debate defendendo tanto esse libertador de 1811, quanto os Trinta e Três Orientais de 1825. Nesse sentido, também com o intuito de tornar público o passado por meio da reescrita da história do país, e, assim, ampliar o alcance desses elementos na sociedade uruguaia, argumentou em prol de uma complementaridade histórica entre os atos “heroicos” de todos esses próceres, tornados nacionais. Assim, buscou conectar as ações históricas de Artigas, Oribe, Rivera e Lavalleja no tempo, de modo que as do prócer de 1811

¹⁴⁴³Em diálogo com os termos de Carlos Demasi. DEMASI, Carlos. La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 340-351.

tivessem sido as “precursoras” e, de algum modo, contribuído para os atos heroicos dos Cruzados da década seguinte, como um crescimento histórico e progressivo.

Conforme mostramos, as principais inspirações político-intelectuais às quais Ramírez recorreu para embasar sua concepção de História foram os elementos propostos por Michelet, mais no que tange às ideias da continuidade, unidade e totalidade históricas. Assim, os eventos e as ações dos agentes históricos do passado da nação se interconectavam e cresciam de modo progressivo ao longo do tempo, o que contribuía para a sedimentação e a formação política e social nacionais, segundo a concepção do intelectual uruguaio, inspirado no historiador francês oitocentista.¹⁴⁴⁴

Ao mesmo tempo, também percebemos uma base kantiana de sua ideia de História, marcada, principalmente, pela defesa de uma sociabilidade natural dos indivíduos em prol das “grandes causas” e na construção de uma organização político-social ideal e justa, estabelecida a partir do caminhar histórico. Nesse sentido, entendemos que uniu as duas matrizes de pensamento e foi nesse sentido que realizou uma mudança conceitual do termo sarmientino de “barbárie”, assim como também havia feito ao abrir espaço aos setores rurais em *La Bandera Radical* nos anos 1870.

Isso, pois, ao contrário do que o intelectual argentino defendeu, Ramírez matizou e analisou o papel dos caudilhos, em especial Artigas, de forma complexa, atribuindo a esses agentes político-sociais uma relevância na “agrupação” dos setores populares e rurais que, para ele, encontravam-se dispersos antes da independência oriental. Isso, em seu entender, contribuiu para preceder o processo emancipatório uruguaio, resultando, assim, no já referido crescimento e acúmulo das experiências heroicas históricas para a conformação de uma nação republicana, unida e estável ao longo do tempo. Assim, reiterou isso tudo em suas polêmicas públicas com os intelectuais de seu momento de escrita, visando à formação de uma opinião pública a favor de seu projeto de nação republicana, o qual já difundia, em maior ou menor grau, desde o final dos anos 1860.

Assim, concebemos que, a partir dos usos tanto explícitos, quanto implícitos das ideias micheletianas e kantianas, Ramírez contribuiu para tensionar o debate sobre a atuação de Artigas e os demais atores da independência uruguaia, pois sua concepção de unidade histórica e política nacionais também superava a dicotomia rígida sarmientina de “civilização” e

¹⁴⁴⁴Discutimos tais hipóteses com base nas considerações teóricas de Reinhart Koselleck, sobre os “estratos do tempo” e a sedimentação das ações históricas. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre história. Tradução: Markus Hediger. 1a ed. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014, p. 20.

“barbárie”. Além disso, mostramos como tais usos linguísticos e ressignificações conceituais também poderiam ser concebidos como tentativas, por parte do intelectual uruguaio, de se superar experiências negativas das guerras civis históricas, as quais contribuíam para um presente que parecia não acabar e, assim, travava a chegada do futuro esperado da nação republicana, idealizada por ele.¹⁴⁴⁵

Como mostramos, o projeto de nação idealizado por Ramírez, caracterizado pela unidade, pela defesa da educação pública, da autonomia e da consolidação das instituições republicanas nacionais concorreu com a realidade ainda vigente, marcada pelas relações personalistas e, em grande parte do recorte que estudamos, autoritárias existentes em seu momento de escrita e atuação pública. Assim, a “nação ideal”, caracterizada pela defesa da esfera e educação públicas, da “religião da lei” e da justiça, pelos valores e virtudes republicanos diversos reiteradas por ele, não foi totalmente vitorioso em relação à “nação real”.¹⁴⁴⁶ No entanto, em nosso entender, abriu caminho para o que viria a ser o Uruguai “moderno”, no qual as guerras civis, muito recorrentes no século XIX, tiveram fim e o sistema político-social passou a ser marcado por uma democracia mais pujante entre o final do século XIX e início do XX.¹⁴⁴⁷

Desse modo, para que possamos compreender os processos políticos, sociais e culturais que proporcionaram a concepção de que o Uruguai foi e ainda é um dos países mais laicos e estáveis política e socialmente das Américas, reconhecido por sua cultura democrática e de respeito ao bem público, isso tudo necessariamente também passa pela análise atenta da atuação política de intelectuais como Carlos María Ramírez. É certo que suas ações estão relativamente distantes de nosso presente e que ele esteve ligado aos referenciais culturais e intelectuais de seu próprio tempo. No entanto, acreditamos que, ainda assim, seu compromisso público, sua

¹⁴⁴⁵Conforme mostramos, tratamos sobre tais hipóteses e premissas igualmente em diálogo com Koselleck, mas também com François Hartog, a partir da ideia das experiências do tempo histórico que desembocam em “presentismos alargados” e “dilatados”. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 305-327; HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção história e historiografia).

¹⁴⁴⁶Aqui, reiteramos algo que já havíamos argumentado na introdução de nosso trabalho: que, ao utilizarmos as expressões “nação ideal” e “nação real”, as quais fazem parte do título de nossa tese, dialogamos diretamente com os autores que trataram sobre o contexto que estamos pesquisando e que concordam com a existência de uma oposição entre o “país legal” e, por extensão, “ideal”, pensado pelos setores intelectuais daquele período, e o “país real”, caracterizado pelas relações e disputas político-partidárias complexas e, em muitos casos, com a violência resultante delas. Especificamente sobre as expressões “país legal” e “país real”, ver: CAETANO, Gerardo. *História mínima de Uruguay*. 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020 (versão digital).

¹⁴⁴⁷Para melhor compreensão da ideia de “Uruguai moderno”, utilizada pela historiografia do país, ver os trabalhos de Gerardo Caetano, José Pedro Barran e Benjamín Nahum, principalmente: CAETANO, Op. cit.; CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Historia contemporánea del Uruguay: de la Colonia al Mercosur*. Montevideo: Fin de Siglo, 1994; BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. *Historia rural del Uruguay moderno: 1851-1885*. Montevideo: EBO, 1967.

prática associativa e suas ações mediadoras contribuíram tanto para o engendramento da percepção de uma nova temporalidade, quanto para, no limite, a renovação de práticas políticas democráticas e republicanas nesse país. Assim, cabe-nos afirmar que Ramírez, por meio de seu pensamento, dos recursos linguísticos mobilizados, e suas práticas político-intelectuais e mediadoras, contribuiu para, ao menos, diminuir a distância entre a “nação ideal” e a “nação real”. Desse modo, construiu mais uma ponte para a democracia, teceu alguns de seus “fios soltos”¹⁴⁴⁸ e, conseqüentemente, propôs um novo tempo para o seu país.

¹⁴⁴⁸Mais uma vez, fazemos referência à expressão de Antonio Carlos Amador Gil a respeito da construção da nação argentina, também no século XIX. GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação: soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2001.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

Periódicos

EL INICIADOR. “Introducción”, 1 de abril de 1838.

LA FUSION. Periódico Político. 21 de janeiro de 1852.

RAMÍREZ, Carlos María [et al]. *LA BANDERA RADICAL*: Revista semanal de intereses generales. Montevideo: Telégrafo Marítimo, 1871. (40 números publicados entre 29 de janeiro a 29 de outubro de 1871).

_____. *Conferencias de Derecho Constitucional* (1871). Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966. (Publicadas em vários números do periódico *La Bandera Radical*, em 1871).

Artigos, polêmicas, atas de reunião, manifestos, notas e discursos publicados em periódicos

ARÉCHAGA, Justino Jiménez; RAMÍREZ, Carlos María [et al]. Profesión de Fe Racionalista (9 de julio de 1872). In: PALOMEQUE, Ágapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo: Camara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 1990a, p. 429-431.

Artigo de Ramírez publicado no jornal *El Siglo*, em 13 de outubro de 1876. In: RAMÍREZ, Carlos María; VARELA, José Pedro. *El destino nacional y la Universidad*. Polémica. Tomo II. Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública e Previsión Social/Biblioteca Artigas, [1876], 1965, p. 26-33.

BERRA, Francisco Antonio. Noticia de José Pedro Varela y su participación en la Reforma Escolar del Uruguay (1888). In: PALOMEQUE, Agapo Luis (Comp./Org.). *La Legislación Escolar*. Obras de José Pedro Varela (I). Con Biografías de Manuel Herrero y Espinoza e Francisco Antonio Berra. Montevideo: Editorial Salamandra/Camara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 1989, p. 337-365.

Carta de Ramírez a Ángel Floro Costa publicada pelo jornal *El Siglo*, 27 e 28 de julho de 1874. In: RAMÍREZ, Carlos María; VARELA, José Pedro. *El destino nacional y la universidad*. Polémica. Tomo II. Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública e Previsión Social/Biblioteca Artigas, 1965, p. 134-145.

ESTATUTOS DE LA SOCIEDAD DE AMIGOS DE LA EDUCACIÓN POPULAR (maiúsculas no original). Sancionados en la reunión general del 06 de octubre de 1868. In: PALOMEQUE, Agapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo: Camara de Representantes da República Oriental del Uruguay, 1990a, p. 391-395.

FUNDACIÓN DE LA SOCIEDAD DE AMIGOS DE LA EDUCACIÓN POPULAR. Acta de instalación (1868). In: PALOMEQUE, Agapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo: Camara de Representantes da República Oriental del Uruguay, 1990a, p. 387-389.

MANIFESTACIÓN DE PRINCÍPIOS Y PROPÓSITOS DEL CLUB NACIONAL (07 de julho de 1872) (maiúsculas no original). In: PALOMEQUE, Ágapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (V)*. Segunda Parte. Montevideo: Camara de Representantes da República Oriental del Uruguay, 2000b, p. 184-186.

PROGRAMA DEL CLUB LIBERTAD (maiúsculas no original). In: PALOMEQUE, Ágapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (V)*. Segunda Parte. Montevideo: Camara de Representantes da República Oriental del Uruguay, 2000b, p. 187-190.

_____. Carlos María Ramírez “extranjero” (1887). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 52-55.

_____. Los fugitivos del Quebracho (1886). In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, vol. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978, p. 135-167.

_____. Reminiscencias. Leído en la conferencia literario-musical dada por el Ateneo del Uruguay, el 25 de setiembre, en celebración del décimo-quarto aniversario de su fundación. Por el Doctor Don Carlos María Ramírez. In: ANALES DEL ATENEO DEL URUGUAY. Publicación Mensual. Tomo IV. Montevideo: Imprenta y encuadernación de Ríos y Becchi, 1883, p. 459-465.

_____. En el Banquete a Sarmiento (1881). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 45-51.

_____. La Independencia Nacional (1879). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 57-63.

_____. Sobre el “Facundo” (1873). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez: Apuntes y discursos*. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 17-18.

_____; VARELA, José Pedro [et al]. MANIFESTO E PROGRAMA DEL CLUB RADICAL (maiúsculas no original). In: PALOMEQUE, Ágapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (V)*. Segunda Parte. Montevideo: Camara de Representantes da República Oriental del Uruguay, 2000b, p. 176-180.

_____. SISTEMAS Y MÉTODOS DE ENSEÑANZA (maiúsculas no original). Informe de los señores don José Pedro Varela y don Carlos María Ramírez. In: PALOMEQUE, Agapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (II)*. La primera memoria. Montevideo: Camara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, 1990^a, p. 409-428.

LA PAZ. EL BANQUETE DE LA JUVENTUD. DISCURSO DE CARLOS MARÍA RAMÍREZ (maiúsculas no original), 16 de abril de 1872. In: PALOMEQUE, Ágapo Luis (Comp./Org.). *Obras de José Pedro Varela (V)*. Segunda Parte. Montevideo: Camara de Representantes da República Oriental del Uruguay, 2000b, p. 159-161.

Livros e ensaios

ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización de la República argentina*. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, [1853], 2017.

ARTIGAS, José. *Instrucciones que se dieron a los representantes del pueblo oriental, para el desempeño de su encargo en la Asamblea Constituyente fijada en la ciudad de Buenos Aires*, 1813. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882, p. 103-105.

BILBAO, Francisco. *El Evangelio Americano*. Buenos Aires: Imp. De la Soc. Tip. Bonaerense, 1864.

_____. *La América en Peligro*. Buenos Aires: Imprenta y Litografía a vapor, de Bernheim y Boneo, 1862.

CONSTANT, Benjamin. *De la liberté des anciens comparé à celle des modernes*. Discours prononcé à l'Athénée royal de Paris, 1819. Disponível em: <https://www.institutcoppet.org/wp-content/uploads/2015/01/7.-CONSTANT-Benjamin-De-la-liberte-des-Anciens-comparee-a-celle-des-Modernes.pdf>. Acesso em: 16/04/20.

ECHEVERRÍA, Esteban. Dogma Socialista. In: CASAVALLE, Carlos. *Obras completas de D. Estéban Echeverría*. Escritores Argentinos. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1873.

GOMAR, Gregorio Pérez. *Curso elemental de Derecho de Gentes*. Precedido por una introducción sobre el Derecho Natural. Tomo 1. Montevideo: Imprenta tipográfica a vapor, 1864 [1967].

GRIMKE, Frederick. *Considerations upon the Nature and tendency of free institutions*. Livro III, Cap. IV. Cincinatti/New York: H. W&Co. Publishers, 1848.

HERRERA Y OBES, Manuel; BERRO, Bernardo Prudencio. *El caudillismo y la revolución americana*. Polémica. Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social/Biblioteca Artigas, [1847] 1966.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Organização: Richard Tuck. Tradução: João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Clássicos Cambridge de Filosofia política).

MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. Da queda da Bastilha à festa da Federação. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MILL, John Stuart. *Representative Government* (1861). Canadá: Catoche Books Limited, 2001.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Barão de. *O espírito das leis*. Apresentação: Renato Janine Ribeiro; Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, [1747], 1996.

RAMÍREZ, Carlos María. Advertencia. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. 2a ed. Montevideo: Imprenta y litografía “La Razón”, 1897.

_____. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884.

_____. *Juicio Crítico del bosquejo histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. D. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del “Porvenir”, 1882.

_____. *Guerra civil y los partidos de la República Oriental del Uruguay*. Imprenta de *El Siglo*: Montevideo, 1871.

_____. CUBILÓ, Justo (ed.). *Conferencias de Derecho Constitucional*. Dictadas por el Catedrático de la asignatura para el curso inaugural de la misma en la Universidad de Montevideo el año 1871. 2ª ed. Montevideo: Imprenta y Litografía “La Razón”, 1897, p. 319-544.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflicto y armonías de Las Razas en América*. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta de D. Tuñez, 1883.

_____. *Facundo: civilización y barbarie*. 1ª ed. 2ª reimp. Buenos Aires: R.P. Centro Editor de Cultura, [1845], 2012.

SIMON, Jules. *La Liberté de Conscience*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cia., 1857.

STORY, Joseph. *Comentario sobre la Constitución Federal de los Estados Unidos (1830)*. Tomo I – IV. Tradução: Nicolás Calvo. Buenos Aires: Imprenta La Universidad, 1888.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Sentimentos e opiniões. De uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. Livro II. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VATTEL, Emer de. *O direito das gentes*. Prefácio e tradução: Vicente Marotta Rangel. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

VIERA, Feliciano. CAPÍTULO III. LA LIBERTAD DE REUNIÓN Y DE ASOCIACIÓN POR EL DOCTOR FELICIANO VIERA. (maiúsculas no original). In: RAMÍREZ, Carlos María; CUBILÓ, Justo (ed.). *Conferencias de Derecho Constitucional*. Dictadas por el Catedrático de la asignatura para el curso inaugural de la misma en la Universidad de Montevideo el año 1871. 2ª ed. Montevideo: Imprenta y Litografía “La Razón”, 1897, p. 391-430.

Poemas

RAMÍREZ, Carlos María. Voto Nupcial. In: MAGARIÑOS CERVANTES, Alejandro. *Álbum de poesías*. Montevideo: Imprenta a vapor de La Tribuna, 1878, p. 488-489.

RAMÍREZ, Carlos María. La Guerra. In: MAGARIÑOS CERVANTES, Alejandro. *Álbum de poesías*. Montevideo: Imprenta a vapor de La Tribuna, 1878.

Fontes bibliográficas

ACEVEDO, Eduardo. *Anales Históricos del Uruguay*. T. IV. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1934.

_____. *Anales Históricos del Uruguay*. T. I. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1933.

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Tradução: Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ACLAND, Alicia; CATENACCIO, Roberto; NALERIO, Martha. *Positivismo y proceso curricular en el Uruguay del siglo XIX (Ensayo)*. Montevideo: Ideas, 1992.

AGULHON, Maurice. *Política, imágenes, sociabilidades: de 1789 a 1989*. Ed. e intro.: Jordi Canal. Tradução: Francisco Javier Ramón Solans. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2016.

ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 9-27.

_____. *Intelectuales: notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

_____. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. *Ensayos argentinos. De Sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires: Compañía Editora Espasa Calpe Argentina S.A./Ariel, 1997.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução: Jacy Seixas. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2019.

ARBOLEDA, Fernando León Tamayo. Autoritarismo y liberalismo. Una mirada a partir de la obra de Florentino González a la ideología liberal en Colombia en el siglo XIX. *Estudios Políticos*. Disponible em: <https://www.redalyc.org/journal/164/16452081006/html/>. Acesso em: 13/09/21.

ARDAO, Arturo. *Etapas de la inteligencia uruguaya*. Montevideo: UDELAR/Atenas, 1971.

_____. *Espiritualismo y positivismo en el Uruguay*. 2 ed. Montevideo: Universidad de la República, 1968.

_____. *Racionalismo y Liberalismo en el Uruguay*. Montevideo: Ed. Universidad de la República, 1962.

ARDAO, Arturo. *La Universidad de Montevideo: su evolución histórica*. Montevideo: UDELAR, 1950

ARENAL FENOCHIO, Jaime de. *Historia mínima del Derecho en Occidente*. 1ª. Ed. México, D. E.: El Colegio de México, 2016/Sextil Online S.A., 2017.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 47-91.

ARES PONS, Roberto. Blancos y colorados. In: REAL DE AZÚA, Real (Org.). *El Uruguay visto por los uruguayos (antología)*. Tomo II. Montevideo: Centro Editor de América Latina, 1968.

ARTEAGA, Juan José. *Uruguay: breve historia contemporánea*. México (Ciudad): Fondo de Cultura Económica, 2000.

AUDREN, Frédéric. Introduction: l'histoire intellectuelle du droit ou la fin du "Grand partage". *Clio@ Themis*. Revue électronique d'histoire du droit, n. 9, p. 1-4, 2015. Disponível em: <https://publications-prairial.fr/cliiothemis/index.php?id=1511>. Acesso em: 23/06/22.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006 p. 63-90.

BARRAN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875*. T. 4. Montevideo: Banda Oriental, 1990.

_____. *Iglesia Católica y burguesía en el Uruguay de la modernización (1860-1900)*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias, 1988.

_____. La independencia y el miedo a la revolución social en 1825. *Revista de la Biblioteca Nacional*, n. 24, 1986.

BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. El batllismo uruguayo y su reforma "moral". *Desarrollo Económico*, Argentina, v. 23, n. 89, p. 121-135, abr.-jun. 1983.

_____. *Historia rural del Uruguay Moderno (1886-1894)*. Tomo II. La crisis económica. Montevideo: EBO, 1968.

_____. *Historia rural del Uruguay moderno: 1851-1885*. Tomo I. Montevideo: EBO, 1967.

BARRÓN, Luis. Republicanismo, liberalismo y conflicto ideológico en la primera mitad del siglo XIX en América Latina. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS Rafael (Orgs). *El republicanismo en hispanoamerica*. Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 118-137.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução: Irene Aron e Cleonice Paes Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BERTEN, André. Secularização e liberdade religiosa: pode o modelo americano ser universalizado? In: ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite; MARTÍNEZ, Marcela Borges; PEREIRA, Taís Silva (Orgs.). *Esfera pública e secularismo*. Ensaios de filosofia política. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 27-49.

BIBLIOTHÈQUE DE L'INSTITUT DE FRANCE. Jules Simon (1814-1896). Philosophie, laïcité et liberté. Disponível em: https://www.bibliotheque-institutdefrance.fr/sites/default/files/jules_simon_catalogue_dexpo.pdf. Acesso em: 25/08/21.

BIGNOTTO, Newton. A matriz francesa. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 175- 230.

BONAVITA, Luis. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos Maria. *Artigas*. Montevideo: Biblioteca Artigas, [1897], 1953. p. XI-XX.

BOTANA, Natalio. *La tradición republicana*. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. 1ª ed. Buenos Aires: Edhasa, 2013.

BOURDÉ, Guy. As filosofias da história. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (Orgs. Em colaboração com Pascal Balmand). *As escolas históricas*. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Coleção História e Historiografia, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção: Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Coords). *Usos e abusos da História Oral*. Editora FGV, 2006, p. 183-191.

_____. *Meditações pascalianas*. Tradução: Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *O Poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S. A., 1989.

BRALICH, Jorge. *José Pedro Varela: sociedad burguesa y reforma educacional*. Montevideo: Nuevo Mundo, 1989.

BRUSCHERA, Oscar H. Los partidos políticos tradicionales en el Uruguay: análisis de su estructura. In: REAL DE AZÚA, Real (Org.). *El Uruguay visto por los uruguayos (antología)*. Tomo II. Montevideo: Centro Editor de América Latina, 1968, p. 54-60.

BUSCASSO, Ariadna Islas. Morigerar las costumbres para formar la nación. El concepto civilización en el discurso político desde la formación de la sociedad colonial hasta la constitución de la república (1750-1870). In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 93-112.

BUSCASSO, Ariadna Islas. Entre pactos. Notas sobre el concepto de Estado entre la nación española y la república oriental (1750-1870). In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 73-91.

_____. Ciudadano Artigas: Notas a propósito de la construcción de la ciudadanía en Uruguay, 1888-1897. In: FREGA, Ana. ISLAS, Ariadna. *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la UDELAR, 2001, p. 353-366.

CAETANO, Gerardo. El “Impulso republicano” del Uruguay del 900. La reforma política del “primer batllismo” (1890-1930). *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 37, n. 73, p. 217-250, jan./abr. 2021. Disponible em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/r4WhkbJKfPx4FSXp7FWVf8M/?format=pdf&lang=es>. Acceso em 23/06/22.

_____. *Historia mínima de Uruguay*. 1ª ed (2019-impresso). Ciudad de México, El Colegio de México: 2020, E-book.

_____. Genealogías de la política uruguaya moderna: el liberalismo como “concepto fundamental” y su primacía sobre el republicanismo en el siglo XIX. *Claves*. Revista de Historia, n. 2, p. 111-143, jan-jun. 2016.

_____. Laicidad, ciudadanía y política en el Uruguay contemporáneo: matrices y revisiones de una cultura laicista. *Revista Cultura & Religión*, v. 7, n. 1, p. 116-139, 30 dic. 2013b. Disponible em: <https://www.revistaculturayreligion.cl/index.php/revistaculturayreligion/article/view/370>. Acceso em 23/06/22.

_____. La cuestión del origen de los partidos: el pleito entre distintas maneras de concebir la asociación política. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 197-213.

_____. La Pátria resignificada tras los “lenguajes del Patriotismo”. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 215-231.

_____. Identidad nacional y imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario. In: ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo. *Identidad uruguaya: ¿mito, crisis o afirmación?* 3ª. ed. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993, p. 75-96.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Historia contemporánea del Uruguay: de la Colonia al Mercosur*. Montevideo: Fin de Siglo, 1994.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. Prólogo. In: REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. 2ª ed. Montevideo: Arca/Nuevo Mundo, 1991, p. 5-11.

_____. El sistema de partidos: raíces y permanencias. *Cuadernos del CLAEH*. Montevideo: n. 31, p. 81-98, 1984.

CAETANO, Gerardo; GEYMONAT, Roger. *La secularización uruguaya (1859-1919)*. Montevideo: Ediciones Santillana/Taurus, 1997.

CAETANO, Gerardo; RIBEIRO, Ana. El pleito conceptual entre libertad y república en los tiempos artiguistas. *Ariadna histórica. Lenguajes, conceptos, metáforas*, 7, p. 13-35, 2018.

CARRERA, Julián. *Pulperos y pulperías rurales bonaerenses: Su influencia en la campaña y los pueblos, 1780-1820*. Tese de doutorado. Universidade Nacional de la Plata, 2010.
Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.338/te.338.pdf>. Acesso em 14/04/2020.

CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2000.

CASTELFRANCO, Diego. De la “Iglesia libre en el Estado libre” a la amenaza del “Estado ateo”: José Manuel Estrada y su trayectoria intelectual. In: DI STEFANO, Roberto; SILVA, Ana Rosa Clóchet da (Orgs.). *Catolicismos en perspectiva histórica*. Brasil e Argentina em diálogo. 1ª ed. – Santa Rosa: IEHSOLP Ediciones, 2020, p. 83-111.

CASTRO, Flaviola Rivera. El liberalismo en América Latina. In: COSTA, Adriane Vidal; PALTI, Elías J. *História intelectual e circulação de ideias na América Latina nos séculos XIX e XX*. 1. ed. - Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2021, p. 114-136.

CAWEN, Inés Cuadro. “Entre clasicismo, jacobinismo y representatividad”. Variaciones del concepto político “*democracia*” en el territorio de la Banda Oriental del Uruguay (1770-1870). In: CAETANO, Gerardo (Org.). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 155-174.

CHIARAMONTE, José Carlos. Províncias ou Estados? As origens do federalismo platino. *Cadernos do Programa de Pós-graduação em Direito PPGDir/UFRGS*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 73-114, 2016.

_____. Alberdi y el sentido de su federalismo. *PolHis*, Año 9, n. 17, p. 8-21, ene.-jun. 2016.

_____. Conceptos y lenguajes políticos en el mundo iberoamericano, 1750-1850. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 140, p. 11-31, abr.-jun. 2008.

_____. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Biblioteca del Pensamiento Argentino 1. Argentina: Compañía Editora Espasa Calpe Argentina S.A./Ariel, 1997.

_____. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Años 90*, v. 1, n. 1, p. 49-83, 1993.

_____. El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana. *Cuadernos del Instituto Ravignani*, n. 2, Buenos Aires, octubre de 1991, p. 5-39.

_____. Formas de identidad política en el Río de la Plata luego 1810. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”*, tercera serie, n. 1, p. 71-92, 1º Sem. 1989.

CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS GARCIA, Aimer. *Crear la Nación*. Los nombres de los países de América Latina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio. Introdução. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio. (Orgs.). *Nas tramas da “cidade letrada”*: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais. 1ª ed. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2018, p. 7-18.

COSTA, Wilma Peres. História e Direito: em busca dos continentes submersos: comentário ao texto de Annick Lempériere. *Almanack*. Guarulhos, n. 15, p. 44-58, 2017.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ª Ed. Portugal: Difel, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. A Constituição de Cádiz: valor histórico e atual. *Revista de Estudios Brasileños*, vol. 1, n. 1, p. 81-96, 2014.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, Cultura e Revolução. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEAS, Malcolm. Venezuela, Colombia y Ecuador. In: BETHELL, Leslie (Org.). *Historia de América Latina*. T. 6. América Latina Independiente, 1820-1870. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, p. 175-201.

DELIO MACHADO, L. M. El partido constitucional y la Facultad de Derecho. *Revista de la Facultad de Derecho*, n. 24, p. 99-124, 19 dic. 2005.

DEMARCO, Cecília. Tipógrafos y esfera pública en Montevideo. 1885-1902. *Revista Encuentros Latinoamericanos*, segunda época. v. III, n. 2, p. 303-329, jul./dic. 2019.

DEMASI, Carlos. La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna. *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la UDELAR, 2001, p. 340-351.

DEMURO, Wilson González. “Un Juez severo a quien temen aun los Gobiernos más despóticos”. El concepto de opinión pública en la prensa oriental durante la revolución (1810-1820). *Humanidades*: revista de la Universidad de Montevideo, n. XII, p. 97-124, 2013.

DEMURO, Wilson González. El concepto de *libertad*: un acercamiento a su evolución, desde el fin de la época colonial a la primera modernización estatal uruguaya. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual*: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870). Montevideo: EBO, 2013, p. 175-194.

DEVOTO, Fernando J. La construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 269-289.

DI MEGLIO, Gabriel. República. Argentina - Río de la Plata. In: SEBÁSTIAN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social iberoamericano*. Madrid: Fundación

Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 1270-1281.

DIANA, Elvis de Almeida. *Educação pública e política em José Pedro Varela no Uruguai do século XIX*. 1ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

DOSSE, François. *La marcha de las ideas: Historia de los intelectuales, historia intelectual*. PUUV/Universitat de València, 2007.

_____. *História e Ciências Sociais*. Tradução: Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004.

DUNCAN, Tim. La Prensa política: Sud-América, 1884-1892. *Revista de Instituciones, Ideas y Mercados*, n. 46, p. 65-92, mai. 2007.

DUTRA, Delamar José Volpato. A autoridade da lei e a força do Direito: a natureza dos vínculos obrigacionais segundo Hobbes. *Philosophica*, n. 43, Lisboa, p. 7-31, 2014.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. Introdução. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

ENGELMANN, Fabiano; PENNA, Luciana Rodrigues. Constitucionalismo e batalhas políticas na Argentina: elementos para uma história social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 58, p. 505-524, mai.-ago. 2016.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/WgyVhkgYysVFqY74685RLwk/?lang=pt>. Acesso em 23/06/22.

EZCURRA, Mara Polgovsky. La historia intelectual latinoamericana en la era del “giro lingüístico”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Cuestiones del tiempo presente, 2010, Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/60207>.

FERNANDEZ SALDAÑA, José M. *Diccionario uruguayo de biografías (1810-1940)*. Montevideo: Editorial Amerindia, 1945.

FERNÁNDEZ Y MEDINA, Benjamin. *La imprenta y la prensa en el Uruguay*. Desde 1807 a 1900. Montevideo: Imprenta de Dornaleche y Reyes, 1900.

FERREIRA, André Lopes. Partidos tradicionais e partidos de ideias no Uruguai: uma crítica conceitual. *Anais do 9º Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2010, p. 1-7. Disponível em: <http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/Ferreira%20AL.pdf>. Acesso em: 23/06/22.

FERRETJANS, Daniel Álvarez. *Historia de la prensa en el Uruguay*. Desde la Estrella del Sur a Internet. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

FREGA, Ana. Las caras opuestas de la revolución. Aproximación a sus significados desde la crisis de la monarquía española a la construcción del estado-nación. In: CAETANO, Gerardo (Org). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 51-72.

FREGA, Ana. Uruguayos y orientales: itinerario de una síntesis compleja. In: CHIARAMONTE, Jose Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS GARCIA, Aimer. *Crear la Nación*. Los nombres de los países de América Latina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008, p. 95-112.

_____. *La virtud y el poder: la soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista*. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comps.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 101-133.

FREITAS NETO, José Alves de. *Un siglo todo de señales: O trabalho intelectual em Buenos Aires e as demandas expostas em La Moda (1837-1838)*. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 2, p. 166-187, jul.-dez., 2013. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/238/169>.

_____. Mitre e a edificação de um patrimônio historiográfico argentino. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 7, p. 78-93, nov./dez. 2011. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/292/202>. Acesso em: 23/06/22.

_____. A formação da nação e o vazio na narrativa argentina: ficção e civilização no século XIX. *Esboços*, v. 15, p. 189-204, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p189/9534>. Acesso em: 23/06/22.

FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. 2009. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

_____. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudos Ibero-Americanos/PUCRS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez. 2009.

GALLARDO, Javier. Las ideas republicanas en los orígenes de la democracia uruguaya. *Araucaria*. *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, v. 5, n. 9, p. 3-44, 2003.

GALLO, Max. *Revolução Francesa*. Vol 1. O Povo e o Rei (1774-1793). Tradução de Julia da Rosa Simões. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GAMBETTA, Eugenia Ortiz. Intertextualidad y modelización en tres novelas de gauchos del Río de la Plata (1850-1870). *Humanidades*. *Revista De la Universidad de Montevideo*, XI, p. 109-125, 2011.

GARGARELLA, R. El constitucionalismo en Sudamérica (1810-1860). *Precedente*. *Revista Jurídica*, n. -, p. 51-82, 16 dic. 2006.

GARRIGA, Carlos. ¿De qué hablamos los historiadores del derecho cuando hablamos de derecho? *Revista Direito Mackenzie*, v. 14, n. 1, p. 1-24, 2020. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_

servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-Dir-Mackenzie_v.14_n.01.pdf. Acesso em: 23/06/22.

GARRIGA, Carlos. ¿La cuestión es saber quien manda? Historia política, Historia del derecho y “punto de vista”. *PolHis*, Año 5, n. 10, p. 89-100, segundo semestre 2012. Disponível em: http://historiapolitica.com/datos/boletin/Polhis10_GARRIGA.pdf. Acesso em: 23/06/22.

GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação: soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2001.

GIORGI, Diógenes de. *El impulso educacional de José Pedro Varela* (Orígenes de la reforma escolar). Montevideo: Impresores A. Monteverde & Cia, 1942.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDMAN, Noemi. Constitución. Argentina – Río de la Plata. In: SEBÁSTIAN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia. Apresentação. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia (Orgs). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7-24.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 49-61.

GONZÁLEZ, Jorge Enrique. Introducción. In: GONZÁLEZ, Jorge Enrique (Ed.). *Nación y nacionalismo en América Latina*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales (CES) /Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2007, p. 7-27.

GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. *Civilidad y política en los Orígenes de la nación argentina*. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

_____. Pedagogía societaria y aprendizaje de la nación en el Río de La Plata. In: ANNINO, Antonio; XAVIER GUERRA, François (Org.). *Inventando la nación*. Iberoamérica, Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 565-589.

_____. Sociabilidad y opinión pública en Buenos Aires (1821-1852). *Historia Contemporánea*, n. 27, p. 663-694, 2003.

GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. La “identidad nacional” en el Río de la Plata post-colonial. Continuidades y rupturas con el Antiguo Régimen. *Anuario del IEHS "Prof. Juan C. Grosso"*, 12, TandH, UNCPBA, p. 109-122, 1997.

GRANADOS GARCÍA, Aimer; MARICHAL, Carlos. *Construcción de las identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX*. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2009.

GROS ESPIELL, Héctor. El Derecho Constitucional y la historiografía uruguaya. *Revista de Derecho de la Universidad de Montevideo*, Año 5, n. 10, p. 29-52, 2006. Disponível em: <http://revistaderecho.um.edu.uy/wp-content/uploads/2012/10/DERECHO-10.pdf>. Acesso em: 11/10/21.

_____. *Las constituciones del Uruguay*. Madrid: Centro Iberoamericano de Cooperación, 1978.

_____. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Conferencias de Derecho Constitucional* (1871). Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966, p. VII-XXXI.

GROSSI, Paolo. O ponto e a linha. História do Direito e Direito Positivo na formação do jurista de nosso tempo. *Revista Sequência*, n. 51, p. 31-45, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15170/13796>. Acesso em: 23/06/22.

GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens. Tradução: Marco Morel. *Revista Maracanan*, v. 1, n. 1, p. 9-30, 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13242/10116>. Acesso em: 04/02/20.

_____. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid, Editorial MAPFRE-S.A., 1992.

GUERRA, François-Xavier; LEMPÈRIÈRE, Annick. Introducción. In: GUERRA, François-Xavier; LEMPÈRIÈRE, Annick (Orgs.). *Los espacios públicos en Iberoamérica*. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. Nueva Edición [en línea]. México: Fondo de Cultura Económica/Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2008 (generado el 09 noviembre 2013).

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia*. Entre facticidade e validade. Vol. 1. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção história e historiografia).

HARTOG, François; REVEL, Jacques. *Les usages politiques du passé*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales/SHADYC, 2001.

HERMET, Guy. *História das nações e do nacionalismo na Europa*. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

HIMMELFARB, Gertrude. *Os caminhos para a modernidade*. Os iluminismos britânico, francês e americano. Tradução de Gabriel Ferreira da Silva. São Paulo: É Realizações, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Cecília Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JASMIN, Marcelo Gantus. Interesse bem compreendido e virtude em *A Democracia na América*. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000, p. 71-85.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, Marcelo; FERES JUNIOR, João (Orgs.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, p. 9-38.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação (1776-1900)*. 2ª. Ed. rev. e ampl.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

KOERNER, Andrei. Sobre a história constitucional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 525-540, mai.-ago. 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Tradução: Markus Hediger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

_____. *Estratos do tempo*. Estudos sobre história. Tradução: Markus Hediger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LANZARO, Jorge Luis; ARMAS, Gustavo de. *Clases medias y procesos electorales en una democracia de partidos*. Instituto de Ciencia Política. Universidad de la República, Documento On-Line n. 4, 2012. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Uruguay/icp-unr/20170112023239/pdf_475.pdf. Acesso em: 14/04/20.

LAURINO, Carolina González. *La construcción de la identidad uruguaya*. Montevideo: Ediciones Santillana S.A/Taurus, 2001.

LEMPÈRIÈRE, Annick. Los hombres de letras hispanoamericanos e el proceso de secularización. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 242-266.

LIMA, Sérgio Cruz de Castro. Liberdade e interesse bem compreendido no pensamento político de Alexis de Tocqueville. *Mosaico*, v. 7, n. 10, p. 40-55, 2016.

LOCKHART, Washington. Las guerras civiles. *Enciclopédia Uruguaya*. Montevideo: Editorial Arca, 1968.

LOPES, Marcos Antonio. *Para ler os clássicos da história intelectual: um guia historiográfico*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

_____. O direito divino dos reis: para uma história da linguagem política no Antigo Regime. *Síntese Nova Fase*, v. 19, n. 57, p. 223-248, 1992.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MÄDER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. *História Unisinos*, 12(3), p. 262-270, set./dez. 2008.

MAÍZ, Claudio. Las re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales. Redes de difusión en el romanticismo y el modernismo. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio (Orgs.). *Nas tramas da “cidade letrada”: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes transnacionais*. 1ª ed. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2018, p. 131-151.

MAÍZ, Claudio (Org.). *El ensayo latinoamericano*. Revisiones, balances y proyecciones de um género fundacional. 1ª ed. Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras, U. Cuyo, 2010.

MANSILLA, H. C. F. La ensayística latinoamericana como filosofía política. *Ciencia y Cultura*, n. 38, p. 59-82, jun. 2017.

MARIANI, Alba. Principistas y doctores. *Enciclopédia Uruguaya*. Montevideo: Editorial Arca, 1968.

MARTIN, Hervé. Michelet e a apreensão “total” do passado. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (Orgs. Em colaboração com Pascal Balmand). *As escolas históricas*. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Coleção História e Historiografia, 2018, p. 143-163.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução: Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2ª edição revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de direito internacional público. 1ª ed. 12ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MENESES, Martha V. Santos. As ideias políticas de Francisco Bilbao: entre a influência intelectual francesa e as especificidades hispano-americanas. *Temporalidades*, v. 4, n. 1, p. 113-136, jan./jul. 2012.

MIRANDA, Marcella. A teoria da soberania de Thomas Hobbes. *Revista 7 Mares*, n. 3, p. 128-144, out. 2013.

MITRE, Antonio. *O dilema do centauro*. Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

MOLINA, Diego A. Sarmiento e o romantismo no Rio da Prata. *Estudos Avançados*, 27 (77), p. 333-348, 2013.

MOLINA, Eugenia. Sociabilidad y redes político-intelectuales: algunos casos entre 1800 y 1852. *CILHA* - a. 12, n. 14, p. 19-54, 2011.

MORELLI, Federica. Entre el antiguo y el nuevo régimen. La historia política hispanoamericana del siglo XIX. *Historia Crítica*, n. 33, p. 122-155, ene.-jun. 2007.

MONTERO BUSTAMANTE, Raúl. Prólogo. In: RAMÍREZ, Carlos María. *Páginas de Historia*. Colección de Clásicos Uruguayos, v. 152. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1978.

MONTESA, Salvador (Org.). *Literatura y periodismo*. La prensa como espacio creativo. España: Publicaciones del Congreso de Literatura Española Contemporánea, 2003.

MORAÑA, Mabel. Revistas culturales y mediación letrada en América Latina. *Outra travessia*, 2º semestre de 2003, p. 67-74.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/13093>. Acesso em 23/06/22

MOSCATELLI, Renato. História Intelectual: a problemática da interpretação de textos. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto: 2003, p. 48-59.

MYERS, Jorge. Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem. In: NORONHA DE SÁ, Maria Elisa (Org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p. 23-56.

_____. Clío filósofa. Los inicios del discurso histórico rioplatense (1830-1852). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 331-364, mai./ago. 2015.

_____. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta inicio del siglo XX. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 29-50.

_____. El letrado patriota. Los hombres de letras hispanoamericanos en la encrucijada del colapso del imperio español en América. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 121-143.

_____. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (Orgs.). *Revoluções de*

independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 69-130.

MYERS, Jorge. La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas. In: GOLDMAN, Noemi (Org.) *Revolución, república, confederación: 1806-1852*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005, p. 381-445.

NASCIMENTO, Alcileide. Na trama da Revolução Francesa com Jules Michelet. *Saeculum Revista de História*, n.8/9, p. 143-15, Jan-Dez 2002-2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11282/6396>. Acesso em 20/04/20.

NEGRETTO, Gabriel L. Repensando el republicanismo liberal en América Latina. Alberdi y la Constitución argentina de 1853. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS Rafael (Orgs). *El republicanismo en Hispanoamérica*. Ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 210-243.

NERHOT, Patrick. No Princípio Era o Direito... In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Tradução: Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editoria UFRJ; Editora FGV, 1998, p. 91-103.

NICOLETE, Roberta K. Soromenho. Da doutrina do interesse bem compreendido *n'A Democracia na América*. *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales, año 21, n. 42, p. 449-474, segundo semestre de 2019. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/10800/9497>. Acesso em: 23/06/22.

_____. *Quando a política caminha na escuridão – um estudo sobre interesse e virtude n'A Democracia na América de Tocqueville*. 2012. 120 f. Dissertação (mestrado). Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

NOIRIEL, Gérard. Repensar o Estado-Nação. Elementos para uma análise sócio-histórica. *Revista Ler História*, Lisboa, Portugal, n. 41, p. 39-54, 2001.

ODDONE, Juan; ODDONE, Blanca París. *Historia de la Universidad de la República*. T. 1. La Universidad Vieja, 1849-1885. Montevideo: Ediciones Universitarias, 1969 [2010].

_____. *Historia de la Universidad de la República*. La Universidad Vieja, 1849-1885. T. 1. 2ª ed. Montevideo: Ediciones Universitárias, 1963 [2010].

_____. *Historia de la Universidad de la República*. La Universidad del militarismo a la crisis (1885-1958). Tomo II. 2ª ed. Montevideo: Universidad de la República/Departamento de Publicaciones, 2010.

ODDONE, Juan Antonio. *El principismo del setenta*. Una experiencia liberal en el Uruguay. Montevideo: Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1956.

PADOIN, Maria Medianeira. O “direito natural e das gentes” e o federalismo no processo de independência na América. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 115-136, jul. 2013.

PALACIOS, Guillermo. El “otro” en el centro de lo “propio”: visiones de la alteridad en los nacionalismos iberoamericanos tempranos. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (Orgs.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. Assis: FCL/Assis-UNESP Publicações; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH/USP, 2010, p. 419-440.

PALTI, Elías José. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 35, p. 4-23, dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/view/70284/39717>. Acesso em: 23/06/22.

_____. Ideas, conceptos, metáforas. La tradición alemana de historia intelectual y el complejo entramado del lenguaje. *Res publica*, n. 25, pp. 227-248, 2011. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RPUB/article/view/47815/44748>. Acesso em: 20/06/21

_____. Koselleck y la idea de *Sattelzeit*: Un debate sobre modernidad y temporalidad. *Ayer*, n. 53 (1), p. 63-74, 2004.

_____. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007a.

_____. La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. *História Unisinos*, v. 11, n. 3, p. 297-305, set./dez. 2007b.

Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5908/3092>. Acesso em: 23/06/22.

_____. Historia de ideas e historia de lenguajes políticas. Acerca del debate en torno a los usos de los términos “pueblo” y “pueblos”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 325-343, jul. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/vh/a/ZpL83bgMVppXjqRtqHNMHz/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 23/06/22.

_____. *La nación como problema*. Los historiadores y la cuestión nacional. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.

_____. Las polémicas en el liberalismo argentino. Sobre virtud, republicanismo y lenguaje. In: RIVERA, José Antonio Aguilar; ROJAS, Rafael (Orgs.). *El Republicanismo en Hispanoamérica: Ensayos de historia intelectual y política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 167-209.

PALTI, Elías J.; COSTA, Adriane Vidal. Prefácio - Os lugares das ideias na América Latina. In: PALTI, Elías J.; COSTA, Adriane Vidal (Orgs.). *História intelectual e circulação de ideias na América Latina nos séculos XIX e XX*. 1ª ed. - Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2021, p. 5-11.

PANIZZA, Francisco. El liberalismo y sus “otros”: la construcción del imaginario liberal en el Uruguay (1850-1930). *Cuadernos del CLAEH*. Montevideo: v. 14, n. 50, p. 31-44, 1989.

PARÍS DE ODDONE, M. Blanca. Presencia de Artigas en la Revolución del Río de la Plata (1810-1820). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 65-85.

PATÍÑO, Roxana. América Latina: literatura e crítica em revista(s). Tradução Cristiano Silva de Barros. In: SOUZA, Eneida Maria de; MARQUES, Reinaldo (Orgs.). *Modernidades alternativas na América Latina* (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 456-468.

PEREIRA, Affonso Celso Thomaz. *A terceira margem do Prata: Alberdi, Sarmiento e a conformação do discurso republicano na imprensa chilena, 1841-1852*. São Paulo, 2015. 397 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História.

PÉREZ PERDOMO, Rogelio. Los juristas como intelectuales y el nacimiento de los estados nacionales en América Latina. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 168-183.

PICCATO, Pablo. A esfera pública na América Latina: um mapa da historiografia. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 6-42, jan.-jun., 2014.

PIMENTA, João Paulo G.; ARAÚJO, Valdei Lopes. História. In: *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte, MG: EDUEMG, 2014, p. 103-120.

PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia* (Outro Preto), n. 3, p. 53-82, set. 2009.

_____. Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma História da identidade Oriental (1808-1828). In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 27-55.

POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. 1ª Ed. 3ª. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. Leituras políticas e circulação de ideias entre a França e as Américas: Francisco Bilbao e a *Revue des Deux Mondes*. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (Orgs.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. Assis: FCL-Assis-UNESP/LEHA- USP, 2010, p. 193-205.

_____. Uma introdução ao conceito de identidade. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia da Costa (Orgs.). *Cadernos de Seminário Cultura e Política nas Américas*, V. 1, Assis: FCL-Assis-Unesp Publicações, 2009, p. 66-71.

PRADO, Maria Lígia. O artista entre a História, a política e a pintura: retratando a independência no século XIX. *e-l@tina*. Revista electrónica de estudos latinoamericanos, v.7, n. 25, Buenos Aires, p. 13-27, out.-dez. 2008.

PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. 3ª ed. São Paulo: Atual, Campinas, SP/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.

RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Montevideo: Arca, 1998.

RAMAGLIA, Dante. Modernidad cultural y políticas del lenguaje en la historia del pensamiento latinoamericano. In: JALIF DE BERTRANOU, Clara Alicia [et al]. *ACTAS V Congreso Interoceánico de Estudios Latinoamericanos II Congreso Internacional de Filosofía y Educación en Nuestra América Latina: movimientos intelectuales, manifiestos y proclamas*. Mendoza, Argentina: Instituto de Filosofía Argentina y Americana/Facultad de Filosofía y Letras Universidad Nacional de Cuyo, 2016, p. 261-274.

RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Tradução: Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. 2ª ed. Montevideo: Arca/Nuevo Mundo, 1991.

_____. *El impulso y su freno*. Tres décadas de batllismo y las raíces de la crisis uruguaya. Ediciones de la Banda Oriental, 1964.

_____. *El patriciado uruguayo*. Montevideo: Imprenta Letras S.A., 1961.

RELA, Walter. *Uruguay*. Cronología histórica documentada. Tomo 3. s/d.

REMOND, René. Do político. In: REMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-450.

RIBEIRO, Ana. Orden y desorden: salud y enfermedad social em tempos de heroísmos fundacionales. In: CAETANO, Gerardo (Org.). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 115-133.

_____. El largo camino de un concepto migratorio: *soberanía*. In: CAETANO, Gerardo (Org.). *Historia Conceptual: voces y conceptos de la política oriental (1750-1870)*. Montevideo: EBO, 2013, p. 135-152.

_____. De las independencias a los estados republicanos (1810-1850): Uruguay. In: FRASQUET, Ivana; SLEMIAN, Andréa (Orgs.). *De las independencias iberoamericanas a los estados nacionales (1810-1850): 200 años de historia*. Estudios AHILA de historia latinoamericana, n. 6. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main; Vervuert, 2009, p. 61-87.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Gechichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, Marcelo; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, p. 39-53.

RILLA, José. La tradición contra los partidos en el Uruguay. *História* (São Paulo), v. 1-2, n. 23, p. 161-196, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/jgr5LNSX8Q5rWDPmr9PQgtN/?lang=es&format=pdf>. Acesso em: 23/06/22.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: REMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 99-139.

RIVERA, José Antonio Aguilar. *En pos de la Quimera*. Reflexiones sobre el experimento constitucional atlántico. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

ROCCA, Pablo. Los destinos de la nación. El imaginario nacionalista en la escritura de Juan Zorrilla de San Martín, Eduardo Acevedo Díaz y su época. In: ACHUGAR, Hugo; MORANA, Mabel (Orgs.). *Uruguay: imaginarios culturales*. Desde las huellas indígenas a la modernidad. Montevideo: Trilce, 2000.

RODRÍGUEZ, Júlio C. Las montoneras y sus caudillos. *Enciclopédia Uruguiaia*. Montevideo: Editorial Arca, 1968.

RODRÍGUEZ PERSICO, Adriana. *Un huracán llamado progreso: utopía y autobiografía en Sarmiento y Alberdi*. Washington: Colección INTERAMER/Secretaria General de la Organización de los Estados Americanos/OEA, 1993.

ROHLING, Marcos. A igualdade e a liberdade em Tocqueville: contribuições para o desenvolvimento da virtude cívica liberal e a tarefa político-pedagógica da democracia. *Em Tese*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 80-107, jan./jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n1p80/29696>. Acesso em: 23/06/22.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SABATO, Hilda. *Povo & política*. A construção de uma República. Tradução: Daniel da Silva Becker. Série História, 59. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

_____. Soberanía popular, ciudadanía y nación en Hispanoamérica: la experiencia republicana del siglo XIX. *Almanack Braziliense*, n. 9, p. 23-40, mai. 2009. Disponível em: https://sites.usp.br/ieb/wp-content/uploads/sites/127/2016/07/almanack_09_1322176965.pdf. Acesso em: 23/06/22.

_____. Nuevos espacios de formación y actuación intelectual: prensa, asociaciones, esfera pública (1850-1900). In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 387-411.

SANTOS, Murilo Angeli dos. O conceito de justiça em Thomas Hobbes e suas consequências jusfilosóficas. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade São Judas Tadeu, 2007.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e História: Jules Michelet e o paradigma na historiografia do século XIX. *Revista de História* (USP), n. 144, p. 151-180, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18913/20976>. Acesso em: 23/06/22.

SANSÓN CORBO, Tomás. Cuando el Paraná fue un Rubicón. Hechos, preguntas y ¿certezas? sobre José Artigas en Paraguay. In: SANSÓN CORBO, Tomás [et al]. 200 años del ingreso de José Gervasio Artigas al Paraguay. *Res Gesta*, n. 56, p. 163-169, 2020. Disponível em: <https://erevistas.uca.edu.ar/index.php/RGES/article/view/3255>. Acesso em: 13/04/22.

SANSÓN CORBO, Tomás. La historiografía colonial y los fundamentos de la tesis independentista clásica en Uruguay. *Anuario Del Instituto de Historia Argentina*, n. 12, p. 1-26, 2012. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/33819>. Acesso em: 23/06/22.

_____. Processo de configuração do campo historiográfico uruguayo. *História da historiografia*, n. 6, p. 123-141, mar. 2011a. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/204/169>. Acesso em 23/06/22.

_____. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b.

_____. Historiografía y nación: una polémica entre Francisco Berra y Carlos María Ramírez. *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, año 6, p. 177-199, 2006. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/12398>. Acesso em: 23/06/22.

_____. Un debate rioplatense sobre José Artigas (1884). *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, 2004, n. 4, p. 187-216.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de uma práctica. *América: Cahiers du CRICCAL*, n. 9-10, P. 9-16, 1992. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047. Acesso em 23/06/2022.

SCHEIDT, Eduardo. Representações da Revolução Americana no ideário de Francisco Bilbao. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 36, n. 1, p. 48-66, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/7853/pdf>. Acesso em 23/06/22.

_____. Debates historiográficos acerca de representações de nação na Região Platina. *Revista eletrônica da ANPHLAC*, n. 5, P. 1-26, 2006. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1369/1240>. Acesso em 23/06/2022.

SKINNER, Quentin. *Visões da Política: Sobre os métodos históricos*. Lisboa: Alges/DIFEL, 2005.

_____. Significado y comprensión en la historia de las ideas. Tradução: Horacio Pons. *Prismas*, Revista de historia intelectual, nº 4, p. 149-191, 2000. Disponível em: https://ridaa.unq.edu.ar/bitstream/handle/20.500.11807/2628/Prismas04_argumentos04.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23/06/22.

_____. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Luiz Gustavo Teixeira da. Laicidade do Estado no Uruguai. Considerações a partir do debate parlamentar sobre o aborto (1985-2016). *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 38(2), p. 53-84, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/88ZXnzC3nTKfBnFpfmFpFwQ/?lang=pt>. Acesso em: 23/06/22.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão In: LOPES, Marco Antônio (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto: 2003, p. 15-25.

_____. *Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Desloca(liza)r o direito: intercâmbios, projetos partilhados e ações públicas de juristas (Argentina e Brasil, 1917-1943)*. 2018 (551 f.). Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de Concentração: História Social.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-262.

_____. As elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-Francois. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-279.

_____. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira; AMADO, Janaína (Coords.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 131-137.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.

SOLER, Letícia. *Historiografía uruguaya contemporánea (1985-2000)*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2000.

SOLODKOW, David. Racismo y Nación: Conflictos y (des)armonías identitarias en el proyecto nacional sarmientino, *Decimonónica*, v. 2, n. 1, P. 95-121, 2005. Disponível em: <https://centroafrobogota.com/attachments/article/4/Racismo%20y%20nacio%CC%81n%20co%20nflitos%20y%20desarmoni%CC%81as%20identitarias%20en%20el%20proyecto%20nacion%20sarmientino,%20David%20Solodkow.pdf>. Acesso em: 23/06/22.

SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Tradução: Glaucia Gonçalves e Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SORDI, Gabriel. O historiador Alexandre Dumas, Defensor do Uruguai. In: *Anais do IX Encontro Internacional da ANPHLAC*, UFG, 2010, p. 1-22. Disponível em: <http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/Sordi%20G.pdf>. Acesso em: 10/04/20.

SOUZA, Marcos Alves de. *A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: A história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. A matriz norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 231-314.

STEUDEMAN, Michael J. Horace Mann, The necessity of education in a Republican Government. *Voices of Democracy*, n. 8, p. 1-22, 2013.

STEWART, Watt; FRENCH, William Mashall. The Influence of Horace Mann on the Educational Ideas of Domingo Faustino Sarmiento. *Hispanic American Historical Review*, v. 1, n. 20, p. 12-31, 1940.

STOLLEIS, Michael; MACHADO, Gustavo Castagna. Entrevista com Michael Stolleis: os caminhos da História do Direito. *Cadernos do Programa de Pós-graduação Direito/UFGRS*, v. 9, n.2, p. 1-19, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/52795/32848>. Acesso em: 23/06/22.

TAYLOR, Charles. O que significa secularismo? In: ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite; MARTÍNEZ, Marcela Borges; PEREIRA, Taís Silva (Orgs.). *Esfera pública e secularismo*. Ensaios de filosofia política. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 157-195.

TEDESCO, Juan Carlos; ZACARÍAS, Ivana. Presentación. In: SARMIENTO, Faustino Domingo. *Educación Popular*. 1ª. ed. La Plata: UNIPE: Editorial Universitaria, 2011, p. 09-25.

TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. Michelet, teórico do romance. *ALEA*. Rio de Janeiro, v. 19/3, p. 618-635, set.-dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/gGRfCDpPsKWc9yfCwHcn8Kc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23/06/22.

_____. Jules Michelet: um historiador às voltas com a crítica literária. *Cadernos Literários*, v. 23, n. 1, p. 83-98, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cadliter/article/view/5488/5894>. Acesso em: 23/06/22.

TERNAVASIO, Marcela. *Los juegos de la política*. Las independencias hispanoamericanas frente a la contrarrevolución. 1ª ed.- Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2021.

TERRA, Mano. *A influência do gaúcho na cultura de três países*. s/d. Disponível em: <https://inrcbge.files.wordpress.com/2011/09/terra-v-vai.pdf>. Acesso em: 14/04/20.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, 2001/2002.

URUGUAY. *Constitución de la República Oriental del Uruguay*. Montevideo: Imprenta del Comercio del Plata, 1829.

VELASCO, Francisco Quijano. *Las repúblicas de la Monarquía*. Pensamiento constitucionalista y republicano en Nueva España, 1550-1610. México: Universidad Nacional Autónoma de México/Instituto de Investigaciones Históricas, 2017.

VILLA, Oscar Jorge; MENDIVE, Gerardo. *La prensa y los constituyentes en el Uruguay de 1830*. Fundamentos técnicos, económicos y sociales. Montevideo: Impresora Cordón/Biblioteca Nacional, 1980/1981.

VILLEGAS, Juan S. J. La actividad educativa de la iglesia en el Uruguay hasta José Pedro Varela. *Punto 21*, Montevideo, v. 3, n. 2, p. 49-59, ago. 1977.

VIOLA, Francesco. Derecho de gentes antiguo y contemporáneo. Tradução de Isabel Trujillo. *Persona y Derecho*, n. 51, p. 165-189, 2004.

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

WALBY, Sylvia. A mulher e a nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 249-269.

WASSERMAN, Claudia. História Intelectual: origem e abordagens. *Tempos Históricos*, v. 19, p. 63-79, 1º Semestre de 2015.

_____. Percurso intelectual e historiográfico da questão nacional e identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 18, p. 99-123, dez. 2003.

WASSERMAN, Fabio. El concepto de nación y las transformaciones del orden político en Iberoamérica (1750-1850). In: SEBÁSTIAN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 851-869.

_____. Historia – Rio de la Plata. In: SEBÁSTIAN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 580-592.

_____. *Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Rio de la Plata (1830-1860)*. Universidad de Buenos Aires (UBA), Facultad de Filosofía y Letras. Tesis Doctoral (Historia), Buenos Aires, 2004.

_____. *Formas de identidad política y representaciones de la nación en el discurso de la Generación de 1837*. Universidad de Buenos Aires (UBA), Facultad de Filosofía y Letras. Tesis de Licenciatura (História), Buenos Aires, 1996.

WINTER, Murilo Dias. Debates nas esferas públicas: transformações da opinião na imprensa periódica da Província Cisplatina (1821-1828). *Revista Latino-Americana de História/PPGH-Unisinos*, v. 3, n. 10, p. 24-43, ago. 2014.

WOLKMER, Antonio Carlos; BRAVO, Efendy Emiliano Maldonado; FAGUNDES, Lucas Machado. Historicidade Crítica do Constitucionalismo Latino-Americano e Caribenho. *Revista Direito e Práxis*, vol. 8, n. 4, p. 2843-2881, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/xMcbGxqpwk8QfxnvCxXgv3r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23/06/22.

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. Historia, experiencia y modernidad en Iberoamérica, 1750-1850. In: SEBÁSTIAN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 551-579.

ZUBILLAGA, Carlos. Breve panorama da imigração maciça no Uruguai (1870-1931). In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 420-460.

ZUM FELDE, *Proceso histórico del Uruguay*: Montevideo: Arca, 1967.